

GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA

MAINI DE OLIVEIRA PERPETUO

ORIENTADORA: ADRIANA SANSÃO FONTES

PRO
URB PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM URBANISMO

PROURB . FAU . UFRJ

MAINI DE OLIVEIRA PERPÉTUO

GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
URBANISMO DA FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO PARA OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE DOUTORA EM URBANISMO.

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: AMBIENTE URBANO E PAISAGISMO

ORIENTADORA: PROF^ª. DR^ª. ADRIANA SANSÃO FONTES

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

P453g Perpétuo, Maini de Oliveira
Gambiarra Urbana Popular Brasileira / Maini de
Oliveira Perpétuo. -- Rio de Janeiro, 2024.
369 f.

Orientadora: Adriana Sansão Fontes.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2024.

1. Gambiarra Urbana. 2. Territórios populares. 3.
Autoconstrução. 4. Produção do espaço cotidiano. 5.
Planejamento e Projeto Urbano. I. Fontes, Adriana
Sansão, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU
ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA E OUTROS FINS NÃO COMERCIAIS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

CONTATO: MAINIOLIVEIRA@GMAIL.COM

IMAGEM DA CAPA E ABERTURAS DE CAPÍTULO: ILUSTRAÇÃO DA AUTORA ADAPTADA DE FOTO DE ADRIANO F. RODRIGUES

O PRESENTE TRABALHO FOI REALIZADO COM APOIO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA CIENTÍFICA (CNPq).

GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA

MAINI DE OLIVEIRA PERPÉTUO

TESE DE DOUTORADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO [PROURB-FAU/UFRJ] COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM URBANISMO.

APROVADA EM: 06 DE AGOSTO DE 2024.

BANCA EXAMINADORA:

PROF^A. DR^A. ADRIANA SANSÃO FONTES [ORIENTADORA]

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PROURB-FAU/UFRJ

PROF^A. DR^A. ELIANE DA SILVA BESSA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PROURB-FAU/UFRJ

PROF. DR. PEDRO ABRAMO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PROURB-FAU/UFRJ

PROF. DR. MARCOS LEITE ROSA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FAUUSP

PROF. DRA. MELISA PESOA

UNIVERSITAT POLITÈCNICA DE CATALUNYA - UPC



FIG. 1: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

À minha mãe, Helô Gama, que me inspira em busca de uma vida com mais autonomia e menos conformidade.

Aos moradores da Maré, com os quais aprendi muito sobre a [auto]construção de uma vida cheia de complexidade, dureza e beleza.

AGRADECIMENTOS

Há um ditado que diz que na vida é fundamental saber distinguir quem é luz e quem é gambiarra.

Contudo, como será apreciado ao longo desta tese, na nossa visão, luz e gambiarra e luminosidade e opacidade se confundem e se imbricam, revelando nuances e agenciamentos diversos e complexos entre esses dois espectros.



Esta tese, embora se apresente como de uma só autora, é fruto da colaboração de muitos envolvidos, aos quais, cada um à sua maneira, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço inicialmente as instituições que possibilitaram a realização deste trabalho. Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos e ao Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU-UFRJ).

À minha orientadora, Adriana Sansão, pelo apoio, parceria e orientação cuidadosa durante o processo de feitura desta tese. À equipe do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT/PROURB) e aos colegas do grupo de pesquisa, em especial às parcerias profícuas com Adriana Sansão, Rodrigo Rinaldi e Inês Domingues. Aos professores, técnicos e coordenadores do PROURB e, em especial, aos professores Eliane Bessa e Cláudio Ribeiro, pelas valiosas reflexões e contribuições na etapa de qualificação da tese. Aos colegas de doutorado, que, mesmo com a distância imposta pela Pandemia conseguiram deixar a experiência mais leve e colaborativa.

Às instituições da Maré, em especial, ao Observatório de Favelas, ao Programa Imagens do Povo, à Redes da Maré, ao Maré de Notícias, ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, ao Museu da Maré e às diversas Associações de Moradores e seus representantes. Ao fotógrafo Arthur Viana, pela sensibilidade do olhar, pelas caronas em sua moto e por me mostrar as várias Marés que eu jamais descobriria sozinha.

A todos aqueles e aquelas que concederam seu tempo e conhecimento em relação à Maré, dentre os quais destaque: a professora da FAU/UFRJ Luciana Bonvino Figueiredo, o geógrafo Lino Teixeira, as responsáveis pelo programa Imagens do Povo Rosilene Miliotti, Erika Tambke e Monara Barreto e todos os fotógrafos e fotógrafas populares que gentilmente cederam imagens para esta tese, as coordenadoras de eixos temáticos do Redes da Maré Shyrlei Rosendo e Lidiane Malanquini, o Professor Ernani Alexandre, o jornalista Hélio Euclides, a arquiteta mareense Kelly Regis e o arquiteto Ricardo de Gouvêa.

À minha família, pelo estímulo e carinho, e, em especial à minha mãe, pela inspiração e incentivo à realização de mais esse projeto, com entrega, dedicação e trocas. Ao meu pai, pelo suporte e presença, mesmo que à distância. Às minhas filhas Clara e Eva, que cresceram e floresceram junto com este trabalho. Ao Xande, pelos desafios, sonhos e alegrias compartilhados ao longo deste percurso.

À Raquel Tardin e às colegas do grupo de pesquisa, pelas trocas de saberes em busca de paisagens outras... Ao colega de docência e doutorado Valentin Arechaga, por sua generosidade e amizade.

À minha rede de mulheres, que me fortalece, me acolhe e me inspira a seguir caminhando, em especial às Deses (*vocês são muitas e sabem quem são*) e às amigas que o Rio de Janeiro me deu, em especial Úrsula Velez, Flora Fernandes, Paula Huven, Gaby Marques, Eugenia Zandoná, Joana Bonomo, Alexandra Wakahara, Marina Maria, Marina Gadelha, Gaby Mendonça, Shaula Sampaio, Kika Motta e Alê Speranza.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que constroem seu cotidiano a partir de muita persistência, resistência e (re)existência nos territórios populares.

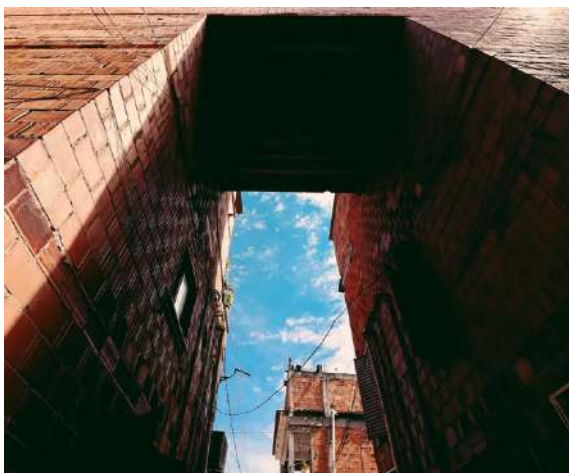


FIG. 2: CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Lá não tem brisa
Não tem verde-azuis
Não tem frescura nem atrevimento
Lá não figura no mapa
No avesso da montanha, é labirinto
É contrassenha, é cara a tapa

Fala, Penha
Fala, Irajá
Fala, Olaria
Fala, Acari, Vigário Geral
Fala, Piedade

Casas sem cor
Ruas de pó, cidade
Que não se pinta
Que é sem vaidade

Vai, faz ouvir os acordes do choro-canção
Traz as cabrochas e a roda de samba
Dança teu funk, o rock, forró, pagode, reggae
Teu hip-hop
Fala na língua do rap
Fala no pé
Dá uma ideia
Naquela que te sombreia

Lá não tem claro-escuro
A luz é dura
A chapa é quente
Que futuro tem
Aquela gente toda
Perdido em ti
Eu ando em roda
É pau, é pedra
É fim de linha
É lenha, é fogo, é foda

Fala, Penha
Fala, Irajá
Fala, Encantado, Bangu
Fala, Realengo
Fala, Maré
Fala, Madureira
Fala, Meriti, Nova Iguaçu
Fala, Paciência

[trecho da música *Subúrbio* (Chico Buarque, 2006)]

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMANH	Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEHAB-RJ	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CEASM	Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CHP	Centro de Habitação Provisória
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento das Comunidades
COOPMANH	Cooperativa Mista e de Consumo de Nova Holanda
DIY	Do It Yourself
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MOM	Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
POUSO	Posto de Orientação Urbanística e Social
PROAP	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UT	Urbanismo Tático
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PROGRAMAS E LOCALIDADES SELECIONADAS PARA A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: AUTORA (2024)	62
TABELA 2: DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA. FONTE: AUTORA (2024)	66
TABELA 3: TIPOS DE OPERAÇÃO ENTRE OBJETOS E AÇÕES. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE BOUFLEUR (2013)	159
TABELA 4: CATEGORIAS DE REAJUSTE UTILITÁRIO. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE BOUFLEUR (2013)	161
TABELA 5: PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE REDES DA MARÉ (2019)	175
TABELA 6: TAXONOMIA DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2024)	255
TABELA 7: ATRIBUTOS E POTENCIALIDADES DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA. FONTE: AUTORA (2024)	311
TABELA 8: RESUMO DAS POSTURAS ASSUMIDAS PELOS ESPECIALISTAS. FONTE: AUTORA (2024)	315
TABELA 9: CATEGORIAS DE ANÁLISE: ATUAÇÃO DE ESPECIALISTAS E AUTOCONSTRUTORES. FONTE: AUTORA (2024)	320

RESUMO

PERPÉTUO, MAINI DE OLIVEIRA. **GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.**
RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2024.

Esta tese tem como objeto de investigação as táticas espaciais de autoconstrução relativas à gambiarra urbana na produção cotidiana dos territórios populares. Objetiva contribuir para a reflexão crítica sobre essas práticas, que ultrapassem uma leitura simplista e dicotômica do fenômeno. A partir de uma perspectiva liminar, a pesquisa busca friccionar os binários *formal e informal*, *projeto e desordem*, *planejamento e improviso* e vislumbrar nexos mais horizontais entre esses pares dialéticos. Dada a frágil e descontínua atuação do Estado nesses territórios, parte da premissa de que os grupos populares desenvolvem maneiras singulares de enfrentar a precariedade e a escassez de recursos materiais, econômicos e tecnológicos e criam repertórios próprios e inventivos de autoconstrução. A gambiarra urbana se apresenta como uma das modalidades táticas que esses grupos dispõem para adaptar e subverter seus espaços cotidianos. Como aproximação empírica, investiga o caso referência do conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, e propõe uma taxonomia dos dispositivos táticos da GAMBIARRA URBANA POPULAR ali identificados. Trabalha-se com as hipóteses de que a tática da gambiarra pode atuar como microrresistência à lógica do projeto urbano hegemônico e pode apontar para abordagens mais transversais entre o saber e o fazer no campo do projeto e da prática da arquitetura e do urbanismo nesses contextos. Defende ser necessário articular, estratégica e taticamente, maneiras outras de pensar, narrar, fazer e aprender com aqueles que sempre construíram, com as ferramentas possíveis, seus espaços de existência e resistência.

PALAVRAS-CHAVE: GAMBIARRA URBANA. TERRITÓRIOS POPULARES. AUTOCONSTRUÇÃO. AÇÃO TÁTICA. PRODUÇÃO DO ESPAÇO COTIDIANO. PLANEJAMENTO E PROJETO URBANO.

ABSTRACT

PERPÉTUO, MAINI DE OLIVEIRA. **BRAZILIAN POPULAR URBAN GAMBIARRA.**
RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2024.

This thesis investigates the spatial tactics of self-construction related to *urban gambiarra* in the daily production of popular territories. It aims to contribute to a critical reflection on these practices that goes beyond a simplistic and dichotomous reading of the phenomenon. From a liminal perspective, the research seeks to break down the binaries of *formal and informal*, *project and disorder*, *planning and improvisation*, and envision more horizontal connections between these dialectical pairs. Given the fragile and discontinuous presence of the State in these territories, it assumes that popular groups develop unique ways to face precariousness and the scarcity of material, economic, and technological resources, creating their own inventive repertoires of self-construction. *Urban gambiarra* is presented as one of the tactical modalities these groups use to adapt and subvert their everyday spaces. As an empirical approach, it investigates the reference case of the Maré favela complex, in the city of Rio de Janeiro, and proposes a taxonomy of the POPULAR URBAN GAMBIARRA tactical devices identified there. It works with the hypothesis that the gambiarra tactic can act as a micro-resistance to the logic of hegemonic urban project and can point to more transversal approaches between knowing and doing in the field of project and the practice of architecture and urbanism in these contexts. It argues that it is necessary to articulate, strategically and tactically, other ways of thinking, narrating, doing and learning with those who have always built their spaces of existence and resistance with the possible tools they have at hand.

KEYWORDS: URBAN GAMBIARRA. POPULAR TERRITORIES. SELF-CONSTRUCTION. TACTICAL ACTION. PRODUCTION OF EVERYDAY SPACE. URBAN PLANNING AND DESIGN.

RESUMEN

PERPÉTUO, MAINI DE OLIVEIRA. **GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEÑA.**
RIO DE JANEIRO: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2024.

Esta tesis tiene como objeto de investigación las tácticas espaciales de autoconstrucción relativas a la *gambiarra urbana* en la producción cotidiana de los territorios populares. Tiene como objetivo contribuir a la reflexión crítica sobre estas prácticas, superando una lectura simplista y dicotómica del fenómeno. Desde una perspectiva liminar, la investigación busca romper los binarios de *formal e informal*, *proyecto y desorden*, *planificación e improvisación*, y vislumbrar vínculos más horizontales entre estos pares dialécticos. Dada la frágil y discontinua actuación del Estado en estos territorios, parte de la premisa de que los grupos populares desarrollan maneras singulares de hacer frente a la precariedad y a la escasez de recursos materiales, económicos y tecnológicos y crean sus propios repertorios inventivos de autoconstrucción. La *gambiarra urbana* se presenta como una de las modalidades tácticas que estos grupos disponen para adaptar y subvertir sus espacios cotidianos. Como enfoque empírico, se investiga el caso de referencia del complejo de favelas de Maré, en la ciudad de Río de Janeiro, y se propone una taxonomía de los dispositivos tácticos de la GAMBIARRA URBANA POPULAR allí identificados. Se trabaja con las hipótesis de que la táctica de la *gambiarra* puede actuar como microresistencia a la lógica del proyecto urbano hegemónico y puede apuntar hacia enfoques más transversales entre el saber y el hacer en el campo del proyecto y de la práctica de la arquitectura y del urbanismo en estos contextos. Sostiene que es necesario articular, estratégica y tácticamente, otras maneras de pensar, narrar, hacer y aprender con aquellos que siempre han construido, con las herramientas posibles, sus espacios de existencia y resistencia.

PALABRAS CLAVE: GAMBIARRA URBANA. TERRITORIOS POPULARES. AUTOCONSTRUCCIÓN.
ACCIÓN TÁCTICA. PRODUCCIÓN DEL ESPACIO COTIDIANO. PLANIFICACIÓN Y PROYETO URBANO.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
ESPAÇO-TEMPO DA PESQUISA	25
A GAMBIARRA URBANA COMO OBJETO DE ESTUDO	28
OBJETIVOS E HIPÓTESES DA TESE	33
ESTRUTURA DA TESE	34
PARTE I MODOS DE APRENDER-FAZER	36
CAPÍTULO 1 MANEIRAS OUTRAS DE SABER-FAZER	37
1.1. LIMINARIDADES DO SABER-FAZER	45
1.2. PENSAMENTO LIMINAR: EU NÃO SOU EU NEM SOU O OUTRO	48
1.3. A GAMBIARRA COMO PROCESSO METODOLÓGICO	54
1.4. PERCURSOS METODOLÓGICOS	57
PARTE II MODOS DE NARRAR-FAZER	67
CAPÍTULO 2 GAMBIARRA WORLD WIDE E GAMBIARRA MADE IN BRAZIL	68
2.1. NEM SÓ DE BRASIL VIVE A GAMBIARRA	69
2.2. A GAMBIARRA NUM PAÍS TROPICAL E BONITO POR NATUREZA	81
CAPÍTULO 3 RAÍZES DA GAMBIARRA NO BRASIL	94
3.1. TUPI OR NOT TUPI?	94
3.2. CIDADE E CIDADANIA NO BRASIL	102
3.3. O DIREITO ACHADO NAS FAVELAS	105
CAPÍTULO 4 QUEM PLANEJA O NÃO PLANEJAMENTO?	110
4.1. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, OU QUEM PLANEJA O PLANEJAMENTO?	110
4.2. O SENSO COMUM DO “CAOS URBANO”, OU QUEM PLANEJA O NÃO PLANEJAMENTO?	113
4.3. PADRÕES HEGEMÔNICOS DE HABITAR, OU QUEM DETERMINA O PADRÃO?	117
4.4. PLANEJAMENTO INSURGENTE: DO DIREITO À MORADIA AO DIREITO À CIDADE	123

PARTE III MODOS DE PENSAR-FAZER	127
CAPÍTULO 5 ABORDAGENS TÁTICAS NO ESPAÇO URBANO	128
5.1. O SABER-FAZER DAS PRÁTICAS COTIDIANAS	128
5.2. O SABER-FAZER AUTOCONSTRUÍDO	130
5.3. ABORDAGENS TÁTICAS NO URBANISMO	136
5.4. CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DAS ABORDAGENS TÁTICAS NO URBANISMO	143
CAPÍTULO 6 A GAMBIARRA URBANA COMO AÇÃO TÁTICA	150
6.1. NEM TODA MUDANÇA É NECESSÁRIA AO CAPITAL	150
6.2. ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM	154
6.3. A FORMA SEGUE A NECESSIDADE	157
PARTE IV MODOS DE FAZER: A GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA	170
CAPÍTULO 7 AMARÉSIMPLES AMARÉCOMPLEXO	171
7.1. A ATUAÇÃO TÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DA(S) MARÉ(S)	178
7.2. NOVA HOLANDA: A PROVISORIEDADE PERMANENTE	189
7.3. PROJETO RIO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS PADRONIZADOS	204
7.4. PROGRAMA MORAR SEM RISCO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS “DE ARQUITETO”	217
7.5. ATRAVESSAMENTOS DAS MARÉS	230
7.6. A GAMBIARRA URBANA NOS ESPAÇOS COLETIVOS DA MARÉ	243
CAPÍTULO 8 DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA	251
DISPOSITIVO 1_ HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS	256
DISPOSITIVO 2_ ALÇAR O ESPAÇO AÉREO	263
DISPOSITIVO 3_ INFILTRAR NAS BRECHAS	277
DISPOSITIVO 4_ HABITAR AS FRONTEIRAS	284
DISPOSITIVO 5_ AVARANDAR A RUA	291
DISPOSITIVO 6_ AJARDINAR E REFRESCAR O ÁRIDO	296
DISPOSITIVO 7_ PERSONALIZAR O MORAR	304
POTENCIALIDADES DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS	311
CAPÍTULO 9 POR UM SABER-FAZER LIMINAR	312
9.1. ARQUITETOS E URBANISTAS COMO ESPECIALISTAS EM FAVELAS	312
9.2. SABER-OUVIR, SABER-PERGUNTAR E SABER-APRENDER	319
GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA: AME-A OU DEIXE-A?	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	344
LISTA DE FIGURAS	361

INTRODUÇÃO

*Jack Soul brasileiro
É que som do pandeiro
É certo e tem direção
Já que subi nesse ringue
É o país do swing
É o país da contradição
[...]
Aí eu vou misturar
Miami com Copacabana
Chiclete eu misturo com banana
É o meu samba vai ficar assim*

[trecho das músicas *Jack Soul Brasileiro* (Lenine, 1999) e
Chiclete com Banana (Jackson do Pandeiro, 1959)]

APRESENTAÇÃO

Já que sou brasileira *do país do swing, do país da contradição* e *já que subi neste ringue*, inicio este percurso apresentando algumas das inquietações que me levaram a querer *misturar planejamento com improviso e gambiarra com projeto*, e ver até onde este samba poderia nos levar.

Como condutora deste samba-enredo, trato logo de me apresentar, afinal, este trabalho é composto tanto por minhas vivências e experiências singulares, quanto pelas influências de todo o aparato histórico, social e cultural ao qual estou submetida, e que moldam minhas formas de enxergar e perceber o mundo. Assim, meu lugar social e subjetivo de observação e de eleição do tema se configuram como partes intrínsecas da própria pesquisa, que se deixa afetar e é afetada pelas escolhas e percursos da investigação que aqui se inicia.

A própria forma como me apresento já diz muito sobre o lugar que ocupo socialmente: sou mulher, mãe de duas meninas, arquiteta e urbanista, mineira, branca, de classe média. Para esta pesquisa, importa reconhecer que é deste lugar de formação (e de enormes lacunas) que partem minhas principais indagações, reflexões e motivações. É deste lugar que proponho me abrir para saberes e fazeres *outros* daqueles tradicionalmente aprendidos nas faculdades de arquitetura e urbanismo, e vislumbrar na GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA possibilidades de refletir sobre produção do espaço cotidiano nos territórios populares.

—O que é uma favela? —E uma casa de cômodos? — O que quer dizer morar em um Conjunto Habitacional? — Por que se fazem casas de triagem? — O que vem a ser Loteamentos Periféricos? — Cada pergunta terá tantas respostas quantas sejam as visões e as razões de cada ator implicado. **E cada ator trará para a sua interpretação a carga de sua pertinência de classe, mais as especificidades de sua formação, mais seus interesses de vida.** Tudo isto será traduzido por uma linguagem cultural. A não ser nos seus termos mais gerais, um empresário capitalista, um tecnocrata de Governo e um morador de uma das muitas formas de *habitat* para pobres no Rio **NÃO estão se referindo à mesma coisa** quando tentam balizar o que entendem por problema habitacional (FERREIRA DOS SANTOS, 1982, p.9, GRIFO NOSSO).

Inauguro esta tese com o entendimento de que as reflexões aqui postas são permeadas por tudo aquilo que me atravessa – social e culturalmente. Olhando em retrospecto, um ponto crucial da motivação da feitura desta tese se inicia na minha experiência profissional por quase dez anos como arquiteta

urbanista da Prefeitura de Belo Horizonte. Ao longo desse período, o cotidiano do trabalho punha com frequência em atrito a cidade que existia *de fato* e aquela *cidade abstrata*, presente nas inúmeras regras, códigos de postura e leis de parcelamento e uso do solo, as quais devíamos obediência enquanto servidores públicos. Quantos loteamentos ou habitações *irregulares* não podiam ser aprovados porque o cadastro em planta (aquele pedaço de papel abstrato e traçado com uma precisão muitas vezes duvidosa) não condizia com a situação real, do que estava ali construído ou implantado? Quantas apropriações espontâneas nos espaços públicos do município eram reprimidas e desfeitas por não fazerem parte do “projeto original”?

Nós, enquanto arquitetos urbanistas e técnicos conhecedores da legislação urbana, tínhamos a prerrogativa de avaliar e atestar o que era ou não passível de ser aceito ou regularizado. De tempos em tempos uma nova lei de anistia era promulgada, geralmente baseada em critérios bastante arbitrários, a qual flexibilizava determinados parâmetros e autorizava a permanência de certas “irregularidades” urbanísticas, geralmente mediante o pagamento de altas taxas, calculadas com base no número e porte dos parâmetros infringidos¹. Na prática, todavia, o que se observava é que as leis urbanísticas atingiam sobretudo aquela pequena parcela que tinha acesso ao seu conteúdo, enquanto a maior parte da população seguia desconhecendo a sua aplicabilidade e construindo e ampliando suas casas, sem projeto prévio ou parcelamento aprovado.

Sobre esse aspecto, importantes estudiosos da produção do espaço urbano brasileiro (dentre eles Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Flávio Villaça e Milton Santos, para citar alguns) demonstram que as cidades brasileiras são marcadas por uma espécie de *esquizofrenia*, na qual uma detalhada legislação urbanística convive com um total *laissez-faire*² nos assentamentos periféricos, indicando haver uma aplicação discriminatória dos planos e projetos urbanos de acordo com a conveniência e interesse das classes no poder. Diante desse descompasso, temos que a maior parte da população pobre urbana no Brasil vive em assentamentos não planejados e nem previamente urbanizados, nos quais as casas são produzidas de forma gradual pelos moradores por meio de seus próprios recursos materiais e financeiros.

A partir dessas inquietações foram sendo delineados os percursos da pesquisa, que partiram de uma vontade de friccionar as diferentes maneiras de saber-fazer cidade: de um lado, *os especialistas*, projetistas e conhecedores das leis e regras urbanas e, de outro, *todos aqueles que constroem cotidiana e artesanalmente seus territórios*. Estariam essas pessoas *projetando* seus espaços de vida? É possível imaginar que os grupos populares estão à sua maneira *planejando* a cidade? Seria possível vislumbrar maneiras *outras* de *saber-fazer-pensar-narrar* a produção do espaço urbano que sejam concebidas de forma menos hierárquica e mais integrada entre os saberes técnicos ditos “formais” e as práticas e fazeres populares ditos “informais”?

¹ As anistias são leis específicas, também chamadas leis de exceções que permitem a regularização de edificações que apresentem infrações referentes a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo vigente. De modo geral, tais leis flexibilizam alguns parâmetros urbanísticos e permitem a aprovação de imóveis que comprovadamente já estivessem implantados até a data estabelecida em sua regulamentação, possibilitando a aprovação de edificações que ultrapassassem o coeficiente de aproveitamento, a altura máxima na divisa, a taxa de permeabilidade, entre outros. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/> Acesso em 05 mai. 2022.

² *Laissez-faire* é uma expressão francesa que significa “deixe fazer”. Ela é utilizada para identificar um modelo político e econômico de não-intervenção estatal, no qual o mercado seria capaz de se autorregular, sem a necessidade de subsídios ou regulamentações criadas pelo Estado (Disponível em <https://www.politize.com.br/laissez-faire/>. Acesso em 10 abr. 2021).

CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA

No mundo, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas vivem em assentamentos precários, ou seja: de cada 8 habitantes do planeta, 1 mora em favelas ou casas precárias³. Mike Davis, no perturbante livro *Planeta Favela* (2006), aponta que desde a década de 1970 o maior crescimento populacional urbano mundial foi absorvido pelas favelas do sul global, vinculando de forma estreita às noções de “urbanização” e “favelização”. Nessa ótica, Davis aponta que **“as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira”** (p.28-29, GRIFO NOSSO).

No que diz respeito ao Brasil, segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 16 milhões de pessoas vivem em favelas e assentamentos precários e, conforme dados da Fundação João Pinheiro (2021), mais de 23 milhões de habitações do país são consideradas inadequadas do ponto de vista de infraestrutura urbana, edificação ou fundiária⁴. Ainda, de acordo com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/DF, 2022), 82% do território urbano brasileiro é produzido de modo informal e autoconstruído.



FIG. 3: MATERIALIDADES DA “CIDADE DO FUTURO” NAS PREVISÕES DE MIKE DAVIS. TELHADO DE CASA NO COMPLEXO DO ALEMÃO, RIO DE JANEIRO. FONTE: MONARA BARRETO / IMAGENS DO POVO

³ A definição de moradia precária, de acordo com a Organização das Nações Unidas, é aquela que tenha ao menos uma das seguintes condições: ser construída com materiais pouco resistentes, não possuir acesso a água potável e esgoto sanitário e abrigar mais de três pessoas por cômodo. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/favelas> Acesso em 01 Ago. 2022. Davis (2006) pontua que essa definição operacional se restringe às dimensões físicas dos assentamentos e evita a dimensão social, vinculada à marginalidade econômica e social.

⁴ Esse número não inclui os domicílios provisórios que servem como moradia (ex. prédios em construção, viadutos, vagões de trem, carroças, tendas, barracas) e nem aqueles considerados extremamente precários e insalubres. As principais inadequações de infraestrutura urbana são relacionadas ao abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo. As inadequações edilícias são relacionadas ao armazenamento de água, falta de banheiro, número de cômodos e materiais de cobertura e piso da casa (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Na literatura especializada muitas são as configurações que esses territórios podem assumir, dependendo de sua forma específica de organização e de seu processo de produção: assentamentos informais, loteamentos clandestinos, bairros populares, favelas, entre outras denominações⁵. No entanto, salvo as particularidades de cada tipologia, todas elas são fruto das enormes desigualdades socioespaciais que marcam as cidades brasileiras, fazendo com que uma grande parcela da população só consiga viabilizar o acesso à moradia por meio da ocupação de terras e de processos de autoconstrução de seus espaços domésticos e urbanos, fora dos padrões urbanísticos e construtivos tidos como “formais” (CARDOSO, 2016).

Dada a frágil e descontínua provisão estatal de moradias no Brasil, Pedro Abramo (2003) indica que a lógica **da necessidade** se transformou paulatinamente no modo dominante de acesso dos pobres à terra urbana⁶. Essa lógica implica num conjunto de ações individuais e coletivas que promove a consolidação dos assentamentos populares especialmente por processos de autoconstrução, sendo justamente a ausência de investimento público em infraestrutura e serviços o fator que permite o barateamento e o acesso dessa parcela da população aos solos urbanos periféricos (ROSA, 2008). Ou seja, é com a conivência do Estado que os moradores arcam com os custos de sua inserção e permanência no espaço urbano.

Diante desse quadro, as favelas e as periferias urbanas, embora apresentem especificidades e singularidades históricas, morfológicas e regionais, possuem como **chave comum** o fato de designarem **os espaços de moradia e de reprodução dos setores populares da sociedade**. Esses territórios populares também compartilham estigmas associados às formas de representação social, especialmente marcados pela pobreza, violência e, no caso das favelas, pelo mito da marginalidade⁷. Pelo senso comum, são espacialidades concebidas como atrasadas e subdesenvolvidas e percebidas a partir de uma chave discriminatória, como fica evidente até mesmo na nomenclatura que as designa:

A própria escolha dos termos para designar essa espacialidade – em inglês, *slum* (sinônimo de criminoso, trambiqueiro), ou, em português, “aglomerado subnormal”, usado pelo IBGE, nosso órgão oficial de demografia – não apenas carrega uma condição de alteridade, mas também **expressa claramente esta Gestalt discriminatória** (ROLNIK, 2019, p.27, GRIFO NOSSO).

A respeito da utilização do termo “aglomerado subnormal” vale destacar que, após três décadas de uso (de 1991 até 2023), esta denominação foi descontinuada pelo IBGE, passando a ser utilizado o termo “favelas e comunidades urbanas” (IBGE, 2024). Trata-se de um marco histórico, que representa um avanço no reconhecimento da importância de dar voz e visibilidade a localidades historicamente marginalizadas, afinal, as nomenclaturas “aglomerado” e “subnormal” representam violências simbólicas que perpetuam estigmas e desigualdades, como se esses locais fossem privados de qualquer dignidade e potência.

⁵ De acordo com Cardoso (2016), dentre essas configurações os *loteamentos irregulares* são aqueles nos quais houve o parcelamento do solo pelo agente responsável pela subdivisão das terras e pela venda dos lotes, mas que não atendeu as normativas urbanísticas e não concluiu o processo de licenciamento exigido pelo poder público. Os assentamentos ou loteamentos clandestinos são aqueles parcelamentos realizados sem qualquer iniciativa de licenciamento e sem qualquer registro oficial pelo poder público. As favelas correspondem aos assentamentos caracterizados pela ocupação irregular do solo, seja ele público ou privado, em muitos casos não formalizados em lotes regulares e com padrões urbanísticos inferiores aos estabelecidos na legislação.

⁶ Pedro Abramo (2003) propõe um modelo teórico-metodológico que divide o acesso à terra urbana em três lógicas: 1) lógica do mercado; 2) lógica do Estado e 3) lógica da necessidade.

⁷ A respeito do debate sobre o mito da marginalidade, Valladares (2005) aponta que Janice Perlman (1977) foi responsável por fazer uma síntese do debate latino-americano sobre o assunto, mas ressalta que a sua crítica da teoria da marginalidade não foi original e nem pioneira.

Apesar das chaves comuns elencadas acima, cabem algumas ressalvas relacionadas a sentidos comuns teóricos e a uma visão hegemônica que tende a homogeneizar os territórios populares. A primeira ressalva implica em considerar que esses territórios **não são zonas homogêneas de pobreza**, nem internamente às próprias áreas e muito menos entre elas. Pesquisas recentes demonstram uma crescente heterogeneidade socioeconômica e de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos nas favelas e periferias urbanas, alertando para a existência de processos de diferenciação social interna às próprias territorialidades e a presença de desigualdades dentro da pobreza (ROSA, 2008; KAWAHARA, 2023). A segunda ressalva é a de que **não existe apenas um único ator social**, definido como o *pobre humilde* e *marginalizado* que possui um único *modus vivendi*. Dessa ressalva decorre o entendimento de que não se trata de uma *comunidade única e coesa* regida exclusivamente por redes de solidariedade e livres de quaisquer disputas internas. A terceira ressalva diz respeito ao uso corrente do termo **“assentamentos espontâneos”** para se referir aos espaços populares autoconstruídos. Como já exposto, esses territórios são, em grande medida, constituídos pela lógica da necessidade, diante da falta de opções viáveis no tecido formal da cidade, o que contradiz sua vinculação com a espontaneidade. Essa noção induz e transmite a ideia de um crescimento orgânico e “natural” das favelas e periferias, como se não houvesse nenhuma intervenção externa por trás desse fenômeno.

Um olhar mais atento para as práticas espaciais nos/dos territórios populares sinaliza para **interações complexas entre formalidade e informalidade**, sendo, portanto, territórios **constituídos e constituidores** das práticas que reproduzem as dinâmicas e as contradições presentes na sociedade como um todo (KAWAHARA, 2023). Nesse sentido são **“espaços cinzentos”**, nos termos propostos por Oren Yiftachel⁸, (2009; 2011; 2014), ou espaços com “fronteiras fluidas”, nos termos propostos por Vera da Silva Telles⁹ (2006; 2010; 2013), entendidos como territórios que não são *nem* integrados *nem* eliminados pelas políticas urbanas, sendo ora tolerados discretamente ora reprimidos com veemência, fazendo com que as fronteiras entre legalidade e ilegalidade e entre formalidade e informalidade sejam difusas e mutantes. Essa complexidade e ambiguidade demonstra a fragilidade de pensarmos as práticas espaciais populares a partir de supostas dicotomias urbanas (legal/ilegal, formal/informal, morro/asfalto etc.), e nos fornece uma lente mais adequada para investigar a produção do espaço urbano no Brasil, no contexto do sul global.

Observamos, nesse panorama, que os planos e projetos urbanos costumam dialogar quase exclusivamente com uma parte da cidade e “desenham” espaços seletivos dentro dela, vinculados sobretudo aos interesses do capital e da especulação imobiliária, e condenam como “caóticos” os demais territórios, reforçando a retórica de que os problemas das periferias urbanas são causados pela *falta de planejamento*. Nas palavras de Raquel Rolnik:

Embora a narrativa dominante trate esses locais como “resultados da ausência do Estado” ou territórios onde o “Estado não chega”, **as idas e vindas de processos de formação, consolidação e remoção desses assentamentos têm sido – e ainda são –**

⁸ Oren Yiftachel é israelense e professor de Geografia Política e Cultural na Ben-Gurion University of the Negev, em Israel. Suas pesquisas abordam questões relacionadas à geografia política, especialmente em contextos de conflito étnico, segregação, planejamento urbano e governança territorial. Yiftachel aborda o conflito entre Israel e Palestina como um fenômeno complexo que vai além da disputa territorial, e enfatiza a papel do colonialismo e do apartheid na estruturação das relações de poder. Além disso, o autor também analisa o papel do planejamento urbano na reprodução de desigualdades socioespaciais e na perpetuação do conflito.

⁹ Vera da Silva Telles é professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e sua obra é fundamental para a compreensão ampliada das dinâmicas urbanas no contexto das cidades brasileiras a partir das interações complexas entre diferentes formas de organização social e espacial, reconhecendo que essas fronteiras muitas vezes não são fixas ou claramente definidas, mas sim permeáveis e sujeitas a mudanças ao longo do tempo. Também Michel Laguerre, em *The informal City* (1994), aponta que a informalidade só pode ser construída em relação à formalidade, sendo que o setor formal é que define as regras do sistema, enquanto o informal ou aceita ou resiste à tais regras. A formalidade e a informalidade formam um *continuum* como duas faces da mesma moeda.

fortemente constituídas e permanentemente mediadas pelo Estado (ROLNIK, 2015, p.172, GRIFO NOSSO).

Dessa constatação, partimos do entendimento de que a “**ausência do Estado**” deve ser interpretada como uma **forma de agir** e não como um limbo ou vácuo do poder público em relação a esses territórios. Ademais, embora nas últimas décadas tenham sido realizados investimentos públicos significativos em programas de urbanização de favelas e construção de conjuntos habitacionais de interesse social, em sua maioria, se configuram como ações que visam a requalificação via urbanização e que estipulam novas lógicas de ocupação impostas de cima para baixo (ROSA, 2008).

Esse quadro aponta porque, em grande medida, as políticas públicas e instrumentos urbanísticos têm se mostrado insuficientes para promover o acesso à terra, à moradia, à infraestrutura e aos equipamentos urbanos de qualidade para essa enorme parcela da população. Com isso, os pobres urbanos ainda convivem com altos níveis de precariedade habitacional e urbana e são impelidos a desenvolver soluções criativas para adaptar seus contextos com recursos escassos e com os materiais que têm a mão. Para tanto, lançam mão de táticas variadas e pulverizadas para suplantar as enormes carências de seus territórios. Nesse contexto, a **atuação tática** se apresenta como um mecanismo de defesa para lidar com as condições de precariedade urbana, econômica e social, **sem necessariamente confrontar o sistema, mas encontrando nele algumas brechas como formas de sobrevivência**.

A atuação tática – a partir da conceituação de Michel De Certeau (1998 [1980]), em *A invenção do Cotidiano* – tem a característica de ser ágil e flexível no atendimento das demandas, valendo-se dos recursos disponíveis e imediatos. As táticas, em contraposição às estratégias, correspondem às ações que desviam a ordem efetiva das coisas para fins próprios, atuando na manipulação e alteração dos objetos e espaços. Expressam “maneiras de fazer” e se reapropriar e intervir sobre o espaço, dele tirando partido para a introdução e combinação de novas formas de uso e ação sobre esse mesmo espaço. A tática não tem por síntese o discurso, “mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’” (p.47).

Trazendo essa lógica para o contexto brasileiro, podemos observar algumas maneiras de fazer não exclusivas, mas bastante peculiares na nossa realidade¹⁰: a inventividade e a capacidade de improvisação devido à precariedade dos meios; o flerte com a ilegalidade; a habilidade de lidar com situações adversas e criar novas formas de diálogo com a realidade circundante (ROSAS, 2008; BOUFLEUR, 2013). No Brasil, algumas dessas táticas são conhecidas como ***gambiarra***.

O termo ***gambiarra*** é bastante abrangente e envolve tudo aquilo que é feito de forma improvisada e sem preparação, com as habilidades e os recursos do momento e com os materiais que se tem à mão.

A motivação maior da gambiarra não é outra, então, que a ausência de alternativas mais elaboradas e seguras para um constrangimento prático qualquer, **sendo antes uma resposta a uma situação de falta do que uma escolha feita com livre arbítrio; mais uma atitude de sobrevivência frente a dificuldades** do que uma prática desejada de vida (DOS ANJOS, 2007, p.34, GRIFO NOSSO).

Por essa definição geral e por seu uso recorrente, constatamos que o termo ***gambiarra*** pode estar relacionado às mais diversas escalas e tipos de artefatos produzidos – desde o uso de cliques para ajustar a barra de uma calça ou remendar um chinelo de borracha, até as adaptações improvisadas realizadas pelos próprios moradores nas casas autoconstruídas e nos espaços urbanos. O termo pode ser associado às mais variadas características e situações, como fartamente ilustrado abaixo:

¹⁰ Como será demonstrado ao longo da tese, os mecanismos da gambiarra podem ser encontrados em outras culturas, com algumas particularidades e com outros nomes, tais como “jugaad” na Índia, “kludge” na língua inglesa e “jua kali” no Quênia.

Adaptação, adequação, ajuste, conserto, reparo, remendo, encaixe, emenda, improvisação, jeitinho, maquinação, artimanha, traquitana, trucagem, transmutação, técnica, bricolagem, *assemblage*. Ou ainda, atitude inventiva, inteligente, criativa, imediata, não convencional, não prevista à solução alternativa de um problema; uma prática heteróclita, insólita, incomum; uma arte vernácula, autóctone, 'tecnologia popular'. Um meio de 'tirar vantagem', hábito irregular, ilícito, desonesto, marginal, ilegal, fraudulento, malandro. Desleixado, precário, rústico, grosseiro, tosco, esdrúxulo, 'feito às pressas, de qualquer jeito', incômodo, efêmero, paliativo, volátil, informal, popular, paralelo, inadequado, imperfeito, inacabado, ideias as quais estão relacionadas, ora mais, ora menos, a um contexto de falta de recursos, precariedade ou pobreza (OBICI, 2014, p.6).

Dada a amplitude do termo, muitas são as entradas possíveis para investigar a gambiarra no Brasil, fazendo com a prática possa ser estudada sob os mais diferentes aspectos, espectros e campos disciplinares. Contudo, por sua conotação informal e popular, constatamos que no meio acadêmico pouquíssimos são os trabalhos que se dedicam ao seu estudo. São encontradas algumas contribuições a partir do campo do Design de Produtos (p.ex.: BOUFLEUR, 2006 E 2013 E MARQUES, 2019 E 2020), do campo da tecnologia digital (ROSAS, 2008; BRUNO, 2017; MESSIAS E MUSSA, 2020) e do campo das artes visuais (LAGNADO, 2007; DOS ANJOS, 2007; BERTOLOSSI, 2014). Pontualmente encontramos estudos que relacionam a gambiarra à música (OBICI, 2014) e à literatura (SEDLMAYER, 2017) e à arquitetura (PORTELA, 2007). Diante da escassa produção científica sobre o tema da gambiarra relacionada ao fenômeno de transformação e adaptação da paisagem urbana e do ambiente construído, como contribuição, esta tese busca preencher esta lacuna.

Observamos que, enquanto a maior parte da sociedade encara as práticas informais e improvisadas como algo a ser combatido, alguns movimentos ligados aos campos das artes visuais, do design e da tecnologia começaram a vislumbrar a prática da gambiarra como um conjunto de manifestações que representa uma forma de inovação, com suas especificidades estéticas e inventivas. Nessa direção, Ricardo Rosas (2008, p.23) observa:

Fenômenos que abundam não apenas na arena do imaginário popular, nas ruas de nossas grandes e pequenas cidades, entre bancas de camelôs ou nas esquinas das favelas, mas que estão igualmente disseminados, talvez com outros nomes, na cultura *geek*, nas cada vez mais criativas e abundantes produções das novas mídias.



FIG. 4: MOVIMENTOS DO CAMPO DAS ARTES VISUAIS, DESIGN E TECNOLOGIA QUE SE APROPRIARAM DA NOÇÃO DE GAMBIARRA. FONTES: GAMBIARRALAB.ORG / FACTA.ART.BR/ TECMUNDO.COM.BR

Já no campo da arquitetura e urbanismo, a gambiarra (quando citada) costuma estar vinculada a uma conotação negativa, associada ao improviso nos processos construtivos e à falta de uma cultura de planejamento urbano de nossas cidades. Como ilustração, Bernasconi (2011, p.13), representante do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia, faz referência às gambiarras realizadas pelo Poder Público durante às contratações de projetos e obras para os megaeventos esportivos sediados no Brasil (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro). Para driblar a falta de planejamento, ele alega que os governos recorrem “ao famoso ‘jeitinho brasileiro’”, com contratações e licitações de obras apenas com o anteprojeto e que acabam resultando em empreendimentos com alto custo de implantação e que são “mal dimensionados, mal projetados e mal construídos”.

Em direção semelhante, o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães (2012) alega que o improviso, a gambiarra e a falta de planejamento no Brasil podem levar a danos irreversíveis e propõe que se repense o mito de que o país só se faz com o jeitinho e associa tais elementos à falta de transparência, à arbitrariedade e à corrupção. Para o autor, o país desaprendeu a planejar e desdenhou do projeto como “instrumento civilizatório” e que permite a antecipação e o dimensionamento das nossas intenções de futuro. Magalhães identifica uma série de exemplos associados à sua leitura da gambiarra e do improviso no país: o programa Minha Casa Minha Vida que se apropria do modelo obsoleto do antigo BNH; as expansões dos aeroportos em várias cidades brasileiras e a queda de edifícios por problemas estruturais advindos da não observância às normas técnicas.

Por essas amostras constatamos que a tática da gambiarra na produção do espaço é apresentada quase em sua totalidade de forma pejorativa, recriminando a precariedade dos meios e a forma de improviso para contornar as adversidades. *Mas será essa a única perspectiva possível?*

De forma a se afastar de uma leitura dicotômica e binária de representação da gambiarra nos territórios populares, encontramos as narrativas produzidas pelos **memes**¹¹, amplamente compartilhadas nas redes sociais e que satirizam a forma improvisada do *jeitinho brasileiro* de construir, *quebrar-galhos* e *se virar nos trinta* para sanar, mesmo que provisoriamente, as mais distintas adversidades impostas por contextos de limitação socioeconômica (FIGURAS 5-8). Os memes, enquanto peças narrativas nas quais a autoria não costuma ser identificada, vagam pela internet de forma difusa e sem um centro definido, podendo ser criados tanto pelos próprios moradores dos assentamentos populares quanto por pessoas exógenas a esses contextos.

Ao conceber imagetivamente aspectos da realidade, o meme produz, em seu viés irônico e persuasivo, elementos para que a imaginação recrie a realidade por ele representada (SANTOS, COLACIQUE ET AL., 2016). Partindo do pressuposto que a atuação tática desafia, mesmo que instintivamente, uma certa concepção de cidade e do projeto como algo acabado e imposto de cima para baixo, nos indagamos: os memes, ao operar nas fissuras do sistema e subverter as representações “oficiais” dos territórios populares, estariam produzindo microrresistências à ordem estabelecida ou reforçando estereótipos e estigmas dominantes em relação às suas práticas espaciais?

¹¹ Memes são mensagens de tom irônico e que são intensamente compartilhadas por usuários nas mídias e redes sociais na internet. Costumam constituir conteúdos de linguagem simples e direta, de fácil compreensão e rápida replicabilidade e compartilhamento. Os memes costumam ter apropriações temáticas em tom divertido ou jocoso, desde amenidades até assuntos de política e economia.

Agora A Nasa Vem

Jonas

Povo engenhoso igual aqui não tem
Faz muita gambiarra, então a NASA vem
E nem o MacGyver pode imaginar
O que esse povo sabe inventar
Como é incrível, como é possível?
Só vendo pra poder acreditar

Agora a NASA vem, agora a NASA vem
Aqui tem coisas que nem lá em Marte tem
Agora a NASA vem e não vai demorar
Aqui tem muita coisa pra NASA estudar

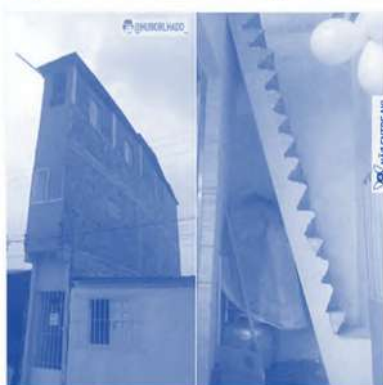
FIG. 5: TRECHO DA LETRA DA MÚSICA “AGORA A NASA VEM”, DE AUTORIA DE JONAS. FONTE: AMAZON MUSIC

FAZER GATO NA NET E NA LUZ É COISA DE INICIANTE.
QUERO VER USAR O POSTE COMO COLUNA DA CASA 🤔



FIG. 7: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO

BEM VINDO A ENGENHARIA
BRASILEIRA
Regras: não há regras

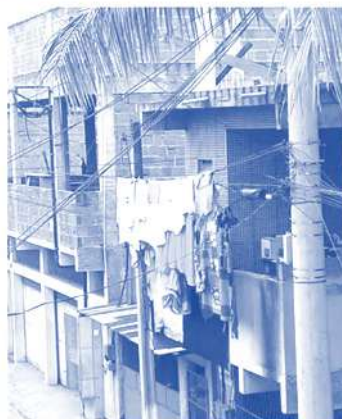


Desafiando a física, a Matemática, a Gravidade, a Engenharia, o Espaço, o Tempo, a Nasa, Einstein e o Espírito Santo!



FIG. 6: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO

O brasileiro só não domina o mundo porque tá com preguiça



Minha casa minha vida agora com espaço gourmet.



FIG. 8: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO/BLOG DO SIMÃO / UOL (2015)

Dessa série de questionamentos, indagações e curiosidades, **emerge a motivação desta tese.**

Ao não considerarmos como legítimas ou dignas de atenção as práticas espaciais populares, nós, arquitetos, urbanistas e planejadores urbanos, construímos uma noção de superioridade e privilégio simbólico e material das formas hegemônicas de produção do espaço. Nesse contexto, as práticas gestadas fora do domínio da racionalidade técnico científica são geralmente tidas como precárias, desqualificadas e, portanto, ignorantes. Todavia, não custa lembrar que **todo saber é relativo:**

Ninguém ignora tudo, ninguém sabe tudo, todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre.

(PAULO FREIRE, 1989, P. 46)

Aprender com aquilo que não sabemos. Essa tese se abre para o exercício de retirar as lentes focadas na produção dos espaços luminosos, para tentar entrever potencialidades nos modos de operar da gambiarra dos espaços opacos, buscando desvelar possibilidades que costumam passar despercebidas aos nossos olhos de especialistas. Partimos da conceituação do geógrafo Milton Santos (2001), na qual os espaços opacos – em contraste aos espaços luminosos – são aqueles constituídos por formas não atualizadas à modernidade hegemônica, nos quais os pobres urbanos encontram condições de sobrevivência. São espaços dotados de grande flexibilidade e capacidade de adaptação em função da condição imanente de precariedade e impermanência, constituindo-se também em zonas de resistência e existência das classes populares.

O esforço que empreendemos se faz na direção de investigar as formas urbanas gestadas cotidiana e processualmente nos territórios populares, as quais estabelecem características singulares de praticar, se apropriar e produzir o espaço, como nos instiga Carlos Nelson:

Comecei, cada vez mais, a desviar minha atenção das casas, dos sistemas viários dos aglomerados, das soluções de esgoto e abastecimento de água e de outros aspectos considerados do interesse primordial de um urbanista ou arquiteto. [...] Fui descobrindo que havia muitos mundos dentro do que, simplisticamente, eu designava por um só nome. Fui vendo que algumas **ações e maneiras de ser ou de ver as coisas que eu classificaria, com rapidez, de “alienadas”** tinham sentido dentro dos **códigos particulares** a que estavam referidas, frente aos quais, por não saber como me comportar, **o alienado era eu** (FERREIRA DOS SANTOS, 1981, P.6, GRIFO NOSSO).

As táticas e práticas espaciais cotidianas realizadas pelos moradores nos territórios populares, ao serem continuamente reproduzidas, acabam por estruturar um “padrão local de produção espacial baseado em regras tácitas e específicas que permitem a existência de um espaço mais adaptado às condições de informalidade urbana, jurídica e econômica” (LOBOSCO, 2022, P.26)¹². Temos assim que a configuração espacial das favelas, embora apresente graves problemas urbanos (como a precariedade dos acessos e vielas e a falta de ventilação e insolação nas moradias) “esconde uma lógica interna pautada pelo aproveitamento máximo do terreno e dos recursos empregados, produzindo uma grande flexibilidade espacial que garante a estruturação de uma hierarquia interna” (LOBOSCO, 2022, P.31).

Nessa outra lógica de produzir o espaço, Solange Carvalho (2020) demonstra haver no caso das favelas brasileiras um “desencaixe” entre os planos e projetos urbanísticos promovidos pelo Estado e as práticas espaciais informais empreendidas pelos moradores. A autora explicita que, via de regra, as políticas de urbanização de favelas pretendem impor padrões urbanísticos da cidade formal em substituição às dinâmicas preexistentes (que ela denomina de “lógica da favela”), com a suposta

¹² Na tese *Como se faz uma favela: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano ‘periférico’*, Lobosco (2011) analisa os processos de produção das favelas através das táticas de sobrevivência que permitiram a elaboração de um espaço adaptado à informalidade e a precariedade, consolidando práticas e modos de vida específicos.

intenção de integrar esses territórios às formas dominantes da paisagem urbana. Contudo, ao não considerar à lógica da favela, as ações oficiais implementadas pelo Estado são alvos constantes de conflitos e adaptações nas obras públicas implantadas. Projetos a exemplo dos típicos conjuntos habitacionais estatais acabam tendo suas características originais transformadas por meio de diversas ampliações e gambiarras, como resultantes da aplicação das táticas de produção espacial flexível e adaptativa sobre tais espaços padronizados.

Nessa discussão, nos parece fundamental reconhecer o papel do Estado e dos planos e projetos urbanos na manutenção desse desencaixe. Milton Santos (2003[1979]) aponta que a lista das causas da condição de subdesenvolvimento e pobreza no Brasil, de forma particular, e na América Latina, de forma geral, não poderia estar completa sem o reconhecimento do papel do planejamento urbano como um poderoso instrumento para a manutenção das disparidades socioespaciais. Santos demonstra como a urbanização intensa e acelerada nos países da periferia do capitalismo é, simultaneamente, um resultado e uma condição do processo contínuo de expansão do capital.

Por essa lógica, as transformações e investimentos urbanos ocorrem numa relação extremamente assimétrica, na qual um *centro* determina o ritmo e o sentido das mudanças na *periferia*. Temos assim que **a pobreza planejada e o não planejamento seletivo são partes intrínsecas do próprio planejamento urbano**. Nesse contexto, a precariedade dos espaços de vida da maior parte da população urbana não exclui a produção contínua de necessidades – seja por meio do aumento *controlado* dos níveis de consumo e acesso a bens e serviços, que mantém a subordinação e a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior da economia; seja por meio do controle da psicosfera, que administra o imaginário social e urbano da população em sua condição de eterna inferioridade e subalternidade.

Nesse sentido, Raquel Rolnik (2015, p.167) pontua que a principal violação da ordem urbanística nos territórios populares seria a de “não obedecer ao planejamento, *locus* onde se definem as formas permitidas – ou proibidas – de organizar o espaço”. Ao estigmatizar e coibir as práticas espaciais e socioculturais desses assentamentos, constatamos que o planejamento urbano **atua como um poderoso instrumento de discriminação territorial, étnica e cultural**. A consolidação de padrões de moradia, tais como os implementados pelo Programa *Minha Casa Minha Vida*¹³, modifica substancialmente as formas de organização familiar típicas dos bairros populares, dentre as quais podem ser citadas as características multifuncionais das habitações, que promovem o máximo aproveitamento do terreno para várias unidades domiciliares, e mesclam moradia com espaços para geração de renda, seja por meio do comércio domiciliar ou pelo aluguel de cômodos da casa.

Como fica patente, tais práticas não ocorrem por *desorganização, espontaneidade ou descontrole* – mas notadamente pela falta de alternativa e condições financeiras, e que resulta na exploração extra da força de trabalho das camadas populares, que são impelidas a construir artesanalmente e às custas do seu próprio esforço uma parte da cidade (MARICATO, 1982; OLIVEIRA, 1982).

A aplicação discriminatória de planos e projetos urbanísticos atua como um mecanismo de reforço de desigualdades no espaço, resultando numa distribuição diferenciada de bens e serviços dependendo do

¹³ O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV – 2009/2020) foi criado por meio da Lei Federal nº. 11.977/2009, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Os empreendimentos possuíam tipologias residenciais horizontais e verticais, e o programa tinha como objetivo diminuir o déficit habitacional no Brasil e incentivar o crescimento econômico através do setor da construção civil (LIMA et al, 2021). Diversos foram os trabalhos acadêmicos que buscaram compreender seus esforços, fragilidades, limitações e consequências para a política pública habitacional. Segundo Lima et al (op.cit., p.73) dentre as principais críticas e falhas identificadas no PMCMV podem ser citadas: “1) monofuncionalidade; 2) distância em relação aos equipamentos públicos; 3) dificuldade de acesso à área de comércio e de serviços; 4) verticalização de áreas periféricas; 5) desconexão com a malha urbana existente; 6) padronização excessiva; 7) baixa qualidade arquitetônica (Vicentim; Kanashiro, 2016). Ademais, soma-se a problemática as escalas dos empreendimentos (Cardoso; Aragão; Araújo, 2011) e as transformações habitacionais simbólicas e/ ou como fonte de renda (Fontenele, 2019)”.

lugar socioeconômico e geográfico que cada grupo ocupa. Nessa perspectiva, é no território que a cidadania se afirma e é no território que se reforçam as lógicas de uma *cidadania mutilada* (SANTOS, 2013[1987]) e de uma *cidadania diferenciada* (HOLSTON, 2008) de acordo com tais padrões. A luta pela cidadania, portanto, não se esgota na confecção de uma lei (abstrata), mas necessita ser uma conquista cotidiana e permanente, e deve ser, sobretudo, uma realidade material e não apenas um reconhecimento formal (BORJA, 2003).

A cidadania urbana pressupõe, portanto, uma constante aquisição de novos direitos, bem como a reafirmação e realização prática dos direitos que já foram assegurados por lei. Nessa ótica, a cidadania implica simultaneamente no **“estado formal de direito”** e no **“direito real a sua transgressão”** (BORJA, 2003, p.23, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS). No contexto dos grandes centros urbanos brasileiros, e da suposta dicotomia entre a cidade formal, como o espaço da ordem, e a cidade informal, como a expressão do caos e da desordem, fica a pergunta: **“Quem é o transgressor e quem é transgredido?”** (SOUZA E SILVA ET AL, 2009, p.93)

A construção de uma **cidadania urbana insurgente** no Brasil se deu pela urgência da sobrevivência da vida doméstica dos bairros populares. Nesse contexto, “longe dos olhos do Estado e dos empregadores”, as periferias constituíram espaços autônomos para as classes populares, como “uma forma de reavaliar seus lugares pessoal e coletivo na sociedade brasileira” (HOLSTON, 2008, p.268). Assim, temos que as periferias e favelas urbanas desenvolvem padrões de produção do espaço específicos, que respondem a um modo particular de ocupar e habitar o espaço.

As práticas de produção cotidiana nos territórios populares ocorrem em uma complexa relação dialética entre formalidade e informalidade e entre acomodação e resistência. As atuações táticas, dentre elas as gambiarras urbanas, permitem aos moradores “realizar pequenos ‘desvios de rota’ na ordem estabelecida” (LOBOSCO, 2011, p.44) – desvios esses que acreditamos serem capazes de produzir microrresistências às práticas urbanísticas hegemônicas.

A noção de microrresistência se fundamenta em Certeau (1998) que identifica que os praticantes ordinários da cidade abrem espaços de microrresistências frente à ordem dominante, sem, contudo, romper com tal sistema, e também nas contribuições de Paola Jacques (2011), que percebe as micropáticas urbanas dos espaços opacos¹⁴ como formas de resistência aos processos de espetacularização urbana presentes nos espaços luminosos. Jacques postula que os espaços urbanos opacos existem e resistem, correspondendo à cidade praticada e vivida: “essa ‘outra cidade’ escondida, ocultada e apagada ou tornada opaca por todas essas estratégias de marketing que criam imagens urbanas pacificadas e consensuais” (p.168).

¹⁴ Interessante notar que Michel de Certeau (1998), no subcapítulo *Uma “arte” brasileira*, também utiliza o termo “opacidade” para se referir à capacidade de resistência e astúcia da “cultura popular” em driblar o espaço instituído por outros, e “jogar/desfazer o jogo do outro” (p.79). A opacidade se manifestaria em oposição à transparência tecnocrática.

ESPAÇO-TEMPO DA PESQUISA

Este trabalho se insere no arcabouço mais amplo da **produção do espaço cotidiano nos territórios populares urbanos brasileiros**. Por *produção do espaço* partimos do entendimento de Lefebvre (2006[1974]), que refuta a concepção generalizada de espaço como uma realidade material independente e propõe uma teoria do espaço como fundamentalmente **atrelada à realidade social**. Portanto, o espaço não existe “em si mesmo”, mas é **socialmente produzido**. Partimos do pressuposto de que o espaço tem um papel privilegiado para a compreensão das dinâmicas urbanas e sociais contemporâneas, tendo em vista que “ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre o passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam” (SANTOS, 1991, p.83). Importante aclarar que *espaço* e *território* não são considerados aqui como termos equivalentes, mas complementares: entendemos que o território se forma a partir da apropriação concreta ou abstrata no espaço, ou seja, são os habitantes que **territorializam o espaço** em sua vivência cotidiana. Nesse sentido, convocamos o conceito de “*território usado*” de Milton Santos (1994), que busca reinscrever o território na problemática relacional do espaço socialmente apropriado.

Em relação à **delimitação do contexto espacial** do campo de pesquisa cabem alguns esclarecimentos. Partimos do interesse em abordar o conjunto de assentamentos nos quais as marcas da exclusão social e econômica se fazem presentes na materialidade urbana, o que faz com que os grupos de moradores desenvolvam maneiras particulares de enfrentar a escassez de recursos (sejam eles materiais, econômicos ou tecnológicos) e desenvolver repertórios próprios para lidar com a precariedade – muitas vezes de forma inventiva e inovadora, como forma de coexistência e resistência.

Dada a abrangência de assentamentos que se enquadram nesses requisitos (tais como favelas, periferias, ocupações urbanas, conjuntos habitacionais de baixa renda, etc.), optamos por utilizar a definição mais genérica de **territórios populares** – abordados enquanto territórios em constante transformação e adaptação diante das condições de precariedade, nos quais **a atuação tática se traduz numa complexa relação dialética entre resistência e acomodação frente às estruturas dominantes**. E são justamente nesses contextos que os pobres urbanos se **reapropriam dos espaços organizados pelas técnicas**, conferindo novas finalidades para os objetos, subvertendo suas funções originais e a elas incorporando novas articulações práticas em seus territórios (SANTOS, 2006, p.221).

Muito embora a tese navegue entre esses diferentes territórios populares urbanos, maior ênfase é dada **ao contexto das favelas cariocas**, e, em especial, **ao conjunto de favelas da Maré na cidade do Rio de Janeiro** – caso referência desta tese. A escolha da Maré como lócus do estudo foi pautada pela sua riqueza e diversidade, abrigando favelas e conjuntos habitacionais de diferentes épocas e tipologias. Além disso, embora seja referenciada popularmente como um conjunto de favelas, a Maré é, desde a década de 1990, um bairro oficial da cidade, o que nos pareceu bastante pertinente para explorar essas zonas fronteiriças e ambíguas entre formalidade/informalidade e planejamento/improviso na produção do espaço urbano.

Investigamos as gambiarras urbanas dos territórios populares a partir dos agenciamentos de sua paisagem cotidiana¹⁵, composta pelo conjunto das moradias, pequenos comércios populares e o seu ambiente urbano imediato, cujas qualidades se definem na **escala microlocal**. A escala microlocal assimilada como a “menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la. A autonomia na sua produção implica que grupos locais e microlocais

¹⁵ Pertinente a conceituação de “espaço cotidiano” do grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras – MOM/UFMG (KAPP e BALTAZAR, 2006; KAPP, 2012a, 2012b). Em analogia ao conceito de Henri Lefebvre (1991, p.97), para *vida cotidiana*, que seria tudo “aquilo que ‘resta’ quando se subtraem todas as atividades distintas, superiores, especializadas, estruturadas”, o espaço cotidiano seria “o espaço não especializado ou que não demanda organização para uma atividade especializada e nem tampouco demanda organização por especialistas” (KAPP, 2011, p.5).

determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo” (KAPP, 2012A, p.469). Importante sublinhar, no entanto, que um olhar mais detido sobre a micro escala não implica em perder de vista a influência que as dinâmicas de maior escala impõem sobre os territórios populares (sejam elas econômicas, culturais, imobiliárias, etc.) – o que demonstra que essa autonomia é relativa e deve ser compreendida no bojo das inúmeras contradições presentes na cidade como um todo.

Isso posto, e, tendo em vista a influência das dinâmicas macro, embora a pesquisa esteja centrada na micro escala – e, em especial, no caso referência localizado no Rio de Janeiro –, ela entra em diálogo com outras experiências do Sul Global¹⁶, a fim de compreender os nexos entre a gambiarra praticada no Brasil e aquelas manifestações “similares” praticadas em outros países que compartilham da situação periférica do capitalismo global e dos efeitos do colonialismo.

Em relação ao **contexto temporal**, a pesquisa se reporta à produção do espaço urbano no Brasil a partir da segunda metade do século XX, quando o fenômeno urbano se amplifica tanto em termos de escala – com o crescimento vertiginoso da população urbana no país – quanto de complexidade dos problemas urbanos – com a expansão desenfreada das periferias, a multiplicação de favelas e da dificuldade do planejamento urbano em lidar de forma comprometida com o enfrentamento de tais questões. Cumpre esclarecer, no entanto, que não é objetivo desta tese estabelecer um panorama geral da “questão urbana” dos territórios populares brasileiros. A contextualização temporal que se segue busca oferecer a conjuntura mais ampla e colocar em perspectiva o percurso exploratório relativo à GAMBARRA URBANA nos territórios populares, considerando se tratar de uma prática em constante mutação e adaptação à realidade socioespacial em que se insere.

Notadamente, a partir da década de 1960, influenciados por marcos teóricos do pensamento sociológico latino-americano, consolida-se no Brasil a formulação de um campo crítico sobre a produção dos espaços de moradia das camadas populares, que deu visibilidade à temática da favela e da periferia urbana – tanto como objeto teórico quanto empírico¹⁷ (MARICATO, 2017; ROSA, 2018). Maricato aponta que este esforço, para além de uma formulação teórica sobre a urbanização periférica, lançou luz sobre as disputas relacionadas à produção, apropriação e representação do espaço urbano e repercutiu também nas práticas dos movimentos sociais e na revisão de políticas públicas relativas à diminuição das desigualdades socioespaciais.

Thaís Rosa (2018, p.180) indica que esse campo de estudos urbanos transformou as favelas e periferias em “categorias de análise a partir das reflexões sobre a pobreza urbana e dos debates sobre moradia popular e a produção do espaço urbano no Brasil”. A autora nota que, a partir da década de 1990, as concepções dualistas da cidade (formal/informal, favela/asfalto, centro/periferia) ganham fôlego, sobretudo pelo agravamento de temas relativos à violência urbana e do aumento dos contrastes socioespaciais entre ricos e pobres. Nesse contexto, consolidam-se as interpretações dos territórios populares pelo “**paradigma da ausência**” (SOUZA E SILVA ET AL., 2005 E 2020), no qual os espaços dos pobres urbanos são qualificados por tudo aquilo que supostamente não têm: ausência de leis, ausência do Estado, ausência de direitos, ausência de ordem, ausência de planejamento.

No plano discursivo do paradigma da ausência são conferidas diversas aniquilações simbólicas que destituem as conquistas e as lutas cotidianas dos moradores dos territórios populares, alimentando a crença de que os saberes e os fazeres ali construídos são precários e inferiores. Em contraposição,

¹⁶ O Sul Global, para além do Sul geográfico, é concebido por um Sul metafórico daqueles territórios que compartilham desafios historicamente impostos pelo colonialismo e pelo imperialismo.

¹⁷ Dentre as contribuições para o campo de estudos urbanos sobre favelas e periferias urbanas e suas relações entre a habitação precária, a produção do espaço urbano e as condições de reprodução da força de trabalho podem ser citados os trabalhos teóricos de Francisco de Oliveira (1972), Janice Perlman (1977), Lúcio Kowarick (1979), Ermínia Maricato (1978) e Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979).

Jailson Souza e Silva et al. (2005 e 2020) propõem uma leitura das favelas a partir do “**paradigma da potência**”, fundado no reconhecimento do poder inventivo dos territórios populares e seus sujeitos. Essa abordagem permite enxergar esses territórios com menos estereótipos e estigmas, com suporte nos seus próprios valores, estéticas e regras – construídos cotidianamente na vivência de seus moradores como afirmação da sua existência e resistência no espaço urbano. Dessa interpretação a partir da potência, emergem proposições teóricas e empíricas nas quais os atravessamentos interseccionais de raça, gênero e classe “recobram seu lugar como componentes centrais da questão urbana contemporânea no país” (ROSA, 2018, p.183)¹⁸. No entanto, e não obstante os perceptivos avanços na compreensão dos espaços das camadas populares na cidade e no reconhecimentos dos seus moradores como sujeitos ativos na produção do espaço, **não podemos afirmar que a representação hegemônica da cidade tenha sido superada** (MARICATO, 2017).

Como veremos adiante, o paradigma da potência, em seu lado perverso, pode acabar estimulando discursos de **empreendedorismo heroico dos pobres**, que acabam reforçando a negligência do Estado, e ocultando às contradições e as disputas desses territórios. O principal difusor dessas ideias, como apontam Ananya Roy (2005) e Mike Davis (2006), é o economista e empresário peruano Hernando De Soto (1989 e 2000), que defende uma espécie de “capitalismo popular” no qual a economia informal é tida como a tábua de salvação e a resposta criativa do povo diante da ineficiência do Estado em satisfazer as necessidades dos cidadãos¹⁹. A principal armadilha dessa narrativa – **e talvez o maior desafio desta tese ao investigar a GAMBIARRA URBANA POPULAR** – é que ela vem sendo facilmente absorvida e capturada pelas políticas neoliberais, fazendo com que as ações comunitárias e de autoprodução legitimem agendas de privatização e políticas de austeridade.

Nessa conjuntura complexa, temos assistido no Brasil ao longo das últimas décadas a uma intensificação dos processos de financeirização da economia urbana, desregulação neoliberal e o aumento dos níveis de segregação socioespacial das camadas populares (TELLES ET AL., 2006). Essas dinâmicas, ao passo que provocam desestabilizações e embaralhamentos nas articulações entre trabalho, moradia e reprodução social, também demonstram **continuidades e permanências de processos de longa duração** arraigados em estruturas colonialistas, patriarcais e clientelistas.

Dessa forma, embora a tese se reporte à produção do espaço cotidiano popular no Brasil desde a segunda metade do século XX, a narrativa não se apresenta como um percurso linear, mas parte do princípio de que a cidade presentifica as diversas camadas históricas e temporais que a compõem, com todas as suas presenças e suas ausências. Afinal, “as experiências subalternas do sul global têm sido forçadas a responder **tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e do colonialismo**” (SOUZA SANTOS, 2013B, p.50, GRIFO NOSSO). São nessas escalas temporais distintas e complementares que a tese opera, ora resgatando fatos do processo de colonização, ora dialogando com a urgência do aqui e do agora.

¹⁸ Dentre esses trabalhos destacamos: 1) o Grupo de Estudos Corpo, Discurso e Território (PPGAU/FAUFBA), cujos trabalhos versam sobre as narrativas, histórias, memórias e epistemologias produzidas sobre a cidade e seus apagamentos, aproximando-os do debate étnico-racial e de gênero; 2) o laboratório LabCidade (Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, FAU-USP), com foco no acompanhamento crítico das políticas urbanas e habitacionais.

¹⁹ Segundo Mike Davis (2006), De Soto argumenta que os pobres na verdade são ricos, mas incapazes de ter acesso à própria riqueza, tendo em vista que essa que estaria materializada na forma de títulos de propriedade imobiliária, as quais criariam um enorme patrimônio com pouco custo para o governo e forneceriam capital para microempreendedores da favela prosperarem.

A GAMBIARRA URBANA COMO OBJETO DE ESTUDO

Dada a abrangência do termo *gambiarra* e suas inúmeras aplicações, importa aclarar preliminarmente a sua delimitação no contexto deste trabalho. Partimos da compreensão de que **a prática da gambiarra no Brasil não se restringe a um contexto social, econômico ou cultural específico e pode ser encontrada de forma abrangente em diferentes esferas e classes sociais**. Isso posto, deparamos com gambiarras urbanas tanto nos espaços luminosos (p.ex. gambiarras urbanísticas e jurídicas para implantação de condomínios de luxo ou “*gatos*” nas redes para sonegação de energia em bairros ricos) quanto nos espaços opacos (geralmente, mas não exclusivamente, vinculadas às táticas de sobrevivência das camadas populares). Temos assim que, embora as gambiarras urbanas dos ricos e dos pobres sejam ambas informais, elas se diferenciam por possuírem graus de legitimidade muito distintas (ROY, 2005).

À vista disso, enquanto a gambiarra dos espaços luminosos é discretamente consentida, a gambiarra dos espaços opacos é, em grande medida, criminalizada e estigmatizada, vinculada à noção de caos e desordem urbana. Entretanto, como afirma Carlos Nelson: “**A desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta**” (FERREIRA DOS SANTOS, 1982, p.8, GRIFO NOSSO). Existiriam então *ordens* por trás dessa aparente *desordem urbana*?

Encontramos alguns vestígios dessa questão à luz da teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos (2004[1979]), em que o autor aborda a noção aparentemente contraditória de “**pobreza planejada**”, na qual as melhorias urbanas e de renda são dosadas como um remédio para elevar os níveis de consumo e aumentar a dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior²⁰. Esse contexto propicia a coexistência dialética de dois circuitos distintos e interdependentes – o circuito superior, composto por atividades tecnologicamente modernas e que se beneficia diretamente do processo de modernização –, e o circuito inferior, composto pelas formas mais arcaicas de produção e que depende de mão de obra intensiva e de pouco capital, voltado sobretudo para o consumo da população pobre dos centros urbanos, também chamado por Santos de “setor popular”.

Elegemos como **objeto teórico-prático as táticas espaciais da autoconstrução relativas à gambiarra urbana na produção cotidiana dos territórios populares**. Nesse contexto, a tese investiga a gambiarra urbana realizada no âmbito dos circuitos inferiores, definida como o conjunto de táticas que os grupos populares dispõem para adaptar, transformar e subverter seus espaços de vida com as condições materiais e técnicas que se tem à mão, como forma simultânea de *existência* e *resistência*. Especial ênfase é dada às gambiarras que geram **transformações na paisagem urbana**, e, por esse recorte, não é foco da pesquisa a gambiarra realizada na escala interna do ambiente domiciliar.

Entendemos que a GAMBIARRA URBANA nos convoca a uma série de reflexões teóricas, metodológicas e práticas sobre maneiras outras de saber-fazer e pensar as práticas espaciais nesses contextos. Apesar de atuarem na escala microlocal, aqui entendida como a escala da moradia e seu entorno imediato, partimos do pressuposto que tais transformações, por menores que sejam, têm impacto sobre a escala mais abrangente da paisagem e influenciam as formas de produzir, conceber e habitar. Dessa forma, entendemos que a tática da gambiarra está inserida nos macroprocessos tanto internos à sociedade

²⁰ Como será demonstrado adiante, com a intensificação do processo de urbanização a partir de meados do século XX, Milton Santos (2004 [1979]) propõe o modelo da **Teoria dos dois circuitos da economia urbana em países subdesenvolvidos**, como uma teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial. Para o autor, se tratava de uma teoria mais ajustada para tratar das especificidades do impacto da modernização tecnológica nos países periféricos do que as *teorias da modernização*, as quais propunham um modelo dualista entre dois setores distintos (o sistema moderno, “formal” e o sistema tradicional, “informal”). Os circuitos superiores e inferiores se distinguem principalmente em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. Os dois circuitos conformam subsistemas que se articulam em uma oposição dialética entre ambos.

brasileira quanto naqueles ligados ao fenômeno da globalização e da colonialidade no Sul global. A esse respeito Lúcio Kowarick pontua que:

O caráter subordinado de nossas sociedades redefine, em nível nacional, as mudanças ocorridas no âmbito mundial, e é este processo de redefinição interna que cabe especificar e detalhar: trata-se, enfim, de captar as novas dinâmicas do capitalismo nesta vasta e desigualmente desenvolvida região periférica. O mesmo deve ser afirmado em relação **às análises situadas em nível micro, que não podem deixar de levar em consideração o contexto sociopolítico e econômico mais amplo no qual elas ocorrem** (KOWARICK, 2000, p.128-9, GRIFO NOSSO).

Isso posto, este trabalho opera numa **abordagem transescalar**, transitando entre a microescala das pequenas táticas e desvios que a gambiarra opera no espaço e os macrofenômenos que ajudam a compreender a contextualização da prática de modo mais abrangente e situado. Diante dessa consideração, importa ressaltar que **não** é intenção deste trabalho fazer uma espécie de apologia da precariedade, da informalidade e da gambiarra como espécie de “solução” para os problemas urbanos dos espaços populares. Tampouco pretendemos criar uma espécie de *urbanismo da gambiarra*, como uma forma de espetacularização e estetização da pobreza urbana. Assim, **um dos maiores desafios** desta tese reside em como abordar as táticas espaciais dos territórios populares **sem pretender sobrevalorizar o mito da comunidade autogerida e tampouco subestimar as práticas ali realizadas.**

APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para esquivar da polarização, propomos a investigar as táticas da GAMBARRA URBANA a partir de abordagens não dicotômicas – de maneira a identificar as relações de poder que unem as aparentes dualidades entre *formal e informal, projeto e improviso, planejamento e desordem* – e **vislumbrar nexos mais horizontais entre teoria e práxis na produção do espaço cotidiano**. Para essa empreitada, enfatizamos quatro autores que trataram em suas pesquisas sobre a gambiarra a partir de distintos campos disciplinares, e atuam como ponto de partida para nossa jornada:

Rodrigo Bouffleur²¹ (2006 e 2013) desenvolve pesquisas relacionadas ao campo do design de produtos e sua relação com a improvisação utilitária contemporânea no espaço urbano. Em sua tese de doutorado, ele afirma que a gambiarra atua como um mecanismo de subversão pacífica do sistema industrial-capitalista, tendo em vista que o indivíduo expressa por meio da gambiarra a possibilidade de “conferir a si mesmo autonomia e independência diante de um sistema planificador” (p.14). Ele indica que a imposição da forma de um objeto não implica necessariamente em limitação de seu uso, e que a prática da gambiarra “demonstra que o cidadão comum tem poder e a autonomia para **‘re-significar’ os objetos ao seu redor, invertendo a ordem de domínio ‘estabelecida’ por quem a concebeu**” (2013, p.237, GRIFO NOSSO).

Giuliano Obici²² (2014), no campo das artes, investiga a relação entre a gambiarra e o experimentalismo sonoro. O autor entende que a gambiarra ultrapassa o uso exclusivo às soluções improvisadas do

²¹ Rodrigo Bouffleur é professor adjunto do Departamento de Design da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Em sua tese defende que a gambiarra envolve os mecanismos de adaptação e de improvisação a partir de artigos de natureza manufatureira e industrial, seja por sua disponibilidade, seja por sua ausência em um dado contexto socioeconômico. O autor demonstra que a gambiarra atua como uma prática de reajuste utilitário entre a força da produção de mercadorias e a força das necessidades do cotidiano.

²² Giuliano Obici é artista-pesquisador com ênfase em arte sonora e professor adjunto do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense. A tese *Gambiarra e experimentalismo sonoro* (2014) parte da constatação de que existe um lugar em que a música experimental e a arte sonora brasileira se encontram: a gambiarra. Ao relacionar a gambiarra com a arte, o autor coloca que “o termo gambiarra deixa de ser uma expressão de uso exclusivo às soluções

cotidiano e se torna presente no fazer e pensar artístico brasileiro. Dentre suas contribuições, nos interessa particularmente a noção de que quem pratica a gambiarra assume, mesmo que provisoriamente, “o papel de engenheiro e/ou designer e/ou inventor capaz de criar outras funções aos objetos, saindo do lugar de consumidor passivo para o de proponente ativo, invertendo hierarquias” (p.42). Mesmo na precariedade, **a gambiarra “institui, mesmo que temporariamente, a inversão dos desígnios embutidos na tecnologia, revelando o avesso da ordem que ela instaura”** (p.44, GRIFO NOSSO).

Thaís Portela²³ (2007), no campo da arquitetura e urbanismo, investiga, a partir do caso da Feira São Joaquim, em Salvador, a relação entre **a gambiarra presente nos espaços opacos em oposição à padronização homogeneizadora presente nos espaços luminosos**. Ela identifica que subjaz à gambiarra popular uma pulsão criativa e que impõe a existência de uma ética e uma estética próprias, fruto do processo de constante adaptação e improviso diante da situação de precariedade. Além disso, diante das políticas de gentrificação, identifica que a gambiarra nos contextos opacos atua como uma espécie de “cápsula de proteção para esses territórios de resistência” (2007, p.86, GRIFO NOSSO).

Raquel Rennó²⁴ (2014), no campo da comunicação e arte digital, entende a gambiarra como um ato contestatório ao planejamento que oculta seus processos internos, sob uma aparente *limpeza formal*. Nesse sentido, defende que **o foco da gambiarra não é o produto, é o processo**. Pela sua constante desobediência ao **planejamento limpo que oculta seus processos constituintes e que impõe apenas um uso aos objetos**, previamente determinado de cima para baixo, a gambiarra pode ser entendida como máquinas inúteis do ponto de vista do sistema capitalista. Rennó identifica como ponto fundamental da gambiarra o fato de que suas **conexões se fazem constantemente visíveis** (FIG. 9-10): “Enquanto os arranjos tecnológicos comerciais ocultam os processos dos quais resultam e apresentam-se de modo quase mágico para os consumidores, a gambiarra expõe suas conexões” (RENNÓ, 2014, p.134).



FIG. 9: CONEXÕES EXPOSTAS EM CASA EM FAVELA EM BELO HORIZONTE.
FONTE: ALEXANDRE BAXTER (2022)

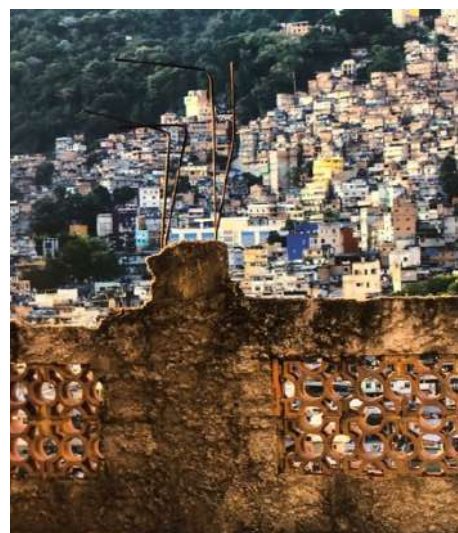


FIG. 10: VERGALHÕES EXPOSTOS À ESPERA DE UM FUTURO POR VIR NA ROCINHA. FONTE: ALLAN DE ALMEIDA / IMAGENS DO POVO

improvisadas do cotidiano para se tornar presente no fazer e pensar artístico brasileiro, em especial no campo da arte-mídia e midiativismo”.

²³ Thaís Portela é professora adjunta da Faculdade de Arquitetura na Universidade Federal da Bahia e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

²⁴ Raquel Rennó é pesquisadora e coordenadora de projetos na *Tactical Tech Collective*, Berlim e Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Suas pesquisas têm foco na área de Comunicação e Arte Digital com ênfase em estudos sobre espaços urbanos.

Encontramos diálogos possíveis entre tais concepções da gambiarra enquanto prática que revela seus processos constituintes e as críticas apresentadas por Sérgio Ferro (2006[1976]) e Paulo Bicca (1984) em relação ao modo de produção capitalista da arquitetura e do urbanismo. Eles demonstram que, nas intervenções arquitetônicas e urbanísticas sob a lógica racional-produtivista do capital, nada na obra deve lembrar ou expressar a contribuição pessoal dos operários que dela fizeram parte. Nas palavras de Ferro (2006, p.6, GRIFO NOSSO) o “operário é obrigado a se transformar em força de trabalho abstrata, sem uma gota de sangue, para realizar aquela aplicação precisa do **seu próprio desaparecimento na obra do outro**”. Bom lembrar que, nesse caso, “o outro” somos nós, os especialistas.

Nessa lógica, a figura do projeto como o desenho prévio de um produto acabado tem repercussões não somente na maneira como se dá a construção do espaço, mas também na maneira de habitá-lo. Sob essa lógica, o projeto de arquitetura e urbanismo resulta tanto na subordinação do saber-fazer dos indivíduos que executam a obra quanto no cerceamento da liberdade de modificar a obra por aqueles que nela habitarão (BALTAZAR E KAPP, 2006). Na busca por outras chaves para desconstruir a noção de *projeto* como um instrumento de dominação e imposição, encontramos na contemporaneidade alguns grupos e autores que vêm apresentando importantes abordagens para reposicionar o lugar do projeto sob uma perspectiva crítica e que vise a transformação socioespacial.

No campo dos estudos decoloniais destacamos as contribuições dos colombianos Arturo Escobar (2016) e Alfredo Gutiérrez Borrero²⁵ (2015; 2020). Escobar apresenta um fértil debate acerca dos sujeitos autorizados a projetar e demonstra que o projeto vem sendo utilizado como uma tecnologia política central da modernidade. No entanto, refuta o pressuposto de que apenas os especialistas possuam o domínio do projeto e parte da premissa de que toda comunidade projeta seu ambiente, suas organizações, suas relações sociais e suas práticas cotidianas de acordo com suas realidades singulares. Gutiérrez Borrero (2015) propõe a ampliação da noção de projeto para os “desenhos do sul” ou “desenhos outros” e demonstra que, embora todos os grupos humanos possuam a habilidade natural de projetar, somente o projeto técnico, desenhado por meio de uma linguagem gráfica e de cunho industrial, costuma ser considerado válido e universal. Nessa lógica discriminatória, assinala que “a produção de objetos do pobre e do campesino, do mestiço e do indígena, ou do negro fica relegada ao atraso — é apresentada como artesanato quanto está à margem do impulso industrial ou como **gambiarra** ou recursividade quando a ele resiste” (GUTIÉRREZ BORRERO ET AL., 2020, p. 65, GRIFO NOSSO).

No contexto brasileiro, salientamos a atuação do grupo de pesquisa *Morar de Outras Maneiras – MOM/UFMG*²⁶, que investiga os processos autogestionários de produção de moradias e do ambiente urbano, tendo por horizonte a autonomia coletiva, compreendida como “o direito e a capacidade de os grupos definirem as normas que regem a produção do seu espaço” (KAPP ET AL., 2016[2012c], p.82). O grupo realiza uma contundente crítica à prática convencional de projeto e ao pressuposto da produção arquitetônica como uma produção exclusivamente planejada e a partir da consecução de um produto fechado e definido antes da construção e do uso.

²⁵ Gutiérrez Borrero é professor de design na Universidade Jorge Tadeo Lozano em Bogotá, Colômbia, e seus trabalhos acadêmicos propõem redefinir a lógica do design industrial moderno a partir da inclusão de saberes outros, tais como os conhecimentos indígenas e milenares das culturas quéchua e aimará (GUTIÉRREZ BORRERO et. al., 2020).

²⁶ O grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras é sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, atualmente coordenado pelo Prof. Roberto Eustáquio dos Santos e pela Profa. Silke Kapp. As pesquisas são destinadas sobretudo a pessoas que, hoje, ou produzem suas moradias informalmente, com a escassez de recursos financeiros, técnicos e jurídicos nisso implicada, ou se submetem a empreendimentos formais nos quais têm pouco poder de decisão. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html> Acesso em 28 jul. 2022.

Destacamos ainda a atuação do grupo de pesquisa PRÁXIS – *Práticas Sociais no Espaço Urbano*²⁷, também da UFMG, que se debruça sobre temas relacionados aos territórios autoconstruídos, às condições contemporâneas de projeto, produção e uso do espaço urbano e desenvolve práticas compartilhadas e colaborativas por meio da mediação entre tecnologia, projeto, construção, informação, vivência e criatividade em torno da autoconstrução.

Sintetizando algumas das premissas dos grupos de pesquisa MOM/UFMG e PRAXIS/UFMG, Kapp, Baltazar e Morado (2016[2008A], p.23, GRIFO NOSSO) defendem a ampliação do termo *arquitetura* como “*a transformação do espaço pelo trabalho humano*”. Nessa acepção, a arquitetura designa **um processo e não um produto**, que não depende da existência de um desenho ou plano prévio e que “inclui, enfaticamente, espaços cotidianos tais como moradias ou equipamentos públicos despretensiosos”. Essa definição desafia, portanto, a visão hegemônica da exclusividade da disciplina enquanto um *corpus* de conhecimentos e práticas especializadas – com suas edificações excepcionais e suas paisagens extraordinárias. Nesse sentido, as autoras nos convocam a seguinte provocação:

Em termos mais concretos isso significa que arquitetos preferem a certeza de seus papéis tradicionais à reflexão que mina à exclusividade de seus talentos. **Se qualquer transformação do espaço pelo trabalho humano fosse considerada arquitetura, o que restaria aos arquitetos fazer?** (KAPP ET AL., 2016[2008A], p.25)

Freire-Medeiros e Name (2019) apresentam a proposição da “Epistemologia da Laje”, na qual questionam o fato da arquitetura das favelas produzida por não especialistas ser usualmente desconsiderada como projeto. Nessa perspectiva, defendem a laje como um projeto “que resiste à imposição de racionalidades técnico-científicas moderno-coloniais que operam na chave da universalidade e que, por consequência, pretendem-se produtoras e detentoras de todo conhecimento possível.” (p. 166). Em contraposição à “cegueira epistêmica” da prática da arquitetura e urbanismo que considera o projeto de edifícios e cidades como elementos imutáveis e estanques, *a laje como projeto* fornece uma lição epistemológica ancorada na experiência do porvir: “a laje é resultado de um trabalho que se deixa visível: tijolos aparentes e vergalhões expostos, às vezes sinalizados e protegidos por garrafas pet, acenam que novos pavimentos ainda estão por vir” (p.164).

Em direção semelhante, Paulo Reyes e Germana Konrath (2022) confrontam os métodos projetuais convencionais e as matrizes estáticas de planejamento, que tendem a negar a natureza dissensual e mutante de produzir cidades. Em contraponto, propõem incorporar a lógica do projeto sempre aberto para as transformações a partir da necessidade, em que a edificação ganha ou perde partes ao longo do seu ciclo de vida. A partir de algumas experiências latino-americanas os autores refutam a noção colonizadora da *estética periférica* como algo inferior e defendem que as construções populares com suas transformações e acréscimos podem ser “encaradas como contribuições e aprendizados – e não pejorativamente como puxadinhos e enjambrações sem sentido, desprovidos de valor estético” (p.6).

Em diálogo com essas **proposições** e incitada por essas **provocações**, que nos convocam a perceber a prática da arquitetura e do urbanismo para além das caixinhas convencionais, nos indagamos se as táticas espaciais mobilizadas pela GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA poderiam atuar como formas de microrresistência às práticas urbanas hegemônicas e homogeneizantes.

²⁷ O grupo PRAXIS-EA/UFMG é sediado na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e atualmente é coordenado pela Profa. Denise Morado. Disponível em <https://praxis.arq.ufmg.br/> Acesso em 30 jul. 2023. As investigações do grupo estão situadas na interface entre o campo do planejamento e do projeto urbano, numa abordagem crítica centrada na investigação teórica e na construção de práticas em prol do direito à moradia e à cidade.



FIG. 11: NEBULOSA DE AUTORES DA TESE. FONTE: AUTORA (2024)

OBJETIVOS E HIPÓTESES DA TESE

O **objetivo geral** da tese é contribuir para a reflexão crítica sobre as táticas espaciais da GAMBIARRA URBANA na produção cotidiana dos territórios populares e desvelar práticas subversivas que apontem para atuações mais integradas entre o *saber* e o *fazer* no campo do projeto urbano. A partir de uma perspectiva liminar, a tese busca friccionar as dicotomias *formal e informal*, *projeto e desordem*, *planejamento e improviso* e vislumbrar nexos mais horizontais nas maneiras de pensar, narrar e fazer a produção do espaço popular na direção de uma convergência transversal de saberes.

Como aproximação empírica das táticas espaciais da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA nos valem do método de caso referência, de natureza qualitativa, tendo como local de pesquisa o conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro.

A tese apresenta como objetivos específicos:

- Realizar a revisão da literatura relacionada à gambiarra a partir de diferentes campos disciplinares;
- Especular sobre as raízes da gambiarra urbana no contexto brasileiro;
- Examinar o papel do planejamento e do projeto urbano em sua relação com a autoprodução dos territórios populares;
- Investigar o quadro teórico relacionado às abordagens táticas na produção cotidiana do espaço urbano, identificando as potencialidades e contradições teórico-práticas em seus discursos;
- Analisar o fenômeno da gambiarra urbana enquanto sistema indissociável de objetos e ações;
- Examinar os modos de fazer da gambiarra urbana na produção do espaço cotidiano da Maré;
- Propor, a partir do caso referência, uma taxonomia dos dispositivos táticos da gambiarra urbana popular brasileira;

- Refletir sobre as diferentes posturas e formas de atuação assumidas pelos arquitetos e urbanistas nos territórios populares e apontar para caminhos projetuais liminares e menos hierarquizados.

A partir dos objetivos estabelecidos e, em consonância com a discussão propostas, trabalhamos com duas hipóteses:

HIPÓTESE 1: A TÁTICA DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA ATUA COMO DISPOSITIVO DE MICRORRESISTÊNCIA À LÓGICA DO PROJETO URBANO HEGEMÔNICO.

HIPÓTESE 2: A GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA PODE CONTRIBUIR PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO AO APONTAR PARA ABORDAGENS MAIS HORIZONTAIS ENTRE OS SABERES E OS FAZERES.

ESTRUTURA DA TESE

A tese se organiza em quatro partes que, embora distintas, são complementares e inter-relacionadas:

PARTE I – MODOS DE APRENDER-FAZER:

A Parte I organiza a estrutura metodológica da tese. A partir dos cruzamentos de metodologias proposta por Certeau (1998), Mignolo (2003) e Jacques e Pereira (2018; 2019 e 2020), buscamos realizar uma articulação entre as narrativas (os modos de narrar), os discursos (os modos de pensar) e as práticas (os modos de fazer) que orbitam ao redor da tática da gambiarra na produção dos espaços cotidianos populares. Partimos da concepção de que os três eixos são complementares, num processo de construção do conhecimento integrado entre o narrar, o pensar e o fazer. Para tanto, o conceito de liminaridade atua como elemento transversal que possibilita entrecruzamentos, justaposições e contaminações entre saberes, práticas e narrativas que nos permitem investigar a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA numa perspectiva dialética e não dicotômica.

PARTE II – MODOS DE NARRAR-FAZER:

A Parte II organiza as diferentes narrativas sobre a gambiarra, buscando compreender como a tática é entendida por diferentes campos disciplinares, e quais são as significações e capturas que podem ser apreendidas. Primeiramente, investigamos algumas “maneiras de fazer” que podem ser observadas em outros países do Sul Global e que guardam similaridades com a gambiarra praticada no Brasil, no intuito de averiguar quais são as convergências e as peculiaridades do nosso contexto específico. Na sequência especulamos sobre quais seriam as raízes da gambiarra no Brasil, relacionando a sua prática ao legado do colonialismo e do imperialismo e suas implicações relacionadas à desigualdade e à limitação de direitos no país. Desse ponto, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da noção de cidadania no Brasil e realizamos um debate acerca do planejamento urbano brasileiro e sua relação dialética com a autoprodução e com as insurgências nos territórios populares.

PARTE III – MODOS DE PENSAR-FAZER:

A Parte III organiza os discursos e fundamentos teóricos de sustentação da tese. Para tanto são exploradas teorias sobre a dimensão da vida cotidiana, sobre os saberes autoconstruídos nos territórios populares, sobre a atuação tática no espaço urbano, e sobre como o urbanismo se apropriou dessas teorias. Intencionamos identificar as potencialidades e também as limitações dessas abordagens para o entendimento das práticas espaciais que operam na produção cotidiana dos espaços opacos. Num segundo momento, nos debruçamos sobre a gambiarra enquanto ação tática, em uma leitura relacional

e dialética, sempre vinculada à sua inserção em um dado contexto socioespacial, técnico e histórico específico. Em continuidade, analisamos a gambiarra a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposto por Milton Santos, e apresentamos algumas possibilidades de categorização do fenômeno a partir das contribuições de Rodrigo Bouffleur. Buscamos compreender a gambiarra enquanto sistema indissociável de objetos e ações, e enquanto processo e produto, sempre numa perspectiva relacional.

PARTE IV – MODOS DE FAZER: A GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA

A Parte IV investiga os modos de fazer da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA a partir dos entrecruzamentos dos aportes teóricos e práticos que nos suscitam o caso referência da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. A partir da trajetória da Maré – desde seu processo de formação inicial até a implantação dos conjuntos habitacionais mais recentes e suas atualizações e subversões táticas realizadas pelos moradores – buscamos identificar sínteses e reflexões para a identificação dos dispositivos táticos da gambiarra urbana nos contextos populares. Na sequência, é apresentada uma proposta de taxonomia da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA derivada das percepções sobre os atributos espaciais que se repetem no território usado da Maré e que, apesar de suas singularidades, podem apontar para fenômenos e desdobramentos socioespaciais comuns a outros territórios populares. Por fim, especulamos sobre a atuação dos arquitetos e urbanistas diante dos saberes e fazeres autoconstruídos, em busca de uma ampliação do imaginário profissional e de uma descolonização dos nossos próprios saberes e fazeres.

GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA: AME-A OU DEIXE-A?

Capítulo de fechamento que busca recuperar de forma sintética as principais questões trabalhadas ao longo da tese, como um entrelaçamento das quatro partes, promovendo sínteses das discussões teóricas, metodológicas e empíricas da pesquisa. Além disso, apresenta uma reflexão sobre as hipóteses que atravessaram transversalmente a tese, no intuito de estabelecer diálogos e desdobramentos para aprofundamentos futuros.



FIG. 12: ESTRUTURA DA TESE. FONTE: AUTORA (2024)

PARTE I

MODOS DE APRENDER-FAZER



A Parte I organiza a estrutura metodológica da tese. A partir dos cruzamentos de metodologias proposta por Certeau (1998), Mignolo (2003) e Jacques e Pereira (2018; 2019 e 2020), buscamos realizar uma articulação entre as narrativas (os modos de narrar), os discursos (os modos de pensar) e as práticas (os modos de fazer) que orbitam ao redor da tática da gambiarra na produção dos espaços cotidianos populares. Partimos da concepção de que os três eixos são complementares, num processo de construção do conhecimento integrado entre o narrar, o pensar e o fazer. Para tanto, o conceito de liminaridade atua como elemento transversal que possibilita entrecruzamentos, justaposições e contaminações entre saberes, práticas e narrativas que nos permitem investigar a GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA numa perspectiva dialética e não dicotômica.

Ouçã um bom conselho, que eu lhe dou de graça
Inútil dormir que a dor não passa
Espere sentado, ou você se cansa
Está provado, quem espera nunca alcança
Venha meu amigo, deixa esse regaço
Brinque com meu fogo, venha se queimar
Faça como eu digo, faça como eu faço
Aja duas vezes antes de pensar
Corro atrás do tempo, vim de não sei onde
Devagar é que não se vai longe

[trecho de *Bom Conselho*, Chico Buarque, 1972]

Na canção *Bom Conselho*, Chico Buarque (1972) se apropria de provérbios e ditados tradicionais da cultura brasileira, os virando pelo avesso, de modo a provocar deslocamentos nas concepções tidas como unívocas no enunciado popular. E se fizéssemos exercício semelhante para alguns dos postulados do *saber-fazer* do projeto urbano? Afinal, um dos papéis fundamentais do investigador urbano é justamente:

ser *subversivo*, isto é, revolver, perturbar, desordenar o estado das coisas e das ideias, transformando a interpretação consagrada, a ação tida como correta ou eficaz, a hierarquia dos valores e a racionalidade dominante. Subverter significa questionar e checar teorias, métodos e categorias analíticas; significa também questionar e desvendar as práticas sociais dos mais variados grupos presentes ao longo das hierarquias da sociedade, com especial atenção para os múltiplos valores, símbolos, tradições e experiências dos inúmeros componentes das camadas populares (KOWARICK, 2000, p.132, GRIFO NOSSO).

Em uma investigação subversiva, quais são os saberes relegados e subalternizados pelo campo do urbanismo? Quais são as práticas dominantes e quais são as práticas silenciadas? Quais são as contaminações que as “maneiras de fazer” da gambiarra podem trazer para o campo do projeto?

São as perguntas, mais do que as respostas, que motivam a construção deste trabalho. Partimos da premissa de que a investigação sobre a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA pode nos fornecer pistas sobre maneiras “outras” de abordar o papel do projeto na produção do espaço urbano, problematizando a visão clássica de que os arquitetos e urbanistas são capazes de controlar e definir o que é melhor para a cidade – tal qual médicos cuidando de uma cidade enferma.

A propósito da cidade e de suas extensões (subúrbios, periferias) reencontramos as vezes as expressões: “doença do espaço”, “espaços doentes”. O que permitia **a este ou aquele - arquiteto, urbanista, planejador -, denominar-se “médico do espaço”,** ou sugerir essa ideia. O que generalizava representações particularmente mistificadoras: **a cidade moderna não resulta da sociedade capitalista** (ou neocapitalista) mas de **uma doença da sociedade** (LEFEBVRE, 2006[1974], p.146-7, GRIFO NOSSO).

Se nós – arquitetos, urbanistas e planejadores – somos “médicos do espaço”, ao que tudo indica, por maior que sejam os nossos esforços pelo seu controle e direcionamento, o crescimento urbano não parece obedecer às prescrições das bulas ou manuais de instrução. Frequentemente, a cidade cresce em ritmo exponencial para além da dita cidade “formal” e das zonas planejadas.

Essa constatação faz ecoar o questionamento de Ananya Roy (2011B, p.224, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSO):

Num território onde proliferam as zonas de exceção, o que é então a cidade?

O processo de expansão da cidade de Belo Horizonte ilustra bem tal indagação. Planejada no final do século XIX para ser a nova capital política e administrativa do estado de Minas Gerais, seu traçado foi concebido por uma malha perpendicular de ruas cortadas por avenidas em diagonal, quarteirões de dimensões regulares e uma avenida em torno de seu perímetro. Seu crescimento, todavia, não seguiu o projeto idealizado pela Comissão Construtora, e a cidade se expandiu rapidamente para fora dos limites da Avenida do Contorno, que dividia as zonas urbana e suburbana:

O crescimento de Belo Horizonte, no entanto, deu continuidade à sua zona anônima – a zona suburbana – e foi progressivamente alimentando uma estética diversa das belezas arquitetônicas da zona urbana. Se esta foi desenhada para ser a alma da cidade, **essa alma com certeza reencarnou na imprevisibilidade da gigantesca zona suburbana que é a Belo Horizonte que nós temos hoje**. Ao contrário do que possa parecer, toda a periferia, toda a massa suburbana que se multiplicou como jamais imaginaria Aarão [Aarão Reis, coordenador da Comissão Construtora da Nova Capital, 1894/1895], não é mais a parte maldita e ignorável da cidade. **Antes uma zona de expansão, agora ela é a cidade** (TEIXEIRA, 1998, p.121, GRIFO NOSSO).

O que é então a cidade? Que cidade é essa que não contempla as favelas e periferias urbanas? Não seria a mesma cidade que as produz e que é também produzida por elas? E se, ao invés de ficarmos definindo e redefinindo os limites entre *cidade* e *não-cidade*, optássemos por pensar em lógicas menos dicotômicas de mundo?

Este é o convite que nos faz Boaventura de Souza Santos (2013B), a partir da crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante, a qual ele denomina *razão indolente*²⁸. Pelo modelo de pensamento hegemônico – forjado em um contexto geopolítico centrado na Europa e América do Norte e marcado pelo capitalismo, colonialismo e imperialismo – todas as formulações gestadas fora da linguagem e do domínio da ciência ocidental moderna são tidas como precárias, subordinadas, improdutivas, desqualificadas, e, portanto, ignorantes.

Uma das formas de razão indolente identificadas pelo autor tem como base a *razão metonímica*²⁹, “que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima” (p.4). Para o autor, a razão metonímica é obcecada pela ideia da *totalidade*, na qual “o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem” (SOUZASANTOS, 2013B, p.6). Assim, há uma homogeneidade entre o todo e as suas partes constituintes, já que tais partes não existem fora da sua relação com a totalidade.

Nessa ótica, Boaventura identifica **a dicotomia** como “a forma mais acabada de totalidade”, “porque combina, do modo mais elegante, **a simetria com a hierarquia**” (IDEM, GRIFO NOSSO). A dicotomia oculta em sua aparente relação de horizontalidade entre as partes, uma **relação vertical subjacente** – que nada tem de simétrica. Nessa relação vertical, o *todo* se torna apenas uma das partes que se torna o *termo*

²⁸ Souza Santos (2013b) utiliza o termo “razão indolente” para se referir à racionalidade do Ocidente nos últimos duzentos anos, forjada em um contexto sócio-político marcado pela consolidação do Estado liberal na Europa e América do Norte, a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo, do colonialismo e do imperialismo. O autor parte do argumento de que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição ocidental reconhece; e de que essa riqueza social está sendo desperdiçada. Para combater esse desperdício de experiências e dar visibilidade e credibilidade às iniciativas de nada adiantaria recorrer à ciência social atual, sendo necessário propor um outro modelo de racionalidade. Para tanto, propõe um novo modelo que ele denomina de razão cosmopolita, fundamentada em três princípios: a sociologia das ausências; a sociologia das emergências e o trabalho de tradução.

²⁹ Figura de linguagem que consiste no emprego de um termo por outro ou na substituição da parte pelo todo.

de referência para as demais. Dessa forma, a **dicotomia expressa sempre uma hierarquia**, tendo em vista que nenhuma de suas *partes* pode ser pensada fora da relação com a *totalidade*:

O Norte não é inteligível fora da relação com o Sul, tal como o conhecimento tradicional não é inteligível sem a relação com o conhecimento científico, ou a mulher sem o homem. Assim, **não é admissível que qualquer das partes tenha vida própria para além da que lhe é conferida pela relação dicotômica e muito menos que possa, além de parte, ser outra totalidade** (SOUZA SANTOS, 2013B, P.7, GRIFO NOSSO).

Seguindo esta proposição, podemos inferir que, pela razão metonímica, a *gambiarra* não é inteligível fora da sua relação com o planejamento e o projeto. Fica então a questão: o que existe na *gambiarra* que escapa à dicotomia planejamento/improviso?

A compreensão do mundo em uma chave binária / dicotômica é sempre parcial e seletiva: a *totalidade* precisa ignorar o que não cabe nela para impor a sua primazia sobre as *partes* que, para não fugirem ao seu controle, têm de ser homogeneizadas como *partes*. A razão metonímica manifesta-se assim pelo **silenciamento daquele ou daquilo que não se enquadra na sua lógica**. Trazendo esta discussão para o campo da arquitetura e do urbanismo, podemos perceber que tal silenciamento se manifesta na forma como a profissão reage aos *modos de fazer cidade* dos “não-especialistas”, sendo que um ponto nodal reside justamente **na importância dada ao projeto na produção do espaço urbano**.

Henri Lefebvre (1991[1968; 2006[1974]) demonstra que o espaço é um elemento fundamental, como produto e produtor, para a reprodução das relações de produção capitalista. O espaço **“se vende, se compra; ele tem valor de troca e valor de uso”** (2006, P.8, GRIFO NOSSO) e a sua produção arquitetônica e urbanística não escapa à lógica do modo de produção sobre a qual se organiza.



FIG. 13: OBRA QUE EXPLORA A AMBIGUIDADE ENTRE VER A VISTA NO SENTIDO DE FRUIR A PAISAGEM E VENDER A VISTA NO SENTIDO CAPITALISTA E EXPLORATÓRIO. FONTE: MARCOS CHAVES (1997)

Sob essa ótica, Sérgio Ferro (1976) e Paulo Bicca (1984) evidenciam que o *projeto*, tal como conhecemos na modernidade, surge e se desenvolve a partir do momento em que a construção passa a ter por finalidade principal a reprodução e acumulação de capital, visando a extração da mais-valia. Para Ferro o objeto arquitetônico, enquanto resultado do processo de valorização do capital, torna-se uma mercadoria: “a função fundamental do desenho de arquitetura hoje é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida (em condições não marginais)” (P.106-7). Nas bases da razão metonímica, constatamos que o desenho atua como a *parte* que impõe e transmite ordens de cima para baixo. Vindo de fora, ele chega pronto, como o único laço de unificação entre as tarefas dispersas do canteiro: “O **papel destes papéis é claro**: reúnem trabalho a trabalho, trabalho a instrumento, **atividade feita acéfala à finalidade funcional**” (FERRO, 1976, P.108, GRIFO NOSSO). Todavia, assim como a dicotomia oculta uma relação vertical subjacente, o projeto oculta uma segregação que aparenta unificar: a função do projeto seria justamente juntar o trabalho disperso do canteiro em um

único objeto-mercadoria. Para tanto pressupõe-se a existência de uma pirâmide, que tem o arquiteto/engenheiro no comando e planejamento, passando pelo mestre de obras, que sabe ler os desenhos técnicos, até os operários/executores que apenas executam os trabalhos, sem acessar o processo integral. Para que essa pirâmide funcione:

torna-se imprescindível **transformar o artesão da construção em operário**, isto é, romper a unidade de habilidade manual, conhecimento acumulado, imaginação e raciocínio que caracteriza o seu trabalho historicamente, para **reduzi-lo a uma operação manual determinada por decisões alheias** (KAPP E BALTARZAR, 2006, p.95, GRIFO NOSSO).

Sobretudo a partir do Renascimento, o *fazer arquitetura* passa a significar o ato de projetar sob a forma do desenho técnico, e esta forma de representação do espaço formaliza a separação rígida entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução (BICCA, 1984). No entanto, é preciso reconhecer que essa separação na maneira como a arquitetura vem sendo produzida não é obra do acaso. Para superar essa ausência crítica da classe profissional em relação às relações de poder inerentes à produção do espaço seria necessário:

romper com o dogma arquiteto e com os mitos construídos para dignificá-lo e torná-lo imprescindível a qualquer tipo de sociedade. E para tanto é preciso reconhecer a profissão nas suas formas reais de existência, e não através das tantas ideias que os arquitetos têm criado a respeito deles próprios. [...] É vê-la **não como o resultado natural de divisões concernentes ao mundo “absoluto” das ciências ou das artes, mas sim como o resultado do mundo relativo e concreto das práticas sociais** geradoras das relações entre os homens e destes com a natureza (BICCA, 1984, p.11, GRIFO NOSSO).

Com essa convocação, Bicca nos alerta sobre alguns dos pressupostos que tomamos como “naturais” da profissão, mas que são efetivamente fruto de construções historicamente determinadas. Se tomarmos como exemplo o período da Idade Média veremos que a capacidade de projetar não era um privilégio exclusivo dos arquitetos. Quase não existiam projetos “feitos no papel”, e os artesãos podiam opinar e influenciar no processo de concepção, fazendo de cada participante da obra um projetista e um executante simultaneamente (BICCA, 1984, p.106). Historicamente, práticas vernáculas de construção foram a principal forma de provisão habitacional em diversas partes do mundo, práticas essas “baseadas em conhecimento empírico e recursos locais” nos quais os construtores “ensinam uns aos outros e aprendem fazendo” (KAPP, 2016[2012b], p.253).

Desse modo, percebemos que nas sociedades pré-capitalistas, o ato de conceber e o ato de construir ainda não haviam sido rigorosamente separados do ponto de vista da divisão social do trabalho e “o **ato de projetar desenhando fazia parte do mesmo trabalho que envolvia o projetar fazendo**, do qual, por sua vez, participava não apenas o mestre, mas todos os demais trabalhadores da corporação” (BICCA, 1984, p.107, GRIFO NOSSO). Portanto, aferimos que o ato de conceber e o ato de construir como práticas realizadas por classes distintas e antagônicas socialmente nasce de forma vincular ao processo histórico de subordinação ao modo de produção capitalista, no qual:

Dos operários não se espera, nem se deseja (o capital não permite) **uma participação criativa**. Tudo é pensado e organizado “tecnicamente” para que dela a produção possa se dispensar. Apenas um bom adestramento é exigido ao trabalhador manual. **Nada na obra deve expressar ou depender da sua contribuição pessoal, isto é, da sua ação enquanto indivíduo que transfere para a matéria parte da sua subjetividade e saber** (BICCA, 1984, p.48, GRIFO NOSSO).

Fica patente por essa passagem que a desqualificação dos trabalhadores manuais da construção civil é condição *sine qua non* para a reprodução continuada do capital e legitima a subordinação do saber-fazer dos operários ao domínio intelectual de arquitetos e engenheiros. Nessa perspectiva, os “não-especialistas” são tidos como leigos, cujos saberes são considerados hierarquicamente inferiores, detentores de *um saber não sabido*.

Convencionalmente, o saber-fazer do arquiteto urbanista é pautado por um gesto que busca a resolução de um problema preestabelecido e que tem como resultado uma formalização “final” do objeto. Nessa lógica, o projeto dita o ponto de início e o ponto de conclusão da obra – definindo o momento “certo” de parar. Já no caso das autoconstruções³⁰ nos territórios populares, salvo raras exceções, não há um projeto preliminar a ser seguido, não havendo, por conseguinte, um resultado final a ser atingido. Na produção do espaço urbano autoconstruído as decisões costumam ser tomadas concomitantemente à execução da obra e de acordo com a disponibilidade financeira e temporal do momento. Essa distinção fica bastante clara no livro *Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica* (2001, p.23), no qual Paola Jacques busca decifrar os dispositivos arquitetônicos e urbanísticos das favelas cariocas, as quais

vão se formando através de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que não somente difere do dispositivo projetual tradicional da arquitetura e urbanismo eruditos – seria mesmo seu oposto –, mas também se investe de uma estética própria, com características peculiares, completamente diferente da estética da cidade dita formal (JACQUES, 2001, p.13).

Por esse processo singular, não vinculado a um projeto acabado, as favelas e grande parte das periferias urbanas são marcadas por transformações que ocorrem no seu cotidiano, em um contínuo estado de incompletude, considerando que sempre haverá melhorias e ampliações por fazer. Frente à escassez de recursos, a produção continuada das casas permite a flexibilização dos custos e uma constante abertura para novas possibilidades – seja a família que cresce ou a oportunidade de alguma renda extra.

Eu comprei este terreno, tinha uma casinha, destas que o governo fez, mas eu derrubei pra ampliar, **porque estas casinhas do governo não dão pra ampliar direito, tem que refazer tudo**, mas aproveitei muita coisa, tirei telhado, bati laje e fiz em cima. Tá ficando boa, mas ainda falta muito. Tá tudo sem reboco [interno], sem piso. Mas antes de fazer isto eu **vou tirar este telhado aí do bar, pra bater a laje e fazer mais um quarto aí em cima. Porque o bar é alugado, então alugo mais um quarto e isso me ajuda a terminar a casa depois**. Mesmo na parte de baixo que era pra ser a minha casa, um pedaço eu separei e aluguei, afinal, um quartinho aqui vale cem reais (GILBERTO, MORADOR DE NOVOS ALAGADOS APUD LOBOSCO, 2011, p.263, GRIFO NOSSO).

Observamos assim, que a construção contínua e sucessiva nos territórios populares ocorre de acordo com os meios e a disponibilidade de tempo do morador, “que **desde o começo deve provar dispor de grande capacidade de adaptação e de imaginação construtiva**: o “jeitinho” é a condição *sine qua non* para se construir um barraco numa favela” (JACQUES, 2001, p.23, GRIFO NOSSO). Essa capacidade de adaptação e de imaginação está fortemente relacionada com a atuação tática, da qual a gambiarra é uma prática usual. Em que pese a aproximação feita entre as casas autoconstruídas e a tática da gambiarra, fundamental aclarar que **não** se pretende afirmar aqui que as duas práticas sejam entendidas como *sinônimas*. Reconhecemos que **a prática da gambiarra é um dos mecanismos dos quais as camadas populares dispõem para a produção de seus espaços**, não se restringindo exclusivamente a ela. Assim, a aproximação entre a gambiarra dos circuitos inferiores e as casas autoconstruídas, como será explorado adiante, se dá especialmente por suas bases comuns em processos historicamente marcados pela desigualdade de direitos e pela segregação socioespacial.

Sabemos que os processos de autoconstrução apresentam características e especificidades de acordo com as variadas tipologias populares (p.ex.: loteamentos periféricos, favelas e ocupações urbanas), sendo que a principal diferença reside na forma de acesso ao solo urbano e na segurança da posse do terreno, o que implica em condições mais ou menos estáveis para que os moradores possam investir

³⁰ Por autoconstrução partimos da definição de Ermínia Maricato (1982), atualizada por Denise Morado Nascimento (2011), entendida como um processo sociotécnico de produção da moradia e do espaço urbano onde os moradores constroem utilizando seus próprios recursos financeiros e materiais, por meio da mão de obra familiar, de amigos, ou até mesmo contratada.

na construção e transformação de suas habitações e espaços coletivos (MORADO NASCIMENTO, 2015B). Nesse sentido, quanto mais insegura for a posse do terreno (como no caso das ocupações urbanas e dos processos iniciais de surgimento de favelas) mais precárias e improvisadas são as formas de produzir o espaço – portanto mais gambiarras são encontradas. Com o tempo, e a medida em que os territórios vão se consolidando, os espaços tendem a ser ampliados e aprimorados em termos construtivos. Contudo, apesar das especificidades, Denise Morado Nascimento (2015B) identifica alguns pontos comuns a todas as tipologias populares de autoconstrução, que se referem:

(1) à transformação da moradia ao longo do tempo, sendo pré-requisito para o crescimento das casas e a consolidação das famílias no lugar; (2) à base de valores como cooperação e cumplicidade dos envolvidos; (3) ao atendimento de demandas imediatas, mas também das possibilidades de mudança futura por meio de adaptações e de aprimoramentos necessários à funcionalidade permanente; (4) à capacidade dos moradores decidirem autonomamente sobre o espaço, muito além do mero atendimento aos seus desejos (MORADO NASCIMENTO, 2015B, P.22).

Especificamente no caso das ocupações iniciais de favelas – tipologia central da nossa investigação – é comum que a obra seja iniciada pelo recolhimento de materiais pelo próprio construtor – sejam estes garimpados em canteiros de obras ou comprados por um preço baixo, como refugos de materiais de construção. Esse procedimento guarda bastante relação com a prática da gambiarra:

Os materiais recolhidos e reagrupados são o ponto de partida da construção, **que vai depender diretamente do acaso dos achados, da descoberta de sobras interessantes**. Os materiais são encontrados em fragmentos heterogêneos; a construção, feita com pedaços encontrados aqui e ali, é forçosamente fragmentada no aspecto formal. À medida que o abrigo vai evoluindo, os pedaços menores vão sendo substituídos por outros maiores, e o aspecto fragmentado da construção vai ficando cada vez menos evidente. O último estágio da evolução de um abrigo precário – a casa de alvenaria, sólida – já não é formalmente tão fragmentado, muito embora não deixe de ser fragmentário: a casa continua evoluindo. **Os barracos são fragmentários porque se transformam continuamente** (JACQUES, 2001, P.23-4, GRIFO NOSSO).

Vale frisar, contudo, que a realidade contemporânea da grande maioria das favelas já praticamente não abriga os barracos provisórios e construídos com aproveitamento de materiais diversos, se distanciando da imagem simbólica do barracão de zinco e de madeira, tão presente no cancionário popular sobre a favela. Atualmente, os abrigos temporários costumam ser encontrados apenas nos estágios iniciais de ocupação ou nos limites incertos da favela, onde a ameaça de remoção desestimula qualquer investimento mais durável na habitação (LOBOSCO, 2011). Não obstante o fato de a maior parte das casas das favelas serem de alvenaria e laje, portanto mais sólidas e permanentes, constatamos nesses territórios uma dinâmica construtiva incessante, em estado de permanente incompletude e que apontam para padrões de produção do espaço específicos – derivados de uma miríade de ações individuais que resultam numa composição espacial particular.

Em que pese o baixo desempenho construtivo de grande parte das casas autoconstruídas, pesquisas conduzidas pelo grupo PRAXIS/UFMG nos territórios populares de Belo Horizonte demonstram haver o estabelecimento de um **saber-fazer próprio** – relacionado ao *como, quando, onde e a que custo construir* – e embasado “na avaliação das opções que possam atender, com flexibilidade, suas necessidades e aspirações individuais e coletivas, em relação não só às tecnologias, aos materiais, sistemas construtivos e à execução, mas também ao financiamento e/ou gerenciamento” (MORADO NASCIMENTO, 2015B).

Nesse sentido, partimos do entendimento que a materialização da edificação ao longo do tempo e de acordo com as possibilidades não se trata de algo a ser combatido, mas sim de uma característica processual que deve ser assumida como tal. Tales Lobosco (2011, P.42, GRIFO NOSSO) chama a atenção para que esse modo de habitar não seja considerado uma **“reprodução mambembe da cidade”**, tendo em vista que as práticas e os padrões de ocupação que ali ocorrem são revestidos de valores distintos da

cidade formal: “o feio e o inacabado se transformam em utilitário e em processo, e a construção, ainda que precária, cristaliza o esforço da resistência e da evolução constante na produção da moradia, despertando o apreço e orgulho dos seus habitantes”.

Se a construção inacabada traz consigo, em cada melhoria ou ampliação, as marcas e o esforço do trabalho ali empregado para sua confecção, não podemos afirmar o mesmo da arquitetura produzida hegemonicamente. No edifício “de arquitetos”, todavia, finalizada sua construção, todos os seus traços são apagados, fazendo “esquecer tudo aquilo que nele está objetivado sob a forma de trabalho alienado” (BICCA, 1984, p.219). Na sua “inauguração”, tudo o que remete à sua construção é retirado (entulhos, restos de materiais e os próprios operários inclusive), enquanto na autoconstrução não há o momento da “inauguração”, e as marcas do trabalho ali cristalizado se fazem presentes nas esperas de um futuro *porvir*.

Esse apagamento dos traços da construção e daqueles que dela fizeram parte é também observado na produção da paisagem urbana de forma mais ampla. A construção de Brasília ilustra bem este fato. Lúcio Costa, em entrevista à Revista Metrópolis, afirmou que os operários que se deslocaram de diversos cantos do país para construir a nova Capital acabariam se constituindo num “problema” após a conclusão das obras: “O grosso do canteiro durou três anos. Durante três anos veio gente para Brasília com suas famílias, na esperança de encontrar trabalho e condições de vida melhores. Nós sabíamos, durante a construção, que, após o fechamento dos canteiros, essas populações trariam problema” (APUD BICCA, 1984, p.220).

Relevante percebermos, portanto, que a beleza, a harmonia e a pureza das formas “prontas” e “bem-acabadas”, sobretudo a partir dos preceitos da arquitetura e do urbanismo modernos (mas que ainda encontram grande repercussão tanto na prática profissional quanto no ensino), podem esconder, debaixo de seu reboco, camadas de espoliação e dominação nas quais se assenta a argamassa da produção do espaço hegemônico.

O arquiteto Oscar Niemeyer – segundo o próprio “num movimento de solidariedade aos favelados” – realizou uma **visita com duração total de 2 horas** (sendo metade do tempo a pé e metade de carro) às seis favelas da Maré³¹, quando se mostrou surpreso com as condições encontradas:

O que espanta é isso; **não imaginava que estas favelas fossem como pequenas cidades e que o esforço dos moradores tivesse sido tão grande** – aterraram, organizaram, abriram as ruas, fizeram tudo. São pequenas cidades, como tantas construídas no Brasil e sem nenhuma ajuda do governo. São 300 mil abandonados, e têm mesmo de se organizar para defender o que, sozinhos, conseguiram. **Isto aqui é mais Brasil do que Copacabana e aqui há mais solidariedade do que lá embaixo** (NIEMEYER APUD O GLOBO, 1979, p.13, GRIFO NOSSO).

Niemeyer afirmou que voltaria à Maré “quantas vezes fosse preciso”, contudo, em rápida passagem pela região das palafitas, “sobre frágeis tábuas, dando passagem para os barracos, acima da água cheia de dejetos, todos firmavam-se bem, com receio de cair. Sobre uma dessas tábuas, já podre, Niemeyer *recusou-se a chegar até a ponta*, mesmo a pedido dos fotógrafos: **‘lá não vou; daqui já dá pra ver bem’**” (O GLOBO, 1979, p.13, GRIFO NOSSO). Ramiro Ferreira – professor de arquitetura da Faculdade Silva e Souza e que acompanhava a comitiva – alegou que o convite feito a Niemeyer para visitar a Maré se deu tanto por sua experiência e prestígio, quanto por suas “confissões, nos últimos números da revista Módulo, de **sentir-se frustrado por ter sempre projetado para uma pequena elite e não para o povo e as classes**

³¹ O arquiteto visitou a Maré a convite da Comissão de Defesa das Favelas da Área da Maré (CODEFAM), acompanhado pelos arquitetos Sabino Barroso e Jaime Zettel, pelo Deputado Raimundo de Oliveira e por uma equipe de professores e 15 alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Silva e Souza, que assessoravam tecnicamente a CODEFAM em relação ao Projeto Rio (O GLOBO, 1979).

menos favorecidas” (O GLOBO, 1979, p.13, GRIFO NOSSO). Ao que tudo indica, apesar da *enorme frustração*, Niemeyer voltou para seu escritório em Copacabana e nunca mais retornou a Maré.



FIG. 14: A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO HEGEMÔNICO. FONTE: INSTITUTO MOREIRA SALES

O GLOBO Terça-feira, 17/7/79 GRANDE RIO • 13

Niemeyer na Maré diz que vai ajudar favelados

— O que espanta é isso: não imaginava que estas favelas fossem como pequenas cidades e que o esforço dos moradores tivesse sido tão grande — aterraram, organizaram, abriram as ruas, fizeram tudo. São pequenas cidades, como tantas construídas no Brasil, e sem nenhuma ajuda do governo. São 300 mil abandonados, e tem mesmo de se organizar para defender o que, se não, se perderiam. Isto aqui é mais Brasil do que Copacabana e aqui há mais solidariedade do que lá, embora — disse o arquiteto Oscar Niemeyer, durante a visita que fez ontem das 9 às 11 horas, de seis favelas que compõem o Área de Maré,

Área — “a partir da época em que começamos a aterrar, já valorizei bastante” — a Niemeyer destacou: “vai valorizar ainda mais”. Um estudante informou que o metro quadrado, em área próxima à Maré, já chega a Cr\$ 4 mil, Cr\$ 5 mil. Grande parte do Tijucas foi construída por um dos diretores da associação, Pedro Rafael da Costa, que assalariou favelas em que os próprios moradores transferiram seus barracos para aceitar a rua.

Niemeyer também visitou escolas e cursos profissionalizantes do Centro de Treinamento de Ação Comunitária. Mais tarde, no Bairro do Sapateiro, o presidente da associação, Clóvis de Andrade, fez uma observação: “o morador é que sempre perguntava se aqui tem muito marginal”. E Niemeyer respondeu: “existem muitos em Copacabana”. O arquiteto também viu a elevatória de água da Barra do Sapateiro, dizendo poder imaginar “o esforço de todos para conseguir”.

Niemeyer passou rapidamente de carro pela Nova Holanda e, no Parque da Maré, foi conhecer uma área de pedaleiros. Sobre fraldas usadas, dando passagem para os barracos, acima da lagoa cheia de detritos, todos ficaram satisfeitos, com receio de cair. Sobre uma das fraldas, já escura, Niemeyer conseguiu a chegar até a ponta, mesmo a pedido dos foliões: “lá não vou; daqui já dá para ver bem”.

Em meio ao local, os moradores saíram às ruas para ver e fotografar a visita e, assim, aos poucos, Niemeyer foi conhecendo os problemas. Rui Ribeiro Vaz trouxe uma “visita-relâmpago”, com uma desceida breve de Niemeyer na rua principal, já Parque Tijucas foi atravessada muito rapidamente.

O acesso impossível

SURGE um ensaio projeto alternativo para o acesso ao Túnel Dois Irmãos. Vem de professores da PUC.

EM DOZE anos de tentativas frustradas, teria sido mais fácil construir outro túnel logo do PUC.

QUÊ TALVEZ tirar toda a Barra da Tijucas do caminho da PUC.

QUÊ ENTÃO renunciar à Barra da Tijucas em homenagem à PUC.

QUÊ MESMO proclamar a República Independente e saqueada da Barra da Tijucas, em atenção à PUC.

Estado inicia pagamento de diferenças a

Do alto, Oscar Niemeyer observa o conjunto das seis favelas que compõem o Área de Maré

FIG. 15: MATÉRIA DE JORNAL SOBRE A VISITA DE OSCAR NIEMEYER À MARÉ. FONTE: O GLOBO (1979)

1.1. LIMINARIDADES DO SABER-FAZER

O mito da modernidade eurocêntrica, especialmente a partir da expansão europeia no século XVI, vem sendo projetado e construído – tanto material quanto simbolicamente – para a manutenção da hegemonia e controle econômico, político e social do colonizador sobre o colonizado. A teoria decolonial, especialmente a partir das contribuições de teóricos latino-americanos como Aníbal Quijano, Walter Dignolo, Enrique Dussel e Edgardo Lander, entre outros, identifica uma estrutura opressora por parte das perspectivas hegemônicas do Norte Global, e assentada sobre o tripé da *colonialidade*: colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser.

A *colonialidade*³², para além do controle e da exploração voraz dos recursos dos territórios ocupados, visa perpetuar a crença que estabelece diferenças e hierarquias intransponíveis entre o colonizador (A REFERÊNCIA_O NORTE_O OCIDENTE_O CENTRO) e o colonizado (O OUTRO_O SUL_O ORIENTE_A PERIFERIA). Dessa forma, embora formalmente as administrações coloniais tenham sido extintas, a *colonialidade* permanece na maneira como os sujeitos, os objetos e as práticas são organizados, gerenciados e incorporados em estruturas e sistemas de dominação e opressão dependendo da posição que ocupam na *matriz colonial de poder*³³.

De modo geral, observamos que os estudos decoloniais têm se dedicado menos à questão espacial e territorial da colonialidade. Neste aspecto, importante destacar a contribuição do arquiteto cubano Yasser Farrés Delgado, em parceria com Alberto Matarán Ruiz (2012; 2014; 2021) que definem a “colonialidade territorial” como o “conjunto de padrões de poder que, na práxis territorial, servem para estabelecer hegemonicamente uma concepção de território sobre outras que se tornam inferiorizadas” (FARRÉS DELGADO E MATARÁN RUIZ, 2021, p.104). Os autores demonstram como o projeto civilizatório não se trata apenas de uma concepção abstrata no campo das ideias, mas, sobretudo, se concretiza na ocupação, transformação e na exploração dos territórios e do ambiente construído. Nesse sentido, propõem a ampliação do tripé da colonialidade explicitando a sua manifestação no território e na reprodução de modelos arquitetônicos e urbanísticos generalizados e homogeneizados pela globalização e pela universalização das noções ocidentais.

A partir desse entendimento, a colonialidade na sua dimensão espacial pode ser percebida tanto no ensino quanto na prática profissional da arquitetura e urbanismo, quando apenas os saberes e modos de fazer hegemônicos ocidentais são considerados válidos ou “corretos”, e determinam as maneiras de conceber, construir e habitar. Os autores apontam como exemplos da colonialidade territorial no nosso campo “o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam as noções ocidentais de território, cidade e arquitetura” e “a desvalorização que o ensino do desenho urbano-arquitetônico generalizado faz do tradicional, vernacular ou popular como resposta válida aos problemas atuais” (FARRÉS DELGADO E MATARÁN RUIZ, 2014, p.9, TRADUÇÃO NOSSA).

Para Boaventura de Souza Santos (2013b, p.13) o colonialismo criou “uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas”, causando um desperdício da experiência social daqueles saberes tidos como subalternos e inferiores. No entanto, e muito embora sejam considerados as partes desqualificadas da totalidade

³² Importante aclarar que “colonialismo” e “colonialidade” não são sinônimos. Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1992, 2005), o “colonialismo” se refere a uma relação política e econômica na qual a soberania de uma nação se dá às custas de outra nação. Já a “colonialidade” se refere a um conjunto de padrões de poder que emergiram com o colonialismo, e que se manifesta na articulação de uma superioridade racial do conquistador.

³³ Aníbal Quijano (1992, 2000 apud GROSFOGUEL, 2013) aponta a existência de uma “matriz colonial de poder” como princípio organizador que envolve o exercício da exploração e da dominação em todas as dimensões da existência social, incluindo a economia, a sexualidade, a autoridade, a subjetividade e o trabalho. O sociólogo expõe ainda, sob a perspectiva da colonialidade do poder, a ideia de raça e do racismo como organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo em povos superiores e povos inferiores.

hegemônica, relegados ao descrédito e a invisibilidade, tais saberes continuam se manifestando nos territórios periféricos.

Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema-mundo moderno onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial, **onde conhecimentos não-científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas cotidianas das populações** (SOUZA SANTOS, 2013B, p.47, grifo nosso).

A esse respeito Milton Santos (2001, 2006) identifica nos espaços opacos, paralelamente à racionalidade dominante dos espaços luminosos, a presença de “contra-racionalidades”, que se constituem em “outras formas de racionalidade” e que não se subordinam totalmente à primeira.

Essas **contra-racionalidades** se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, **nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos** (SANTOS, 2006, p.210, GRIFO NOSSO).

Os discursos e as práticas hegemônicas moldam nossas percepções sobre a produção do espaço urbano, lançando luz sobre determinadas maneiras de saber-fazer cidade, enquanto obscurecem as maneiras tidas como desviantes e marginais, as quais a totalidade não consegue controlar. Nesse processo, Santos identifica os *espaços luminosos*, dominados pela técnica e pela razão, e os *espaços opacos*, marginalizados e colocados à sombra do ponto de vista social, econômico e geográfico. Ao se aprofundar na conceituação de *espaços luminosos* e *espaços opacos*, Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p.66) indica haver um nexos com o próprio ideário da modernidade e do Iluminismo, no qual a luz é associada ao conhecimento, à ciência e à razão, em oposição aos pesadelos ancestrais marcados pela escuridão da noite, da natureza descontrolada e sombria.

A luz também **escolhe, seleciona e oculta**, engrandecendo espaços, transformados em espaços luminosos, **e esmaecendo ou esquecendo outros, abandonados em sua opacidade**. Uma opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse, do **literal apagamento** e do radicalmente negativo. Os espaços opacos seriam espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização e, enfim, da vida plena, *clean* e justa que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas (RIBEIRO, 2012, p.66, GRIFO NOSSO).

Contudo, o excesso de luz produzido pela supremacia da técnica e da razão conduz frequentemente à cegueira, e impede a percepção das racionalidades alternativas e dos saberes outros, especialmente àqueles saberes vinculados à apropriação social dos recursos disponíveis, presentes nos espaços opacos como formas de sobrevivência das camadas populares. “São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio” (RIBEIRO, 2012, p.68).

Isso posto, este trabalho busca direcionar uma mirada mais atenta para as práticas espaciais “opacas”, sem as pretender espetacularizar, mas com a intenção de perceber nuances que passam despercebidas pelos holofotes lançados sobre os espaços luminosos. Dentre essas práticas espaciais opacas, observamos algumas táticas que atuam nas maneiras de construir, habitar e modificar os espaços, e que partem, sobretudo, da experiência da escassez, que se torna “a base de uma **adaptação criadora à realidade existente**” (SANTOS, 2006, GRIFO NOSSO).

Por serem "diferentes", os pobres abrem um debate novo, inédito, as vezes silencioso, as vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que **eles reavaliam**

a tecnoesfera e a psicoesfera³⁴, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva (SANTOS, 2006, p.221, GRIFO NOSSO).

Nesse contexto, a tática da GAMBIARRA URBANA nos espaços opacos se apresenta como uma apropriação dos recursos disponíveis, adaptando-os às necessidades imediatas e a eles conferindo novos usos e funções. Para investigar as suas possibilidades, no entanto, precisamos fazer o exercício proposto por Ana Clara, e tentar enxergar com olhos menos condicionados e mais curiosos, num exercício de descolonização do imaginário urbanístico, provocando deslocamentos e tensionamentos entre os diferentes modos de *saber-fazer* cidade.

Isso não significa negar a validade do conhecimento científico, e sim vislumbrar a ampliação desse imaginário, de maneira a incorporar práxis que sempre estiveram entre nós, mas que permanecem relegadas pelo saber hegemônico. Da mesma forma que o direcionamento do olhar para os espaços opacos não se trata simplesmente de inverter a bússola da cidade formal para a periferia, ou do Norte para o Sul Global, tendo em vista que essa inversão pode se reduzir à substituição dicotômica de uma epistemologia por outra.

Partimos da premissa de que, assim como não há um norte ou um sul global únicos, também não há uma *gambiarra* ou um *planejamento urbano único*, considerando que a leitura de qualquer uma dessas categorias de forma determinista e simplificadora pode culminar em generalizações que ocultam os seus diferentes matizes. Nesse sentido, entendemos que uma postura crítica que vise a descolonização do pensamento urbano não deve ser reduzida apenas à questão da origem geográfica, mas pode partir de diferentes *locus* de enunciação, tendo em vista que “se a colonialidade é uma condição global, a decolonialidade também deve ser” (FARRÉS DELGADO, 2020, p.96).

³⁴ Para Santos (1994), a tecnoesfera e a psicoesfera atuam juntas na conformação do meio técnico-científico. A psicoesfera cria as condições sociais para a aceitação da tecnoesfera, sendo que a tecnoesfera é o resultado da crescente artificialização do meio natural e sua substituição por uma esfera técnica, tanto na cidade quanto no meio rural.

1.2. PENSAMENTO LIMINAR: EU NÃO SOU EU NEM SOU O OUTRO

*Eu não sou eu nem sou o outro,
Sou qualquer coisa de intermédio:
Pilar da ponte de tédio
Que vai de mim para o Outro.*

[*Eu não sou eu nem o outro*, Mário de Sá-Carneiro, 1914]

Afinal quem sou *eu* e quem é o *outro*?

As categorias do *eu*, como a referência, e do *outro* se estabelecem como construções discursivas, que vão depender diretamente de onde parte o enunciado e de quem administra o discurso. De modo geral, na produção de conhecimento científico moderno, aquele que fala está quase sempre oculto, invisível, gerando a falsa impressão de um conhecimento não situado, universal e neutro.

Observamos que as nações colonizadoras se utilizaram da estratégia de apagamento do lugar geopolítico da enunciação para “construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores” (GROSFUGUEL, 2013, p.383). Dessa forma, o mito da modernidade eurocêntrica demarca a existência de um suposto sujeito neutro da enunciação, ocultando que tal sujeito corresponde ao homem heterossexual, branco, patriarcal, capitalista e do norte global.

Aferimos, assim, que a noção de inferioridade dos indivíduos racializados e subalternizados pela modernidade/colonialidade corresponde a uma potente construção que transforma no “outro” todos aqueles que não se enquadram no modelo imposto por uma “epistemologia territorial e imperial que inventou e estabeleceu tais categorias e classificações” (MIGNOLO, 2003, p.52).

De modo similar ao que ocorre com a classificação dos indivíduos, também os territórios são demarcados pela definição de um *centro* que relega todo o restante a orbitar ao seu redor, como sua *periferia*. Logo, a modernidade se estabeleceu na invenção do *outro* (seja em termos dos sujeitos quanto dos territórios) e na sua conversão em uma posição de inferioridade. Por conseguinte, ao contrário da falácia do mito eurocêntrico, Enrique Dussel (1993, p.65) demonstra que a modernidade se constituiu numa relação dialética entre a Europa (que se afirmou a partir de 1492 como o centro da história mundial) e toda a periferia que circunda esse centro, “e por isso a ‘periferia’ é parte de sua própria definição”. Para Dussel, a modernidade “nasceu” quando a Europa se confrontou e controlou o seu “outro”, para além do *descobrimento*, mas sobretudo pelo seu *en-cobrimento*.

Nesse seguimento, Carlos Vainer (2014, p.50, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS) aponta que a modernidade é “apenas meio-europeia”, tendo em vista que só existe enquanto “**unidade constituída por uma duplicidade fundante e intransponível** que reproduziu desde o início e ao longo de sua história **um centro e uma periferia**”. Importante destacar que essa lógica não se confina à escala global Norte/Sul, mas penetra em diversas camadas de relações. No caso brasileiro podemos citar a região sudeste em relação ao resto do país, as capitais em relação às cidades do interior, os bairros “dos ricos” em relação aos bairros “dos pobres” etc.

Importa aclarar ainda que a leitura “do outro” não ocorre apenas em contraste entre o “norte” e o “sul” ou entre o “rico” e o “pobre”, mas pode ser percebida mesmo entre os territórios populares adjacentes e que compartilham de condições socioespaciais muito semelhantes, como demonstra Juliana Cunha (2014) em relação às favelas vizinhas Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro. O princípio de diferenciação entre os “moradores raiz” (de dentro) e os vizinhos nordestinos “de fora” pode ser percebido na fala de um morador do Cantagalo:

Vamos dizer, se for falar assim bem educadamente: **são duas culturas diferentes**. São bem diferentes porque **aqui (Cantagalo) é mais família**. Se você olhar, fulano é filho de ciclano e ciclano é primo de fulano que casou com ciclano. Aqui sempre há esse laço. **Lá (Pavão-Pavãozinho) já é uma população muito flutuante**. É uma população de pessoa que vem aluga, vai e volta. Não tem essa raiz igual tem aqui no Cantagalo (BONIFÁCIO APUD CUNHA, 2014, P.120, GRIFO NOSSO).

Essa marcação entre o “eu” e o “outro” também aparece entre as favelas da zona sul carioca e o subúrbio carioca. Um morador da favela do Cantagalo, ao visitar um familiar que havia se mudado para Bonsucesso (bairro da zona norte do Rio, onde se localiza a Maré), exclama:

Deus me livre! Aquilo lá é muito longe! Aquele trem para lá é um calor infernal! E pior ainda **é viver com aqueles suburbanos. Não é falar mal deles não, mas você sabe que é diferente!** Você vai à praia aqui em frente e você vê de longe a diferença! É um tal de trazer rádio, isopor, jogar areia um no outro, se enterrar na areia e se afogam. Ih... **é diferente da gente daqui! A maneira de ir à praia deles é diferente da nossa!** Tá maluco! Não dá para mim não! (JUSCELINO APUD CUNHA, 2014, P.160, GRIFO NOSSO).

Ante o exposto, fica claro que pensar as relações em termos puramente dicotômicos e binários e buscar fixar certas categorias como imutáveis e coesas não contribui para uma reflexão que pretenda subverter tais pressupostos. Afinal, retomando o exemplo da rixa Cantagalo/Pavão-Pavãozinho podemos perceber que esses limites não são assim tão precisos... Uma moradora nascida e criada no Cantagalo que, ao se casar, mudou para o Pavão-Pavãozinho, foi acusada numa reunião de “vira-casaca”. Acusação que foi logo rebatida por um antigo morador do Cantagalo: “Isso não é assim não! Nossa **casaca aqui é dupla-face. Ela vira e desvira para os dois lados!**” (DIONÍSIO APUD CUNHA, 2014, P.80, GRIFO NOSSO).

Partindo da metáfora da casaca dupla-face, nos parece fundamental reconhecer a fragilidade de organizar e sistematizar o mundo pelas dicotomias e problematizar os termos hierárquicos dessas dicotomias, como forma de transpor a colonização do imaginário. E, para tanto, precisamos pensar em **epistemologias outras**, que se reflitam não apenas no conhecimento abstrato, mas também nas práticas sociais, especialmente naquelas descredibilizadas pela racionalidade tecnocientífica dominante.

Dentre essas propostas, encontramos a definição das “Epistemologias do Sul” – termo cunhado por Boaventura de Souza Santos – e que se refere a um conjunto de intervenções epistemológicas que busca, simultaneamente, denunciar a supressão dos saberes imposta pela norma dominante e valorizar os saberes subalternizados, de forma a alcançar um diálogo horizontal entre conhecimentos (SOUZA SANTOS E MENEZES, 2013A, P.20). As *Epistemologias do Sul* buscam validar os conhecimentos ancorados nas experiências e nos saberes dos grupos sociais que vêm sendo sistematicamente marginalizados e oprimidos, tanto pelo desenvolvimento desigual do capitalismo quanto pela persistência do colonialismo. Muitos desses saberes são empíricos e realizados por sujeitos considerados incapazes de produzir conhecimentos válidos (SOUZA SANTOS, 2018, P.302).

Para confrontar a lógica da “monocultura do conhecimento científico”, o autor propõe o conceito de “ecologia de saberes”, fundada no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos, sejam eles científicos ou não científicos. A ecologia dos saberes parte do pressuposto de que coexiste no mundo uma diversidade epistemológica, na qual **“cruzam-se conhecimentos e, portanto, também ignorâncias**. Não existe uma unidade de conhecimento, como não existe uma unidade de ignorância” (SOUZA SANTOS, 2013B, P.47, GRIFO NOSSO). Dessa premissa, e tendo em vista que nenhuma forma de conhecimento consegue responder por todas as intervenções possíveis, a ecologia de saberes assume que todas as formas de conhecimento são incompletas, e, deste princípio de incompletude decorreria a possibilidade tanto de diálogo quanto de disputa epistemológica entre os diferentes saberes.

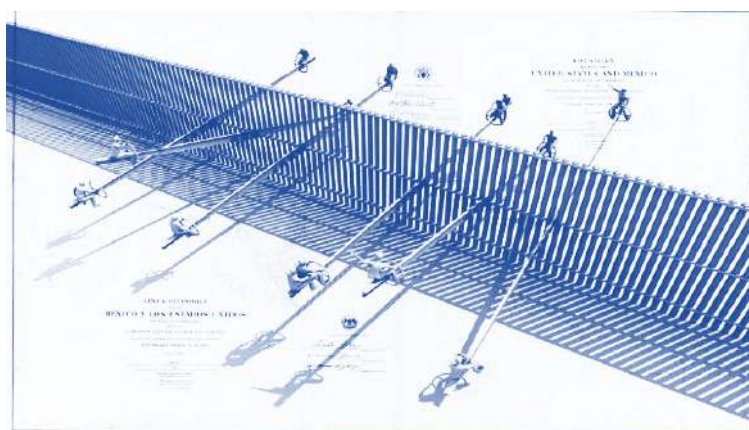
Embora, o conceito de uma ecologia de saberes traga aportes relevantes na perspectiva de promover a ampliação epistemológica do mundo, o termo “ecologia” pode conferir ao conceito a noção de que o cruzamento entre saberes hegemônicos e não hegemônicos pode ocorrer de forma pacífica e

integradora. Nas palavras do autor, trata-se de “uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia” (SOUZA SANTOS, 2012, p.45).

No atual contexto das estruturas de poder globais, acredito não ser possível pensar em termos de *interações sustentáveis e autônomas*, com relações igualitárias entre culturas como propõe Souza Santos. De forma que um diálogo horizontal – seja ele Norte-Sul, Centro-Periferia ou Ocidente-Oriente – não tem como ser alcançado sem que ocorra a descolonização das relações de poder do sistema mundo moderno (GROSFUGUEL, 2013, p.403). Nesse aspecto, soa mais contundente a proposta trazida por Walter Mignolo (2003, p.35), que alega que a disputa do conhecimento não deva ser entendida de forma simplista como “uma nova forma de sincretismo ou hibridismo” entre saberes, mas sobretudo como “um sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial”³⁵.

Como resposta epistêmica ao projeto eurocêntrico da modernidade, Mignolo propõe o que ele denomina de *epistemologia fronteiriça* ou *pensamento liminar*, o qual, ao invés de rejeitar a modernidade, busca redefinir a sua retórica a partir de epistemologias que partam daqueles que foram oprimidos pela diferença colonial. Dentre suas inspirações, Mignolo aponta os pensadores chicanos³⁶, que compartilham da condição de habitar e de pensar *a partir da fronteira*, especialmente com a incorporação de parte do território mexicano aos Estados Unidos no século XIX, que relegou aos filhos de mexicanos nascidos em solo norte americano a uma condição ambígua, *nem de dentro nem de fora*. Essa condição fica explícita nesta passagem de Alfred Arteaga (1994, p.4 APUD MIGNOLO, 2003, p.319):

Defino-me como chicano. Nasci na Califórnia e sou cidadão dos Estados Unidos, mas minha relação com esta nação é problemática. [...] Minha nação não é o México, contudo sou etnicamente mexicano e racialmente mestiço. Mas meu povo existe nas bordas que atravessam as fronteiras nacionais dos Estados Unidos e do México. *É óbvio para nós aqui que a língua que falamos tanto reflete quanto determina nossa posição em relação às duas nações...* Ser mexicano na Califórnia ao fim do século 20 significa ser constantemente um Outro oprimido dentro dos discursos de raça, etnia e nação numa sociedade racista, etnocêntrica e nacionalista.



Drawing of Teeter Totter wall on drawing of Boundary between the United States and Mexico by the International Boundary Survey under the Convention of July 29th 1882

FIG. 16: INTERVENÇÃO ATIVISTA NO MURO CONSTRUÍDO NA FRONTEIRA ENTRE OS EUA E O MÉXICO. FONTE: RONALD RAEI (2009)

³⁵ Para Mignolo (*op.cit.*) a *diferença colonial* é o lugar – tanto físico quanto imaginário – onde atua a colonialidade do poder, e no qual se articulou o ocidentalismo como imaginário dominante do mundo moderno/colonial. O pensamento liminar seria uma reação ao discurso e à perspectiva hegemônica ditados pela diferença colonial.

³⁶ “Chicano” é o termo empregado para designar os cidadãos norte-americanos de origem mexicana. Mignolo cita entre eles, os intelectuais: Gloria Anzaldúa (1987), José David Saldívar (1997) e Alfred Arteaga (1994).



FIG. 17: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA *BORRANDO LA FRONTERA*, ENTRE MÉXICO E EUA. FONTE: ANA TERESA FERNÁNDEZ (2012)

As liminaridades sugerem zonas de contato, fricção e relação entre espaços, tempos e coisas. Muitas vezes essas zonas marcam transições que possuem uma dimensão mais simbólica do que propriamente física ou territorial. Os limiares atuam como dispositivos de acomodação e tensionamento que podem *paripassu* articular e apartar mundos, onde batalhas visíveis e invisíveis acontecem. Essas batalhas também evocam uma reflexão sobre o lugar da produção do conhecimento e sua implicação na própria maneira de conduzir a pesquisa científica. No *pensamento liminar* a localidade do conhecimento subalterno não se trata simplesmente “do outro lado” do conhecimento hegemônico, mas possui justamente uma **qualidade de fronteira, posicionado nas falhas da hegemonia ocidental**, o que lhe confere uma posição híbrida, e uma capacidade de realizar uma crítica em duas direções – a “pensar a partir de ambas as tradições, e, ao mesmo tempo, de nenhuma delas”³⁷ (MIGNOLO, 2003, p. 102).

Importante perceber que na *epistemologia fronteira* proposta por Mignolo, a fronteira se configura como uma zona de transição, de entrecruzamentos entre diferentes condições, e não tem o sentido estrito de uma rígida separação entre mundos, como é o caso da fronteira territorial entre países. Nesse sentido, aproxima-se mais da noção de limiar, tal como proposta por Walter Benjamin (2006), que alega que o limiar deve distinguir-se claramente da fronteira. O método de Benjamin parte de um pensar nos

³⁷ Mignolo faz referência à obra do filósofo marroquino Abdelkebir Khatibi (1983), que apoia seus conceitos principais sobre a descolonização do conhecimento na “dupla crítica” e no “pensamento outro”. A “dupla crítica” no contexto da obra de Khatibi diz respeito ao fundamentalismo ocidental e ao fundamentalismo islâmico e a noção de “um outro pensamento” se baseia nas confrontações entre diferentes conceitos de história e suas particulares relações de poder.

lugares-do-entre, nas margens, configurando um *saber de limiães*. Um pensamento “a contrapelo”, fundado na prática dos desvios, e “que escolhe como objeto e lugar privilegiado desse pensamento, **não o espaço interior e já delimitado dos saberes**, mas precisamente o *limiar*, a fronteira, o lugar-entre” (BARRENTO, 2012, p.42, GRIFO NOSSO).

Uma autora que apresenta uma abordagem profícua nessa direção é Thais Rosa (2018), que propõe pensar a produção do conhecimento urbano a partir de suas margens, na tentativa de superar o modelo espacial centro-periferia e pensar novos nexos e relações presentes nas dinâmicas socioespaciais, e nas formas variadas de produção e apropriação dos territórios populares. As margens seriam zonas em disputa pela modernidade hegemônica, lugares que propiciam a experimentação de racionalidades e normatividades outras, instituídas nas práticas cotidianas – “não como espaço periférico, lugar-fora estático, mas como dinâmicas que perpassam e atravessam o Estado por dentro, num permanente jogo dentro/fora” (ROSA, 2018, p.186). Com isso, a autora não pretende afirmar a inexistência de fronteiras socioespaciais e as múltiplas violências que incidem na delimitação desses territórios, mas busca se afastar da simplificação de categorias dicotômicas e, dessa forma, evidenciar dinâmicas urbanas em constante movimento e disputa nas margens da cidade.

O **pensamento liminar** indica uma outra maneira de organizar o conhecimento, que busca atuar na transformação da rigidez das fronteiras epistêmicas e territoriais estabelecidas na construção do sistema mundo colonial/moderno e se propõe a atuar nas brechas desse imaginário. Cabe, nesse sentido, uma aproximação entre o pensamento liminar e as táticas desviacionistas dos fracos, proposta de Michel de Certeau (1998). Este último identifica nas práticas ordinárias do cotidiano **maneiras de fazer e operar nas fissuras e falhas do sistema**. A tática é o movimento “dentro do campo de visão do inimigo” e “no espaço por ele controlado” (p.100), e por essa condição, a tática “só tem por lugar o do outro”, e, a partir desse “outro”, o “próprio” tem que transformar os acontecimentos em ocasiões (p.46-7). O autor busca encontrar nas brechas e fissuras aquilo que não é compreensível no interior do discurso social dominante. A liminaridade e a busca pela alteridade fica evidente nesta passagem:

Mas há duas questões que pesam nesta pesquisa. Dizem respeito aliás às duas faces de um mesmo problema político. De uma parte, esta “arte”, em nome do quê a declaramos *diferente*? De outra, *de onde* (de que outro lugar) efetuamos a sua análise? [...] As ressurgências das práticas “populares” na modernidade industrial e científica mostram os caminhos que poderiam ser assumidos por uma transformação do nosso objeto de estudo e do lugar de onde o estudamos (CERTEAU, 1998, p.86).

O pensamento liminar é concebido na intercessão conflituosa do conhecimento, como uma reflexão crítica sobre a produção do conhecimento tanto das margens internas do sistema colonial/moderno quanto das suas margens externas. Nesse jogo duplo, ampliam-se as possibilidades de encontros entre formas de pensamento aparentemente incomensuráveis. Se torna possível estabelecer alianças com a crítica interna feita a partir da modernidade europeia, como por exemplo Marx ou Foucault, sem, contudo, se prender exclusivamente a esta como a *única* perspectiva epistemológica possível. Assim, o pensamento liminar nos permite romper certos consensos acadêmicos, e confrontar teorias e metodologias aparentemente díspares.

A liminaridade do saber-fazer atua, portanto, como método estruturador que articula transversalmente toda a tese – pensar a partir da margem e pensar sobre a margem.

Buscamos não nos aprisionar a determinadas caixas teórico-metodológicas ortodoxas – *ou isto ou aquilo*. Dessa maneira, esta investigação não se define como uma “tese decolonial”, mas assume uma *atitude des-colonial* em relação aos processos de subordinação da prática urbana frente à colonialidade do saber-fazer hegemônico. Da mesma forma que não se define como uma “tese marxista”, mas incorpora ao debate contribuições fundamentais do materialismo histórico que nos auxiliam a compreender a gambiarra em sua conjuntura econômica, cultural e socioespacial mais ampla.

Dentre os autores convocados na tese, **Milton Santos** sobressai como um autor fundamental por reunir com maestria as qualidades de um pensamento liminar que atua na descolonização do imaginário urbano aqui pretendida. Os conceitos mobilizados ao longo da pesquisa como pares dialéticos – **espaços luminosos / espaços opacos, circuito inferior / circuito superior da economia urbana, horizontalidades / verticalidades, tecnoesfera / psicoesfera** – são todos na essência embebidos da construção de um pensamento liminar.

Ao analisar a relação entre pobreza e cidadania no contexto urbano brasileiro, Vera da Silva Telles aponta que a pobreza enquanto condição de existência:

se traduz **na experiência de uma liminaridade real ou virtual entre a ordem e a desordem**, experiência que transcorre nas **frágeis fronteiras** que separam o “trabalhador honesto” do “pobre”, que vive a desordem moral como fado, e do “marginal”, que faz dessa desordem uma estratégia e um estilo de vida” (TELLES, 2001, p.82, GRIFO NOSSO).

No campo da produção do espaço, outro autor que compartilha de premissas do pensamento liminar e nos auxilia na delimitação da GAMBARRA URBANA enquanto tática dos pobres cidadãos é o urbanista israelense Oren Yiftachel (2009, 2011, 2014), com o conceito de “espaços cinzentos” (*gray spaces*). Os “espaços cinzentos” se referem aos territórios que não são *nem* integrados *nem* eliminados pelas políticas urbanas, mas “tolerados discretamente, embora sujeitos a discursos depreciativos sobre sua suposta ‘contaminação’, ‘criminalidade’ e ‘perigo’ à desejada ‘ordem das coisas’” (YIFTACHEL, 2011, p.153, TRADUÇÃO NOSSA). Nesses espaços, as fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade ou entre o que é aceito e o que é reprimido são difusas, e mudam frequentemente, fazendo com que as populações que ali vivem permaneçam em um estado permanente de tensão, incerteza e instabilidade. Assim, essas zonas fronteiriças ou cinzentas marcam divisões urbanas mutantes, dinâmicas e sempre instáveis.

A compreensão dessa condição cinzenta reforça a importância de rejeitar as falsas dicotomias urbanas (legal/ilegal, formal/informal, fixo/temporário), e com isso, nos fornece uma lente mais adequada para investigar a produção do espaço urbano popular, sobretudo no contexto do sul global. Nesse contexto, o planejamento urbano se torna uma ferramenta central para moldar a vida e a subjetividades das populações que vivem nesse eterno limiar. Contudo, Yiftachel e Avni nos recordam que:

as comunidades submetidas ao “espaçamento cinza” estão longe de ser meras receptoras impotentes das políticas urbanas, pois **geram novas mobilizações e identidades insurgentes, empregam táticas inovadoras de sobrevivência e usam “espaços cinzas” como bases para auto-organização e empoderamento** (YIFTACHEL E AVNI, 2014, p.489, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS).

Percebemos, pelo exposto, que a investigação da produção do espaço cotidiano popular a partir de uma epistemologia liminar pode fornecer importantes aportes para o conhecimento sobre as cidades em uma perspectiva relacional, que reconhece e assume os conflitos como partes integrantes do processo. Trazer para o centro do debate a produção do espaço urbano a partir de práticas consideradas subalternas e opacas, como é o caso da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, implica em um exercício de pensar a partir das brechas, e tentar enxergar possibilidades de urbanidades outras, sem tentar aprisionar e classificar tais práticas em caixinhas fixas.

1.3. A GAMBIARRA COMO PROCESSO METODOLÓGICO

Para ver o que não via, precisei deixar de ver o que via sempre. Precisei trocar de cegueira.

[ANA CLARA TORRES RIBEIRO, 2012, p.67].

Se a arquitetura esconde – por trás da sua estética limpa e acabada – os vestígios da sua construção, a pesquisa acadêmica “pronta”, em grande medida, também o faz. E, se é um esforço da presente investigação buscar maneiras outras de pensar a relação entre planejamento e improviso, parece importante também reconhecer a precariedade do saber, como algo em constante construção e experimentação.

Nesse sentido, metodologicamente, assumimos o fato de que a tese não se pretende um projeto acabado, e se sabe incompleta, expectante... Seu processo de construção se assemelha ao das casas autoproduzidas, sempre disponíveis para uma possível ampliação, para um novo achado pelo caminho...

Ao estabelecer uma distinção espaço-temporal entre a ideia de habitação do ponto de vista da concepção arquitetônica formal e o entendimento da casa como abrigo nos espaços populares, Paola Jacques (2002, p.53) observa que é “Como se os arquitetos espacializassem o tempo e os construtores das favelas temporalizassem o espaço”.

A grande diferença entre o abrigo da favela e a habitação da cidade formal é temporal, pois o abrigo diz respeito ao que é **temporário e provisório**, e a habitação, ao contrário, ao que é durável e permanente. **O abrigo é temporário mesmo se durar para sempre; a habitação é durável mesmo se desabar amanhã.** Mas o abrigo, mesmo não sendo concebido como tal, tem o potencial de vir a ser uma habitação. Cada abrigo tem a possibilidade imanente de se tornar habitação (JACQUES, 2002, p.53).

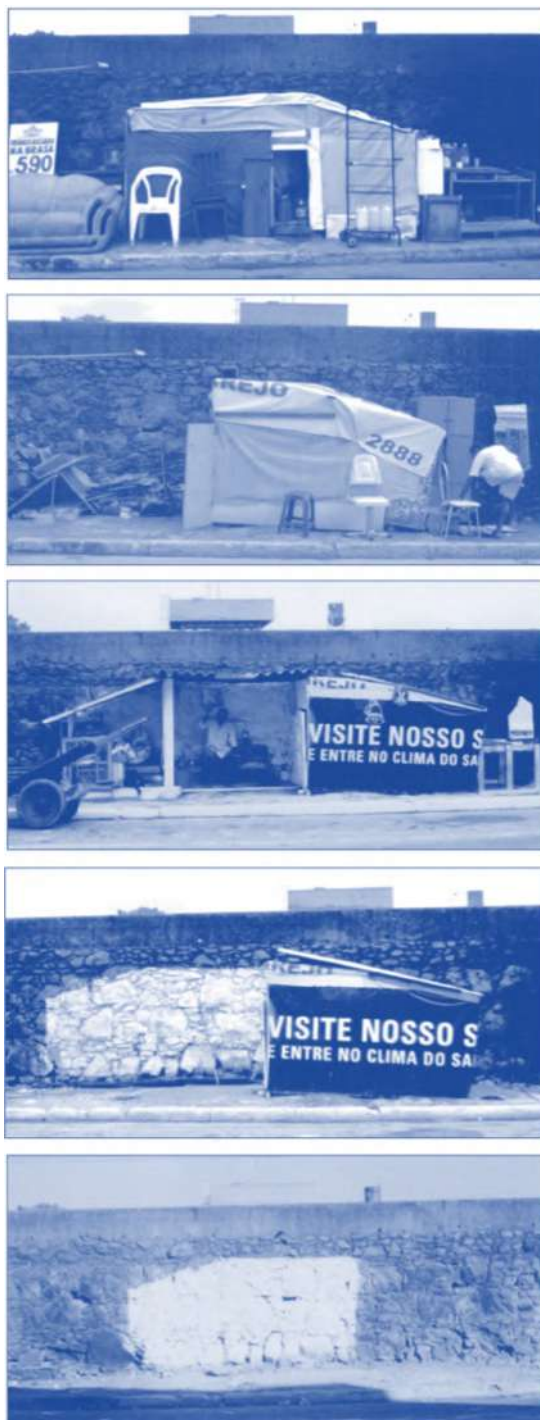


FIG. 18: AS DIFERENTES FASES DE UM ABRIGO TEMPORÁRIO NO CENTRO DE SÃO PAULO, ENTRE OUTUBRO DE 2004 ATÉ SEU DESAPARECIMENTO EM JULHO DE 2005. FONTE: KASPER (2006)

Estamos lidando, portanto, com a impermanência como condição: **a gambiarra é temporária, mesmo se durar para sempre**. Dessa forma, e no intuito de assimilar a gambiarra como campo de pesquisa nos pareceu desde o início não ser coerente (ou mesmo desejável) produzir uma tese com metas muito fechadas ou pré-estabelecidas. Propomos assim, uma espécie de **metodologia tática**, que assume e incorpora o tensionamento entre as diferentes narrativas, saberes e fazeres como condição inerente à reflexão sobre a produção do espaço urbano.

Assim, os modos de FAZER-PENSANDO e PENSAR-FAZENDO da própria tese se descortinam ao longo do processo, provocando descobertas e agenciamentos que desenhavam e redesenhavam os rumos da tese. Sua feitura não parte de uma sequência linear estabelecida a priori e vai se construindo por meio da coleta de textos, imagens e canções garimpados aqui e acolá, sem uma ordem pré-definida: uma leitura puxa a outra, convocando a lembrança de imagens e músicas que ajudam a dar o tom da narrativa. As ideias vagueiam por um tempo, sem saber exatamente onde irão aportar, até que encontram um lugar no enredo – lugar este muitas vezes provisório.

Emmanuel Nassar – um dos pioneiros na assimilação da gambiarra no campo das artes visuais – indica que no seu processo de criação artística ele guardava mesmo aqueles trabalhos que em princípio considerava perdidos: “Então comecei a remendar, rasurar, acrescentar. O resultado me surpreendeu. Aquilo era a melhor expressão de mim. Assim mesmo, **cheio de remendos, consertos, reparos. Afinal não é assim que a gente vive?**” (NASSAR, 2003, p.10-11).

Corroborando com essa reflexão a noção de gambiarra proposta pelo cineasta e artista visual Cao Guimarães³⁸, que entende que a gambiarra ultrapassa a simples ideia de adaptação improvisada no dia a dia, e que pode ser ampliada para a ideia da existência, diante da efemeridade e precariedade da própria vida em sua condição imanente.

O meu conceito de gambiarra é algo em constante ampliação e mutação. Ele deixa de ser apenas um objeto ou engenhoca perceptível na realidade e se amplia em outras formas e manifestações como gestos, ações, costumes, pensamentos, culminando na própria ideia de existência. **A existência enquanto uma grande gambiarra, onde não cabe a bula, o manual de instrução, o mapa ou o guia.** A gambiarra enquanto ‘phania’ ou expressão, uma manifestação do estar no mundo. **A gambiarra é quase sempre um ‘original’ e não uma cópia, uma reprodução. E por isso é uma entidade viva, em constante mutação** (GUIMARAES, 2009, p.3, GRIFO NOSSO).

Temos assim a ideia de um *gesto-gambiarra*, como uma experiência singular, viva e inacabada, que desestabiliza os modos de operar codificados previamente. Entendemos que o modo de fazer a tese é composto por uma espécie de **PESQUISA-PROCESSO-GESTO-GAMBIARRA**, que parte de uma vontade de (re)criar, (re)inventar e (re)existir às lógicas padronizadas e impostas como universais – como ocorre com os cânones da pesquisa científica e seus discursos totalizantes. Dessa maneira, assumir a gambiarra como *processo-pesquisa* pressupõe o gesto de (re)apropriação de ideias e teorias, com boas doses de improvisação, afinal, a gambiarra:

não necessariamente implica um “produto final”, pois também **é processo, um work in progress**. Talvez o processo seja mais importante exatamente porque **a gambiarra nunca é final, sempre há algo para acrescentar ou aprimorar**. No entanto, há algo mais. [...] **a gambiarra também é método**. É modo, modus operandi, tática de guerrilha, de ação, de transmissão, de disseminação (ROSAS, 2008, p.24, GRIFO NOSSO).

³⁸ O mineiro Cao Guimarães desenvolve, desde 2002, uma série fotográfica intitulada *Gambiarra*, e que deu origem a um livro homônimo e que apresenta uma coleção de gambiarra pelo Brasil. Caracterizada como um *work in progress*, o projeto conta com mais de cem fotografias expostas em diferentes formatos, desde projetos expográficos, como o realizado no Museu da Pampulha em 2008, e integrado a mostra na II Trienal Poligráfica de San Juan.

POR UMA ATUAÇÃO NAS BRECHAS DO URBANO

Embora não seja possível vivenciar um dado território pelo olhar do *outro* sem nos despirmos do nosso próprio olhar e subjetividades, seria possível atuarmos nesses contextos num **exercício de alteridade** em relação às práticas espaciais singulares e as maneiras de fazer de quem vivencia cotidianamente esses territórios?

De modo geral, os programas de urbanização e as políticas públicas de regularização urbanística nas favelas têm como meta a sua *integração* à cidade, essencialmente como uma estratégia de atenuação e superação do *modus operandi* vigente nesses espaços. Em substituição a esse modo de viver, as ações oficiais pretendem implantar uma *nova ordem urbanística* presente na cidade *planejada* – ou seja, a **transformação da favela em bairro**. Para Alex Magalhães, (2023, p.513), essa política regulatória praticada pelo Estado “se estrutura com base nos pressupostos de que, **antes** da urbanização, a favela não era bairro (logo, não era cidade!), e de que, **depois** da urbanização, a favela deve “*deixar de ser favela*” (GRIFOS DO AUTOR). Nessa perspectiva da transformação da favela em bairro, “se almeja garantir o desenvolvimento ordenado e racional desses espaços, bem como deixar marcado que o Estado não está mais ausente dessas áreas, que deixariam de se configurar como espaços literalmente excluídos do planejamento e ordenamento da cidade” (MAGALHÃES, 2009, p.90).

Essa lógica engendra uma suposta dualidade ontológica no espaço urbano que nos parece ilusória e improcedente, diante das evidências de sobreposição e constante diálogo e conflito entre as lógicas do Estado, do Mercado e da necessidade (ABRAMO, 2003) presentes tanto nos territórios populares, quanto, de forma ampliada, na cidade como um todo. Especialmente em sociedades capitalistas periféricas como o caso do Brasil, observamos diversas circunstâncias em que uma lógica é condicionada pela outra ou que uma lógica incorpora elementos originários da outra em sua composição (MAGALHÃES, 2009, 2010; KAWAHARA, 2023). Isso posto, nos parece importante renunciar a um binarismo metodológico, que compreende as favelas e periferias urbanas como uma *outra* ordem, inteiramente diversa e apartada da cidade dita formal. Da mesma forma, refutamos uma abordagem moral, que promove a associação intrínseca de virtudes ora positivas ora negativas à produção informal do espaço.

Desse modo, a investigação aqui proposta sobre a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA busca trespassar os tão difundidos paradigmas da ausência e da potência que costumam comparecer nos estudos urbanos e acadêmicos, e procura um olhar menos condicionado para buscar distinguir espectros e nuances variadas nos espaços inicialmente opacos. Na busca por chaves de compreensão do fenômeno urbano que se afastem da dicotomia e do binarismo, encontramos reverberações metodológicas nas *nebulosas do pensamento urbanístico*, sistematizadas por Paola Jacques e Margareth Pereira, e que resultaram nas publicações *Nebulosas do Pensamento Urbanístico* – Tomo I: Modos de Pensar (2018), Tomo II: Modos de Fazer (2019) e Tomo III: Modos de Narrar (2020)³⁹.

As nebulosas partem da concepção do urbanismo como um **campo transversal de convergência de saberes**, mais do que propriamente um campo disciplinar. Nessa percepção, o urbanismo se situa **entre zona limiars entre diferentes áreas do conhecimento**:

Formam, as próprias *nebulosas*, diferentes narrativas a partir de redes distintas – de intercâmbio, mas também de disputa – intelectuais, acadêmicas, científicas e artísticas que atuam de maneira complexa, permitindo uma melhor problematização tanto do

³⁹ As “nebulosas” têm origem na pesquisa *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, e são atualmente formadas por oito grupos de pesquisa sediados em diferentes instituições públicas de ensino e pesquisa, sendo eles: Laboratório Urbano, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Laboratório de Estudos Urbanos (LeU PROURB), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade (Ciec), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Cosmópolis, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Topos – Paisagem, Projeto, Planejamento, da Universidade de Brasília (UnB); Cidade (in)Pensada, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); e Arquivos, Fontes e Narrativas, da Universidade de São Paulo (USP) (JACQUES, PEREIRA e CERASOLI, 2020).

campo disciplinar do urbanismo quanto das cidades, mas, antes de tudo, retirando o gesto do pesquisador de sua aparente naturalidade ou suposta neutralidade (JACQUES E PEREIRA, 2018, p.14).

Pensar por nebulosas reage a uma compartimentação dos saberes, e pressupõe incorporar a instabilidade e a transitoriedade da própria condição humana, e quiçá da própria condição *urbana*. Assim, podemos propor que, tanto a prática da arquitetura e do urbanismo quanto a tática da gambiarra se situam em zonas liminares, entre campos nebulosos do saber e do fazer, orbitando entre os saberes práticos e os fazeres técnicos. Nessa zona fronteira, abre-se então a possibilidade de investigar o que Certeau (1998, p. 86) denominou como um “imenso campo de uma ‘arte de fazer’” diferente dos modelos que reinam de cima para baixo”.

Para Certeau (1998), o relato é uma “**prática inventora de espaços**” (p.188, GRIFO NOSSO), na medida em que organiza as “ações narrativas” e produz “geografias de ações” a partir do olhar de quem narra. Também quem lê opera uma metamorfose na narrativa, pela reapropriação do texto do outro, e essa metamorfose “torna o texto habitável, à maneira de um apartamento alugado. Ela transforma a propriedade do outro em lugar tomado de empréstimo, por alguns instantes por um passante” (p.49). De maneira similar à que o leitor opera uma metamorfose no texto *do outro*, são também os praticantes ordinários da cidade que “atualizam os projetos urbanos e o próprio urbanismo através da prática, vivência ou experiência cotidiana dos espaços urbanos”, e nesse sentido “são as apropriações e improvisações dos espaços que legitimam ou não aquilo que foi projetado” (JACQUES, 2011, p.168).

Em sintonia com esses autores, entendemos que os temas relacionados ao *urbanismo* e ao *planejamento urbano* não se circunscrevem apenas aos campos disciplinares e científicos específicos, mas também incorporam um conjunto de práticas concretas e experiências empíricas de intervenção e produção do espaço urbano, que mobilizam diferentes atores e escalas de intervenção, como é o caso das práticas e táticas de autoprodução nos territórios populares.

1.4. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Operacionalmente a pesquisa se organiza em torno de quatro eixos estruturantes: *modos de aprender-fazer / modos de narrar-fazer / modos de pensar-fazer / modos de fazer*. Ressaltamos que embora os eixos sejam apresentados separadamente, eles estão intrinsecamente inter-relacionados. Enquanto os três primeiros eixos apresentam os embasamentos teórico-metodológicos relativos ao tema e as narrativas construídas ao seu redor, o eixo *modos de fazer* contempla a parte empírica da tese, de maneira a articular a reflexão teórico-metodológica à realidade prática e material observada em campo. Propomos com essa articulação a construção de um exercício teórico-especulativo em relação ao que denominamos de GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.

Uma questão delicada ao me confrontar com o tema da tese diz respeito ao fato de ser uma *pesquisadora-forasteira*, tendo em vista que nunca vivi ou trabalhei diretamente em contextos de favelas, e nunca senti na pele a condição de precariedade/subalternidade a qual está submetida uma grande parcela da população brasileira. Como então a minha experiência – *enquanto arquiteta e urbanista branca, de classe média e não-especialista em favelas* – poderia contribuir para a produção de novas abordagens sobre as práticas espaciais nos territórios populares?

Encontrei algum alento nas palavras de Eliana Sousa e Silva⁴⁰ (2015), figura essencial na trajetória de lutas populares da Maré. Embora destaque a escassez de trabalhos acadêmicos oriundos de

⁴⁰ Eliana Sousa Silva é doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), diretora da Divisão de Integração Universidade Comunidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Redes de Desenvolvimento da Maré. Residente na Maré desde os 7 anos e lá construiu uma trajetória que envolve militância, pesquisa e forte intervenção local. Foi a primeira presidente da Associação de Moradores de Nova Holanda.

pesquisadores nascidos e criados nas favelas e periferias, ela reconhece que não são apenas os pesquisadores de origem popular os únicos autorizados a falar ou escrever sobre suas práticas, sendo importante haver uma **pluralidade de olhares sobre as vivências e práticas produzidas nesses contextos**. Assim sendo, reconheço que é a partir desse olhar “de fora” que arrisco adentrar nessa realidade espacial e social, me permitindo observar **a partir da exterioridade interior da fronteira** (MIGNOLO, 2003). Penetro nessas zonas liminares ciente dos conflitos e estranhamentos pelo percurso, mas aberta para as descobertas e para a partilha de saberes com aqueles que habitam e produzem cotidianamente uma grande parte de nossas cidades.

De modo bastante experimental e ensaístico, este trabalho **estabelece um debate com as teorias e práticas urbanas decoloniais, insurgentes e contra hegemônicas**, na medida em que busca reposicionar leituras e olhares sobre as práticas espaciais ditas informais nos territórios populares, apontando para paradigmas outros de fazer-pensar o lugar do projeto e das intervenções urbanas nesses contextos. Para tanto, utilizamos como procedimentos a revisão de literatura e a pesquisa bibliográfica e documental em fontes primárias e secundárias a respeito de temáticas vinculadas à colonialidade do pensamento urbano, à relação entre planejamento urbano e produção informal das cidades; às abordagens táticas no campo do urbanismo e, especificamente, a respeito da GAMBARRA URBANA enquanto ação tática. Nos valem também da pesquisa iconográfica sobre a gambiarra em meios e suportes diversos, tais como produções artísticas, fotografias, *memes* na internet, etc.

Os procedimentos utilizados na tese são de **natureza qualitativa** e objetivam possibilitar uma compreensão mais aprofundada das especificidades dos fenômenos inerentes às práticas socioespaciais da gambiarra urbana em contextos opacos. As hipóteses e premissas iniciais orientam o processo de investigação, ao passo que os objetivos vão sendo atualizados durante o desenvolvimento da pesquisa, considerando o percurso em espiral de aprofundamento na compreensão do problema e a entrada de novas variáveis ao longo do trabalho.

Para a aproximação empírica das táticas espaciais da GAMBARRA URBANA nos valem do **método de caso referencial**⁴¹, que consiste na eleição e adoção de **um objeto real**, que passa a atuar como caso exemplar para a pesquisa teórica. Difere-se do método de estudo de caso, pois o caso eleito constitui-se em uma *referência* para a construção do objeto teórico do conhecimento, como base fática para a verificação da hipótese da tese. Segundo Rosângela Cavallazzi, a adoção do referido método permite “aproximar o referencial teórico à realidade enfrentando os desafios epistemológicos na construção de teorias, métodos e técnicas” (CAVALLAZZI, 2012, p.11). Isso posto, o desafio passou a ser quais critérios utilizar para escolha do caso referencial a ser investigado?

Para essa eleição, foram estabelecidos alguns critérios que balizassem a definição do local para a realização do trabalho de campo, descritos a seguir:

1. Considerando que a pesquisa não tem como intenção investigar especificidades regionais da gambiarra urbana popular e por uma facilidade de logística buscamos um território popular localizado **na cidade do Rio de Janeiro** que se enquadrasse no recorte da tese, qual seja: assentamentos populares conformados pela paisagem urbana composta pelo conjunto da moradia, pequeno comércio e seu ambiente urbano imediato. Como existem diferentes tipologias de assentamentos que se enquadram na definição acima, nos pareceu pertinente realizar a aproximação de campo em algum contexto que apresentasse **diferentes configurações**, dependendo de sua forma específica de organização e de seu processo de produção. Ou seja, um território que apresentasse diferentes tipologias, num limiar entre a favela e o bairro popular, de forma a explorar diferentes manifestações da prática espacial da gambiarra.

⁴¹ A expressão caso de referência foi usada pela primeira vez por Rosângela Cavallazzi (1993) na sua tese de doutorado.

2. Visto que não é o objetivo deste trabalho proceder uma análise aprofundada do caso em todas as suas dinâmicas territoriais, históricas, socioculturais, etc., buscamos escolher um território que **já apresentasse uma base consistente de dados**, em termos de levantamentos históricos, cartográficos e socioespaciais, como ponto de partida para a realização do campo.
3. Uma questão essencial relaciona-se à segurança para se percorrer tais territórios, considerando se trata de áreas de grande vulnerabilidade social, econômica e urbana. Especialmente no contexto da cidade do Rio de Janeiro, geralmente são áreas controladas pela milícia ou pelo tráfico. Assim, buscamos eleger um contexto que tivesse como referência alguma associação ou grupo de pesquisa que pudesse nos **fornecer credenciamento e condições seguras** para a realização do trabalho.

A partir dessas premissas, definimos como escolha para o caso referência **o conjunto de favelas da Maré, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro**. Retomando às questões acima, temos que:

1. A Maré fica localizada entre importante vias de acesso da cidade e muito próxima da Cidade Universitária da UFRJ, fator que facilita a logística de acesso. Além disso, a Maré se constitui num dos **maiores laboratórios urbanos de habitação popular do país**, onde inúmeras experiências habitacionais foram feitas nas últimas décadas. Diante dessa variedade de morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas, a Maré se apresenta como um território abundante para investigar as diferentes manifestações da gambiarra urbana.
2. A Maré possui **um vasto repertório de pesquisas acadêmicas e documentais**, além de sediar uma **ampla gama de instituições** que atuam sobre e no seu território (dentre essas podemos citar o Observatório de Favelas, a Redes de Desenvolvimento da Maré, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, entre outras). Além disso, a Maré foi pioneira na realização de censos específicos para levantar as características de seu território.
3. Em relação à segurança para realizar o trabalho de campo, optamos por um território do Rio de Janeiro que **não estivesse dominado pela milícia**, por entender que o modus operandi miliciano implicaria numa camada a mais de complexidade para aproximação enquanto pesquisadora. A Maré, embora também controlada por duas grandes facções de tráfico de drogas (Comando Vermelho e Terceiro Comando) possui uma sólida gestão dos grupos e instituições supracitados, além de possuírem associações de moradores atuantes, o que facilitou a aproximação do território.

Dráuzio Varella (2002 p.15) afirma que “a Maré carioca também pode ser representativa de várias outras Marés do país”. Como sabemos, os processos de favelização e de periferização urbana no Brasil possuem uma certa generalidade e regularidade em termos de processos históricos, sociais e seus desdobramentos espaciais. No entanto, apesar da existência de fenômenos comuns aos diversos territórios populares urbanos, existem características relativas a cada contexto que produzem práticas socioespaciais singulares e que introduzem complexidade a uma interpretação generalista. Tendo isso em conta, buscamos por meio do caso referência investigar a manifestação da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA a partir do binômio generalidade-especificidade, no entendimento de que as mediações e relações ali detectadas, mesmo que singulares, extrapolam o seu caráter local e situado e encontram convergências com essas *várias outras marés*.

Passada a definição da Maré como local para a pesquisa de campo, passamos para uma segunda questão, não menos complexa: **como eleger o método de aproximação em busca das táticas cotidianas da gambiarra urbana?**

A tática da gambiarra na vivência cotidiana dos grupos populares opera em um movimento constante, não linear e muito menos permanente, o que faz com que ela se modifique rapidamente em função das circunstâncias. Como propor uma **aproximação empírica para uma tática tão dispersa no território?**

Diante dessa questão, encontramos no **exercício da errância urbana** uma perspectiva metodológica de aproximação do território em busca de vestígios das gambiarras urbanas. Paola Jacques em *Elogio aos Errantes* (2012), indica que a prática da errância se configura em uma ferramenta de apreensão e investigação do espaço urbano sob a perspectiva da **experiência da cidade**⁴² e se interessa “mais com **as práticas, ações e percursos**, do que com as representações, planificações ou projeções” (p.24). Nesse sentido, se afasta dos métodos convencionais e cartesianos da disciplina urbanística, tais como os mapas em *layers* e o diagnóstico do território, que na maior parte das vezes se utilizam de dados estatísticos, objetivos e genéricos. Assim, “O errante não vê a cidade somente de cima, a partir da visão de um mapa, mas **a experimenta de dentro; ele inventa a sua própria cartografia a partir de sua experiência itinerante**” (JACQUES, 2012, p.24., GRIFO NOSSO).

As errâncias – assim como as gambiarras – são experiências não planejadas e desviatórias no espaço, e, sua prática como método, busca encontrar uma condição de estranhamento e de deslocamento de um olhar viciado e familiar sobre o urbano, e busca apreender o território por um exercício de alteridade urbana. Assim, a prática da errância se coloca “como uma resistência ou insurgência contra a ideia do empobrecimento, perda ou destruição da experiência a partir da modernidade” (JACQUES, 2012, p.19). Nesse sentido, entendemos que a experiência errante entra em diálogo com a perspectiva do *pensamento* liminar, nos termos propostos por Mignolo (2003). O pensamento liminar surge como uma resposta à retórica da modernidade como salvação, na busca por uma epistemologia que emerja das margens, das fronteiras, dos locais periféricos, e a partir dos quais se formula um pensamento *outro*.

A experiências errantes atuam pelas brechas, margens e desvios dos holofotes do espetáculo urbano e com isso dialogam com o conceito de Milton Santos dos espaços opacos – “a sobrevivência teimosa dos próprios errantes urbanos, que erram pela opacidade – pela opaca cidade ou cidade opaca – e resistem aos projetores do espetáculo da cidade luminosa” (JACQUES, 2012, p.37). Encontra eco também com as ideias de Michel de Certeau, em *A Invenção do Cotidiano* (1998), com sua leitura das práticas e táticas cotidianas daqueles que vivenciam a cidade por dentro e de baixo, ao rés do chão. A partir dos limiares onde cessa a visibilidade dessa cidade espetáculo, Certeau encontra os praticantes ordinários dessa outra cidade, opaca e que escapa às totalizações imaginárias do olhar panóptico.

Como nos indica o autor, o simples ato de caminhar, realizado pelos praticantes ordinários da cidade, compõe uma experiência elementar de escritura do espaço urbano cotidiano, conformando um texto composto por fragmentos de trajetórias, sem autoria ou espectador: “Os relatos de lugares são bricolagens. São feitos com resíduos ou detritos do mundo. [...] fragmentos de lugares semânticos dispersos” (CERTEAU, 1998, p.188). Na passagem abaixo, podemos inferir uma possível relação entre a tática da gambiarra e o ato de caminhar de forma errante, que reorganiza à sua maneira a ordem espacial vigente, ao criar trajetos, improvisações e deslocamentos próprios.

Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), **o caminhante atualiza**

⁴² Jacques contextualiza a errância a partir de três momentos da história do urbanismo moderno. 1) as *flanâncias* entre os séculos XIX e XX, que criticava a modernização das cidades, sobretudo a partir da figura do *flâneur* de Baudelaire; 2) as *deambulações*, dos anos 1910-30, que corresponde a ação dos dadaístas e surrealistas em suas excursões urbanas por lugares banais e 3) as *derivas*, dos anos 1950-70, que corresponde ao pensamento urbano dos situacionistas e que apresentava uma crítica ao urbanismo moderno, sendo Guy Debord seu maior expoente. No Brasil, a autora cita as crônicas de João do Rio, pelas ruas do Rio de Janeiro; os artistas modernistas antropófagos dos anos 1920/30, e os tropicalistas nos anos 1960. Cabe ressaltar que o exercício da errância surge no contexto europeu e majoritariamente branco, o que implica em algumas adequações ao transpor a prática para os territórios populares do sul global.

algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais. Assim Charles Chaplin multiplica as possibilidades de sua brincadeira: **faz outras coisas com a mesma coisa e ultrapassa os limites que as determinações do objeto fixavam para o seu uso.** Da mesma forma, **o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial.** [...] “O usuário da cidade extrai fragmentos do enunciado para atualizá-los em segredo” (CERTEAU, 1998, p.177-8, GRIFO NOSSO).

A partir desse repertório conceitual, propusemos uma aproximação **aos modos de fazer da gambiarra urbana na Maré na condição de errante**, buscando encontrar em tais práticas cotidianas apontamentos para diferentes maneiras de apreensão e percepção do espaço urbano popular, em suas múltiplas singularidades e contradições. Nesse sentido, os registros fotográficos e os relatos dos espaços percorridos na Maré podem ser lidos como essa narrativa particular, como uma espécie de etnografia experimental composta por fragmentos das andanças e trajetórias realizadas, como pequenos resíduos coletados a partir de um olhar sensível e atento para as micopráticas frequentemente invisibilizadas pelo nosso olhar viciado de “especialistas”.

Há no entanto que se fazer duas importantes **ressalvas** sobre a aplicação desse método na Maré. A primeira ressalva diz respeito ao fato da prática da errância ter surgido no contexto europeu e majoritariamente branco. Ao ser transposta para a realidade socioespacial brasileira, há que se atentar para o componente racial: a população negra é sistematicamente impossibilitada de “errar” pelas ruas e espaços luminosos. A segunda ressalta, que se vincula à primeira, diz respeito ao fato de as favelas serem marcadas pela **violência armada e por inúmeras violações de direitos fundamentais.** Os moradores da Maré experimentam, há pelo menos três décadas, um contexto de extrema vulnerabilidade diante, de um lado, do controle territorial por grupos armados e ligados ao tráfico e, de outro, pelo abuso e pelos conflitos armados impostos pelas forças de segurança do Estado. Dessa forma, não há como simplesmente descer na Avenida Brasil ou na Linha Vermelha na condição de errante e sair vagueando sozinha e livremente por suas vielas, ruas e becos.

Diante dessa constatação, para realizar as incursões na Maré foi necessário estabelecer contatos com organizações atuantes no território que pudessem me fornecer alguma credencial para início do trabalho de campo. Antes disso, foi necessária a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental para compreender sobre a formação do território e sua história por meio de leituras de livros, artigos, teses e dissertações. Por não estar vinculada a um grupo de pesquisa que atuasse na Maré, fui pouco a pouco me aproximando do território. A primeira pessoa que me abriu as portas para a primeira incursão à Maré foi a professora e pesquisadora do Laboratório de Habitação da FAU/UFRJ (LabHab/PROARQ), Luciana Figueiredo, que desenvolve pesquisas relacionadas aos processos construtivos em territórios populares, e, em 2022 estava desenvolvendo um trabalho de assistência técnica em parceria com o Observatório de Favelas no conjunto habitacional Tijolinho, localizado na favela de Nova Holanda, na Maré⁴³.

Após esse primeiro contato, conheci os representantes do Observatório de Favelas responsáveis pelo projeto de Melhorias Habitacionais em Rede, Aruan Braga e Lino Teixeira, e também a arquiteta

⁴³ Este projeto de pesquisa concentra-se em dois objetivos distintos: (1) o reconhecimento dos saberes construtivos em territórios populares: como são tomadas as decisões construtivas – escolha dos materiais e técnicas construtivas, bem como o planejamento e a gestão da obra; e (2) produção de tecnologias construtivas alternativas, com vantagens econômicas e ecológicas, que possam ser aplicadas nestes territórios. O projeto “Melhorias Habitacionais em Rede no Tijolinho: implementação e difusão de saberes integrados” promoveu uma experiência de assistência técnica em habitação de interesse social, na comunidade Tijolinho, em Nova Holanda e contou com recursos do Edital 01/2021 de seleção pública de projetos de apoio à assistência técnica em habitação de interesse social (ATHIS) patrocinado pelo CAU/RJ. Disponível em: <https://proarq.fau.ufrj.br/estrutura-de-pesquisa/projetos-de-pesquisa/2643/processos-construtivos-em-territorios-populares>. Acesso em 04 abr. 2024.

autônoma mareense Kelly Regis. Essas pessoas foram me apresentando outras referências no território e entidades importantes de serem conhecidas. E, assim, fui estabelecendo pontes e contatos com grupos e organizações atuantes em seu território (destaco especialmente o Observatório de Favelas e a Redes da Maré). A cada ida a Maré e a cada reunião e entrevista realizada surgiam novos nomes e referências que poderiam contribuir para a pesquisa. Desse modo, fui aos poucos adentrando nas várias marés...

Dada a complexidade de percorrer toda a sua extensão territorial e entrar em contato com as 16 diferentes associações de moradores que conformam o chamado Complexo da Maré, buscamos – a partir da pesquisa bibliográfica e das conversas estabelecidas com representantes das principais referências institucionais sediadas na Maré (Observatório de Favelas, CEASM e Redes da Maré) – selecionar exemplos significativos de distintos momentos da trajetória de ocupação do território, buscando revelar como se deram os processos de conformação de cada uma dessas áreas e suas repercussões nas ações táticas empreendidas pelos moradores. Dessa forma, selecionamos quatro grupos de localidades, que foram implementados por processos e programas em momentos distintos, que serão resumidos a seguir:

ORIGEM / PROGRAMA	LOCALIDADES INVESTIGADAS	MOMENTO DE OCUPAÇÃO
OCUPAÇÕES INICIAIS “ESPONTÂNEAS”	MORRO DO TIMBAU E BAIXA DO SAPATEIRO	DÉCADA DE 1940
INTERVENÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO ESTADUAL (COHAB)	NOVA HOLANDA	DÉCADA DE 1960
INTERVENÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO FEDERAL (PROJETO RIO)	VILA DO JOÃO, VILA DOS PINHEIROS, CONJUNTO ESPERANÇA E CONJUNTO PINHEIRO	DÉCADA DE 1980
INTERVENÇÃO PÚBLICA DO GOVERNO MUNICIPAL (PROJETO MORAR SEM RISCO)	CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS E CONJUNTO NOVA MARÉ	DÉCADA DE 1990

TABELA 1: PROGRAMAS E LOCALIDADES SELECIONADAS PARA A PESQUISA DE CAMPO. FONTE: AUTORA (2024)

A partir da seleção desses quatro grupos, estabelecemos três eixos centrais de análise, descritos sinteticamente a seguir:

1. **o reconhecimento dos processos históricos e culturais de formação e consolidação** dessas localidades;
2. **a contextualização das estratégias** empreendidas pelos distintos planos urbanos e projetos habitacionais promovidos pelo Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal;
3. **a identificação das ações táticas empreendidas pelos moradores** em relação (e reação) às estratégias implementadas pelo Estado e pelos demais agentes atuantes no território, com foco na prática da gambiarra urbana.

PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental teve como objetivo percorrer os processos de formação e consolidação do território da Maré, além de promover o aprofundamento e complementação das informações recolhidas na pesquisa de campo. Felizmente existe um farto acervo bibliográfico e documental sobre a Maré. Segundo levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos em 2002, o conjunto de favelas da Maré ocupa a segunda posição em termos de quantidade de publicações acadêmicas (pesquisas, teses e dissertações) produzidas sobre favelas no Rio de Janeiro, perdendo apenas para a Rocinha

(VALLADARES, 2005). Licia Valladares atribui esse interesse de pesquisa a três razões principais: a proximidade da Maré com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (campus na Ilha do Fundão); o fato da Maré ter sido alvo de inúmeras políticas públicas habitacionais e urbanísticas ao longo de sua história e também pela presença de diferentes Organizações Não Governamentais atuantes em seu território.

As fontes de pesquisa documental foram variadas, de acordo com os três eixos de análise supra:

- Em relação ao contexto histórico de formação do território, as principais fontes de pesquisa foram as publicações do Núcleo de Memória & Identidade da Maré da Redes de Desenvolvimento da Maré (DINIZ ET AL., 2012 E 2013), o Relatório produzido sob a coordenação da Profa. Lilian Fessler Vaz (VAZ, 1994), que reconstitui os processos de formação do território e o acervo documental e expográfico do Museu da Maré, vinculado ao Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM);

- Em relação à compreensão da trajetória da Maré em relação ao processo geral de formação das favelas cariocas as principais fontes consultadas foram os livros *A invenção da favela* (VALLADARES, 2005); *Um século de Favela* (ZALUAR E ALVITO, 2006[1998]) e *A favela reinventa a cidade* (SOUZA SILVA ET AL., 2020);

- Em relação aos dados gerais sobre o território, as principais fontes de pesquisa foram o Censo Populacional da Maré (2019); o Censo de Empreendimentos da Maré (2014) e os mapeamentos realizados pelo Observatório de Favelas;

- Em relação aos projetos e programas urbanos implementados pelo poder público e a relação do Estado com as políticas públicas, as principais fontes vieram de teses de doutorado e artigos científicos na área das ciências sociais, com ênfase para os temas de urbanismo, segurança pública e meio-ambiente.

- Em relação à repercussão dos projetos habitacionais e urbanos implementados, bem como a percepção das vivências cotidianas do território foram essenciais a consulta às matérias publicadas nos jornais, tanto antigas (O Globo, Jornal do Brasil, O Cidadão) quanto novas (Maré de Notícias), bem como os periódicos especializados de arquitetura (Revista Projeto, AU).

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Os registros fotográficos de campo na Maré são uma parte imprescindível da tese, tendo em vista que a fotografia enquanto recurso não cumpre apenas uma função ilustrativa, mas é compreendida como **peça narrativa potente e que comunica tanto quanto a narrativa escrita**.

Para consubstanciar os três eixos de análise supracitados foram utilizadas diferentes bases fotográficas, a saber:

- **Registros históricos e documentais**, obtidos sobretudo a partir do acervo digital do Museu da Maré (Arquivo Dona Orosina Vieira - ADOV), que reúne uma rica base de dados da Maré em suas diferentes fases;

- **Registros do cotidiano e dos eventos que são realizados na Maré**, obtidos a partir do banco de imagens *on line* da Redes de Desenvolvimento da Maré e do banco de imagens do Programa Imagens do Povo, vinculado ao Observatório de Favelas, ambos compostos por imagens realizadas por fotógrafos populares atuantes no território mareense;

- **Registros da pesquisa de campo**, colhidos a partir das visitas realizadas à Maré e cujo procedimento será detalhada a seguir.

Para a realização dos registros de campo, optamos por contratar um fotógrafo local para nos acompanhar nessa empreitada – tanto pela questão da segurança quanto pela qualidade das fotos. Contratamos Arthur Viana, formado pelo programa Imagens do Povo, e que, além de fotógrafo, é mobilizador comunitário da ONG Redes da Maré. Nascido e criado na Maré, ele conhece praticamente todos os recantos e atalhos dentro do território e, por ser mobilizador comunitário, está acostumado a

transitar entre áreas comandadas por diferentes grupos do tráfico (nem todos os moradores circulam por áreas de diferentes facções).

As visitas eram sempre agendadas previamente com as Associações de Moradores de cada área. Antes de iniciarmos o percurso, geralmente o representante da Associação de Moradores se dirigia ao membro local da facção de tráfico para avisar e pedir autorização para a realização do trabalho. Como eles costumavam dizer, era necessário comunicar “a quem de direito” (modo como se referiam para informar aos agentes do tráfico sobre a nossa presença). Nesses percursos, era frequente “esbarrar” com jovens com fuzis e pontos de vendas de drogas em plena luz do dia.

Ainda assim, os percursos eram realizados com **relativa autonomia** e sem o estabelecimento de um trajeto definido previamente, porém acompanhado de perto pelo representante da associação, que alertava sobre os locais que não eram passíveis de serem fotografados (a exemplo de áreas de boca de fumo ou áreas de confrontos entre facções). Por essas questões, optamos por **focalizar os registros apenas no ambiente construído**, evitando que as fotos registrassem a presença dos moradores ou que pudessem gerar algum tipo de constrangimento. Por esse mesmo motivo, foram evitadas fotos panorâmicas mais abrangentes e que pudessem registrar alguma situação comprometedoras.

Nos meses de agosto e setembro de 2023 o trabalho de campo engrenou. Até que na véspera de uma visita no final de setembro o presidente da Associação de Moradores da Baixa do Sapateiro enviou uma mensagem de áudio:

O **negócio está fervendo aqui, a chapa tá quente, tem que acalmar**. Essa semana nem pensar, vamos ver se na próxima semana acalma aí pra gente tentar fazer esse trabalho aí, ainda mais de fotografia. Não tá acompanhando a televisão não? Acompanha a televisão (CHARLES GONÇALVES, 2023, GRIFO NOSSO).

No dia 09 de outubro de 2023 foram deflagradas diversas operações policiais no conjunto de favelas da Maré. As operações, segundo Nota Pública divulgada pelo Observatório de Favelas, ocorreram após a exibição de reportagem televisiva de alto teor sensacionalista, cuja repercussão impulsionou anúncios sobre mais uma grande ação das forças de segurança pública na região (a 19ª operação policial na Maré só no ano de 2023). Infelizmente, como de praxe, as operações armadas implicaram no fechamento de escolas, postos de saúde e estabelecimentos comerciais e os moradores foram expostos a diversos tipos de agressões e violências, tendo seus direitos básicos cerceados. Por essa sequência de operações, o trabalho de campo precisou ser suspenso, só podendo ser retomado no final de novembro de 2023, quando a situação já estava mais controlada, embora ainda estivessem sendo registradas algumas ações policiais de menor vulto.

Nessas visitas de campo, constatamos que era muito mais interessante ir conversando com os moradores de forma espontânea, na medida em que eles se mostravam curiosos com a nossa presença e estabeleciam o interesse em dialogar. Quando isso ocorria, buscávamos fazer algumas perguntas pontuais e deixar que os moradores contassem livremente sobre as formas como produzem e experimentam seus espaços cotidianos.

Em dezembro de 2023 participamos da “Caminhada Maré a Céu Aberto”, atividade promovida pela Redes da Maré e realizada na Semana dos Direitos Humanos na Maré, que ocorreu entre os dias 04 e 09 de dezembro de 2023. A caminhada foi conduzida pelo professor de história Ernani Alcides Alexandre, morador e profundo conhecedor da história mareense. O roteiro percorreu pontos de relevância histórica e social da Maré, e teve como objetivo refletir sobre a importância estratégica desse território para a cidade do Rio de Janeiro, suas potências e dificuldades no que se refere à promoção dos direitos humanos. A caminhada ocorreu entre 9h e 13h e percorreu as seguintes localidades da Maré: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União.

CONVERSAS E ENTREVISTAS

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizadas algumas entrevistas, com caráter qualitativo, e colhidos alguns relatos orais durante o trabalho de campo, os quais podem ser diferenciadas em dois grandes grupos.

O primeiro grupo diz respeito aos **agentes institucionais que atuam ou já atuaram no território da Maré** e que foram fundamentais para compreender sobre o histórico da região, seus processos e dinâmicas territoriais, bem como situar as ações e projetos existentes. Essas entrevistas, de longa duração, eram previamente agendadas e explicitado previamente o contexto e objetivos da pesquisa de tese. Foram realizadas as seguintes entrevistas:

- Profa. da FAU/UFRJ Luciana Figueiredo, que é pesquisadora do Laboratório de Habitação (LabHab/PROARQ) e desenvolve pesquisas sobre processos construtivos na Maré;
- Lino Teixeira e Aruan Braga, que atuam no eixo de políticas urbanas do Observatório de Favelas;
- Shyrlei Rosendo e Lidiane Malanquini, que atuam no eixo de direitos urbanos e ambientais da Redes da Maré;
- Rosilene Miliotti e Erika Tambke, coordenadoras do Programa Imagens do Povo;
- Hélio Euclides, jornalista do Maré de Notícias e, anteriormente, d'O Cidadão, que realiza coberturas jornalísticas na Maré há mais de 30 anos;
- Ricardo de Gouvêa Corrêa, arquiteto urbanista que trabalhou na Maré à época do Projeto Rio (década de 1980) e posteriormente foi coordenador do projeto de extensão Arco/USU, à frente de projetos arquitetônicos e urbanísticos em Nova Holanda, Maré.;
- Arquiteta urbanista Kelly Régis, graduada pela FAU/UFRJ e moradora do Morro do Timbau;

O segundo grupo diz respeito aos **representantes das Associações de Moradores** das áreas elegidas. Embora as entrevistas com as associações de moradores também tenham sido previamente agendadas, após a explicação dos objetivos da pesquisa e da intenção com o trabalho de campo, nesse caso não se tratou de entrevistas estruturadas, mas sim de conversas mais informais ao longo do percurso de visita a cada localidade. Foram entrevistados os representantes das associações de moradores das seguintes localidades: Baixa do Sapateiro; Nova Holanda; Conjunto Esperança e Conjunto Bento Ribeiro Dantas.

Além disso, durante o trabalho de campo e de observação direta, na medida em que percorríamos as áreas da Maré íamos estabelecendo trocas e conversas espontâneas com alguns moradores, que se mostravam curiosos e se aproximavam para saber o motivo de nossa presença. Dessa forma, essas conversas eram realizadas sem definir de antemão as perguntas, e era estimulado que o interlocutor narrasse suas experiências de como produz e vivencia o seu espaço cotidiano de maneira aberta. Por esse fato, optamos por não promover a identificação dos entrevistados, tendo em vista que uma formalização neste sentido poderia encontrar certa resistência dos moradores, sobretudo em relação ao preenchimento de formulários oficiais.

CRITÉRIOS ORGANIZADORES DOS CASOS

A partir do levantamento de dados documentais, históricos e das diversas visitas realizadas às localidades da Maré constantes na TABELA 1, optamos por organizar os casos estudados de duas maneiras distintas e complementares. No CAPÍTULO 7, são apresentadas separadamente as trajetórias de formação e ocupação das áreas estudadas, sempre tendo como ponto central a relação entre programas e projetos empreendidos pelo poder público no território e a atuação tática dos moradores para o enfrentamento das principais questões socioespaciais encontradas em cada caso. No fechamento deste capítulo apresentamos alguns atravessamentos das diferentes experiências, buscando promover

algumas sínteses e reflexões para o encaminhamento do capítulo subsequente e apresentamos um repertório sobre a gambiarra urbana encontrada nos espaços coletivos da Maré.

No CAPÍTULO 8, a partir do contexto específico da Maré, realizamos uma proposta de taxonomia dos dispositivos táticos da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, objetivando identificar como se dá a atuação tática da produção cotidiana do espaço mareense. Em termos de método, a taxonomia visa classificar os dispositivos identificados com base em suas características semelhantes, buscando estabelecer redes de relações entre as práticas e atributos espaciais que acontecem de forma isolada ou combinada no território. Os dispositivos são agrupados em conjuntos de práticas e formas de organização tática da gambiarra urbana e não se limitam exclusivamente à forma urbano-arquitetônica derivada, mas inclui também as práticas socioculturais que reverberam nos modos de uso, apropriação e ocupação do espaço.

Os dispositivos foram agrupados em sete categorias (TABELA 2), apresentados por um esquema comum de análise, que se desdobra em uma ficha descritiva com as principais características, um texto guia e um ensaio fotográfico.

DISPOSITIVO	DEFINIÇÃO
1_HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS	ATO DE BURLAR E ACESSAR CLANDESTINAMENTE COMPONENTES DO SISTEMA DE SERVIÇOS URBANOS PÚBLICOS OU PRIVADOS
2_ALÇAR O ESPAÇO AÉREO	ATO DE ELEVAR DO SOLO E ERIGIR DISPOSITIVOS COM INTENÇÃO DE CAPTURAR O ESPAÇO AÉREO POTENCIAL
3_INFILTRAR NAS BRECHAS	ATO DE INSTALAR ALGUM OBJETO OU ATIVIDADE DE FORMA GRADUAL NAS FRESTAS, BRECHAS E INTERSTÍCIOS URBANOS
4_HABITAR A FRONTEIRA	ATO DE OCUPAR OS ELEMENTOS QUE SE CONSTITUEM COMO BARREIRAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS DE FORMA A POVOAR ESSES ESPAÇOS COM NOVOS USOS E FUNÇÕES APROVEITANDO OS ATRIBUTOS MATERIAIS EXISTENTES
5_AVARANDAR A RUA	ATO DE CRIAR SOLUÇÕES PARA PROLONGAR A ÁREA COBERTA SOBRE O ESPAÇO COLETIVO E EXPANDIR AS ATIVIDADES
6_AJARDINAR E REFRESCAR O ÁRIDO	ATO DE CONVERTER EM JARDIM OU FONTE DE ÁGUA QUALQUER MÍNIMO ESPAÇO DISPONÍVEL UTILIZANDO SUPORTES MATERIAIS REAPROVEITADOS
7_PERSONALIZAR O MORAR	ATO DE ADAPTAR E PERSONALIZAR AS HABITAÇÕES E ESPAÇOS COLETIVOS DE FORMA A ADEQUÁ-LOS AO GOSTO, PREFERÊNCIA OU NECESSIDADE DOS MORADORES

TABELA 2: DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA. FONTE: AUTORA (2024)

PARTE II

MODOS DE NARRAR-FAZER



A Parte II organiza as diferentes narrativas sobre a gambiarra, buscando compreender como a tática é entendida por diferentes campos disciplinares, e quais são as diferentes significações e capturas que podem ser apreendidas. Primeiramente, investigamos algumas “maneiras de fazer” que podem ser observadas em outros países do Sul Global e que guardam similaridades com a gambiarra praticada no Brasil, no intuito de averiguar quais são as convergências e as peculiaridades do nosso contexto específico. Na sequência especulamos sobre quais seriam as raízes da gambiarra no Brasil, relacionando a sua prática ao legado do colonialismo e do imperialismo e suas implicações relacionadas à desigualdade e à limitação de direitos no país. Desse ponto, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da noção de cidadania no Brasil e realizamos um debate acerca do planejamento urbano brasileiro e sua relação dialética com a autoprodução e com as insurgências que afloram nos territórios populares.

CAPÍTULO 2 | GAMBIARRA WORLD WIDE E GAMBIARRA MADE IN BRAZIL

Antes de adentrarmos nas especificidades da gambiarra made in Brazil, nos parece importante situar o fenômeno num panorama mais amplo, de modo a compreender as peculiaridades e também as convergências entre a prática brasileira e suas correlatas mundo afora. Assim, este capítulo busca investigar manifestações encontradas em diversas partes do globo que guardem similitudes com a gambiarra brasileira. Como era de se esperar, os países nos quais as manifestações mais se aproximam das nossas são justamente àqueles que compartilham da condição de periferia do capitalismo, sobretudo àqueles localizados no sul global. Na sequência são investigadas as particularidades da gambiarra praticada no Brasil buscando compreender como a tática é entendida por distintos campos disciplinares, e quais são as diferentes significações e capturas que podem ser apreendidas.

Para empreender esse percurso sobre o fenômeno da gambiarra, iniciamos com a busca pela etimologia do termo, a qual segundo o Dicionário Houaiss, possui uma origem obscura e duvidosa. A explicação mais aceita tem origem no termo italiano “gamba”, que significa perna, mais o sufixo aumentativo “arra”⁴⁴. De acordo com o Houaiss, “gâmbia” é uma expressão derivada de “gamba” e que significa “‘dar às gâmbias’, correr, escapar, fugir”. A palavra adquire algumas inflexões modernas (gírias), como: *Gambis; Gambi; Gambota, Gambira*. Dessa possível origem, Sabrina Seldmayer⁴⁵ (2016, s/p.) apresenta uma correlação do verbete “gambias” associado às “pernas espertas, prontas para correr, tal como as de um camelô, que oferece produtos ilegalmente e que deve fechar a mesa de exposição dos produtos ofertados, geralmente na rua, e sair correndo quando surge a fiscalização ou a polícia”.

Se ninguém conhece ao certo sua origem, é sabido que o vocábulo se popularizou no meio teatral no final do século XIX, com o sentido de varal de luzes enfileiradas para iluminação do palco. Essa é a definição que aparece na grande maioria dos dicionários de verbetes da língua portuguesa. No Dicionário Ilustrado de Arquitetura (ALBERNAZ E LIMA, 1997, p.286), além desse sentido, encontramos também a sua derivação para o sistema de iluminação provisória nos canteiros de obras (Fig. 19).

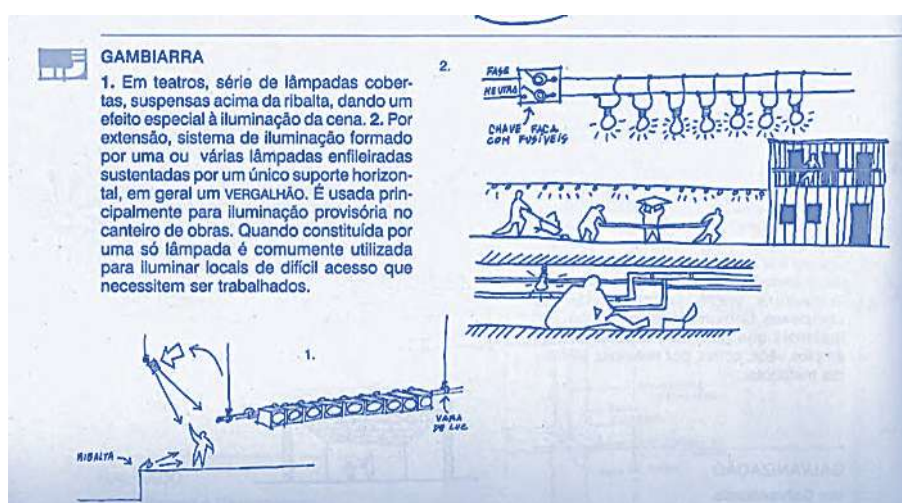


FIG. 19: DEFINIÇÃO DE GAMBIARRA PELO DICIONÁRIO ILUSTRADO DE ARQUITETURA FONTE: ALBERNAZ E LIMA (1997)

⁴⁴ Disponível em <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/origem-da-palavra-gambiarra/>. Acesso em 05 jun. 2023.

⁴⁵ Sabrina Sedmayer é professora da Faculdade de Letras do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMG e autora do livro *Jacuba é Gambiarra* (2016).

No Brasil, apesar do evidente e difundido uso popular do termo *gambiarra* como conjunto de práticas informais para resolver algo de forma improvisada, só recentemente os dicionários passaram a contemplar essa acepção. O dicionário Caldas Aulete foi o primeiro a incluir a interpretação do termo como derivação do improvisado feito nas ramificações elétricas:

1. Extensão de fio elétrico, com um ou mais bocais de lâmpada [...] 2. Bras. Pop. Extensão ilegal para levar eletricidade a algum ponto ou remediar improvisadamente uma passagem de corrente elétrica; GATO. 3. Pop. P.ext. **Qualquer solução improvisada para resolver um problema**, ger. do ambiente doméstico. 4. Teat. Fileira de refletores suspensa acima do palco (CALDAS AULETE, 2023, GRIFO NOSSO).

No Dicionário Houaiss o termo *gambiarra* se refere tanto a extensão elétrica, quanto ao seu uso informal associado a: “(5) coisa malfeita, feita sem capricho; (6) B; infrm. **recurso popular, criativo, para resolver algum problema; jeitinho**” (GRIFO NOSSO). Antes, porém de adentrarmos no universo brasileiro da gambiarra, nos parece pertinente situar a prática num panorama mais amplo, de modo a observar convergências e diferenças do nosso modo particular de vivenciar o fenômeno.

2.1. NEM SÓ DE BRASIL VIVE A GAMBIARRA

A prática da gambiarra se intensifica a partir do advento da Revolução Industrial, quando uma coleção de mercadorias passa a ser produzida em larga escala e comercializada de modo massivo, amplificando a criação de demandas induzidas. A partir do aumento de escala da produção surge também a necessidade de reajustes dos artefatos para atender finalidades utilitárias distintas daquelas para as quais haviam sido concebidos. Nesse aspecto, a gambiarra funciona como uma tática de reajuste utilitário diante de uma condição material estabelecida, especialmente relacionada à subversão da forma e função dos produtos industrializados (BOUFLEUR, 2013, 2018). Também Obici (2014) identifica uma correlação entre o surgimento do termo *gambiarra* e o momento da segunda Revolução Industrial, na passagem do século XIX para o século XX, período marcado pelo crescimento urbano desordenado e sem precedentes das cidades e pelo surgimento das favelas em contextos precários e sem infraestrutura e que abririam espaço para a prática associada à gambiarra.

Dessa vinculação com o advento da Revolução Industrial, podemos traçar uma correlação da gambiarra com o “**trabalho com sucata**” realizado por operários no contexto da produção industrial europeia (CERTEAU, 1998). Para Certeau, a sucata “reintroduz na esfera produtiva (ou seja, na ordem vigente) as táticas ‘populares’ de outrora ou de outros espaços”, e defende que, ao atuar na manipulação dos objetos industriais e ao utilizar as máquinas e restos de materiais disponíveis, o operário cria objetos pelo simples prazer da invenção, de um “**saber-fazer pessoal**” (p.91, GRIFO NOSSO).

Nesse sentido, seriam ações desviacionistas nas quais embora o operário seja “acusado de roubar, de recuperar material para seu proveito próprio e utilizar as máquinas por conta própria, o trabalhador que ‘trabalha com sucata’ subtrai da fábrica tempo (e não tanto bens, porque só se serve de restos) em vista de um trabalho livre, criativo e precisamente não lucrativo” (p.87-88). Deste entendimento, podemos inferir que o feitio de sucatas, assim como a gambiarra, implica no desvio da ordem produtiva vigente para fins próprios, operando como uma “tática dos fracos”⁴⁶.

As táticas populares na modernidade industrial e científica, às quais Certeau se refere, têm origem em modelos operatórios de uma cultura popular anterior, se aproximando da noção de bricolagem trazida por Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* (1966, [1962]). Lévi-Strauss define a *bricolagem* como um trabalho realizado a partir de um conjunto finito de ferramentas e materiais recolhidos e rearranjados, sem um plano prévio, que parte do princípio de que “algo sempre pode servir para algo”. As criações

⁴⁶ Para Certeau as práticas sociais cotidianas estabelecem táticas capazes de compor uma antidisdisciplina, na qual o fraco usa o forte para resistir à disciplina imposta.

da *bricolagem* – distanciadas do pensamento técnico instrumental⁴⁷ – não podem ser definidas em termos de um *projeto* e seus resultados **são incertos e nunca idênticos, sendo difíceis de serem reproduzíveis**. Tais ações afastam-se do saber-fazer da engenharia (e da arquitetura por analogia), como fica claro nessa passagem:

O 'bricoleur' é hábil na execução de um grande número de tarefas diversas; mas, ao contrário do engenheiro, ele não subordina cada uma delas à disponibilidade de matéria-prima e ferramentas concebidas e adquiridas para o propósito do projeto. Seu universo de instrumentos é fechado, e as regras de seu jogo são sempre se contentar com "o que estiver à mão", ou seja, um conjunto de ferramentas e materiais que é sempre finito e também heterogêneo, porque o que ele contém não tem relação com o projeto atual, ou mesmo com qualquer projeto em particular, mas é o resultado contingente de todas as ocasiões em que houve a renovação ou o enriquecimento do estoque ou a manutenção dele com os restos de construções ou destruições anteriores (LÉVI-STRAUSS, [1962] 1966, p.17, GRIFO E TRADUÇÃO NOSSOS).

É possível estabelecer aproximações entre as maneiras de operar da bricolagem e da gambiarra, sobretudo pelos métodos empregados, adaptados aos materiais e às circunstâncias do momento da realização da obra, e pelo resultado contingencial e não vinculado a um planejamento prévio, em processos de solução-invenção nos quais concepção e realização ocorrem de forma integrada.

Na contemporaneidade, marcada pela aceleração de processos de comunicação informacional transnacionais, Obici (2014, p.30-31) alega **não ser possível pensar a gambiarra como um fenômeno isolado e restrito a uma identidade local ou a uma dada unidade territorial**, tendo em vista que a globalização cria “comunidades virtuais de produtores ou consumidores que compartilham comportamentos, manias, ideias, num espaço virtual ou numa esfera que não é mais a do território real, mas a das mídias e redes de informação”. Nesse sentido, alega que a gambiarra se torna parte de uma “cultura internacional popular”.

Dessa concepção contemporânea, surgem trabalhos que relacionam a gambiarra às tecnologias digitais e eletrônicas, atrelando a prática às manifestações *hacking* (espécie de pirataria digital), ao desenvolvimento de softwares livres e de fonte aberta e à cultura *maker*⁴⁸ em geral (P.EX.: ROSAS, 2008, OBICI, 2014). Conhecidas nos países de língua inglesa como *Do-it-yourself* (DIY, “faça você mesmo”), ou na França como *Système D* (a letra “D” se refere a expressão *débrouille* “se virar”), tais práticas se referem à habilidade de indivíduos “não especialistas” serem capazes de customizar, reutilizar, reparar e se apropriar artefatos com uma abordagem “faça-você-mesmo”, apoiados também pelas novas tecnologias digitais e códigos de sistemas abertos (ROGNOLI E OROZA, 2015).

Um exemplar máximo dessa cultura pode ser personificado pelo agente secreto e personagem principal do seriado americano de televisão *MacGyver*⁴⁹, muito popular no Brasil e no mundo entre as décadas de 1980 e 1990. Tanto é que a expressão “*MacGyver*” foi incluída como um verbo em 2015 no dicionário Oxford da língua inglesa com o significado de **“fazer ou reparar (um objeto) de um modo improvisado**

⁴⁷ A bricolagem, nos termos propostos por Lévi-Strauss, diferentemente da ciência, não trabalha com conceitos, mas com signos, buscando capturar o que cada objeto poderia significar em termos de uma especulação sensível, do pensamento mitopoético ou pensamento mágico (que não é nem científico nem artístico).

⁴⁸ A cultura *maker* se refere a busca por soluções criativas e personalizadas para o enfrentamento de questões contemporâneas, e parte do princípio de que qualquer pessoa dotada das ferramentas e conhecimentos adequados pode criar as suas próprias soluções para os problemas do cotidiano.

⁴⁹ *MacGyver* (no Brasil Profissão: Perigo) foi uma série de televisão americana de ação-aventura que durou 7 temporadas, de 1985 a 1992, no canal ABC nos Estados Unidos. A série seguia o agente secreto Angus MacGyver, que resolvia problemas complexos adaptando objetos comuns, grande parte das vezes com a ajuda do seu canivete suíço, ou objetos ordinários, como fósforos, chicletes e fitas adesivas (disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/MacGyver>, acesso em 09 jan.2022).

ou inventivo, usando quaisquer coisas que estiverem à mão”⁵⁰. Ou seja, o termo, que já era comum no uso coloquial da língua inglesa, seria o equivalente no Brasil a dizer que alguém fez uma gambiarra para solucionar um problema.



FIG. 20: MEME RELACIONANDO A GAMBIARRA COM O PERSONAGEM DO SERIADO MACGYVER. FONTE: WWW.MONKEYJOB.COM.BR/

FIG. 21: ANÚNCIO DA OFICINA DO MAGAIVER, QUE CONSERTA DESDE COMPUTADORES A HELICÓPTEROS. FONTE: BRASIL.UXDESIGN.CC



FIG. 22: TIRINHA SOBRE O USO DE GAMBIARRAS NA TECNOLOGIA DIGITAL. FONTE: VIDA DE PROGRAMADOR

Muito embora essas práticas estejam relacionadas ao saber-fazer da gambiarra, constatamos que as abordagens “faça-você-mesmo” no contexto do norte global estão mais atreladas a uma ideia de passatempo ou a uma atitude criativa para solucionar alguma demanda, e raramente são vinculadas à ausência de alternativas diante de situações de precariedade socioeconômica. Muito embora essas mesmas práticas também sejam encontradas nos países do sul global, essas não são o foco da presente análise, por não se relacionarem diretamente com as gambiarras promovidas pelos grupos populares, especialmente no contexto dos países da periferia do capitalismo.

⁵⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/macgyver-e-oficialmente-um-verbo-no-dicionario-oxford>. Acesso em 09 jan. 2022. Outras palavras no idioma inglês que podem ser relacionadas à gambiarra são: *kludge*, *jury rig* e *makeshift*.

Nesse sentido, aprofundaremos a seguir, em práticas encontradas nos países do sul global e que se vinculam à necessidade de subsistência das camadas populares, na tentativa de delimitar as convergências com a gambiarra praticada nas favelas e periferias brasileiras.

Nesse enfoque, um caso vinculado à extrema vulnerabilidade social e econômica pode ser encontrado na *Cidade dos Mortos* na capital do Egito. Trata-se de uma necrópole árabe fundada há mais de mil anos, localizada na porção sudeste do Cairo, e que, a partir da década de 1960, passou a ser ocupada como moradia pela população pobre que não tinha onde morar. Segundo Mike Davis (2006, p.43), aproximadamente 1 milhão de pessoas vivem na *Cidade dos Mortos* e utilizam seus mausoléus como “módulos habitacionais pré-fabricados” (FIG. 23-26). Segundo o pesquisador da American University do Cairo, os moradores “**adaptaram os túmulos com criatividade para atender às necessidades dos vivos.** Cenotáfios e placas fúnebres são usados como escrivaninhas, cabeceiras, mesas e estantes. Barbantes amarrados entre as lápides servem para secar roupa” (NEDOROSCIK, 1997, p.43 APUD DAVIS, 2006, p.43, GRIFO NOSSO).



FIG. 23: MULHERES REALIZANDO ATIVIDADES COTIDIANAS NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: WWW.THEGLOBEANDMAIL.COM

FIG. 24: CRIANÇAS JOGAM BOLA ENTRE AS SEPULTURAS DA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: WWW.THEGLOBEANDMAIL.COM



FIG. 25: VARAIS IMPROVISADOS AMARRADOS ÀS LÁPIDES NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: THEGLOBEANDMAIL.COM

FIG. 26: HOMEM FAZ A BARBA NA VARANDA DE SUA CASA-MAUSOLÉU NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: EGIPTO.COM

Na Índia encontramos o termo que mais se aproxima da nossa definição brasileira de gambiarra. *Jugaad* é uma palavra coloquial em hindu que denota um conjunto de arranjos, soluções temporárias improvisadas, provisórias e emergentes ou criativas para problemas. O termo é extremamente popular no país e a *jugaad* é praticada no dia a dia por quase todos os indianos para produzir o máximo com o pouco que possuem. Dentre suas aplicações estão incluídos encontrar novos usos para objetos cotidianos ou inventar novas ferramentas úteis a partir de objetos pré-existentes. O termo é também

aplicado para “jogar com as regras do sistema”, para encontrar formas engenhosas de solucionar criativamente restrições socioeconômicas de diversas ordens.

As práticas de *jugaad* são, em sua maioria, **tentativas táticas e improvisadas de lidar com a imprevisibilidade cotidiana**, sendo uma prática e uma cultura que permeia as esferas da vida social, política e econômica no país. Banerjee (2021) identifica que a ontologia da *jugaad* está inscrita na vida social da maioria dos países do sul global, como uma forma de adaptabilidade e de durabilidade subalterna, contudo, aponta que a *jugaad* também é frequentemente equiparada à ineficiência e vista como um mecanismo alimentado pela falta de profissionalismo do povo indiano.

Já no livro intitulado *A inovação do improviso. Por que menos é mais na construção de riquezas e resultados*⁵¹ (NAVI ET AL., 2012), com um viés claramente mercadológico, os autores identificam na prática da *jugaad* um espírito empreendedor que faz com que os indianos consigam crescer economicamente por meio de inovações simples e eficazes. Eles alegam que este espírito empreendedor não se limita à Índia, sendo também amplamente praticado em outras economias emergentes, a exemplo da China, de alguns países africanos e do Brasil. No prefácio da edição brasileira, apontam que a palavra conceitualmente mais próxima do *jugaad* seria o “jeitinho”, e, segundo a hipótese do livro: “Uma quantidade crescente de empreendedores brasileiros está agora utilizando a **mentalidade frugal e flexível do jeitinho** para transformar pequenas empresas em grandes negócios rentáveis” (p.xvi):

No Brasil, o jeitinho não se restringe ao mundo dos negócios. Em 2010, a exposição Gambiólogos atraiu a atenção internacional para artistas brasileiros que trabalham com táticas de gambiarra. A gambiarra é o equivalente em português ao *kludge* - a arte de construir dispositivos improvisados pela reutilização de materiais. (...) Talvez o mais fervoroso defensor e praticante da gambiarra seja Gilberto Gil, ex-ministro da cultura do Brasil e músico, que se autodenomina “hacker” e é grande defensor do movimento “código aberto” (NAVI ET AL., 2012, p.XVI).

Essa visão empreendedora de “como fazer mais com menos” é fortemente contestada por Ananya Roy (2011), que distingue neste discurso “**um novo imaginário global sobre a pobreza**, que enxerga as economias dos pobres como economias de **empreendedorismo e informalidade dinâmica**” (p.20, TRADUÇÃO LIVRE). Sua crítica parte sobretudo do paradigma postulado por Hernando De Soto (1989 e 2000) de que as favelas são lugares de “empreendedores heroicos” que precisam ser integrados ao mercado, abrindo assim, novas fronteiras de acumulação de capital.

Para Roy, a *jugaad* está associada à práxis dos pobres como estratégias de improvisação elaboradas em condições de privação e vulnerabilidade e não deve ser entendida como uma nova forma de empreendedorismo popular (FIG. 27). Como exemplo deste tipo de imaginário global, a autora cita a exposição intitulada “*Jugaad Urbanism: Resourceful Strategies for Indian Cities*” exibida no Centro de Arquitetura de Nova York em 2011⁵², na qual “as estratégias de improvisação elaboradas em condições de privação e vulnerabilidade são reinterpretadas como estratégias de engenhosidade” (p.20) (FIG. 28).

⁵¹ O objetivo do livro é demonstrar para empresas de todo o mundo como elas podem gerar inovação e crescimento a partir de um olhar direcionado para a inovação flexível que pode ser observada em realidades de países como Brasil, África, Índia e China.

⁵² Com curadoria de Kanu Agrawal, a coleção de maquetes, fotografias e videoinstalações procurou destacar a “ingenuidade” e “engenhosidade” de comunidades carentes na Índia, e pretendia capturar como os pobres “fazem”, e como essas formas de fazer são um novo idioma de engenhosidade urbana e empreendedorismo (ROY, 2011a).

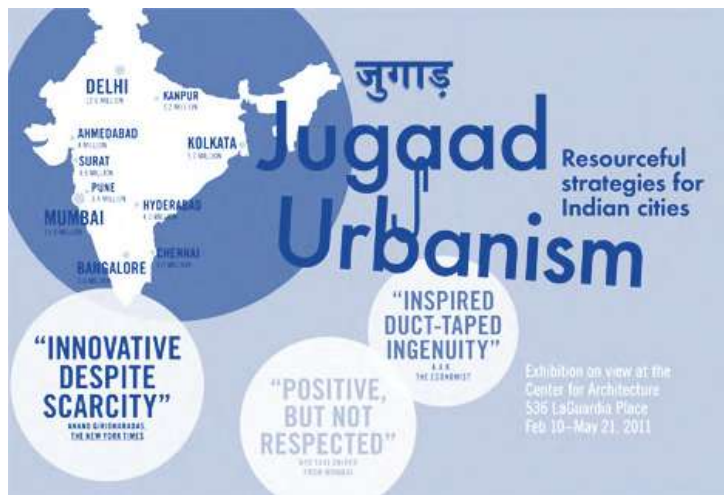


FIG. 27: CARTAZES DA EXPOSIÇÃO JUGAAD URBANISM. FONTE: ARCHDAILY.COM

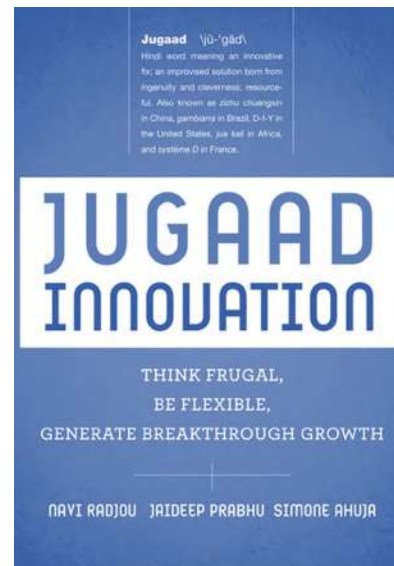
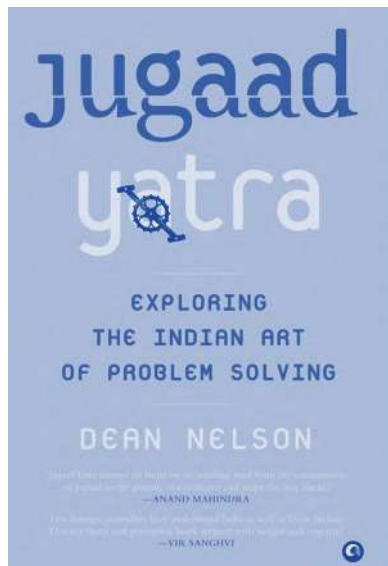


FIG. 28: LIVROS QUE ASSOCIAM A PRÁTICA DA JUGAAD À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO POPULAR. FONTE: AMAZON

No bojo dessa valorização da estética e da economia da pobreza Roy inclui a visita do arquiteto global Rem Koolhaas à cidade nigeriana de Lagos, uma das maiores concentrações urbanas da África, e que resultou no filme *Lagos Wide and Close* (2002, DIREÇÃO BREGTJE VAN DER HAAK). No filme, o arquiteto descreve sua experiência diante da complexidade urbana de Lagos, e sugere que a chave para a entender é perceber que não se trata do resultado do planejamento ocidental, e sim de “um organismo anárquico onde o empenho de seus habitantes transforma qualquer aparente desvantagem em uma oportunidade” (HELM, 2012).

Há muito que se pode dizer sobre o personagem do arquiteto-estrela e o projeto da megacidade do Terceiro Mundo. Mas o que interessa aqui é a ênfase nas **economias auto-organizadas do empreendedorismo e como isso pode levar a uma compreensão da pobreza como engenhosidade**. Essa “ingenuidade inspirada e colada com fita adesiva”, estou sugerindo, é a **nova utopia milenar** (ROY, 2011, P.23, TRADUÇÃO LIVRE, GRIFO NOSSO).

Esses argumentos em torno das economias auto-organizadas dos pobres vêm ganhando cada vez mais força, pois se adequam perfeitamente à estrutura política neoliberal, na qual o empreendedorismo local floresce – *mesmo e apesar* – do caos e da ineficácia das intervenções estatais. Para Alan Mayne (2017), o neoliberalismo celebra histórias de superação como as do filme *Quem quer ser um milionário?*⁵³ e que expressam uma miríade de heterogêneos “homens-empresa” que lutam diariamente pela sobrevivência nas favelas pelo mundo (MENDES, 2013).

Diante dessa *nova utopia milenar*, encontramos também no Quênia um paralelo dessa valorização empreendedora dos pobres, com a prática da *Jua Kali*. O termo, inicialmente utilizado para se referir aos ornamentos de metal a partir de diversos materiais reciclados⁵⁴, com o tempo, foi se expandindo e passou a se referir tanto aos indivíduos que transformam quase qualquer coisa por meio de trabalhos artesanais feitos à mão e usando ferramentas tradicionais, quanto ao setor informal de forma mais ampla: “da alvenaria, à cestaria, carpintaria, olaria, serralharia, joalheria de contas e até escultura em madeira” (NDIRANGU, 2016, s/p.). Dada a extensão da prática, com o tempo, ela extrapolou a ideia de uma atividade marginal promovida pela população pobre e tornou-se parte integrante da economia queniana, representando cerca de 80% da indústria de serviços e 30% do PIB do país (LILLO, 2020).

Diante disso, é observada uma forte tendência de captura da prática da *Jua Kali* para a expansão capitalista. Foram encontrados trabalhos acadêmicos e artigos de revistas de negócios que buscam “extrair vantagens” e potencializar o setor, moldando as atividades às expectativas do mercado, especialmente do mercado ocidental (LILLO, 2020). No livro *Jua Kali Kenya: Change & Development in an Informal Economy, 1970-95* (KING, 1996), o autor identifica desde a década de 1970 a intensificação do processo de “*Jua-Kalification*” (p.44) da capital Nairóbi, correspondendo ao espraiamento da prática na cidade de maneira mais abrangente.



FIG. 29: MATÉRIA SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS DO JUA KALI PARA A ECONOMIA NIGERIANA. FONTE: UMAIZI



FIG. 30: HOTEL JUA KALI. FONTE: STEVE BLOOM

⁵³ Filme vencedor de 8 categorias do Oscar em 2009, título original em inglês *Slumdog Millionaire* (2008), direção Danny Boyle. O filme é passado em Dharavi, a maior favela de Mumbai na Índia e conta a história de um jovem morador de favela e seus sonhos e aspirações em busca a “vencer na vida”. Anania Roy (2011b) indica que o filme foi alvo de protestos na Índia tanto por seu retrato apocalíptico da favela quanto pela romantização da saída da favela como alternativa possível, como se só bastasse querer.

⁵⁴ Desde o período pré-colonial várias comunidades no Quênia produziam ornamentos de metal a partir de materiais provenientes de diversas fontes, como o cobre obtido das linhas telefônicas e o ferro e o alumínio obtido de painéis antigos (as sufurias). Este tipo de transformação de materiais em novos objetos é conhecido no país como *Jua Kali*. O termo em Suaíli significa literalmente “sol quente”, fazendo referência aos artesãos que trabalham na beira das estradas do Quênia com seus pequenos abrigos sob o sol equatorial escaldante (NDIRANGU, 2016).

Obviamente que a concentração da *Jua Kali* ainda corresponde às áreas mais pobres da cidade, mas não se restringe a elas. Embora nos subúrbios de classe média ou ao longo das avenidas principais não se vejam vendedores ambulantes nas calçadas ou estruturas temporárias para abrigar tais atividades, King aponta para a tolerância de “usos flexíveis” e não previstos inicialmente nas edificações, mesmo nestas áreas. Segundo o autor, ter uma casa em uma área central da cidade e não a explorar com outros usos pode ser visto na cultura local como displicência. Assim, muitos edifícios residenciais em diversas localidades incorporam atividades múltiplas, sejam elas produtivas, comerciais ou de serviços, e nos bairros e assentamentos mais pobres é quase uma regra a extensão da casa para abrigar outras atividades, tais como bares, oficinas de bicicletas, barbeiro, venda de legumes, etc.



FIG. 31: ADAPTAÇÕES EM CADEIRAS DE PLÁSTICO EM UM PARQUE URBANO EM NAIRÓBI. FONTE: OSCAR LILLO, 2020.

Como era de se esperar, o Brasil não ficaria de fora dessa onda. Figuras como a de Rick Chester – que passou de vendedor de água de uma favela de Belo Horizonte a palestrante internacional e autor do livro *A favela venceu: de um povo heroico o brado retumbante* (2020) –, exaltam uma espécie de meritocracia subalterna. O economista Marcelo Neri também enfatiza o empreendedorismo dos pobres e defende as políticas públicas nas favelas (em especial as Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs) como oportunidade de ganhos de capital e ampliação do potencial empreendedor latente desses espaços. Para o autor, uma das evidências da produção de um ciclo econômico virtuoso pelas UPPs está no mercado imobiliário das favelas, como pode ser observado pela passagem abaixo:

A comparação do valor dos aluguéis cariocas antes e depois da implantação das UPPs demonstra que os imóveis das favelas se valorizaram 7% mais no período. **Felizes dos proprietários das favelas.** [Mas alerta]. **Há que se aplicar a risca o bom programa de ordenamento urbano traçado pelo Município, o Morar Carioca, para que as UPPs não engendrem mais construções irregulares e crescimento da desordem futura** (NERI, 2011, p.48 APUD KAWAHARA, 2023, p. 326, GRIFO NOSSO).

Para Neri, a integração da favela à cidade deve ser realizada pela via do mercado, associada a uma crescente regulação e controle urbano como pressupostos para inclusão da “nova Classe C” como novo mercado consumidor e nova fronteira de expansão capitalista. Nesse raciocínio, o *choque de ordem* se converteria então em *choque de progresso*, marcado pelo “crescimento vertical” contínuo das favelas “na bandeira de uma suposta convergência virtuosa entre mercado e estado” (MENDES, 2013, s/p.). Essas ideias são difundidas em livros e artigos como: *Choque de Progresso na cidade partida* (2010); *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres* (2010) e *UPP² e a economia da Rocinha e do Alemão: do choque de ordem ao de progresso* (2011). Sobre este último vale informar que a sigla “UPP²” se refere a equação

expressa por [Unidade de Polícia Pacificadora x Upgrades Produtivos Populares = UPP²]. Vale questionar se, na lógica de Marcelo Neri, seriam as gambiarras também *Upgrades Produtivos Populares*...

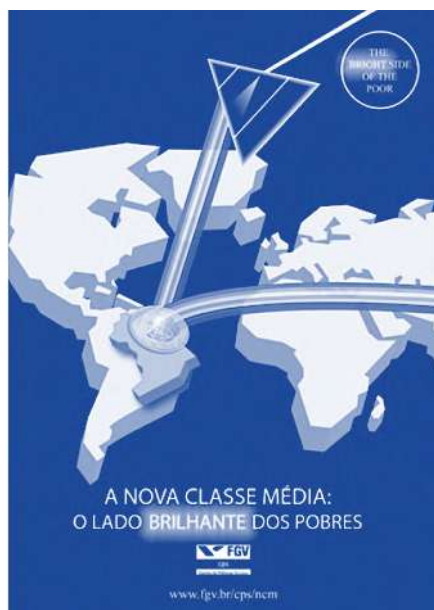


FIG. 32: CAPA DO LIVRO DE MARCELO NERI, ILUSTRANDO A ASCENSÃO DA “NOVA CLASSE MÉDIA”. FONTE: NERI, 2010.

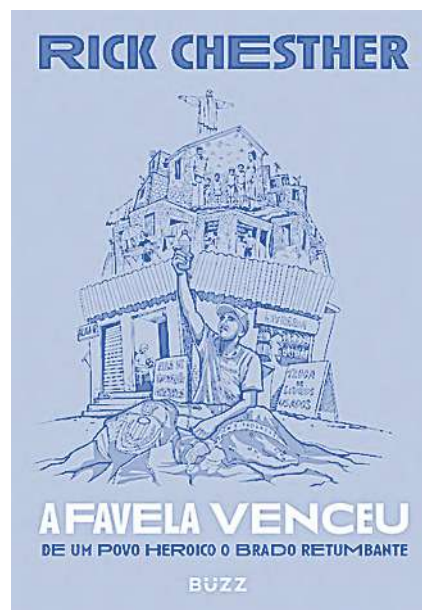


FIG. 33: LIVRO “A FAVELA VENCEU” FONTE: CHESTER (2020)



FIG. 34: CHARGE DO CARTUNISTA CÍCERO SOBRE A NOVA CLASSE MÉDIA NAS FAVELAS. FONTE: WWW.GAZETADOPOVO.COM.BR/



FIG. 35: CHARGE DO CARTUNISTA JUNIÃO SOBRE A NOVA CLASSE MÉDIA. FONTE: MACACOALFA.BLOGSPOT.COM

Essa leitura dos segmentos populares como “a nova classe média” ou como “vencedores” no contexto do capitalismo flexível possui uma intenção perversa de atenuar e tornar obsoletas as mobilizações e lutas populares por direitos, sejam eles trabalhistas ou urbanos, suportando toda sorte de instabilidade e precariedade. No artigo *Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres* (2013), Maurílio Botelho indica que as políticas neoliberais se aproveitaram do discurso de valorização do fortalecimento dos laços comunitários desenvolvidos em meio à pobreza e as soluções criativas frente às adversidades sociais e econômicas para diminuir o papel do Estado, que passa a mero coparticipante na capacitação do indivíduo para resolver seus próprios problemas. O autor postula que, como contraponto a uma reformulação urbana radical para resolver o problema da habitação popular, as políticas públicas passam a assumir o que já vinha sendo feito “espontaneamente”, ou seja: “a não-solução do problema é a sua solução” (BOTELHO, 2013, p.183, GRIFO NOSSO).

Como buscamos demonstrar, a estratégia de atenuação das lutas urbanas e de enfraquecimento do papel do Estado ocorre em diferentes países da periferia do capitalismo, nos quais as táticas de sobrevivência, adaptação e improvisação dos pobres urbanos compartilham importantes semelhanças tanto em termos táticos quanto de condição de captura pela lógica neoliberal. Como será que esse fenômeno se manifesta num país socialista do sul global? Para investigar essa questão, recorreremos à prática cubana da *desobediência tecnológica*, que demonstra haver um compartilhamento e socialização das ações táticas similares à gambiarra.

DESOBEDIÊNCIA TECNOLÓGICA: HERMANOS, UNI-VOS!

O embargo comercial e econômico imposto pelos Estados Unidos à Cuba desde a década de 1960, somado ao fim da União Soviética nos anos 1990 (principal aliado comercial e político de Cuba), fez com que a ilha experimentasse períodos de grande escassez de insumos, produtos e recursos materiais de diversas ordens. Em 1961, Che Guevara, à época Ministro da Indústria da República de Cuba, proferiu um discurso na Primeira União Nacional de Produção, no qual proclamava “Trabalhador, construa sua própria maquinaria!”, com o objetivo de encorajar os trabalhadores cubanos a enfrentar a escassez de recursos devida à situação econômica do país. Para contornar o problema, ele indicava uma série de táticas como reparo, reutilização e reaproveitamento das peças necessárias para as atividades produtivas (ROGNOLI E OROZA, 2015).

Nesse contexto, o povo cubano se condicionou a desenvolver sistematicamente práticas de manutenção, transformação e reciclagem de bens de consumo e seus componentes de forma a prolongar sua vida útil e adaptar suas funções para usos distintos daqueles para os quais haviam sido concebidos. A prática de subversão de objetos do cotidiano se consolidou de tal modo que o próprio governo cubano – que em princípio associava tais práticas como um símbolo do fracasso da Revolução Socialista (PORTELA, 2015) – **passou a compilar as melhores soluções criadas pela população em publicações distribuídas gratuitamente** (MARQUES, 2019, p.17-18). Como exemplo dessas publicações temos *El Libro de la Familia* (CUBA, 1991) e *Con Nuestros Proprios Esfuerzos. Algunas experiencias para enfrentar el periodo especial em tempo de paz* (CUBA, 1992 APUD ROGNOLI E OROZA, 2015).

O designer cubano Ernesto Oroza (2015)⁵⁵ se dedicou a estudar o impacto que os mais de 50 anos de embargo comercial produziram nessas práticas (ROGNOLI E OROZA, 2015). Especialmente a partir do Período Especial, iniciado em 1991 com o fim da URRS, nenhum produto novo chegou à ilha, e **os objetos pré-existentes forneceram os únicos suportes materiais para a criação de novos objetos:**

Os componentes de objetos quebrados e inutilizáveis tornam-se **componentes vitais e necessários para outros objetos**. Nada foi jogado fora: ao contrário, tudo foi guardado, pois poderia se tornar precioso e valioso em um futuro próximo. Os cubanos começaram a trazer para casa **essa mentalidade reparadora, transformando suas próprias casas em laboratórios. A casa cubana tornou-se um laboratório de invenção e sobrevivência** (ROGNOLI E OROZA, 2015, p.4, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS).

A escassez econômica aliada à inventividade do povo cubano levou a uma **mudança de paradigma na relação com os objetos**, e desenvolveu o que Oroza conceituou como *desobediência tecnológica*, vinculada à desconstrução da percepção dos produtos industriais como unidades “fechadas” e com usos pré-determinados por seus fabricantes:

À medida que um cirurgião se torna insensível a feridas, os cubanos se tornam insensíveis a objetos projetados. Eles pararam de ver o propósito original do objeto, pensando nele como uma coleção de partes. Esta é a primeira expressão cubana de desobediência em sua relação com os objetos, **um crescente desrespeito pela**

⁵⁵ Disponível em: <http://www.ernestooroza.com/> e <https://marcozero.org/brasil-teimosa-periferia-de-havana/>
Acesso em 21 jun.2021

identidade de um objeto, bem como pela verdade e pela autoridade que essa identidade impõe (ROGNOLI E OROZA, 2015, p.4, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS).

De tanto abri-los, repará-los, fragmentá-los e usá-los à sua conveniência, os cubanos acabaram por desfazer-se dos signos que tornam os objetos ocidentais uma unidade fechada. As adaptações realizadas nos objetos são também verificadas nos espaços urbanos e na arquitetura das moradias, de forma a se adequar às circunstâncias da vida – seja da família que cresce ou da abertura de espaços para pequenos comércios. Este movimento de autoconstrução é chamado por Oroza (2006, s/p.) de *Arquitetura da Necessidade*, como uma arquitetura que corresponde às necessidades essenciais daqueles que não têm os meios básicos de vida, e que são levados a desobedecer às regras dos contextos onde vivem. Ele propõe lançar um olhar abrangente sobre este fenômeno, e nos pergunta:

Isso é uma casa? É arquitetura, ou demotetura, ou sub-tetura? Como extrapolar tanto conhecimento e experiência popular para as práticas profissionais, que têm demonstrado certa miopia, como a arquitetura e o design? (OROZA, 2006)

Para o designer, nesse incessante movimento de transformação há uma cidade que se atualiza permanentemente e que não pode esperar pelo ritmo do planejamento urbano: **quem desenha a cidade é a necessidade**. Em passagem pelo Brasil em 2015, para divulgação da exposição “Desobediência Tecnológica” na cidade de Recife⁵⁶, observou:

Encontrei em Brasília Teimosa [bairro periférico de Recife] **a mesma relação das pessoas com os objetos e a moradia, recriando-os, reinventando-os a seu modo, como acontece em Cuba**. A desobediência tecnológica pertence à cultura de toda a América Latina. Por isso está tão presente em Recife. São práticas sociais contemporâneas vinculadas à desigualdade.

Embora identifique essa cultura como um traço presente em toda a América Latina, Oroza faz a ressalva sobre a importância de não romantizar a produção das classes populares e não contrapor a inventividade cubana como um ideal alternativo ao mercado capitalista: “Eu não trato essa produção de forma romântica. Há muita dureza por trás dela. A miséria não é uma solução e não deve ser vista como uma possibilidade”⁵⁷. Assim como no Brasil e em outros países do sul global, faz parte da prática espacial cubana a otimização dos espaços construídos e a sobreposição de atividades em um mesmo ambiente, o que propicia o surgimento de **táticas de desprogramação e reprogramação funcional**. Nos prédios cubanos a forma resulta das experiências do viver em ato: “a forma não pré-define a matéria, é a matéria que (des)formaliza a intenção ideal” (KONRATH E REYES, 2022, p.19). Oroza entende que a necessidade acaba por criar um novo padrão urbano, totalmente heterogêneo em suas formas e soluções, programas e estruturas. Nesse contexto predominam práticas de produção do espaço desobedientes e descentralizadas, que questionam o papel da arquitetura e do planejamento enquanto práticas exclusivamente profissionais.

Essa pequena amostragem de práticas do Sul Global que guardam semelhanças com os potenciais e também com os desafios da tática da gambiarra pelo mundo buscam oferecer uma compreensão mais abrangente e ao mesmo tempo situada da prática. Passaremos na sequência para uma investigação das peculiaridades e interpretações da gambiarra no contexto brasileiro.

⁵⁶ Exposição realizada em junho de 2015 na Caixa Cultural em Recife, na qual Oroza exibiu parte de seu acervo fotográfico e de objetos com soluções desenvolvidas pelo povo cubano para lidar com a escassez de recursos. Disponível em: <http://www.ernestooroza.com/desobediencia-tecnologica-caixa-cultural-recife/> Acesso em 21 jun.2021

⁵⁷ Disponível em: <https://marcozero.org/brasil-teimosa-periferia-de-havana/> Acesso em 16 jan.2022



FIG. 36: SÉRIE DE FOTOGRAFIAS INTITULADAS ARQUITETURA DA NECESSIDADE (OROZA, 1997-ATUAL). FONTE: ERNESTO OROZA

2.2. A GAMBIARRA NUM PAÍS TROPICAL E BONITO POR NATUREZA

Moro num país tropical, abençoado por Deus
E bonito por natureza (mas que beleza)
Em fevereiro tem carnaval
Eu tenho um fusca e um violão
Sou Flamengo e tenho uma nêga chamada Tereza

[trecho da música *País Tropical* (Jorge Ben, 1968)]

A canção *País Tropical* foi composta por Jorge Ben em 1968, quando o Brasil vivia o período mais agudo da ditadura militar. A letra da música, conjugada na primeira pessoa, apresenta uma afirmação identitária do que é ser brasileiro, com forte presença dos elementos típicos da *brasilidade* como o carnaval, o samba, o futebol e o fusca. Ao utilizar símbolos da cultura popular, a canção possibilitou à população do país uma identificação quase que imediata ao que era ser brasileiro. Contudo, apesar de sua letra apresentar um clima de euforia e exaltação do país, a performance de Jorge Ben na gravação original de 1969 revela uma certa melancolia e ambiguidade sobre o orgulho de ser brasileiro (ROSA, 2011A).

Essa ambiguidade se faz ainda mais presente na versão tropicalista e antropofágica de *País Tropical*, gravada em 1969 por Gal Costa com a participação de Gilberto Gil e Caetano Veloso. Observa-se nesta versão um tom de chacota e deboche à exaltação do país e seus símbolos. Tal recurso aparece nas entrelinhas, nas risadas e na ironia, que, mais do que meros efeitos, alcançam uma eficácia crítica e desconstroem “a ideologia nacional-ufanista, oferecendo uma imagem alienada do Brasil e, simultaneamente, um espetáculo de suas indeterminações” (FAVARETTO, 2007, p.306).

Numa outra versão de *País Tropical*, gravada por Wilson Simonal também em 1969, constatamos a vinculação da canção ao discurso nacionalista do governo ditatorial, especialmente a partir da vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, “quando esse tom de exaltação da pátria teve o seu auge, com a expressão ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’” (ROSA, 2011A, p.142). Assim, na versão de Simonal, impera a feição ufanista de exaltação do Brasil e do brasileiro, e que, somadas ao futebol e o carnaval, acentuam a construção de uma “identidade nacional tropical” (CHAVES, 2010, p.298). A canção se constrói na valorização da singularidade do brasileiro, e, nesse contexto, Simonal e Pelé personificam os heróis genuinamente nacionais (FIG.37 E 38), que “não necessitam fazer esforço pra cantar ou chutar a bola, nascem com o dom; e sempre podem surpreender o público com suas incalculáveis habilidades” (p.299).

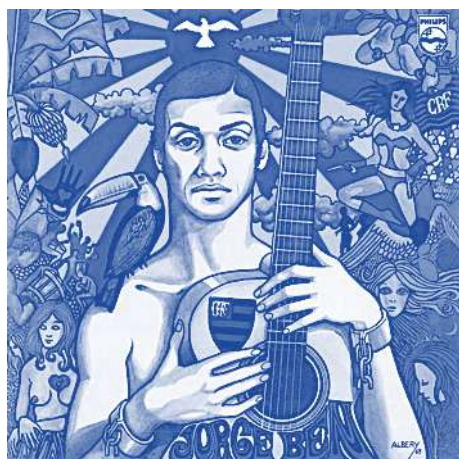


FIG. 37: CAPA DO DISCO DE JORGE BEN (1969), ILUSTRADA POR GUIDO ALBERY. FONTE: ARMAZEMDOVINIL.COM



FIG. 38: CAPA DA REVISTA FATOS E FOTOS, JAN.1970. FONTE: CHAVES (2010)

Com suporte nas diferentes interpretações da canção *País Tropical*, depreendemos que a construção de discurso em torno da *brasilidade* permite a possibilidade de narrativas múltiplas e abertas a diferentes representações e deslocamentos, de acordo com o que se pretende enfatizar. De modo similar, constatamos que a gambiarra também pode ser interpretada sob diferentes óticas, dependendo de como são construídas as narrativas ao seu redor. Como veremos a seguir, dependendo do contexto em que se insere, a gambiarra pode ser vista como uma qualidade ou como uma deficiência. Em geral, no campo das artes ela costuma ser associada à capacidade de improvisação, criatividade e engenhosidade, sendo valorizada como uma virtude. Já no campo dos saberes técnicos, como nas engenharias ou na medicina, a gambiarra e o improviso costumam ser associados à noção de irresponsabilidade, de imperícia e ineficiência (BOUFLEUR, 2013).

GAMBIARRA COMO JEITINHO BRASILEIRO

Tanto o jeitinho como a gambiarra se constituem em práticas sociais ambíguas, podendo expressar valores positivos ou negativos de acordo com o contexto e com a narrativa construída. Livia Barbosa, no livro *Jeitinho Brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros* (2005 [1992]) observa que o *jeitinho*, enquanto elemento definidor da *brasilidade*, não está relacionado exclusivamente a um dado segmento ou grupo social, sendo conhecido e praticado de forma abrangente em todo o país, como um traço constituinte de nossa identidade nacional. Para a antropóloga, a identidade positiva ou negativa atribuída ao jeitinho emerge em momentos específicos, dependendo da conjuntura histórica pela qual o país está passando.

O que faz o Brasil, Brasil? é justamente aquilo que faz com que nos reconheçamos como brasileiros nos mínimos e mais variados gestos. **Múltiplo e rico, o Brasil é o país do carnaval e do feijão com arroz:** da mistura e da fantasia. Mas também do **jeitinho que dribla a lei e da hierarquia velada pela cordialidade**. Somos brasileiros na devoção e no sincretismo, no culto à ordem e na malandragem, no trabalho duro e na preguiça (DAMATTA, 1986, CONTRACAPA, GRIFO NOSSO).

O antropólogo Roberto DaMatta⁵⁸, que desde a década de 1970 se dedica a investigar algumas das manifestações culturais brasileiras que conformam nossa identidade como nação, afirma que o *jeitinho* atua no país como um **procedimento estrutural** e como uma **instituição peculiarmente brasileira**:

um instrumento que ajuda a navegar o oceano turbulento do cotidiano brasileiro, um dia a dia marcado pelo inferno das incoerências entre as leis explícitas, escritas, discutidas e formalizadas em códigos bem elaborados e frequentemente muito duros; e as práticas sociais, que jamais são vistas como questões políticas relevantes (DAMATTA, 2005, p.xxi).

Na perspectiva de DaMatta, nesse universo contraditório, o jeitinho e a malandragem operam como um modo de navegação social que permite aos brasileiros transitar entre as esferas do impessoal e do pessoal (por relações de trocas de favores ou por laços pessoais e de parentesco) e também entre as esferas do legal e do ilegal (ao burlar regras e normas de forma sutil). Entre a ordem e a desordem, articulam “a carência de quem não tem com o eventual poder de quem tem; e, muito especialmente, a regra geral abstrata, universal e impessoal, com a compreensão humana, calorosa e solidária que nasce das relações pessoais, contextualizadas e particulares” (2005, p.xxi).

Desse contexto ambíguo, temos que numa **concepção positiva**, o jeitinho é valorizado pela enorme capacidade de adaptação a situações inesperadas ou difíceis, o que demonstra a **engenhosidade social**, a “criatividade, improvisação e esperteza do brasileiro, uma maneira especial de lidar com situações

⁵⁸ Podemos citar os livros de DaMatta: *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro* (1979) e *O que faz o Brasil, Brasil?* (1986).

imprevistas e resolver alguma coisa no ‘sufoco’” (BARBOSA, 2005[1992], p.23-24) – numa evidente aproximação à própria ideia de gambiarra. Essa concepção positiva da gambiarra também pode ser percebida como uma forma de protesto, como vemos na passagem abaixo:

a gambiarra pode negar a lógica produtiva capitalista, sanar uma falta, uma deficiência, uma precariedade, reinventar a produção, utopicamente vislumbrar um novo mundo, uma revolução, ou simplesmente tentar curar certas feridas abertas do sistema, trazer conforto ou voz a quem são negados. A gambiarra é ela mesma uma voz, um grito de liberdade, de protesto ou, simplesmente, de existência, de afirmação de uma criatividade inata (ROSAS, 2008, p.23 E 24).

Para Barbosa, o jeitinho e o modo de ser e lidar com as situações adversas atua como “uma identidade-símbolo, que congrega em si toda uma forma de perceber o Brasil e os brasileiros” e que ressalta a cordialidade⁵⁹, o espírito conciliador, caloroso e criativo de um “país tropical e bonito por natureza” (2005[1992], p.171). Nessa chave, a *brasileidade*, a diversidade racial e cultural e as experiências ancestrais do país são vistas como um repertório de saberes e fazeres que se contrapõe a um conhecimento hegemônico e colonizador do pensamento.

Os livros *O corpo encantado das ruas* (SIMAS, 2019), *Almanaque de Brasileidades: um inventário do Brasil popular* (SIMAS, 2018) e *Arruaças: uma filosofia popular brasileira* (SIMAS, RUFINO E HADDOCK-LOBO, 2020) são bons exemplos dessa corrente. Tais autores defendem haver um epistemicídio no país relacionado à desqualificação dos saberes, práticas e modos de vida e culturas populares, que são sistematicamente lidas como pitorescas ou folclóricas por não se enquadrarem nos padrões canônicos eurocêntricos. Por essa lógica, argumentam que somos educados para ignorar e desprezar essas culturas que subvertem a lógica imposta de cima para baixo.

Os subalternizados, por sua vez, inventam cotidianamente maneiras de construir no perrengue seus espaços de lazer, sobrevivência e sociabilidade. Muitas vezes se apropriam exatamente dos espaços disciplinados pela lógica do controle e redefinindo, às margens e nas frestas, seus usos. A história do Rio de Janeiro e a história do futebol têm muito dessa subversão, que chamo de “esculhambação criativa”: a capacidade de transformar territórios, espaços de controle, em terreiros – espaços de encantamento (SIMAS, 2019, s/p., GRIFO NOSSO).

Apesar de não fazer nenhuma referência direta à gambiarra, podemos depreender por essa passagem que a prática da gambiarra se encaixa perfeitamente na ideia de “esculhambação criativa” e na apropriação e redefinição dos usos e dos espaços disciplinados pela lógica do controle. Em *Arruaças*, Simas et. al. (2020) sugerem a ideia de uma aprendizagem aberta, que busque nas frestas, nos saberes e práticas populares “jeitos próprios de caminhar” e que convoquem “a encontrar nas ruas, vielas, ladeiras, morros, terreiros, campos de futebol, nas matas, nos tambores, nas avenidas carnavalescas o que sempre esteve lá”.

A malandragem, a vadiagem e a vagabundagem são valores, saberes, práticas contracoloniais, [...] pra quem aprende a olhar de soslaio e deslizar, gingar pelas frestas de um pensamento que não se pretende grande, mas que reconhece que toco pequeno é que arranca a unha colonial que endurece nosso pensamento e nossa maneira de buscar jeitos próprios de caminhar (NASCIMENTO, PREFÁCIO, 2020).

Embora as manifestações populares vinculadas ao que os autores denominam de *arruaça* sejam exaltadas e assimiladas como saberes contracoloniais, tais práticas não indicam uma superação dos conflitos. Ao contrário, afirmam que o cruzamento entre o projeto de dominação colonial e os saberes

⁵⁹ O tema da cordialidade será retomado em maior profundidade posteriormente, especialmente a partir da obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1995[1936]).

herdados de outras tradições seculares “dão o tom de como, por aqui, não há passividade, e como as mais diferentes formas de conflito se enlaçam em uma trama complexa” (RUFINO, 2019, p.49).

Nesse paradigma, encontramos a vinculação da gambiarra à noção de mestiçagem no artigo *Da antropofagia Tupinambá à gambiarra: processos de incorporação* (LOPES, 2018), que entende a prática da gambiarra no país como um fato cultural constituído pela contribuição de diferentes culturas e etnias, relacionada também à noção de antropofagia – a partir das contribuições de Oswald de Andrade (1970) e Viveiros de Castro (2002). Segundo a autora, existe na gambiarra “um devir canibalizante” e “uma expertise mestiça” (p.215) em recombinar objetos, deglutindo o que interessa e descartando o que não serve mais.

Em uma abordagem diversa, o antropólogo americano James Holston no livro *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil* (2008) sustenta que as convenções culturais em torno da *brasildade* e do *jeitinho* acabam por mascarar as desigualdades legitimadas existentes no país, ao conferirem:

um verniz de acomodação cúmplice, um sentido de intimidade que obscurece, porém mantém desigualdades fundamentais: refiro-me a **ambiguidades sedutoras** produzidas através de artifícios de jeitinho, malícia, malandragem, ginga, jogo de cintura e mineirice, universalizadas nas instituições do samba, do Carnaval e da capoeira - **todas elas celebradas na cultura brasileira** (HOLSTON, 2008, p.378 E 379, GRIFO NOSSO).

Licia Valladares (2005), ao estudar o comportamento dos moradores de favelas em processos de remoção forçada durante o período da ditadura militar, observa que a relação entre as autoridades públicas, as associações de moradores e os próprios residentes das favelas ocorria numa complexa e imbricada troca de serviços, quando frequentemente os interesses individuais se suplantavam aos interesses coletivos. Embora reconheça que os moradores de favelas agiam de forma ativa e criativa, ela também reconhece que o jeitinho funcionava como um mecanismo para obter benefícios, “cada um tentando captar vantagens particulares, sugerindo ser a ideologia utilitária e a ética individualista mais fortes do que a orientação para agir coletivamente” (VALLADARES, 2005, p.136).

Nota-se, assim, que o *jeitinho brasileiro* também pode promover uma identificação negativa, especialmente quando os atos são tidos como vergonhosos ou reprováveis, associados às trocas de favores, à corrupção, à desordem institucional e à baixa presença do cidadão no universo social (BARBOSA, 2005[1992]). Esses fatos são geralmente associados ao domínio da burocracia estatal e das instituições políticas e públicas, em que há uma desconfiança mútua entre o Estado e os cidadãos. Um exemplo recente dessa visão pode ser observado na reportagem *Os fura-filas da vacinação contra a covid-19 mostram a nefasta versão 2.0 do jeitinho brasileiro*⁶⁰. A matéria indica que o fenômeno é reflexo da perda de valores sociais de coletividade, uma vez que no país “a narrativa do que é certo ou errado depende, historicamente, das circunstâncias. É um país onde as elites consideram o privilégio um direito adquirido e impera o lema *farinha pouca, meu pirão primeiro*” (EL PAÍS, 2021).

Trazendo a discussão para o campo da arquitetura e urbanismo, Sérgio Magalhães (2012) conclama por uma revisão cultural em relação à gambiarra e ao improvisado nas práticas construtivas:

Em artigo publicado no *Globo*, a propósito da queda do edifício Liberdade, o professor J. M. Wisnik sugere que a causa da ruptura poderia ser o que chama de **‘gambiarra carioca’**: “no Rio, a gambiarra parece ser o próprio fundamento para o funcionamento das coisas.” Receio que tal avaliação seja restrita: **seria ótimo para o país que a gambiarra fosse apenas no âmbito carioca** — seria mais fácil enfrentá-la. Mas há **evidências para considerar que ela é mais ampla, e que é o país que clama por uma revisão de “cultura”,**

⁶⁰ Matéria de Joana Oliveira publicada no periódico El País Brasil no dia 29/01/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-30/os-fura-filas-da-vacinacao-contra-a-covid-19-a-nefasta-versao-20-do-jeitinho-brasileiro.html>. Acesso em 30 jan. 2021.

do improviso para a programação, para a prevenção, para o projeto (MAGALHÃES, 2012, S/P, GRIFO NOSSO).

As referências de Magalhães ao uso da gambiarra no setor da construção civil podem ser associadas também ao termo *Gata*: “apelido da empresa de engenharia que só faz gambiarras, nunca o trabalho técnico correto e inteiro, uma subempreiteira que não ficha empregado e/ou utiliza ferramentas ultrapassadas e obsoletas” (SEDLMAYER, 2017, p.1-2). Verifica-se assim que as conotações negativas sobre o *jeitinho* e a *gambiarra* dizem respeito principalmente aos parâmetros institucionais, sejam eles políticos, econômicos ou sociais, como denúncias de nossas instituições sem credibilidade e da impunidade - estabelecendo “uma ligação muito íntima entre *jeitinho* e corrupção” (BARBOSA, 2005[1992], p.82). No entanto, a autora salienta que frequentemente esse discurso se torna contraditório, pois estabelece uma distância entre o universo do domínio público e o universo doméstico e cotidiano, como se ambos fossem dissociados.

GAMBIARRA E PRECARIIDADE

Segundo Bouffleur (2013), a difusão da *gambiarra* de forma genérica para denominar qualquer tipo de improviso em diversos ramos da atividade humana se consolidou nos assentamentos informais e favelas brasileiras, dadas as condições de precariedade que levam os moradores a usarem recursos alternativos para resolver problemas práticos de diferentes ordens. Nessa perspectiva, o fato de a gambiarra estar associada ao contexto das favelas e seus modos de vida, acentua a sua conotação pejorativa, como algo malfeito, tosco e precário.

Obici (2014) indica que a prática da gambiarra emerge geralmente em contextos precários, relacionados à limitação de recursos, materiais e ferramentas, sendo um recurso técnico que não está preocupado em atingir uma solução bem-acabada. Por ser uma ação que não parte de um *projeto*⁶¹, nos moldes como o compreendemos na racionalidade técnico-científica, a gambiarra se configura como uma ação empírica e informal, e muitas vezes considerada tosca.

A correlação entre o ‘tosco’ e a ‘gambiarra’ pode ser encontrada nos artigos *Ensaio sobre o “Tosco Brasileiro” na Filosofia e nas Artes* (2019A) e *A Lógica do Tosco Brasileiro não é sem Gambiarra* (2019B), no qual Christian Dunker⁶² avalia que o método fundamental do que ele denomina como “Tosco Brasileiro” seria a gambiarra “que é de toda forma precária e feia, improvisada ou feita conforme as circunstâncias, ao estilo **arquetípico ‘jeitinho brasileiro’**” (2019A, GRIFO NOSSO). No entanto, o autor afirma que, embora “o tosco seja gambiarra”, nem “toda gambiarra é tosca”:

meu objetivo é mostrar **a convergência e paridade, e não a identidade, entre o predicado da gambiarra e o Tosco Brasileiro, como seu sujeito**. As “pernas espertas do camelô prestes a fugir”, o “acampamento provisório tupi”, a subversão da finalidade de uso, a conotação genérica de “transgressão, fraude ou tunga”, a afinidade com nomadismo, improvisação territorial, instrumentalização criativa e aproveitamento da contingência, ou seja, **toda a infinita caracterização histórica ou ontológica da gambiarra jamais a imunizará ou impedirá de ser usada com mau gosto formal, de modo pouco criativo ou em plataformas ideológicas** (DUNKER, 2019B, GRIFO NOSSO).

Sedlmayer, no artigo *Ataque especulativo ou a gambiarra versus o tosco brasileiro* (2019), em resposta às afirmações de Dunker, defende que a gambiarra é um dispositivo criativo potente de invenção do

⁶¹ Importante nesse aspecto fazer a distinção entre a prática da gambiarra e o artesanato. O artesão trabalha a partir de uma tradição cultural e regional, geralmente relacionada a uma materialidade específica (p.ex. oleiros, tecelões, ferreiros, bordadeiras, etc.), em processos nos quais o saber prático vai sendo transmitido entre gerações de mestres e aprendizes. Dessa forma, o artesanato se constitui num ofício que corresponde a um saber particular, a um projeto específico.

⁶² Christian Dunker é psicanalista e Professor Titular do Instituto de Psicologia da USP

cotidiano alicerçado na escassez material, e que, paradoxalmente, atua “na transformação do negativo em positivo”, como “uma potência singular na qual a falta é transformada” (SEDLMAYER, 2019, s/p.). Para a autora, o termo se expandiu para além das práticas e táticas cotidianas e passou a fazer parte de outros domínios, como no campo das artes, da música e da literatura.

Muito embora não seja a intenção da tese aprofundar na questão da apropriação da gambiarra pelo campo artístico, dado que é justamente nessa esfera que vêm se dando os debates mais fecundos sobre o tema no Brasil, exploraremos a seguir alguns desses panoramas.

GAMBIARRA NO CAMPO DAS ARTES E DA ARQUITETURA

O campo das artes tem sido responsável pela maior produção crítica, experimental e propositiva em relação à gambiarra em suas diversas manifestações. Por esse motivo, é também a esfera na qual se dão os maiores embates, sobretudo relacionados à sua apropriação por artistas numa certa tendência de estetização da gambiarra.

Um dos primeiros contatos com a gambiarra enquanto “tema” de um trabalho foi a partir da série desenvolvida por Cao Guimarães. O artista desenvolve desde 2002 uma série fotográfica intitulada *Gambiarras*, na qual registra gambiarras coletadas Brasil a fora. Caracterizado como um *work in progress*, o projeto documental conta com mais de cem fotografias de gambiarras de diferentes origens e escalas (FIG. 39). Como método, o artista parte de derivas nas quais permite se perder para encontrar – a partir de uma percepção sensível do mundo – artefatos e improvisações utilitárias inventivas para suprir os objetos que nos faltam e reorganizar as relações entre as coisas.

Interessante notar que, nesse caso, o artista se apresenta como um colecionador que lança seu olhar para essa prática de micro engenharia do cotidiano, cuja autoria é geralmente desconhecida. As gambiarras colecionadas por Cao revelam a versatilidade dos artefatos, contrariando sua especialização e suas normativas prescritas de utilização, demonstrando que os objetos não se vinculam a uma única identidade funcional. Ao contrário, as gambiarras indicam que a lógica que rege as relações entre artefatos é sempre contingencial e contextual.

Elas [as gambiarras] são realizadas com os meios e materiais disponíveis, resultando em objetos que adquirem funções inesperadas e tangenciais: os artefatos são versáteis porque podem se transformar em qualquer coisa. Eles são situações esculturais em seu próprio direito, pois a inter-relação das propriedades do material (peso, equilíbrio, flexibilidade, elasticidade, ductilidade, densidade, nitidez, vazio), formas (planas, alongadas, arredondadas, quadradas, angulares, pontiagudas) e localizações no espaço estão em jogo na configuração de uma gambiarra (URZAIZ, 2013, p. 3, TRADUÇÃO NOSSA).



FIG. 39: SÉRIE DE FOTOGRAFIAS DA COLEÇÃO GAMBIARRAS, DE CAO GUIMARÃES. FONTE: WWW.CAOGUIMARAES.COM

A exposição *Design da Periferia* realizada em 2013 no Pavilhão das Culturas Brasileiras (FIG. 40), em São Paulo, apresenta abordagem semelhante ao expor artefatos construídos por pessoas comuns para atender a necessidades do dia a dia utilizando recursos locais e técnicas que estão ao seu alcance. Segundo a curadora da exposição Adélia Borges o design popular brasileiro apresenta uma valiosa lição para o design considerado erudito: “Pessoas comuns, muitas vezes sem instrução, são capazes de soluções muito inteligentes, criando objetos que não só atendem as funções para as quais foram feitos, mas também transcendem a função com uma forma poética” (BORGES, 2013).



FIG. 40: FOLDER DA EXPOSIÇÃO DESIGN DA PERIFERIA. FONTE: ADÉLIA BORGES (2013)

Um artista pioneiro na incorporação de elementos da gambiarra em suas produções é o paraense Emmanuel Nassar, que já no início da década de 1980 estabelecia convergências entre a cultura popular e a erudita. Para o artista, o Brasil é a “civilização da gambiarra”. Num paralelo com os mambembes parques de diversão, Nassar aponta que tudo no país é comparável às instalações elétricas que iluminam estes parques: improvisadas, feitas com fios reaproveitados, mal instaladas e que funcionam, mesmo que precária e perigosamente. O artista – com sua engenharia “inutilitária” (MATTAR, 2003) – utiliza um amplo repertório de elementos trazidos das ruas e das periferias de Belém do Pará na construção de suas obras, como chapas metálicas, latão, pedaços de madeira, bocais de lâmpada e luz néon. Por meio da observação da linguagem visual presente no cotidiano das periferias urbanas, o artista incorpora um olhar sensível para as experiências de um povo que reinventa seu mundo como tática de sobrevivência.



FIG. 41: OBRA DE EMMANUEL NASSAR, INTITULADA “BRASIL LUZ” (2000). FONTE: CATALOGODASARTES.COM.BR

Notoriamente, este debate sobre o limiar entre a arte erudita e a arte popular não é novo, e encontra paralelos também no campo da arquitetura com suas aproximações e tensões entre a arquitetura moderna e a cultura popular. A título de ilustração, recorremos à atuação da arquiteta e designer italo-brasileira Lina Bo Bardi, que desde a década de 1950, se dedicou à investigação sobre o artesanato nordestino e sobre a arquitetura popular brasileira, sem, contudo, abandonar o ideário moderno⁶³. Lina abordava o léxico popular de forma a evitar sua leitura simplista como folclore, subordinada a estereótipos figurativos e manifestações populistas que vinculavam seu valor à categoria de identidade nacional (ROSSETTI, 2003). Para a arquiteta, a cultura popular possuía uma força genuína e latente que deveria ser propulsora de uma renovada emancipação cultural.

Com enfoque similar, Ana Belluzzo⁶⁴ (APUD BELLESA, 2017) aponta que, enquanto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) costumava registrar a produção popular com base no folclore e na etnografia, Lina (a partir de sua experiência pregressa na Itália⁶⁵) se atentava para a condição produtiva das peças e para as formas de trabalho e suas técnicas. Chamava sua atenção a diversidade da cultura de objetos produzidos domesticamente e em condições precárias, e que revelava a criatividade que retira da pobreza e da falta de recursos composições de extrema simplicidade para resolver os problemas do dia a dia. Lina tinha em mente a união do repertório de objetos do universo popular com as tecnologias e práticas projetuais de arquitetos e designers, e propunha um trabalho colaborativo, menos hierárquico, no qual **o artesanato não deveria ser apenas um executor, mas alguém que participasse de forma ativa da concepção e do processo de criação do projeto** (BELLUZZO APUD BELLESA, 2017). Ela planejava criar no Solar do Unhão, além do museu, um *Centro de Estudos e Trabalhos Artesanais do Nordeste* como uma escola produtiva de arte e design que **uniria o saber popular ao acadêmico**. Ela tinha como intenção passar do que denominava de pré-artesanato regional para a produção industrial de objetos utilitários.

Interessante notar que as experiências entre o moderno e o popular desenvolvidas por Lina Bo Bardi em Salvador (entre 1958 e 1964) coincidiam com o período de construção e inauguração de Brasília, que monopolizava todas as atenções no momento. Para Paola Jacques (2016) as experiências de Lina na Bahia e as experiências de Lucio Costa – tanto por seus projetos neocoloniais no início da carreira, quanto por sua atuação no IPHAN – refutam a noção do mito da pureza da arquitetura moderna brasileira e explicitam a ambiguidade e a sua complexa relação com a cultura popular e vernácula⁶⁶.

A respeito da atuação de Lucio Costa como consultor do IPHAN, há que ser fazer referência à análise de Cláudio Ribeiro (2014, p.8, GRIFO NOSSO), na qual o autor reconstrói como o arquiteto legitimou uma “ideologia arquitetônica” que viria a garantir e estabelecer “uma **ligação direta, suave e cordial entre a**

⁶³ Dessa exploração resultam a sua participação na formação do Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM-Bahia) e do Museu de Arte Popular (MAP-Bahia no Solar do Unhão) e também a idealização e curadoria de exposições de arte popular, dentre as quais destacam-se: a Exposição Bahia de Arte Popular Nordestina na 5ª Bienal Internacional de São Paulo (1959); exposição Nordeste no Solar do Unhão (1963) e a exposição A Mão do Povo Brasileiro no Museu de Arte de São Paulo (MASP, 1969).

⁶⁴ Ana Belluzzo foi Professora Titular de História da Arte da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Entrevista oral concedida a Mauro Bellesa (2017).

⁶⁵ Grinover (2010) indica que Lina trouxe na bagagem da Itália para o Brasil os estudos do artesanato italiano desenvolvidos por Gio Ponti como estratégia para a emancipação da indústria de utilitários e os estudos sobre a ideia de arquitetura menor. Segundo a autora, esses aprendizados seriam o embrião do conceito peculiar sobre a formação de uma cultura genuinamente popular e ao mesmo tempo moderna, que Lina adotaria em seus trabalhos no Brasil.

⁶⁶ A respeito dessa ambiguidade, Cury (2022) pontua que a questão da introdução de elementos vernaculares e de tradição popular seria contraditória com os preceitos corbusianos de universalidade e produção em série. A autora reconstrói a trajetória da construção narrativa hegemônica a respeito da arquitetura moderna brasileira e a vinculação da sua produção como um produto de exportação que vendia uma determinada imagem do modernismo nacional. Cury ressalta a importância da exposição no MoMa em Nova Iorque *Brazil Builds*, em 1943, que “ajudou a naturalizar a relação entre colonial e moderno na arquitetura, entre tradição e progresso, entre antigo e novo” (p.73).

arquitetura colonial brasileira e a arquitetura moderna da qual se tornara declaradamente defensor e difusor”. Nessa construção retórica, Lucio Costa realiza uma aproximação entre arquitetura colonial e arquitetura moderna de maneira a legitimar esta última como uma consequência natural da evolução da forma arquitetônica. Nas entrelinhas, o arquiteto passava a mensagem de que: “O progresso desenvolvimentista da nova nação é a forma natural de amadurecimento da antiga colônia” (p.11).

Na carreira de Lucio Costa podemos encontrar mensagem semelhante na proposta do pavilhão brasileiro para a XIII Trienal de Milão de 1964, cujo tema era “tempo livre”. O pavilhão *Riposatevi* (termo em italiano que significa “repousai-vos”) foi concebido como um grande redário avarandado para o ócio e para o relaxamento. O espaço unia elementos tradicionais da cultura popular brasileira – como redes, tapetes de sisal, violões e fotografias de Marcel Gautherot com cenas pitorescas de jangadas em praias do Ceará – em contraste com materialidades industriais, como os cabos de aço que fixavam o sistema de redes e as fotografias do mesmo autor que retratavam a moderna capital federal – com imagens do Plano Piloto, da Rodoviária e das superquadras de Brasília.

A suposta naturalização da vinculação entre tradição e progresso pode ser claramente observada em artigo publicado da revista *Módulo* pelo crítico de arte e articulador da participação do Brasil na Trienal, Jayme Maurício (1964, p.40, GRIFO NOSSO). Nas palavras dele, Lucio Costa:

Inspirou-se em Caetano Veloso e Hélio Oiticica, foi brasileiro sem ser ufanista, e espalhou redes coloridas sob bandeiras em quase todas as cores pátrias (azul, verde e branco). Foi tropicalista. Fazia apenas quatro anos que Brasília havia sido inaugurada. Era de se esperar que a representação do Brasil em Milão fosse um desdobramento da estética moderna/brasiliense. Lucio Costa prefere dar um salto sem, no entanto, soltar a ponta da corda de sua mais importante invenção. **O pavilhão revela um país que também havia saído da rotina do subdesenvolvimento industrial e que havia consolidado sua atuação no âmbito cultural mundial, superando sua dependência cultural, exercitando uma antropofagia saudável, cosmopolita e urbana (...).**

Nas palavras de Jacques (2016, p.157): “Enquanto Lúcio Costa busca levar uma imagem ‘tropical’ do Brasil para Itália, Lina Bo Bardi veio da Itália procurar o Brasil no seu interior e, em particular, no sertão nordestino”. Essas experimentações apontam para zonas liminares de uma coexistência tensa e dissensual entre moderno e popular, tanto no campo artístico quanto na própria cidade:

entre público e privado, entre **informalidade e formalidade**, entre **gambiarra e regulamentação**, entre transgressão e institucionalização, entre **desordem e ordem**, entre experimental e oficial, entre **popular e moderno**, entre **prática e projeto**, entre **opaco e luminoso**, entre **Tropicália e Brasília** (JACQUES, 2016, p. 157-158, GRIFO NOSSO).

Como resultado dessa operação de aparentes opostos, Eduardo Rossetti (2006) defende haver “um ritmo industrial, dinâmico, urbano e premente que constrói Brasília e ao mesmo tempo se contrapõe um ritmo tranquilo, telúrico, popular, e simples através do ato de deitar-se numa rede”. E nas palavras de Lucio Costa⁶⁷, as imagens de Brasília sugerem “**que essa mesma gente que passa o ‘tempo livre’ na rede, quando o ‘tempo aperta’ constrói em três anos, no deserto, uma Capital**” (COSTA, 1995, p.408).

Há que se atentar, portanto, para a construção narrativa que promove a difusão da imagem do Brasil que “dá certo”, que une vernacular/industrial e Tropicália/Brasília de forma pacífica e harmoniosa. Como já revelado pela canção *País Tropical*, percebemos que esse discurso casa muito bem com o momento político (período da ditadura) e com a representação que se pretendia exibir do país. Outro aspecto que precisa ser ressaltado é a afirmação de Costa a respeito dos operários que, quando convocados, arregaçam as mangas e saem da rede para construir um projeto de nação. Interessante notar esses mesmos trabalhadores sendo enviados de volta para suas redes de dormir, após a

⁶⁷ CORREIO BRASILIENSE. Lucio Costa tropicalista, quem diria. 09/05/2010. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/>. Acesso em 14 jun. 2023.

finalização das principais obras da nova capital federal (FIG. 42). Nesse ponto, vale retomar a obra de Emmanuel Nassar (FIG. 43), na qual o artista incorpora em alguns de seus trabalhos as ferramentas utilizadas na feitura da própria obra: “Essas peças lembram que as coisas são reais, que **são fruto de trabalho, de mão-de-obra operária**” (APUD CANTON, 2004, P.80, GRIFO NOSSO).



FIG. 42: TRABALHADORES DE VOLTA PARA AS REDES DE DESCANSO: OPERAÇÃO RETORNO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS APÓS A CONCLUSÃO DAS OBRAS DE BRASÍLIA, NA RODOVIÁRIA (1964). FONTE: ARCHDAILY.COM.BR



FIG. 43: OBRA DE EMMANUEL NASSAR, INTITULADA “ALVORADA” (2017). FONTE: MILLAN.ART/ARTISTAS/EMMANUEL-NASSAR

Notamos assim, que os temas do “ócio” e do “tempo livre” mobilizados pela Trienal sub-repticiamente reforçam a lógica da produtividade industrial, assim, também o artesanato popular passa a ser lido como mercadoria e seus artefatos fetichizados como produtos genuinamente nacionais. Nesse sentido, nos parece que as propostas de Lina Bo Bardi e Lucio Costa, embora possuam aproximações entre o moderno e o popular, se distanciam radicalmente quanto às visões em relação aos trabalhadores envolvidos. Enquanto Lina tinha uma preocupação genuína em integrar os artesãos ao processo de modernização, qualificando e dando condições de valorizar a sua produção, Lucio Costa negava aos operários o simples direito de permanecer na capital que ajudaram a construir.

Por essas especulações, podemos aferir que a produção artística nacional não está imune às contradições e disputas relacionadas à apropriação do universo popular no universo erudito. *Contraditório*⁶⁸ é justamente o nome dado à mostra *Panorama da Arte Brasileira*⁶⁹ edição 2007, que

⁶⁸ A 30ª edição da mostra Panorama da Arte Brasileira apresenta uma investigação sobre o que singulariza a arte brasileira em relação à outros países, discutindo “o estatuto da expressão arte brasileira em um ambiente de acelerado desmonte de fronteiras rígidas entre formas culturais elaboradas em distintos lugares” (MAM, 2007, p.20).

⁶⁹ Mostra realizada bianualmente pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo, que teve sua primeira edição em 1969 e foi idealizado como forma de o museu recompor seu acervo e voltar a participar ativamente do circuito artístico

buscou apresentar uma investigação sobre o que singulariza a arte brasileira em relação à arte produzida em outros países. o curador da mostra, Moacir dos Anjos (2007, p.32)⁷⁰, elegeu a **gambiarra** como o elemento organizador da mostra. Para o curador, existe na gambiarra uma noção implícita “de relativa intraduzibilidade entre uma cultura local e uma cultura hegemônica”, e que entre essas duas “existe um intervalo de recriação e reinscrição identitária do local que é irredutível, portanto, a um ou a outro desses polos extremados” (p.30). Para Dos Anjos a menção à gambiarra – tanto na produção quanto na crítica contemporânea de artes visuais – costuma ser unidirecional e relacionada apenas à sua materialidade inventiva, com ênfase em suas características formais, enquanto ele defende ser importante compreender “sua inscrição simbólica como maneira de agir em espaços de vida submetidos a restrições de diferentes ordens” (p.34).

Nesse aspecto nos parece fundamental diferenciar as propostas de artistas que imprimem em suas obras aspectos relacionados às restrições socioeconômicas vivenciadas em seu cotidiano, daqueles que apenas pretendem “surfear na onda” da gambiarra como recurso estético. Como amostra do primeiro grupo podemos indicar o artista visual Allan Weber, que, apesar do nome europeu, é um morador da favela 5 Bocas, em Brás de Pina, no Rio de Janeiro. Na produção artística de Weber, um princípio recorrente é a apropriação e o deslocamento de elementos que constituem a paisagem trivial e cotidiana das favelas.

Na obra intitulada *Nós que sustenta na raça* (2021) (FIG. 44) o artista empilha uma série de caixas d’água formando uma torre de 5 metros de altura: “Eu coloquei uma caixa d’água virada de cabeça para baixo pra outra, pra mostrar que a gente, o pobre, o favelado, o trabalhador, tem que se virar: se virar pra estudar, se virar pra trabalhar” (WEBER, 2023, p.60). A inspiração para a obra surge da laje de sua casa, na qual é possível visualizar uma miríade de caixas-d’água na paisagem: “Se você reparar, elas não têm um padrão, **nós temos que dar o nosso jeito pra colocar a caixa em cima da casa da melhor forma possível**” (WEBER, 2023, p.60, GRIFO NOSSO). Curioso notar que a instalação foi impedida de participar de uma exposição coletiva de uma galeria de arte na Zona Sul do Rio, pois os galeristas tiveram receio de que a escultura pudesse tombar e causar algum acidente. O fato foi contestado pelo artista: “Teve gente que não levou fé que sustentava, **mas nós mostra isso na prática. É engenharia marginal. O lugar que nós mora e vive é que ensina**” (WEBER, 2023, p.60, GRIFO NOSSO).



FIG. 44: INSTALAÇÃO ‘NÓS QUE SUSTENTA NA RAÇA’, DE ALLAN WEBER, 2021. FONTE: WWW.INSTAGRAM.COM/P/CMAGDPDVNOE

contemporâneo. Disponível em: <https://mam.org.br/exposicao/36o-panorama-da-arte-brasileira-sertao/> Acesso em 19/03/2021.

⁷⁰ Moacir dos Anjos é crítico de arte, curador e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/>. Acesso em 14/03/2021.

Lisette Lagnado⁷¹ (2007) observa que a gambiarra tanto como símbolo quanto como discurso foi ganhando proeminência no universo artístico, mas alega que a gambiarra na produção cultural brasileira não deve ser lida como sinônimo de regionalismo ou como estetização do precário.

Há um **equivoco em estetizar a ‘gambiarra’**, ou seja: estimular a coisa mal-feita, grosseira, rudimentar... Nunca fiz um elogio àquilo que é feito sem cuidado, mas depois da publicação desse artigo [O malabarista e a gambiarra, 2003], houve quase uma valorização exagerada de esculturas com papelão, vassouras, enfim... [...] **Saíram atrás de uma fórmula, quando eu estava a me referir a um modo de sobrevivência, àquela economia informal mencionada antes: o precariado.** Só não se pode achar que a pobreza é linda... A criação está a virar o mais **novo fetiche do capitalismo** (LAGNADO, 2007, s./p.).

Nesse contexto, percebemos que, em alguns casos, o uso do termo *gambiarra* passou a ser convocado “**como mero oportunismo** diante de uma onda que parecia surfar relativamente bem” (SEDLMAYER, 2017, p.3, GRIFO NOSSO). Renata Gesomino⁷² no artigo *A arte da lata: uma crítica estética da “gambiarra” ou como tecer uma análise crítica sem utilizar os discursos da precariedade e da provisoriedade* (2015), contesta o uso ambivalente e subjetivo de termos como ‘precariedade’, ‘provisoriade’ e ‘gambiarra’ na crítica da arte brasileira, por entender que esta acaba por deslocar o sentido original dos termos para um discurso colonialista e por vezes pejorativo. A autora alega que o simples uso de sucatas e materiais reaproveitados na feitura da obra de arte não a transforma em uma gambiarra, no sentido em que houve uma escolha consciente e uma intenção por parte do artista.

GAMBIARRA E PAISAGEM URBANA

Diferentemente do campo artístico, a relação entre gambiarra e produção do espaço e da paisagem urbana é pouquíssimo explorada na literatura e produção científica em geral. Esse assunto é apenas tangenciado na tese de Rodrigo Bouffleur (2013), que indica que a prática da gambiarra em relação ao espaço urbano não se restringe às áreas periféricas e mais pobres das cidades, mas à cidade como um todo. O autor, que analisa o fenômeno sob a ótica do *design* de produtos, apresenta como exemplos as sinalizações improvisadas nas ruas de São Paulo, os artefatos criados pelos vendedores ambulantes para recolher rapidamente suas mercadorias ilegais e os cacos de vidros fixados nos muros como mecanismos contra a invasão.

Ricardo Rosas (2008), que investiga a gambiarra pelo viés da tecnologia recombinante, aponta que a rua encontra seus próprios usos para as coisas, e, nesse aspecto, ressalta as gambiarras de teor propriamente popular que encontramos nas ruas das cidades, tais como os gatos nas fiações elétricas, os puxadinhos nas construções e as engenhocas sonoras, tais como bicicletas com caixa de som acopladas. Para Rosas, pouca atenção é destinada à investigação teórica dessa práxis “endêmica” que está presente na “arena do imaginário popular, nas ruas de nossas grandes e pequenas cidades, entre bancas de camelôs ou nas esquinas das favelas (...)” (ROSAS, 2008, p.23).

De todos os trabalhos pesquisados, aquele que mais se aproximou do debate relativo à gambiarra na produção do espaço urbano foi o artigo *O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra*, de Thais Portela (2007) – motivo pelo qual iremos nos deter em maior profundidade nas suas proposições. A autora entende que nas expressões artísticas – dentre as quais indica a fotografia, a música, a poesia e a literatura –, “a potência de sentidos e de produção material da gambiarra já foi capturada” (p.87), contudo nas intervenções urbanas essa potência ainda não foi devidamente alcançada.

⁷¹ Lisette Lagnado é jornalista, crítica de arte, professora universitária e curadora independente de arte, coordenadora do arquivo de Hélio Oiticica e editora da revista Trópico.

⁷² Renata Gesomino é professora adjunta do IART-UERJ e Doutora em História e Crítica da Arte pelo PPGAV-UFRJ.

Portela discute a relação entre a gambiarra presente nos espaços opacos e sua relação com a padronização generalizada dos espaços luminosos, e, para tanto, aborda o estudo de caso da Feira de São Joaquim⁷³, um mercado popular da cidade de Salvador, Bahia. O mercado – “lugar de toda riqueza e toda pobreza, do negócio honesto e do mundo oculto das atividades clandestinas e marginais, lugar de transgressões e de convivência pacífica” (p.83) – é caracterizado tanto pela cultura do candomblé quanto pela adaptação à situação de imanente precariedade e informalidade, como pode ser percebido no relato abaixo:

Ali é a casa de Exú que continua inserida nos espaços opacos da sociedade soteropolitana. A pobreza do lugar ainda é marcada pela classe social e renda da maioria dos seus feirantes e usuários, pela ocupação informal das barracas, pela irregularidade da situação fundiária desde o ano de 1995 (quando expirou o contrato de cessão da área), pela sujeira e pela insalubridade, pelas mazelas sociais e pela gambiarra. [...] E é **dessa gambiarra e do asê de Exú que vem a riqueza desse lugar**, desse vivido. Esse espaço opaco contém mil luzes, cores, sons e cheiros; contém saberes de uma cultura cujas matrizes estão na África colonial. Cada ida à feira é uma riquíssima experiência. E é por causa **dessa riqueza (gerada na gambiarra) que se justificam os desejos de transformação desse espaço** (PORTELA, 2007, p.83-4, GRIFO NOSSO).

A partir desse caso, a autora indaga sobre como intervir em espaços opacos, como o caso da feira, trazendo as benesses da modernização e diminuindo as condições precárias de infraestrutura e insalubridade, sem, no entanto, descaracterizar e padronizar o local, destituindo-o de toda riqueza e multiplicidade das luzes existentes.

Toda padronização, por menor que seja essa a intenção, retira a pulsão criativa dos espaços, a padronização **some com a gambiarra que faz a Feira de São Joaquim ter, em cada metro quadrado, uma luz diferente**; uma filtrada pela lona azul a outra pela lona amarela, uma outra pela telha de amianto furada, a outra pela telha de plástico e que essa luz reflita em uma multiplicidade de texturas e cores; madeira, reboco, pedra em azul, branco, verde (PORTELA, 2007, p.87, GRIFO NOSSO).

A intervenção urbana padronizada atua na homogeneização desses espaços: “É como se todas as luzes fossem substituídas por apenas uma, elétrica, fluorescente e de baixo consumo, tornando o espaço luminoso, dotado de infraestrutura, mas com uma luz triste e opaca” (p.87). Seria, portanto, um processo esquizofrênico, marcado pela luminosidade da gambiarra nos espaços opacos e pela opacidade do padrão nos espaços luminosos, evidenciando assim um paradoxo.

Os próprios feirantes, que reclamam dos problemas de infraestrutura são os primeiros a temer a padronização, cientes de que toda requalificação **retira a gambiarra, que atua como uma cápsula de proteção para esses territórios de resistência**. Mesmo a simples intervenção sanitária – colocar mais banheiros e ligar um sistema de abastecimento de água e esgotos – já eleva o ‘padrão’, já padroniza o local para os fluxos capitalísticos, expulsando aqueles que são mais frágeis (PORTELA, 2007, p.86, GRIFO NOSSO).

Desse embate surgem questões liminares e difíceis de serem equalizadas – questões essas que também acompanham esta tese: como trazer segurança e salubridade para os espaços opacos, sem, contudo, retirar suas características peculiares e sua riqueza cultural? Como amplificar a urbanidade de espaços precários sem transformá-los em renovados modos de reprodução capitalista? Ou, nas palavras de Portela (2007, p.88): **“Existe uma outra e nova forma de fazer entre o padrão e a gambiarra?”**

⁷³ A feira está localizada no bairro de Água de Meninos, e existe há mais de 300 anos. É um mercado popular onde se pode encontrar de tudo um pouco: frutas, verduras, temperos, roupas, artesanatos, objetos de decoração e produtos religiosos, sobretudo de matriz africana.

CAPÍTULO 3 | RAÍZES DA GAMBIARRA NO BRASIL

No Brasil, a gambiarra dispensa apresentação. É atávica, ínata, está no dia a dia e possivelmente desde sempre, ao menos desde o processo de colonização, que, afinal, foi fruto, em boa medida, de uma gambiarra da Corte Portuguesa.

[Revista Facta, n.4, p.25, 2017]

No presente capítulo investigamos quais seriam as raízes da gambiarra no Brasil, relacionando a sua prática ao legado do colonialismo e do imperialismo e suas implicações relacionadas à desigualdade e à limitação de direitos no país. Desse ponto, apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento da noção de cidadania no Brasil - desde a cidadania social getulista até as manifestações atuais da cidadania insurgente. E por fim, realizamos um debate acerca do planejamento urbano brasileiro e sua relação dialética com a produção informal da cidade e com as insurgências que nascem nas periferias das grandes cidades do país.

3.1. TUPI OR NOT TUPI?

O deslocamento tropical do aforismo “*To be, or not to be*” de Hamlet para “Tupi, or not tupi” de Oswald de Andrade demonstra a ambivalente busca por uma identidade brasileira:

Ora mais portugueses, ora franceses, ora mais americanos; ora mais atrasados, ora até adiantados; mas sempre diferentes. Em vários contextos de nossa história, esse tipo de construção idealizada do país se transformou num “fermento” da nacionalidade (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.12).

Nesse jogo de espelhos, há sempre um descompasso entre quem somos e quem gostaríamos de ser: ora valorizando nosso jeito particular e criativo de enfrentar as dificuldades e nossa forma pacífica e alegre de viver, ora recriminando este jeito como símbolo de atraso e subalternidade. A essa feição incongruente e não dualista da sociedade brasileira e seus processos de constituição, Chico de Oliveira (2003) apresenta **como metáfora a imagem do ornitorrinco**⁷⁴ – aquele animal extremamente peculiar, que não é uma coisa nem outra, que não se decide ave, réptil ou mamífero.

Um estudo publicado na prestigiada revista *Nature*⁷⁵ gerou pela primeira vez um mapa total do genoma do ornitorrinco, e comprovou que ele possui simultaneamente genes de mamífero, aves e répteis. O que esperar deste animal que tem olhos de toupeira, bico e nadadeiras de pato, rabo de castor, é venenoso, amamenta, bota ovo, brilha no escuro e possui 10 cromossomos sexuais? Nos parece um **claro indício de que a gambiarra pode ser encontrada até no processo evolutivo das espécies**. E para não dizer que fomos os únicos a fazer a correlação entre o ornitorrinco e a gambiarra...

⁷⁴ O ornitorrinco (*Ornithorhynchus anatinus*) é um animal exótico encontrado na Austrália, considerado um mamífero semiaquático e ovíparo. Ele possui características que lembram os répteis as aves (bota ovos, possui hábito semiaquático e possui uma estrutura semelhante a um bico, além de possuir nadadeiras), no entanto é considerado um mamífero, por possuir glândulas mamárias (no entanto, as fêmeas não possuem mamilo e seus filhotes bebem o leite que sai dos poros da barriga da mãe). Disponível em: <https://www.biologianet.com/biodiversidade/ornitorrinco.htm> Acesso em 06 mai. 2022.

⁷⁵ ZHOU, Y., SHEARWIN-WHYATT, L., LI, J. et al. Platypus and echidna genomes reveal mammalian biology and evolution. In. *Nature* 592, 756–762 (2021).

7 coisas que na verdade são gambiarras

4 — Ornitorrinco

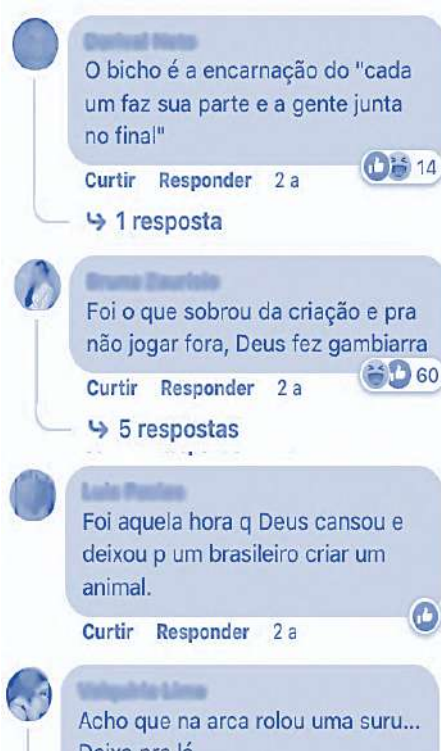
O problema: Durante o processo de criação, Deus estava sendo pressionado pela Dercy para atingir logo a meta de criação de animais. Além disso o todo poderoso já estava de saco cheio e pensando em tirar um dia de folga.

Quanto ao projeto de desenvolvimento, provavelmente Deus tinha uma quota de projetos de animais e o prazo estava se esgotando e ele acabou delegando a Angus Macgyver resolver este problema. Nosso herói chegou, olhou as coisas e viu que havia sobrado algum material da construção dos outros animais e para evitar o desperdício, ele criou o ornitorrinco.



FIG. 45: MEME QUE RELACIONA AS CARACTERÍSTICAS DO ORNITORRINCO COM A GAMBIARRA. FONTE: MEDIUM.COM

FIG. 46: COMENTÁRIOS EM UMA REDE SOCIAL SOBRE O ORNITORRINCO. FONTE: WWW.FACEBOOK.COM/BIOLOGIAMAPASMENTAIS



Brincadeiras à parte, constatamos que os pares de oposição convencionais – tais como subalternos/hegemônicos, atrasados/modernos – não são capazes de explicitar a complexidade da elaboração das identidades coletivas no país. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928), de Mário de Andrade, representa uma alegoria da busca por uma identidade cultural brasileira, ainda tão jovem e contraditória. Macunaíma figura “um símbolo risível do homem nacional” (SANCHES NETO, 2019, p.8), individualista e preguiçoso, suas ações são fruto de uma amálgama de malandragem, egoísmo, vingança e inocência. Sua personalidade, como uma caricatura do próprio país, se constrói por fragmentos: **ele se adapta conforme a necessidade imediata e tudo absorve**, “das culturas urbanas às práticas religiosas africanas” (p.10). Para Roberto DaMatta (1997[1979], p.263), Macunaíma representa a persona do malandro, que utiliza de artimanhas para burlar as regras formais e relativizar as “leis, regulamentos, códigos e moralidades que sufocam o indivíduo sem berço no jugo do trabalho e servem para perpetuar as injustiças sociais”. Assim, embora haja “uma crítica ao caráter nacional nestes retratos risíveis, há também uma aceitação pelo humor daquilo que somos” (SANCHES NETO, 2019, p.11-12).

Talvez por isso preferimos nos aferrar, igualmente, à ideia de que **a plasticidade e a espontaneidade fariam parte das nossas práticas** e formariam um ethos nacional. A concordar com esse bordão, **seríamos o país do improviso que dá certo**, e também por aí se explicaria o provérbio (que mal esconde a certeza) “Deus é brasileiro”. E dá-lhe mandinga, toda sorte de promessas, preces e rezas que, mais uma vez, misturam crenças na hora de apostar no milagre (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.14, GRIFO NOSSO).

Nesse emaranhado de sentimentos em relação ao *país do improviso que dá certo*, temos que as manifestações populares vindas das favelas e periferias urbanas são ora valorizadas como um autêntico produto nacional e ora criminalizadas como algo a ser banido. Um exemplo marcante dessa ambiguidade pode ser observado em relação às práticas culturais produzidas e consumidas pela comunidade pobre e negra, como é o caso do funk. Quando a ginasta Rebeca Andrade foi medalhista

olímpica em 2021 com o solo de ginástica artística ao som das batidas de *Baile de Favela* (Mc João, 2015), o ritmo foi exaltado como sinônimo de brasilidade, alegria, sensualidade e valorização da cultura periférica (FIG. 47). No entanto, como demonstram autores como Renata Souza (2017) e Danilo Cymrot (2022), a cultura do funk é comumente associada à violência e à hipersexualização, e os frequentadores dos bailes são alvo constante de repressão policial e legislações proibitivas (FIG. 48).



FIG. 47: A FAVELA, O FUNK E A BRASILIDADE VALORIZADAS A PARTIR DA CONQUISTA DE REBECA ANDRADE NAS OLIMPÍADAS DE TÓQUIO EM 2021. FONTE: A) CHARGE DE ZÉ DA SILVA / WWW.NSCTOTAL.COM.BR; B) CHARGE DE EMERSON COE / DOL.COM.BR; C) XICO SÁ PARA BRASIL.ELPAIS.COM

ENTREVISTA

‘Gambiarras jurídicas são usadas para criminalizar o funk’

Fredy Alexandrakis 12 de jun de 2022 (atualizado 12/06/2022 às 01h59)

Pesquisador e autor de livro sobre o tema, Danilo Cymrot fala ao ‘Nexo’ sobre a complicada relação do Estado brasileiro com o gênero musical, mesmo com sua popularidade massiva

FIG. 48: MATÉRIA SOBRE GAMBIARRAS JURÍDICAS VISANDO A CRIMINALIZAÇÃO DE BAILES FUNK NAS PERIFERIAS. FONTE: NEXOJORNAL.COM.BR (2022)

ESPECULAÇÕES SOBRE A GÊNESE DA GAMBIARRA URBANA NO BRASIL

Em *Raízes do Brasil* (1995[1936]), Sérgio Buarque de Holanda apresenta uma reflexão sociológica sobre os principais elementos formadores do Brasil e nos fornece algumas pistas para especularmos sobre a gênese da prática da gambiarra no país. Sua interpretação da formação brasileira analisa questões espaciais do processo de colonização e urbanização às quais parecem indicar que as maneiras de fazer da gambiarra parecem ter fincado raízes já no início da exploração lusitana em terras pindoramas.

Na análise do sociólogo e historiador, os processos de colonização português e espanhol nas Américas produziram resultados muito distintos. No caso português, o autor defende que as cidades foram implantadas acompanhando a topografia, sem planos previamente definidos e que demonstram uma capacidade de adaptação às circunstâncias muito diversa da experiência espanhola. Para ele, o processo

de colonização portuguesa nos trópicos “não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional” (p.33), mas ocorreu “por **experiências sucessivas, nem sempre coordenadas** umas às outras” (p.109, GRIFO NOSSO) e que resultaram em cidades muito mais orgânicas do que àquelas oriundas da colonização espanhola.

No entanto, essa visão sobre a inexistência de planejamento nas cidades de matriz portuguesa foi refutada por alguns estudos subsequentes. Dentre esses, citamos a tese de Flávio Ferreira (2006, p.108), que alega que os objetivos da colonização espanhola e portuguesa nas Américas eram basicamente os mesmos: “controlar, explorar e depois expandir o território”, muito embora as políticas para alcançar tais objetivos se diferenciavam bastante: “No lado Espanhol desde os primeiros tempos controlar o território significava controlar a densa e civilizada população nativa, e no lado português significava, sobretudo, controlar as fronteiras e entradas de um território percebido como vazio”.

Em relação ao processo de colonização espanhola, os dois autores parecem concordar a respeito do esforço espanhol em ordenar e dominar o novo mundo conquistado⁷⁶. Ferreira afirma que os espanhóis tinham pressa em demonstrar com veemência aos povos nativos a supremacia de sua cultura, e para tanto, alega que o traçado em xadrez das cidades remetia à facilidade de sua demarcação e agilidade de ocupação, em função de ataques inimigos e também para facilitar o controle e monitoramento pela Coroa espanhola. Também Buarque de Holanda destaca que o desejo de ordenação das cidades hispânicas fica evidente nos planos regulares e nos traçados retilíneos dos centros urbanos implantados⁷⁷, nos quais a povoação partia sempre de um centro, representado pela Praça Maior, a qual servia de referência para o plano da rede urbana. Os arruamentos não se deixavam modelar pela sinuosidade da paisagem e prevalecia sempre o traçado geométrico, que exprimia a vontade humana em direção a um fim previsto e eleito, controlado por uma abundante legislação que coibia qualquer ruptura no tecido urbano: “**no plano das cidades hispano-americanas**, o que se exprime é a ideia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de **que a história não somente “acontece”, mas também pode ser dirigida e até fabricada**” (HOLANDA, p.97-8, GRIFO NOSSO).

Já em relação ao processo de colonização português, os dois autores apresentam visões distintas e que serão cotejadas a seguir. Holanda aponta que os lusitanos queriam obter o máximo de vantagem do novo continente com o mínimo esforço possível, não sendo conveniente para tanto a realização de grandes obras que acarretassem altas despesas e que não produzissem benefícios imediatos para o Reino, tendo em vista que a colônia era tida como “simples lugar de passagem” (p.99). Dessa forma, de maneira geral, prevaleceu a irregularidade do traçado nos núcleos urbanos, com as casas dispostas de acordo com a condição topográfica ou pelo capricho e vontade dos moradores.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. **Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência**, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” — palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, 1995[1936], p.110, GRIFO NOSSO).

⁷⁶ Fazemos a ressalva que não se pretende declarar que qualquer uma dessas matrizes seja superior ou mais bem sucedida que a outra. Como já fartamente demonstrado na literatura decolonial, ambas partiram de um projeto de colonialidade perverso e que implicou em estruturas de dominação e massacre dos povos originários, cujas consequências perduram até os tempos atuais.

⁷⁷ Ver também a análise de Lefebvre (2006[1974], p.214-5), na qual ele evidencia que o traçado geométrico das cidades hispânicas na América Latina “permite a extorsão, a pilhagem, em proveito da acumulação na Europa Ocidental; pelas malhas da rede se vai longe a riqueza produzida”. Para o filósofo, a fundação de tais cidades “em um império colonial acompanhou a produção de um imenso espaço, a América Latina”.

Para Holanda, esse “desleixo”, esse “deixa estar” estaria associado justamente à ideia de deixar a história acontecer, a uma aceitação da vida como ela é e a um certo realismo pragmático que culminaria em um relaxamento de certas normas formais e códigos de posturas que demandassem muito esforço para serem cumpridos. Dessa maneira, o espírito da dominação portuguesa no Brasil:

renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que **cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão** (HOLANDA, 1995[1936], p.95, GRIFO NOSSO).

Já Flávio Ferreira, ao analisar o processo de construção das cidades coloniais mineiras, se contrapõe à visão de Holanda, ao qual ele questiona: “como foram construídas as cidades mineiras antigas: **seriam elas "espontâneas", "não planejadas", irregulares, desordenadas ou foram projetadas?**” (2006, p.74, GRIFO NOSSO). Ferreira refuta o argumento de que as cidades brasileiras ditas orgânicas são fruto do desleixo e da ausência de regras urbanísticas e da falta de um projeto definido. Seus principais argumentos residem em afirmar que, ao contrário do senso comum, “as cidades brasileiras têm padrões urbanísticos tão bem definidos e planos urbanos tão ‘racionais’ quanto as cidades espanholas” (p.75).

Na sua leitura, no caso da ocupação portuguesa não havia a necessidade de competir com os nativos, e não havia, portanto, pressa em ocupar. Portugal identificou que a maneira mais econômica de se controlar o território tido como “vazio” seria monitorar suas “portas”, ou seja, ocupar os portos naturais de entrada pelo litoral, ali fundando cidades, para só depois adentrar para o interior do continente. Sobre “a silhueta que se enlaça com a paisagem”, Ferreira aponta que a implantação das cidades orgânicas e que acompanhavam a topografia era “parte da solução, e não parte do problema” (p.56), tendo em vista que “a forma da cidade podia ser pensada com tempo e ser estudada para se adaptar lenta e cuidadosamente à complexa topografia de seu sítio” (p.123).

Alega ainda que, embora não houvesse nas cidades coloniais um “projeto totalmente definido *a priori*”, havia um “*processo de projeto*” (p.123). Por “processo de projeto” Ferreira aponta um projeto urbano “não previamente desenhado por técnicos”, mas a partir de um conjunto de decisões interligadas e implementadas aos poucos e que “demonstravam um profundo conhecimento do sítio e da população residente” (p.224).

Quem projetou e construiu a cidade mineira orgânica **não foram arquitetos ou engenheiros, mas leigos**. Entretanto, as decisões sobre a forma da cidade eram tomadas por órgão formal de poder, a câmara, que se estruturava logo após a fundação da cidade e que era constituída também por leigos. Assim **leigos decidiam sobre o projeto, leigos projetavam direto no chão as cidades, mas dentro de uma ordem política organizada formalmente**. Em outras palavras, **as decisões eram leigas, mas não informais**. A cidade antiga mineira não é uma cidade informal (FERREIRA, 2006, p.88-89, GRIFO NOSSO).

Cabe aqui uma observação atenta do que Ferreira entende por “projeto” e que diz muito sobre o argumento central de sua tese. O autor afirma que “nada se constrói sem que se saiba antes o que se vai construir. **Esse ‘saber antes’ é projeto mesmo que não documentado em desenhos e textos**” (p.81, GRIFO NOSSO). Nesse raciocínio, a noção de projeto por ele apresentada não se restringe ao projeto tal como concebido na modernidade. Para Ferreira uma cidade pode ser considerada **projetada** se seguir as seguintes características⁷⁸:

(a) baseado em **ideias e valores da comunidade** que vai habitar a cidade ou já a habita; (b) o entendimento do lugar é feito através de longas vivências prévias no sítio e através da observação direta, (c) é **projetada por membros da comunidade, mesmo que “leigos”**, ou pelo menos com sua participação, em longo espaço de tempo; (d) todas as **decisões do projeto são tomadas no sítio, pouco a pouco, pedaço por pedaço** [...] (e) é marcada

⁷⁸ Ferreira utiliza como principal base teórica para este entendimento de “projeto” os trabalhos de Christopher Alexander, em especial *A Pattern Language* (1977) e *A New Theory of Urban Design* (1987).

fase por fase, **diretamente no chão**, sendo assim muitas vezes **dispensável a feitura de desenhos técnicos**; (f) é **construída também devagar, pouco a pouco, pedaço por pedaço**, onde cada etapa se inicia quando a anterior já está quase consolidada; (g) é construída por pessoas físicas, ou por pequenas instituições, públicas ou privadas, locais. (FERREIRA, 2006, p.82, GRIFO NOSSO).

Ante o exposto, constatamos que a ideia de projeto exposta acima se aproxima mais dos processos de autoconstrução do que do procedimento formal de projeto, tal como ocorre na cadeia produtiva hegemônica e heterônoma. Após essa análise, percebemos que a tese de Ferreira **não contradiz tão fortemente os argumentos de Buarque de Holanda**, como se poderia supor. Na verdade, trata-se de matrizes conceituais distintas do que pode ou não ser considerado “planejado” ou “não planejado”. Enquanto Sergio Buarque de Holanda apresenta uma visão mais tradicional de crescimento orgânico e padrões formalizados de crescimentos das cidades, Flávio Ferreira apresenta uma visão mais ampliada do que faria uma cidade ser considerada “projetada”.

Para além das questões referentes ao padrão de ocupação na condução da colonização portuguesa e espanhola, podemos salientar a discrepância no que concerne à ênfase dada à educação superior pelos dois países. Enquanto a administração colonial lusitana não permitia a criação de universidades no Brasil (as escolas superiores só foram admitidas depois da chegada da Corte em 1808), na América espanhola foram criadas ao menos 23 universidades, que formaram por volta de 150 mil pessoas no período colonial (CARVALHO, 2002, p.23). Observamos assim, desde a chegada das caravelas de Cabral em nossas terras, que os interesses imediatos, relacionados à exploração comercial do novo continente e às conveniências particulares se suplantaram aos interesses de construção de um projeto de nação.

Um ponto marcante e que merece destaque na matriz colonial portuguesa diz respeito à construção do mito de uma conquista sem violência, de um encontro “pacífico” entre os portugueses e os povos originários que aqui habitavam. O mito do “bom selvagem”, como se verá na sequência, reforça a construção da ideia (que perdura até os tempos atuais) de que o Brasil seria uma nação marcada pela cordialidade e pela ausência de conflito (SCHWARCZ E STARLING, 2015). Para além desse mito, a experiência colonial demarcou a superioridade epistêmica, racial, religiosa do homem branco europeu, subjugando as populações indígenas, e posteriormente africanas, à racionalidade eurocêntrica, provocando o rebaixamento dos modos, tradições e práticas tidos como atrasados e primitivos. Michel Laguerre, em *The Informal City* (1994), demonstra que esse processo vai ser refletir posteriormente na dicotomia formal/informal, tendo em vista que:

A experiência colonial converteu as instituições nativas em informais, instituições subjugadas cuja existência estava agora vinculada às instituições formais da colônia e, mais tarde, do Estado. Aqui vemos a ideia de que uma instituição informal é definida como tal, não pelos nativos, mas pelo poder conquistador. A informalidade surge aqui por meio de um ato de agressão e marginalização (LAGUERRE, 1994, p.13, TRADUÇÃO NOSSA).

Observamos assim, que as marcas da colonização são duradouras, e atravessam mais de quinhentos anos de história. Para José Murilo de Carvalho (2002) em três séculos de colonização – de 1500 até a independência do Brasil em 1822 – os portugueses construíram um país “dotado de unidade territorial, linguística, cultura e religiosa”, mas também “uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista” (p.18). Entre os dois extremos da população – negros escravizados em uma ponta e os grandes latifundiários em outra, – havia uma população legalmente livre, mas que na prática não tinha direitos civis ou acesso à educação, e dependia dos grandes proprietários para sobreviver.

Diante dessa estrutura, não se pode falar em cidadania até este momento, tendo em conta que a justiça atuava como mero instrumento de poder pessoal, e mesmo “o poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas” (p.21). O poder do Estado e o poder privado dos latifundiários eram marcados pela convivência e dependência mútua, fazendo com que entre eles houvesse mais conluio do que

conflito. A expressão “Para os amigos, tudo; para os inimigos, a lei” demonstra o valor que era dado a justiça, como algo a ser usado em benefício próprio. Para o sociólogo, em decorrência disso “não existia de verdade um poder que pudesse ser chamado de público, isto é, que pudesse ser a garantia da igualdade de todos perante a lei, que pudesse ser a garantia dos direitos civis” (CARVALHO, 2002, p.22).

Mesmo com a independência em 1822 e com a Proclamação da República em 1889 não houve mudanças significativas neste panorama. O processo de independência foi marcado por uma negociação entre a elite nacional e a coroa portuguesa, intermediados pela Inglaterra, e buscou uma transição conciliadora e que não gerasse grandes impactos na ordem social vigente. A Primeira República (1889-1930), apesar da introdução da descentralização dos votos, se deu sobretudo pela barganha política do voto, e pela aliança das oligarquias locais com os presidentes dos estados e desses com o presidente da República. Imperava a política do coronelismo, e, nesse bojo, a população pobre dependia das relações de favor dos coronéis para sobreviver. O *favor*, “essa sorte de **moeda nacional e de larga circulação interna**” e que leva a “um inflacionamento dos poderes pessoais e privados em detrimento da esfera oficial e pública” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.496) assume o status de mediador das relações sociais:

A dominação exercida pelos coronéis incluía esses aspectos paternalistas que lhe davam alguma legitimidade. Por mais desigual que fosse a relação entre coronel e trabalhador, existia um mínimo de reciprocidade. Em troca do trabalho e da lealdade, o trabalhador recebia proteção contra a polícia e assistência em momentos de necessidade. Havia um entendimento implícito a respeito dessas obrigações mútuas. Esse lado das relações mascarava a exploração do trabalhador e ajuda a explicar a durabilidade do poder dos coronéis (CARVALHO, 2002, p.64).

Constatamos, por esta breve recapitulação, que, desde a colonização, a fluidez das fronteiras entre público e privado e entre interesse de classe e interesse coletivo se constitui numa marca da formação social e da cultura política brasileira. Por aqui, o privado, associado sobretudo à família de matriz patriarcal, se vale de princípios particularistas e atua como “a agência principal de coordenação da vida social, através de cuja práxis o privado foi se estendendo ao público, identificado ao Estado, modificando-lhe o sentido quiçá originalmente pretendido” (BOTELHO, 2012, p.50). Assim, mais do que uma simples mistura, há uma sobreposição do privado sobre o público, que pode ser identificada desde as políticas públicas criadas para atender certos interesses particulares, “até os aparentemente ingênuos atos de “furar” uma fila”. Esses exemplos, com diferentes graus de responsabilidade e consequência, “exprimem, em comum, um conjunto de práticas e de valores que dão significado à vida coletiva, revelando pressupostos nos quais os atores baseiam seu comportamento cotidiano em relação às instituições e à vida política” (BOTELHO, 2012, p.51).

Esse legado do nosso passado colonial e patriarcal, fortemente ancorado em relações sociais pessoais e conciliatórias, nos auxilia a compreender as bases do chamado “jeitinho brasileiro” e da figura do “homem cordial”⁷⁹, expressão cunhada por Ribeiro Couto e resgatada por Buarque de Holanda (1995[1936]). Para o autor, a *cordialidade* é uma forma de sociabilidade que transpõe para o mundo público as práticas e valores concernentes ao mundo do privado, e representa um traço definidor do caráter brasileiro, que prioriza seu círculo imediato e as formas de ordenação baseadas na pessoalidade. Cláudio Ribeiro (2014) propõe uma ampliação do entendimento do conceito para outras esferas, sendo possível extrapolar para uma leitura espacial, que culmina na “produção do espaço cordial” (p.5). Para ele, o conceito de cordialidade revela a incapacidade histórica do país em lidar com o conflito e com a impessoalidade, e resulta na negação de qualquer tipo de ruptura em prol da “conciliação dos tempos do passado e do presente rumo a um futuro certo: sua modernização via industrialização” (p.1).

⁷⁹ Sergio Buarque (*ibid.*, p.146) atribui o termo “homem cordial” a expressão cunhada pelo escritor Ribeiro Couto, fazendo a ressalva que a sua interpretação de *cordialidade* não está relacionada à *bondade*, ou apenas a sentimentos positivos. Para uma leitura do conceito a partir do pensamento urbano ver Cláudio Ribeiro (2014).

Observamos que o conceito da *cordialidade brasileira* é vasto em matizes e interpretações. O movimento moderno da década de 1920, por exemplo, apresentou uma leitura diversa daquela expressa por Sergio Buarque de Holanda. Oswald de Andrade, no *Manifesto Antropófago* (1928) e posteriormente no ensaio *Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial*⁸⁰ (1970[1959]), via na cordialidade um traço primitivo das culturas dos povos indígenas, que garantia a solidariedade e a sobrevivência ao reforçar os laços da família, do clã e da comunidade de forma mais ampla (PERES, 2014). Oswald propunha uma superação do sentimento de inferioridade diante da cultura europeia, e indicava a valorização de nossas *raízes primitivas*. A antropofagia – recuperando a mitologia de indígenas brasileiros que devoravam seus oponentes e acreditavam estar assim assimilando suas qualidades – propunha atuar por meio da “deglutição” de culturas europeias, indígenas e afro-brasileiras, assimilando de forma seletiva as qualidades e valores e descartando aquilo que não tinha serventia, para criar uma identidade própria e original.

A respeito do Manifesto Antropófago, Paola Jacques (2020) chama atenção para a falta de interesse dos estudos decoloniais latino-americanos pelo pensamento antropófago brasileiro na década de 1920 e pela sua atualização pelo movimento tropicalista da década de 1960. Segundo ela, a principal razão para esse menosprezo aparenta ser o fato de se tratar de manifestações nascidas no âmago da modernidade, não se encaixando nas principais críticas do giro decolonial em relação ao binômio *modernidade/colonialidade*.

A proposta tinha como pressuposto uma radical devoração do Outro (dos vários Outros), de suas ideias. Trata-se de uma forma de alteridade antropofágica, que devora qualquer forma de “identidade” única, de territorialidade fixa, uma devoração crítica das imposições ou padronizações (JACQUES, 2020, p.114).

Seguindo este fio, podemos nos indagar se não seria também **a gambiara uma espécie de antropofagia**, considerando que aquele que a pratica deglute aquilo que lhe interessa dos objetos e componentes materiais para a criação de uma coisa “outra” que suplanta as necessidades não atendidas pela forma e concepção original do objeto.

Canibalizar costumes, desafiar convenções, enviesar supostos, é ainda uma característica local, um ritual de insubordinação e de não conformismo que, quiçá, nos distingue ou, ao menos, mantém acesa a boa utopia, que é sempre bom admirar e guardar (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.16).

Contudo, há que se atentar para que a deglutição de culturas não recaia sob o **mito da miscigenação**, geralmente valorizado como “uma espécie de representação nacional” composta por uma rica união de “ritmos, artes, esportes, aromas, culinárias e literaturas mistas” (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.12). Fundamental atentar que tal miscigenação se consolidou por meio de práticas extremamente violentas, sobretudo pelo massacre das populações indígenas e pela introdução forçada de negros africanos escravizados. Nesse sentido, nossa história **“é mestiça porque prevê não só mistura mas clara separação”** (p.11, GRIFO NOSSO).

Ao longo desta sessão buscamos empreender um percurso por fragmentos da história do país, desde a chegada dos portugueses até o final da Primeira República, no qual podemos assumir que haja mandinga, reza brava e gambiarra para tentar remendar a nossa esgarçada e frágil democracia... Há duzentos anos o Brasil declarava sua “independência”, enquanto a grande maioria da população restava excluída dos seus direitos civis e políticos básicos, imersa em estruturas arcaicas de dominação e sobrevivendo às custas de favores. Trazendo para os tempos atuais, percebemos que, embora tenham ocorrido avanços, a população pobre urbana continua marcada pela privação de direitos e por imensas

⁸⁰ “Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial”. Este texto foi incluído na coleção Obras Completas de Oswald de Andrade: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias, da editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

desigualdades sociais, territoriais e econômicas. Para compreender como esse contexto se manifesta historicamente na produção do espaço urbano brasileiro, exploramos a seguir alguns apontamentos relativos ao desenvolvimento da noção de cidadania em sua estreita relação com a cidade.

3.2. CIDADE E CIDADANIA NO BRASIL

A origem da palavra *cidadania* vem do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Assim, cidadão é aquele que pertence à cidade e nela exerce plenamente seus direitos e seus deveres, havendo, portanto, uma forte relação entre cidadania e território. No contexto brasileiro, experimentamos severas desigualdades territoriais que implicam na distinção entre “categorias” de cidadãos. Milton Santos, no livro *O espaço do cidadão* (1987), aponta ser impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial e indica que no país “há cidadãos de classes diversas; há os que são mais cidadãos, os que são menos cidadãos e os que nem mesmo ainda o são” (p.87).

Em direção semelhante, José Murilo de Carvalho, no livro *Cidadania no Brasil: o longo caminho* (2002), afirma que o ideal ocidental de uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos – apesar de inatingível – serve de parâmetro para a compreensão da cidadania em cada contexto e em cada momento histórico. O autor estrutura sua concepção nas proposições de Marshall (1967), que entende que a cidadania se desdobra no tripé: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais⁸¹. Nessa apreensão, o **cidadão pleno** seria aquele titular dos três direitos; o **cidadão incompleto** seria aquele que goza de apenas alguns desses direitos e o **não cidadão** seria aquele que não se beneficia de nenhum dos três.

No contexto histórico brasileiro, o sociólogo conclui que houve uma completa inversão da sequência lógica de conquistas dos três direitos, tal como descrita por Marshall no caso da Inglaterra⁸². Na sequência inglesa, primeiro foram conquistados os direitos civis, e, assentado no exercício das liberdades civis, os ingleses reivindicaram o direito de votar e de participar do governo. Tal participação “permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais” (p.11). A única exceção nessa sequência foi a introdução da educação popular, tida como direito social, mas fundamental para que a população tivesse conhecimento de seus direitos e se organizasse para lutar por eles.



FIG. 49: DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA DE CONQUISTA DE DIREITOS NA INGLATERRA E NO BRASIL FONTE: AUTORA (2021)

⁸¹ Os **direitos civis** se referem aos direitos fundamentais à liberdade individual e são baseados na existência de uma justiça independente e acessível a todos. Os **direitos políticos** se referem ao direito de participação do cidadão no governo e na política, seja como membro ou eleitor. Por fim, os **direitos sociais** se referem à ideia de justiça social e à garantia de direitos mínimos de bem-estar e segurança na vida em sociedade – tais como direito à educação, ao trabalho e salário justo, à saúde, entre outros (MARSHAL, 1967).

⁸² Segundo Marshall (1967) na Inglaterra primeiro vieram os direitos civis no século XVIII; depois os direitos políticos no século XIX e, finalmente, os direitos sociais no século XX. Segundo o autor, essa sequência não é apenas cronológica, mas sobretudo, lógica.

Na trajetória brasileira, a inversão dessa sequência trouxe consequências perversas para o exercício da cidadania, como será demonstrado sinteticamente a seguir, de acordo com a divisão por períodos históricos proposta por Carvalho (2002).

O **primeiro período** corresponde a Era Vargas (1930-1945)⁸³, quando houve o predomínio dos direitos sociais, alcançados por instrumentos como a Constituição de 1934, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a criação do sistema previdenciário. Contudo, o período foi marcado também pela supressão dos direitos políticos e pela redução dos direitos civis. O Estado de Vargas, para James Holston (2008), suprimiu sistematicamente o desenvolvimento de uma esfera pública heterogênea na qual práticas alternativas de cidadania pudessem florescer:

A constituição de 1937, que coroou o Estado Novo, dividia a população do Brasil entre os que trabalhavam e os que não trabalhavam, situando os que não trabalhavam nas margens morais da sociedade e excluindo-os categoricamente do único tipo de direitos de cidadania que os brasileiros podiam exercer de forma realista na época. Assim, **criou um novo constructo de exclusão e marginalidade sociais** (HOLSTON, 2008, p.264, GRIFO NOSSO).

Não obstante Vargas ter sacrificado os direitos civis, a priorização dos direitos sociais encontrou terreno fértil na população, consagrando o populismo e consolidando a sua imagem de “pai dos pobres”. O populismo criava uma **relação ambígua entre os cidadãos e o Estado**, resultando em uma **cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora”** (CARVALHO, 2002, p.126, GRIFO NOSSO).

O **segundo período** inicia com a deposição de Vargas em 1945, quando foram convocadas eleições presidenciais e legislativas, e promulgada uma nova constituição em 1946 – momento em que o país teve sua primeira experiência democrática, com a extensão do voto aos cidadãos maiores de 18 anos, porém ainda excluindo os analfabetos que correspondiam a mais de 50% da população. Um marco nesse período foi o governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961, marcado pela sua política econômica desenvolvimentista e pela construção de Brasília como nova capital do país. Apesar de todas as limitações, a participação da sociedade cresceu significativamente neste período, com um lento e progressivo amadurecimento democrático, caracterizando o predomínio dos direitos políticos, que durou até 1964, com o início do regime militar.

O **terceiro período** corresponde à ditadura militar (1964-1985), no qual os direitos civis e políticos foram severamente restringidos pela repressão e violência. Todas as instituições e expressões de cidadania foram controladas, tendo como efeito **“drenar o interesse popular da esfera pública militarizada, fraturar organizações civis, obstruir a centralização de conflitos e mobilizações e contaminar as relações públicas com o medo e a desconfiança”** (HOLSTON, 2008, p.319, GRIFO NOSSO). Contudo, ao passo que promovia o cerceamento de tais direitos, o governo militar investia na expansão dos direitos sociais (tal como no Estado Novo de Vargas) com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social em 1966 e do Fundo de Assistência Rural em 1971, que incluía os trabalhadores rurais na previdência. Passado o período mais duro da ditadura, houve, a partir de 1974, uma gradual reabertura e flexibilização do sistema repressivo, com o fim da censura prévia e a revogação dos Atos Institucionais, o que permitiu o crescimento dos movimentos sociais urbanos, a mobilização sindical e a realização de grandes greves pelo país. O término do período foi marcado pela mobilização popular de proporções inéditas na história brasileira, com a campanha pelas eleições diretas em 1984.

O **quarto período**, conhecido como Nova República, teve início em 1985, embalado “pelo entusiasmo das grandes demonstrações cívicas em favor das eleições diretas” (CARVALHO, 2002, p.200), quando o

⁸³ A esse respeito Holston (2008) coloca que a Era Vargas criou uma cidadania patrocinada pelo Estado, que impossibilitava quaisquer formas alternativas de organização autônoma da classe trabalhadora. Além disso, perpetuou a ideia da desigualdade includente, na medida em que excluía todos os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos autônomos, as domésticas e aqueles cujas ocupações não tivessem sido regulamentadas por lei e que não dispusessem do contrato legal de trabalho.

hino e a bandeira nacional foram recuperados e revalorizados como símbolos cívicos. Representou a retomada dos direitos políticos no país, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, apelidada de *Constituição Cidadã*. No entanto, logo ficou evidente que as velhas práticas políticas estavam de volta e que **“a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia a dia que mais afligem o grosso da população”** (p.203, GRIFO NOSSO). Sendo assim, os direitos sociais continuaram beneficiando apenas uma pequena parcela da população, com a persistência das grandes desigualdades e dos graves problemas sobretudo na educação, nos serviços de saúde e saneamento.

O fim do período militar em 1985 e a promulgação da Constituição Federal em 1988 são marcos importantes para a consolidação da cidadania no país, representando enormes conquistas e avanços, como o direito ao voto, à manifestação do livre pensamento e a ampliação dos direitos sociais. No entanto, passados mais de 40 anos desde a sua promulgação, problemas centrais de nossa sociedade permanecem sem solução ou se agravam, marcados por desvios e retrocessos no percurso.

Na análise de Carvalho (2002, p.221), a principal consequência da inversão da sequência de direitos ocorrida no Brasil foi o que ele denomina de **“estadania”**, em contraste com a cidadania. Ou seja, uma excessiva valorização do Poder Executivo, na qual o “Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores”. Nesse prisma, a ação política é “orientada para a negociação direta com o governo, sem passar pela mediação da representação” e centra-se a busca na figura de “um messias político, por um salvador da pátria” [vide a eleição de Jair MESSIAS Bolsonaro em 2019].

Em oposição à grande valorização do poder executivo, observa-se a desvalorização do poder legislativo, havendo um “desprestígio generalizado dos políticos perante a população” (p.222), especialmente quando se refere aos vereadores, deputados e senadores. Além disso, o autor destaca que a inversão favoreceu uma visão corporativista das classes trabalhadoras, na qual **“a sociedade passou a se organizar para garantir os direitos e os privilégios distribuídos pelo Estado”** (p.223, GRIFO NOSSO). Essa organização corporativista se reflete ainda hoje na ausência de uma ampla organização autônoma da sociedade. A globalização e o liberalismo econômico adicionaram complicações suplementares para a construção da cidadania, tendo em vista **“a redução do papel central do Estado como fonte de direitos e como arena de participação, e o deslocamento da nação como principal fonte de identidade coletiva”** (p.225, GRIFO NOSSO). A supremacia do mercado como regulador da vida econômica e social reforça o desenvolvimento da cultura do consumo e torna o cidadão “cada vez mais um consumidor, afastado de preocupações com a política e com os problemas coletivos” (p.226).

Milton Santos (2013[1987]) também faz uma correlação entre a falta de cidadania no Brasil e o processo de urbanização fundado no consumo, no qual o dinheiro se torna a medida da vida social. Como consequência, “no caso brasileiro, em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*” (p.88). Nessa condição, o geógrafo constata a existência de uma ***cidadania mutilada e subalternizada***, que repercute em diversos prejuízos ao país – desde a retirada dos direitos civis, às manipulações eleitorais para manobrar a vontade popular, até o abandono de cada um à sua própria sorte. Somados a esses fatores, a constância e a longevidade dessas práticas atuam como anestésiantes para a sociedade, que acaba se habituando e normalizando a sua práxis.

Para Holston (2008), a cidadania no Brasil se constitui num “mecanismo de distribuição de desigualdade” (p.23), no qual os privilégios são legalizados e as desigualdades legitimadas. O autor denomina esse processo de ***cidadania diferenciada***, ao passo em que proporciona tratamentos distintos para os “diferentes tipos de cidadãos” com base em qualificações sociais e em critérios como “educação, propriedade, raça, gênero e ocupação” (p.22). Nesse sentido, argumenta que a legislação brasileira já nasce personalizada e reforça o paradigma da *cidadania diferenciada*, uma vez que trata “todos os indivíduos como iguais de acordo com distinções pessoais legalizadas” (p.41). Para o antropólogo, o paradigma da *cidadania diferenciada* no Brasil tem perdurado e prosperado sob todos os regimes de governo – desde o período colonial, Império, República, ditadura militar e mesmo na democracia

eleitoral. O autor identifica nas camadas populares brasileiras uma contradição entre a luta por dignidade e direitos e a manutenção de uma atitude de deferência e acomodação a respeito dos poderes estabelecidos.

No entanto, com o acelerado processo de urbanização na década de 1970, Holston reconhece no Brasil o surgimento de uma *cidadania insurgente*, que contrasta tanto com a cidadania social getulista quanto com a repressão da esfera pública imposta pela ditadura militar. Com o grande fluxo migratório do campo para as cidades, muitos trabalhadores foram compelidos a viver em condições precárias e ilegais nas áreas periféricas, tendo que se organizar para construir suas casas e a lutar pela provisão de serviços básicos. Esse processo de autoconstrução e conquistas urbanas ao longo de décadas fomentou a luta e a mobilização, tanto individual quanto coletiva, pela reivindicação de direitos e possibilitou o surgimento de uma nova prática **“de construtores da cidade e de sua cidadania desbravadora”** (p.24, GRIFO NOSSO).

O afloramento das insurgências nas periferias urbanas começa quando os moradores e as organizações dos bairros populares passam a vislumbrar suas demandas não apenas como necessidades práticas, mas como **direitos de cidadãos**, e passam a lutar politicamente pelos seus objetivos. Nessa conjuntura, os “temas de desigualdade e luta, segregação e inclusão, pobreza e melhorias, humilhação e afirmação” passaram a ser igualmente pessoais e políticos no cotidiano desses moradores (HOLSTON, 2008, p.216). Assim, a construção da cidadania urbana se deu pela urgência da sobrevivência da vida doméstica dos bairros periféricos, onde “longe dos olhos do Estado e dos empregadores” as classes populares podiam “reavaliar seus lugares pessoal e coletivo na sociedade brasileira” (HOLSTON, 2008, p.268).

Numa visão semelhante, Eliana Sousa Silva defende que a cidadania nos grupos populares subalternizados é construída na afirmação pela vivência cotidiana, na luta pelo acesso e manutenção de suas casas, serviços urbanos e equipamentos comunitários, na ocupação e resistência do direito de existir, como **“expressões profundas de uma cidadania em ato, em permanente (re) criação”** (SOUSA SILVA, 2015, p.119, GRIFO NOSSO). Nesse sentido, a urbanização autoconstruída nos territórios populares, com todas as suas contradições, afirma a urgência de que seus moradores sejam reconhecidos como cidadãos e que seus territórios sejam reconhecidos como espaços de cidadania. Ao passo que essas práticas autogestionárias se contrapõe à visão do Estado como o único provedor de acesso à direitos, elas também escancaram a distinção territorial de direito à cidade promovida pelo Estado.

Numa perspectiva política sobre a vinculação da construção da cidadania nos territórios periféricos, Jailson de Souza e Silva (2009) alega que, pelo fato das favelas sofrerem historicamente com baixos investimentos por parte do poder público, a **precariedade não é uma escolha**, mas uma consequência desse processo. Portanto, não estamos a tratar aqui da ausência do Estado, mas sim da diferenciação seletiva entre espaços de intervenção e espaços de abandono, reforçando a manutenção dos *espaçamentos cinzentos* entre ambos. Assim, os territórios populares, ao contrário do que diz o senso comum, não são “terras sem lei” – espaços desregulados e desordenados nos quais a produção do espaço se caracteriza pela completa espontaneidade e ausência de regras urbanas –, mas sim territórios marcados por uma manifestação singular e tácita dessas regras (LOBOSCO, 2014), que ocorrem nas brechas e fissuras do poder instituído. Assunto que será aprofundado na próxima seção a partir das contribuições do campo do direito urbanístico para o tema.

3.3. O DIREITO ACHADO NAS FAVELAS

Esta seção aporta as contribuições do campo do direito urbanístico denominado de *direito das favelas* e que se ocupa de investigar as especificidades do fenômeno jurídico e seus modos de operação e regulação nas dinâmicas internas das favelas. Sem pretender nos aprofundar na matéria, nos interessa abordar o tema do ponto de vista das suas repercussões e rebatimentos nas práticas espaciais desses territórios, dentre as quais podemos citar as especificidades dos processos de apropriação, uso e ocupação do solo, da regulação de espaços de uso comum e privativo e suas formas de administração

de conflitos. Para tanto, nos valem da consolidação sintetizada por Alex Ferreira Magalhães⁸⁴ (2009, 2010, 2023), que convoca nessa tradição: o *direito de Pasárgada* (SOUZA SANTOS, 1980) o *direito achado na rua* (SOUZA JUNIOR, 1988) e a *plasticidade na teoria contratual* (CAVALLAZZI, 1993).

No processo inicial constitutivo de favelas e bairros autoconstruídos costuma predominar a ocupação difusa e implantada pelos próprios moradores ou por loteadores clandestinos, que realizam uma série de intervenções físicas no espaço, sem que delas o Estado participe ativamente. O Estado – como *agente planejador* – costuma chegar *a posteriori* quando uma série de práticas e condutas espaciais e sociais já estão consolidadas no território. Esse fato implica numa série de tensionamentos e conflitos, especialmente sobre as formas de utilização, gestão e definição do que é constituído ou se constituirá como espaço de uso privativo, público ou coletivo, a partir da intervenção estatal. Nesse contexto, e dada a descontinuidade e fragilidade das ações de ordenamento do uso e ocupação do solo pelo poder público ao longo do tempo, são estabelecidas versões locais de poder, que se organizam e **ocupam as falhas e brechas não preenchidas pelo Estado**.

Dessa lacuna, vimos crescer o poder associativo de resistência e luta dos moradores, organizados ao redor das associações comunitárias, mas, também, o controle do solo urbano pelas organizações milicianas e/ou facções vinculadas ao tráfico de drogas. No caso da cidade do Rio de Janeiro, pesquisas como as de Ivan Kawahara (2023) e Marcella Araújo⁸⁵ (2022), demonstram que as milícias estão criando uma nova maneira de produzir e gerir a produção do espaço urbano:

Esse controle se dá de várias formas: em alguns lugares estamos falando de cobrança de taxas de segurança de moradores, em outros lugares são taxas sobre transações imobiliárias – taxas sobre contratos (mesmo que não registrados) de aluguel, transações de compra e venda – e, em alguns outros lugares da cidade, há também grupos milicianos que **têm suas próprias construtoras, imobiliárias e lojas de construção**. Então **são múltiplos mercados dominados e monopolizados pelas milícias, que criam uma nova ordem na cidade, uma nova maneira de produzi-la e geri-la** (ARAÚJO, 2022, GRIFO NOSSO).

Especialmente a partir da década de 1980 constatamos uma crescente substituição e transferência do tradicional papel catalisador das demandas e de resolução de conflitos das Associações de Moradores para os grupos criminosos. Segundo Junqueira e Rodrigues (1988, p.136 APUD MAGALHÃES, 2010, p.103, GRIFO NOSSO) as organizações vinculadas ao crime organizado exercem um papel **“tendencialmente desorganizador das redes de relações sociais enquanto formas associativas potenciais”**. Esses autores sustentam que, em termos práticos, a auto regulação nas favelas implica na entrega dessa população ao poder de fato da polícia e do crime organizado. Nacif et al. (2023) indicam que as ações coercitivas impostas pelo poder público (a exemplo das ações vinculadas à proibição de novas construções e acréscimos nas casas) culminou na diminuição do poder das associações de moradores de atuar na regulação do uso do solo e abriu espaço para que os grupos paraestatais interviessem diretamente na autorização e na produção imobiliária da favela.

Magalhães (2010; 2023) também identifica nos processos de urbanização de favelas pelo poder público a ocorrência de uma gradual deslegitimação das associações de moradores perante o Estado e perante a própria comunidade que as constituiu, desqualificando as formas tradicionais de organização dos moradores de favelas: “O Estado, que outrora fez das associações o mecanismo de reprodução da sua autoridade nas favelas, agora estaria ensaiando descartá-las, alijando-as do campo político das favelas” (p.536). No entanto, Magalhães (2010, p.106) entende que, embora tenha havido uma perda significativa de vigor dos “organismos de aglutinação coletiva” nas favelas, esses não foram inteiramente

⁸⁴ Alex Ferreira Magalhães é professor associado do IPPUR/UFRJ e coordenador do Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro (LEDUB).

⁸⁵ Marcella Araújo é professora adjunta do Departamento de Sociologia da UFRJ e coordenadora do Urbano – Laboratório de Estudos da Cidade (IFCS/UFRJ).

substituídos de maneira indistinta, sendo ainda possível **identificar práticas consensuais e dialogais justapostas às práticas coercitivas e violentas** praticadas pelos grupos armados e pelas forças policiais.

Dessa forma, constatamos que muitos são os agentes que incidem na produção do espaço nos territórios populares, cujas ações podem se superpor. Tradicionalmente, as Associações de Moradores costumam desempenhar o papel de “miniprefeituras”, atuando em questões relacionadas à processos de urbanização e de melhorias incrementais, na mediação de conflitos, na organização coletiva da ocupação e da produção imobiliária, no estabelecimento de normas e no registro dos imóveis.

Em que pese a presença marcante das Associações de Moradores, vale ressaltar que o engajamento e o desempenho dessas depende muito do momento histórico e do contexto específico de cada território, sendo objeto de disputas políticas e ideológicas que irão repercutir na representação de diferentes interesses, de acordo com sua composição momentânea. Isso posto, Kawahara (2023, p.201) observa no caso do Rio de Janeiro que algumas associações de moradores vêm sendo utilizadas pelo tráfico como fachada institucional para negociar com o poder público. No caso das milícias o autor demonstra que essa atuação se dá de maneira ainda mais insidiosa, relacionada à cobrança de diversas taxas aos moradores e comerciantes locais e também para operacionalizar transações imobiliárias praticadas pela organização.

Nesse sentido, Araújo (2022) resalta a importância de distinguir a atuação das organizações criminosas e milicianas das demais formas de produção do espaço nos territórios populares, **dado o risco de criminalizar a moradia popular como um todo**: “Afim, as cidades brasileiras foram autoconstruídas e os puxadinhos para acomodar a família são parte da vida das classes populares, de como elas têm acesso à cidade”. Em direção semelhante, Nacif et al. (2023) indicam que “a generalização da relação entre produção imobiliária e a atuação dos grupos criminosos, mesmo nas áreas em que esses grupos são atuantes, pode resultar em um recuo no reconhecimento dessas áreas e dessa produção como formas legítimas de moradia” (p.478). Os autores demonstram que em alguns momentos o poder público justifica ações arbitrárias de remoções e intervenções forçadas em favelas em nome do suposto combate às milícias.

Diante desse quadro, e embora reconheçamos a importância de estudos que aprofundem o debate sobre o urbanismo miliciano e o funcionamento do controle de uso e ocupação do solo dele decorrente, buscamos neste trabalho nos **deter ao escopo das atuações táticas desenvolvidas por moradores e por organizações comunitárias que passam a atuar diretamente na gestão do território**, estabelecendo formas organizativas próprias para suprir carências dos espaços que habitam. Assim, daremos evidência às formas específicas de legitimação urbana advindas da negociação entre os moradores e que resultam na construção de regras do jogo que passam a atuar como direitos locais. Essas regras funcionam como verdadeiros “pactos territoriais paralelos à própria ordem jurídico-normativa oficial” (ROLNIK, 1997, p. 134) e são construídos em constante interação, contradição e superposição com as autoridades estatais.

Embora o ordenamento formal não esteja totalmente ausente nas favelas, para seus moradores os direitos não se restringem às garantias inscritas na legislação oficial⁸⁶, mas, sobretudo, “ao modo como as relações sociais se estruturam, operando como princípios reguladores das práticas sociais e definindo as regras da reciprocidade através da atribuição acordada das obrigações, responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um” (LOBOSCO, 2014, p.204). Dessa forma, as práticas espaciais de uso e ocupação do solo urbano são balizadas por “medidas de justiça” elaboradas e negociadas de acordo com processos específicos de consolidação dos territórios. Nesse contexto as regras são construídas

⁸⁶ Por legislação oficial compreendemos o conjunto de normas e leis abstratas e genéricas que partem de um único ordenamento jurídico, formalizado pelo Estado e pelas normas e doutrinas internacionais (monismo jurídico em oposição ao pluralismo jurídico). Segundo Magalhães (2010, p.84) “a pluralidade jurídica se define pela existência de uma série de relações, dialéticas e contraditórias, entre as distintas formas jurídicas em operação social”.

cotidianamente à medida em as circunstâncias se apresentam e as decisões tomadas são **produtos da aplicação gradual, provisória e sempre reversível da situação concreta em análise** (SOUZA SANTOS, 1980).

A esse direito que efetivamente vigora nas favelas e que nelas ordena as relações sociais Boaventura de Souza Santos (1980) denomina *Direito de Pasárgada*⁸⁷, e que representa a prática de um exercício alternativo e marginal de direito como “tentativa de neutralizar os efeitos da aplicação do direito capitalista de propriedade no seio dos bairros de lata e, portanto, no domínio habitacional e da reprodução social” (p. 99, GRIFO NOSSO). Em diálogo com o *Direito de Pasárgada* e com o debate jurídico contemporâneo sobre o “direito achado na rua”⁸⁸ (SOUZA JUNIOR, 1990, p.90), Alex Magalhães (2009, 2010) propõe investigar o “direito das favelas” e suas especificidades de operação, dentre as quais indica: “1. o direito dos contratos de compra e venda de imóveis; 2. os sistemas de formalização da propriedade; 3. o direito das locações de imóveis; 4. o direito de construir e suas limitações; 5. o direito de vizinhança e os modos de resolução de conflitos entre vizinhos” (MAGALHÃES, 2009, p.91).

Dentre essas operações, centraremos nas duas últimas. Percebemos nos territórios populares que tanto o direito de construir ou ampliar a casa quanto o direito de vizinhança precisam frequentemente ser confirmados por uma espécie de legitimação social (LOBOSCO, 2014, p.209). Obviamente que essa legitimação não é individual e demanda constantes negociações entre moradores e, em muitos casos, depende de uma autorização precária de alguma liderança ou associação no comando⁸⁹. Assim sendo, é comum que os conflitos urbanos, sobretudo advindos do adensamento e da verticalização construtiva, sejam tratados por uma **ética particular e factual de organização social do espaço**. A situação descrita no depoimento abaixo demonstra bem esse fato:

Essa casa aqui do lado é de um primo meu, **ele estava precisando e a gente cedeu um pedaço do quintal**, não cobramos nada não, era pra ajudar, sabe. Mas a casa dele ficou muito grande, isso **não é uma casa de quem tava precisando!** Agora **eu não posso levantar meu segundo andar porque vai tapar a janela dele** (Dona Ana, moradora do Morro da Babilônia apud LOBOSCO, 2014, p.210).

Por esse relato, observamos que a determinação sobre a construção ou ampliação da casa não é regida exclusivamente pelas normas urbanísticas, mas fundamentalmente pelos arranjos locais e pelas negociações específicas, quando os moradores estabelecem provisoriamente o que seria admissível em cada caso. Muitas vezes as instâncias locais atuam como mediadoras⁹⁰ entre as partes e estabelecem uma versão oral e informal de ordenamento do solo e passam a arbitrar os conflitos entre vizinhos a partir deste referencial.

Temos assim que as práticas socioespaciais no âmbito dos territórios populares são **legitimadas por costumes vigentes e lógicas internalizadas em cada comunidade**, muitas vezes **baseadas em critérios subjetivos e ambíguos**, tais como a antiguidade e a necessidade (SOUZA JUNIOR, 1990; LOBOSCO, 2014). Magalhães (2009, p.92) denomina esse conjunto de regras estabelecidas pela tradição e pelos costumes

⁸⁷ Nome fictício utilizado pelo autor em sua tese de doutorado para se referir à favela carioca do Jacarezinho. De acordo com o autor, o nome foi mantido em sigilo para proteger a comunidade dos órgãos de repressão. Para maiores informações sobre a concepção de Boaventura sugiro a leitura de Magalhães (2010).

⁸⁸ Segundo Souza Junior, o *Direito Achado na Rua* é fruto da reflexão e da prática de um grupo de intelectuais reunidos num movimento denominado Nova Escola Jurídica Brasileira, cujo principal expoente foi o professor Roberto Lyra Filho.

⁸⁹ Essa liderança vai depender em cada caso, podendo ser a Associação de Moradores, mas também o “dono do morro” no caso de comandos de tráfico de drogas ou milícias, moradores mais antigos, líderes religiosos, etc. (LOBOSCO, 2014).

⁹⁰ Souza Santos (1980) aponta como principal mediador a Associação de Moradores. No entanto, a partir de 1990 houve o aumento do número de organizações criminosas e paralegais nas favelas, e a legitimidade das Associações de Moradores como instância ordenadora do espaço passou a ser parcialmente substituída pelo crime organizado (LOBOSCO, 2014).

locais de uma espécie de “direito consuetudinário da favela”⁹¹. Karl Marx, em *Os despossuídos* (2016[1842]) já havia escrito a respeito do “direito consuetudinário da pobreza” em oposição ao direito da nobreza, partindo da compreensão de que só pode ser considerado “direito consuetudinário” aquele que “existe ao lado e fora da lei, onde o costume constitui a antecipação de um direito legal” (p. 86)⁹². Em suas palavras:

há certos objetos da propriedade que, por sua natureza, jamais poderão adquirir o caráter de propriedade privada predeterminada, **objetos que estão sujeitos ao direito de ocupação da classe que está excluída do direito de ocupação de qualquer outra propriedade** e que, na sociedade burguesa, assume a mesma posição que aqueles objetos de natureza (MARX, 2016[1842], p. 89, GRIFO NOSSO).

No caso das favelas brasileiras, o *direito de laje*⁹³ poderia ser enquadrado como um desses costumes, sendo a venda ou locação do espaço aéreo das lajes uma prática identificada há muitas décadas nas favelas brasileiras. Ao investigar as práticas sociais de alienação de casas, barracos, lajes e apartamentos nas favelas da Maré, Rosângela Cavallazzi (1993) já identificava a não vinculação entre o direito de construir e o direito de propriedade do terreno, de modo que os moradores se julgavam proprietários das casas por eles construídas “sem contudo incluir qualquer referência sobre o terreno sobre o qual está assentada a moradia” (p.18). Dessa forma, os moradores realizavam diversas transações que incluíam a venda do espaço potencial sobre a laje para que outra família pudesse construir sua moradia. Essas práticas sociais criaram normativas não-estatais, as quais adquiriam a qualidade de “força instituinte” – atuando como legalidades alternativas e que viabilizam “o espaço dos possíveis” (CAVALLAZZI, 1993, p.101 E 128).

A prática do direito de laje permaneceu por longa data sem uma regulamentação legislativa, o que só ocorreu com a edição da Lei nº 13.465/2017, sendo um exemplo da incorporação do pluralismo jurídico na normativa oficial. Assim, há autores do campo do direito urbanístico que defendem que a legislação deve reconhecer as particularidades desses territórios e ampliar a permeabilidade da população à produção, aplicação e revisão das normas, tendo em vista a predominância nas favelas de modelos alternativos de ocupação do solo (MAGALHÃES, 2010).

Além de uma flexibilidade urbanística maior, estas regras devem estruturar a dinâmica de crescimento interno, respeitando ao mesmo tempo as estratégias imobiliárias dos habitantes e a qualidade de vida da população. Este processo, **ao invés de adaptar as favelas à legislação urbana, consiste sobretudo em adequar à lei à realidade social que as favelas definem [...]** (GONÇALVES, 2008, p. 141, GRIFO NOSSO).

Pelo exposto, embora de maneira sucinta, percebemos que o debate sobre formas mais plásticas e flexíveis de interpretar o ordenamento urbanístico nas favelas vêm avançando no campo do direito, de forma a buscar encontrar maneiras de adequar a legislação urbana às práticas instituídas nesses territórios. Passaremos a seguir a investigar como se dá a atuação do planejamento urbano no Brasil em sua relação com a *pobreza planejada e o mito da falta de planejamento*.

⁹¹ Para ser admitido como um direito consuetudinário, o autor indica que são necessários cumprir algumas prerrogativas, como o fato de consistirem em fatos repetidos e tempo prolongado e a sua prática ser generalizada e pública (MAGALHÃES, 2009, p.92).

⁹² Esse debate a respeito do direito consuetudinário dos pobres se insere no contexto da lei Renana de 1842 que previa punição ao furto de madeira pela população pobre. Segundo editorial da Boitempo, apesar de sua crítica à economia política ainda não ter sido construída, já aparecem nesses artigos de Marx, ainda de forma embrionária, expressões como 'valor' e 'mais-valor', assim como o problema da mercadorização da natureza, da vida e do trabalho'. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/produto/os-despossuidos-635> Acesso em 22 jul. 2023.

⁹³ O direito de laje é entendido como a cessão (onerosa ou gratuita) da superfície superior ou inferior de uma construção por parte do proprietário, para que o titular do novo direito possa manter unidade autônoma da edificação original (FARIAS, 2018).

CAPÍTULO 4 | QUEM PLANEJA O NÃO PLANEJAMENTO?

*Se não tem água Perrier eu não vou me aperrear
Se tiver o que comer não precisa caviar
Se faltar molho rose no dendê vou me acabar
Se não tem Moët Chandon, cachaça vai apanhar
Se não posso um Cordon Bleu, cabidela e vatapá
Quem não tem Las Vegas, vai no bingo de Irajá
Quem não tem Beverly Hills, mora no BNH*

[trecho da música *Vai de Madureira* (Zeca Baleiro, 2012)]

Este capítulo explora o papel do planejamento urbano brasileiro como instrumento de reprodução de padrões espaciais de segregação e estigmatização das práticas de autoconstrução dos territórios populares. Para tanto, problematiza a noção estática do planejamento urbano como um mera ferramenta técnica apartada das dinâmicas imobiliárias e contesta o senso comum urbanístico de que os males das cidades brasileiras residem na “falta de planejamento”. Ao não compreender os territórios populares autoconstruídos como planejamento, apaga-se sistematicamente as conquistas e lutas desses moradores enquanto planejamentos alternativos possíveis.

4.1. (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, OU QUEM PLANEJA O PLANEJAMENTO?

Dentre os processos de produção e reprodução do espaço, a moradia aparece como um elemento determinante para a superposição das desigualdades, ao vincular a desigualdade de renda à segregação socioespacial e de base racial. Temos assim, que a concentração e marginalização dos pobres urbanos – população majoritariamente negra – em áreas cada vez mais periféricas reforçam a desigualdade estrutural arraigada em processos de colonialidade territorial (FARRÉS DELGADO ET AL., 2014). A demarcação nítida entre as dinâmicas territoriais das camadas de alta renda – segregadas por opção – e as dinâmicas territoriais das camadas pobres – segregadas por constrangimento (RIBEIRO E RIBEIRO, 2015), demonstra que, enquanto os grupos de alto poder aquisitivo possuem relativa autonomia para escolher a localização de suas moradias, os pobres urbanos se viram ocupando os “espaços que lhes foram deixados para que isso pudesse acontecer” (ROLNIK, 2003, p.224).

Nesse contexto, observamos que o abundante aparato que regula e normatiza o espaço urbano é formulado para e pelos grupos dominantes na hierarquia social, via de regra a partir de interesses do mercado e da especulação imobiliária. Nessa lógica, a legislação urbanística consagra as morfologias ditadas pelo setor imobiliário enquanto se utiliza da desobediência aos padrões e regras nos assentamentos populares para produzir densidades profundamente rentáveis (ROLNIK, 2015), reforçando a retórica de que os problemas das periferias urbanas são causados pela falta de planejamento.

Em conferência realizada pelo IAB-RJ em 2016, o arquiteto e urbanista Sérgio Magalhães discursou sobre a necessidade de “relativizar a crítica ao mercado financeiro como definidor do desenho das cidades”. Segundo ele, apesar da importância do capital e do mercado, são os arquitetos que desenharam e desenham o espaço urbano, uma vez que “[...] no desenho das cidades brasileiras, o poder dos arquitetos foi enorme, gigantesco e, decisivo. Foram os arquitetos que determinaram a cidade que temos hoje” (MAGALHÃES, 2016). Por essa argumentação, a meu ver bastante falaciosa, Magalhães reivindica o reconhecimento da arquitetura enquanto protagonista na definição do desenho urbano das cidades brasileiras. No entanto, como já indicamos anteriormente, segundo dados do

próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo, 82% do território urbano brasileiro é produzido de modo informal e autoconstruído (CAU/DF, 2022). **Estaria então o arquiteto liderando esse protagonismo?**

Como já debatido anteriormente, sobretudo a partir das contribuições de Paulo Bicca (1984) e Sérgio Ferro (1976), é importante questionarmos dogmas construídos para dignificar a disciplina da arquitetura e urbanismo a todo custo, como se essa fosse apartada das relações socioespaciais e econômicas concretas. Implica em um exercício de reconhecer as práticas espaciais dos territórios populares pelo que realmente são e não apenas enquadrá-las como a parte que escapa da ordem urbana hegemônica. O não reconhecimento dos territórios populares autoconstruídos como parte do planejamento das cidades apaga sistematicamente as conquistas e lutas desses moradores, como formas de existência e resistência pelo direito à cidade.

Isso posto, reconhecemos que o “não planejamento seletivo” (YIFTACHEL ET AL., 2014) é parte intrínseca do planejamento urbano hegemônico, que segue atuando como uma ferramenta que pretende apenas administrar as profundas desigualdades territoriais no país. Nessa ótica, Raquel Rolnik indica que:

Mais do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular o desenvolvimento da cidade, **a legislação urbana atua como linha demarcatória, estabelecendo fronteiras de poder.** Na verdade, a legislação urbana organiza e classifica territórios urbanos, conferindo significados e legitimidade para o modo de vida e micropolítica dos grupos mais envolvidos na formulação dos instrumentos legais (ROLNIK, 1999, s/p., GRIFO NOSSO).

Apesar das inegáveis conquistas obtidas na Constituição Federal (BRASIL, 1988) – fruto de uma intensa mobilização popular em prol das reformas urbanas – e da regulamentação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001)⁹⁴, como principal marco regulatório da política urbana, observamos um descompasso entre os princípios previstos na lei e sua efetividade no enfrentamento da lógica mercantil de produção do espaço e na real diminuição da segregação e das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras (FERNANDES, 2013). No contexto de agravamento da crise urbana no país, são observados o aumento do número de despejos e remoções forçadas de comunidades que vivem em assentamentos populares, notoriamente por processos de mercantilização das cidades. Nesse contexto, Edésio Fernandes (2021, s/p.) constata que a implementação de alguns de seus instrumentos contribuíram para agravar:

problemas antigos de segregação, especulação e gentrificação das cidades, especialmente como resultado do deslocamento recorde de bens e recursos do setor público para o setor privado — terras, créditos de construção, subsídios, anistias, benefícios, renúncias etc. —, principalmente através de programas de renovação urbana, revitalização, requalificação etc. promovidos pelos municípios em processos opacos e em nome de um suposto interesse público.

Na base das descrenças acerca do Estatuto da Cidade, Fernandes argumenta haver uma série de fatores culturais e sociopolíticos que resultam na incompreensão – tanto por parte de arquitetos e urbanistas, quanto por parte dos gestores, juristas e da sociedade em geral – acerca da mudança de paradigma na natureza do planejamento territorial urbano proposta pelo marco regulatório. Para o autor, ainda prevalece no Brasil “uma visão tradicional de planejamento regulatório que não se dispõe a interferir diretamente na estrutura da propriedade imobiliária”. Dentre esses fatores o autor menciona (FERNANDES, 2013, p.224-5):

- a) a visão dominante de um **“legalismo messiânico”**, que percebe o direito “como sistema objetivo, fechado em si mesmo, neutro e a-histórico, levando assim a uma visão meramente instrumental (para resolver) – e não processual – da lei”;

⁹⁴ O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº. 10.257/2001) regulamentou o capítulo original (art.182 e 183) sobre política urbana da Constituição Federal de 1988.

- b) o **“imediatismo das demandas sociais”** – fruto da urgência de enfrentamento rápido dos graves problemas urbanos e socioambientais – “mas que ignora a história secular de abandono da questão urbana e a necessidade de mais tempo e especialmente de continuidade de ações para seu efetivo enfrentamento e superação”;
- c) a **percepção essencialmente assistencialista e clientelista do Estado e do aparato estatal**, “consequência da tradição de positivismo e formalismo jurídicos que ainda reduz o ‘público’ ao ‘estatal’”; e
- d) a percepção do **planejamento urbano como narrativa espacial, fruto da racionalidade técnica desvinculada das dinâmicas dos mercados imobiliários.**

Diante do predomínio dessa lógica dominante, fica claro que planejadores urbanos e gestores públicos devem repensar sua atuação histórica nesse processo, para que não continuem *ad eternum* “reféns de mercados imobiliários excludentes que eles mesmos criaram e fomentam, bem como de políticas públicas segregadoras que eles mesmos implementam” (FERNANDES, 2013, p.231). Ainda, Rolnik (2012) ao fazer um balanço da primeira década do Estatuto da Cidade afirmava ser necessária “uma política de enfrentamento da lógica corporativa e patrimonialista de gestão das cidades e um fortalecimento da regulação pública sobre o território”, tendo em vista que apenas a aplicação do ordenamento jurídico não seria suficiente para promover a desmercantilização do solo urbano nas cidades brasileiras.

Passados mais de vinte anos da regulamentação do Estatuto da Cidade, constatamos a aplicação discricionária e seletiva de seus instrumentos, fazendo com que o marco legal ainda não tenha sido efetivo para enfrentar o “processo global de financeirização da terra, da propriedade, da moradia e da cidade” (FERNANDES, 2021, s/p.). Mantém-se assim uma estrutura fundiária perversa, na qual um gigantesco estoque de imóveis e terrenos vazios à espera de valorização convive com um déficit de habitação tão gigantesco quanto o primeiro.

Nessa lógica, as áreas urbanas não cobiçadas pelo mercado vão sendo paulatinamente ocupadas pela população mais pobre, em assentamentos precários e que compõe “um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’” (ROLNIK, 2015, p.168). Desse modo, enquanto ainda não são capturadas, partes inteiras da cidade vão sendo construídas de forma artesanal e às custas do esforço de seus moradores, sem que o Estado “desvie” o orçamento público para este fim (OLIVEIRA, 1982, p.79).

Chico de Oliveira (1982, p.15) aponta que, muito embora, as casas e os equipamentos comunitários realizados pelo processo de autoconstrução não sejam por si uma mercadoria, eles atuam como “suporte da reprodução da mercadoria força de trabalho”, tendo em vista que servem para rebaixar o custo do trabalhador por meio da exploração extra da força de trabalho⁹⁵, e reduzir os gastos do poder público com as obras de urbanização nos assentamentos populares. Importante reforçar que a autoconstrução não se limita apenas à unidade domiciliar e inclui também a construção de creches, igrejas, calçamento de ruas, limpeza de córregos etc., se estendendo para a produção do espaço urbano de forma mais abrangente.

Uma não insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folgas, fins de semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’. [...] Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem em uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003 [1972], p.59).

⁹⁵ Lucio Kowarick (1979, p.41) argumenta que a eliminação dos custos de sobrevivência da força de trabalho com a moradia “contribuiu para deprimir os salários pagos pelas empresas aos trabalhadores”, restringindo os salários aos demais gastos essenciais, como o transporte e a alimentação.

Nesse processo de expansão capitalista constatamos que a precariedade dos espaços domésticos e urbanos nos territórios populares não exclui a produção contínua de necessidades – seja por meio do aumento controlado dos níveis de consumo e acesso a bens e serviços; seja por meio do controle da psicoesfera, que administra o imaginário social e urbano da população em sua condição de eterna inferioridade e subalternidade (SANTOS, 1994). Dessa forma, as casas autoconstruídas, realizadas por meio do trabalho adicional e gratuito, nas quais as construções se arrastam durante anos, improvisadas e inacabadas, com frequência contam, no seu interior, com um amplo aparato de eletrodomésticos e produtos tecnológicos de ponta – dentre eles geladeiras, máquinas de lavar, televisores e celulares.

Ermínia Maricato, no artigo *Os equipamentos da casa popular* (1982), já apontava essa contradição entre a precariedade construtiva e o padrão de consumo criado pelo tipo de crescimento industrial adotado pelo capitalismo brasileiro a partir da década de 1950:

O contraste entre o edifício e a casa, frequentemente inacabados, com soluções improvisadas, e os aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, é notável. Eles se expressam nas formas dos televisores, das geladeiras, dos liquidificadores, nas cores, no design dos objetos (...) que tem como pano de fundo uma parede mal erguida, de tijolo, que espera muito tempo pelo acabamento, ou então a parede de tábuas cuja pintura tenta disfarçar a precariedade dos milhares de barracos no Brasil, que possuem esses equipamentos (MARICATO, 1982, p.28-9, GRIFO NOSSO).

A urbanista aponta, pelos levantamentos realizados sobre os equipamentos da casa proletária em 1975⁹⁶, que a autoconstrução fica limitada a casa e não há expressão de forma significativa na feitura de móveis, que são em grande medida adquiridos em grandes lojas por prestações mensais. Nessa pesquisa, foi constatado que a partir da década de 1960 “as ‘economias’ se dividem entre o embrião da futura casa e as prestações dos aparelhos domésticos e também dos móveis” e os cômodos, ainda inacabados “são ‘equipados’, antes mesmo de sua ampliação ou acabamento, tarefa que se arrasta por anos” (MARICATO, 1982, p.29).

Essa aparente contradição entre formas arcaicas de produção do espaço habitado e a modernização tecnológica expõe que os circuitos ampliados do mercado estão presentes inclusive nas áreas mais pobres das cidades. O avanço do processo de mercantilização sobre os territórios populares das cidades brasileiras – sobretudo pela lógica da urbanização neoliberal – potencializa a produção e a reprodução de uma estrutura socioespacial desigual e extremamente dependente dos circuitos superiores da economia e do capital financeiro. Mas qual é a atuação do planejamento urbano na manutenção desse quadro?

4.2. O SENSO COMUM DO “CAOS URBANO”, OU QUEM PLANEJA O NÃO PLANEJAMENTO?

Na segunda metade do século, e a partir de modelos ideológicos baseados no desenvolvimento e na modernidade, o modo de produção do espaço se ancora cada vez mais em conteúdos da ciência, das técnicas e da informação. Milton Santos (1994) identifica que espaço urbano passa a ser comandado pela tecnoesfera – sedimentada na racionalidade técnica hegemônica e obediente aos imperativos do mercado global – a qual induz a consolidação de uma psicoesfera, fortemente dominada pelo discurso dos objetos e das regras objetivas e que condiciona o comportamento humano e moldam o imaginário social:

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado “milagre econômico”, conduziu o País a enormes

⁹⁶ Levantamento realizado em 1975 em 220 habitações populares da cidade de Osasco, na região metropolitana de São Paulo (MARICATO, 1982).

mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicosfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade (SANTOS, 1994, p.106).

No entanto, embora o meio técnico-científico-informacional esteja presente em toda a parte, ele não atua de forma homogênea no território, e impõe uma distinção entre “espaços do mandar” e “espaços do fazer” (SANTOS, 1994, p.53). Essa racionalidade tem sido utilizada no planejamento urbano como ideologia para assegurar a manutenção da hegemonia da classe dominante, e, nesse contexto, o abundante aparato que regula e normatiza o espaço urbano⁹⁷ é formulado para dialogar quase exclusivamente com “aquele pedaço da cidade formal, regular, de classes médias e altas, onde estão concentradas” e convive com a radical flexibilidade no restante da cidade (ROLNIK, 2003, p.224).

A partir da década de 1930, entra em voga o lema positivista⁹⁸ “Saber para prever, prever para prover” reforçando a concepção de que o conhecimento sistemático da cidade teria como finalidade fazer uma previsão científica para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas para dominar e controlar a realidade natural e social (CHAUÍ, 1981, p.30). Tal concepção “estabelece entre teoria e prática uma relação de mando e de obediência, isto é, **a teoria manda porque possui as ideias, e a prática obedece porque é ignorante**” (p.30, GRIFO NOSSO). Nesse entendimento, a prática é vista como simples instrumento, que “não inventa, não cria, não introduz situações novas que suscitem o esforço do pensamento para compreendê-las” (p.31). Nesse sentido, quando as práticas individuais e sociais contradizem as ideias são tidas como: “desordem, caos, anormalidade e perigo para a sociedade, pois o grande lema do positivismo é “Ordem e Progresso”. Só há “progresso”, diz Comte, onde houver “ordem”, e só há “ordem” onde a prática estiver subordinada à teoria, isto é, ao conhecimento científico da realidade” (CHAUÍ, 1981, p.31).



FIG. 50: VARIÇÕES DO LEMA POSITIVISTA “ORDEM E PROGRESSO”. FONTE: MONTAGEM DA AUTORA (2021)

⁹⁷ Dentre estes aparatos podem ser citados as rigorosas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, os detalhados códigos de edificações, obras e posturas, os planos diretores e entre outros instrumentos urbanísticos (MARICATO, 2002).

⁹⁸ A doutrina positivista ganhou relevo no Brasil a partir de 1850 e tornou-se praticamente a doutrina oficial do Estado. Auguste Comte (1788-1857) foi um filósofo francês, considerado o idealizador da filosofia positivista e da disciplina da sociologia. Ele atesta que o progresso social é obtido por meio da ordem e do avanço das ciências. A expressão “Ordem e Progresso”, inscrita na Bandeira do Brasil, é uma forma abreviada do lema político positivista de Comte: “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”.

Nesse arcabouço, o planejamento urbano⁹⁹ praticado no Brasil – não obstante as diversas transformações ao longo do tempo, sejam nas nomenclaturas, nas formas ou nos conteúdos¹⁰⁰ –, têm servido como um instrumento de dominação ideológica, especialmente a partir da crença de que os problemas que se manifestam nas cidades são causados pelo crescimento caótico e sem planejamento, e com base na retórica de que técnicas e métodos científicos bem definidos seriam suficientes para solucionar tais problemas (VILLAÇA, 1999; LIMONAD, 2014). Nessa narrativa, os discursos hegemônicos vêm construindo a noção de que os territórios populares e periféricos são marcados pela ausência de civilidade, pela precariedade, ilegalidade e desordem (SILVA ET AL., 2020). Essas condições, contudo, não ocorrem por *desorganização, espontaneidade ou descontrole*, mas essencialmente por falta de alternativa e condições financeiras das camadas populares (MARICATO, 1982[1978]).

A noção de “caos urbano” atrelada à falta de planejamento é apontada por muitos autores como um lugar-comum. Marcelo Lopes de Souza (2008, p.88) argumenta que tal senso comum é impreciso, tendo em vista que se baseia na crença de que a técnica, por si só, daria conta de alterar o panorama de desigualdade social e má qualidade de vida nas cidades brasileiras, atribuindo ao planejamento “[...] um poder imaginário de varinha de condão”. Flávio Villaça (1999) indica que a grande maioria dos planos atua como planos-discurso¹⁰¹ – peças autônomas, fruto de concepções intelectuais fechadas em si mesmas e desvinculados da realidade concreta – e que pouco fizeram para reduzir os problemas advindos do suposto “caos urbano”.

Com enfoque similar, Ermínia Maricato (2002, p.174 e 147) contesta “a construção ideológica do plano como salvação dos males urbanos”, tendo em vista que “não é por falta de planos e nem de legislação urbanística que as cidades brasileiras crescem de modo predatório”. Para a autora há uma aplicação discriminatória dos planos urbanísticos no país, sendo muito frequente que apenas parte dos planos sejam implementados, seguindo a lógica da cidadania diferenciada, restrita a uma parcela da população. Nessa conjuntura, coabitam no país uma detalhada legislação urbanística e um total *laissez-faire* nos assentamentos populares.

Esse quadro explica o significativo crescimento das periferias urbanas por processos de autoconstrução¹⁰², implementados pela dinâmica própria de seus habitantes fora dos padrões ditados pela legislação urbanística, “mostrando que, enquanto os projetos de leis constituíam **ideias fora do**

⁹⁹ Para fins de delimitação, este trabalho parte da aceção de Maricato (2002) e Villaça (1999), que não estabelecem critérios muito rígidos para delimitar o que seria o *escopo* do planejamento urbano, estando inclusas nesta categoria tanto os planos e projetos urbanísticos quanto as normas e leis produzidas pelo Estado com o objetivo de regular os padrões de organização do espaço urbano. Para Villaça (*ibid.*, p.181) o planejamento urbano designa uma “forma de ação – ou de discurso – do Estado sobre o espaço urbano”.

¹⁰⁰ No Brasil, dentre as nomenclaturas relacionadas ao planejamento urbano podem ser citadas: os planos de melhoramento e embelezamento do final do século XIX e início do século XX; os planos gerais a partir da década de 1930; os planos diretores e planos locais integrados a partir da década 1960; o planejamento estratégico das décadas de 1980 e 90, entre outros. Em relação aos conteúdos e formas eles podem variar desde extensos volumes, com inúmeros mapas, diagnósticos e estatísticas elaborados por equipes multidisciplinares, até meros projetos de lei publicados no Diário Oficial (VILLAÇA, 1999, p.191).

¹⁰¹ De acordo com Villaça (1999), a partir da década de 1930 os planos urbanísticos de melhoramento e embelezamento vigentes até então começam a ser substituídos pelos planos-discurso, que pretendem esconder a direção tomada pelos investimentos, tornando-se muitas vezes inúteis e engavetados nas secretarias de planejamento das grandes cidades. Para o autor, mesmo com o prestígio do planejamento urbano a partir dos anos 1970, que acarretou na proliferação de órgãos públicos de planejamento, a eficácia dos planos foi fundamentalmente de aplicação restrita e ideológica.

¹⁰² Sobre o processo de autoconstrução, ver Maricato (1982). No artigo, a autora denomina *autoconstrução* o processo de construção da casa (própria ou não) pelos próprios moradores, amigos e parentes, podendo contar com ajuda de algum profissional remunerado (p.ex. pedreiro, encanador, electricista) (p.73-4). A autoconstrução, no entanto, não se limita apenas a casa, podendo abranger a construção de creches, igrejas, calçamento de ruas, limpeza de córregos etc.; - se estendendo portanto para a **produção do espaço urbano**.

lugar, um lugar estava sendo produzido **sem que dele se ocupassem as ideias**¹⁰³ (MARICATO, 2002, p.151, GRIFO NOSSO).

Assim, de acordo com o contexto e com a conveniência, os assentamentos populares não são nem integrados nem eliminados pelas políticas urbanas, sendo ora tolerados discretamente ora reprimidos com veemência, fazendo com que as fronteiras entre legalidade e ilegalidade e entre formalidade e informalidade sejam difusas e mutantes (TELLES, 2010, YIFTACHEL, 2011). Essas indeterminações se constituem como “mecanismos por meio dos quais se constrói a situação de permanente transitoriedade” (ROLNIK, 2015, p.168). Nesse sentido, o planejamento urbano é peça central para a constituição e manutenção da ambiguidade desses espaços: “Não com relação à sua capacidade ou incapacidade de regulá-los, mas no sentido de fornecer a linguagem e os instrumentos para demarcar as fronteiras cambiantes da norma e da exceção” (ROLNIK, 2019, p.29).

Ananya Roy (2005), ao tratar o tema mais abrangente da informalidade urbana nos países do sul global, aponta como bastante problemática a vinculação da informalidade apenas com a pobreza e apartada da própria noção de formalidade. Para a autora está implícita nessa noção a promessa de que a simples integração do setor informal ao setor formal resolveria as desigualdades estruturais observadas nas cidades dos países da periferia do capitalismo. Roy propõe que a informalidade seja entendida como um modo de urbanização, no qual coexistem assentamentos irregulares formados por moradias autoconstruídas e loteamentos irregulares de luxo¹⁰⁴: “Ambas as formas de habitação são informais, mas incorporam concretizações de legitimidade muito diferentes. A divisão aqui não é entre formalidade e informalidade, mas sim uma **diferenciação dentro da informalidade**” (p.148, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSO). Dessa forma, a autora evidencia que o aparato legal do Estado, e, em especial o planejamento urbano, têm o poder de estabelecer categorias de legitimidade e ilegitimidade, e de determinar a partir dessas categorias quais formas de informalidade podem prosperar e quais necessitam desaparecer.

Nessa dinâmica de legitimidades distintas, percebemos a fragilidade de pensar o espaço urbano a partir de dicotomias – lega/ilegal, formal/informal, morro/asfalto – e que encobrem a articulação entre as lógicas supostamente antagônicas de produção e reprodução desse mesmo espaço. Um olhar mais detido para as práticas espaciais nos territórios populares revela interações complexas entre formalidade e informalidade, que apontam para a necessária superação do dualismo simplista entre “espontâneo” e “planejado” (SOUZA, 2010; SOUZA E SILVA ET AL., 2021). Afinal, como observa Rapoport (1988, p.52, GRIFO E TRADUÇÃO NOSSA), os assentamentos “espontâneos” **“não acontecem simplesmente**; eles são **projetados**, no sentido que produzem **mudanças intencionais** no ambiente físico, por meio de uma série de escolhas [definidas] entre as alternativas disponíveis”.

Nessa trama complexa, exploramos a seguir a atuação do planejamento urbano como *locus* de discriminação territorial, étnica e cultural, especialmente ao determinar os padrões de ocupação e organização do espaço e ao repreender as práticas espaciais e socioculturais dos assentamentos populares.

¹⁰³ No artigo *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil* (2002, p.122), Maricato pontua que “as ideias estão fora do lugar” uma vez que as leis e a ordem que deveriam incluir todos os indivíduos (de acordo com os princípios racionais modernos) dizem respeito a apenas uma parte da cidade. Para a cidade ilegal não há planos nem ordem, tratando-se de “um lugar fora das ideias”.

¹⁰⁴ Como exemplo Roy (id.) cita os condomínios fechados de elite nas franjas metropolitanas (conhecidos como *gated communities*), que são muitas vezes irregulares, mas que possuem a garantia de posse e contam com uma infraestrutura *premium* patrocinada pelo Estado. Raquel Rolnik (2019) explora as Parcerias-Público-Privadas (PPPs) no Brasil, que não precisam obedecer a normas jurídicas e que criam suas próprias regras e organizações estabelecidas pela lógica do capital e não pelas necessidades da cidade: “Não se sabe onde, como, quando, nem por quem as decisões são tomadas – certamente isso não acontece nas instâncias formais” (ROLNIK, 2019, p.35-6).

4.3. PADRÕES HEGEMÔNICOS DE HABITAR, OU QUEM DETERMINA O PADRÃO?

Os planos e normas urbanísticas frequentemente reservam as melhores porções do solo urbano para os estratos superiores, e, ao fazê-lo, criam “barreiras invisíveis para conter a penetração de territórios populares nas áreas de melhor localização, garantindo sua destinação para os produtos imobiliários dos grupos de mais alta renda da cidade” (ROLNIK, 2015, p.177). O processo de expansão capitalista do setor imobiliário – “facção do capital mais diretamente interessada no espaço urbano” (VILLAÇA, 1999, p.239) – não obstante continue a ocorrer nas áreas urbanas centrais, têm se expandido sobre as áreas periféricas, especialmente sob a forma da incorporação imobiliária (RUFINO, 2017; 2021). Edésio Fernandes (2013, p.2017) aponta que a proliferação de condomínios urbanísticos fechados nas áreas periféricas das cidades “tem feito com que pela primeira vez ricos e pobres estejam disputando o mesmo espaço nas cidades”.

A partir da análise da metrópole do Rio de Janeiro, Ribeiro e Ribeiro (2015) constataam um movimento aparentemente paradoxal, no qual identificam um espalhamento das classes superiores no território – notadamente pelos condomínios fechados – simultaneamente a uma maior polarização e diferenciação entre os grupos sociais nos extremos da estrutura social. Assim, se por um aspecto os condomínios acentuam a proximidade geográfica entre diferentes grupos socioeconômicos, por outro, mantêm e intensificam a segregação espacial, através da imposição de enclaves fortificados controlados por altos muros e avançados sistemas de segurança.

Constatamos assim, para além da construção de barreiras físicas, essas tipologias representam também a demarcação de barreiras simbólicas entre as diferentes formas de morar dos grupos sociais. A consolidação da tipologia do condomínio vertical como solução habitacional nas áreas periféricas das cidades reforça a carga simbólica deste padrão de moradia – muito distinto em termos de escala, tipologia construtiva, equipamentos e serviços da lógica de ocupação dos assentamentos informais. Nessa perspectiva, os programas habitacionais¹⁰⁵ – desde os implementados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) até os mais recentes, como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – se contrapõe à imagem de caos associada à favela e reproduzem a organização burguesa (familiar, isolada, internamente dividida em cômodos com funções e habitantes segregados), ignorando as formas de morar típicas dos territórios populares (ROLNIK, 2015).

Ou seja, o programa MCMV reforça a ideologia hegemônica de que a questão habitacional – que em tese deveria ser entendida como um direito coletivo –, é na verdade uma forma de moradia-mercadoria: “**MINHA casa MINHA vida**” (BASTOS, 2013, p.129). Como diria uma moradora da favela Cantagalo, na Zona Sul do Rio de Janeiro, diante da possibilidade de ser realocada em um condomínio habitacional na periferia da cidade: “Esse projeto *Minha Casa Minha Vida* acaba com **meus sonhos minha família!**” (APUD CUNHA, 2014, p.95-6, GRIFO NOSSO).

¹⁰⁵ Beatriz Rufino (2021) demonstra que o processo de mercantilização da habitação consolida-se a partir de 1964 com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e com o Sistema Financeiro Habitacional (SFH), os quais foram decisivos para a expansão da feição moderna da forma de propriedade condominial. A fragmentação da propriedade da terra somada a multiplicação de proprietários foram centrais para o avanço das relações capitalistas na produção imobiliária. Andrade e Leitão (2007) indicam que o regime da ditadura “encontra no modelo de conjunto habitacional padronizado uma forma de promover as intervenções urbanas que iriam ‘limpar a cidade’ para incrementar o capital imobiliário e ao mesmo tempo acalmar a insatisfação popular, prometendo a aquisição da casa própria” (p.3).



FIG. 51: ANÚNCIO DA EMPRESA MRV ENGENHARIA, QUE VENDE A IDEIA DE UM PADRÃO DE VIDA BURGUESES. FONTE: MRV (2016)

Como apontado por Beatriz Rufino (2015), a partir de uma ampla pesquisa realizada pela *Rede Cidade e Moradia*¹⁰⁶, o padrão de produção do PMCMV para a Faixa 1 é imposto pela lógica da escala industrial e, portanto, caracterizado pela ampla padronização dos projetos e arranjos espaciais e programáticos de maneira praticamente desvinculada dos diferentes contextos em que se inserem. Esse fato pode ser confirmado na similaridade dos produtos em diferentes regiões do país, que não leva em conta técnicas construtivas e modos de habitar diversos, bem como desconsidera “às diversidades urbanas, bioclimáticas, sociais, culturais, tecnológicas das regiões, municípios ou dos bairros” (RUFINO, 2015, p.62). Além disso, predomina a baixa qualidade urbanística e dos espaços públicos e de uso comum.

Esse tipo de projeto padrão não atende às famílias estendidas e diversificadas, que não se enquadram na família mononuclear típica¹⁰⁷ para a qual os conjuntos habitacionais são produzidos. Com isso, a consolidação de padrões de moradia concebidos por projetos fechados e vinculados a um sistema construtivo rígido dificulta as possibilidades de expansão e multifuncionalidade das unidades habitacionais, modificando substancialmente as formas de organização familiar típicas dos bairros populares – as quais costumam promover o máximo aproveitamento do terreno para várias unidades domiciliares e mesclam moradia com atividades para geração de renda, seja por meio do comércio domiciliar ou pelo aluguel de cômodos da casa.

Sobre esse aspecto, e não obstante toda a falta de flexibilidade dos conjuntos habitacionais, pesquisas realizadas em diferentes regiões metropolitanas do país demonstram que os moradores realizam mudanças no uso e ocupação nas tipologias implantadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (ANDRADE, 2015; NASCIMENTO ET AL.; 2015; FONTELENE, 2019; FONTELENE ET. AL., 2021). Diante da monofuncionalidade das tipologias e da deficiência de infraestrutura urbana, comércios e serviços dentro e no entorno dos conjuntos, diversas atividades não residenciais vão sendo incorporadas pelos moradores para suprir as carências e ampliar a geração de renda. Para grande parte dos moradores, acostumados a morar em casas com quintal ou com laje, uma das adequações mais corriqueiras diz respeito à secagem de roupas, face às diminutas áreas de serviço.

¹⁰⁶ A *Rede Cidade e Moradia* é formada por 11 equipes de instituições de ensino públicas e privadas que tiveram como objetivo avaliar o desempenho dos empreendimentos do PMCMV Faixa 1 em 6 estados brasileiros, sendo eles: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida se destina às famílias de menor renda e não possuidoras de outro imóvel, além de outros critérios específicos.

¹⁰⁷ A tipologia do PMCMV foi baseada no padrão médio da família brasileira instituída pelo IBGE como sendo composta por 4 membros (casal com dois filhos), o que não condiz com a realidade das diversas realidades habitacionais dos grupos ocupantes dos empreendimentos (NASCIMENTO et al., 2015).

Com isso Nascimento et al. (2015) indicam ter observado nos conjuntos:

Varais dispostos no chão, esticados, pendurados ou improvisados na sala, na cozinha, no quarto e até mesmo no banheiro tornam-se a solução; alguns moradores chegam a projetá-los para fora das janelas. Para os que moram no andar térreo, as áreas descobertas comuns (tratadas pelos projetos como residuais) também são apropriadas. **A CAIXA repreende veementemente essas ações dos moradores** (NASCIMENTO ET AL., 2015, P.214, GRIFO NOSSO).

Nas tipologias horizontais, é comum observar que algumas das unidades habitacionais são parcial ou integralmente transformadas em pequenos comércios e serviços, seja pela adaptação da casa ou pela expansão da sua área construída. Os usos comerciais mais encontrados são mercadinhos, salões de beleza, lanchonetes, bares e bazares e, dentre os usos institucionais, pequenas igrejas e creches infantis (FONTELENE ET.AL., 2021). Já nas tipologias verticais, a rigidez da planta e do sistema estrutural dificultam as adaptações das unidades habitacionais, não obstante, são realizadas transformações de menor porte para suprir demandas do cotidiano. Dentre essas podem ser citadas as reformas para adequação simbólica da habitação, mudanças de uso dos cômodos (geralmente a sala) para implantação de comércio ou serviço e apropriação privativa de espaços coletivos (FONTENELE, 2019). Além disso, como subversões e adaptações realizadas pelos moradores nas áreas de uso coletivo podem ser observadas: “mudanças de pinturas e revestimentos em escadas e halls, criação de jardins em canteiros e coberturas nas áreas residuais, instalação de vasos com plantas dispostos em áreas comuns e de circulação coletiva” (NASCIMENTO ET AL., 2015, P.217).

Em alguns conjuntos verticais mais antigos, em que pesem as limitações supracitadas, os moradores promoveram transformações radicais e significativas, inclusive com alteração da configuração geométrica dos blocos. Esse é o caso do Conjunto Habitacional Dom Jaime Câmara, conhecido popularmente como Conjuntão, por se tratar do maior conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Implantado na década de 1970 pela COHAB-RJ, é composto por 180 blocos e 7.200 apartamentos que abrigam cerca de 26 mil moradores. De acordo com matéria publicada no O Globo Rio (2011) existem ao menos 1.800 puxadinhos que “rompem com a homogeneidade dessa ‘cidade’ de prédios gêmeos”.

Das centenas de puxadinhos - chamados de "puxadas" pelos moradores -, **mais da metade é ocupada por pequenos comércios**, contabiliza o presidente da associação de moradores do conjunto, Alex Ignacio, uma espécie de síndico. Neles funcionam padarias, lanchonetes, lojas de roupas, oficinas, lan houses e toda sorte de estabelecimentos que suprem as necessidades do lugar, **cujo projeto não previu lojas. [...] Os puxadinhos, no entanto, não se restringem ao térreo. Estão em quase todos os andares.** Alguns prédios (todos de cinco pavimentos) ganharam um sexto ou até sétimo piso. **Há verdadeiros prédios anexos.** Em algumas áreas, ruas se transformaram em vielas, devido à **ocupação dos espaços públicos.** Até igrejas evangélicas se estabeleceram nos puxadinhos, hoje um dos maiores motivos de brigas no Jaime Câmara (GALDO E DAFLON, 2011, s/p.)

Segundo Andrade e Leitão (2007), que analisam os processos de “favelização” dos conjuntos habitacionais no Rio de Janeiro, as alterações mais drásticas no Conjunto Dom Jaime Câmara (ou seja, alterações que não mais se limitavam a substituição de revestimentos, cores, esquadrias e construção de muros) começaram a ocorrer na década de 1980, quando os espaços livres entre blocos e até mesmo entre prédios e calçadas passaram a ser ocupados pelas “puxadas”.

Passados vários anos, podemos observar que estas transformações **já mudaram o desenho geométrico dos blocos e espaços do conjunto**, chegando a existir os casos em que, por exemplo, o morador de um apartamento no 4o pavimento de um bloco constrói uma estrutura de vigas e pilares para que seja possível ampliar seu imóvel. Os moradores dos andares inferiores a este apartamento dividem, ou não, os custos da obra relativa ao seu pavimento, em função de acordo estabelecido entre eles. Muitas vezes, **estas ampliações chegam a constituir outros apartamentos, a partir da mesma unidade**

individual, que geralmente são alugados para ampliar a renda da família proprietária (ANDRADE E LEITÃO, 2007, P.9, GRIFO NOSSO)

Os autores observam ainda que – embora a grande maioria das transformações realizadas pelos moradores resulte em aumento da área útil das unidades –, as alterações não implicam apenas em necessidades materiais e pragmáticas, mas visam responder às representações simbólicas e estéticas não contempladas pela racionalidade construtiva dos conjuntos padronizados. Esse é o caso por exemplo da inclusão de elementos como os balaústres, os gradis de ferro fundido e cerâmicas de diferentes padronagens nas fachadas (FIG. 54-55).

HABITAÇÃO

Minha Casa, Minha Vida abriga comércio na base do improviso

Distantes dos grandes centros, moradias do programa habitacional ganham puxadinhos para lojas e serviços

Por Antoniele Luciano e Raphael Marchiori 13/02/2014 21:04

FIG. 52: MATÉRIA SOBRE PUXADINHOS COMERCIAIS NO PROGRAMA HABITACIONAL MCMV. FONTE: GAZETA DO POVO (2014)



FIG. 53: MATÉRIA SOBRE ACRÉSCIMOS IRREGULARES REALIZADOS NO CONJUNTÃO. FONTE: O GLOBO (2011)



FIG. 54: PUXADINHOS REALIZADOS PELOS MORADORES NO CONJUNTÃO DE BANGU. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)

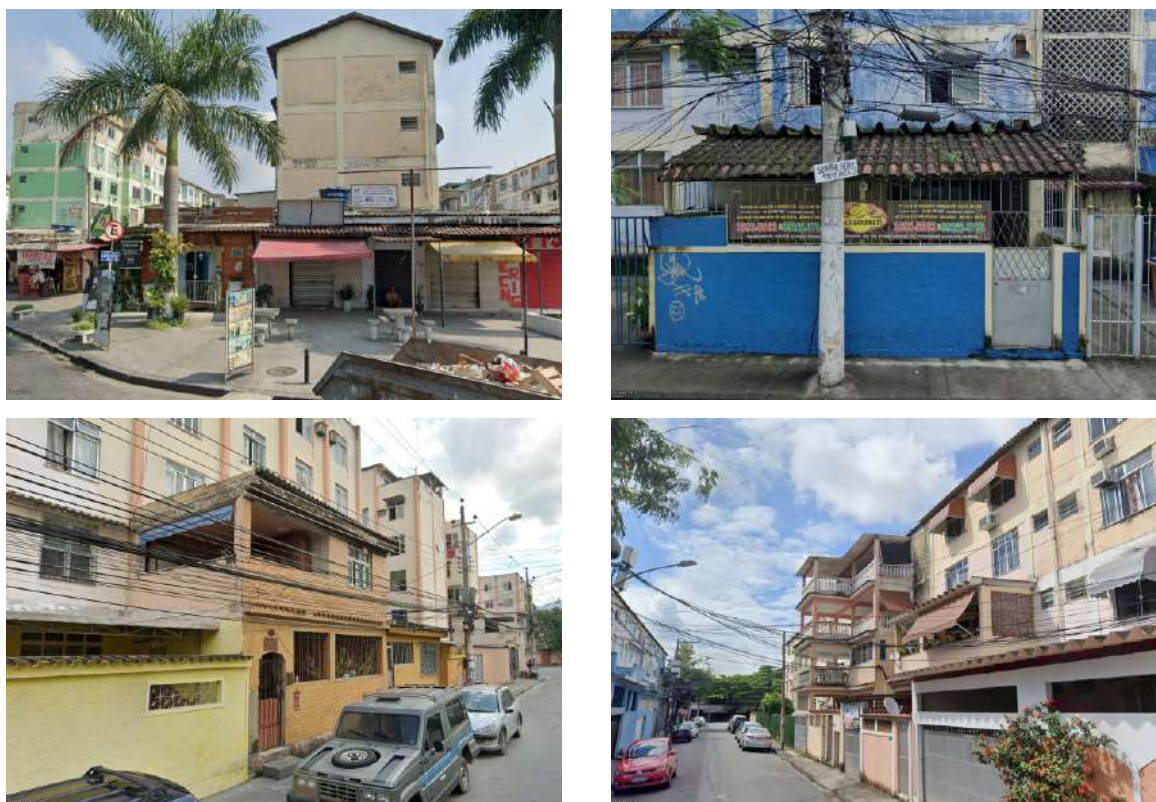


FIG. 55: AMPLIAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO DE BANGU. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)

Para além das críticas amplamente difundidas sobre as formas de produção imobiliária dos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado – sobretudo relacionadas ao padrão e qualidade construtiva da habitação e ao deslocamento das populações pobres para áreas cada vez mais periféricas em relação aos centros urbanos –, outras questões emergem. A configuração urbanística em condomínio vertical fechado – marcada por conjuntos edificadas cercados e controlados por guaritas –, além de fragmentar o tecido urbano, impõem uma série de entraves tanto para os seus moradores quanto para os habitantes do entorno (ANDRADE, 2015, p.178). Essa configuração, que acentua a prevalência de relações privadas e de espaços isolados, acaba por favorecer as mediações do tráfico e da milícia que passam a assumir a gestão de alguns condomínios implantados (AMORE ET AL., 2015).

No caso específico do Rio de Janeiro (especialmente na Zona Oeste da cidade, a tipologia de condomínio vertical fechado como solução habitacional teve como consequência a ampliação do domínio miliciano nessas áreas e o fortalecimento do mercado imobiliário por meio do controle das estruturas condominiais¹⁰⁸ (KAWAHARA, 2023, p.204).

A **própria forma condomínio parece ser um facilitador para o domínio das milícias sobre esses conjuntos**. Em um espaço murado com uma entrada e saída vigiada por uma guarita, basta trocar o vigia e o comando para estabelecer o domínio. Ao mesmo tempo, o simples ato de ocupar o cargo de síndico já permite impor regras e tributos aos moradores sem nenhuma mudança radical na estrutura institucional do condomínio. Talvez por isso, **essa estrutura tem sido replicada nos conjuntos construídos pela milícia nas favelas**, além de aumentar o controle sobre a população, aproximando a vigilância, estabelece novas cobranças (KAWAHARA, 2023, p.205, GRIFO NOSSO).

¹⁰⁸ Nas entrevistas realizadas pelo autor foram relatados muitos casos de domínio das milícias sobre os conjuntos do PMCMV. Esse domínio, além de promover o aumento da área de atuação e a população extorquida, também implica no crescimento do estoque imobiliário pela expropriação de imóveis e posterior conversão para o mercado (KAWAHARA, 2023, p.204).

Pelo exposto, não pretendemos afirmar que o Estado não tenha se ocupado da questão do déficit habitacional das camadas de baixa renda, mas de compreender que a maioria dos programas habitacionais implementados pelo poder público (tanto pelo BNH quanto pelo PMCMV) atuam de forma seletiva e muito aquém das demandas socioculturais e cotidianas dos moradores. Muito embora tenha havido um grande volume de habitações estatais produzidas em diversas regiões do país, esse fato não significou a retração da demanda por habitação nas favelas (KAWAHARA, 2023, p.87). Além disso, esses programas apresentam como pano de fundo uma missão disciplinadora, com o objetivo de moldar a construção de comportamentos sociais “adequados”. “Casas padronizadas tinham a intenção de criar famílias e pessoas para assumir comportamentos de obediência e hábitos higiênicos de uma estética civilizadora” (SILVA ET AL., 2020, p.45). Dessa maneira, ao estigmatizar e coibir as formas de morar e de se organizar dos territórios populares, o planejamento e as políticas urbanas operam como um poderoso instrumento de segregação e discriminação étnico-cultural, atuando, portanto, na psicosfera.

A imposição dominante dos modos hegemônicos de apropriação do espaço urbano, além de desconsiderar a construção de saberes e fazeres próprios dos territórios populares, faz com que seus moradores se sintam constrangidos de seus lugares de moradia, alimentando um sentimento de inferioridade em relação às formas tidas como hegemônicas de habitar.

Quando superamos os estereótipos e os estigmas que marcam o universo da vida das moradas criadas e recriadas pelos grupos populares, **identificamos que há acordos, regras e normas instituídas nas vivências de seus habitantes.** São invenções que **nada se assemelham ao caos ou desordem absolutos que lhe são invariavelmente atribuídos**, embora seu cotidiano não seja isento de contradições envolvendo distintos interesses, usos e ações de indivíduos e grupos (SILVA ET AL., 2020, p.107, GRIFO NOSSO).

Em consonância com essa visão, questionamos os paradigmas que analisam as favelas e assentamentos populares apenas a partir da ótica da desordem e da absoluta liberdade urbana, como se não houvesse nenhuma forma de regulação interna desses espaços. Dessa forma, em que pese os graves problemas urbanos dos assentamentos informais, a configuração espacial de seu tecido “esconde uma lógica interna pautada pelo aproveitamento máximo do terreno e dos recursos empregados, produzindo uma grande flexibilidade espacial que garante a estruturação de uma hierarquia interna” (LOBOSCO, 2022, p.31). Solange Carvalho (2020) demonstra haver um descompasso entre os planos e projetos urbanísticos promovidos pelo Estado e as práticas espaciais informais empreendidas pelos moradores das favelas. A autora demonstra que, via de regra, as políticas de urbanização de favelas pretendem impor padrões urbanísticos em substituição às dinâmicas preexistentes – a qual ela denomina de “lógica da favela” –, na intenção de integrar esses territórios às formas dominantes da paisagem urbana.

Os assentamentos informais – como obras territorializadas dos grupos populares da cidade – vêm sendo construídos há mais de um século pelo esforço coletivo dos seus moradores, mas não obstante esse fato, suas práticas espaciais de apropriação do espaço não costumam ser compreendidas como planejamento. Marcelo Lopes de Souza (2008, p.88) indica que a intelectualidade crítica costuma amaldiçoar “a própria palavra ‘planejamento’”, não conseguindo vislumbrar tais movimentos “enquanto planejamentos alternativos, expressões proativas e propositivas de uma resistência”. Assunto que será aprofundado na próxima seção.

4.4. PLANEJAMENTO INSURGENTE: DO DIREITO À MORADIA AO DIREITO À CIDADE

Os feitos do planejamento urbano vêm sendo narrados de forma supostamente impessoal e objetiva, geralmente por profissionais do próprio campo disciplinar e a partir da sua versão oficial e promovida pelo Estado (SANDERCOCK, 1998). Esse fato resulta em uma **narrativa limitante em termos de quem são os sujeitos relevantes do planejamento**. Ao considerar apenas os profissionais do urbano e o Estado como agentes, as narrativas excluem sistematicamente as práticas de planejamento das classes mais pobres, dos negros, das minorias étnicas e de gênero. Corrobora com essa visão, o fato de que a autoconstrução de uma comunidade não glorifica a profissão ou o poder público, mas, ao contrário, demonstra a capacidade das pessoas comuns de planejar e produzir a cidade, apesar de todas as forças de exclusão e marginalização que caracterizaram as políticas urbanas.

Para suprir essas exclusões sistemáticas – tanto em relação aos sujeitos quanto ao próprio objeto do planejamento – Sandercock (1998) afirma ser fundamental romper com o paradigma do planejamento funcionalista, racista, classista e sexista e vislumbrar alternativas a ele, como formas de compreender o passado e imaginar um futuro diferente para a disciplina. Nessa perspectiva, observamos na contemporaneidade que os planejamentos alternativos e contra hegemônicos têm sido alvo de muitas pesquisas, possuindo diferentes denominações e especificidades, como por exemplo: planejamento insurgente (HOLSTON, 1995, 2016; FRIEDMANN, 2002, 2011; MIRAFTAB, 2009, 2016); planejamento radical (FIRAFTAB, 2009; FRIEDMANN, 1987); planejamento subversivo (RANDOLPH, 2007, 2014); planejamento conflitual (VAINER ET AL., 2012). De modo abrangente, esses estudos buscam, cada qual a sua maneira, incorporar um conjunto mais inclusivo de práticas de planejamento, questionando relações de poder vinculadas a temas como a colonialidade, o patriarcado, a dominação de classe, o racismo e questões de gênero.

Muitos autores (dentre eles MARICATO, ROLNIK, HARVEY, DAVIS ET. AL., 2013; RANDOLPH, 2014; LIMA, 2014, 2015; HOLSTON, 2016; MAZIVIERO E ALMEIDA, 2017; COLOSSO, 2019) abordaram em seus trabalhos a relação entre as práticas urbanas insurgentes e os levantes e rebeliões urbanas ocorridos ao longo do século XXI em diversas cidades ao redor do mundo¹⁰⁹, que contestaram – com suas pautas específicas - as políticas neoliberais na busca de novas esferas públicas de participação e reivindicação de direitos (HOLSTON, 2016). No entanto, tais movimentos, como uma amálgama complexa de protesto e insurgência não são o foco da presente investigação. Propõe-se aqui **centrar a discussão na insurgência que nasce nas e a partir das periferias urbanas do sul global**, nas quais os residentes transformam suas necessidades básicas em arenas para o desenvolvimento de *cidadanias insurgentes*.

Holston (1995, p.48) foi o primeiro autor a cunhar o termo *urbanismo insurgente*, como o modo especializado das *cidadanias insurgentes* que se concentram na experiência urbana e que proporcionam fontes alternativas para o desenvolvimento de novos tipos de práticas e narrativas sobre o pertencimento e a participação na sociedade. Para o autor, a urbanização do sul global no último quarto de século articulou o direito à cidade ao direito de cidadania, e, nesse processo, reinventou o direito à cidade como um direito de pertencimento urbano, muito distinto da noção de cidadania nacional, vinculada ao Estado-nação:

o **direito insurgente à cidade** confronta os regimes entrincheirados com formulações alternativas de **cidadania**, e não meramente com protestos e violência idiossincráticos e/ou instrumentais. Essa formulação constitui uma nova pauta conceitual para o direito à cidade, desenvolvido primariamente em cidades do sul global (HOLSTON, 2016, p.195, GRIFO NOSSO).

¹⁰⁹ Como exemplo de tais movimentos podem ser citados a Primavera Árabe entre 2010 e 2011 em países do Oriente Médio, o *Occupy Wall Street* de 2011 nos EUA e que se alastrou em diversas cidades do mundo; as manifestações de 2013 no Brasil, que iniciaram como o aumento das tarifas de transporte público em diversas capitais, entre outras.

Faranak Miraftab (2009; 2016) reconhece o planejamento insurgente como um conjunto de práticas que respondem à hegemonia do capitalismo neoliberal e suas estratégias de dominação, e que tem lugar principalmente nos assentamentos informais e nas comunidades pós-coloniais do sul global. Tal enfoque se justifica pela realidade material desses países, fortemente marcadas por suas raízes históricas, políticas e culturais de dominação e desigualdade, nos quais mais de dois terços das cidades são desenvolvidas fora das estruturas formais de planejamento profissional. Nessa perspectiva, Miraftab propõe descolonizar a imaginação dos planejadores, questionando os pressupostos modernizantes que impõem um certo paradigma de desenvolvimento urbano para as cidades do sul global. Propõe, assim, olhar para essas cidades não como fracassadas, mas “compreendê-las por suas próprias regras do jogo e valores, e não pelas prescrições de planejamento e fantasias do Ocidente” (MIRAFTAB, 2009, p.24). Dessa compreensão resulta uma mudança de paradigma, na qual é dada mais ênfase às práticas do que aos atores – do planejador para o planejamento – sendo os planejadores profissionais apenas mais um dos atores.

Trazendo essa discussão para o contexto brasileiro, Randolph (2014) – ao analisar a conjuntura de deterioração urbana pós grandes investimentos em eventos de grande porte no Brasil (em especial a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro em 2016) – aponta que começaram a ser questionados tanto os projetos em si quanto os responsáveis técnicos por sua idealização.

Em outras palavras: **é o próprio planejamento e são os planejadores que devem se perguntar**, nestes momentos, até que ponto **são corresponsáveis por aquilo que está sendo criticado**; e, ainda mais importante, como podem contribuir para reverter essa tendência da “des-urbanização” das cidades; esse processo de transformá-las em espaços abstratos, suscetíveis a sua transformação em mera mercadoria (RANDOLPH, 2014, p.42, GRIFO NOSSO).

A Vila Autódromo é um caso emblemático desse processo de mercantilização urbana e de luta da comunidade pelo direito de permanência contra o processo de remoções forçadas em função da implantação do projeto olímpico na cidade do Rio de Janeiro. A comunidade da Vila Autódromo (ou o que restou dela, já que mais de 83% das casas foram demolidas) se situa em uma área pública na região administrativa da Barra da Tijuca, principal área de expansão imobiliária para as camadas de média e alta renda. Está assentada ao lado do local destinado à implantação da Cidade Olímpica, e, por essa proximidade, passou a sofrer pressões governamentais pela remoção da comunidade. No entanto, esse processo não se deu sem a resistência dos moradores que lideraram uma experiência pioneira de planejamento e que conduziu à elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo¹¹⁰.

O plano trouxe como originalidade o fato de propor uma prática alternativa de planejamento, na qual os moradores construíram de forma autônoma e à margem do poder público as propostas para o bairro no qual queriam permanecer. Vainer et al. (2012, p.17) denominaram o processo ocorrido na Vila Autódromo de “planejamento conflitual”, sobretudo pelo reconhecimento dos conflitos urbanos e da capacidade dos “processos conflituosos de constituírem sujeitos coletivos aptos a ocuparem, de forma autônoma, a cena pública”. Essa experiência reforça que o direito à cidade “se afirma como direito a pensar e lutar por uma cidade diferente, cujos destinos sejam definidos por outros que não aqueles que fazem da cidade um grande negócio” (p.17).

Esse caso é uma ilustração das práticas insurgentes por ter sido uma experiência autônoma, na qual “Os moradores simultaneamente se queixam das omissões dos poderes públicos e se orgulham de terem construído, com suas próprias mãos, o bairro que amam e no qual querem permanecer” (VAINER ET AL., 2012, p.16). Infelizmente as estruturas do poder do Estado foram mais fortes e, mesmo com toda a mobilização, a Vila Autódromo foi quase inteiramente removida, e parte de seus moradores foram

¹¹⁰ O plano foi conduzido pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo e contou com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense.

transferidos para um conjunto habitacional construído pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro¹¹¹. Gonçalves e Vale (2018, p.448) indicam que pouquíssimo tempo após a transferência das famílias, os moradores já reclamavam da qualidade das construções. Para as últimas vinte famílias que resistiram e permaneceram no local, a Prefeitura elaborou um plano de urbanização – sem a efetiva participação dos moradores – e que previa a construção de casas geminadas, escola, área de lazer e urbanização.

Assim como no caso da Vila Autódromo, no contexto de lutas pelo direito à cidade no Brasil temos uma variedade de pequenos movimentos reivindicatórios por melhoramentos urbanos e sociais, particularmente nas favelas e nos loteamentos irregulares, que, a partir de um dado ponto, ganham amplitude. Nas palavras de Souza (2008, p.88, GRIFO NOSSO) passam “**da luta de bairro para uma luta a partir do bairro**”. Tais movimentos, ao passo que resistem às ações do planejamento institucionalizado, também afirmam um contra projeto e um contra planejamento. O geógrafo aponta que há muito tempo a sociedade civil tem praticado o planejamento de seus espaços cotidianos: “Os pobres urbanos, particularmente, não esperaram que algum teórico os exortasse a produzir suas organizações menos ou mais autônomas, a resistir a despejos e a criar, via de regra sem qualquer ajuda, seus espaços de vida (...)” (SOUZA, 2010[2001], p.86).

Nesse sentido, Holston (2008) indica que a construção de uma cidadania urbana insurgente nos assentamentos populares brasileiros articulou o **direito à cidade ao direito de cidadania**, a partir do momento em que os moradores começaram a vislumbrar suas demandas não apenas como necessidades práticas, mas como direitos de cidadãos. Para o antropólogo, esses territórios foram organizados ao redor da vida social doméstica, como espaços autônomos possíveis para as classes populares. Nessa vivência, os moradores identificam “em cada telha assentada, cada utensílio, num sofá e num segundo andar, com cada novo posto de saúde, escola, rua asfaltada e tubulação de esgoto – como prestações dessa narrativa da transformação da vida subalterna” (HOLSTON, 2008, p.217).

Numa perspectiva compartilhada, Tales Lobosco (2011, p.42) salienta que as práticas e os padrões de ocupação dos territórios populares são revestidos de valores distintos da cidade dita formal: “o feio e o inacabado se transformam em utilitário e em processo, e a construção, ainda que precária, cristaliza o esforço da resistência e da evolução constante na produção da moradia, despertando o apreço e orgulho dos seus habitantes”. Desse modo, aferimos que as práticas espaciais dos territórios populares respondem a padrões de produção do espaço específicos, vinculadas ao atendimento imediato das necessidades e também a valores simbólicos vinculados aos seus modos de vida, ocorrendo em uma complexa relação dialética entre formalidade e informalidade e entre acomodação e resistência às práticas urbanísticas hegemônicas.

Ante o exposto, e não obstante as diversas transformações ao longo do tempo – sejam nas nomenclaturas, nas formas ou nos conteúdos –, observamos que o planejamento urbano praticado no Brasil não tem se mostrado compatível para lidar com a complexidade das grandes cidades do país, ainda tão segregadas e desiguais. Como buscamos ressaltar, a suposta “falta de planejamento” dos territórios populares não acontece por espontaneidade ou por uma simples contravenção, mas tem raízes profundas em instrumentos e políticas urbanas que legitimam a subalternização das camadas mais pobres da população e desqualificam suas práticas e saberes locais.

Na conjuntura do urbanismo neoliberal, testemunhamos à supremacia do mercado como principal agente das políticas urbanas somado à redução do papel do Estado na condução das políticas públicas. Nesse panorama, constatamos a aplicação seletiva dos planos e projetos urbanísticos, muitas vezes não sendo a lei *stricto sensu* que prevalece e sim a lei de mercado, o que evidencia que nas áreas

¹¹¹ À medida que as famílias saíam de suas casas, a prefeitura realizava imediatamente a demolição das moradias e deixava os escombros, além de não providenciar nenhum reparo nos serviços, de água e luz, inviabilizando a vida daqueles que permaneciam no local. Com a finalidade de receber os moradores removidos da Vila Autódromo, a prefeitura construiu um conjunto habitacional com 900 apartamentos distribuídos em 4 condomínios, chamado de Parque Carioca, situado a 1,5 km da localização original (Gonçalves e Vale, 2018).

desvalorizadas e (ainda) não cobiçadas pelo capital as normas urbanísticas podem ser transgredidas ou toleradas. O caso da Vila Autódromo é exemplar ao confirmar a afirmação de Ermínia Maricato (2002, p.161, GRIFO NOSSO) de que **“O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade”**.

Diante desse panorama, nos valem da citação de Paul Baran (1963 APUD OLIVEIRA, 1987, p.25), na qual o economista é categórico ao afirmar que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas é o capitalismo que planeja o planejamento”. Partindo da mesma premissa, podemos inferir que é também o capitalismo que planeja o *não planejamento seletivo* de nossas cidades, atuando como um mecanismo permanente de segregação socioespacial e de reforço de uma cidadania excludente, restrita a uma parcela específica da população. Randolph (2014, p.50) aponta que “o planejamento é tido em geral, como uma atividade que é tudo menos revolucionária, insurgente ou subversiva. Talvez seja até ‘contrarrevolucionária’; ‘contra-insurgente’; ‘contra-subversiva’”.

Para mudar essa trajetória, defendemos ser necessário construir um novo paradigma sobre o planejamento urbano no Brasil, que represente uma leitura renovada sobre o espaço urbano, adaptada à nossa realidade concreta e que se oponha ao seu caráter de colonização territorial de forma a articular o direito à moradia ao direito à cidade. Isso posto, passaremos na próxima Parte da tese para uma investigação sobre as correntes de pensamento urbano que incorporam as dimensões da escala cotidiana e tática em suas formulações, buscando ampliar e contribuir para o debate sobre a GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.

PARTE III

MODOS DE PENSAR-FAZER



A Parte III organiza os discursos e fundamentos teóricos de sustentação da tese. Para tanto são exploradas teorias sobre a dimensão da vida cotidiana, sobre os saberes autoconstruídos nos territórios populares, sobre a atuação tática no espaço urbano, e sobre como o urbanismo se apropriou dessas teorias. Intencionamos identificar as potencialidades e também as limitações dessas abordagens para o entendimento das práticas espaciais que operam na produção cotidiana dos espaços opacos. Num segundo momento, nos debruçamos sobre a gambiarra enquanto ação tática, em uma leitura relacional e dialética, sempre vinculada à sua inserção em um dado contexto socioespacial, técnico e histórico específico. Em continuidade, apresentamos algumas possibilidades de categorização do fenômeno a partir das contribuições de Rodrigo Bouffleur. Buscamos compreender a gambiarra enquanto sistema indissociável de objetos e ações, e enquanto processo e produto, sempre numa perspectiva relacional.

CAPÍTULO 5 | ABORDAGENS TÁTICAS NO ESPAÇO URBANO

Este capítulo explora as abordagens táticas no espaço urbano a partir do referencial teórico sobre as práticas cotidianas de produção do espaço. Primeiramente, são exploradas as contribuições de Henri Lefebvre e Michel de Certeau para a fundamentação de uma teoria sobre a dimensão da vida cotidiana. Na sequência são investigadas algumas correntes do campo do urbanismo que vislumbram nas ações táticas das práticas do cotidiano novas maneiras de pensar e produzir cidade. Exploramos as ideias ao redor do tema da autoconstrução e dos saberes autoconstruídos, e também algumas abordagens contemporâneas sobre o urbanismo tático, com o objetivo de investigar suas principais contribuições, limitações e conflitos teóricos e práticos para pensar a ação tática no contexto de produção do espaço urbano periférico.

5.1. O SABER-FAZER DAS PRÁTICAS COTIDIANAS

Todo dia ela faz tudo sempre igual
Me sacode às seis horas da manhã
Me sorri um sorriso pontual
E me beija com a boca de hortelã
(...)

Todo dia eu só penso em poder parar
Meio-dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão

[Chico Buarque, trecho da canção *Cotidiano*, 1971]

Essas pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal.
É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua
vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver,
apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que
se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora.

[Henri Lefebvre, 1991, p. 27]

Em uma sociedade pautada pela esfera da acumulação capitalista, o sujeito não se reconhece no produto de seu trabalho e não consegue perceber a possibilidade de uma mudança – resignado depois de mais um dia previsível e sufocante de trabalho (ou da falta dele), ele *se cala com a boca de feijão*. Este sujeito - destituído de tudo que lhe é próprio – apenas sobrevive em suas atividades cotidianas básicas (comer, dormir, beber, se reproduzir). A este fato (ou fardo?), Henri Lefebvre, no seminal *O direito à cidade* (2011[1968]), aponta que:

Basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para a estação próxima ou distante, para o metrô superlotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e voltar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte (p.118).

Nesse moto-contínuo, o cotidiano se torna uma fonte de alienação do indivíduo. Para Marx, a alienação explicita a descaracterização da própria humanidade, da essência do sujeito, que passa a se enxergar como

um acidente e não como determinante de sua história¹¹². A partir da teoria marxista sobre a alienação, Lefebvre (1991[1947]) identifica que o cotidiano passa a ser definido pelo que “sobra”: pelos resíduos deixados pelo conjunto de atividades laborais especializadas que deixam “um 'vácuo técnico' que é preenchido pela vida cotidiana. E é justamente na vida cotidiana que se exprime a soma das relações que fazem de cada ser humano um todo, e que coloca em jogo a totalidade do real, com todas as suas diferenças e seus conflitos” (P.97, TRADUÇÃO LIVRE).

Muito embora a fragmentação do trabalho industrial moderno oculte o caráter social de todo o trabalho realizado, Lefebvre defende que a vida do trabalhador seja estudada em seus variados aspectos e contradições, tendo em vista que:

ao considerarmos a vida global do trabalhador, veremos que seu trabalho e sua atitude em relação ao trabalho estão **ligados à prática social como um todo, à sua experiência como um todo**, suas atividades de lazer, sua vida familiar, seus objetivos culturais e políticos, bem como à luta de classes. Além disso, esse **'todo' deve ser tomado no contexto de um país e nação específicos, em um momento específico de civilização e desenvolvimento social, e envolvendo um determinado conjunto de necessidades**. E isso nos traz de volta à crítica da vida cotidiana (LEFEBVRE, 1991[1947], p.87-8, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSO).

A crítica da vida cotidiana estuda, portanto, a natureza humana em sua concretude. Segundo Lefebvre, a condição proletária no interior da sociedade capitalista implica em um duplo caráter, marcado por um movimento dialético: por um lado o peso do trabalho e das instituições tende a subjugar e esmagar o trabalhador, mas, por outro lado, é no incessante contato com o real e com a natureza do trabalho que o proletário amplia seu senso de realidade – senso que outros grupos sociais (a exemplo da burguesia) perdem na medida em que se vinculam às atividades dispensáveis ou “improdutivas”¹¹³. Dessa forma, o autor postula que, dialeticamente, a substância da vida cotidiana do proletariado em sua simplicidade e dureza revela – para além das adversidades impostas pelas condições de trabalho extremas – uma riqueza e **uma autêntica capacidade produtiva e criadora** (BARREIRA, 2009, p.72).

A partir de uma determinada configuração histórica e social – pelo viés do materialismo histórico –, Lefebvre ensejava elevar o cotidiano ao plano teórico, na compreensão de que é no cotidiano que podemos compreender a realidade vivida tal como ela é. Suas contribuições sobre a crítica da vida cotidiana influenciaram uma série de trabalhos subsequentes, dentre eles as reflexões do filósofo francês Michel de Certeau (1998 [1980]). Certeau busca atribuir às práticas ordinárias do cotidiano o estatuto de objeto teórico, tentando estabelecer uma “teoria das práticas” ao convocar uma multiplicidade de saberes e de métodos observados nas práticas cotidianas comuns. Segundo o autor, tais saberes e métodos se organizam segundo esquemas operacionais, que intervêm na manipulação dos sistemas reguladores impostos, e introduzem novas maneiras de tirar partido destes.

Essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção. (...) se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de “táticas” articuladas sobre os “detalhes” do cotidiano (...) (CERTEAU, 1998 [1980], P.41).

Como já evidenciado com rigor por Engels em *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (2007[1845]), a Revolução Industrial afetou toda a estrutura socioespacial vigente, e provocou mudanças estruturais não apenas no modo de produção como também nas relações sociais, acarretando uma profunda ruptura na

¹¹² Vinicius Siqueira, disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-que-e-alienacao-em-marx/> Acesso em 02/mar/2022.

¹¹³ Lefebvre (1991[1947]) considera que, embora a classe operária sofra uma séria de privações, essas se distinguem da classe burguesa, que não tem consciência da privação a que está submetida, tendo em vista “confundir sua 'privação' e sua propriedade, pois os dois andam juntos: ele pensa que é dono de si mesmo, de suas ideias, de sua vida, de sua família, de seu país, assim como possui seus 'bens' materiais. A privação da classe trabalhadora é rica em possibilidades”. (*ibid.*, p.143, tradução nossa).

esfera cotidiana dos trabalhadores. Nesta obra, ele narra como o processo de substituição sucessiva dos trabalhadores manuais pelas máquinas impactou na divisão organizacional do trabalho, reduzindo o trabalhador a um mero fragmento. David Harvey (1992, p.102) corrobora este argumento quando afirma que: “Essa fragmentação forçada, que é tanto social como técnica num mesmo processo de trabalho, é acentuada pela perda de controle sobre os instrumentos de produção, que transforma o trabalhador, efetivamente, num ‘apêndice’ da máquina”.

Temos assim que a otimização dos procedimentos técnicos, sobretudo pela introdução das máquinas na esfera produtiva, implicou na desvinculação entre as artes e os ofícios e seus aparatos técnicos. Neste processo, o *saber-fazer* artesanal continuou subsistindo, porém, **sem a legitimidade da racionalidade produtivista**, ficando à margem das práxis ditas científicas. Certeau postula que:

o saber-fazer se acha lentamente **privado daquilo que o articulava objetivamente num fazer**. Aos poucos essas técnicas lhe são tiradas para serem transformadas em máquinas, e então o saber-fazer parece retirar-se para um *saber subjetivo*, separado da linguagem de seus procedimentos (que agora lhe são devolvidos e impostos em máquinas produzidas por uma tecnologia). Toma as feições de uma capacidade “intuitiva” ou “reflexa”, quase secreta, cujo estatuto fica indefinido (CERTEAU, 1998, p.141, GRIFO NOSSO).

Desse modo, e na medida em que foi progressivamente dissociado de seus procedimentos técnicos, o saber-fazer cotidiano passa a ser reduzido a um “instinto” ou um “faro” particular do sujeito, *um saber não sabido*: “trata-se de um saber sobre os quais os sujeitos não refletem” (p.143). E neste sentido, o saber-fazer das práticas cotidianas passa a ser reconhecido apenas por seus intérpretes em seu espelho discursivo [a exemplo da cultura dita “popular” tão valorizada por grupos “eruditos”], mas que tampouco detêm tal saber. Portanto, este *saber-fazer* pertence a todos e não pertence a ninguém: “fica circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum” (p.143).

Trazendo esta discussão para o campo urbano, Certeau indica que a noção de “cidade” instaurada pelo discurso moderno do projeto urbanístico totalizador busca excluir as práticas ordinárias, singulares e plurais do cotidiano, mas que estas sobrevivem e se proliferam, alheias ao sistema que as pretende administrar ou suprimir, “combinados segundo táticas ilegíveis, mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícias (...)” (p.175). Propõe assim, estabelecer uma “teoria das práticas cotidianas”, a partir da investigação de alguns desses procedimentos “multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos”, que “escapam à disciplina”, sem, contudo, ficarem alheios ao campo de poder que esta disciplina estabelece.

Observamos dessa forma que – planejada ou não – a cidade é continuamente reinventada e modificada fisicamente pelas atividades cotidianas, as quais se manifestam no ambiente urbano por suas diversas “maneiras de fazer”. A cidade se constitui, portanto, nesse emaranhado de planos e projetos urbanos formais mesclados às intervenções fluidas do cotidiano e que desafiam uma certa concepção da cidade ideal dos planejadores e urbanistas.

5.2. O SABER-FAZER AUTOCONSTRUÍDO

É de largo conhecimento que os processos de autoconstrução nos territórios populares estão amplamente presentes na consolidação das cidades, sendo importantes meios de provisão habitacional para uma grande parcela da população. Estima-se que aproximadamente 85% da produção residencial nas cidades brasileiras seja realizada sem a participação ou interferência direta de arquitetos e/ou engenheiros (CAU/BR, 2022), não estando restrita apenas às camadas de baixa renda. Não obstante a grandeza desse índice, a arquitetura popular e autoconstruída – enquanto campo de estudo dedicado ao reconhecimento das práticas que envolvem não apenas os objetos edificados, mas também a construção de infraestruturas, espaços coletivos e paisagens urbanas pelos próprios moradores – costuma ser pouco debatida e aprofundada na formação acadêmica e no rebatimento profissional de arquitetos e urbanistas.

Muito embora o tema da autoconstrução tenha ganhado visibilidade a partir do processo de redemocratização do país e de luta pela reforma urbana nos anos 1980¹¹⁴, e voltado à cena nas duas últimas décadas – sobretudo a partir da promulgação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) e da Lei de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (BRASIL, 2008) –, ainda há uma pequena parcela de pesquisas acadêmicas que se dedicam ao tema, se comparada à proporção que esta prática ocupa na produção do espaço urbano no país¹¹⁵. Vimos defendendo ao longo da tese que esse escasso (re)conhecimento dos modos de fazer que compõem a maior parte das cidades brasileiras se alicerça em questões arraigadas à colonialidade e que repercutem na desvalorização dos saberes e práticas populares como respostas válidas de construir e habitar a cidade. Além disso, atribuímos esse descrédito ao fato de que, por ocorrerem fora dos circuitos formais acadêmicos e profissionais, essas práticas minorariam a importância da atuação dos especialistas, deslegitimando o saber especializado do arquiteto e urbanista.

Com o tempo, esses traços coloniais vão se transformando em narrativas pautadas por estigmas culturais, sociais e estéticos, em que há uma associação direta entre *autoconstrução* e *precariedade* a partir de critérios fixos e estanques – normalmente fundamentados pelo julgamento da forma física (uma estética “menor”) e suas patologias (insegurança estrutural, insalubridade, falta de revestimento etc.) (LINHARES, 2018). Não devemos perder de vista, todavia, que a materialidade resultante dessas soluções está assentada em uma série de condicionantes históricos, culturais e socioespaciais, que repercutem em outras lógicas de construir que escapam aos padrões hegemônicos e universalizantes de produção do espaço. Isso posto, enfatizaremos a seguir algumas proposições teóricas e práticas sobre os saberes autoconstruídos, analisando suas repercussões e contradições para a compreensão das ações táticas e autogestionárias nas favelas e periferias urbanas, de maneira a situar o que denominamos GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA num panorama mais abrangente.

A MORADIA COMO VERBO

No contexto dos países sul-americanos, desde a década de 1960, uma série de programas governamentais começaram a incorporar o ideário da autoconstrução assistida como alternativa para produção de habitação de baixo custo. Esses programas eram realizados por meio de incentivos a cooperativas habitacionais, a mutirões edificados em sistemas de autoconstrução e também a projetos de habitação embrionária passível de ampliações pelos próprios beneficiários (ZYLBERSZTAJN, 2018, p.20). Um dos principais difusores dessas ideias foi o arquiteto britânico John F.C. Turner (1927-2023), que desenvolveu entre as décadas de 1960 e 1970 uma série de propostas sobre autogestão habitacional e moradia progressiva (*progressive development house*) como possibilidade real de acesso à habitação pelas camadas mais pobres. Suas análises se fundamentaram principalmente por suas incursões aos assentamentos informais da América do Sul, e, em especial, no Peru entre 1957 e 1965.

O legado *turneriano* encontrou ressonância em diversas políticas públicas na América Latina, ganhando notoriedade em programas governamentais em parceria com agências internacionais, a exemplo do “*Site and Service*” (“local e serviço” em livre tradução) – que consistia no provimento de lotes dotados de infraestrutura e saneamento básico a preços acessíveis a populações pobres – e do “*Slum upgrade*”

¹¹⁴ Durante o processo de redemocratização do país diversos profissionais, entre eles Arquitetos e Urbanistas, organizados em entidades denominadas Assessorias Técnicas, buscaram dar suporte para projetos de Habitação de Interesse Social. Essas entidades foram responsáveis por fazer a interlocução entre a população carente de moradia e o poder público, visando, dessa maneira, fomentar e realizar programas e projetos habitacionais em regime de mutirão com autogestão para Associações de Moradores e Movimentos Sociais de Moradia. Disponível em <https://www.athis.org.br/> Acesso em 21 mar. 2024.

¹¹⁵ Dentre os trabalhos dedicados ao tema da autoconstrução sublinhamos as contribuições de Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik e Francisco de Oliveira, e, mais recentemente, a produção de grupos de pesquisa como: Práticas Sociais no Espaço Urbano (PRÁXIS/UFMG); Morar de Outras Maneiras (MOM/UFMG) e Arquitetura Popular: espaços e saberes (ARQPOP/UFBA).

(“melhoramento de favelas” em livre tradução) – que consistia na estratégia de provimento de melhoramentos urbanos em assentamentos informais, considerando as pré-existências, ambos promovidos pelo Banco Mundial¹¹⁶. A influência de Turner também é notória nos programas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)¹¹⁷ e também em ações no campo da habitação social – como por exemplo os planos de urbanização propostos pelo *Grupo Quadra* (liderado por Carlos Nelson Ferreira do Santos) desenvolvidas no Brasil na década de 1980 e os projetos de habitação de interesse social desenvolvidos pelo escritório *Elemental* (coordenado por Alejandro Aravena) no Chile nos anos 2000.

Em seu balanço sobre o sistema de provisionamento estatal de habitação social na América Latina, Turner identificava como principais problemas: 1) o predomínio de critérios majoritariamente quantitativos, centrados na questão do **déficit habitacional**; 2) a má qualidade dos conjuntos habitacionais, seguindo a lógica de abranger o maior número de pessoas pelo **menor custo**; 3) a preponderância de sistemas centralizados, que resultam em **produtos homogêneos** e produzidos em **larga escala**. Consideramos que essas críticas aos mecanismos para o enfrentamento da questão da moradia continuam pertinentes e válidas até os tempos atuais, tendo em vista que persistem em iniciativas brasileiras contemporâneas, como é o caso do programa *Minha Casa Minha Vida* (já fartamente exploradas no CAPÍTULO 4).

Conforme sugere Turner, a padronização de procedimentos e produtos dos conjuntos habitacionais estatais entra em conflito com a variedade local e pessoal dos indivíduos. Nesse contexto, os moradores têm pouca ou nenhuma autonomia e poder de decisão, restando optar por um pacote fechado, ao qual têm que *pegar ou largar* (TURNER, 1976, p. 53 E 87). Em contraponto aos grandes blocos de apartamentos, rentáveis do ponto de vista econômico, mas com baixos índices de adaptabilidade e customização, Turner propõe investir nas soluções de autoconstrução, as quais gerariam uma maior diversidade de ocupação, de acordo com a conveniência e possibilidade de cada família.

Em uma de suas obras mais conhecidas, *Housing by People* (1976), Turner afirma que autogestão não significa necessariamente que seja o próprio morador ou a comunidade a realizar a obra, mas que esses possuam autonomia e controle para decidirem sobre suas habitações e espaços de vida. Na sua leitura, se as instituições públicas e privadas não conseguem fornecer soluções adequadas às necessidades habitacionais, torna-se imperativo que essas necessidades sejam contornadas pela própria população, afinal em suas palavras: “(...) as pequenas imperfeições na habitação de cada um são mais toleráveis se forem responsabilidade do próprio do que se tiverem sido causadas por outrem” (TURNER, 1972, p.171, TRADUÇÃO LIVRE). Nesse sentido, reforçava a interpretação do arquiteto e urbanista como profissional que presta assessoria em contextos em que os atores já demonstravam serem capazes de construir suas próprias casas:

Os recursos pessoais e locais são a imaginação, a iniciativa, o empenho e a responsabilidade, a habilidade e a força muscular; a capacidade de utilizar áreas específicas e frequentemente irregulares de terra ou materiais e ferramentas disponíveis localmente; a capacidade de

¹¹⁶ Além desses programas, podemos destacar: **no Peru**, o programa PREVI (Proyecto Experimental de Vivienda Projeto), implantado pelo governo peruano com a assistência técnica fornecida pelas Nações Unidas; **no Chile**, o programa *Viviendas Progressivas*, que incentivava a edificação de uma unidade embrionária, passível de ampliações, realizado parcialmente com subsídio público; **no Uruguai**, as *Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas*, que implementam uma série de projetos de unidades habitacionais edificadas por comunidades organizadas em cooperativas habitacionais e **no Brasil**, programas encampados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) incorporam a autoconstrução assistida, como o Promorar (Programa de financiamento de lotes urbanizados) e o Profilurb (Programa de Erradicação de Sub-habitação) (ZYLBERSZTAJN, 2018, p.20-21).

¹¹⁷ ATHIS são serviços técnicos especializados nas áreas de Arquitetura, Urbanismo, Engenharia, Assistência Social, Direito Urbanístico junto à população de baixa renda par a elaboração e/ou execução de projetos de regularização física, fundiária e de Habitação de Interesse Social. No Brasil, a ATHIS virou lei em 2008 (Lei 11.888/2008), que estabelece "o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6o da Constituição Federal".

organizar empresas e instituições locais; a competitividade construtiva e a capacidade de cooperar. Nenhum destes recursos pode ser utilizado por poderes exógenos ou supralocais contra a vontade do povo (TURNER, 1976, p.48, TRADUÇÃO LIVRE).

Em visita ao Brasil em 1968, a convite do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), ele proferiu uma de suas afirmações mais conhecidas e citadas, que denotam sua leitura sobre a problemática urbana dos assentamentos informais: “Mostraram-me **problemas** - favelas, mocambos e alagados, etc. - que considero **soluções**. E mostraram-me **soluções** - conjuntos de habitação de baixo custo - que eu chamo de **problemas**” (TURNER, 1968, p.17, GRIFO NOSSO). Percebemos a influência das ideias de Turner no país pelo depoimento da socióloga Maria Laís Pereira da Silva a respeito do emblemático processo de urbanização participativa da favela de Brás de Pina¹¹⁸, na cidade do Rio de Janeiro:

Uma influência importante para toda a nossa geração, minha e do Carlos Nelson, foi John Turner, arquiteto e urbanista que desenvolveu durante anos um trabalho nas favelas de Lima, no Peru, e divulgou **a perspectiva do urbanismo "de baixo para cima", ou seja, a partir dos moradores**. [...] John Turner esteve no Rio de Janeiro em 1968 e foi levado a visitar conjuntos habitacionais e favelas; na ocasião, pronunciou uma frase que ficou famosa: "Mostraram-me soluções que são problemas e problemas que são soluções". A frase **transformou-se numa espécie de bandeira para combater a erradicação de favelas**. No caso de Brás de Pina é importante destacar, entre outros aspectos, que **os próprios moradores desenhavam os projetos de melhoria de suas casas. Os arquitetos apenas aconselhavam**: "É melhor botar a porta para lá, e a janela para cá". Em suma, adaptavam a partir de alguns padrões (SILVA, 2002, p. 108-109, GRIFO NOSSO)

Como podemos perceber, o legado de Turner e os projetos e programas nelas inspirados representam uma importante contribuição sobre a possibilidade efetiva de não remover as favelas e assentamentos precários, no sentido de promover estratégias de urbanização e melhoramentos nos territórios com a participação da população residente, valorizando as potencialidades criativas e adaptativas das soluções autoconstruídas.

Dentre os aportes de Turner (1972), o que nos parece mais contundente é a noção de **moradia enquanto verbo** (“*housing as a verb*”), no sentido de que a moradia deve ser compreendida não apenas como *unidade habitacional* (um *substantivo*), mas enquanto **um processo e uma ação em estado contínuo de evolução** (um *verbo*) através das inter-relações que estabelece entre as pessoas, o tempo e o espaço. Carlos Nelson incorpora essa acepção do habitar, quando afirma que "MORAR em uma cidade, um bairro e uma casa" não é redutível "a um instante fixo no tempo e correspondente a um mero espaço material (o da edificação)" (FERREIRA DOS SANTOS, 1980A, p.17-18).

As ideias a respeito da autogestão habitacional e moradia progressiva de Turner não se limitavam exclusivamente a residências individuais ou a pequenos grupos de residências, havendo propostas de atuação mais amplas em bairros ou comunidades inteiras. No entanto, não há como negar que sua defesa sobre a importância da individualidade e especificidade de cada membro da comunidade contribuíram para **reforçar a individualização da luta**, na concepção de que cada morador constrói a sua própria casa de acordo com seus próprios meios e necessidades particulares.

Alan Mayne, em *Slums: the history of a global injustice* (2017, p.210), aponta que o neoliberalismo celebra histórias bem-sucedidas de ascensão dos pobres, nas quais o empreendedorismo floresce *apesar* do caos e da ineficiência das intervenções governamentais, e afirma que esse fato pode ser corroborado pela

¹¹⁸ Brás de Pina foi uma das primeiras experiências de urbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro. A proposta foi desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), que contava com a assessoria e consultoria da Quadra Arquitetos Associados (coordenado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos). Os próprios moradores participavam da elaboração dos desenhos de suas casas, os discutiam com a equipe técnica, e participavam dos orçamentos das obras e da compra dos materiais. Para mais informações ver: FERREIRA DOS SANTOS (1981).

“defesa de Turner da moradia de autoajuda como uma alternativa preferível aos dispendiosos programas de moradia do governo”.

Os bancos de desenvolvimento internacionais e as Nações Unidas foram especialmente atraídos pelas críticas de Turner aos programas de habitação pública dos governos anteriores no mundo em desenvolvimento, e **sua leitura seletiva dos escritos de Turner os levou a defender cada vez mais a melhoria participativa das "favelas" em vez da remoção e realocação em massa** (MAYNE, 2017, P.238, GRIFO NOSSO).

Essas críticas encontram ecos também em *Slumming India* (2002), no qual a Gita Verma ataca duramente o paradigma assistencialista do Banco Mundial e das ONGs urbanas como “salvadores das favelas”, usurpando as vozes autênticas dos moradores e transferindo o rótulo da favela de ‘*problema*’ para ‘*solução*’, sem, contudo, apresentar macroestratégias para reduzir a pobreza urbana (APUD DAVIS, 2006. P.87). Nesse viés, o incentivo ao processo habitacional por meio da autoconstrução casou-se extremamente bem com o avanço das políticas liberais a partir da década de 1970, marcadas pelo esvaziamento do Estado e pela dissolução das políticas de bem-estar social. Nesse bojo, organizações multilaterais de financiamento (a exemplo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento) apoiaram e financiaram práticas de autogestão, nas quais o investimento financeiro do Estado é reduzido por contar com a utilização da força de trabalho não remunerada da população.

Temos assim que, **quando capturada pelo Estado**, uma prática que poderia ser entendida como contra hegemônica acaba por reforçar a expansão capitalista ao baratear o valor da unidade habitacional. Não custa lembrar que essa correlação entre autoconstrução e exploração da força de trabalho foi categoricamente exposta por Chico de Oliveira (1982) e Ermínia Maricato (1982) para o caso brasileiro [ver CAPÍTULO 4]. As práticas autogestionárias não estão, portanto, isentas de contradições, tensões e capturas. Se, por um viés, são responsáveis pelo rebaixamento dos salários e pela superexploração da classe trabalhadora, por outra ótica, são formas de luta e resistência frente à produção desigual do espaço urbano. Trazendo para o contexto brasileiro, Raquel Rolnik aponta que:

A mesma **autoconstrução** - das vilas, favelas e loteamentos - que foi berço destas lutas no final dos anos 1970 e que conduziu a experiências de alternativas habitacionais e de democracia direta nos anos 1980/1990, **hoje volta como forma de luta e resistência ante ao atual modelo de política pública hegemônico**. Um modelo marcado, contraditoriamente por uma imensa massa de recursos orçamentários destinados a subsidiar a moradia para quem mais precisa, **submetido única e exclusivamente a uma lógica de produção pouco aderente às práticas, ritmos e economias destes mesmos grupos** (ROLNIK, 2015B, P.11, GRIFO NOSSO).

Em meio a este cenário de mercantilização das formas de acesso à moradia e à paisagem, as práticas autogestionárias e autoconstruídas se firmam tanto como sintoma quanto como resposta à precarização da vida urbana, evidenciando contradições e paradoxos que circundam a sociedade brasileira como um todo. Diante desse contexto, exploraremos a seguir alguns apontamentos da autoconstrução enquanto ação tática, que parte da apropriação e transgressão dos sistemas dominantes em busca de condições mínimas de exercer o direito de existir e persistir na cidade.

A AUTOCONSTRUÇÃO COMO AÇÃO TÁTICA

O termo *favela* de acordo com o Dicionário Houaiss se refere a um “conjunto de habitações populares, construídas sem planejamento, onde residem pessoas de baixa renda” (HOUAISS, 2024) e pela definição do Plano Diretor do Rio de Janeiro trata-se de:

a área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes (RIO DE JANEIRO, 2011, P.93-94).

Essa vinculação entre favela, precariedade e falta de planejamento nos remete ao modo de operar da autoconstrução e também da gambiarra enquanto um desdobramento tático orientado pelas necessidades imediatas dos moradores e pelas possibilidades técnicas, materiais e financeiras do momento. Nesse viés, são soluções consideradas pelo senso comum como fora dos padrões normativos e dominantes, precárias, ilegais e desprovidas de valor estético.

No livro *Saberes [Auto]Construídos* (MORADO NASCIMENTO ET. AL., 2015B), que apresenta uma série de reflexões e experiências do grupo de pesquisa PRAXIS/UFMG em torno do tema da autoconstrução, os autores identificam diversas ações táticas que se repetem no território, demonstrando haver um **“planejamento tático com pressupostos diferentes daqueles que subsidiam os arquitetos, principalmente no que se refere à sua temporalidade”** (p.34, GRIFO NOSSO). Os autores indicam que, apesar da precariedade (ou justamente por conta dela), as soluções autoconstruídas demandam uma inteligência criativa que pode ser percebida nas associações e conexões entre os diferentes materiais e técnicas utilizados, bem como na otimização dos espaços construídos. Como exemplo citam o hábito dos moradores de estocar materiais diversos e com potencial de serem utilizados na própria casa ou trocados com vizinhos (FIG. 56) e as esperas de ferragens em vigas e lajes para ampliações futuras.



FIG. 56: CASA COM ESTOQUE DE MATERIAIS NA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023)

Morado Nascimento et al. (2015B) enxergam como potencialidade o fato de que na autoconstrução as pessoas deixam de ser apenas consumidoras para se tornarem também produtoras do espaço, em procedimentos associativos que envolvem arranjos, negociações e compartilhamento e troca de saberes entre os atores. Nesse sentido, os produtos derivados da autoconstrução deixariam de ser **apenas objetos técnicos para se tornarem ativadores de práticas coletivas**. Ressaltam, contudo, que nem toda prática de autoconstrução resulta necessariamente em soluções coletivas e que permitam a consolidação de um saber compartilhado.

Ida Matilde Pela, na tese de doutorado *‘O céu é o limite...’ A autoconstrução como obra aberta* (2020) defende que a autoconstrução é uma obra aberta dentro das condições que lhe são características e condicionadas por uma série de relações de força. A autora busca não se filiar à ideia da autoconstrução como *problema* ou como *solução*, mas busca identificar os modos de fazer e as outras lógicas que regem os processos e os saberes próprios desenvolvidos na prática pelos moradores, e, para tanto, evoca o conceito de *táticas populares* de Certeau (1998).

Na tese, Ida Pela parte de sua experiência docente e na assistência técnica em territórios populares de Salvador para identificar quais seriam essas *outras* lógicas que insurgem do saber-fazer autoconstruído.

Nessa investigação, nos chamou a atenção o que ela denominou de *escada astuciosa*, como elemento tático paradigmático identificado nas casas autoconstruídas analisadas pela autora. A escada astuciosa não segue as normas da ABNT ou a famosa “fórmula de Blondel”¹¹⁹, mas se adapta aos espaços mínimos disponíveis e é pensada para permitir a continuidade para andares futuros. Considerando que os novos pavimentos poderão abrigar outras unidades e outras famílias (seja para aluguel ou para abrigar um filho), é preferível que a escada possua acesso independente e intermediário entre o espaço privado e o semipúblico.

Sobre como foram feitas as escadas da Casa Frida, o marido-pintor diz: “A **escada eu fiz na tora, na cara e na coragem**. Bati a laje, botei o concreto, e depois fui fazendo os pilarzinhos (degraus). Coloquei com bloco os degraus.”

Tudo junto e misturado. Esses acessos não partem necessariamente de um só lugar, mas **vão como que germinando pontos de saídas e chegadas**, e num pequeno espaço que sobra, inicia-se uma nova escada. Parecem, as vezes, chegar ao céu. Escadaria para o céu [*em alusão a canção Stairway to Heaven da banda Led Zeppelin*]. Uma escada rapel, assim foi a sensação subindo a escada da Casa Frida (PELA, 2020, p.273 E 275, GRIFO NOSSO).

Qual seria, portanto, a escada ideal para uma casa assentada num terreno de 35m²? Diante desse questionamento, a autora nos propõe o convite de pensar que, ao invés de definir a moradia autoconstruída como “**fora** dos padrões formais e legais”, que essa seja percebida como “**dentro** de um outro’ processo, **dentro** de um ‘outro’ padrão” (PELA, 2020, p.76). Convite aceito, e assim seguimos, para o alto, para os lados, e avante...

5.3. ABORDAGENS TÁTICAS NO URBANISMO

Observamos, sobretudo a partir do final do século XX e início do século XXI, diversos movimentos teóricos e propositivos do campo do urbanismo que passaram a vislumbrar nas ações táticas das práticas ordinárias do cotidiano novas maneiras de pensar e produzir cidade. Exploramos na sequência algumas dessas abordagens, com o objetivo de investigar suas principais contribuições para o campo dos estudos urbanos, como também suas limitações – especialmente considerando a conjuntura de produção do espaço periférico.

Esses movimentos correspondem a uma ampla gama de termos e conceituações, dentre as quais podemos citar: *Do-It-Yourself* Urbanism (Urbanismo Faça-você-mesmo), Urbanismo Tático, Urbanismo de Guerrilha, *Handmade Urbanism* (Urbanismo Feito à Mão) e Acupuntura Urbana. De modo geral, são atuações que valorizam a participação comunitária, a criatividade local e a intervenção pelos próprios habitantes na transformação e melhoria dos espaços urbanos. Têm como principais abordagens o foco nas **melhorias urbanas incrementais de pequena escala** (em oposição às intervenções mais burocráticas associadas ao planejamento urbano convencional) e o foco no cidadão como agente essencial no processo de produção e apropriação da cidade. Essas práticas muitas vezes envolvem a colaboração entre moradores, artistas, arquitetos e urbanistas para criar soluções adaptadas às necessidades e características específicas de determinadas áreas urbanas.

Embora essas práticas venham ganhando mais atenção e engajamento nas últimas duas décadas, observamos que suas raízes remontam aos movimentos de contracultura da década de 1970, ou até antes, como demonstra Emily Talen (2015) em *Do-it-Yourself Urbanism: A History*, que analisa o histórico das

¹¹⁹ As normas e fórmulas citadas dizem respeito ao fato de que as escadas devem ser calculadas segundo uma relação entre o tamanho do piso e do espelho dos degraus, tendo sido esta relação obtida através da análise do tamanho do passo humano médio. As escolas de Arquitetura e Urbanismo ensinam, portanto, que este cálculo deve ser feito a partir da “Fórmula de Blondel”, que foi incorporada pela Norma Brasileira de Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos ABNT NBR 9050 (2004) (LINHARES, 2018).

intervenções DIY no contexto norte-americano. Na década de 1990 ganha força o conceito de “Urbanismo Cotidiano”, que valoriza as apropriações urbanas e informais como expressões espaciais e culturais do cotidiano e rejeita o formalismo dos projetos urbanos impostos de cima para baixo. Foi na década de 2010 que surgiu o termo *Urbanismo Tático* (*Tactical Urbanism*), cunhado pelos jovens urbanistas norte-americanos Mike Lydon e Anthony Garcia (do coletivo denominado *Street Plans Collaborative*) como uma abordagem para a construção e ativação de vizinhanças utilizando intervenções e políticas de curto prazo, baixo custo e multiplicáveis (LYDON E GARCIA, 2015).

Como demonstra Neil Brenner (2016), o urbanismo tático (assim como as demais denominações supracitadas) não se trata de um movimento ou técnica unificada, e pode ser caracterizado por uma ampla gama de projetos urbanos e emergentes, provisórios e experimentais, com horizonte temporal relativamente curto e que apresenta um **potencial paliativo** para influenciar futuros alternativos mais social e espacialmente justos. Brenner indica que, não por acaso, a amplificação das abordagens do tipo “faça-você-mesmo” coincidem com o avanço do neoliberalismo, período no qual se passa a preconizar a mínima intervenção do Estado e a autorregulação da economia e do mercado. As políticas neoliberais, como sabemos, acentuam o [des]investimento nas políticas públicas, a privatização dos espaços públicos, e a valorização do espírito de responsabilização do indivíduo, de empreendedorismo individual. Assim, a **defesa do discurso de que “cada um deve fazer a sua parte”** (DOUGLAS, 2014, p.10, GRIFO NOSSO) nas abordagens táticas do urbanismo são facilmente cooptadas nesse cenário.

Em termos teóricos, observamos que grande parte dessas abordagens se fundamenta no conceito tático de Michel De Certeau (1998), com sua conceituação de estratégia e de tática, atribuindo novas interpretações aos termos de origem militar¹²⁰. O autor define a estratégia como o lugar legitimado pela autoridade e é definida pela diferenciação de um *dentro* e de um *fora*. Já a tática não possui fronteiras definidas e não dispõe de um lugar próprio, ela só tem por lugar o *outro*: “a tática é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (1998, p.101). Dessa forma, enquanto a *estratégia* atua como a “arte do forte”, como a ferramenta formal que parte da estrutura de poder dominante, a *tática* atua como a “arte dos fracos”, entendidos como os cidadãos comuns, que se aproveitam das brechas para atuar. Em contraposição a uma sociedade pautada por estratégias e regras rígidas e verticais, surgem ações táticas horizontais que possibilitam pensar em outras formas de habitar coletivamente a cidade.

Outra referência teórica-conceitual bastante presente nas narrativas dos movimentos urbanos chancelados como táticos é a noção de **Direito à Cidade**. No entanto, como buscaremos demonstrar ao longo deste capítulo, o conceito originalmente formulado por Lefebvre (1991[1968]) vem sendo explorado por essas abordagens de maneira pouco crítica e um tanto superficial, representando uma certa banalização de sua proposição original.

Tendo isso em conta, passaremos a seguir para a leitura de algumas dessas abordagens, buscando compreender suas potencialidades para pensar a feição tática e cotidiana do urbanismo, e alguns de seus conflitos teóricos e práticos para a aplicação de tais abordagens no contexto do Sul Global.

¹²⁰ Para a diferenciação entre *estratégias* e *táticas*, Certeau se inspira no tratado “Da guerra” (1832) de Carl von Clausewitz – um militar prussiano especialista em estratégias de batalha. Para Clausewitz, a tática ensina o emprego das forças nas batalhas e a estratégia a utilização das batalhas para atingir o objetivo da guerra.

URBANISMO COTIDIANO - EVERYDAY URBANISM

O termo *Everyday Urbanism* se firmou como conceito a partir de 1994, fruto da consolidação das discussões ocorridas em um simpósio promovido pelo *Los Angeles Museum of Contemporary Art (Moca)*. Desde então, o grupo responsável pela organização do simpósio iniciou o projeto que culminou com a publicação do livro *Everyday Urbanism* (CRAWFORD ET AL., 2008). O termo parte da concepção de que o *urbanismo* é um campo em constante disputa e que identifica uma ampla arena discursiva que combina as várias disciplinas do urbano (projeto urbano, planejamento urbano, estudos urbanos), em uma abordagem multidimensional da cidade. A expressão *Everyday* ("Cotidiano") se relaciona à experiência vivida e compartilhada pelos moradores urbanos, relacionadas às rotinas banais e comuns do dia a dia – tais como trabalhar, comer, relaxar e se deslocar pela cidade.

Para Crawford, o espaço urbano cotidiano revela um arranjo complexo de práticas sociais no tempo e no espaço e atua como o tecido conjuntivo que une a vida diária coletiva e contrasta com os espaços de uso público oficialmente planejados, mas que muitas vezes se encontram subutilizados. Para embasar teoricamente o conceito, a autora se apoia na trinca de pensadores franceses composta por Henry Lefebvre, Guy Debord e Michel de Certeau, no entendimento de que tais autores são pioneiros na investigação da esfera do cotidiano como uma arena crucial da cultura e da sociedade modernas. Tais autores fundamentaram seus trabalhos, cada qual a seu modo, na conexão entre teoria e práticas sociais e entre pensamento e experiência vivida.

Crawford se alinha com esses autores em relação à possibilidade transformadora da esfera do cotidiano, e entende que as práticas do *urbanismo cotidiano* devem conduzir a mudanças sociais – “não por meio de ideologias políticas abstratas impostas de fora, mas sim por meio de preocupações específicas que surgem da experiência vivida por diferentes indivíduos e grupos na cidade” (CRAWFORD ET AL., 2008, P.13, TRADUÇÃO LIVRE). No entanto, reconhece que tanto Lefebvre quanto Debord partiam da noção da sociedade como totalidade, e neste ponto se distancia deles, ao reconhecer “a fragmentação e a incompletude como condições inevitáveis da vida pós-moderna” (P.13, TRADUÇÃO LIVRE).

Afirma, nessa convicção, que não existe *um* urbanismo do cotidiano *universal*, e sim uma multiplicidade de respostas a tempos e lugares específicos. Nesse sentido, *Everyday Urbanism* busca investigar soluções modestas e pequenas em escala, como “micro utopias, contidas em uma calçada, um banco de ônibus ou um miniparque” (P.13, TRADUÇÃO LIVRE).

A autora apoia a proposição do urbanismo cotidiano na sua vivência da cidade de Los Angeles (onde vive e trabalha), e parte sua argumentação do enfrentamento da crítica pessimista de autores como Richard Sennet e Mike Davis, de que a cidade é reconhecida pelo declínio do seu espaço público, com suas *highways*, *shoppings* e *bulevares comerciais*. Ela busca, em contraponto a essa visão, reposicionar o entendimento de espaço público e encontrar outras formas de enxergar a cidade. E, nessa investigação, aponta ter encontrado uma multiplicidade de atividades públicas em L.A. que redefinem continuamente o espaço público através da experiência vivida.

Em contraste com a fluidez de seu tecido urbano, o tecido social de Los Angeles é fragmentado; não é uma única cidade, mas uma coleção de microcidades definidas por fronteiras visíveis e invisíveis de classe, raça, etnia e religião. Essa multiplicidade de identidades produz uma intrincada paisagem social na qual as culturas se consolidam e se separam, reagindo e interagindo de formas complexas e imprevisíveis (CRAWFORD, 2008, P.26-7, TRADUÇÃO NOSSA).

Segundo ela, sem pretender representar a totalidade do espaço público, essas atividades múltiplas e simultâneas (seja em terrenos baldios, calçadas, parques ou estacionamentos) constroem e revelam uma lógica alternativa do espaço urbano. Entremeados nos padrões da vida cotidiana, é difícil até mesmo discernir esses lugares como espaços públicos: triviais e banais, esses espaços existem nas junções entre o domínio público, privado, comercial e doméstico.

Ambíguos e instáveis, eles confundem nossos entendimentos estabelecidos dessas categorias de maneiras muitas vezes paradoxais. Eles contêm significados múltiplos e em constante mudança, em vez de clareza de função. Na ausência de uma identidade própria distinta, esses espaços podem ser moldados e redefinidos pelas atividades transitórias que acomodam (CRAWFORD, 2008, p.26-7, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSO).

Por meio das necessidades específicas da vida cotidiana, Crawford demonstra como os imigrantes (sobretudo os latinos), com diferentes culturas e demandas acabam por desarticular as categorias da vida social e do espaço urbano. Para ela, as experiências urbanas desses moradores na cidade tornam-se o foco de sua luta para redefinir as condições de pertencimento à sociedade. “Uma vez mobilizadas, as identidades sociais tornam-se demandas políticas, espaços e locais de transformação política, com potencial para remodelar as cidades” (p.35, TRADUÇÃO LIVRE), e produzem novas formas de **cidadania insurgente** [nos termos propostos por James Holston (1995, 2008)].

Ela afirma os espaços cotidianos como os locais públicos onde essas lutas são travadas – seja no limite ambíguo entre público e privado dos *garage sales*, ou nas ruas das cidades, com seus comércios informais – servem como evidência de uma ordem espacial e política emergente, mas ainda não totalmente compreensível, e podem estruturar um novo discurso sobre o entendimento do espaço público, que reconheça nessas manifestações germes alternativos de desenvolvimento da democracia (p.35).



FIG. 57: ROUPAS PARA VENDA DISPOSTAS NA CERCA DE UM LOTE, EM MACARTHUR PARK, LA. FONTE: CRAWFORD (2008)



FIG. 58: ESPAÇO DE VENDAS INFORMAL NA ÁREA FRONTAL DE LOTE RESIDENCIAL, EM EAST LOS ANGELES. FONTE: CRAWFORD (2008)

URBANISMO TÁTICO

O Urbanismo Tático (UT) se trata de uma abordagem difusa e não unificada, cunhada inicialmente por Mike Lydon e Anthony Garcia¹²¹ e que propõe a transformação e a ativação dos espaços urbanos, por meio de ações rápidas e de fácil execução “para a construção e ativação de uma vizinhança, utilizando intervenções e políticas de curto prazo e baixo custo que permitam a imediata recuperação, redesenho ou reprogramação do espaço público, visando verificação e futuras transformações” (SANSÃO-FONTES ET AL, 2021, p.13). As ações de UT podem ser motivadas por diversos atores – tanto pelo poder público, empresas e Organizações Não Governamentais (ações de cima para baixo) quanto por grupos de cidadãos, coletivos e indivíduos (ações de baixo para cima) e até por ações híbridas que envolvam distintas articulações (SANSÃO-FONTES ET AL, 2021). Ainda que existam algumas particularidades locais, de modo geral as práticas de UT estão associadas ao redesenho viário (alargamento de calçadas, implantação de ciclofaixas), à apropriação e melhoria de espaços públicos subutilizados (p.ex. calçadas, rotatórias e praças) e à conversão de áreas ociosas do tecido urbano em novos espaços públicos permanentes ou temporários (lotes vazios e espaços residuais).



FIG. 59: UT DE REDESENHO VIÁRIO EM SÃO PAULO, ESTAÇÕES BERRINI.
FONTE: SANSÃO-FONTES (2019)



FIG. 60: UT NO CHILE, PLAZA DE BOLSILLO PADRE MARIANO EM SANTIAGO DO CHILE. FONTE: SANSÃO-FONTES (2018)

A abordagem ganhou força no início do século XXI, no quadro de crise de governança das cidades contemporâneas, em que tanto o poder público quanto o mercado falharam na entrega de bens públicos à população (LYDON E GARCIA, 2012; BRENNER, 2016). Nesse contexto, o UT questiona o modelo de um planejamento urbano centralizador e que pouco atua sobre a escala humana, na aceção de que a burocracia do Estado inviabiliza o pleno direito à cidade (NOGUEIRA, 2017). A abordagem do UT busca então driblar as instâncias burocráticas, de forma que os cidadãos possam autoconstruir coletivamente soluções urbanas de escala local com uma certa autonomia em relação ao poder decisório do Estado. As ações sob a chancela do Urbanismo Tático ganharam notoriedade sobretudo a partir de eventos e exposições internacionais, dentre os quais merecem destaque: a mostra *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, exibida no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque em 2015; o pavilhão dos Estados Unidos na Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2012, intitulado *Spontaneous Interventions: Design Actions for the Common Good*, dedicado ao urbanismo tático (NOGUEIRA E PORTINARI, 2016).

¹²¹ O termo Urbanismo Tático foi lançado por jovens urbanistas norte-americanos, membros do *Street Plans Collaborative*, que publicaram em 2011 o documento intitulado *Tactical Urbanism: Short-term action, long-term change* (LYDON E GARCIA, 2011). Nos anos que se seguiram foram publicados três volumes denominados “Tacticians” (LYDON E GARCIA, 2012; 2013 e 2014). A origem do termo “tático” está embasada no conceito de Certeau (1998).

Muito embora estejam assentadas em discursos de “empoderamento, colaboração e horizontalidade” (NOGUEIRA E PORTINARI, 2016, p.181) observamos que as ações de UT geralmente partem majoritariamente de grupos das “classes criativas”, geralmente conduzidas por coletivos urbanos formados por designers, artistas visuais e arquitetos, sendo realizadas sobretudo nas áreas centrais e de maior poder aquisitivo das grandes cidades. O sociólogo Gordon Douglas (2012; 2014), que possui uma ampla pesquisa sobre as intervenções DIY (faça-você-mesmo) no norte global, observa que as ações são mais frequentes em bairros recém-descolados e gentrificados do que nos guetos e nas áreas mais pobres dos centros urbanos, nos quais as intervenções seriam mais ostensivamente necessárias. Nogueira e Portinari (2016, p.181) ressaltam que, de modo geral, a figura dos coletivos urbanos busca assumir um papel de mediação “neutra”, como representantes legítimos dos anseios e desejos da sociedade civil. Desse fato resulta que apenas algumas pessoas, que dispõem do privilégio de tempo e recursos materiais para tanto, participem dos processos decisórios: “ainda que o Estado não esteja atuando diretamente, a sociedade é desigual e seria ingênuo pensar que as relações de poder não estariam sendo reproduzidas nestas dinâmicas” (p.182).

Nesse sentido, mesmo que não intencionalmente, as ações de UT podem acabar reforçando, por meio de discursos, repertórios e cardápios de soluções formais consolidados (p.ex. mobiliário urbano feito com pallets, pinturas coloridas nos pisos, etc.), formas de dominação simbólica advindas da “classe criativa”. Por serem tipicamente conduzidas por essa classe, observamos que as principais motivações das intervenções de urbanismo tático não costumam partir da urgência e da necessidade imediata dos cidadãos frente às condições de precariedade, como fica patente nesta passagem:

Desde reunir um grupo de vizinhos para se apropriar de uma rua, acalmar o tráfego e dividir uma mesa, até desenhar uma ciclovia com um par de pincéis e latas de tinta, estas ações leves, rápidas e baratas que de alguma forma incentivam as pessoas a se organizar, tomar decisões e se fortalecer uns aos outros, transformando cidadãos comuns em atores aptos a ajudar no desenvolvimento de seus bairros (LYDON & GARCIA, 2013, p. 14).

Nas periferias das grandes cidades, no entanto, dada a condição de carência generalizada, as ações táticas costumam partir de outros enfoques de reivindicação. Maziviero *et.al.* (2019) destacam o crescimento das ações de UT nas áreas periféricas das cidades de São Paulo, contudo, observam que essas ações partem de motivações e pautas específicas, cujo elemento central é a funcionalidade e a mitigação do déficit de acesso aos equipamentos culturais, de educação, esporte e lazer.

Dessa forma, e para o âmbito que interessa à pesquisa em tela, importa estabelecer quais seriam os paralelos entre as ações de Urbanismo Tático e as táticas urbanas informais realizadas nas periferias urbanas. Como pontos comuns podemos identificar: a) uma implícita **negação à noção do projeto** previamente realizado por arquitetos e urbanistas, com uso de soluções urbanas testadas *in loco* (aprender fazendo); b) **a ação direta** realizada na cidade e pelos cidadãos de forma autônoma das instâncias governamentais; o entendimento de que a produção e apropriação do espaço urbano não compete exclusivamente ao Estado; c) **a questão da escala reduzida** à menor dimensão possível; d) a questão da **agilidade da atuação**, valendo-se das circunstâncias e da rapidez do movimento. Dentre os principais aspectos que distinguem as ações de Urbanismo Tático das práticas informais que ocorrem nas periferias e favelas estão: a) **localização das ações**: em geral as ações de UT ocorrem nas zonas mais ricas ou centrais das cidades; b) **origem dos atores que conduzem as ações**: no caso do UT as ações normalmente partem de profissionais ligados ao campo da arquitetura, do *design* ou das artes; c) **tipo de necessidade a ser atendida**: em geral as ações de UT se destinam a atender demandas de redesenho viário ou de sociabilidade urbana e de lazer, e pouco se concentram em necessidades básicas e mais funcionais das áreas negligenciadas pelo Estado (NOGUEIRA E PORTINARI, 2016.; MAZIVIERO ET. AL., 2019).

DA CIDADE COLAGEM À CIDADE POST-IT

Em 1978 Colin Rowe e Fred Koetter publicam o livro *Collage City* (Cidade Colagem), que se tornou uma das teorias urbanas mais influentes do pós-guerra nos Estados Unidos. Na obra, os autores apresentam “uma espécie de obituário da cidade moderna”, e postulam uma “proposta de conciliação entre as virtudes de uma projetada cidade moderna e as contingências da cidade real”¹²².

Para muitos críticos, o otimismo liberal de Rowe (influenciado sobretudo pelo filósofo liberal Karl Popper), permitia-lhe confiar na eficácia da colagem como um recurso capaz de equalizar um desmembramento fragmentário de cidade com uma estratégia mais abrangente de controle sobre a mesma. Nesta ótica, a ideia de “*Post-it City*” parece guardar muitas semelhanças com a cidade colagem. Segundo o site do fabricante dos bloquinhos adesivos *Post-it*: “As notas *Post-it*® foram projetadas para serem jogadas fora. Elas são pequenos pedaços de papel que usamos temporariamente para ilustrar uma ideia e seguir em frente, por isso é que eu acredito que eles são as ferramentas perfeitas para formulação de ideias”¹²³.

Segundo Giovanni La Varra, no artigo *Post-it City: Los otros espacios públicos de la ciudad europea* (2001), a “metáfora do *Post-it*” foi utilizada para designar dispositivos de funcionamento da cidade contemporânea que surgem e desaparecem, e apontam para modos de ocupação temporal dos espaços coletivos, especialmente para aquelas atividades efêmeras que fogem dos usos convencionais do espaço público tradicional. Se apresenta também como uma crítica aos projetos urbanos de maior robustez, tendo em vista que são práticas que não se enraízam, e nem tem ambição de se estabelecerem nos lugares que se manifestam. Em 2008 o termo deu nome a exposição *Post-it City. Ciudades Ocasiones*, ocorrida em 2008 no Centre de Cultura Contemporània de Barcelona – CCCB. De acordo com o site do museu:

o projeto investiga os diferentes usos temporários que se sobrepõem ao território urbano, priorizando as perspectivas oferecidas pela arquitetura, urbanismo e artes visuais. *Occasional Cities* pretende explorar **o fenômeno das cidades *post-it*, uma espécie de cidades efêmeras que contagiam a cidade comum a partir de usos não codificados, temporários, anônimos e com um clima crítico implícito.** (...) É um projeto que, no conjunto de parâmetros que põe em jogo, nos remete a uma série de temas de especial interesse para a cultura contemporânea: a necessidade de criar espaços disponíveis, a versatilidade da ideia de reciclar, a emergência de novas subjetividades, etc. (CCCB, 2008, GRIFO NOSSO).



FIG. 61: IMAGEM DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO POST-IT CITY. FONTE: CCCB, FOTO: CTRA. MARTORELL CAPA DO LIVRO POST-IT CITY: CIUDADES OCASIONALES

¹²² Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/> Acesso em 14 mar. 2022.

¹²³ Disponível em: <https://www.post-it.com.br/3M/> Acesso em 14 mar. 2022.

A exposição deu origem à publicação do catálogo de mesmo nome, organizada por Giovanni La Varra, Martí Perán *et.al.* (2008). De acordo com Perán, o conceito de cidade *post-it* se relaciona com uma espécie de “urbanismo informal”, que ocorreria em duas dinâmicas distintas, mas não excludentes. A primeira delas estaria especialmente relacionada ao contexto europeu de cidades organizadas e ricas, como uma busca de uma prática mais espontânea e livre de vivenciar o espaço público. A segunda estaria relacionada ao contexto das apropriações “informais” que estão frequentemente atreladas às dinâmicas de marginalização e exclusão, como alternativas de sobrevivência frente à generalizada precariedade social.

Caberia, portanto, diferenciar a busca por “liberdade” dos países do norte global do que ocorre especialmente no sul global. Para Perán, o primeiro tipo são práticas de dissidência, relacionadas de uma perspectiva ampla à tradição situacionista (novamente Debord), e neste caso o conceito de *Post-it city* funcionaria como uma ideia projetiva. Já o segundo tipo são práticas de sobrevivência, enraizadas na marginalização social, a exemplo dos pontos de vendas de ambulantes, das ocupações dos sem-teto ou das áreas ocupadas pelas prostitutas de rua. Nesse segundo caso, ele sugere que se deve dar “visibilidade aos novos formatos obscuros de racismo e exclusão que, de alguma forma, exigem uma análise mais ampla do que aquela derivada do desconforto” (p.178).

Dessa forma, e embora o autor demonstre alguma clareza sobre as diferenças estruturais entre as duas dinâmicas, ele opta por nomear ambas com a ideia de *cidade Post-it*, e propõe colocar esta ideia em uma perspectiva capaz de equacionar as práticas de dissidência e as práticas de sobrevivência, por meio da ampliação do direito à cidade. Para ele, é importante dar visibilidade às ocupações espaciais de sobrevivência, ressaltando sua necessidade de conceber mecanismos flexíveis para permanecer e sobreviver na cidade.

Nessa perspectiva, questiona a eficácia dos discursos reformistas que, diante da proliferação de atividades irregulares no espaço público, buscam regulá-las de modo a favorecer sua incorporação à cidade formal. Cita como exemplo as cidades latino-americanas, com a magnitude de suas economias informais, nas quais as tentativas de incluí-las no mercado formal apenas aprofundam o paradoxo de forçá-las ao cumprimento das regras do jogo, mantendo-se, no entanto, sua condição de precariedade.

5.4. CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES DAS ABORDAGENS TÁTICAS NO URBANISMO

Retomando às contribuições de Lefebvre, observamos que a sua crítica da vida cotidiana “indica a emergência e a urgência de uma prática social nova, que não mais será a da “sociedade industrial”, mas a da sociedade urbana” e que “não tem, salvo imprevistos, **quase nenhuma relação com o que atualmente se chama urbanismo**” (2002[1970], p.129, GRIFO NOSSO). Para o filósofo, o urbanismo se submete a uma fragmentação prática e teórica que reduz a disciplina a “pedacinhos” submetidos aos especialistas, eles mesmos confinados em suas caixinhas de saber e a uma determinada *divisão técnica* (racionalmente legitimada por instrumentos e ferramentas) e uma *divisão social* (funções desiguais, privilégios e hierarquias) do trabalho.

Para o autor, essa fragmentação impede os urbanistas de enxergarem a realidade de maneira mais abrangente, criando o que Lefebvre denomina de *campo cego*, e nos questiona em que consistiria tal cegueira. Ao qual responde que consiste justamente no fato de olharmos o *urbano* “com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização” (p.37). Afirma-se, desse modo, o *projeto* de uma racionalidade universal, dominada pela divisão social do trabalho, que se pulveriza em atividades separadas (tanto no trabalho dito produtivo quanto no “improdutivo” – intelectual e científico) e que estabelece uma suposta organização e “homogeneidade metódica e sistematicamente imposta” (p.42).

Tudo se torna calculável e previsível, quantificável e determinável. Tudo deve integrar-se numa ordem (aparente e fictícia) fortalecida pelas coações. Tudo, **salvo um resíduo de**

desordem e de liberdade, às vezes tolerado, às vezes perseguido com uma terrível fúria repressora (LEFEBVRE, 2002[1970], p.44, GRIFO NOSSO).

Lefebvre estabelece, portanto, uma crítica ao *urbanismo* que pretende dominar e submeter as práticas urbanas à sua *ordem*: “O urbanista às vezes pensa que trata e cura uma sociedade doente, um espaço patológico” (p.144). E nesse movimento, o espaço concreto acaba sendo substituído por um espaço abstrato, marcado pela geometria e pela visão aérea, resultando na “*redução* quase total do cotidiano” (p.166). Lefebvre finaliza a obra com a seguinte questão:

O usuário? Quem é? Tudo se passa como se os competentes, os “agentes”, as autoridades afastassem de tal modo o *uso* em proveito da *troca*, que esse uso se confundisse com a *usura*. A partir daí, como o usuário é considerado? Como um personagem muito repugnante que emporcalha o que lhe é vendido novo e fresco, que deteriora, que estraga [...] (LEFEBVRE, 2002[1970], p.171).

Nessa perspectiva, observamos que as abordagens táticas buscam romper com a visão do urbanista enquanto profissional autoritário e que atua apenas no plano abstrato, das ideias na prancheta, para se aproximar da produção cotidiana do espaço. Centrando-se na incorporação das práticas do cotidiano no nosso campo, tais abordagens buscam uma reconciliação com a cidade *vivida* e seus sujeitos. Os cidadãos passam a ser percebidos como produtores do espaço urbano e suas ações de microescala são reconhecidas, não como deterioração, mas como manifestações legítimas de existir na cidade. Desse modo, as práticas urbanas coletivas e colaborativas experimentadas por essas abordagens contribuem para a **ampliação do entendimento da cidade como um laboratório e como um campo de experimentação**, na busca de ferramentas para lidar com as realidades urbanas emergentes em uma **perspectiva proativa e propositiva**, que atua na escala do real (ROSA, 2011B).

No entanto, ao analisar a produção teórica e prática dessas abordagens, podemos observar algumas contradições em seus discursos, que são fundamentais de serem debatidas para a compreensão dos seus potenciais e de suas limitações como ferramentas de ampliação do direito à cidade¹²⁴. Trata-se, portanto, de analisar criticamente suas principais proposições, sobretudo visando **refletir sobre a gambiarra urbana enquanto ação tática, e suas possíveis armadilhas** – sobretudo àquelas relacionadas à lógica de desenvolvimento urbano neoliberal.

Primeiramente, nos parece essencial retomar à questão do conceito de “direito à cidade”, especialmente entre grupos que intencionam alcançar formas de resistência à globalização de modelo neoliberal. Nas abordagens contemporâneas chanceladas como táticas as referências ao conceito giram em torno de dois aspectos principais, sendo eles: 1) a crítica ao urbanismo tradicional e a forma como as cidades são planejadas de cima para baixo; e 2) a capacidade das comunidades de influenciar as decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano e reivindicarem a efetiva participação no processo de transformação urbana.

Na contemporaneidade, e embora o direito à cidade abarque as questões acima, constatamos que houve uma apropriação apenas parcial das formulações de Lefebvre, deixando de lado a convocação radical de romper com as estruturas vigentes do capitalismo visando a transformação social – não como uma forma de resistência fragmentada e reformista –, mas como uma chamada para uma reestruturação radical de relações sociais, políticas e econômicas na cidade (KAPP, 2012, p.408).

Na concepção lefebvriana, os principais problemas advindos do duplo processo industrialização-urbanização só poderiam ser combatidos sob uma **perspectiva contra hegemônica que parta da classe operária** – tanto como agente quanto como suporte social da mudança – na direção de uma nova práxis urbana orientada para as necessidades sociais e que se oponha frontalmente às estratégias da classe dominante. Sobre esse aspecto, Daniele Brandt (2018, p.16) – em artigo que discute a concepção de direito

¹²⁴ A esse respeito sugerimos ver o artigo *Direito ao espaço cotidiano* (KAPP, 2012) no qual a autora expõe que o conceito de direito à cidade se tornou objeto de disputa e tem sido utilizado de forma genérica em meios acadêmicos e extra-acadêmicos sem a devida compreensão de seus sentidos mais profundos.

à cidade no pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey – identifica que a atualização do conceito por muitos movimentos atuais gira “em torno **de lutas pontuais em torno do processo de urbanização, e de um sujeito urbano revolucionário vago**, rumo a uma ‘luta anticapitalista’ que carece de maior aprofundamento”. Nessa premissa de sujeitos revolucionários vagos, “o conceito pode ser aplicável a **ambas as classes sociais em disputa**” e assume “um caráter **mais reformista do que revolucionário**, envolto na armadilha do urbanismo enquanto ideologia, em um projeto de ‘gestão democrática da cidade’” (BRANDT, 2018, p.16, GRIFO NOSSO).

Diante dessas afirmações, podemos compreender que os diversos *urbanismos táticos* aqui expostos se aproximam mais de uma **ideia de gestão democrática da cidade**, na qual comparecem uma série de atores – governos, empresas privadas, ONGs, grupos de cidadãos, coletivos e indivíduos – do que propriamente de **uma proposta de ruptura com o status quo**. Essa condição aponta para o fato dessas abordagens serem facilmente capturadas pelo urbanismo neoliberal¹²⁵, ao qual paradoxalmente deveriam se opor. Para aprofundar nesse ponto, que nos parece crucial, tomaremos por base os argumentos de Neil Brenner (2016)¹²⁶ e de Gordon Douglas (2014).

O exame crítico de Brenner indica que o potencial paliativo de remediar certos problemas urbanos (os quais o planejamento urbano formal não conseguiu resolver adequadamente) pela lógica do “faça-você-mesmo” acaba por diminuir o papel das instituições públicas na produção do espaço urbano. Dessa forma a “retórica antiestatal e antiplanejamento” (p.12) culmina no reforço da agenda neoliberal e na diminuição do papel do Estado como agente regulador das formas privatizadas de apropriação do solo urbano. Num ponto de vista semelhante, Douglas aponta que o urbanismo tático torna a negligência do Estado extremamente conveniente e oportuna, tendo em vista que acaba sendo usada para justificar a sua não responsabilização. Ele aponta que as intervenções “DIY” são **tanto uma reação quanto um produto** das tendências de desinvestimento do Estado e a mercantilização das cidades contemporâneas: “se as condições neoliberais como o desenvolvimento desigual abre espaço para o urbanismo faça-você-mesmo, é possível que o urbanismo faça-você-mesmo permita ou encoraje a continuação destas mesmas condições” (DOUGLAS, 2014, p. 19, TRADUÇÃO LIVRE).

No caso da conceituação de Urbanismo Tático, tal como apresentada pelos criadores do termo, não parece haver contradição entre a abordagem e o regime neoliberal. Basta lembrar que um dos casos pioneiros e mais paradigmáticos de UT é a reestruturação da *Times Square* em Nova Iorque, no coração do mercado financeiro global. Lydon e Garcia afirmam que o método do urbanismo tático serve para diferentes atores e propósitos:

De muitas maneiras, o Urbanismo Tático é uma resposta aprendida ao lento e isolado processo de construção convencional da cidade. Para os cidadãos, permite a recuperação, redesenho ou reprogramação imediata do espaço público. **Para desenvolvedores ou empreendedores, ele fornece um meio de coletar inteligência de design para o mercado que eles pretendem atender.** Para as organizações de apoio, é uma forma de mostrar que é possível angariar apoio público e político. E para o governo, é uma maneira de colocar as melhores práticas em prática – e rapidamente! (LYDON E GARCIA, 2013, p.3, GRIFO NOSSO).

Para enfrentar a lógica do modelo de crescimento neoliberal das cidades, Brenner defende que as intervenções urbanas que se pretendam socialmente engajadas (sejam elas táticas ou não) necessitam ir

¹²⁵ Brenner (2016, p.11) pontua que o “urbanismo neoliberal”, assim como o urbanismo tático, não se trata de uma formação unificada e homogênea de governança urbana. No entanto, o urbanismo neoliberal tem como denominador comum a ideologia do capitalismo de livre mercado, com a expansão da mercantilização do tecido social urbano, o reforço do modelo de muita lucratividade urbana para poucos e o desmantelamento das formas autogestionárias sobre os espaços urbanos.

¹²⁶ A análise de Neil Brenner sobre o Urbanismo Tático centra-se sobretudo nos conteúdos da exposição apresentada sobre o crescimento desigual das cidades realizada no Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMA) e que culminou na publicação do livro *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* (GADANHO, 2014).

além do redesenho e da reapropriação física dos espaços urbanos e devem reivindicar coletivamente o papel do poder público no atendimento às suas demandas, sem tentar substituir ou negar as atribuições do Estado. O autor, no entanto, não desmerece a função do projeto urbano, que “tem um papel fundamental a desempenhar na defesa de populações vulneráveis e bairros contra um maior desalojamento, desapropriação e deslocamento espacial” (p.15).

Dentre as propostas apresentadas na exposição do MoMa em 2014, Brenner destaca como relevante a proposta especulativa apresentada para as favelas de Mumbai pelo Laboratório URBZ / Ensemble-POP¹²⁷, na Índia, a qual mobilizou intervenções táticas para proteger e combater as pressões da especulação imobiliária sobre as áreas mais pobres da cidade. Tal abordagem nos interessa particularmente por se aproximar das ações táticas realizadas nas periferias do Sul Global. A proposição parte do princípio de **aprimorar as práticas espaciais de urbanização** que já ocorrem nesses assentamentos, em especial, a integração entre as áreas residenciais e as áreas de trabalho, enxergando as favelas como “tábulas prontas” ao invés de “tábulas rasas” e espaços de atraso – como usualmente costumam ser encarados tais territórios na lógica das ideologias dominantes. Trata-se de um projeto incremental para “um modelo de construção que permite aos moradores construir novas plataformas para o trabalho e para a vida cotidiana em pavimento superior ao de suas casas (...) estimulando a elaboração de um padrão de crescimento urbano menos polarizado no tecido urbano-metropolitano” (p.14).

Trazendo para o nosso contexto, podemos estabelecer um paralelo entre a proposta para as favelas de Mumbai e a lógica das lajes nas favelas brasileiras, que abrigam uma multiplicidade de funções e propósitos. As lajes se desdobram em múltiplos propósitos: nelas “as crianças brincam, as famílias fazem churrasco e comemoram as grandes datas, moças e rapazes relaxam e tomam sol – não por acaso há tantas piscininhas de plástico e chuveiros nelas instalados”, mas também “abrigam as caixas d’água que tingem de azul a visão aérea da favela, costuram-se em intermináveis varais, funcionam como jardins suspensos e espaços para a criação de pequenos animais” (FREIRE-MEDEIROS E NAME, 2019, p.156-7).



FIG. 62: PROPOSTA ESPECULATIVA PARA FAVELA EM MUMBAI (URBZ + ENSEMBLE STUDIO/MIT-POPLAB). FONTE: ARCHITEXTUREZ.NET

¹²⁷ Esta proposta foi conduzida pela equipe de design Laboratório URBZ / Ensemble-POP. URBZ é um grupo de designers ativistas com forte enraizamento nos bairros pobres de Mumbai, enquanto o laboratório POP é baseado no Massachusetts Institute of Technology – MIT (BRENNER, 2016, p.14). Para ver mais detalhes do projeto ver: Matias Echanove and Rahul Srivastava of URBZ, e Slum Outside: Elusive Dharavi (Moscow: Strelka Press, 2014).

Notadamente, intervenções táticas como as propostas para as favelas de Mumbai não conseguem, por si mesmas, resolver os conflitos das políticas de exclusão e nem proteger os assentamentos precários localizados em áreas cobiçadas pela especulação imobiliária¹²⁸, mas podem apontar para possibilidades de pensar o projeto como ferramenta “de capacitação para os usuários do espaço urbano, permitindo-lhes ocupar e apropriar-se dele, continuamente transformando-o, e, assim, produzir uma cidade diferente da que qualquer um poderia ter programado antecipadamente” (BRENNER, 2016, p.18).

Assim, há que se atentar para que as **intervenções táticas não sirvam apenas como ferramentas decorativas que sirvam para camuflar as políticas urbanas neoliberais** (CRUZ, 2014 APUD BRENNER, 2016). Nesse panorama, observamos que algumas dessas abordagens incorrem numa certa “estetização da pobreza urbana” (ARANTES, 1998, p.187), com proposições que não resultam em uma efetiva transformação da realidade. Isso posto, exploraremos a seguir algumas contradições da condição pós-moderna, para, a partir da leitura dos conceitos de *urbanismo cotidiano* e da cidade *Post-it*, estabelecer algumas críticas às suas proposições, tendo em vista que o que pode parecer num primeiro momento uma forma de resistência pode acabar reforçando os conflitos, maquiados por uma espécie de estetização do heterogêneo.

A condição pós-moderna, de acordo com Harvey (1992), marcada pela aceleração e pela compressão do espaço-tempo, implicou “no aumento da volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (p.258). A volatilidade do capitalismo avançado e flexível tornou extremamente difícil a tarefa de um planejamento de longo prazo, e, nessa conjuntura, a fragmentação e a desconfiança em relação aos discursos universais e totalizantes se tornaram “o marco do pensamento pós-moderno” (p.19).

No campo do urbanismo não foi diferente. O pós-modernismo pretendia atuar como uma ruptura da concepção modernista dos planos urbanos de larga escala e de alcance metropolitano. Em oposição, pretendia cultivar “um conceito de tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras e uma “colagem” de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros” (HARVEY, 1992, p.69). A estética relativamente estável do modernismo cedia lugar a “uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (p.148).

Os planejadores “modernistas” de cidade, por exemplo, tendem de fato a buscar o “domínio” da metrópole como “totalidade” ao projetar deliberadamente uma “forma fechada”, enquanto os pós-modernistas costumam ver o processo urbano como algo incontrolável e “caótico”, no qual a “anarquia” e o “acaso” podem “jogar” em situações inteiramente “abertas”¹²⁹ (HARVEY, 1992, p.49).

Por essa aproximação, podemos constatar que, tanto o urbanismo cotidiano quanto a *Post-it City*, compartilham dessa visão fragmentária da cidade pós-moderna. Como já exposto, o próprio termo *Post-it City* se aproxima da ideia de “cidade colagem” e La Varra afirma que “o espaço urbano hoje é o palimpsesto de uma contínua experimentação de modos de vida em público” e que “*Post-it* é este texto errante pela cidade, uma forma de subtrair, esconder, ressaltar o texto original, para dar-lhe um aspecto temporal, fazer adaptações rápidas, ligeiras” (2008, p.180, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSO).

¹²⁸ Segundo David Harvey (2013), em Mumbai, há aproximadamente 6 milhões de pessoas morando em favelas, embora todos os mapas da cidade deixam esses lugares em branco. “No esforço de transformar Mumbai num centro financeiro mundial rivalizando com Xangai, o boom imobiliário se acelerou e a terra ocupada por esses moradores parece cada vez mais valiosa. Dharavi, uma das maiores favelas de Mumbai, está avaliada em 2 bilhões de dólares. A pressão para limpar o terreno – por motivos ambientais e sociais que mascaram a usurpação das terras – aumenta dia a dia. Poderes financeiros apoiados pelo Estado pressionam pelo despejo forçado das favelas. Desse modo a acumulação de capital pela atividade imobiliária vai ao auge, uma vez que a terra é adquirida a custo quase zero”. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/> Acesso em 28 jul. 2022.

¹²⁹ Harvey coloca toda estas expressões entre parênteses em referência ao esquema de diferenças entre o modernismo e o pós-modernismo elaborado por Hassan (1985, p.123-4 apud HARVEY, 1992, p.49).

Já em *Everyday Urbanism*, a abordagem da cidade de Los Angeles traçada por Crawford guarda semelhanças com a visão de cidade apresentada por Robert Venturi e Denise Scott Brown em *Aprendendo com Las Vegas* (1972). Nesta obra, os autores partem do pressuposto de que os arquitetos tinham muito a aprender com a arquitetura e a paisagem comercial e popular de Las Vegas e dos seus subúrbios, ao invés da busca pelos ideais abstratos e doutrinários da arquitetura moderna. Crawford, num certo sentido, apresenta sua visão de *Aprendendo com Los Angeles*. A própria capa do livro alude a uma clara referência aos *outdoors* publicitários e a arquitetura ordinária e *kitsch* da cidade (FIG. 63-64).

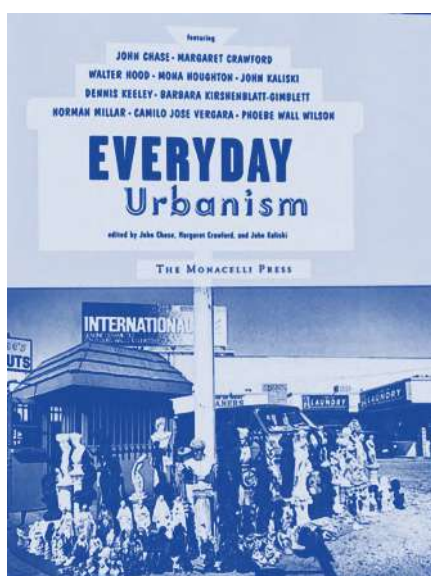


FIG. 63: CAPA DO LIVRO EVERYDAY URBANISM FONTE: CRAWFORD (2008)

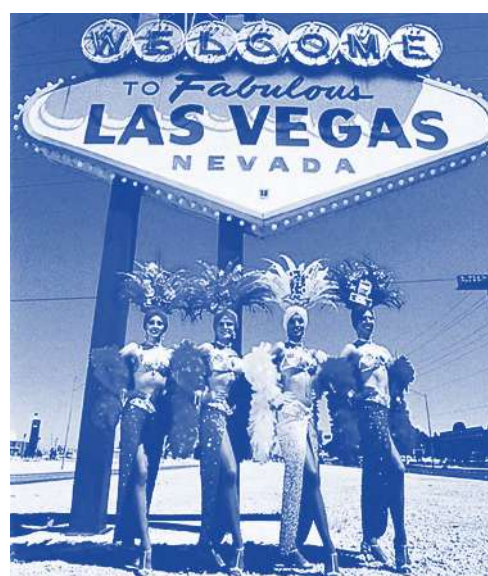


FIG. 64: IMAGEM DO LIVRO APRENDENDO COM LAS VEGAS (1972). FONTE: PABLO CASTAGNOLA

Percebemos assim que o conceito do urbanismo cotidiano não se trata de um fato isolado, mas de um movimento que já vinha ganhando força nas artes e na arquitetura desde a década de 1970, com uma aproximação entre a dita “alta cultura” e a cultura popular. No entanto, uma das críticas feitas a essa aproximação diz respeito ao fato dela permanecer no território da abstração e das imagens, e não implicar na transformação efetiva do real. Essa espécie de fusão entre realidade e imagem na práxis social foi bem caracterizada por Guy Debord (1997[1967]) em relação à “sociedade do espetáculo”, na qual os meios se confundem com os fins, criando uma espécie de **realidade imaterial**.

Dessa maneira, embora alegue se apoiar conceitualmente em Debord e Lefebvre, Crawford acaba por entrar em contradição com tais autores a partir de sua crença pós-moderna da cidade fragmentada. A noção de totalidade do real apresentada por Lefebvre se opõe fortemente à construção do pós-modernismo, que entende o processo urbano como algo caótico e incontrolável. Lefebvre postula, em oposição, que se reconheça o fenômeno urbano em sua *realidade global*, por meio da reunião dos conhecimentos fragmentados. Para Jameson (1984, p.63 APUD HARVEY, 1992, p.57), na estética pós-moderna há o deslocamento da *alienação do sujeito* para a *fragmentação do sujeito*. Harvey complementa que já não é possível conceber a alienação do indivíduo nos termos propostos pelo marxismo clássico, porque a alienação “pressupõe um sentido de eu coerente, e não-fragmentado, do qual se alienar” (p.57).

Outra característica marcante do pós-modernismo, realçada tanto por Harvey quanto por Arantes, diz respeito à “culturalização da vida social” que coloca em cena a “Cultura da Cidade”. Para a autora, a partir da década de 1960, com os movimentos de contracultura, “novos ‘sujeitos’, como o colonizado, a raça, a marginalidade, o estudante em estado de secessão, foram assumindo o primeiro plano da luta política” (ARANTES, 1998, p.175). No entanto, foi neste mesmo momento que irrompeu “um processo em que as últimas zonas remanescentes de pré-capitalismo, espaços internos ou não, foram invadidas, colonizadas e

submetidas à forma-mercadoria, do Terceiro Mundo ao inconsciente bombardeado pela indústria cultural” (P.178, GRIFO NOSSO). Passa-se então, a falar cada vez menos em *planejamento da cidade*, e cada vez mais na noção de “cultura”, que se expandiu para abarcar as várias dimensões da vida social.

Tudo é passível de associações simbólicas, possui referências a práticas e tradições locais – valores esquecidos e reativados por essa nova voga cultural, que parece querer a todo custo devolver aos cidadãos cada vez mais diminuídos nos seus direitos, materialmente aviltados e socialmente divididos, sua “identidade” (...), mediante o reconhecimento de suas *diferenças “imateriais”* (ARANTES, 1998, p.152).

Para Arantes, a “inclusão” cultural dos excluídos social e economicamente por meio da valorização das diferenças [que “segundo o jargão em vigor, se intercomunicam, intercambiam, hibridizam, num amálgama indiferenciado, sem limites e sem hierarquias pré-estabelecidas” (p.153)] acarreta a ilusão de que vivemos num mundo melhor, no qual todos têm o direito à palavra.

Por essa perspectiva, e muito embora Martí Perán explicita a diferença entre as “duas dinâmicas” de ocupação informal do espaço, nos parece bastante problemática a apropriação do termo “*Post-it city*” como elemento definidor e unificador para designar naturezas tão díspares de produção do espaço urbano: enquanto um escolhe se rebelar, o outro não o faz por escolha, mas por necessidade. Mesmo fazendo a crítica sobre a necessidade de diferenciar os fenômenos *Post-it* provenientes da exclusão social dos “gestos neo-situacionistas, de evidente índole antagônica, mas ancorados no compromisso juvenil e opulento de despertar e exercer uma liberdade possível” (p.178, TRADUÇÃO LIVRE), a junção em um único conceito e em uma única metodologia para contextos sociais e urbanos tão díspares pode acabar camuflando os antagonismos entre as duas práticas. O próprio Perán se mostra consciente dessa problemática (sem, contudo, conseguir resolvê-la na delimitação do conceito de *Post-it*), ao afirmar que:

a falácia que envolve apelar à diferença cultural para camuflar um problema que só responde a uma condição de classe social. De fato, os fenômenos *post-it* que podem ser interpretados como práticas de sobrevivência (sejam eles realizados pela imigração em cidades europeias ou pela comunidade boliviana em São Paulo, a comunidade peruana em Santiago do Chile ou a comunidade hispânica em Los Angeles) são estigmatizadas por uma retórica institucional que tenta gerenciá-las como consequência de um simples conflito entre diferentes identidades culturais, sem reconhecer que elas respondem a uma hierarquia social ordinária na qual, inevitavelmente, ocorre o embate entre interesses. **Esse tipo de discurso tem triunfado gradativamente graças ao apelo a um multiculturalismo que esconde a desigualdade por trás de uma pátina de diferenças culturais que, como tal, podem até ser consumidas como exóticas sem perceber o que sofrem como simples produto da subalternidade** (PERÁN, 2008, p.179).

Essa ambiguidade do conceito leva a uma certa fragilidade do discurso, e acaba por travestir de diferenças culturais relações de poder extremamente desiguais. E nesse processo, a cultura na condição pós-moderna se tornou uma *forma-mercadoria*, podendo ser ilustrada pela proliferação de museus e centros de cultura em todos os lugares: “como por contaminação, as próprias cidades foram se transformando em museus: **estetização da vida urbana** encenada nesses novos “espaços públicos” (ARANTES, 1998, p.164). Se esse processo de espetacularização das cidades provoca um empobrecimento da própria experiência urbana, as práticas cotidianas dos espaços urbanos opacos (em contraste com os espaços luminosos) criam resistências e desvios a esse processo de homogeneização e de transformação das cidades em imagens a serem consumidas. Nesse sentido, Paola Jacques (2011) aponta que as experiências da cidade praticada e vivida, especialmente as que já ocorrem em seus espaços opacos, atuam como formas de microrresistência ao processo macro de espetacularização urbana contemporânea.

Em sintonia com essa reflexão, nos debruçaremos a seguir sobre a gambiarra enquanto ação tática cotidiana, buscando identificar nessas micropáticas elementos que costumam passar despercebidos pelos estudos e reflexões do urbanismo, geralmente preocupados demais com projetos e projeções a priori, e muito pouco com os desvios e as apropriações a posteriori.

CAPÍTULO 6 | A GAMBIARRA URBANA COMO AÇÃO TÁTICA

Este capítulo investiga a gambiarra tendo como arcabouço a teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposto por Milton Santos, buscando compreender suas articulações verticais e horizontais. Em continuidade, analisamos a gambiarra enquanto ação tática, em uma leitura relacional e dialética, sempre vinculada à sua inserção em um contexto social, espacial, técnico e histórico específico. Nesse sentido, a gambiarra é compreendida como um conjunto indissociável de objetos e ações.

6.1. NEM TODA MUDANÇA É NECESSÁRIA AO CAPITAL

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruínas, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

[...] No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos

[trechos da música *A Cidade*, de Chico Science & Nação Zumbi, 1994]

Na atual conjuntura, o espaço urbano com suas *pedras evoluídas* vem sendo produzido e reproduzido de forma cada vez mais acelerada como uma **mercadoria** pautada pelas regras do jogo capitalista e seus ciclos de destruição e acumulação – afinal, *a cidade não para, a cidade só cresce*. E, enquanto *mercadoria*, o investimento destinado pelo Estado e pela iniciativa privada para cada parcela do solo urbano se torna dependente da lógica da valorização e do interesse do mercado, resultando na manutenção de um espaço urbano extremamente desigual – *sempre uns com mais e outros com menos*.

No caso da urbanização brasileira, marcada pelo capitalismo tardio e dependente¹³⁰ (FERNANDES, 1975), tal processo se torna ainda mais aprofundado. Muitos autores de diferentes campos disciplinares evidenciam a perversa relação entre a expansão capitalista e o agravamento das desigualdades socioespaciais no país. Para citar apenas alguns deles: Lúcio Kowarick (1979), que já no final da década de 1970 demonstrava como o sistema capitalista reordena as relações sociais e promove o controle da terra urbana e das infraestruturas das cidades como poderosos instrumentos de *espoliação urbana*; Raquel Rolnik (2015), que aborda o processo global de *financeirização* das cidades e seu impacto sobre os direitos à terra e à moradia dos mais pobres e vulneráveis; Cláudio Ribeiro (2017), que expõe como o modo de produção do espaço

¹³⁰ Sobre este assunto ver Florestan Fernandes (1975 [1972]), com o conceito de capitalismo dependente enquanto “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista” vinculado tanto as formas nacionais quanto estrangeiras do capital financeiro. O autor não atribui a dependência exclusivamente à dominação externa, mas na articulação entre os mecanismos “de fora para dentro” – a partir do centro do capital hegemônico, e “de dentro para fora” – a partir da periferia do capital. Para BRASIL JÚNIOR (2013), essa imbricação entre dinâmismos “de dentro” e “de fora” está associada “à combinação de elementos “arcaicos” e “modernos”, tornando bastante complexo o quadro geral da mudança social”.

urbano no país serve de meio para o aprofundamento da acumulação de capital a partir da *reprodução da paisagem urbana*.

Sustentado nos preceitos da teoria marxista, David Harvey (2005) demonstra que, do ponto de vista espacial, o sistema capitalista se baseia na exploração de condições geográficas desiguais para a acumulação do capital, aproveitando-se das assimetrias advindas da concentração das riquezas em determinados espaços territorializados. Concomitantemente, Harvey (2005, p.64) argumenta que para o capitalismo sobreviver deverão existir e ser criados continuamente novos territórios para a expansão continuada das fronteiras do capital¹³¹.

Nessa lógica, os países do sul global se tornam cada vez mais dependentes e fragilizados pelo jogo da acumulação capitalista. Diante da impossibilidade de “consumir o Ocidente globalizado em suas formas puras (financeira, econômica e cultural)” (SANTOS, 2001, p.151), os países da periferia do sistema mundial convivem com mudanças muito velozes, que renovam mercados e criam inovações tecnológicas, simultaneamente às cristalizações e estagnações de formas mais arcaicas de produção. Afinal, como nos lembra Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p.59, GRIFO NOSSO) “**nem toda mudança é, afinal, necessária ao capital**”.

Nesse processo, a relação *habitante-cidade* vai se configurando cada vez mais numa relação *produtor-consumidor*. Dessa forma, “o consumo instala a sua fé **por meio de objetos**, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam na rua, no lugar de trabalho, no lar e na escola, **quer pela sua presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los** (SANTOS, 1987, p.110, GRIFO NOSSO). Entre o desejo de consumo e a sua satisfação, a experiência urbana vai sendo mediada por condicionantes espaciais e sociais, comandada por grupos hegemônicos que dominam a informação e a comunicação e que inserem continuamente novos elementos de aspiração e desejo, que seguem moldando as subjetividades e imaginários.



FIG. 65: MATÉRIA SOBRE ENTRADA DE PRODUTOS DE ALTO PADRÃO EM PERIFERIAS BRASILEIRAS. FONTE: REVISTA EXAME (2013)

FIG. 66: INTERIOR DE CASA DE UM CÔMODO TODA EQUIPADA COM ELETRODOMÉSTICOS EM FAVELA NA ZONA SUL DE SÃO PAULO. FONTE: EDU GARCIA / R7 (2019)

¹³¹ Como exemplo desse processo, Telles (2010) cita a generalização do uso do cartão de crédito e a expansão dos centros de consumo popular nas periferias da cidade, nos quais circulam mercadorias de origens variadas e muitas vezes ilegais (alimentadas pelo circuito internacional de contrabando, pirataria etc.) e que “garantem a circulação e distribuição de mercadorias que, sem esses circuitos nas fronteiras porosas do legal e ilegal, quando não ilícito, não chegariam aos recantos mais pobres de várias regiões do planeta” (p.19). Na mesma direção, Rolnik (2015, p.129) aponta que o microfinanciamento para a população urbana pobre atua como a última fronteira rompida pelo mercado para a acumulação do capital.

Assim, e conforme debate já introduzido no CAPÍTULO 4, os circuitos globalizados da economia estabelecem novas articulações entre a economia de sobrevivência e os grandes equipamentos de consumo e redesenham os espaços urbanos periféricos, provocando significativas mudanças tanto no território quanto nos modos de organização da vida familiar e nas práticas urbanas (TELLES, 2010).

Esses atravessamentos entre estruturas arcaicas e modernização tecnológica devem ser assimilados, portanto, na interação entre os processos globalizados de liberalização financeira e os “modos de sua territorialização, em sua interação com contingências locais, história e tradições herdadas, assimetrias e desigualdades que lhe são próprias” (TELLES, 2007, p.175). Desse modo, embora os países do sul global estejam submetidos ao controle vertical dos vetores da globalização, manifestam-se também **insubordinações horizontais à essa racionalidade hegemônica**. As *horizontalidades* estabelecem formas singulares de convivência e de regulação assentadas no próprio território, atuando como *contra racionalidades* que resistem às *verticalidades* impostas como forças unificadoras e homogeneizantes (SANTOS, 2006, p.106). Configura-se assim um processo dialético e poroso de atravessamentos verticais e resistências horizontais – de ordens e contraordens, de singularidades e totalidades – configurando uma certa *esquizofrenia do espaço*.

Para Milton Santos o espaço é esquizofrênico porque de um lado acolhe o poder crescente e invasor dos vetores hegemônicos, sobretudo nos *espaços luminosos*, mas, em contrapartida, impede que este mesmo poder elimine e submeta completamente os *espaços opacos*, nos quais são estabelecidas organizações em segundo nível, como táticas de adaptação e ajustamento necessários à sobrevivência cotidiana. Nesse jogo de luz e sombra, os espaços luminosos e os espaços opacos, bem como as verticalidades e as horizontalidades, se entrelaçam e se imbricam, e criam nos indivíduos dos circuitos inferiores comportamentos **simultâneos e muitas vezes contraditórios** – sejam de resistência e luta, sejam de submissão e desejo de consumo do Ocidente globalizado em seu estado puro.

Nesse sentido, ao surgir uma nova família de técnicas, as anteriores não desaparecem, mas permanecem, ainda que de forma subordinada e localizadas naqueles espaços nos quais não há interesse do mercado e nos quais os atores não têm condições de mobilizar as técnicas mais atuais. Assim, as inovações técnicas não são difundidas de forma equitativa no tecido urbano e, menos ainda, ao longo do território nacional.

Milton Santos, na década de 1970, indicava **a existência dialética entre dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos** (SANTOS, 2004 [1979]). O autor propõe a teoria dos dois circuitos da economia urbana como uma alternativa teórica mais ajustada à realidade dos países periféricos ao sistema mundial, marcados por enormes desigualdades sociais, espaciais e de renda, o que propicia a existência e a manutenção de dois circuitos distintos e interdependentes de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços na sociedade urbana – **o circuito superior e o circuito inferior**¹³². Santos aponta que os dois circuitos, embora distintos, não podem ser considerados isoladamente, tendo em vista que se apresentam como sistemas em constante interação: “o funcionamento de cada circuito compreende **uma articulação interna ou horizontal**, com diferentes graus de integração, e **uma articulação vertical** que se realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos” (SANTOS, 1979, p.261, GRIFO NOSSO).

O autor interpreta que a chave para a teoria dos dois circuitos se encontra no fenômeno da modernização tecnológica - tanto na escala global quanto na escala local – e que afeta, não só o processo econômico, como também o processo de organização do espaço (p.21-22). Enquanto o circuito superior é o resultado *direto* da modernização, e consiste nas atividades criadas em função do avanço tecnológico e dos indivíduos

¹³² Embora os dois circuitos não formem blocos homogêneos quanto ao uso do capital, da técnica, da organização e da distribuição (CARNEIRO, 2018), em linhas gerais, o circuito superior é “constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores” (SANTOS, 1979, p.40) e o circuito inferior é constituído por formas de fabricação e pelos serviços “não-modernos”, fornecidos a varejo, pelo comércio de pequena dimensão (tais como a pequena produção manufatureira e o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços) e vincula-se principalmente às populações pobres.

que se beneficiam desse processo, o circuito inferior é o resultado *indireto* do mesmo processo, e se dirige aos indivíduos que não se beneficiam, ou se beneficiam apenas parcialmente do processo (p.38).

Um importante aspecto da teoria diz respeito à **dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior**, dada que a existência e manutenção do primeiro decorrem da dependência tecnológica e organizacional do segundo, fruto das desigualdades produzidas por uma modernização excludente, ou seja: “um motor movente e um motor movido” (1987, p.193). Neste emaranhado de **relações de dominação e dependência, verificamos que o circuito superior sempre se beneficia do processo dos dois circuitos, e jamais prescinde do capital proveniente do circuito inferior**. Assim sendo, o circuito superior busca sempre obter uma massa crescente de mais-valia: as facilidades de crédito promovidas pelo sistema financeiro e as ações de marketing promovidas pelas grandes empresas fazem com que a população pobre consuma, ainda que em menor escala, produtos do outro circuito (a exemplo dos aparatos tecnológicos das casas populares citado anteriormente). Diferentemente do circuito superior, no circuito inferior o lucro e a acumulação de capital não é o objetivo primordial, pois a sobrevivência e a garantia de satisfação das necessidades imediatas da família é a preocupação central (SANTOS, 2004 [1979]).

Diversas pesquisas, como as realizadas por Andrade (2015), Morado Nascimento et al. (2015A) e Fontenele (2019) em diferentes cidades constataam a presença de usos comerciais não regulamentados em conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida. Diferentemente dos circuitos inferiores localizados nas áreas centrais (a exemplo dos camelódromos ou shoppings chão), nos conjuntos habitacionais periféricos – dado a alta densidade populacional e a distância dos centros comerciais – surge a demanda por comércio e serviços locais que concretizam o abastecimento da população ali residente sem a necessidade de deslocamento.

Nesse contexto, a casa se transforma também em um “ativo” por meio da incorporação do ambiente doméstico às formas variadas de geração de renda nas favelas e periferias das grandes cidades. E, no caso específico dos conjuntos habitacionais em áreas periféricas, evidencia o problema crônico da monofuncionalidade desses empreendimentos, que não incorporam em sua concepção elementos indispensáveis ao habitar, tais como equipamentos públicos, comércio, serviços e infraestruturas de mobilidade e transporte. Dessa forma, já seria no mínimo previsível que, após a ocupação dos imóveis, haveria a adaptação informal e a transformação do uso residencial em comercial, como pode ser constatado na passagem abaixo:

A CAIXA¹³³ reconhece que algumas atividades relacionadas à geração de renda ocorrem dentro das unidades habitacionais e configuram-se como comércio e serviço, ainda que de forma precária e localizada, mas não vê uma forma de o PMCMV agenciar e até mesmo favorecer ou legitimar essas atividades (MORADO NASCIMENTO ET AL., 2015, p. 218).

Ou seja, ao não legitimar ou reconhecer essas práticas, o Estado atua nos moldes da *tolerância precária* (GONÇALVES, 2013; 2023), numa espécie de *ilegalidade relativa*. Esse fato também é ressaltado por Rufino (2015, p.69), que alega que:

a construção de empreendimentos dessa natureza fez emergir em numerosas situações um setor terciário informal no entorno dos empreendimentos ou improvisados nas próprias unidades, com vistas a oferecer produtos básicos aos moradores, **ao mesmo tempo que se consolida como alternativa de geração de renda e sobrevivência sob um grau de absoluta precariedade**, uma vez que esses pequenos comércios, em geral, contrariam as próprias regras do Programa e da ocupação das unidades. **Expressa-se aqui um dos paradoxos do Programa, que se, por um lado, avança na formalização da moradia, tende a impulsionar novas formas de informalidade e desigualdades.**

Diante desse paradoxo, independentemente de serem ou não legais, as adaptações dos imóveis para atendimento das necessidades cotidianas dos moradores seguem existindo como atuações táticas necessárias, afinal, “essa casa não é para a sua vida” (LOPES E SHIMBO, 2015, p.252). Dessa forma, Nascimento

¹³³ A Caixa Econômica Federal (CAIXA) é uma empresa pública que atua como instituição operadora financeira do programa MCMV.

et al. (2015) indicam que, embora haja um controle rígido por parte das construtoras para que não haja interferências na compatibilização entre projeto e obra, as “adequações construtivas promovidas pelos moradores, tidas como **“gambiarras” pelas construtoras**, são provenientes **exatamente da escassez ou da economia de recursos** por parte dos empreendedores, como também da rigidez do sistema construtivo, **que impede alterações necessárias ao longo do tempo”** (p.220, GRIFO NOSSO).

6.2. ALGUMA COISA ESTÁ FORA DA ORDEM

*Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína
(...)
Alguma coisa
Está fora da ordem
Fora da nova ordem
Mundial*

[Trecho de *Fora da Ordem*, Caetano Veloso, 1991]

*A desordem é só uma ordem que exige
uma leitura mais atenta.*

[Carlos Nelson Ferreira dos Santos, 1982]

Como vimos demonstrando ao longo deste trabalho, não é nenhuma novidade que as cidades brasileiras sempre conviveram com atravessamentos e mediações entre legal/ilegal, oficial/paralelo ou entre lícito/ilícito. Nesse estado de “exceção permanente” já não conseguimos distinguir a regra da exceção, tornando obsoletos os binarismos clássicos como elementos antagônicos (TELLES, 2007, p.175).

Cena corriqueira na periferia paulista. Um ponto distante da cidade de São Paulo, um bairro feito de **irregularidades várias e superpostas**. Ocupações e terrenos de propriedade incerta. Tudo **muito improvisado e tudo muito precário**, moradias erguidas aqui e ali conforme chegaram os moradores, espalhando-se no traçado de ruas esburacadas, sem pavimentação e que se transformam em verdadeiros lodaçais nos dias de chuva. Mas **as redes de água e luz, finalmente, chegaram a esses confins da cidade**. A expansão das redes urbanas aconteceu nas últimas décadas. Porém, no **mesmo passo e no mesmo ritmo**, multiplicaram-se as ligações clandestinas. **Junto com o “progresso urbano”, o reinado das gambiarras também se espalhou por todos os lados**. Nada muito diferente do que acontece desde muito tempo, compondo o que foi convenionado discutir nos termos do descompasso entre a cidade legal e a cidade real (TELLES, 2007, p.178, GRIFO NOSSO).

Podemos imaginar que a cena corriqueira descrita acima como o **reinado das gambiarras** poderia ser encontrada com contornos muito similares em diversas periferias ou favelas urbanas de cidades brasileiras e, de forma mais abrangente, do sul global. Esse fato evidencia que forças múltiplas e porosas se entrelaçam e compõem os agenciamentos práticos da vida cotidiana nos territórios populares. Nessa trama personagens diversos vão compondo o enredo. Como por exemplo, o técnico precarizado da empresa de telefonia que vai “puxar os fios da avenida principal e, de quebra, garantir luz e telefone para todos” e que, como tantos outros, realiza “o tradicional bico” para “complementar seus parques rendimentos” (p.178). Nessa operação, os moradores garantem “os ‘serviços urbanos’, de luz e água, lançando mão, claro está dos serviços profissionais de quem entende do assunto e é capaz de fazer bem o serviço – e **lá estão as gambiarras de luz e as ligações clandestinas de água, tudo funcionando direito para o bem-estar de todos...**” (TELLES, 2007, p.180, GRIFO NOSSO).

Nossa narradora constata que “poderíamos seguir, sem fim, esse jogo em que os personagens urbanos transitam, interpõem, deslocam, trocam, comutam entre esses vários ‘lugares’ sociais”. Fica também claro que **as diversas gambiarras são peças fundamentais para o funcionamento do sistema** – para “garantir, como se diz (eles dizem), o ‘lado certo da coisa errada’” (p.183).

Aqui, nesse bairro, outras tantas histórias poderiam ser contadas, miríades delas, microcenas de um mundo feito da superposição e entrelaçamento de múltiplas ilegalidades. Ou melhor: um mundo social feito de um especial embaralhamento entre o formal e o informal, o legal e ilegal, e o lícito. Daí o interesse em se deter nos expedientes mobilizados em torno de **uma muito prosaica gambiarra, esse peculiar artefato que carrega diversos estratos da história urbana, que se comunicam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos da vida cotidiana** (TELLES, 2007, p.179, GRIFO NOSSO).

Práticas comuns e redes de sociabilidade que compõem a vida de um bairro periférico, e que transitam nas fronteiras difusas e cambiantes entre expedientes de sobrevivência e pequenas ações ilícitas, que entram em fricção com outras escalas e complexidades da trama urbana¹³⁴. O relato de Telles, a partir de uma situação concreta e prosaica na atual conjuntura urbana no país, nos parece bastante pertinente para situar a prática da gambiarra nos espaços opacos sob uma perspectiva relacional, nas “dobraduras do formal e informal, do legal e ilegal” (p.187). Não se trata, portanto, de estabelecer heróis ou vilões, ou enquadrar suas práticas como benéficas ou prejudiciais, mas de compreender a gambiarra dentro de uma teia de relações socioespaciais que vai muito além do objeto ou do fato por ela produzido.

Como buscamos demonstrar ao longo deste trabalho, dado o amplo espectro e flexibilidade de sentidos e associações que o termo *gambiarra* evoca, torna-se imprescindível a delimitação a partir das condições sociais, técnicas e espaciais em que está inscrita. Conforme demonstrado por Ananya Roy (2005), não se trata de estabelecer uma divisão entre formalidade e informalidade, mas de compreender que existe uma diferenciação dentro da informalidade, a qual confere legitimações muito distintas para as práticas informais dos ricos ou dos pobres urbanos. A partir dessa reflexão mais ampla sobre a informalidade, compreendemos que leitura similar pode ser feita para o âmbito da gambiarra no Brasil. Não se trata, portanto, de uma divisão entre “**com gambiarra**” ou “**sem gambiarra**”, mas sim uma diferenciação da legitimidade da prática dependendo de **quem pratica, como pratica e onde pratica**.

Isso posto, e considerando que esta tese está centrada nas táticas que incidem sob a produção do espaço cotidiano periférico, a teoria dos dois circuitos da economia urbana de Milton Santos nos auxilia na delimitação do objeto, qual seja: **a gambiarra como tática que se apropria dos artefatos e das mercadorias realizadas pelo modo de produção capitalista – sobretudo aquelas advindas do circuito superior – e as adapta e subverte para novos usos e funções pelos indivíduos e mecanismos do circuito inferior**.

A gambiarra do circuito inferior se situa, portanto, em uma **relação dialética de interdependência entre os dois circuitos**. Essa relação, no entanto, não é estável e muito menos equilibrada. Santos (1979, p.253) aponta que o circuito superior “tende mais a criar a conjuntura do que adaptar-se a ela”, e, em contrapartida, o circuito inferior não tem outra opção que não à flexibilidade e a adaptação às condições conjecturais – sendo seu comportamento uma resposta *direta* à demanda.

O circuito inferior também poderia ser bem definido segundo a fórmula de Lavoisier: “**Nada se perde, nada se cria, tudo se transforma...**”. O jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores etc. [...] na construção das casas aproveitam-se todos os tipos de materiais abandonados ou vendidos a baixo preço. Muitos utensílios comerciais e domésticos são produtos de recuperações e a vida de uma peça, aparelho ou motor pode ser prolongada pela engenhosidade dos artesãos. A idade média tão elevada dos veículos talvez seja o exemplo mais surpreendente **dessa miraculosa capacidade de recuperação que é uma das**

¹³⁴ Obviamente que muitas dessas práticas estão atreladas a negócios deliberadamente ilícitos e criminosos, como o caso do tráfico de drogas, ou dos mercados de contrabando de peças roubadas, etc.

maiores características das economias pobres, em oposição ao desperdício das economias ricas e modernas (SANTOS, 1979, p.199-200, GRIFO NOSSO)

Percebemos por esta citação que, embora não se refira *explicitamente* ao termo *gambiarra*, sua conotação está muito clara na leitura de uma das características marcantes do modo de atuação e produção do circuito inferior. Dessa forma, temos que a prática da gambiarra no circuito inferior está associada à conjuntura de limitação socioeconômica, e relaciona-se com o modo como os moradores “usam o ‘jeitinho’ para participar, mesmo que precariamente, dos benefícios provenientes da modernidade, usufruindo de parte da infraestrutura das grandes cidades brasileiras” (BOUFLEUR, 2013, p.21). Essa noção da gambiarra como possibilidade de contornar os problemas estruturais fica evidente no depoimento de um morador da periferia leste paulistana sobre a luta para obter água na década de 1980:

[...] aqui na caixa de água, faltava água sempre, **15 dias sem nenhuma água na torneira. A gente não veio do Nordeste para morrer de sede aqui em São Paulo, que tem tanta água.** Quando chove o povo quase morre de afogamento. [...] a gente teve que arrambar a rede lá embaixo lá, pegar uma máquina de solda para a rede. **A gente foi lá, fez uma gambiarra lá e veio água para todo mundo na comunidade...** era difícil quando nós chegamos aqui a batalha... vai melhorando aos poucos. (DEVANIR APUD TELLES, 2006, p.306, GRIFO NOSSO).

Pelo exposto, podemos inferir que a prática da gambiarra precisa ser compreendida dentro de um espectro mais amplo e dominado pela lógica capitalista, no qual tanto as necessidades materiais quanto suas soluções ocorrem sob a ordem da acumulação. Para Boufleur (2013) a gambiarra atua como uma prática complementar ao modo de produção capitalista, uma vez que se utiliza da circulação de mercadorias industrializadas e realiza um “procedimento de reajuste utilitário” a partir desses artefatos¹³⁵:

A partir de uma extensa análise acerca da dualidade da mercadoria em Marx, Boufleur conclui que toda gambiarra parte de uma estrutura preexistente e tem sempre um propósito utilitário, constituindo um trabalho complementar ao sistema capitalista. Dessa forma, a gambiarra, a partir do trabalho de transformação, modifica objetos e espaços para suprir variadas demandas imediatas do cotidiano – demandas estas que não haviam sido contempladas pelo projeto inicial. Assim, a partir do momento que objetos projetados passam a ser efetivamente utilizados - mudando do “domínio do projeto” para o “domínio de uso” – se tornam sujeitos a diversas formas de apropriação e também de subversão, seja em sua forma, em sua função ou mesmo em seu significado (BOUFLEUR, 2013, p.7).

Embora o autor aborde o fenômeno da gambiarra sob o ponto de vista das modificações realizadas a posteriori nos artefatos industriais, entendemos aqui que leitura análoga pode ser feita para a produção do espaço cotidiano. Ou seja, tais espaços são constantemente transformados por quem deles se apropria para outras formas de usos não previstos na concepção inicial estabelecida em projeto. De modo similar à produção de objetos, a produção do espaço urbano não é concebida para um indivíduo específico, mas para um indivíduo abstrato que representa a média de uma coletividade. Assim, e considerando a diversidade e pluralidade de indivíduos, o projeto muitas vezes não se orienta pelas reais necessidades destes, sendo que algumas demandas são supridas enquanto outras se tornam marginalizadas.

A relação utilitária entre pessoas e coisas **pode ser resumida por uma dialética entre o que as pessoas demandam e o que as coisas têm a oferecer.** Nesta dialética, temos duas forças contrárias que nem sempre se anulam: por parte do ser humano, percebe-se um conjunto de expectativas, desejos, necessidades, enquanto que, por parte das coisas, percebe-se uma disponibilidade e a forma como estas estão dispostas e arranjadas (BOUFLEUR, 2013, p.45, GRIFO NOSSO).

Nessa relação dialética entre coisas e demandas, mediada por relações capitalistas, a tática da gambiarra realizada no circuito inferior pode ser lida sob diferentes óticas. Sob um ponto de vista, a tática pode ser

¹³⁵ Boufleur (2013, p.39) parte da concepção marxista de que todo artefato industrializado é fruto do modo de produção capitalista, e portanto, destinado à sociedade enquanto mercadoria. Dentre esses artefatos cita desde objetos de baixa complexidade até estruturas complexas, incluindo os elementos usados na construção de espaços arquitetônicos.

entendida como uma insubordinação ao sistema capitalista, na medida em que atualiza e subverte os usos pré-concebidos e projetados, mas, sob outra ótica, a gambiarra não deixa de ser funcional ao sistema capitalista que continuamente reproduz e reforça as desigualdades estruturantes:

Não somente por atenuar conflitos entre os que possuem e os que não possuem acesso aos meios para atender, com propriedade e proteção, necessidades materiais diversas, mas por ser ela mesma incorporada - como ideia ou como produto, como invento ou como objeto de arte - ao circuito mercantil, que, em sua irreconhecível coerência, torna e mantém o mundo desigual (DOS ANJOS, 2007, p.34-36).

Ante o exposto, e na acepção do capitalismo *enquanto sistema produtor de mercadorias* (FERNANDES, 1975), enquanto prevalecer o atual modo predatório de produção, que se utiliza do circuito inferior como um “amortizador” de suas crises para a manutenção do circuito superior, a gambiarra segue existindo como uma forma tanto de resistência e sobrevivência do circuito inferior quanto como um mecanismo de controle e manipulação por parte do circuito superior.

6.5. A FORMA SEGUE A NECESSIDADE

De modo geral, os objetos que nos cercam na contemporaneidade são concebidos para exercer certas finalidades e são intencionalmente fabricados para atingi-las. Disso resulta que os objetos e as ferramentas nascem predestinados a alcançar um determinado resultado: uma faca serve para cortar, um guarda-chuva serve para nos abrigar, um ferro serve para passar a roupa, uma caneta serve para escrever ou desenhar, etc. Dessa observação temos que **a função é parte intrínseca das propriedades de um dado objeto**.

Frutos da ciência e da tecnologia, esses objetos técnicos e a ordem espacial deles resultante pretendem garantir a exatidão funcional e almejam “uma perfeição maior que a da própria natureza” (SANTOS, 2006, p.226). O slogan funcionalista “*form follows function*”¹³⁶ (“A FORMA SEGUE A FUNÇÃO”) é a máxima do ideal racionalista moderno de legibilidade dos artefatos, no qual a forma deve expressar com clareza a sua função. A arquitetura, obviamente, não ficou imune a esse debate. Enquanto a arquitetura moderna seguia a premissa de Mies van der Rohe de que *Less is More* (“MENOS É MAIS”), o controverso movimento pós-moderno – numa negação irônica à ortodoxia dos cânones modernos – afirmava que *Less is a Bore* (“MENOS É CHATO”). *Aprendendo com Las Vegas* (VENTURI ET AL., 1972) talvez seja a obra que melhor explicita e tensiona os pressupostos modernistas de que o espaço e a forma estariam a serviço do programa e da função. As imagens abaixo presentes no livro levam às últimas consequências essa afirmação (FIG. 67-68).



FIG. 67: ICÔNICA LOJA QUE VENDE OVOS DE PATO EM LONG ISLAND, NOVA IORQUE (1972). FONTE: MULTIPLOSSERVICOS.COM.BR



FIG. 68: EDIFÍCIO EM FORMATO DE CESTA DA ANTIGA SEDE DA LONGABERGER BASKET OHIO, EUA (1997). FONTE: MULTIPLOSSERVICOS.COM.BR

¹³⁶ A frase “a forma segue a função” é atribuída ao arquiteto americano Louis Sullivan e vinculada aos preceitos do racionalismo moderno na arquitetura e no *design* no século XX.

Na análise de Pasqualino Magnavita (1996, p.23, GRIFO NOSSO), em *Aprendendo com Las Vegas*, Robert Venturi e Denise Scott Brown rompem com certos dogmas da arquitetura moderna e apresentam uma concepção mais complexa e pluralista da arquitetura, incorporando a “**coexistência de elementos heterogêneos, justapostos, sobrepostos, híbridos, ambíguos, de duplo significado e de dupla função**”. Não obstante esse fato, Magnavita alega que Venturi et. al. não conseguiram superar a forma binária de pensar e conceber a arquitetura, e, assim, não se desvencilharam da divisão dualista que permeia a formação discursiva da arquitetura moderna.

Para Magnavita (1996, p.24), *Aprendendo com Las Vegas* evidencia a relação da arquitetura com o universo da especulação imobiliária e da produção de imagens sedutoras que “ilustram os cadernos imobiliários dos nossos jornais, elementos bem mais importantes, no sentido mercadológico, que a própria arquitetura”. Nessa perspectiva, o que melhor capturou e mergulhou na essência da arquitetura enquanto mercadoria tenha sido Richard Rogers: “*Form follows profit is the aesthetic principle of our times*” (“A FORMA SEGUE O LUCRO É O PRINCÍPIO ESTÉTICO DE NOSSOS TEMPOS” EM LIVRE TRADUÇÃO).

Trazendo essa discussão para o contexto do sul global, percebemos um contraste entre os *espaços luminosos* – nos quais a *forma segue o lucro* fazendo com que objetos e espaços sejam continuamente atualizados (prédios inteligentes, vias rápidas, infraestruturas digitais, *smart cities...*) – e os *espaços opacos* – nos quais a **forma segue a necessidade** e nos quais permanecem tecnologias herdadas e obsoletas. Afinal, os avanços técnicos custam caro e são distribuídos segundo combinações desiguais no território.

Desse modo, o espaço urbano reúne, simultaneamente, “uma produção **limitada de racionalidade**, associada a uma produção **ampla de escassez**” (SANTOS, 2006, p. 209). Dessa condição temos uma produção contínua e acelerada de necessidades artificiais que conduzem a uma condição permanente de carência e escassez. Se por um viés, os objetos técnicos criam soluções para tarefas cotidianas, em contrapartida, eles geram continuamente novas demandas, “dado que a cada novo produto modificado/criado surgem também outros tipos de necessidades, defeitos e/ou problemas que seriam solucionados através de outros produtos” (KASPER, 2006, p.14). Como diria Ermínia Maricato (1982, p.29): “No reino da mercadoria, não se produz visando as necessidades sociais e menos ainda visando a liberdade e a criatividade”.

Retomando à questão da funcionalidade dos objetos, temos que os artefatos, em princípio, possuem um sentido e uma intenção embutidos nas suas formas e finalidades, ou seja: possuem **um desígnio dado pelo projeto**. No entanto, não obstante o desígnio conferido pelo projeto, é a ação exercida sobre o artefato que define e redefine suas funções, atribuindo-lhes sentido (SANTOS, 2006, p.61). A disponibilidade de um objeto, por conseguinte, não diz respeito apenas às suas características intrínsecas, mas às **possibilidades de ação que ele oferece**. Ou seja: o objeto é portador de outras possibilidades de ação que vão além do seu uso original. Nas palavras de Milton Santos: “a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada” (2006, p.63).

Dessa compreensão, temos que o uso original é apenas uma etapa na trajetória desse objeto (seu ponto de partida) e que pode ser alterada pela inventividade de quem dele se apropria para usos não previstos – como é o caso das gambiarras que desviam a função original dos artefatos. A relação objeto-usuário se atualiza na própria dinâmica desse encontro e suas singulares formas de acoplamento. Desse princípio, temos que **a função é um atributo relacional** e não “uma propriedade intrínseca do artefato, mas sim de sua relação com o sujeito, dentro do contexto de uma ação particular” (KASPER, 2006, p.141).

Nessa perspectiva, investigamos a tática da gambiarra a partir de **dois pressupostos**:

1. Toda criação ou reprodução de objetos **corresponde às condições sociais e técnicas específicas de um dado momento histórico**. Portanto, para compreender os objetos em sua integralidade, não basta examiná-los isoladamente em sua realidade material. É preciso decifrá-los a partir de sua inserção numa série de eventos históricos e geográficos, o que torna a significação de um objeto **sempre relativa**, marcada uma **ordem vertical**, dada pelas relações sociais a que o objeto se

subordina, as quais por sua vez determinam uma **ordem horizontal**, que se refere as relações técnicas mantidas com outros objetos.

2. O projeto de artefatos industriais procura transmitir a ideia de **eficiência** e a promessa de cumprir com os usos para os quais foram concebidos, numa suposta imagem de **neutralidade e transparência da técnica**. A gambiarra, ao alterar as formas e/ou finalidades de um objeto, aponta para **possibilidades não vislumbradas pelo projeto original**. Nesse sentido, a gambiarra atua na **“quebra” do aspecto designante do objeto** (OBICI, 2014), e evidencia suas **falhas e insuficiências** em atender todas as demandas prometidas.

A GAMBIARRA COMO IMPROVISAÇÃO UTILITÁRIA

Como buscamos evidenciar, um mesmo objeto, ainda que não sofra alterações em suas características materiais, pode variar de significação ao longo do tempo, de sua inserção geográfica ou de seu contexto social, tendo em vista que **“a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro”** (SANTOS, 2006, p.62, GRIFO NOSSO).

Para analisar as metamorfoses operadas pela gambiarra, partiremos de algumas contribuições de Rodrigo Bouffleur (2013), que analisa o fenômeno sob a perspectiva da **improvisação utilitária**. Para o autor, a gambiarra seria todo o tipo de intervenção improvisada realizada a partir de objetos e artefatos preexistentes provenientes do design industrial. Nesse sentido, a gambiarra atuaria como um reajuste utilitário entre materiais disponíveis e demanda. Partindo do princípio de que a relação entre objetos e ações é dada entre a *forma* (materiais e características físicas) e a *finalidade* (serventia e aplicabilidade), Bouffleur (2013) identifica que a gambiarra pode operar de três maneiras distintas (TABELA 3).

TIPO DE OPERAÇÃO	DESCRIÇÃO
MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA	CONSISTE NA UTILIZAÇÃO DO OBJETO DO JEITO QUE FOI CONCEBIDO, SEM INTERVIR EM SUA FORMA, MAS USANDO-O PARA OUTRA FUNÇÃO DIFERENTE DA QUAL FOI CONCEBIDO
MODIFICAÇÃO DA FORMA E MANUTENÇÃO DA FINALIDADE	CONSISTE NA UTILIZAÇÃO DO OBJETO PARA A MESMA FINALIDADE QUE FOI CONCEBIDO, NO ENTANTO SUBVERTE-SE O DESIGN DO PRODUTO PARA MELHORAR SEU DESEMPENHO OU RESOLVER SEU MAU FUNCIONAMENTO
MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE	CONSISTE EM UMA SUBVERSÃO DUPLA DO DESIGN ORIGINAL, RESULTANDO EM UM TERCEIRO PRODUTO, NA MEDIDA EM QUE REPRESENTA UM NOVO OBJETO RELACIONADO A UMA NOVA FUNÇÃO

TABELA 3: TIPOS DE OPERAÇÃO ENTRE OBJETOS E AÇÕES. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE BOUFFLEUR (2013)

Na sequência abaixo (FIG. 69-72) ilustramos a partir do objeto guarda-chuva uma série de modificações realizadas – seja da finalidade ou da função, em diferentes tipos de operação.



FIG. 69: MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA: GUARDA-CHUVA UTILIZADO PARA PROTEGER AS ROUPAS. FONTE: WWW.ASLE.NET.BR



FIG. 70: MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE: GUARDA-CHUVA USADO COMO SECADOR DE PEÇAS ÍNTIMAS NO VARAL. FONTE: WWW.ASLE.NET.BR



FIG. 71: MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE: GUARDA-CHUVA USADO COMO EXPOSITOR DE PRODUTOS POR VENDEDOR AMBULANTE. FONTE: BOUFLEUR (2013)



FIG. 72: MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA: GUARDA-CHUVAS UTILIZADOS COMO ADEREÇO EM AÇÃO DE URBANISMO TÁTICO. FONTE: SANSÃO-FONTES (2019)

CATEGORIAS DE REAJUSTE UTILITÁRIO

Além dos tipos de operação descritos acima, o autor também estabelece quatro categorias de reajuste utilitário, relacionadas à compensação entre materiais disponíveis (recursos) e demandas. São elas: *ausência*, *limitação*, *disponibilidade* e *possibilidade*. As duas primeiras categorias (*ausência* e *limitação*) estão relacionadas à **noção de escassez** – falta de recursos ou de funcionalidade. As duas últimas (*disponibilidade* e *possibilidade*) estão relacionadas à **noção de abundância** – reutilização de recursos disponíveis para usos alternativos aos originais (TABELA 4).

Cumprе ressaltar que essas categorias não são excludentes entre si, sendo que uma determinada gambiarra pode se enquadrar em mais de uma categoria. Na sequência ilustramos cada uma das quatro categorias de reajuste utilitário, de maneira a evidenciar os principais aspectos de cada uma delas.

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO		DESCRIÇÃO
ESCASSEZ	1_GAMBIARRA POR AUSÊNCIA	QUANDO NA FALTA DE RECURSOS MATERIAIS OU TÉCNICOS AS GAMBIARRAS SUBSTITUEM OS ARTEFATOS E/OU FERRAMENTAS FALTANTES (MESMO QUE PRECARIAMENTE) UTILIZANDO-SE DOS RECURSOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS
	2_GAMBIARRA POR LIMITAÇÃO	QUANDO CERTOS RECURSOS MATERIAIS NÃO SÃO ADEQUADOS AO QUE SERIA NECESSÁRIO E SÃO SUPLEMENTADOS PELAS GAMBIARRAS
ABUNDÂNCIA	3_GAMBIARRA POR DISPONIBILIDADE	QUANDO AS GAMBIARRAS SÃO FEITAS A PARTIR DE PRODUTOS QUE SE TORNARAM OBSOLETOS OU QUE ESTÃO OCIOSOS, CONFERINDO-LHES NOVA APLICAÇÃO
	4_GAMBIARRA POR POSSIBILIDADES	QUANDO OS ATRIBUTOS MATERIAIS FUNCIONAM COMO PROPULSORES PARA A IMPROVISACÃO, VISLUMBRANDO-SE NOVAS APLICAÇÕES E APROVEITAMENTOS FUNCIONAIS A PARTIR DE SUAS CARACTERÍSTICAS ORIGINAIS

TABELA 4: CATEGORIAS DE REAJUSTE UTILITÁRIO. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE BOUFLEUR (2013)

1_GAMBIARRA POR AUSÊNCIA

As gambiarras por ausência frequentemente estão relacionadas à resolução de alguma contingência imediata e que requer uma substituição urgente, mesmo que improvisada (exemplo: um chinelo que arrebenta e é reparado com um clipe ou uma haste de óculos que quebra e é colada com fita adesiva ou durepoxi etc.). Outra situação bastante comum da gambiarra por ausência está relacionada ao prolongamento da vida útil de determinado artefato, que é obtido por meio da substituição de componentes originais por soluções alternativas. Esses casos são relacionados à falta de recursos materiais ou financeiros, quando na impossibilidade de consertar o artefato danificado ou comprar outro novo o indivíduo optar por um reparo mambembe e provisório.

Como ilustração temos as diversas soluções improvisadas para suprir partes faltantes de itens de mobiliário, como é o caso das cadeiras abaixo (FIG. 73).



FIG. 73: COLETÂNEA DE CADEIRAS IMPROVISADAS. FONTE: ERNESTO OROZA

2_GAMBIARRA POR LIMITAÇÃO

Nesse tipo, as gambiarras suplementam de forma improvisada objetos e artefatos, nas situações em que se constata suas limitações, deficiências ou demandas, para as quais o próprio não dispõe de solução. Os artefatos podem ser criados para facilitar determinados usos, ou mesmo para impedi-los, atuando na limitação do número de alternativas disponíveis entre usuário e objeto. Como exemplo temos os elementos urbanos instalados nas cidades para coibir ou constringer determinadas ocupações do espaço público, sobretudo pela população em situação de rua.

Trata-se de um conjunto de dispositivos construídos com o objetivo de dificultar e inibir a permanência de pessoas em bancos de parques e praças, marquises, espaços residuais sob viadutos, entre outros. Diante desse contexto, a gambiarra surge dos dois lados – de um lado o poder público serra bancos de braços, ou escreve em todos os bancos de um parque público os dizeres “É proibido deitar”. De outro, temos os sujeitos que questionam as limitações impostas e subvertem os dispositivos de hostilidade (FIG. 74-78).



FIG. 74: BANCO DE PRAÇA COM DIVISÓRIA PARA IMPEDIR QUE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA POSSAM DORMIR. FONTE: BLOG.ARCHTRENDS.COM



FIG. 75: BANCO DE PRAÇA INTERROMPIDO PARA IMPEDIR O USO POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA. FONTE: LAMAIS.COM.BR



FIG. 76: BANCO NO PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE COM O DIZER “PROIBIDO DEITAR”. FONTE: CLARISSA PACHECO



FIG. 77: CAMA IMPROVISADA SOBRE PEDRAS DE VIADUTO EM SÃO PAULO. FONTE: DOMINGOS-PEIXOTO / DIÁRIO DO RIO



FIG. 78: BALIZADORES IMPEDINDO A OCUPAÇÃO DA MARQUISE E SOLUÇÃO ENCONTRADA PARA CONTORNAR O PROBLEMA. FONTE: FINE MELT

3_GAMBIARRA POR DISPONIBILIDADE

Um exemplo de gambiarra por disponibilidade pode ser encontrado nas diferentes maneiras de apropriação por moradores de rua dos caixotes de frutas e verduras descartados nos mercados e feiras. As pessoas em situação de rua, pela falta de recursos materiais e financeiros, acabam por criar novos usos e funções para os objetos a sua volta, vislumbrando potencialidades outras além daquelas usualmente reconhecidas.

No caso específico do centro da cidade de São Paulo, Kasper (2006) investiga as múltiplas formas de utilização dos caixotes e constata que, cada tipo de caixote, de acordo com suas características específicas, desencadeia empregos diferentes (FIG. 79-82). Os caixotes são componentes fundamentais de diversos arranjos efêmeros da vida cotidiana, compondo uma verdadeira “cultura material” e como uma tecnologia urbana de sobrevivência. Os objetos – com suas formas padronizadas e empilháveis – são arranjados como baús, prateleiras, bancos, mesas, cavaletes, cercas, varais e como componentes para construir os abrigos (chamados pelos moradores de malocas) e os refugos dos caixotes servem de lenha para alimentar os fogões de lata. Além disso, os caixotes são também a principal atividade econômica dessas pessoas, que recolhem os materiais em carroças e realizam o conserto e revenda dos artefatos.

As adaptações realizadas nos caixotes por pessoas em situação de rua podem ser entendidas, nos termos propostos por Certeau (1998), como táticas urbanas dos fracos, e, muito embora o Urbanismo Tático tenha se apropriado desse tipo de solução de forma quase padronizada em cartilhas e guias, sua legitimação ocorre de maneira muito distinta da primeira – justamente pelo fato da teia de relações em que a adaptação dos objetos acontece ser substancialmente diferente.

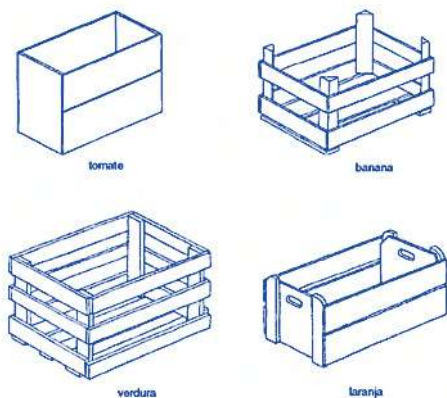


FIG. 79: MODELOS DE CAIXOTES DE FEIRA UTILIZADOS PELA POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO. FONTE: KASPER (2006)

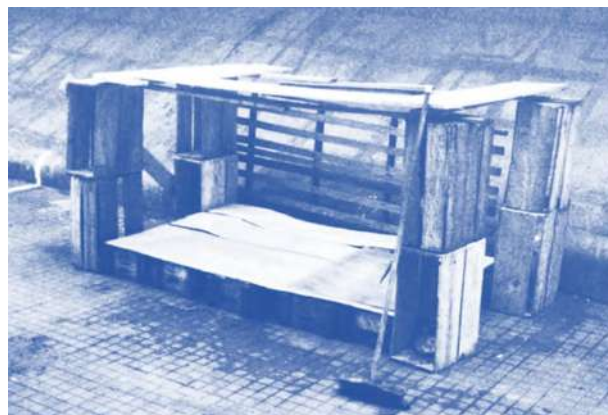


FIG. 80: MALOCA CONSTRUÍDA A PARTIR DOS CAIXOTES DE FEIRA. FONTE: KASPER (2006)



FIG. 81: CAIXOTE DE FEIRA UTILIZADO COMO POLTRONA. FONTE: GUSMÃO (2002)



FIG. 82: CAIXOTE DE FEIRA UTILIZADO COMO MESA. FONTE: GUSMÃO (2002)

4_GAMBIARRA POR POSSIBILIDADES

As gambiarras por possibilidades ocorrem quando os atributos de determinado objeto possibilitam vislumbrar novas aplicações sem a necessidade de alteração de sua forma, pois é justamente a sua forma que convida e impulsiona novos usos. Por meio de uma analogia, o indivíduo estabelece a percepção de uma função não prevista ou contemplada pelo projeto original. Neste aspecto, a prática da gambiarra envolve “a rejeição dos aspectos preexistentes, transformando-os, subvertendo-os, desvinculando-os de seu contexto original” (BOUFLEUR, 2013, p.65).

Um exemplo clássico encontrado em diversas favelas e periferias brasileiras é a utilização de caixas d’água como piscinas. Mas não apenas os tradicionais reservatórios de água (de polipropileno ou amianto) são utilizados. Encontramos o mesmo uso com caixas grandes de isopor, e até mesmo, em boleias de caminhão (FIG. 83-85). Na favela Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, um grupo de amigos montou uma piscina de 15 mil litros na caçamba de um caminhão com o intuito de promover um lazer itinerante nas comunidades carentes da região. Segundo Marcelo Matos, um dos promotores da ação: “A arquitetura do negócio não tem segredo: é uma lona azul, disposta na caçamba de um caminhão, com uma escada de construção improvisada para o acesso. A atração diverte adultos e crianças”¹³⁷.



FIG. 83: CRIANÇAS SE REFRESCAM EM CAIXA D’ÁGUA . FONTE: GLOBO / G1



FIG. 84: CRIANÇAS USAM CAIXA DE ISOPOR PARA SE REFRESCAR DO CALOR EM REGIÃO DO SUBÚRBIO CARIOCA . FONTE: JU NAMASTÊ



FIG. 85: BOLEIA DE CAMINHÃO E DE CAMINHONETE UTILIZADOS COMO PISCINAS EM FAVELA DE BELO HORIZONTE. FONTE: MARCELO MATOS / UOL COTIDIANO



¹³⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/20/15-mil-litros-na-cacamba-amigos-dao-jeito-de-ter-piscinao-em-favela-de-bh.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 17 fev. 2024.

METAMORFOSES DOS OBJETOS E AÇÕES

A partir das contribuições de Bouffleur (2013) sobre o reajuste utilitário da gambiarra, e de Milton Santos (2006), sobre a análise dos objetos dentro da teia de relações em que estão inseridos, investigaremos na sequência algumas possibilidades e metamorfoses que podem ocorrer entre objetos e ações.

A **metamorfose pode ocorrer ao longo do tempo**, quando um dado objeto perde ou tem modificada sua função original, em decorrência de alterações nas dinâmicas tecnológicas, econômicas ou culturais (FIG. 86-89). Essas alterações repercutem também na organização do espaço, sendo um exemplo bastante representativo o das cabines telefônicas públicas (apelidadas de *orelhões*), que se tornaram obsoletas a partir da massificação do uso do telefone celular. Essa alteração funcional do objeto abre brechas para outras possibilidades de usos em função da sua *disponibilidade* – quando as gambiarras são feitas a partir de produtos que se tornaram obsoletos ou que estão ociosos, conferindo-lhes nova aplicação.



FIG. 86: FILA PARA USAR OS TELEFONES PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULO. FONTE: VIAJANTEDOTEMPOREAL.BLOGSPOT.COM

FIG. 87: CEMITÉRIO DE CARCAÇAS DE ORELHÕES. DISPONÍVEL EM: WWW.NOTICIASINFOCO.COM.BR



FIG. 88: ORELHÃO VIRA LIXEIRA EM CIDADE NA BAHIA. SEGUNDO O QUE CRIADOR DO VÍDEO “LIXORELHÃO”. FONTE: YOUTUBE



FIG. 89: ORELHÃO VIRA OFURÔ. FONTE: TWITTER

A **metamorfose também pode ocorrer de forma simbólica**, quando a significação de um dado objeto adquire leituras muito distintas de acordo com sua inserção geográfica e seu aparato social. Um exemplo de como um mesmo elemento arquitetônico pode ser lido e apropriado de maneira distinta por culturas diferentes é a “laje” na concepção modernista apregoada pelo CIAM e a “laje” nas favelas e periferias urbanas (FIG. 90-91).

Na arquitetura moderna, com seu sistema estrutural tripartido e multiplanar, o espaço é decomposto e estratificado por estruturas de lajes em que os tetos e pisos se apresentam como planos ininterruptos, possibilitando a planta livre e a eliminação do tradicional telhado inclinado, dando lugar a uma volumetria

plana e de estética purista. Já nos contextos periféricos do sul global, Freire-Medeiros e Name (2019) demonstram como a definição técnica de “laje” como obra contínua de concreto armado para abrigar o teto ou o piso de um compartimento não consegue abarcar a sua pluralidade de usos e valores. Eles demonstram como nas favelas cariocas as lajes se desdobram em múltiplos propósitos utilitários, de lazer, sociabilidade. Podem inclusive, serem convertidas em mirantes turísticos nos quais os *gringos* registram o espetáculo da iniquidade social.



FIG. 90: A LAJE NA CONCEPÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA. PAVILHÃO DE BARCELONA (1929). FONTE: ARCHDAILY

FIG. 91: A MULTIFUNCIONALIDADE DA LAJE NAS FAVELAS BRASILEIRAS. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA

A metamorfose pode ocorrer também simultaneamente num mesmo espaço temporal, quando um dado objeto cumpre funções distintas de acordo com a teia de relações a que está submetido. Um exemplo é o carrinho de supermercado, que além do propósito original, cumpre funções distintas. Pode se tornar uma casa portátil para uma pessoa em situação de rua, uma ferramenta de trabalho para um catador de lixo, e até uma churrasqueira ou um galinheiro adaptado (FIG. 92-95). Nesses exemplos, o carrinho de supermercado pode ser modificado por uma *ausência* – quando na falta de recursos materiais ou técnicos a gambiarra substitui os itens faltantes, utilizando-se dos materiais disponíveis, ou por uma *possibilidade* – quando certos atributos materiais funcionam como propulsores para a improvisação, vislumbrando-se novas aplicações para o mesmo objeto (BOUFLEUR, 2013).



FIG. 92: CARRINHO DE SUPERMERCADO EM SEU USO CORRIQUEIRO. FONTE: MOTAADVOGADOS.COM

FIG. 93: CARRINHO DE SUPERMERCADO USADO POR UM CATADOR DE LIXO COMO FERRAMENTA DE TRABALHO. FONTE: UOL



FIG. 94: CARRINHO DE SUPERMERCADO ADAPTADO PARA GALINHEIRO. FONTE: HENRIQUE PLACIDO / PAMELA MARQUES (2019)

FIG. 95: CARRINHO DE SUPERMERCADO ADAPTADO PARA UMA CHURRASQUEIRA. FONTE: G1

A GAMBIARRA COMO SISTEMA DE OBJETOS E AÇÕES

Ante o exposto, podemos perceber que o sistema de objetos condiciona (ou pretende condicionar) a forma como se dão as ações, e o sistema de ações leva à criação de novos objetos ou se realiza a partir de objetos preexistentes. Existe assim **uma relação dialética entre objetos e ações**, na medida em que os objetos *definem* as ações, mas são também *definidos* por elas, dependendo do uso e do sentido que lhe são atribuídos. Dessa forma, Milton Santos (2006) afirma que o espaço se define como “um **conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações**, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (p.39, GRIFO NOSSO). Disso resulta que os objetos e ações se organizam numa lógica que é, simultaneamente, “a lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e a lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presentes)” (p.49).

As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente. Os eventos, as ações não se geografizam indiferentemente. Há, em cada momento, **uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza**; sem isso, **todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca**, valores que não seriam afetados pelo movimento da história (SANTOS, 2006, p.56, GRIFO NOSSO).

Essa indissociabilidade entre sistema de objetos e sistema de ações é fundamental para o entendimento da tática da GAMBIARRA URBANA em suas diferentes expressões e apropriações – dependendo de onde, como e por quem ela é realizada. Como já demonstrado no CAPÍTULO 2, a gambiarra é conhecida por toda a sociedade brasileira, sendo praticada por todas as classes sociais. Por não possuir uma conceituação muito clara, a gambiarra pode ser aplicada às mais variadas situações e magnitudes: desde um membro do poder executivo ou legislativo que se utiliza de uma *gambiarra jurídica* para burlar alguma regra constitucional, até aquele desprezioso clipe improvisado para segurar a haste de uns óculos. Isso posto, a GAMBIARRA URBANA é tratada nesta tese não como um *objeto* ou *ação* isolada, mas essencialmente localizada como um **sistema de objetos e ações de acordo com o contexto socioespacial e histórico** mais amplo em que está inserida.

De acordo com os dicionários brasileiros, a gambiarra é classificada como *substantivo feminino*, no sentido de “solução improvisada” que se utiliza das habilidades e ferramentas disponíveis para resolver problemas de distintas ordens. Neste caso, os *objetos* criados a partir desta solução são denominados *gambiarrras* – seja o chinelo remendado, a lei fruto de um remendo jurídico, o puxadinho de uma casa... Além dessa acepção, a gambiarra pode ser classificada como um *adjetivo*, quando o termo é utilizado para demonstrar um juízo de valor sobre algo, normalmente associado a algo realizado de forma *tosca*, *precária*, *mal acabada*, *feita sem cuidado*. Ademais, além de substantivo e adjetivo, será que podemos compreender a **gambiarra como um verbo?**

O verbo é uma classe de palavras que expressa ação, processo ou fenômeno. Assim, embora não exista em nossa língua o verbo “*gambiarrear*”, podemos compreender que o ato de “fazer gambiarra” tem essa conotação de processo e operação, como fica explícito na passagem abaixo:

São gambiarras, portanto, tanto precárias emendas de fios para estender o alcance de uma lâmpada acesa onde não há instalações embutidas quanto a retirada furtiva de energia elétrica através de intervenções clandestinas na rede de cabos que a distribui. [...] Importa aclarar, desde logo, que a gambiarra designa tanto **o ato de construir** algo em função da escassez de recursos para resolver problemas variados quanto **os próprios aparatos que são assim criados**. A gambiarra é, portanto, **uma operação e o seu resultado, uma tecnologia e seu produto: a emenda dos fios e os fios emendados**, a captação fraudulenta de energia elétrica e sua concreção em cabos, tomadas e fitas articuladas (DOS ANJOS, 2007, p.32-34, GRIFO NOSSO).

GAMBIARRA COMO PRODUTO



GAMBIARRA COMO OPERAÇÃO



FIG. 96: GAMBIARRA COMO PRODUTO. FONTE: WWW.FOLHACG.COM.BR

FIG. 97: GAMBIARRA COMO OPERAÇÃO. FONTE: EXTRA.GLOBO.COM

A gambiarra, portanto, designa tanto o **ato de construir quanto os aparatos construídos**, tanto a operação quanto o seu resultado, tanto o produto quanto os seus meios, tanto o objeto quanto a ação. A gambiarra, entendida como interação entre sistema de objetos e sistema de ações implica em considerar **a um só tempo o processo e o resultado**. Por essa característica fundamental, podemos vislumbrar que a gambiarra **rompe com a lógica dualista entre projeto e produto**. Na medida em que a concepção, o projeto e a execução ocorrem de forma quase concomitante, a gambiarra se afasta da divisão vertical do trabalho do modo de fazer convencional do projeto, e **propõe uma abordagem mais horizontal entre o “saber” e o “fazer”**. Trata-se de um fazer-pensando e um pensar-fazendo. Assim, temos que a gambiarra implica **“juntamente e ao mesmo tempo um modo de fazer e um modo de pensar”**, justamente porque **“o objeto engendra a ideia tanto quanto a ideia engendra o objeto”** (KASPER, 2006, p.131, GRIFO NOSSO).

A gambiarra – ao partir de situações imprevistas e recursos limitados, muitas vezes encontrados no próprio local – acaba por fabricar novas relações entre objetos e ações a partir de um estado de coisas preexistentes. Assim como no caso da bricolagem, essa limitação é justamente a fonte da sua inventividade. O processo da gambiarra nos lembra da nossa agência humana de (re)criar, (re)significar e (re)arranjar objetos, espaços e práticas por meio de experiências singulares, questionando os modos de operar previamente codificados pela racionalidade técnico-científica. Nesse enfoque, Helena Assunção e Ricardo Mendonça¹³⁸ (2016) exploram o potencial estético e político da gambiarra, como um elemento

¹³⁸ Helena Santos Assunção é mestra em Antropologia pelo Museu Nacional da UFRJ e Ricardo Mendonça é professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e doutor em Comunicação pela UFMG.

desestabilizador de nossa percepção sobre o mundo: “A gambiarra, enquanto objeto, gesto ou processo, é evidência, indício e concretização dessa capacidade humana, lembrando-nos não apenas da contingência do mundo, mas da possibilidade de intervir sobre ele” (p.110).

Somado a isso, temos a concepção de Arturo Escobar (2016) que entende que todas as pessoas são praticantes do seu próprio conhecimento e, nesse sentido, projetam “seu ambiente, suas organizações, suas relações sociais, suas práticas diárias, suas formas de conhecimento” (p.46) – numa espécie de *design* autônomo que não depende do conhecimento especializado. Nessa perspectiva, Escobar defende que toda ferramenta e toda tecnologia – por mais simples ou humilde que seja – cria formas específicas de ser, conhecer e maneiras próprias de fazer. Nesse arcabouço, investigaremos na sequência os modos de fazer da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, buscando ir além da leitura centrada apenas na sua materialidade inventiva e na sua capacidade de adaptação frente às adversidades, para entendê-la como **projeto**, na medida em que convoca um modo de pensar, que é também um modo de fazer e um modo de transformar a realidade circundante.

PARTE VI

MODOS DE FAZER: A GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA



A Parte IV investiga os modos de fazer da Gambiarra Urbana Popular Brasileira a partir dos entrecruzamentos dos aportes teóricos e práticos que nos suscitam o caso referência da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. A partir da trajetória da Maré – desde seu processo de formação inicial até a implantação dos conjuntos habitacionais mais recentes e suas atualizações táticas realizadas pelos moradores – buscamos identificar sínteses e reflexões para a identificação dos dispositivos táticos da gambiarra urbana nos contextos populares. Na sequência, é apresentada uma proposta de taxonomia da Gambiarra Urbana Popular Brasileira derivada das percepções sobre os atributos espaciais que se repetem no território usado da Maré e que, apesar de suas singularidades, podem apontar para fenômenos e desdobramentos socioespaciais comuns a outros territórios populares. Por fim, especulamos sobre a atuação dos arquitetos e urbanistas diante dos saberes e fazeres autoconstruídos, em busca de uma ampliação do imaginário profissional em busca de uma descolonização dos nossos próprios saberes e fazeres.

CAPÍTULO 7 | AMARÉSIMPLES | AMARÉCOMPLEXO

O morro só principia onde acaba a hipocrisia que domina nos salões
O morro é diferente, todo mundo é inteligente embora sem instrução
Há perfume pela mata, castelos feitos de lata onde não mora a ambição
Lá no morro todo caixote é cadeira, todo colchão é de esteira
Vela acesa, iluminação, terra batida é assoalho pra dança
Rico é visita no meio da gente, pedra arrumada é fogão bem eficiente
Ir lá no morro é saber da verdade, não há fingimentos como há na cidade
Tudo no morro é tão diferente, todo vizinho é amigo da gente
Tudo no morro é melhor que na cidade, tanto na dor, como na felicidade

[Hanibal Cruz, trechos da canção *Vida no morro*, 1942]

O samba *Vida no morro* (HANIBAL CRUZ, 1942)¹³⁹ nos parece um ponto de partida interessante para iniciar esse capítulo, tendo em vista aportar elementos constituintes dos processos originários das favelas que podem ser associados às gambiarras enquanto dispositivos táticos dos fracos: *lá no morro todo caixote é cadeira, pedra arrumada é fogão bem eficiente, há castelos feitos de lata*, afinal, como afirma o sambista: **“todo mundo é inteligente embora sem instrução”**.

Ademais, percebemos nesta canção uma certa visão romântica da vida *no morro* – onde, apesar de toda adversidade e precariedade, *todo vizinho é amigo da gente* – numa clara oposição à vida considerada hipócrita *no asfalto: não há fingimentos como há na cidade*. Notamos neste e em tantos outros sambas da época, a presença da construção de uma narrativa binária entre morro e asfalto (*o eu e o outro*), na qual “A favela é representada como palco dos sentimentos nobres, genuínos, em oposição à cidade, por sua vez retratada como lugar do orgulho, da falsidade, do sarcasmo e do vício” (MENDES JUNIOR, 2007, p.202).

Esse reforço de uma visão romântica e dicotômica marcada pela negação da cidade e pela valorização da identidade e da autenticidade das práticas culturais das favelas, no entanto, não deixava de ser uma visão hegemônica, na medida em que criava um sentimento de apaziguamento da revolta com as desigualdades impostas por essa condição de vida. A passagem a seguir explicita essa questão:

O que se deve considerar nessa profusão de vozes convergentes sobre a idealização do morro é que seus sujeitos não eram necessariamente habitantes dos morros, mas moradores da cidade. Isso pode ser lido como uma pista que nos leva a crer em um pacto, pelo menos no nível do discurso simbólico, sobre essa caracterização do morro como lugar de virtude. Claro que contra-exemplos também existiram, mas a visão romântica da favela e do morro era hegemônica, tal qual a visão ufanista do samba que exalta o Brasil (MENDES JUNIOR, 2007, p.67).

Podemos estabelecer um paralelo entre essa visão romântica da favela e a visão ufanista do “país tropical e bonito por natureza”, conforme discussão exposta no CAPÍTULO 2 - *Gambiarras made in Brazil*, no qual objetivamos demonstrar a coexistência de narrativas múltiplas a diferentes representações e interpretações, dependendo de onde e de quem parte o discurso.

Para adentrarmos no universo da Maré, iniciamos com a obra-provocação do artista visual Marcos Chaves (2011)¹⁴⁰ (FIG. 98), que propõe uma dupla leitura sobre o fenômeno urbano das favelas cariocas – leitura esta que se afasta da visão binária e reconhece a condição de ambivalência e contradição presente nesta

¹³⁹ O samba “Vida no morro” foi composto por Hanibal Cruz, e gravada por Odete Amaral, pela Gravadora Odeon em 1942.

¹⁴⁰ A obra de Marcos Chaves foi especialmente desenvolvida para a exposição *Travessias*, realizada no Galpão da Bela Maré, em Nova Holanda, Maré.

e em tantas outras marés. Essa perspectiva liminar fica clara na explanação do pesquisador de arte Frederico Coelho sobre a obra:

É muito fácil amar o Rio de Janeiro. É muito difícil amar o Rio de Janeiro. Uma cidade que explode em criatividade promissora e problemas históricos em meio a uma paisagem monumental impressa na memória do mundo. [...] Marcos propõe mais uma vez essa operação dupla de fruição poética e reflexão crítica sobre a cidade, seus espaços e seus afetos. Ao criar as frases-poemas **Amarécomplexo/Amarésimples** para a exposição Travessias, realizada em 2011 no Galpão Bela Maré, Nova Holanda, o artista sintetizou com leveza e inteligência os conflitos urbanos cariocas, a constituição de pertencimento através da autoestima local e a crítica política ao descaso social, econômico, cultural e educacional que comunidades populares vivem na cidade. Ao localizar suas grandes faixas com os escritos sobre a Avenida Brasil, acrescentou mais uma camada poética ao transformar a Maré em maré de carros e ônibus que passam metálicos e cansados pela avenida. Amor, memória, política, tudo era ativado ao mesmo tempo pelas palavras sobre o Complexo da Maré, nome dado a maior favela plana da cidade do Rio de Janeiro.¹⁴¹

E é assim, diante de toda a simplicidade e toda a complexidade que envolvem a Maré, que passaremos na sequência a navegar em suas águas em busca de assimilar os dispositivos táticos da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.



FIG. 98: OBRA DO ARTISTA MARCOS CHAVES. FONTE: WWW.MARCOSCHAVES.NET



FIG. 99: AZULEJOS PINTADOS POR UMA CRIANÇA DA MARÉ NO PROJETO AZULEJARIA. FONTE: REDES DA MARÉ (2017)

¹⁴¹ Disponível em: <https://marcoschaves.net/2011/03/05/amaresimples-amarecomplexo/> Acesso em 15 dez. 2023.

APRESENTAÇÃO DA MARÉ

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas da cidade do Rio de Janeiro e está situada na região da Leopoldina, na Zona Norte da cidade, às margens da Baía de Guanabara, próxima ao Aeroporto Internacional Tom Jobim e à Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua localização – entre importantes vias de acesso, como a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil (FIGURA 100) –, faz com que seja uma região de grande acessibilidade à muitas áreas da cidade, tornando sua posição geográfica desejável para muitos pobres urbanos, se comparada às áreas mais distantes do centro da metrópole fluminense (REDES DA MARÉ, 2019).



FIG. 100: LOCALIZAÇÃO ESQUEMÁTICA DA MARÉ. FONTE: AUTORA ADAPTADO DE CEASM (2023)

A Maré é assim chamada pelo fato de seu sítio natural ser composto por terrenos alagadiços, manguezais e praias, os quais foram sendo progressivamente aterrados à medida que sua expansão populacional ocorria. A esse respeito, vale notar que Roberto DaMatta (1985) identifica esses territórios nas porções mais pobres da cidade como “locais de transição: ‘zonas’, ‘brejos’, ‘mangues’ e ‘alagados’. Locais liminares, onde a presença conjunta da terra e da água marca um espaço físico confuso e necessariamente ambíguo” (P.31, GRIFO NOSSO). Essa citação nos parece especialmente pertinente para pensar a formação da Maré, ou dessas várias marés, atualizadas ao longo do tempo nas fronteiras instáveis entre a água e a terra.

O chamado “Complexo da Maré” na verdade é composto por um conjunto de comunidades distintas, sendo utilizado para designar grupos de favelas contíguas entre si (p.ex. Complexo do Alemão, Complexo da Mangueira, Complexo de Acari, etc.). Evitaremos o uso do termo “complexo” pelo fato de derivar do vocabulário penal (complexo penitenciário), por não haver uma identificação da população local com essa nomenclatura e por se tratar de uma forma pejorativa de colocar os seus habitantes num mesmo “saco” (os favelados complexados), reforçando preconceitos e estigmas amplamente compartilhados no senso comum (ALVITO, 2006).

Transformada oficialmente em bairro em 1994¹⁴², a Maré compreende atualmente um conjunto de 16 áreas¹⁴³ onde moram aproximadamente 140 mil pessoas, sendo um dos bairros com maior densidade demográfica do município do Rio de Janeiro (REDES DA MARÉ, 2019). Entre os 162 bairros reconhecidos oficialmente na cidade, a Maré é o 9º bairro mais populoso, no entanto, ocupa a 123ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, 2000)¹⁴⁴. Importa ressaltar que, conjuntamente com as favelas Complexo do Alemão, Rocinha e Jacarezinho, a Maré ocupa uma das últimas posições em praticamente todos os índices socioespaciais. Percebemos, portanto, que apesar de ter sido transformada em bairro do ponto de vista formal, esse fato **“não mudou a relação com o poder público ou mesmo com a própria cidade e, tampouco, a representação que se faz hegemônica sobre sua condição de favela”** (REDES DA MARÉ, 2014, p.14, GRIFO NOSSO).

De sua população, a grande maioria dos moradores (62%) é composta por pretos ou pardos e um quarto de seus habitantes (26%) são imigrantes da região nordeste, o que é condizente com o padrão de ocupação das favelas cariocas, marcadas pela forte presença de negros e nordestinos (REDES DA MARÉ, 2019). Um dado marcante do ponto de vista censitário é que 61,8% das pessoas que vivem na Maré afirma viver no local desde o nascimento (REDES DA MARÉ, 2019).

A primeira coisa que chama atenção ao se chegar na Maré é que não existe *de fato* uma única Maré. Esse território que se convencionou chamar de “Complexo da Maré” atravessou diferentes fases históricas de ocupação que se rebateram em padrões e configurações físico-espaciais bastante distintos entre as suas 16 áreas. Entretanto, embora oficialmente conte com 16 localidades, o seu crescimento é contínuo, havendo outras áreas que seguem em processos de expansão, como é o caso de Nova Esperança, Sem Terra, Mandacaru, entre outras (SOUSA SILVA, 2015) e que não constam nos dados oficiais.

Em linhas gerais, podemos identificar **dois grandes grupos de ocupação**, sendo o primeiro marcado pelas **ocupações iniciais**¹⁴⁵ – nas quais famílias de trabalhadores e imigrantes ocuparam informalmente suas terras e construíram suas casas por processos de autoconstrução, do qual fazem parte 7 áreas. E um segundo grupo marcado pelas **ações do Estado nas esferas federal, estadual e municipal** – por meio de diversos programas de moradia popular (REDES DA MARÉ, 2014), do qual fazem parte 9 das 16 áreas que compõe a Maré. A síntese desses processos pode ser observada na TABELA 5, a seguir.

¹⁴² A Maré foi transformada em bairro pela Lei nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994, na gestão do Prefeito Cesar Maia, e corresponde à XXX Região Administrativa da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁴³ São elas: Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiros, Vila dos Pinheiros, Salsa e Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança.

¹⁴⁴ A Maré ocupa os últimos lugares na classificação do IDH juntamente com Guaratiba, Rocinha, Jacarezinho e Complexo do Alemão. As quatro favelas transformadas em bairro – Rocinha, Complexo do Alemão, Maré e Jacarezinho – experimentaram as maiores taxas de crescimento dentre as trinta e duas regiões administrativas analisadas. O Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo mensurar as condições de vida de uma população a partir de três dimensões ou também denominados IDH temáticos: Educação (IDH-Educação), Renda (IDH-Renda) e Saúde (IDH- Longevidade).

¹⁴⁵ A ocupação da Maré, iniciada na década de 1940, tem como pioneiras as comunidades do Morro do Timbau, da Baixa do Sapateiro e Parque Maré. Seguidas, posteriormente, do Parque Rubens Vaz e do Parque União, constituídas ao longo da década de 1950.

LOCALIDADE E PROCESSO DE OCUPAÇÃO		IMPLANTAÇÃO	PROCESSO / PROGRAMA GOVERNAMENTAL
OCUPAÇÃO AUTOCONSTRUÍDA	MORRO DO TIMBAU	1940	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	BAIXA DO SAPATEIRO	1947	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	MARCÍLIO DIAS	1948	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	PARQUE MARÉ	1953	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	PARQUE RUBENS VAZ	1954	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	PARQUE ROQUETE PINTO	1955	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
	PARQUE UNIÃO	1961	ASSENTAMENTO AUTOCONSTRUÍDO
INTERVENÇÃO ESTADUAL	NOVA HOLANDA	1962	INTERVENÇÃO PÚBLICA – COHAB
	PRAIA DE RAMOS	1962	INTERVENÇÃO PÚBLICA – COHAB
INTERVENÇÃO FEDERAL	CONJUNTO ESPERANÇA	1982	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO RIO
	VILA DO JOÃO	1982	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO RIO
	VILA DOS PINHEIROS	1983	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO RIO
	CONJUNTO PINHEIROS	1989	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO RIO
INTERVENÇÃO MUNICIPAL	CONJ. BENTO RIBEIRO DANTAS	1992	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO MORAR SEM RISCO
	CONJUNTO NOVA MARÉ	1996	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO MORAR SEM RISCO
	NOVO PINHEIRO	2000	INTERVENÇÃO PÚBLICA – PROJETO MORAR SEM RISCO

TABELA 5: PROCESSOS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE REDES DA MARÉ (2019)

Assim, mais do que se pensar em uma única Maré, estamos diante de *muitas Marés*, cujas peculiaridades moldam de maneira diferenciada a experiência cotidiana de seus muitos moradores. A Maré é um dos maiores **laboratórios urbanos de habitação popular do país**, onde quase todas as morfologias e tipologias arquitetônicas e urbanísticas referentes a habitações populares compõe o território: “da favela labiríntica de morro ao mais cartesiano conjunto habitacional modernista, passando por palafitas em áreas alagadas e conjuntos habitacionais favelizados. **Vai-se do padrão mais informal ao mais formal, que acaba se informalizando também**” (JACQUES, 2002, p.19, GRIFO NOSSO).

Não obstante toda a heterogeneidade de seus distintos momentos e formas de ocupação, constatamos que as Marés têm em comum a sua permanência por meio de lutas coletivas, nas quais muitas vezes os moradores precisaram se organizar para construir e conquistar seus espaços de vida (DINIZ ET AL., 2012, p.18). Diante de processos de urbanização excludente, a Maré, assim como tantas outras favelas no país, foi e é o lugar que tornou possível o direito de habitar – mesmo que de forma precária – para muitos.

Na sequência apresentamos algumas passagens significativas de distintos momentos da trajetória da ocupação do território mareense, no intuito de compreender como se deram os processos de conformação de algumas das áreas que o compõe, com especial interesse nas práticas espaciais cotidianas e nas ações táticas empreendidas pelos moradores. Além de lidar com ações autoritárias do Estado e com interesses do capital especulativo, os moradores da Maré, desde o início da ocupação, têm que enfrentar as forças policiais, as organizações criminosas e a própria força da natureza, para sobreviverem em condições precárias e contornarem as adversidades com inteligência tática, muitas gambiarras e desejo de (re)existência no espaço urbano.

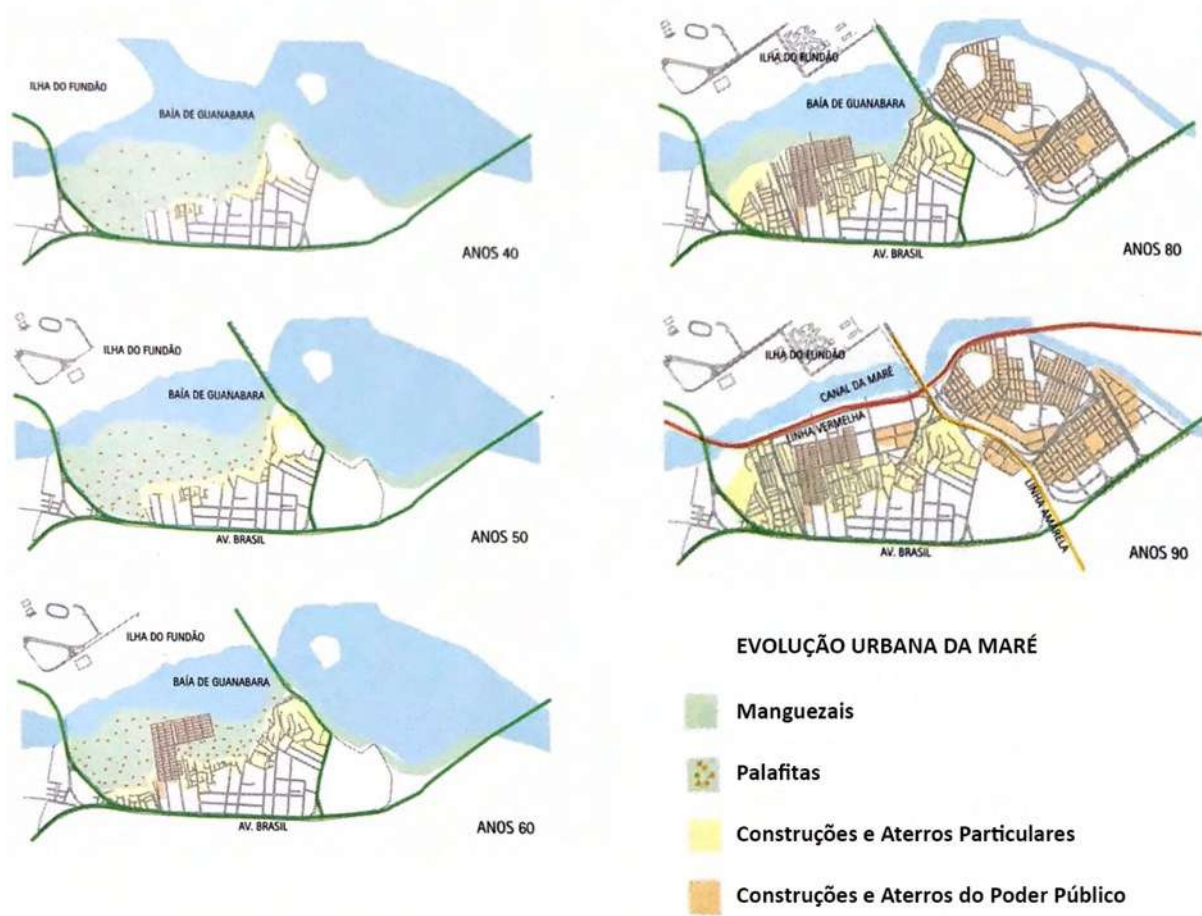


FIG. 101: DIAGRAMA DE EVOLUÇÃO URBANA DA MARÉ AO LONGO DO TEMPO. FONTE: JACQUES (2002)



FIG. 102: VISTA PANORÂMICA DO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2020)

- ORIGEM DA OCUPAÇÃO:**
- ESFERA FEDERAL
 - ESFERA MUNICIPAL
 - OCUP. ESPONTÂNEA
 - ESFERA ESTADUAL
- LOCALIDADE:**
- 01 Conjunto Esperança
 - 02 Vila do João
 - 03 Conjunto Pinheiros
 - 04 Vila dos Pinheiros
 - 05 Novo Pinheiros
 - 06 Conj. Bento Ribeiro Dantas
 - 07 Morro do Timbau
 - 08 Baixa do Sapateiro
 - 09 Nova Maré
 - 10 Parque Maré
 - 11 Nova Holanda
 - 12 Parque Rubens Vaz
 - 13 Parque União
 - 14 Parque Roquete Pinto
 - 15 Praia de Ramos
 - 16 Marcílio Dias



FIG. 103: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAVELAS DA MARÉ E SUA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL POR TIPO DE OCUPAÇÃO.

FONTE: AUTORA (2024) ADAPTADO DE REDES DA MARÉ (2019)

7.1. A ATUAÇÃO TÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO INICIAL DA(S) MARÉ(S)

O processo histórico de formação e consolidação da Maré já foi bastante explorado por diferentes autores e publicações (P.EX.: SILVA, 1984 E 2004; O CIDADÃO, 2001 E 2002; VAZ, 1994; DINIZ ET AL., 2012 E 2013; SOUZA, 2017), já existindo um amplo conhecimento acumulado. Dessa forma, o que se pretende a seguir não é esmiuçar os detalhes desse processo, mas evidenciar alguns dos acontecimentos que **suscitaram o desenvolvimento de ações táticas e gambiarras urbanas por parte dos moradores para garantir a permanência e a conquista de melhorias urbanas em seus espaços domésticos.**

Entre os séculos XVII e XVIII, a Maré fazia parte da Freguesia de São Tiago de Inhaúma (VAZ, 1994). No final do século XIX o território passou por um processo de parcelamento e arrendamento, no entanto, por se tratar de uma região predominantemente alagadiça e sem interesse comercial, suas terras foram consideradas “devolutas”¹⁴⁶. Por esse motivo, no início do século XX a região ainda era praticamente desocupada, havendo apenas algumas colônias de pescadores que ali viviam e desenvolviam atividades pesqueiras na enseada (DINIZ ET AL., 2012).



FIG. 104: PORTO MARIA ANGU NA PRAIA DE INHAÚMA NA DÉCADA DE 1920. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

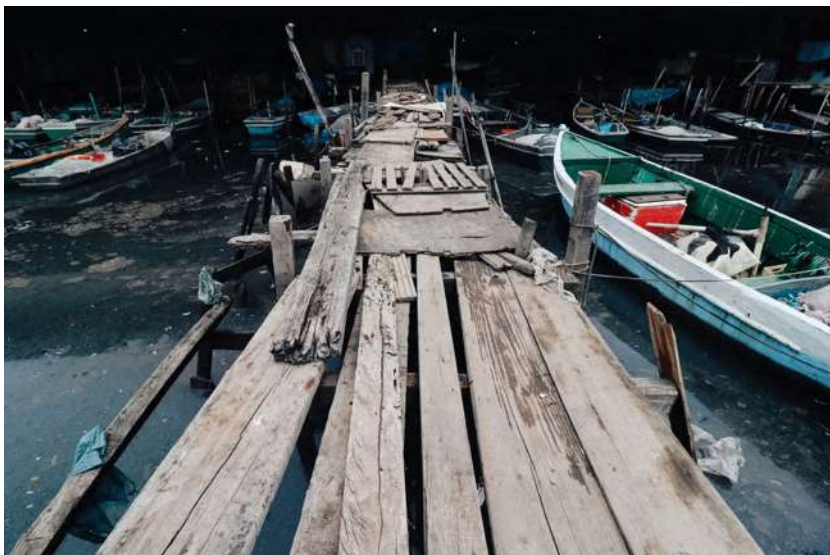


FIG. 105: PONTE DE MADEIRA CONSTRUÍDA POR PESCADORES DA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

¹⁴⁶ *Terras Devolutas* são terras públicas sem destinação pelo Poder Público, constituídas de áreas remanescentes de sesmarias não colonizadas e transferidas ao domínio do Estado pelo art. 64 da Constituição Federal de 1891.

A década de 1930 (início da Era Vargas) foi marcada pela implementação de atividades industriais no Rio de Janeiro, e houve a expansão de empresas de grande porte em direção aos subúrbios servidos pelas ferrovias, levando consigo parcela significativa da população que migrava para a capital fluminense em busca de trabalho. Nesse processo, imigrantes, sobretudo vindos da região Nordeste do país, passaram a ocupar as áreas alagadiças da Enseada de Inhaúma, sob condições extremamente precárias (DINIZ ET AL., 2012). Segundo Lilian Fessler Vaz (1994, p.8), a partir desse momento “qualquer terreno na cidade, não destinado à especulação imobiliária, próximo a zonas industriais ou de alta densidade populacional, são ocupados por favelas”.

Na Maré, essa primeira fase foi caracterizada pela ocupação dita “espontânea” na qual as pessoas, à medida que chegavam, erguiam seus barracos de madeira por processos de autoconstrução e delimitavam seu território de acordo com suas possibilidades (VAZ, 1994). Houve, nesse momento, duas formas distintas de ocupação: a ocupação das áreas alagadiças, com casas suspensas sobre palafitas, e a ocupação das áreas secas, com terrenos mais amplos e localizados o mais próximo possível da fonte de água. De acordo com relatos históricos, a primeira moradora a construir sua casa nas encostas do Morro do Timbau¹⁴⁷ (pequena elevação no meio de uma grande planície) foi Dona Orosina, que no início da década de 1940 preferiu a solidez do morro à instabilidade dos manguezais e alagados das casas às margens da Praia de Inhaúma (DINIZ ET AL., 2013). No relato abaixo, é possível perceber que a moradora pioneira se valeu de uma série de **táticas espaciais** para a delimitação de seu terreno e para a construção de sua casa:

Orosina conheceu o local quando veio com o marido passear na Praia de Inhaúma, de águas limpas. Na areia, **trazidos pela maré, pedaços de madeira se acumulavam. Ela teve a ideia de aproveitar o material para construir um barraco.** A casa foi erguida em uma pequena elevação próxima ao mar. Como forma de **demarcar o seu “lote”, a mulher plantou árvores frutíferas e uma pequena horta.** Com o passar do tempo, outras pessoas vieram, viram a casa de Orosina e decidiram também ocupar a área. O crescimento da vizinhança deu-lhe oportunidade de vender hortaliças para se manter (...). O grande problema era a água. **Os moradores tinham que buscá-la na Avenida Brasil, subindo com os baldes pelo morro** (O CIDADÃO, 1999, p.9, GRIFO NOSSO).

Um evento fundamental para a atração das classes populares e para a aceleração do crescimento da Maré foi a construção da Avenida Brasil em 1946 (chamada à época de Variante Rio-Petrópolis). A implementação da rodovia, ao promover aterramentos e vias de acesso, acelerou o processo de ocupação da enseada, na medida em que facilitou a acessibilidade com consequente aumento do número de empreendimentos industriais na região.

A construção da Cidade Universitária na Ilha do Fundão para implantação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (antiga Universidade do Brasil) na década de 1950 também representou um impulso no adensamento populacional da Maré, na medida em que muitos operários do *Campus* acabaram se instalando em definitivo na região. Com o advento da Avenida Brasil e da Cidade Universitária, a área ocupada pela Maré – **até então pouco atrativa do ponto de vista do capital especulativo** – passou a ser objeto de atenção por parte do poder público e, conseqüentemente, da imprensa.

Esses fatos reforçam a ideia de que as áreas ocupadas pelos pobres compõem um grande território de reserva a ser capturado quanto convêm aos interesses do capital hegemônico¹⁴⁸ (ROLNIK, 2015). Diante desse crescente interesse do Estado pelo controle do território, entre 1947 e 1952 foi instalado em área contígua ao Morro do Timbau um quartel do Exército, quando os militares passaram a constituir uma espécie de **poder auto instituído** no local. O Exército passa então a controlar a ocupação do morro,

¹⁴⁷ O nome Timbau deriva do tupi-guarani *thybau*, que significa “entre águas”, por se tratar de uma área seca cercada por manguezais e as águas da Baía de Guanabara (DINIZ et al., 2013).

¹⁴⁸ Rolnik (2015, p.168) aponta que a formação desses bairros não tem necessariamente origem numa violação da lei, tendo em vista que muitas vezes se tratam de terras que não tem um proprietário formal, como era o caso da Maré.

coordenando a execução de ruas e moradias, inclusive com a proibição de construção de casas em alvenaria e com a cobrança de taxas de ocupação abusivas e arbitrárias¹⁴⁹ (VAZ, 1994; DINIZ ET AL., 2013).

A presença ostensiva do Exército era apresentada pela imprensa nacional à época como positiva, a partir da narrativa de que havia a intenção de que a favela tivesse “conforto, higiene e ordem”, sendo uma contribuição dos militares com as autoridades municipais para a solução dos “problemas das favelas e dos marginais”¹⁵⁰.

O 1º Batalhão de Carros de Combate realiza o serviço de vigilância com o seu pessoal e possui relacionados e cadastrados todos os moradores, que **moram sem pagamento algum**, e foi feito o saneamento da mesma sob todos os aspectos. Disse-nos o capitão Fragoso que **a favela era um temível foco da malandragem constituindo-se sério problema** (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 10/10/1957 APUD DINIZ ET AL., 2013, P.57, GRIFO NOSSO).

Essa leitura discricionária da favela como problema e de seus moradores como malandros fazia com que a pobreza fosse tratada como consequência direta do “tipo” de pessoa que ali habitava, naturalizando as desigualdades a partir de classificações racializadas (SOUZA E SILVA ET AL., 2020). Isso fica patente em texto retirado do primeiro censo de favelas realizado no Rio de Janeiro¹⁵¹, no qual afirma-se que “os ‘pretos e pardos’ prevaleciam nas favelas por serem ‘hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas’” (ZALUAR E ALVITO, 2006[1998]).

Se a favela era então estigmatizada como território da *malandragem* e da *desordem*, os moradores do Morro do Timbau precisaram rapidamente encontrar uma *ordem* e se organizar para enfrentar os abusos de poder decorrentes da atuação autoritária do Exército. Com isso, o Morro do Timbau foi a terceira favela do Rio de Janeiro a constituir a sua Associação de Moradores, ainda no ano de 1954, visando atuar coletivamente em defesa de seus espaços de moradia (DINIZ ET AL., 2013).

Como já evidenciado na SESSÃO 3.3., é comum nesses processos de organização comunitária a constituição de uma autoridade local para atuar na mediação de conflitos e garantir uma espécie de ordem social local, geralmente escolhida por processos locais legitimadores, que podem assumir diversas formas, que vão desde a atuação coletiva passiva, representativa ou até impositiva (ABRAMO, 2007). No caso do Timbau formou-se uma associação representativa, na qual o presidente da Associação era eleito pela maioria dos moradores. No entanto, esse processo não foi isento de conflitos, como pode ser constatado no depoimento de Joaquim Agamenon, que foi presidente da Associação de Moradores por 16 anos:

Sabe, as vezes, eu **me transformava num déspota mesmo, num militar...** Era um ditadorzinho! Era chapa única... Eu era **amado e odiado**, entendeu? Como toda pessoa que trabalha sério, ela não é unanimidade, não é mesmo? Ninguém consegue unanimidade. **A pessoa chegava pra mim e falava que queria fazer um barraco na rua e eu falava: “Não pode”**. Aí, aquela pessoa jamais ia querer me apoiar, entendeu? Mas quando você chegava com dor de barriga, **eu botava naquela Brasília velha azul e levava lá e você então ficava todo feliz** (AGAMENON APUD DINIZ ET AL., 2013, P.105, GRIFO NOSSO).

Se o relacionamento entre a comunidade e a Associação de Moradores não ocorria sem algumas ambiguidades, o mesmo não se pode esperar da relação desta com o Exército. Pela fala dos antigos moradores, percebemos sentimentos contraditórios sobre o batalhão do exército – desde moradores que creditavam a ele uma certa manutenção de ordem e segurança no morro até aqueles que repudiavam a

¹⁴⁹ Foi transferido para o local o 1º Regimento de Carros de Combate, que reclamava o direito sobre as terras do Timbau. Os militares passaram a controlar a comunidade com a derrubada de barracos, controle da entrada e saída de moradores e cobrança de taxas de ocupação. Em 1955, para aumentar o controle sobre a área, houve uma tentativa de cercar todo o perímetro do morro com arame farpado pelos militares. No entanto, os moradores se organizaram e conseguiram impedir o cercamento total, que continuou a existir entre o Timbau e a Baixa do Sapateiro (VAZ, 1994; DINIZ ET AL., 2013).

¹⁵⁰ Reportagem do periódico Correio da Manhã, de 19/04/1955 (apud DINIZ ET AL., 2013, P.54).

¹⁵¹ Censo de Favelas do Distrito Federal (1948) apud ZALUAR E ALVITO, 2006[1998], P.13).

sua presença autoritária. Dessa forma, a relação entre os militares e a Associação de Moradores se dava concomitantemente de forma conflituosa e marcada pelo **uso do jeitinho**, como pode ser observado nos depoimentos dos antigos moradores. Agamenon ironiza: “Se a Associação levava para o batalhão informações das reuniões? **Acontecia que, dado o jeitinho brasileiro, a gente sempre estava dando cipoada no sargento**” (APUD DINIZ ET AL., 2013, P. 105). Em outro depoimento, também podemos observar mecanismos marcados pelo princípio da *cordialidade* na condução dos processos de ocupação do Timbau:

Então, ali naquela época [1954], ali era uma aérea que era dominada pelo Exército. Era patrulha do Exército que tomava conta daquilo ali. E tinha a patrulha do Exército pra cima e pra baixo ali! E tinha uma área lá que era capim e aí **resolvemos invadir** aquilo ali. **Quase toda noite fazíamos um barraco lá. Tinha um sargento que chamavam de ‘prefeito da área’, e ele foi deixando, né?! E aí, eu fiz um barraco lá, mas só podia fazer barraco ali de madeira ou de barro – que chama de estuque** (PEDRO RUFINO APUD DINIZ ET AL., 2013, P.78, GRIFO NOSSO).

Percebemos assim que o Exército atuava com certa conivência frente às novas ocupações, tolerando discretamente a construção de novos barracos no morro, desde que esses fossem confeccionados em madeira ou estuque, e, portanto, passíveis de serem demolidos quando fosse conveniente. Essa conduta demonstra a existência das já referidas zonas cinzentas e difusas entre legalidade/ilegalidade e presença/ausência do Estado.

Por essa situação de permanente transitoriedade, impulsionou-se desde muito cedo a organização comunitária e o desenvolvimento de uma permanente capacidade de negociação e luta por parte dos moradores para o enfrentamento de outras questões urbanas e ambientais, como a da falta de água, de luz e de sistema de esgoto sanitário. Esse fato fez com a favela do Timbau chegasse nos anos 1970 com uma infraestrutura pouco comum comparada às demais favelas da cidade. Os moradores, por intermédio da Associação de Moradores:

conquistaram a instalação e a distribuição de água, garantindo ligações individuais para cada residência **a despeito da complexa engenharia que exigia devido à topografia do morro**. A eletricidade foi trazida para a comunidade e distribuída a todas as casas, uma extensa rede de esgoto foi construída, muros de contenção foram erguidos, ruas foram pavimentadas, telefones públicos foram instalados, serviço de coleta de lixo periódica foi instaurado, linhas de ônibus passaram a servir à comunidade e cursos profissionalizantes foram oferecidos à sua população (DINIZ ET AL., 2013, P.57, GRIFO NOSSO).

Uma das táticas utilizadas para a pavimentação das vias da favela foi a compra e aproveitamento de refugos de asfalto e concreto, como é explicado no depoimento de um morador:

Um dia, veio aqui o Mário Andrezza [Ministro do Interior], ali na Praça dos Caetés e disse assim: “Agamenon, eu vim aqui pra ver a favela, pra ver o que tem de fazer pela favela”. [...] O Agamenon disse: “A favela daqui é essa que o senhor tá vendo. Não tem mais nada para fazer. Todo esse dinheiro foi dos moradores que se juntaram para fazer”. **Te digo que essa rua aqui, nós compramos o asfalto da sobra do metrô, que era ali na Central do Brasil**. Só sei que o concreto vendia ali e a gente pagava. **O Estado não participou, mas todo morador participou...** Até as mulheres, a minha mesmo e a mulher do Agamenon **saíam para ajudar a espalhar o concreto na rua para não secar**, porque o concreto era muito bom (EUCLIDES NUNES APUD DINIZ ET AL., 2013, P.52, GRIFO NOSSO).

Esse conjunto de melhorias e lutas comunitárias empreendidas pelos moradores, somado ao processo de controle do solo por parte do Exército, fez com que o Morro do Timbau apresentasse uma distinção em termos de ordenação do espaço, que deixou como herança uma densidade construtiva relativamente baixa e uma estrutura mais organizada em termos de praças, ruas e calçadas, do que se costuma encontrar em favelas do mesmo período (FIG. 106).

Essa diferenciação se faz presente até os tempos atuais, e pode ser percebida por dados censitários, que indicam que o Timbau apresenta uma renda média superior à das demais áreas da Maré; é a favela com maior predomínio de pessoas brancas (44%, enquanto a média da Maré é de 36,6%) e também apresenta

o segundo menor índice de analfabetismo (REDES DA MARÉ, 2019). Esses fatores conferem um certo *status* diferenciado, que aparece na fala de diversos moradores que se consideram a “**elite**” da Maré: “o Morro do Timbau era os EUA das favelas!” (AGAMENON APUD DINIZ ET AL., 2013, p. 106).



FIG. 106: VISTA DO MORRO DO TIMBAU EM 1972. FONTE: CARLOS MESQUIQUITA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

FIG. 107: VISTA DO MORRO DO TIMBAU ATUALMENTE. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO.

O processo do Timbau, portanto, foi bastante diferenciado se comparado às ocupações do seu entorno, como é o caso da Baixa do Sapateiro e do Parque Maré, formados por um “processo de ocupação que **produziu um espaço de conformação irregular em que os ocupantes fixavam seus barracos segundo suas próprias necessidades e possibilidades sem qualquer tipo de planejamento**” (VAZ, 1994, p.19, GRIFO NOSSO). Esse processo mais improvisado e precário (e cheio de gambiarras) no qual as pessoas se viravam como podiam para resolver os problemas de moradia, fica patente na fala de um antigo morador:

As pessoas quando iam construir, faziam o barraco como bem entendessem [...]. O morador construía a casa, mas não tinha dinheiro para construir a ponte. De forma que **ele construía a casa bem encostada na do vizinho e usava a ponte dele**. Isso fez com que as ruas ficassem ora estreitas, ora largas, tortuosas. Não houve um “padrão de rua” (CAMPISTA, MORADOR DO PARQUE MARÉ APUD VAZ, 1994, p.19, GRIFO NOSSO).

Com o tempo, sucessivos aterros foram sendo realizados nas áreas alagadiças, mas as ruas e vielas continuaram seguindo o traçado tortuoso das antigas pontes de madeira, e esse padrão de ocupação resultou em **características espaciais mais irregulares** que podem ser observadas até os tempos atuais. Para garantir uma demarcação “virtual” dos seus espaços (já que as construções se davam sobre áreas alagadas), os moradores utilizavam de **uma tática de ocupação** bastante singular:

Na maioria das vezes construía a casa na frente do terreno e o banheiro bem longe, nos fundos, a doze ou quinze metros de distância, **para garantir a posse de um terreno grande**. Entre a casa e o banheiro se fazia uma ponte. **E aquela área ficaria respeitada para quem construiu** (CAMPISTA, MORADOR DO PARQUE MARÉ APUD VAZ, 1994, p.21).



Foto 17 do Acervo do Museu da Maré - "Pontes de tábuas" interligando as palafitas da Maré



Foto 16 do Acervo do Museu da Maré – Imagem emblemática das palafitas nos alagados da Baixa do Sapateiro e Parque Maré

FIG. 108: PONTES DE MADEIRA INTERLIGANDO CASAS DE PALAFITA NO PARQUE MARÉ. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM

FIG. 109: CASEBRES DE PALAFITA NOS ALAGADOS DA BAIXA DO SAPATEIRO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM

Diferentemente do caso acima, nas ocupações em terra firme, sobretudo naquelas com maior adensamento construtivo, de modo geral os moradores delimitavam inicialmente um pequeno terreno. Em depoimento, um engenheiro civil que atuou em fiscalização de obras em diversas favelas, atribui esse fato à incapacidade de impedir a ocupação da parte não edificada de seu terreno. Dessa forma, a delimitação de um terreno maior tem relação com a capacidade de investimento da família, que dependendo da pressão, precisaria ocupar a área como um todo para garantir a posse, mesmo que seja com uma edificação de um único pavimento (KAWAHARA, 2023, p.230). Essa questão da capacidade de investimento fica demonstrada no relato de uma moradora da Vila do João, na Maré:

Quem tinha dinheiro, que se mudava já com algum dinheiro ou que conseguiu um empréstimo de alguma forma **já construíam delimitavam o território e já construíam...** e outros como eu e os nossos vizinhos próximos **só delimitavam o território, só muro, depois ia aumentando a casa e construindo em cima**, então as pessoas que não podiam, ficavam lá embaixo naquela casinha com telha de amianto e dos lados as construções com mais um andar, o andar de baixo, o térreo e mais um andar ou até dois, dependendo de quantas pessoas trabalhavam ou conseguiam... Então, primeiro era sempre delimitado o território, depois... e foi o que aconteceu com a mudança da geografia dos lotes na frente das casas (OLGA APUD KAWAHARA, 2023, p.230-1).

Além disso, os barracos tinham que ser construídos à noite, devido à repressão da guarda municipal, que se aproveitava dessa precariedade das construções para derrubar, de uma só vez vários barracos. Um dos primeiros moradores do Parque Maré conta que se instalou na favela em 1949, e que a construção dos barracos de palafita tinha que ser realizada numa noite só, para que a polícia não derrubasse a casa: "Fazia de noite, amanhecia o dia com a família dentro, que, se não, os guardas derrubavam! [...]era só mangue, água e caranguejo. Não tinha nada, nenhum barraco, não tinha nem água, não tinha luz, não tinha nada, nada" (SEU BENTO PAIVA APUD DINIZ ET AL., 2013, p. 116).

O processo de construção das palafitas (FIG. 110) consistia em cavar quatro buracos bem fundos no terreno de lodo e firmar as estacas de madeira em cada extremidade, para depois colocar as travessas horizontais, o assoalho e então as paredes e o telhado. Pela pouca disponibilidade de tempo e recursos financeiros e materiais, os barracos possuíam um só cômodo, que funcionava como quarto, sala e cozinha. As casas de palafitas eram feitas com materiais de baixa durabilidade, o que demandava reparos e trocas periódicas. Além da madeira, também utilizavam latas "provenientes de **embalagens de mercadorias importadas que**

eram descartadas e jogadas no Vazadouro do Caju”, sendo que as paredes “eram feitas de caixa, de madeira ou lata e a cobertura era de lata” (VAZ, 1994, p.7, GRIFO NOSSO). Em geral, as condições gerais eram muito precárias, como fica exposto no depoimento a seguir:

Todo dia eu ia e voltava pelo túnel de Ramos cheia de madeira. Foi uma vizinha que me avisou que sobrava muito material lá. O pior é que meu marido trabalhava de dia e não podia ajudar. O pessoal das palafitas **pegava tábuas e caixotes num lixão** que tinha aqui do lado. [...] O esgoto na favela era todo improvisado. Lembro que fazíamos um buraco no piso do barraco e colocávamos o vaso. As “necessidades” caíam direto na água (CLAUDETE DE SOUZA PEREIRA APUD ESPERANÇA, 2021, p.7, GRIFO NOSSO).

Em matéria do Jornal O Globo (1974), que informa sobre a transferência de 21 famílias das palafitas para apartamentos em um conjunto habitacional, é possível constatar que o material proveniente da derrubada desses barracos foi rapidamente utilizado para a construção de novos barracos:

O clima de mudança não ultrapassa a pequena área atingida pela medida da COHAB. Em **outros setores da favela surgem novos barracos, construídos com material da derrubada de antigos**. E entre os que ficam o paraibano José Francisco da Silva, comerciante, ampliou sua tendinha de madeira erguendo outro galpão cheio de prateleiras, pois, segundo ele, “os negócios vão bem” (O GLOBO, 1974, p.9).

Segundo o arquiteto Ricardo de Gouvêa Corrêa (2023), que trabalhou no programa Pró-Morar na década de 1980, atuando no cadastramento e levantamento das condições das famílias que viviam nas palafitas, em que pese toda a precariedade e insalubridade, havia uma **grande dose de inventividade no processo construtivo das palafitas**. Nas suas palavras, em entrevista oral:

A palafita é uma grande criatividade, né? Aquilo era impressionante, era um mar de pessoas. Eu acho que nas palafitas tinham mais de mil unidades... Não era uma pontezinha com uma casa, você tinha uma ponte assim com vinte, as vezes chegava a trinta casas, quinze pra cada lado. A engenharia daquilo era muito impressionante.

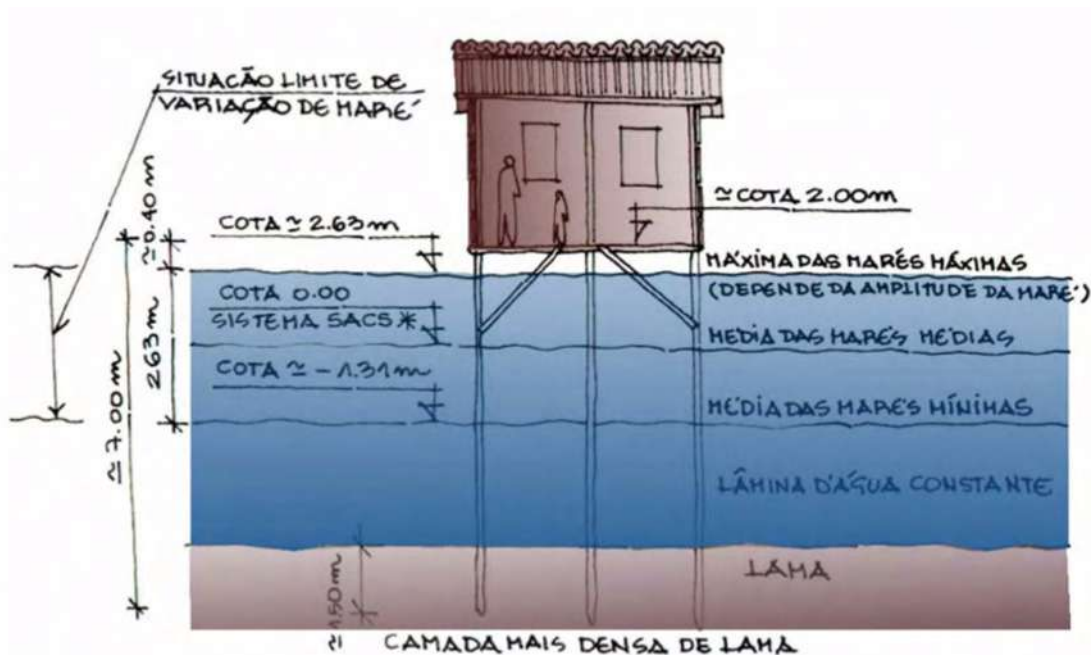


FIG. 110: ESQUEMA CONSTRUTIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS PALAFITAS. FONTE: EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO (2002)

Nas palafitas não havia fornecimento de luz, que era puxada por “gatos” dos medidores da concessionária e também não havia fornecimento de água potável, que chegava apenas por pequenas bicas puxadas ilegalmente dos ramais. Para contornar essa questão do abastecimento de água, muitos moradores iam buscar água do outro lado da Avenida Brasil, e para isso se utilizavam de **dois tipos de gambiarra**.

A gambiarra mais simples consistia na tradicional “**lata d’água**”, que era confeccionada pelos próprios moradores utilizando latas de tinta de 18 litros e um pedaço de madeira, geralmente um cabo de vassoura que funcionava como a alça do balde. A gambiarra mais elaborada foi apelidada de “**rola-rola**”. O artefato é uma invenção trazida pelos imigrantes nordestinos e consiste em um barril de madeira calafetado com betume (tonéis de vinho e outras bebidas), envolto por dois pneus sem aro e puxados por uma alça feita de vergalhão de ferro, que permitia movimentar o recipiente rolando (FIG. 111-112). Na Maré, ter um rola-rola em casa era sinal de prestígio até a década 1980, quando finalmente chegou água encanada na região e o rola-rola passou de objeto utilitário a objeto de memória¹⁵².

la buscar água lá do lado de lá da Avenida Brasil no rola-rola... cortava um pneu, tirava aquele aro dele com a borracha e botava no barril; botava dois paus assim, num engate; pegava um vergalhão e saía arrastando ele e ia buscar água lá do outro lado... Quem não podia ter rola-rola, trazia lata na cabeça. Não era muito caro fazer ou comprar um, era ‘mixaria’, mas ninguém tinha dinheiro pra comprar, entendeu? [...] Antigamente os barris vinham cheios de vinho nos caminhões, quando esvaziavam, eles vendiam. Aí o pessoal comprava, botava borracha, cortava o pneu e a madeira do barril não pegava no chão (GENIVAL DE OLIVEIRA APUD DINIZ ET AL., 2012, P.87).

Encontramos referência ao uso do “rola-rola” também na região de Duque de Caxias, onde o artefato passou a ser “o ganha-pão de muita gente, principalmente as crianças, que não tinham escola, nem condições de brincar. Foram gerações seguidas que tiveram a infância violada, obrigadas ao trabalho estafante de rolar barricas, com capacidade de até 100 litros, subindo e descendo os morros da cidade”¹⁵³.

Interessante notar a existência de um invento muito semelhante, desenvolvido por engenheiros sul-africanos em 1991, apelidado de “*Hippo Roller*” (*Rolo Hipopótamo*, FIGURA 113) para substituir os baldes de água transportados na cabeça por comunidades rurais no continente africano. O dispositivo consiste numa espécie de modernização do “rola-rola” brasileiro, sendo composto por um galão de plástico de 90 litros conectado a um eixo que rola sobre o chão. Cabe destacar que o produto patenteado pelos sul-africanos já rendeu diversos prêmios a dupla de engenheiros, sendo distribuído em mais de 56 países do continente e beneficiado mais de 650 mil pessoas segundo o site da empresa¹⁵⁴. Nenhuma referência à versão brasileira foi encontrada na descrição do produto.

¹⁵² Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/water-roll-replica-rola-rola-museu-da-mar%C3%A9-collection/xQEEzdoov2MOHA?hl=pt-br> Acesso em 01 jul. 2023.

¹⁵³ Disponível em: <http://pedacosdanossahistoria.blogspot.com/2005/12/uma-infancia-violada-do-rola-rola-ao.html> Acesso em 01 jul. 2023.

¹⁵⁴ Segundo o site, a *Hippo Roller* foi projetado em 1991 por Pettie Petzer e Johan Jonker, que receberam o primeiro prêmio de design em 1992 do *South African Bureau of Standards Design Institute*. Disponível em: <https://hipporoller.org/>. Acesso em 01 jul. 2023.



FIG. 111: RÉPLICA DE ROLA-ROLA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM. FOTOGRAFIA: ANTÔNIO CARLOS PINTO VIEIRA.

FIG. 112: MULHERES TRANSPORTANDO ÁGUA NOS ROLA-ROLA EM RUAS DA MARÉ. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM



FIG. 113: MULHERES E CRIANÇAS AFRICANAS TRANSPORTANDO ÁGUA EM “HIPPO ROLLERS”. FONTE: SOMENTECOISASLEGAIS.COM.BR

Além da questão do abastecimento de água, outro problema recorrente por conta da falta de energia elétrica e do fato dos barracos serem construídos de tábuas de madeira eram os incêndios. Um dos principais focos de incêndio eram causados pelos fogareiros conhecidos como “fogãozinhos jacaré”, em referência à marca do querosene comercializado no país¹⁵⁵ (Fig. 114-115). Curioso ressaltar que, no caso do fogãozinho, não se tratava de um artefato (ou gambiarra) inventado pelos moradores, mas de um produto desenvolvido pela ESSO como estratégia para ampliar a disseminação do uso do querosene nas periferias pelo mundo:

John Rockefeller, presidente da *Standard Oil* (ESSO), foi até a China distribuindo gratuitamente lâmpões e fogões a querosene para a população. Sem entender, todos diziam que não poderia ser um negócio rentável. Sempre um passo à frente de todos, tinha a certeza que, **após o uso e satisfação daqueles que receberam aquela cortesia, iriam precisar de mais querosene.** Com isso, **obteve lucro com a venda do querosene** para os milhões de chineses¹⁵⁶.

¹⁵⁵ A ESSO vendia no país o Querosene com a Marca Jacaré, nome este escolhido em razão de ser um bicho no qual os brasileiros gostavam de apostar. O querosene era utilizado como principal combustível em fogões, geladeiras e lamparinas, sendo essencial também para a iluminação de casas e ruas. Nos postos de gasolina era possível comprar o querosene e até o Fogãozinho Jacaré. Disponível em: <https://querosenejacare.com.br/historia/>. Acesso em 03 jul. 2023.

¹⁵⁶ Disponível em: <https://querosenejacare.com.br/rockefeller-e-fogaozinho/>. Acesso em 03 jul. 2023.



FIG. 114: FOGAREIRO E QUEROSENE JACARÉ, COMERCIALIZADOS PELA MARCA ESSO NO BRASIL. FONTE: QUEROSENEJACARE.COM.BR

FIG. 115: RÉPLICA DE CASA DE PALAFITA NO MUSEU DA MARÉ, NA QUAL SE OBSERVA A PRESENÇA DE UM FOGÃOZINHO JACARÉ SOBRE A MESA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM. FOTO: AMUSEARTE.FILES.

Segundo relato de um antigo morador do Parque Maré, em época de maré seca os incêndios eram tão frequentes que os moradores desenvolveram uma **tática para controlar rapidamente o fogo**, que consistia basicamente em derrubar o barraco antes que o incêndio se espalhasse para as casas do entorno:

A tática de apagar fogo era: quando a maré não tava cheia e não tinha água para jogar – porque quando a maré tava cheia, era mole –, mas quando estava baixa, você não tinha como apagar o fogo, então, **você tinha que derrubar o barraco, se não, pegava fogo no barraco do lado e derrubava mesmo**. Nêgo chegava com foice e derrubava mesmo o barraco pra dentro da maré, porque aí só pegava fogo em um barraco só. Era **um corre-corre, derrubava o barraco, mas depois junta todo mundo e começa a fazer um barraco novo** (SEVERINO EDMUNDO DE AQUINO APUD DINIZ ET AL., 2013, P.166, GRIFO NOSSO).

Moradores juntos na alegria e na tristeza, ou, nesse caso, no incêndio e na reconstrução da casa. Um outro fato que mobilizou a comunidade foram as obras de saneamento do esgoto: “Foi a primeira vez que eu vi a favela – a não ser para apagar incêndio – fazer um trabalho comunitário, um trabalho comunitário do cacete!”, relata o mesmo morador. Segundo ele, no início da década de 1970 um morador conseguiu um contato para aproveitar as sobras de concreto das betoneiras utilizadas para a construção da Ponte Rio-Niterói. Se tratava de um concreto especial para ser submerso e que secava em questão de minutos.

Como **no Brasil tem jeito pra tudo, a gente foi negociar aquele troço**. E o ‘Seu’ Zezinho tinha um contato, foi lá, conversou com todo mundo. Só sei que o pessoal juntava um dinheiro e trazia a parada de madrugada e se alguém chegasse na rua, era todo mundo, era criança, todos ajudando. [...] Assim, nós aterramos a rua até o final... [...] Mas foi **um grande movimento comunitário e a rua ficou beleza**, até melhor do que tá agora. Era concreto mesmo, um cimento lisinho, **mas era favela e, depois, era cada um é por si, não é mesmo?** (SEVERINO EDMUNDO DE AQUINO APUD DINIZ ET AL., 2013, P.168, GRIFO NOSSO).

E assim, entre movimentos comunitários e o “cada um por si” a Maré foi se desenvolvendo e se expandindo... Uma outra ação, fruto do trabalho coletivo dos moradores, foi o início do processo de aterramento das áreas alagadiças, o que demandava um enorme volume de terra para compactação do solo. Para tanto, diferentes táticas foram utilizadas. Uma delas foi a utilização das sobras de carvão provenientes da Companhia Estadual de Gás (SOUZA, 2017).

Os aterros eram de carvão. Eu aterrei minha varanda **com carvão e as pessoas duvidaram que ia ficar bom**. Diziam que era um material leve que a água ia levar. **Só que deu certo**. Aí

todo mundo queria fazer também [...] **As ruas foram aterradas em regime de mutirão.** Os moradores de cada rua se juntavam para fazer o aterro. Eu era só o mentor da coisa. **Media a rua, via quantos metros cúbicos dava e mandava comprar** (CAMPISTA APUD VAZ, 1994, p.9-10, GRIFO NOSSO).

Além do carvão, também foram utilizados para o aterramento serragem vinda de uma Serraria próxima, onde moradores buscavam restos de madeira e serragem para construir suas casas e entulhos provenientes das obras de construção da Avenida Brasil e de demolições de morros e prédios: “os caminhoneiros sabiam que a gente precisava. Então despejavam a terra ou entulho aqui e ainda levavam uma grana” (CAMPISTA APUD VAZ, 1994, p.10). Com o uso cada vez mais intensivo do concreto armado na construção civil, um dos materiais mais úteis para a construção dos barracos era o aproveitamento do madeiramento das fôrmas de concreto descartadas (FIG. 116). O depoimento do morador Arides Menezes, que chegou à Maré em 1955, indica que os moradores furtavam as madeiras que seriam usadas para a construção de casas pelo governo estadual: “A favela não foi criada de uma só vez. Antes de morar na Nova Holanda, meus pais eram do Parque Maré, **que crescia com as madeiras que eram levadas da obra de construção do CHP** [Centro de Habitação Provisória de Nova Holanda]” (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2023).

Em 1955 houve um episódio marcante na história da Maré. Um grileiro – movido pelo interesse especulativo crescente da área – adquiriu uma propriedade na região com o pagamento de irrisória quantia ao Patrimônio da União e, na sequência, entrou com uma ação de despejo contra cerca de mil famílias de moradores do Parque Maré. Seu interesse era solicitar a reintegração de posse com o objetivo de obter indenizações pagas pelo poder público:

Essa grilagem tornou-se possível porque, como vimos, **a alternância política entre a repressão e a tolerância** permitiu certo protagonismo político das favelas em relação ao Estado ainda que **não tenham obtido uma formulação de propostas claras de sua integração plena ao tecido urbano.** Tratou-se da “política da bica d’água”, que condicionava pequenas melhorias em troca de apoio eleitoral, **sem jamais traduzir tais intervenções em direitos adquiridos dos beneficiários,** ou seja, o velho clientelismo a que já fizemos referência (DINIZ ET AL., 2013, p.122, GRIFO NOSSO).

Nem eliminados, nem integrados pelas políticas urbanas. Nada de novo no *front*. Para resistirem à ordem de despejo e conseguirem permanecer em suas casas os moradores precisaram mobilizar todos os recursos disponíveis: ocupar a Câmara dos Vereadores, acionar a Câmara dos Deputados, a imprensa e mobilizar a União dos Trabalhadores Favelados.

Durante a gestão do governador Negrão de Lima (1965-70) foi proibida a construção de casas em alvenaria, sendo admitida apenas a reconstrução utilizando os mesmos materiais (geralmente madeira e lata). Como tática para contornar o problema, os moradores alegavam que iriam reformar o barraco e **construíam as paredes de alvenaria por dentro da estrutura de madeira.** As tábuas só eram retiradas quando a casa já estivesse praticamente pronta e sem possibilidade de demolição (SOUZA, 2017, p.85). Com isso, houve a partir desta época uma maior consolidação da favela, com o aumento expressivo das habitações em alvenaria. Segundo Vaz (1994), a falta de rigor do poder público no controle das casas em alvenaria funcionava como uma “permissão oficiosa” quanto à urbanização das favelas. Bem nos moldes do samba *Falso amor sincero* de Nelson Sargento (1979): “Ela finge que me ama e eu finjo que acredito”.

A essa ambiguidade na relação Estado-favela, Rafael Gonçalves (2013; 2023) denomina “tolerância precária” – *toleradas, mas jamais consolidadas* – e aponta como fator característico dessa relação o fato de que, em que pese as favelas não serem completamente erradicadas, a elas também não era concedido o direito de transformação dos barracos em edificações de alvenaria, nem era permitido o acesso a infraestrutura e serviços urbanos. Por esses relatos dos primeiros anos de formações da Maré, fica claro que a sua consolidação não se deu pela ausência do Estado, mas sobretudo por processos mediados pelo Estado e que demandaram uma série de ações táticas e resistências por parte dos moradores, como formas de garantir a sua permanência em terrenos tão instáveis – tanto do ponto de vista geomorfológico quanto político e social.



FIG. 116: PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO NO PARQUE MARÉ EM 1963. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

7.2. NOVA HOLANDA: A PROVISORIEDADE PERMANENTE

Inserida no contexto das políticas de remoções sistemáticas de favelas, Nova Holanda foi construída pela Companhia de Habitação Popular (COHAB) na década de 1960 durante o governo estadual de Carlos Lacerda para funcionar como um Centro de Habitação Provisória (CHP). Esses centros tinham como objetivo abrigar provisoriamente os moradores removidos arbitrariamente de diversas favelas das zonas sul e norte da cidade¹⁵⁷ – áreas cada vez mais cobiçadas do ponto de vista imobiliário, como pode ser observado no trecho de reportagem abaixo:

Moradores da Favela do Esqueleto serão removidos para casas construídas pelo governo do estado com auxílio da Fundação Leão XIII em Bonsucesso no local conhecido por **Favela Nova Holanda**. O objetivo é liberar a área para a construção da Av. Radial Oeste (JORNAL DO BRASIL, 1962 APUD DINIZ ET AL., 2012, P.84, GRIFO NOSSO).

Com a crescente especulação imobiliária na zona sul, estima-se que entre 1962 e 1973 aproximadamente 140 mil pessoas foram removidas violentamente das favelas em que viviam, sendo este programa um marco em direção à periferação da cidade. Fruto de uma política habitacional repressiva e autoritária, o Centro de Habitação Provisória pretendia servir como uma etapa intermediária para a alocação das famílias removidas, que após passarem por uma espécie de triagem seriam instaladas em definitivo em conjuntos habitacionais. No entanto, apenas uma parcela desta população foi transferida, transformando Nova Holanda em uma **provisoriade permanente**.

Os CHPs se baseavam nos modelos dos Parques Proletários, sob tutela da Fundação Leão XIII¹⁵⁸, modelo habitacional amplamente difundido desde a década de 1940¹⁵⁹ e que tinham como missão realocar os pobres urbanos e reeducá-los socialmente visando “corrigir” hábitos pessoais inadequados. Dessa forma,

¹⁵⁷ O CHP de Nova Holanda funcionou entre 1962 e 1971, ano em que houve a última transferência significativa de moradores. Dentre outras, vieram moradores das favelas: Esqueleto, Morro da Formiga, Morro do Querosene, Praia do Pinto, Macedo Sobrinho e Taborari. As famílias eram apenas comunicadas da remoção e colocadas em caminhões e transportadas para os Centros de Habitação Provisória, sem qualquer forma de diálogo acerca do lugar onde passariam a residir (DINIZ et al., 2012, p.84).

¹⁵⁸ A Fundação Leão XIII foi criada em 1947 em um acordo firmado entre o Estado e a Igreja, tendo como objetivos: conter o crescimento do comunismo em comunidades de baixa renda, controlar o crescimento e erradicar as favelas (VAZ, 1994).

¹⁵⁹ A respeito dos Parques Proletários ver Zaluar e Alvito (2006[1998]) e Valladares (2005).

nos CHPs os moradores deveriam aprender novos hábitos de higiene e novas formas de convivência social e comunitária, para então serem direcionados para habitações definitivas nos conjuntos habitacionais. De acordo com a ideologia desses programas os moradores de favelas não eram vistos como cidadãos possuidores de direitos, mas essencialmente “como almas necessitadas de uma **pedagogia civilizatória**” (BURGOS, 2006[1998], p.28, GRIFO NOSSO).

A favela era regida por uma série de **normas e condutas rígidas**, inclusive com a delimitação de horário para entrada e saída, além da **tácita proibição da venda dos imóveis e alteração de sua estrutura física**. Todo esse aparato era administrado por órgãos do governo como a Fundação Leão XIII e um posto da Polícia Militar. À época, a justificativa governamental para tal estratégia era a de, além de manter a ordem, estimular “hábitos de boa convivência”. O que significa **na prática a vigilância e a “domesticação” dos novos moradores** (SOUZA, 2017, p.87, GRIFO NOSSO).

Do ponto de vista de organização do espaço urbano, por se tratar de uma **área projetada** para abrigar os moradores transferidos de outras favelas, Nova Holanda tinha características de um loteamento popular, diferenciando-se das favelas iniciais da Maré. Suas ruas eram largas e retilíneas e as habitações eram distribuídas uniformemente em lotes de 5x10 metros e suas casas eram construídas em madeira, havendo unidades de um ou dois pavimentos. Todas as casas possuíam uma sala, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, um quintal e uma varanda (SOUZA, 2017).

A energia elétrica, o abastecimento de água e o sistema de esgoto sanitário foram providenciados pela Fundação Leão XIII, no entanto, tais sistemas foram projetados também de maneira provisória para atender um determinado número de moradias e não deram conta do aumento populacional, gerando uma série de transtornos. Era comum as fossas transbordarem, inundando os assoalhos das casas, alagando as ruas e contaminando a água: “Com o tempo, os canais foram obstruídos pela construção de barracos e pelo lançamento de lixo, tornando os entupimentos crônicos e de difícil solução” (DINIZ ET AL., 2012, p. 86). O abastecimento de água também sofreu as consequências da demanda maior que a prevista, principalmente pelo fato de as comunidades vizinhas interceptarem as tubulações por ligações clandestinas nas redes destinadas à Nova Holanda. Dessa forma, os moradores passaram a desenvolver soluções táticas para contornar a falta de água: aqueles com mais recursos construíram cisternas e, alguns deles, inclusive passaram a comercializar a água; enquanto os demais precisavam buscar água fora da comunidade, em latas d’água na cabeça e rola-rolas (DINIZ ET AL., 2012, p. 87) (FIG. 118).



FIG. 117: ABERTURA DE VIAS EM NOVA HOLANDA COM CASAS DUPLEX AO FUNDO (1967). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 118: MULHERES CARREGANDO LATAS D’ÁGUA NA CABEÇA EM NOVA HOLANDA (1964). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 119: MORADORES TRABALHANDO NO RECOLHIMENTO DE ENTULHOS E NA ABERTURA DE VIA EM NOVA HOLANDA (1967).

FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

Também a distribuição de energia elétrica era precária devido aos inúmeros “gatos” e da falta de manutenção da rede. Além das ligações diretas pelos “gatos” havia também os “cabineiros” – pessoas que possuíam cabines de medição com registro na Concessionária de Energia LIGHT e “revendiam energia” para outros moradores (VAZ, 1994). Para contornar o problema, alguns moradores cotizavam as despesas para consertar os transformadores queimados e retomar o funcionamento da energia:

Aí veio a dificuldade... Duas coisas: a água e a fiação. Eu até... até trabalhei como... **mexendo na instalação de luz todinha, subindo no transformador**, arriscando a vida naquela época, né?! E tudo **pra poder consertar muito fio remendado**... Se você chegasse pro morador pedindo... dinheiro pra comprar fio, ninguém queria dar. Aqui sempre foi isso. **Não foi aquela comunidade unida, sabe?** (JOSÉ ADRIANO, MORADOR DA NOVA HOLANDA APUD DINIZ ET AL., 2012, P.88, GRIFO NOSSO).

Essa desarticulação e falta de união dos moradores relatada acima pode ser atribuída ao fato de que Nova Holanda era uma comunidade formada por pessoas impostas a morarem ali, vindas de diferentes origens e sem laços identitários e círculos de vizinhança construídos entre si. Na prática, a remoção forçada dos seus territórios de origem acabou por desestabilizar as famílias e aniquilar suas realidades socioespaciais (DINIZ ET AL., 2012, P.89), causando rupturas pela perda de suas casas, amigos e parentes. Ao chegarem em Nova Holanda, os moradores se dividiam segundo seus grupos de origem e não podiam circular livremente nas porções do território ocupadas por moradores oriundos de outras favelas. Esse fato tornou mais complexa a formação de uma identidade coletiva, que se organizasse para reivindicar e lutar pela solução dos principais problemas comuns a todos (VAZ, 1994).

O arquiteto e urbanista John Turner – em passagem pelo Brasil em 1968 a convite do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) – visitou alguns exemplares de habitações populares brasileiras, dentre elas a recém implantada Nova Holanda e as palafitas da Maré. As reportagens divulgadas na ocasião demonstram que Turner considerou a política de habitação de baixo custo no Brasil inadequada e ineficaz (não se diferenciando do cenário latino-americano como um todo), tendo em vista que o problema habitacional não poderia ser encarado sob o ponto de vista de déficit quantitativo apenas. Essa crítica fica expressa na reportagem do jornal Correio da Manhã:

O sr. John Turner considera que a condição urbana do Brasil se apresenta estática e caótica e seu planejamento urbano e a política habitacional refletem uma série de erros [...] **Os conjuntos residenciais financiados pelo poder público**, como as Vilas Kennedy, Aliança e

Esperança e a Cidade de Deus, **são formas diretas de impor padrões e maneiras de viver fortemente inadequados à massa das populações urbanas em seu atual estágio de desenvolvimento** (ARQUITETO, 16 MAR. 1968, P. 5 APUD ESPINOZA E GRAPPI, 2017, P.9, GRIFO NOSSO).

Nova Holanda foi parte de um experimento maior por parte do Estado (no auge do período da ditadura militar), que deposita no conjunto habitacional a missão de limpar a cidade, abrindo espaço para o avanço do capital imobiliário nas áreas cobiçadas pelo mercado, ao passo que busca apaziguar a insatisfação popular, prometendo a aquisição da casa própria (ANDRADE E LEITÃO, 2007). Lilian Vaz (1994) aponta que a trajetória de Nova Holanda “pode ser considerada como **inversa** em relação às demais favelas da Maré, pois começa como um conjunto habitacional”, mas “acaba se favelizando, adquirindo **todas as características e carências de qualquer favela nascida espontaneamente**” (P.7, GRIFO NOSSO). A esse fato, a autora atribui o caráter de provisoriedade das casas e a tutela coercitiva da Fundação Leão XIII, sendo que era expressamente proibida qualquer tipo de reforma ou obra nas casas, que “foram se deteriorando ao ponto de não mais diferenciarem-se de um autêntico barraco de qualquer favela” (P.8). Essa noção também está expressa em matéria de O Cidadão (1999, P.10, GRIFO NOSSO): “A precariedade das redes de água e esgoto, a falta de obras de pavimentação, o fornecimento irregular de energia elétrica e a degradação das casas de madeira **transformaram Nova Holanda em uma favela – só que criada pelo governo**”.

A alegação da provisoriedade tinha como objetivo “manter as habitações em estado precário para **melhor controlar um verdadeiro mercado imobiliário interno de compra, venda e locação das casas** que eram permitidas desde que funcionários da administração e policiais tivessem participação no negócio” (VAZ, 1994, P.9, GRIFO NOSSO). Esse comércio ilegal das casas, segundo os moradores, era muito lucrativo, como pode ser percebido pelo depoimento a seguir:

A gente pra vim e sair de Nova Holanda nós tinha que vender a casa de noite, porque tinha o administrador e a gente tinha que ir no posto policial falar com ele. [...] Então pra gente mudar tinha que chegar de noite e quem queria entrar de noite tinha que também ir no posto policial dar dinheiro pros guarda. [...] Ser PM e empregado da Leão XIII aqui era uma boca rica dos diabos! Arrumava muito por fora (CLEONÍCIO MARTINS, MORADOR DE NOVA HOLANDA APUD VAZ, 1994, P.10).

Como podemos depreender, a desagregação e desarticulação da comunidade interessava ao poder público, pois tornava mais fácil o controle sobre os moradores. Por esse histórico, Nova Holanda só foi ter sua primeira Associação de Moradores em 1981¹⁶⁰, bem mais tarde se comparado à outras favelas surgidas no mesmo período. Para romper com as antigas rivalidades entre grupos oriundos de favelas distintas e constituir uma comunidade de fato, foi preciso uma primeira geração de “crias” locais – jovens nascidos e criados em Nova Holanda e que desenvolveram um senso de pertencimento local (VAZ, 1994).

Na década de 1980, a partir do engajamento em torno da temática da saúde e da questão de acesso à água potável foram formados grupos de mulheres e de jovens vinculados à igreja católica, que passaram a articular uma organização popular na Nova Holanda, permitindo aos seus moradores protagonizar lutas que culminaram na ampliação do acesso regular aos serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação), além da construção do posto de saúde, de uma creche e uma escola comunitária (DINIZ ET AL., 2012). Os moradores passaram a se mobilizar em torno de ações coletivas, como assembleias populares, passeatas e outros atos públicos, de forma a fazer permanente a pressão política sobre os órgãos públicos e também no intuito de desenvolver uma consciência popular e cidadã.

Assim, as lutas encaminhadas pretendiam mais do que obter o simples benefício de serviços essenciais: objetivavam igualmente elevar a consciência política, pois a reconheciam como uma mediação necessária não só para **efetivar as conquistas, mas também para mantê-las**.

¹⁶⁰ Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMA-NH) foi criada em 1981 com a tutela da Fundação Leão XIII, com uma diretoria omissa e descomprometida com os interesses populares. Apenas em 1984 conseguiram eleger seu primeiro representante legítimo, quando a Fundação perdeu poder decisório na comunidade (DINIZ et al., 2012).

Nesse sentido, **a práxis, enquanto elemento central na construção humana da história, foi o conceito definidor da ação.** Por isso, palavras como participação, mobilização, dignidade e luta foram emblemáticas do período (DINIZ ET AL., 2012, P.98, GRIFO NOSSO).

No bojo dessa mobilização comunitária foi fundada a Chapa Rosa, um coletivo só de mulheres da Maré engajadas na luta por uma vida mais digna para os moradores (FIG. 120-121). A Chapa Rosa foi a primeira chapa eleita por eleições diretas para a Associações de Moradores da Nova Holanda, em 1984, num momento marcado pela mobilização coletiva e que mudou completamente os rumos da favela¹⁶¹:

Quando cheguei aqui na Maré, por volta dos anos de 1980, **tudo era muito precário e saneamento básico não tinha nenhum. Não tinha calçamento.** Quando chovia nós tínhamos que ir daqui até na Avenida Brasil com um sapato pra chegar lá e calçar outro sapato de tanta lama que tinha aqui nesse local. Era tudo muito difícil e muito precário. Logo assim que tava no início da **Chapa Rosa nós começamos a fazer movimentos na luta para conseguir água, esgoto, luz e tudo mais** que não tinha aqui.

Na época, a Eliana [Sousa Silva, que hoje é uma das diretoras da Redes da Maré] estava no primeiro mandato da Chapa Rosa e nós começamos a fazer os mutirões para conseguir água, para conseguir saneamento básico e fazíamos as reuniões na Escola Nova Holanda, onde a gente conseguia colocar numa noite mais de 200 pessoas e dali saiam representantes de cada rua, já com a ideia de ir lá na Cedae, de ir na prefeitura, de ir aonde pudéssemos para poder conseguir que eles viessem colocar água. Mas tudo era muito difícil. Quando começou o saneamento nos dias de mutirões, dias de domingo, os homens ficavam cavando as ruas e nós íamos levar lanche, levar água pro pessoal que estava cavando a rua pra poder trazer água. Porque a água só tinha lá perto da Avenida Brasil, onde tinha encanamento, nas ruas daqui não tinha nenhuma gota de água. (DONA HELENA DIAS VICENTE APUD DATALABE, 2020)¹⁶².



FIG. 120: CHAPA ROSA EM CAMPANHA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA HOLANDA. FONTE: REDES DA MARÉ (1984) / DATALABE (2020)



FIG. 121: ELIANA SOUSA SILVA, A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTE DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO. FONTE: REDES DA MARÉ (1984) / DATALABE (2020)

Dentre essas lutas, aprofundamos a seguir na criação da Cooperativa Habitacional de Nova Holanda, apontada por muitos autores (CORRÊA, 2022[1993]; BASTOS, 2013; GHILARDI, 2017) como uma das pioneiras no cooperativismo habitacional no Rio de Janeiro, juntamente com as experiências de autogestão

¹⁶¹ A primeira presidente da Associação de Moradores foi Eliana Souza Silva, na época com 25 anos e oriunda do grupo jovem. Para maiores informações sobre o processo de organização comunitária liderado por um grupo de mulheres e jovens ver Vaz (1994) e Diniz et al. (2012).

¹⁶² Disponível em <https://datalabe.org/mare-rosa/> Acesso em 02 abr. 2024.

coordenadas pelo grupo *Quadra*, que tinha Carlos Nelson Ferreira dos Santos como figura proeminente¹⁶³. Segundo Tiago Bastos (2013), em Nova Holanda foi a primeira vez que uma entidade popular de uma favela carioca recebeu recursos públicos diretamente para a própria produção habitacional.

A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA HOLANDA

Uma das preocupações centrais da primeira gestão da Associação de Moradores e Amigos da Nova Holanda (AMANH) era a questão habitacional, sendo que a associação buscava um enfoque coletivo para um problema geralmente tido como individual. Dentro dessa perspectiva, o estímulo à autoconstrução das casas era tido como um caminho para garantir a melhoria das condições de habitabilidade e a posse do terreno. Contudo, das 3 mil habitações existentes na favela, ao menos 1/3 delas eram ocupadas por famílias muito pobres e que não dispunham de recursos para realizar obras deste tipo. As piores condições eram encontradas nos barracos conhecidos como *duplex*, que representavam reais riscos de acidente dadas as condições gerais de precariedade e falta de manutenção (DINIZ ET AL., 2012, p.101).

A associação tomou a iniciativa de formar uma Comissão de Habitação para levantar as condições e números de barracos existentes, e propôs a criação de um banco de material de construção que seria gerido pelos próprios moradores. No bojo dessa ação foi criada em 1988 a *Cooperativa Mista e de Consumo dos Moradores de Nova Holanda* (COOPMANH). Seus recursos iniciais vieram de um programa do governo federal denominado “Fala Favela”, no qual 300 famílias receberiam tickets para a compra de materiais de construção¹⁶⁴. A Cooperativa passou então a fornecer materiais básicos de construção (cimento, areia, brita e ferro) para os moradores reformarem e ampliarem suas casas, pagando preços menores que os praticados no mercado.

Outra ação da COOPMANH foi a implementação de uma fábrica de lajes e blocos de concreto – a qual contou com recursos da Caixa Econômica Federal e apoio técnico do Núcleo Arquitetura e Comunidade da Universidade Santa Úrsula (Arco / USU)¹⁶⁵. O objetivo era tanto fornecer materiais a custo mais baixo para a própria comunidade quanto reverter a receita da venda dos blocos para a manutenção das atividades da cooperativa (SOUZA SILVA, 1995).

A Cooperativa Mista e de Consumo de Nova Holanda está facilitando a construção de casas mais seguras e confortáveis na favela. Na cooperativa, trabalham 60 pessoas na construção de casas e outras 40, que produzem, semanalmente, cerca de cinco mil tijolos e lajes em número suficiente para construir três casas com cinquenta metros quadrados. Todo esse material é vendido à população por preço muito inferior ao de mercado (O GLOBO, 1991A).

A Cooperativa, por meio de convênio com a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) fornecia os materiais básicos (cimento, tijolo, laje pré-fabricada, areia e terra) que possibilitavam aos moradores construir casas de até 50m², pagando os custos em prestações mensais. As sobras dos

¹⁶³ O Grupo Quadra era formado por Carlos Nelson, Sylvia Wanderley, Sueli de Azevedo e Rogério de Aroeira Neves. Dos trabalhos realizados pelo grupo, o mais conhecido se refere à urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ O Programa Fala Favela, na gestão de José Sarney (1985-1990), que forneceria tickets individuais de construção para os moradores. A Associação de Moradores, em assembleia, decidiu converter os tickets em material básico de construção, constituindo o capital de giro inicial da Cooperativa, ganhando em economia de escala. Posteriormente foram utilizados recursos do Prodec da Caixa Econômica Federal para a construção da fábrica de artefatos de concreto. A construção das 46 casas contou com convênio firmado com a CEHAB/RJ e a Caixa Econômica Federal.

¹⁶⁵ O Núcleo Arco – Arquitetura e Comunidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula (ARCO-USU) era um programa de extensão formado por arquitetos, urbanistas e engenheiros da USU que atuavam na assessoria técnica a projetos de autogestão em favelas do Rio de Janeiro. Equipe de Arquitetura: Ricardo de Gouvêa Corrêa (coordenador), Isanda Souza, Alexandre Correa, Baltazar Morgado Neto, Paulo Ventura. Em 1992, a equipe do ARCO migra para a organização não governamental Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião. Para maiores informações ver: Bastos, 2013 e Ghilardi, 2017.

materiais de construção eram geridas pela Associação de Moradores para serem reaplicadas em outras construções, como pode ser observado na matéria a seguir:

Cada um define a sua disponibilidade para a construção de sua casa e, então, pede o material que irá precisar. Por isso, em diversos pontos da comunidade existem obras e reformas. **A velha fórmula da “união faz a força” foi trocada por “a união faz a obra”. Qualquer sobra pode significar a complementação de uma outra obra.** Com isso, a associação de moradores vem investindo no aproveitamento coletivo de todo o material empregado na construção e reforma de casas. Para exemplificar a situação, **um barraco vem sendo reconstruído há dois anos, apenas com o aproveitamento de materiais** (O GLOBO, 1991b, GRIFO NOSSO).

A partir de 1990, além das reformas dos barracos, executadas pelos próprios moradores com os insumos fornecidos pela Associação, a cooperativa iniciou a construção direta de habitações, contando para isso com recursos da Caixa Econômica Federal e também da CEHAB-RJ. Nesse contexto, foi contratada uma firma empreiteira que construiu 253 casas para abrigar os moradores que viviam em piores condições de habitabilidade (parte de Nova Holanda conhecida atualmente como Tijolinho) e foi realizada a reconstrução de 50 casas (FIG. 122-123):

Trata-se da reconstrução de 50 unidades, para o qual a SMDS [Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social] fornece o material necessário e parte da mão-de-obra (3 pedreiros, 3 serventes e 1 mestre-de-obras). O restante da mão-de-obra fica a cargo de cada família, fornecendo a COOPMANH também assessoria técnica, através do Núcleo Arco-USU (FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO, 1992, p.18).



FIG. 122: PROJETO PARA RECONSTRUÇÃO DE 50 CASAS EM NOVA HOLANDA. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992)

FIG. 123: MATÉRIA NO JORNAL SOBRE AS AÇÕES DA COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA HOLANDA. FONTE: O GLOBO (1991)

Além dessas ações, foi elaborado um projeto específico para a construção de 46 novas casas para abrigar as famílias que coabitavam as casas duplex, conhecidos como “agregados” (duas famílias que compartilhavam a mesma casa). Para essa empreitada, o Núcleo Arco/USU prestou assessoria técnica, além de ser responsável técnico pelos projetos de arquitetura e engenharia e a cooperativa contratou toda a mão-de-obra na própria comunidade (CORRÊA, 2022[1993]). O empreendimento ganhou uma imensa

visibilidade na época, e foi premiado pelo Prêmio Hélio Uchoa, IAB-RJ em 1992 (COLIN, 2013). Segundo o coordenador do Núcleo Arco-USU, Ricardo de Gouvêa Correia:

As casas foram um sucesso. Eu e minha equipe do Arco ganhamos prêmio do IAB como projeto do ano, ganhamos uma cobertura da mídia impressionante, saímos no Fantástico, Jornal Nacional, [Jornal] RJ, capa do Globo, capa do Dia... Essa iniciativa teve uma visibilidade muito grande por essa capacidade de empreender que a população teve.

Inicialmente, as casas seriam implantadas em duas quadras desocupadas de Nova Holanda, contudo, devido a problemas fundiários e burocráticos, uma das quadras não pôde ser utilizada, levando a alteração da dimensão das casas para manter o mesmo número de unidades em apenas uma única quadra. As casas, que seriam implantadas em lotes de 5x10m tiveram que ser adaptadas para lotes de 3x10 m, o que induziu a uma solução de projeto verticalizada, em dois pavimentos com 46m² cada. O pavimento térreo continha sala, cozinha, banheiro, área de serviço e um estreito quintal ao fundo; e o pavimento superior continha um quarto e um pátio – que alternavam de posição conferindo um ritmo visual ao conjunto (FIG. 124-126).

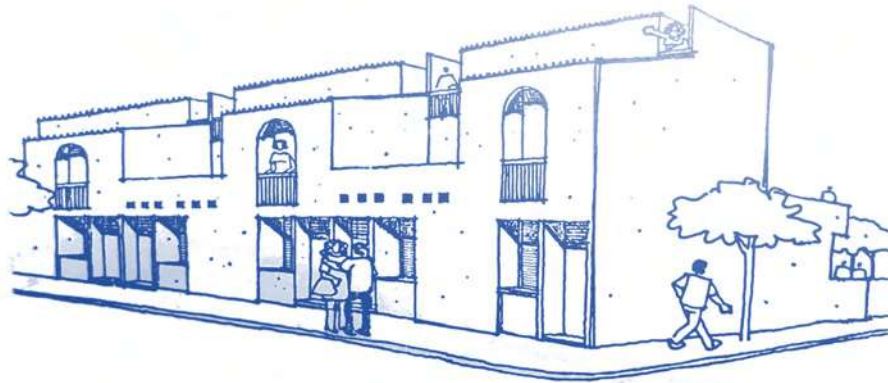
Dada a impossibilidade de crescimento horizontal das unidades, **o projeto foi concebido de forma a prever, desde sua concepção inicial, a possibilidade de ampliação das casas pelos moradores.** A estratégia de implantação das casas geminadas, com alternância da posição dos quartos e pátios, facilitava a construção do segundo quarto pelo morador, que necessitaria apenas de levantar uma parede e cobrir o cômodo resultante. Além disso, a fundação e a caixa de escada já foram dimensionadas para três pavimentos:

A fundação do conjunto, em radier, **foi dimensionada para até três pavimentos** (térreo e mais dois); **a caixa de escada foi entregue com acesso até esse terceiro pavimento**, onde o morador poderá implantar mais um quarto e um pátio, ou mais dois quartos (totalizando quatro dormitórios). As unidades possuem 46 m² de área construída e **podem atingir, com as ampliações, até cerca de 80 m²** (CORRÊA, 2022[1993], GRIFO NOSSO).

Ao nosso ver, se trata de uma estratégia de projeto adequada, que incorpora a lógica de expansão das casas ao longo do ciclo de vida, seja para a geração de renda ou para abrigar novos membros familiares na mesma unidade. O que podemos observar em outros conjuntos é que o fato de não haver previsão estrutural para mais pavimentos não impede que os moradores os construam, ou seja: resultam numa solução formal verticalizada da mesma maneira, porém com uma insegurança estrutural muito maior.

Na análise crítica do arquiteto Silvio Colin a estratégia projetual de implantação das casas foi adequada, tendo em vista possuírem uma clareza tipológica e uma articulação clara, com influência da arquitetura vernácula popular. Em suas palavras:

As casas mostram um desenho seguro e bem proporcionado, uma construção sólida e apresenta elementos tradicionais da arquitetura carioca e brasileira, como os arcos envolvendo as portas, reproduzindo a paisagem singela das vilas operárias do início do século XX. A cor é utilizada com muita propriedade e confere ao conjunto um vibração poética especial, tão mais adequada porque conseguida com um recurso de baixíssimo custo, como a pintura [...] (COLIN, 2013, s/p.).



PLANTA BAIXA - PROJETO 46 CASAS

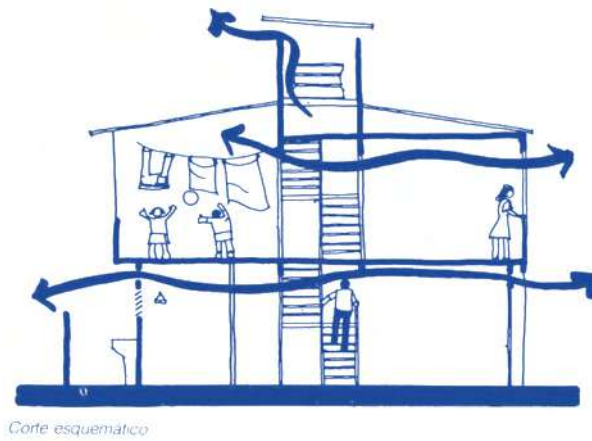
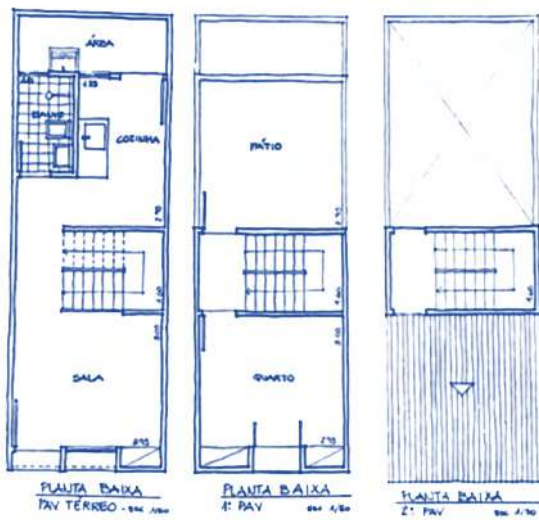


FIG. 124: PLANTAS, CORTE E PERSPECTIVAS ESQUEMÁTICAS DO PROJETO DAS 46 UNIDADES. FONTE: NÚCLEO ARCO/ USU / REVISTA PROJETO



FIG. 125: CASAS CONSTRUÍDAS PELA COOPERATIVA EM PARCERIA COM O NÚCLEO ARCO-USU. FONTE: REVISTA PROJETO, FOTO DE BETO FELÍCIO.

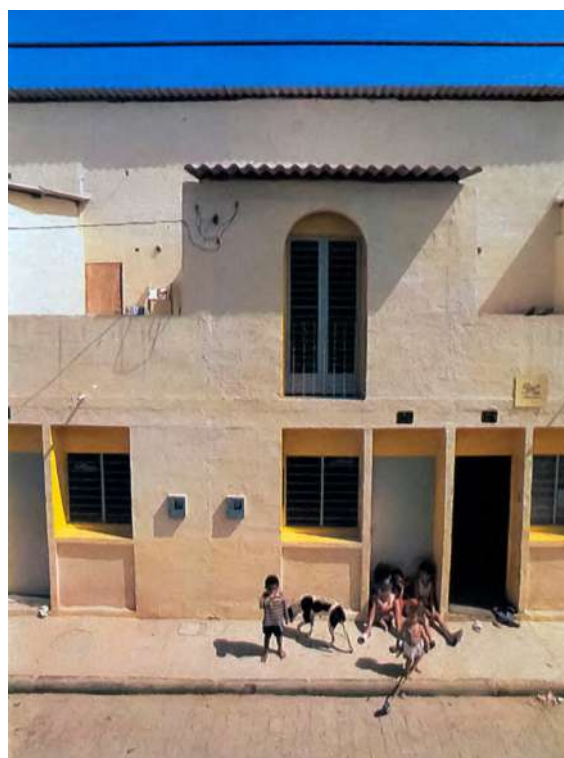


FIG. 126: CASAS CONSTRUÍDAS PELA COOPERATIVA EM PARCERIA COM O NÚCLEO ARCO-USU. FONTE: REVISTA PROJETO / BETO FELÍCIO.

Ricardo Corrêa (FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO, 1992 E EM ENTREVISTA ORAL CONCEDIDA À PESQUISADORA, 2023) indica poder extrair da experiência de Nova Holanda alguns componentes expressivos, tanto pelos ensinamentos, quanto pelos desafios impostos. Destaca que a experiência demonstra ser possível que os grupos populares criem mecanismos gestonários que contribuam para melhoria de suas condições de vida, apesar da complexa estrutura sócio/política/cultural e psicológica que insiste em marginalizar e desvalorizar a atuação dessa parcela da população. Ressalta também o desafio de estabelecer os papéis, limites de atuação e de articulação entre as diferentes esferas envolvidas no processo, quais sejam: lideranças comunitárias, população, poder público e assessoria técnica. Essas articulações necessitam ser constantemente reavaliadas e redesenhadas de acordo com as dinâmicas que vão sendo estabelecidas ao longo do processo. Na relação entre a assessoria prestada por arquitetos e urbanistas à população, Corrêa indica ser importante que a atuação técnica e as decisões projetuais sejam comunicadas de maneira objetiva e clara, e não por uma “dominação camuflada”, de forma que a população possa compreender suas razões e orientações.

A população detém instrumentos e conhecimentos, mesmo que intuitivos, porém sempre vividos, dentro das várias áreas do conhecimento humano. Considerar por outro lado que a população pode ser auto-suficiente, numa pretensa postura de defesa do saber-popular, é no fundo adotar posição discriminatória, marginalizando-a de serviços a que todos deveriam ter acesso, e com qualidade (CORRÊA APUD FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO, 1992, P.23, GRIFO NOSSO).

O processo de gestão da cooperativa, segundo Eliana Souza e Silva (2015), trouxe uma série de desafios e divisões internas marcadas por grupos que defendiam lógicas antagônicas. Enquanto um grupo entendia ser necessário privilegiar a eficiência econômica da cooperativa em detrimento do processo formativo e participativo na sua gestão, o outro entendia ser fundamental uma pedagogia formadora e uma gestão coletiva para a manutenção de um processo democrático (DINIZ ET AL., 2012, P.105). Dessa crise interna, culminou o entendimento pragmático da cooperativa como uma empresa, relegando para segundo plano à construção de uma nova percepção de cidadania e de participação democrática na sua gestão. Nesse quadro, a Cooperativa deixou de ser uma instituição comunitária *de fato* e passou a atuar de modo similar a tantas outras empresas privadas existentes na localidade, sendo por fim liquidada (IDEM).

Buscando refletir sobre as causas dessa cisão interna, Eliana Souza Silva indica que as reivindicações materiais acabaram preponderando sobre a consciência crítica de estabelecimento de uma nova perspectiva política, tendo em vista que “a cultura política existente no conjunto da sociedade e a forte influência de valores que estimulavam o individualismo, a competição e o pragmatismo exerciam relevante papel nas posturas e perspectivas das pessoas” (SOUZA SILVA, 1995, P. 135). Como lição dessa experiência, a autora afirma ter restado a compreensão de que as necessidades materiais dos moradores devem fazer parte da sua formação cidadã, e que o grau de comprometimento político não se mede apenas no terreno subjetivo da consciência, mas também está localizado nas práticas cotidianas e nos pequenos atos diários.

Assim, em que pese as dificuldades e percalços, a experiência da cooperativa foi uma importante referência quanto ao enfrentamento da questão da precariedade habitacional por meio da organização popular (BASTOS, 2013), além fato de que durante o processo de mobilização e construção de pautas de reivindicação e pressão sobre o Estado, os moradores forjaram uma identidade combativa e de autorrepresentação que permanece até os tempos atuais (DINIZ ET AL., 2012, P.108). Esse fato pode ser percebido atualmente, considerando que Nova Holanda é a favela da Maré que concentra a grande maioria das instituições comunitárias que travam lutas para melhorar as condições de vida da população mareense (dessas podemos citar a Redes da Maré e o Observatório de Favelas).

Hoje em dia, caminhando pelas ruas de Nova Holanda (na área conhecida como Tijolinho), onde foram construídas as casas na fase da Cooperativa, já quase não é mais possível identificar os traços do projeto original. Ainda é possível encontrar *aqui e acolá* alguns agrupamentos de casas construídas pela Cooperativa que mantém a estrutura e a tipologia original, tendo recebido apenas modificações pontuais, como alterações de portas e janelas, colocação de revestimentos cerâmicos, instalação de aparelhos de ar-condicionado e de antenas de TV e construção de um pequeno muro frontal sobre a área que seria de circulação de pedestres (FIG. 127-130).

O mais interessante em termos formais, na Nova Holanda de hoje, é que ao mesmo tempo em que **o traçado urbano, nitidamente moderno, em xadrez, foi preservado quase por inteiro, a arquitetura das casas foi modificada seguindo a lógica singular das favelas**, ou seja, construções em constante transformação e crescimento. Primeiro se deu a substituição progressiva das madeiras das casas pela alvenaria e, em seguida, vieram as inúmeras extensões pelos ditos “puxadinhos” ou verticalizações por meio da utilização das famosas “lajes”. Assim, as casas em madeira praticamente desapareceram. São raros os exemplares originais da época do CHP que ainda podem ser vistos na Nova Holanda (JACQUES, 2002, P. 40, GRIFO NOSSO).



FIG. 127: CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 128: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 129: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 130: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Essas casas, no entanto, são a exceção à regra geral – qual seja: de verticalização e promoção de alterações substanciais nas casas padronizadas construídas pela Cooperativa. As figuras abaixo (FIG. 131-132) nos fornecem um claro panorama dessa situação, quando vemos algumas poucas casas “quase originais” espremidas entre edificações verticais de até cinco pavimentos:



FIG. 131: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 132: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

A quadra na qual foram implantadas as 46 casas projetadas pelo Núcleo Arco/USU – identificada à época por seu diferencial e projeto “mediterrâneo” – já não se distingue em nada das demais quadras do Tijolinho em Nova Holanda. O projeto original já foi bastante descaracterizado e, não fosse por UMA única casa que ainda permanece praticamente inalterada, e umas duas janelas em arco que caracterizam o projeto, não teríamos descoberto essa quadra (FIG. 133-137).



FIG. 133: CAPA DA CARTILHA SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA E QUE TEM A JANELA EM ARCO COMO ELEMENTO SÍMBOLO DO PROJETO. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992)



FIG. 134: REMANESCENTE DA ESQUADRIA ORIGINAL EM FORMATO DE ARCO. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 135: REMANESCENTES DA ESQUADRIA ORIGINAL EM FORMATO DE ARCO. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 136: IMAGEM DO CONJUNTO DE 46 CASAS RECÉM IMPLANTADAS. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992)



FIG. 137: CASA REMANESCENTE QUE PRESERVA GRANDE PARTE DA CONFIGURAÇÃO ORIGINAL. FONTE: AUTORA (2023)

7.3. PROJETO RIO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS PADRONIZADOS

O Projeto Rio – de ampla motivação propagandista do governo – foi um projeto de grande escala realizado durante a década de 1980, vinculado ao governo federal, durante a gestão de João Figueiredo, na fase final da ditadura militar. A intervenção previa a recuperação de 27km da orla da Baía de Guanabara, desde a Ponta do Caju até Duque de Caxias, o que envolvia a transferência da população em piores condições de habitabilidade para novos conjuntos habitacionais, além de promover a urbanização e saneamento das favelas existentes.

O Projeto se mostrava bastante ambicioso, como um plano de grandes dimensões e múltiplos objetivos, englobando aspectos de política urbana, ambiental, econômica e social, com a previsão de recuperação de terras alagadas, relocação de indústrias poluentes, construções de vias e terminais de transportes, construção de habitações e prestação de serviços públicos (VAZ, 1994, p.40-1).

A favela da Maré foi definida como prioritária. O Projeto Rio previa a instalação de sistemas de abastecimentos de água, esgoto e luz, construção de equipamentos comunitários, alinhamento das ruas, aterramentos e urbanização das áreas consolidadas. Com isso, entre 1985 e 1990 foram implantados mais de 90% do sistema de abastecimento de água, do sistema de esgoto sanitário e a drenagem e pavimentação de vias (VAZ, 1994). Após o Projeto Rio o processo de expansão territorial se tornou mais controlado, não havendo mais o crescimento das ocupações por palafitas nas áreas inundáveis. Além disso, a implantação da Linha Vermelha em 1992 representou uma maior delimitação física para as favelas da Maré.

O Projeto Rio promoveu uma significativa mudança na Maré, melhorando a infraestrutura, removendo quase definitivamente as palafitas e construindo conjuntos habitacionais. Contudo, esse processo não se deu sem conflitos; houve atrasos, ameaças de remoção e soluções autoritárias (ESPERANÇA, 2021). Jailson de Souza e Silva et al. (2015) indica que o associativismo local foi fundamental para a defesa dos interesses dos moradores nesse período, e enfatiza nessa luta o jornal local União da Maré e a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (CODEFAM), criada em junho de 1979.

Vinculado ao Projeto Rio foi criado pelo BNH em 1980 o programa PROMORAR (Programa de Erradicação da Sub-habitação) – projeto piloto que visava financiar a urbanização de favelas em palafitas (nessa época estima-se que 1/3 dos habitantes da Maré moravam em palafitas). Para substituir as casas em palafitas foram construídos conjuntos habitacionais sobre áreas aterradas no setor denominado Pinheiros, com a construção dos conjuntos habitacionais unifamiliares Vila do João (1982 – 1.400 casas) e Vila do Pinheiro (1983 – 2.300 casas) e os conjuntos multifamiliares Conjunto Esperança (1982 – 1.400 apartamentos) e Conjunto Pinheiro (1989 – 1.380 apartamentos).

Concluído com bastante atraso e pressão dos moradores, que reivindicavam o término das obras, o Projeto-Rio promoveu modificações na infraestrutura urbana da Maré, desde a rede de abastecimento de água e canalização do esgoto, passando pela regularização da rede elétrica e arruamento. Durante a sua implementação foram construídos os primeiros Conjuntos Habitacionais da Maré, que passaram a abrigar os moradores retirados dos barracos e palafitas: Vila do João, Conjunto Pinheiro, Conjunto Esperança e Vila do Pinheiro. (OLIVEIRA, 2003, p. 41)

O programa foi altamente propagandeado pelo governo e divulgado nos meios de comunicação como o fim das favelas na Maré, em matérias como “Favela da Maré vive a euforia do Projeto Rio” (O GLOBO, 1982A) ou “Projeto Rio: da palafita à casa própria” (O GLOBO, 1982B) (ver FIG. 138-139).

O BNH ANUNCIA



UMA GRANDE



MUDANÇA.

A grande mudança que está dependendo o Brasil inteiro. A grande mudança em que milhares de pessoas são obrigadas a mudar de casa, mas mudar de vida. Vida nova, em um lugar urbanizado, com água, luz, pavimentação, gás e esgoto sanitário. Com posto de saúde, escolas, creche, posto policial, quadras de esportes, áreas de lazer, centro comunitário e terminal rodoviário.

Respeitadas, em preferências e gostos, desde a cor da casa até o tamanho de suas dependências. [...] Um trabalho inovador, que partiu do princípio de não remover as pessoas do lugar onde moravam. Mas mudar o próprio lugar, reequipando-o com toda a infraestrutura necessária para melhorar a condição de vida de milhares de pessoas.

Essa é a grande mudança que o BNH (o novo trabalho) está realizando em 170 municípios brasileiros. É a grande mudança que o BNH (o novo trabalho) está realizando em 170 municípios brasileiros.

BNH
BANCO NACIONAL DE HABITACIONEIRO

FIG. 138: PROPAGANDA DO PROJETO RIO E PROGRAMA PROMORAR FEITA PELO BNH E DIVULGADA NO JORNAL O GLOBO. FONTE: O GLOBO (1982)

PROJETO RIO



Governo acaba com as 6 favelas da Maré



Um projeto inovador, que partiu do princípio de não remover as pessoas do lugar onde moravam. Mas mudar o próprio lugar, reequipando-o com toda a infraestrutura necessária para melhorar a condição de vida de milhares de pessoas.

Essa é a grande mudança que o BNH (o novo trabalho) está realizando em 170 municípios brasileiros. É a grande mudança que o BNH (o novo trabalho) está realizando em 170 municípios brasileiros.

BNH
BANCO NACIONAL DE HABITACIONEIRO

FIG. 139: MATÉRIA DO JORNAL O GLOBO SOBRE A “EXTINÇÃO” DAS FAVELAS DA MARÉ. FONTE: O GLOBO (1979)

Em uma dessas matérias divulgadas no jornal O Globo (1982A), o BNH afirma estar realizando um projeto inovador e que respeita as preferências e gostos dos moradores, como pode ser observado no trecho abaixo:

Vida nova, em um lugar urbanizado, com água, luz, pavimentação, com gás e esgoto sanitário. Com posto de saúde, escolas, creche, posto policial, quadras de esportes, áreas de lazer, centro comunitário e terminal rodoviário. **Respeitadas, em preferências e gostos, desde a cor da casa até o tamanho de suas dependências.** [...] Um trabalho inovador, que partiu do princípio de não remover as pessoas do lugar onde moravam. Mas mudar o próprio lugar, reequipando-o com toda a infraestrutura necessária para melhorar a condição de vida de milhares de pessoas (BNH APUD O GLOBO, 1982A, GRIFO NOSSO).

Ainda, de acordo com outra matéria veiculada no jornal O Globo (1982B), o BNH alega ofertar uma **ampla gama** de opções aos moradores – que vão desde a escolha das cores, do tamanho e da tipologia das casas até (quem diria) a previsão de pequenos estabelecimentos comerciais acoplados às casas (no caso “cinco biroskas”):

Os benefícios aos moradores das palafitas não param aí. Em dezembro passado, o Ministro Mário Andreazza inaugurou, localizada no Setor Pinheiro, a Quadra Experimental do Projeto Rio. A Quadra, com 193 casas-embrião, abriga 14 tipos diferentes de unidades, de acordo com **a cor (as cores possuem cores fortes, respeitando o gosto dos moradores), tamanho** (algumas são sobrados, outras são de apenas um pavimento) e **disposição espacial** (umas geminadas, outras independentes), **além de cinco biroskas** (pequenos estabelecimentos para gêneros de primeira necessidade) **acopladas a algumas casas** (BNH APUD O GLOBO, 1982B, GRIFO NOSSO).

O Projeto Rio foi bastante arrojado e representou uma mudança de postura do poder público frente à política de remoção de favelas, e teve como pontos positivos a realocação das populações que viviam nas palafitas da Maré para áreas próximas de onde viviam, além de ter representado a urbanização de grande parte do território com fornecimento de infraestrutura básica. O conjunto habitacional Vila do João foi implantado sobre uma área aterrada pelo projeto e apresentava 11 tipologias distintas de uso residencial unifamiliar e 3 tipologias de uso misto, distribuídas em 1.546 lotes, conformando quadras retangulares (ANDRADE E LEITÃO, 2007) (FIG. 140-141).



FIG. 140: FOTOS DA CONSTRUÇÃO DA VILA DO JOÃO NA DÉCADA DE 1980. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 141: VILA DO JOÃO EM PRIMEIRO PLANO E CONJUNTO ESPERANÇA AO FUNDO NA DÉCADA DE 1980. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

No entanto, constatamos algumas falácias no discurso oficial promovido pelo BNH em relação ao respeito das preferências e gostos dos moradores na execução das novas casas. Em primeiro lugar, a alegação de que os moradores poderiam *optar* pelas tipologias e pelo tamanho de casas não condiz com a realidade. A definição da tipologia e do tamanho (que variavam entre o embrião de 19m² com apenas um banheiro e um cômodo, até os sobradinhos com no máximo 44m²) eram feitas de acordo com a renda familiar e com a prestação que cada família poderia arcar. Em segundo lugar, a afirmação de que os moradores optaram por cores fortes não parece ser verdade, tanto que o conjunto de casas construídas na Vila do João (nome dado em alusão ao então Presidente João Figueiredo) ficaram conhecidas como **inferno colorido** (FIG. 142-143), por se tratarem de casas “pré-fabricadas e geminadas, e foram apelidadas pelos moradores como *inferno colorido*, por serem casas muito pequenas, coloridas e muito quentes devido à cobertura com telhas de amianto” (SILVA, 2006).



FIG. 142: VILA DO JOÃO, OU INFERNO COLORIDO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 143: DIFERENTES TIPOLOGIAS DE CASAS DA VILA DO JOÃO, SENDO QUE A CASA EM PRIMEIRO PLANO FOI ADAPTADA PARA UM CONSULTÓRIO DE DENTISTA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

Apesar das unidades habitacionais se constituírem como casas embrionárias, as quais obviamente não permaneceriam assim ao longo do tempo, uma moradora indica que os agentes públicos do BNH eram categóricos ao afirmar que as casas não deveriam ser verticalizadas:

A gente nota rachaduras nos prédios, porque se na Vila do João, eu lembro que eles faziam reuniões com os moradores, os futuros moradores, e falavam claramente: “não construam nada a mais, se vocês querem modificar, vocês podem, mas não construam mais que dois andares, porque isso é um aterro, vocês podem ver a casa de vocês engolida, destruída (OLGA, MORADORA DA MARÉ APUD KAWAHARA, 2023, p.289).

Como era de se prever, pouco tempo após a entrega das unidades, os moradores iniciaram as modificações e ampliações de suas casas, seguido do processo de verticalização, sem qualquer forma de regulamentação ou acompanhamento por parte do poder público, o que provoca sobrecarga no sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto.

As casas construídas na Vila do Pinheiro – galpões pequenos e coloridos – foram apelidadas de “Kinder Ovo”, em referência ao pequeno chocolate de formato oval. Segundo relato de uma moradora, as casas construídas pelo BNH possuíam grandes problemas estruturais e, na maior parte, foram demolidas e reconstruídas pelos próprios moradores. Segundo ela, as casas não possuíam fundação e nem estrutura em concreto armado, sendo sustentadas apenas por tijolos e vigas de madeira. Além disso ressalta que o material utilizado para os aterros era proveniente de demolição e que quando os moradores começaram a reconstruir as casas, foram encontradas bolhas de ar que ameaçavam a estrutura das casas:

quando todos começaram a mexer nas suas casas para construir uma casa que fosse da maneira como o morador queria, todos foram descobrindo que, de alguma forma, de alguma maneira, eles não colocaram um ferro [sequer] nas vigas. Nós não tínhamos vigas para sustentar a casa por muito tempo. O primeiro trabalho que os moradores tiveram, **foi derrubar e começar a reconstruir de novo**, fazendo o que se chama de sapata, que aí é que começa a construção, as fundações da casa e os pilares, mas com ferro, porque eles apenas juntaram os tijolos e botaram as vigas de madeira no teto e botaram aquelas [...] telhas de amianto. [...] Em alguns casos, quando abriram o chão de cimento descobriram bolhas de ar, porque pegaram muito aterro de construções, então tinha muita madeira, tinha ferro... [...] Então, muita gente, muita gente foi até com os engenheiros do BNH reclamar e eles não estavam nem aí, eles construíram, fizeram a festa de inauguração para o João Figueiredo (OLGA, MORADORA DA MARÉ APUD KAWAHARA, 2023, p.288, GRIFO NOSSO).



FIG. 144: HOMENAGEM DE UM MORADOR AO PRESIDENTE FIGUEIREDO, OU, O QUE RESTOU DE SEU LEGADO. FONTE: AUTORA (2023)

Atualmente, já não existem resquícios das casas originais nesses locais, tendo havido uma renovação quase completa dos imóveis. No entanto, as marcas do projeto original ainda podem ser percebidas no traçado geométrico dos arruamentos e dos loteamentos implantados, ainda que algum nível de transgressão. Esse processo de *favelização* dos conjuntos habitacionais demonstra a inadequação da imposição de modelos autoritários e tecnocráticos de conceber o planejamento arquitetônico e urbanístico desses espaços e revela, ainda que, à revelia desses padrões, a cultura espacial e social dos moradores acaba prevalecendo, pela própria dinâmica de transformação constante das habitações.

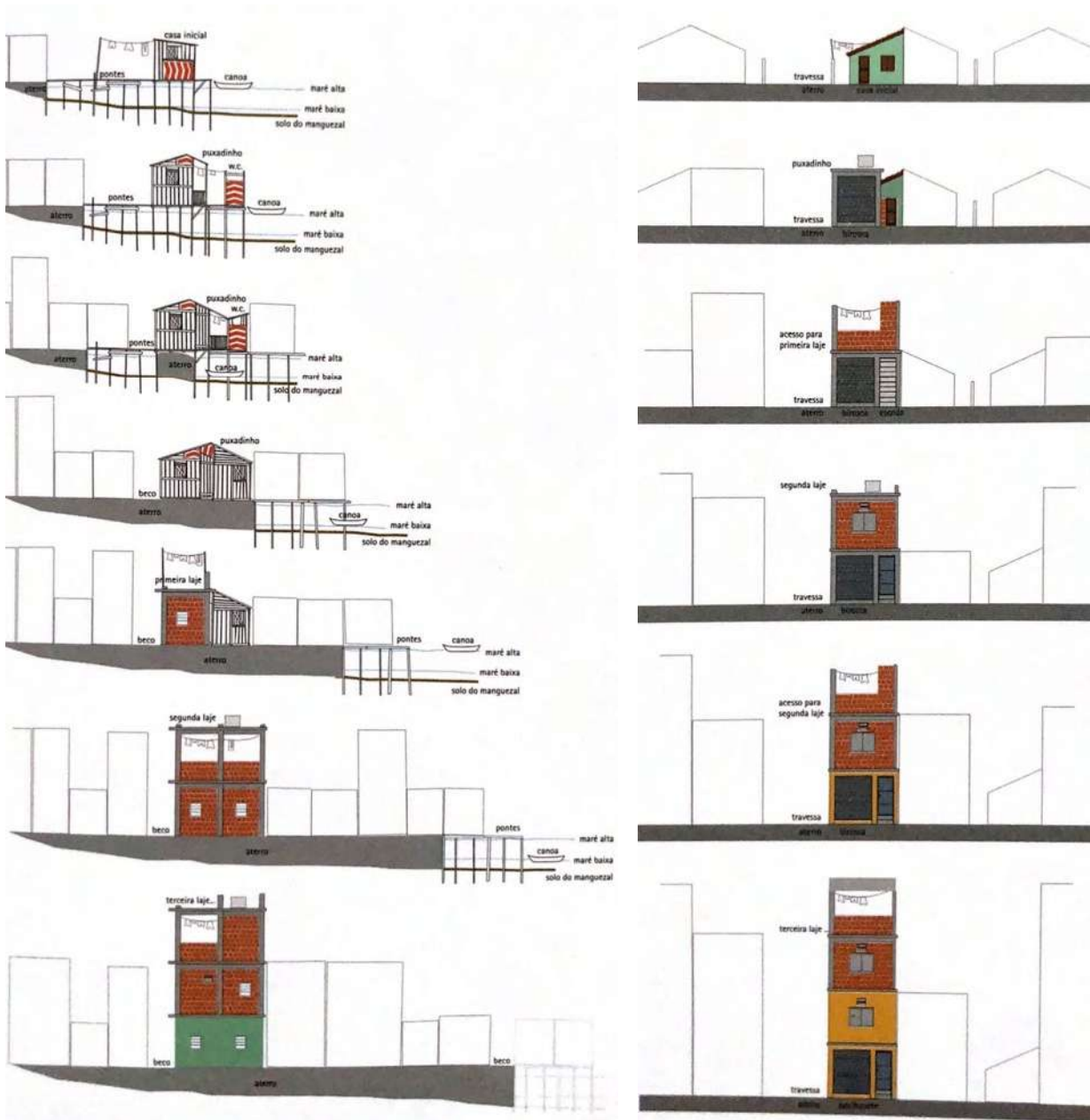


FIG. 145: ESTÁGIOS DE EVOLUÇÃO DA CASA DE PALAFITA PARA A CASA EM ALVENARIA E LAJE DE CONCRETO. FONTE: PAOLA JACQUES (2002)

FIG. 146: ESTÁGIOS DE EVOLUÇÃO ARQUITETÔNICA DAS CASAS, TAMBÉM CONHECIDO COMO “FAVELIZAÇÃO”. FONTE: PAOLA JACQUES (2002)

Essa dinâmica espacial está presente na lógica da eterna mutação das casas, e que, até os tempos atuais, costuma ser ignorada e desconsiderada nos projetos de habitação de interesse social. Ao serem transferidos para os novos conjuntos, os moradores mantêm (dentro dos limites e possibilidades) essa cultura construtiva e esse modo de produzir o espaço. Diante disso, quando não derrubam a casa e constroem outra no lugar, eles realizam alterações e adequações nas casas seguindo a lógica do “puxadinho”, com extensões horizontais das casas e a lógica da “laje”, promovendo a verticalização das unidades. Para além das modificações pragmáticas, que têm como objetivo de atender a necessidades e funções não contempladas no projeto original, as mudanças visam também corresponder a representações simbólicas que não são incorporadas na racionalidade construtiva dos conjuntos habitacionais (ANDRADE E LEITÃO, 2007).

No caso dos conjuntos compostos por blocos verticais multifamiliares, dada as restrições impostas pelo sistema construtivo, as alterações costumam ser menos robustas e mais difíceis de serem executadas. Os conjuntos Esperança e Pinheiro são constituídos por grandes blocos tipo de prédios no tradicional padrão modernista característico do BNH. Ambos são formados por cerca de 35 edifícios que abrigam 1400 apartamentos cada e foram construídos em sistema pré-moldado (FIG. 147-149).



FIG. 147: VISTA GERAL DA MARÉ, SENDO EM PRIMEIRO PLANO PARTE DA VILA DO JOÃO, NO MEIO O CONJUNTO PINHEIRO E AO FUNDO A VILA DO PINHEIRO. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 148: VISTA DO CONJUNTO PINHEIRO A PARTIR DO MORRO DO TIMBAU. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 149: CONJUNTO PINHEIRO EM CONSTRUÇÃO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

A questão do sistema construtivo pré-fabricado é apontada por uma moradora do conjunto, que expõe a dificuldade de encontrar mão-de-obra para reforma dos apartamentos e até para bater um prego na parede para pendurar um quadro:

Os prédios que o governo construiu, eles fizeram uma coisa interessante que agora prejudica um pouco a gente, que eles, o Brizola tinha construído uma fábrica de escolas, então eles chegavam com as paredes prontas, como se fossem construir casas pré-fabricadas e é de concreto puro que não entra um prego, você não consegue. **Nenhum pedreiro, nenhuma pessoa, é difícil eu achar alguém que queira fazer uma obra no naqueles apartamentos, porque quebra a broca de aço, então a pessoa tem que ter uma coleção de brocas de aço para furar, para botar um quadro.** [...] Eles chegavam com as placas prontas e só juntava, então todos os apartamentos têm esse problema. Ninguém gosta de trabalhar lá. Quando tem uma obra é um sofrimento imenso (OLGA APUD KAWAHARA, 2023, p.289).

Embora não seja possível alterar estruturalmente os edifícios, ainda assim os moradores realizam adaptações nas unidades habitacionais. As mais frequentes dizem respeito à instalação de varais, gradis, toldos e pequenas cobertas projetadas sobre as áreas comuns (FIG. 150). Contudo, há também transformações mais radicais observadas em diversos blocos de apartamentos, que dizem respeito à incorporação de partes das áreas internas e coletivas dos pavimentos para uso privativo (áreas destinadas ao cômodo de lixo). Enquanto em alguns prédios os moradores apenas se apropriam dessa área já construída para ampliação de suas unidades residenciais, há aqueles mais ousados que avançaram sobre o prisma central dos edifícios com a construção de novas lajes e pilares, ultrapassando a área construída original do edifício para aumento da área útil das unidades privativas (FIG. 151-152). É possível perceber que, na medida em que um apartamento promove a ampliação, os demais localizados acima e abaixo se aproveitam da situação para ampliar suas unidades também. Há ainda o caso em que os moradores dividiram os custos relativos à obra de “expansão”.

A privatização das áreas de circulação também é motivo de conflitos entre vizinhos, como pode ser observado em cartaz afixado em prédio do Conjunto Esperança, que precisou reforçar o que seria supostamente óbvio:

Atenção! Ficou **acordado em reunião que cada morador é dono da porta do apartamento para dentro**, os corredores do condomínio é [sic] de uso de todos, por isso pedimos por gentileza que deixem o corredor livre para passagem de todos e para limpeza do zelador. O condomínio não se responsabiliza por plantas, comidas de animais e outros utensílios deixados nas portas.



FIG. 150: ADAPTAÇÕES NAS UNIDADES RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 151: ACRÉSCIMOS NOS BLOCOS RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 152: ACRÉSCIMOS NOS BLOCOS RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Se as modificações na estrutura dos prédios são limitadas, não se pode dizer o mesmo das áreas livres entre os prédios. Cada bloco possui uma área externa de uso do condomínio, e nessas áreas são observados diversos puxadinhos para fins diversos, sendo o mais frequente para a guarda de veículos, motos e bicicletas dos moradores. Além das coberturas de garagem de variadas dimensões e materialidades, encontramos também áreas de churrasqueira, boxes para oficinas e pequenos serviços (p.ex. oficina de manutenção de ar-condicionado e de bicicletas), e até quartos e quitinetes construídos para alugar (FIG. 153-154).

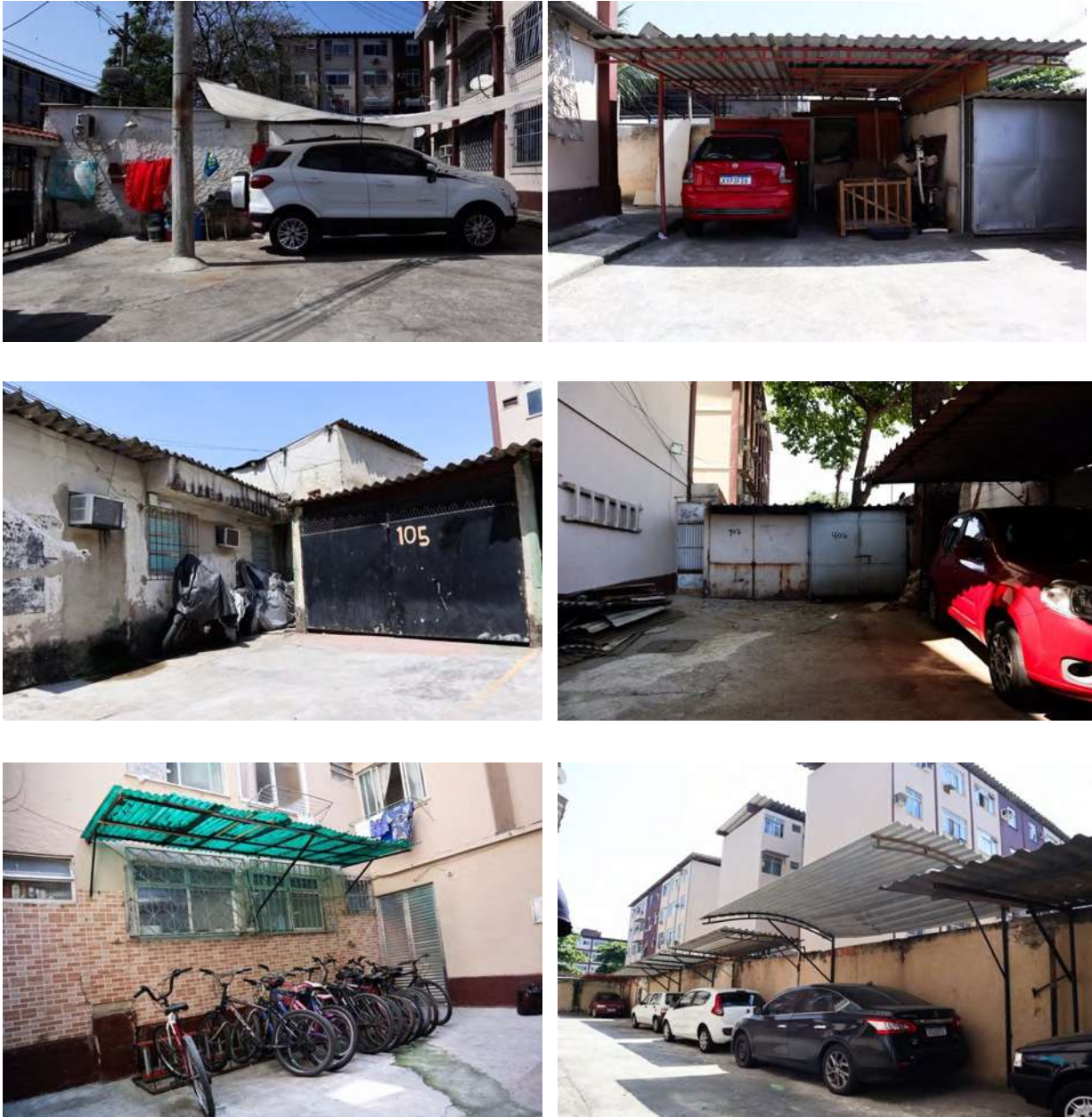


FIG. 153: ADAPTAÇÕES NOS ESPAÇOS COLETIVOS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

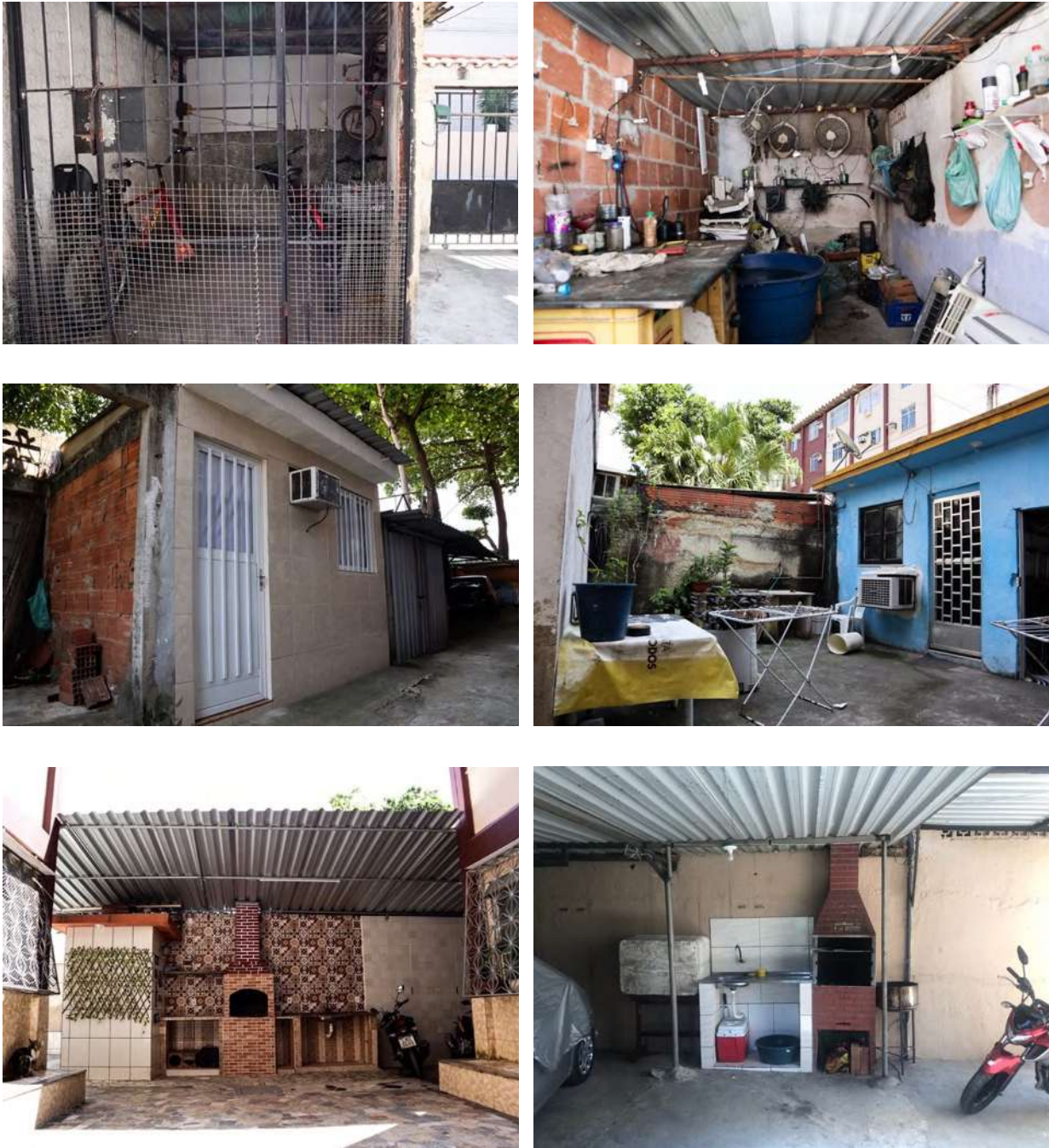


FIG. 154: ADAPTAÇÕES NAS UNIDADES RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)

Por possuírem uma situação fundiária regularizada e infraestrutura urbana básica implantada, os conjuntos não são classificados pelo IBGE como favelas ou comunidades urbanas (os antigos *aglomerados subnormais*). No entanto, os conjuntos habitacionais buscavam resolver o déficit habitacional como se para morar bastasse um apartamento, sem nenhuma rede de equipamentos públicos e serviços. Assim, uma queixa antiga dos moradores diz respeito à insuficiência de comércio, escola, creche e posto de saúde para atender à população residente (O CIDADÃO, 1999).

Para suprir a ausência de estabelecimentos comerciais e de serviços no entorno dos edifícios, logo após a ocupação dos blocos já começou a se observar a implantação de puxadinhos nas bordas dos prédios, ao longo das ruas do conjunto (FIG. 155-159). Essas construções ocupam praticamente todas as faces voltadas para as vias públicas, muitas vezes avançando sobre as calçadas, constituindo-se atualmente como

verdadeiras ruas comerciais que abastecem o empreendimento, e que contam com pequenas lojinhas, salões de beleza, oficinas de reparos diversos, oficinas mecânicas, bares, lanchonetes, entre outros.

A despeito das diversas modificações e gambiarras realizadas pelos moradores, Paola Jacques pontua que permanece nesses conjuntos habitacionais verticalizados a dureza e a imagem monótona característica desse tipo de solução arquitetônica e urbanística:

Os muros monótonos que cercavam os blocos repetitivos ganharam formas distintas e novos usos. Muitas vezes essas alterações **têm um caráter simbólico de dar identidade própria à unidade de cada morador**, geralmente planejada para ser idêntica a todas as outras. As alterações internas também são frequentes: os apartamentos planejados para fins específicos são muitas vezes utilizados para funções completamente diferentes das previstas. O Conjunto Pinheiro [e também o Conjunto Esperança] é hoje a comunidade da Maré que permaneceu, mas próxima dos traços retos e racionais de seu projeto original e, **apesar da crescente favelização, a imagem, dura e monótona, de um conjunto habitacional modernista ainda está presente** (JACQUES, 2002, p.45, GRIFO NOSSO).



FIG. 155: CONJUNTO PINHEIRO RECÉM IMPLANTADO E JÁ COM DIVERSAS OCUPAÇÕES COMERCIAIS INFORMAIS NO SEU ENTORNO. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 156: CONJUNTO PINHEIRO RECÉM IMPLANTADO E JÁ COM DIVERSAS OCUPAÇÕES COMERCIAIS INFORMAIS NO SEU ENTORNO. FONTE: BERG SILVA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 157: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NAS RUAS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)



FIG. 158: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NAS RUAS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)



FIG. 159: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NOS ESPAÇOS COLETIVOS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)

Como podemos perceber, o modelo do conjunto habitacional monofuncional, amplamente utilizado no Brasil, desde o período da ditadura militar até o atual governo Lula, já demonstrou não dar conta de suprir as demandas cotidianas, funcionais e as referências simbólicas dos moradores. De modo geral, temos que as modificações realizadas a posteriori pelos moradores são tidas, tanto pelo poder público quanto por planejadores urbanos e arquitetos, como formas de transgressão que acarretam prejuízos para o ordenamento territorial e promovem a descaracterização da concepção original desses conjuntos. Nesse descompasso, o que era para ser uma missão civilizatória para a formação de novos hábitos e valores burgueses para uma parcela “atrasada” da sociedade, acaba se convertendo em novas formas de favelização.

7.4. PROGRAMA MORAR SEM RISCO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS “DE ARQUITETO”

Dois conjuntos habitacionais de casas unifamiliares foram implantados pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com os recursos do *Programa Morar Sem Risco*, que tinha como objetivo abrigar famílias removidas de áreas de risco (tais como encostas de morros e margens inundáveis de rios) e famílias que ainda moravam em palafitas, como no Parque Roquete Pinto e na favela conhecida como *Kinder Ovo*¹⁶⁶ (O CIDADÃO, 1999; REDES DA MARÉ, 2014). São eles o conjunto Bento Ribeiro Dantas, inaugurado em 1992 e o conjunto Nova Maré, inaugurado em 1996.

Em termos arquitetônicos e urbanísticos, constatamos que os dois conjuntos se diferem radicalmente dos tradicionais conjuntos modernistas implementados pelo BNH e neles podemos perceber uma clara tentativa de diversificar a composição clássica e a rigidez formal que marca os conjuntos anteriormente implantados na Maré – como é o caso do Conjunto Pinheiro e do Conjunto Esperança. O projeto foi concebido por equipe Co.Opera.Ativa, coordenada pelo arquiteto greco-brasileiro Demetre Anastassakis¹⁶⁷, uma das maiores referências no campo do projeto de habitação de interesse social no Brasil. A solução de projeto dos conjuntos mareenses foi inspirada em proposta vencedora pela mesma equipe para um concurso público promovido pela Prefeitura de São Paulo¹⁶⁸, em 1991, para escolha de anteprojeto de Habitação Popular para o Jardim São Francisco, na zona leste de São Paulo. Na ocasião do concurso, a comissão julgadora destacou que:

A concepção proposta **resgata a valorização de elementos marcantes construídos pelo povo**. Tais elementos – a vila, a esquina e a praça – são aspectos inseparáveis e sedimentados na cultura brasileira e, portanto, nas habitações populares; ao absorvê-los, **a equipe buscou romper com as formas espaciais impostas de cima para baixo**. (...) **Previu-se a possibilidade de expansão das casas ao longo dos anos, de acordo com os recursos e necessidades das famílias**. As residências foram agrupadas de modo que a geminação de suas paredes provoque a redução de custos; os arranjos resultantes de cada oito unidades formam vilas com pátios internos (REVISTA PROJETO, 1990, p.86, GRIFO NOSSO).

Metodologicamente, o projeto arquitetônico e urbanístico atribui ênfase especial à lógica compositiva por padrões – inspirado especialmente nos estudos de Christopher Alexander (2013[1977]). A expressão desses padrões se dá pela combinação das unidades autônomas e dos blocos de edificações que compõem o espaço habitacional, e que podem operar por superposição, justaposição e sobreposição (CARVALHO, 2002, p.244). A composição desses conjuntos conforma **um aspecto de vila ao condomínio horizontal**, diferindo dos usuais pavimentos-tipo dos edifícios verticais para habitação social (FIG. 160-161). Dessa lógica, projetos como os realizados na Maré, na Cidade de Deus e, posteriormente, em Novos Alagados (2003, Salvador),

¹⁶⁶ Alojamentos provisórios construídos para abrigar vítimas de deslizamentos no Rio de Janeiro, ocorrido em 1996, que foram apelidados de Kinder Ovo, em alusão ao ovo de chocolate muito pequeno. Cada alojamento reunia 25 famílias e contava com apenas um banheiro. Disponível em: <https://mareonline.com.br/kinder-ovo-e-salsa-duas-historias-de-sofrimento-por-moradia/> Acesso em 09 ago. 2023.

¹⁶⁷ O arquiteto Demetre Anastassakis (1946-2019) nasceu na Grécia e veio para o Brasil aos 8 anos de idade, onde fez sua carreira. Formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), liderou um coletivo de arquitetos e urbanistas chamado Cooperativa de Profissionais do Habitat do Rio de Janeiro (Co.Opera.Ativa), e como presidente do IAB-RJ ajudou na elaboração do Projeto Favela-Bairro. Foi um dos criadores do bloco cerâmico estrutural e projetou e dirigiu importantes projetos de habitação popular, dentre os quais podem ser sublinhadas: Novos Alagados (Salvador), Cidade de Deus, Maré, Barro Vermelho, Moradas da Saúde na região portuária (Rio de Janeiro). No caso da Maré, fizeram parte da equipe de projeto as arquitetas Valéria Hazan e Andrea Fiorini.

¹⁶⁸ Concurso Público de Anteprojetos de Habitação Popular Jardim São Francisco, promovido pela Prefeitura Municipal de São Paulo e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP) e Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo (SASP). Tinha como objetivo “escolher projetos de baixo custo e boa qualidade construtiva e arquitetônica, adensando vazios urbanos”, no qual a equipe coordenada por Demetre Anastassakis obteve o 1º lugar (RODRIGUES, 2007).

constituem-se em artefatos arquitetônicos e urbanísticos compostos a semelhança dos famosos blocos de montar *Lego*, dos quais o arquiteto era inseparável.

O método projetual da equipe é no mínimo curioso, com peças de “lego”, pranchetas e computadores eles montam esquemas, juntam, invertem e sobrepõe módulos, que dão origem a soluções das mais diversificadas possíveis. Apesar de trabalhar com material tradicional, o escritório utiliza um sistema construtivo próprio de paredes portantes e lajes, construídos de pequenas peças cerâmicas, tijolos de parede e tijolos de laje, com baixíssimo consumo de cimento, sem necessidade de madeira.

Em algumas coberturas, a laje inclinada funciona como artifício para inibir as possibilidades de expansão da unidade em altura, em casos onde as condições do terreno são desfavoráveis e/ou as fundações, por motivo de economia, foram executadas no limite, para suportar apenas a carga prevista no projeto. O projeto mistura espaços privados, semiprivados e públicos, onde o saber popular parece fundir-se e confundir-se com o conhecimento acadêmico. A aparência dos módulos pode ter a estética de maior aceitação cultural combinado à modernidade tecnológica (BARBOSA, 2009).

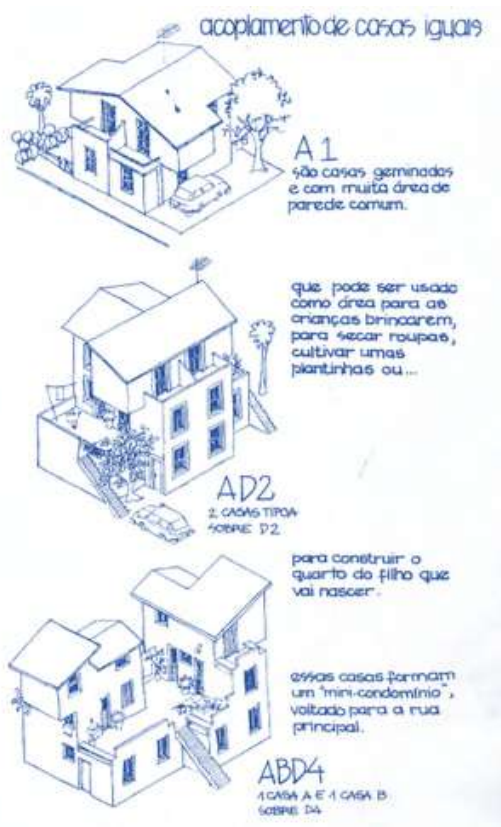


FIG. 160: SOLUÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E GEMINAÇÃO DAS CASAS PARA O ANTEPROJETO PARA O CONCURSO DE HABITAÇÃO POPULAR PARA O JARDIM SÃO FRANCISCO, SP. FONTE: REVISTA PROJETO (1990)



FIG. 161: MAQUETE DO ANTEPROJETO PARA O CONCURSO DE HABITAÇÃO POPULAR PARA O JARDIM SÃO FRANCISCO, SP. FONTE: REVISTA PROJETO (1990)

O legado de Demetre Anastassakis é sublinhado por muitos arquitetos e urbanistas pelo protagonismo dado ao projeto de arquitetura, e por demonstrar na prática que era possível realizar habitação popular de qualidade e digna com custos de produção compatíveis (LOUREIRO, 2019). Não obstante as destacadas qualidades de sua obra e produção, as tipologias construtivas implantadas pelos projetos da Co.Opera.Ativa

(coordenada por Anastassakis) também são alvo de críticas por alguns profissionais da área e sobretudo pelos moradores dos conjuntos, como será demonstrado a seguir.

Dentre os críticos, está o arquiteto e urbanista Silvio Colin (2013), que refuta o método construtivista empregado nos projetos da Co.Opera.Ativa, por entendê-lo como abstrato e impessoal, “que se utiliza dos blocos *Lego* para estudar as composições volumétricas das casas” – como uma solução formal universal e não contextualizada ao lugar. Para Colin, “A forma era simplesmente o resultado de um processo lógico mediante o qual as exigências e as técnicas operacionais eram agrupadas formando um todo”. Crítica semelhante é proferida por Paola Jacques (2002), que constata que a alusão à arquitetura das favelas marcada pelo uso dos materiais aparentes e pela justaposição das casas acaba se tornando apenas uma releitura formal da favela, numa espécie de simulacro da organicidade que lhe é própria. Em suas palavras:

O próprio fato de o modelo poder ser repetido já indica que a complexidade e a singularidade do conjunto são só aparentes. Fica assim evidente que **a reprodução da dinâmica espacial da favela é simplesmente formal, sem buscar compreender sua lógica própria**. Assim, **o projeto, ao contrário de uma favela que está sempre em movimento, nasce fixo, apesar da pseudo-organicidade formal**. Podemos perceber claramente uma modulação que acaba repetindo as mesmas formas, tal como ocorre nos conjuntos modernistas. A arquitetura aparentemente orgânica do novo modelo, acaba caindo assim, como a grande maioria das arquiteturas planejadas, na armadilha da racionalidade construtiva e da repetição formal (JACQUES, 2002, P.48, GRIFO NOSSO).

Já a Revista Arquitetura e Urbanismo (AU), em sua edição de 1995, assim descreveu as soluções adotadas pela equipe de Anastassakis: “As formas se desprendem e se agregam, multiplicando-se quase ao infinito. **Um conjunto orgânico, inspirado nos assentamentos espontâneos das favelas cariocas**” (REVISTA AU, 1995 APUD BARBOSA, 2009, GRIFO NOSSO). No entanto, embora a paisagem urbana das favelas possua características espaciais semelhantes, elas também possuem singularidades territoriais e culturais que fazem com que sejam diferentes entre si. Dráuzio Varella (2002, P.69) ao percorrer a Maré afirmava que “À exceção dos labirínticos Morro do Timbau e Baixa do Sapateiro, com as casas altas enfileiradas em becos e vielas como numa cidade medieval, o Complexo da Maré tem mais semelhanças com a periferia plana de São Paulo do que com as tradicionais favelas dos morros cariocas”. A descontextualização do projeto orgânico-padronizado fica evidente na fala de um morador da maré, que indica que: “Um aspecto interessante do conjunto habitacional é a semelhança com uma **favela de morro**, mesmo tendo sido construída em **terreno plano**” (LOURENÇO DA SILVA APUD GALDO E DAFLON, 2018, GRIFO NOSSO).

Além desse desencaixe entre a proposta e seu lugar de implantação, outro fato que merece destaque diz respeito ao fato de as casas não serem rebocadas, o que para Silvio Colin também é um ponto de atenção, uma vez que é percebida pelos moradores como uma construção inacabada (FIG. 162-163):

Aliás, esta falta de sensibilidade semântica aparece também na escolha do material, **a lajota cerâmica portante. A técnica construtiva encanta arquitetos e estudantes**, e possibilita a articulação volumétrica, que é o ponto de ataque do método. **Porém ignora um dado semântico de grande importância, que as alvenarias não revestidas significam, para o público de baixa renda, uma construção inacabada** (COLIN, 2013, S/P., GRIFO NOSSO).



FIG. 162: CONJUNTO DE CASAS EM NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 163: DETALHE DAS LAJOTAS CERÂMICAS NÃO REBOCADAS E DA JUSTAPOSIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Assim, embora o conjunto produzido possua um resultado esteticamente interessante (ao menos aos nossos olhos de arquitetos) e com qualidade bastante superior ao que costuma ser feito em habitações de interesse social no país, o projeto é alvo de críticas por muitos moradores, especialmente pelo fato de não permitir a expansão e transformação das moradias ao longo do tempo (fato esse que contraria a afirmação do júri do concurso de que as casas previam tal possibilidade de expansão). De acordo com dados do Censo da Maré (REDES DA MARÉ, 2019, p.22), Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré estão entre as comunidades menos populosas da Maré, e a análise do censo atribui esse dado à tipologia construtiva, que dificulta as obras de expansão dos imóveis e limita as oportunidades de crescimento populacional¹⁶⁹.

O argumento de evitar o adensamento populacional do conjunto, contudo, acaba padecendo do mesmo problema já diagnosticado em outros conjuntos habitacionais produzidos pelo BNH ou pelo programa MCMV: projetar unidades habitacionais para famílias médias compostas por pai, mãe e 2 filhos – formato que não reflete a grande maioria da realidade das favelas, que frequentemente convive com mais de duas gerações no mesmo domicílio. Essa questão de mais de duas gerações no mesmo domicílio pode ser confirmada pelo dado que, ao passo que Bento Ribeiro e Nova Maré sejam **as comunidades menos**

¹⁶⁹ Críticas semelhantes foram encontradas em referência ao Conjunto Nova Primavera, em Novos Alagados, Salvador. Para maiores informações, ver: Soares e Espinheira (2006), que critica a falta de participação popular no processo de elaboração do projeto e a desconsideração de hábitos de vida dos moradores e também a dissertação de mestrado de Eduardo Carvalho (2002b), que aponta que a solução projetual adotada **não é “resultante de algum padrão cultural dos moradores” e “entra em choque com o que acontece nos setores consolidados ou semiconsolidados de Novos Alagados, onde o morador – seguindo a mesma lógica do que acontece em Alagados - substitui seu barraco de madeira por uma casa de alvenaria de bloco, estruturada com cintas e colunas de concreto armado. Em seguida, ele prepara a laje de forro para uma futura ampliação do seu imóvel ou para a construção de uma nova unidade habitacional, que poderá ser vendida ou alugada. Acontecem situações em que o morador vende a laje de cobertura”** (p.246, grifo nosso).

populosas, elas são também aquelas com as **maiores médias de ocupantes por domicílio**. A análise do censo aponta o seguinte:

De um lado, cabe lembrar a **situação de extrema pobreza que boa parte das famílias ali residentes vivenciou**, uma vez que esses conjuntos foram construídos para abrigar pessoas que moravam em áreas de risco ou estiveram em situação de rua. Por outro, existe a **dificuldade já assinalada de crescimento vertical do número de unidades residenciais, ao contrário do que ocorre nas comunidades formadas há longo tempo** (REDES DA MARÉ, 2019, P.22, GRIFO NOSSO).

Não obstante essa dificuldade de ampliação, já nos primeiros anos de implantação dos conjuntos foram verificadas alterações no projeto original, relacionadas à mudança dos revestimentos externos e internos, substituição de esquadrias, a construção de novos cômodos e puxadinhos para garagens e pequenos estabelecimentos comerciais. No entanto, por ocorrer sobre estruturas projetadas e pré-estabelecidas, as improvisações nesses conjuntos possuem formas de espacialização diferentes daquelas que ocorrem nas áreas mais espontâneas.

De acordo com o morador e pedreiro Pedro Sampaio, do jeito que foi desenhado, o conjunto dificulta novas construções: “Fiz paredes onde, antes, existiam vazios. As famílias precisam de mais quartos, mais salas, mais banheiros” (APUD GALDO E DAFLON, 2018). De acordo com a análise do Censo da Maré a decisão do poder público de dificultar a expansão das casas expõe “como o Estado, além de ignorar as formas de organização familiar características das favelas, despreza a importância da laje para a reprodução da vida familiar, em função de ser uma reserva de valor, seja como herança para os descendentes ou como área de lazer” (REDES DA MARÉ, 2019, P.22).

Uma das características marcantes dos dois conjuntos diz respeito ao seu arranjo urbano peculiar (o tal jogo de montar Lego), configurado pela disposição das casas que são superpostas de diferentes maneiras, sem que isso resulte na configuração de uma edificação de uso multifamiliar vertical. Se por um ângulo, essa solução resulta num movimento não monótono, por outro, acarreta numa série de imprecisões relativas ao acesso das casas, às possibilidades de expansão vertical e também aos limites entre os espaços de uso coletivo e de uso privativo, o que acarretam uma série de conflitos entre moradores. Ao longo da pesquisa de campo, moradores relataram que, no início da ocupação do conjunto, era comum que as pessoas confundissem as casas e “invadissem” a casa alheia achando que era a sua própria. Um morador com o qual conversei na pesquisa de campo, que mora em Bento Ribeiro desde sua origem e foi vice-presidente da Associação de moradores em sua primeira gestão, conta que no início as casas eram todas tão iguais, que as pessoas saiam pra tomar uma cervejinha e entravam na casa errada na hora de voltar!

Outra questão que gera enormes desavenças até os dias atuais é a posição das caixas d’água, que ficam localizadas dentro de um dos quartos do andar superior, mas atendem também a residência localizada no pavimento térreo. Ou seja, quando o morador da casa térrea precisa dar manutenção na caixa d’água ele precisa pedir permissão ao vizinho para entrar em seu quarto. Os conflitos entre o projeto original e a vivência dos moradores aparece com bastante evidência em matéria publicada no Jornal do Brasil intitulada *Abandonado pelo poder público, conjunto inspirado no Lego se deteriora na Maré* (GALDO E DAFLON, 2018).

Aos olhos de quem passa pela Linha Vermelha, pode até parecer uma arquitetura bonita e interessante, mas, **na visão e experiência dos moradores, a ideia é a de que moram em uma casa de brinquedos, apelidada por eles de Lego**, na qual, dependendo da peça ou tijolo que o morador tirar do lugar, todas as outras casas podem cair tal qual o brinquedo.

O estranho é que uma das características mais importantes da favela ficou de fora: os vergalhões nas lajes da casa. E isso faz toda diferença. A maioria das casas em favelas leva muito tempo para ser construída, e a presença do vergalhão exposto demonstra o desejo de ampliar esse domicílio. **Para os pobres uma casa não é só uma casa. Ela serve de estratégia familiar para superação da própria pobreza**. Um domicílio em favela pode virar muita coisa: um espaço compartilhado como casa e bar; casa e quartos de aluguel; casa e

oficina de diversos tipos de empreendimentos; ou um espaço de várias casas de uma mesma família (LOURENÇO DA SILVA APUD DAFLON, 2018, GRIFO NOSSO).

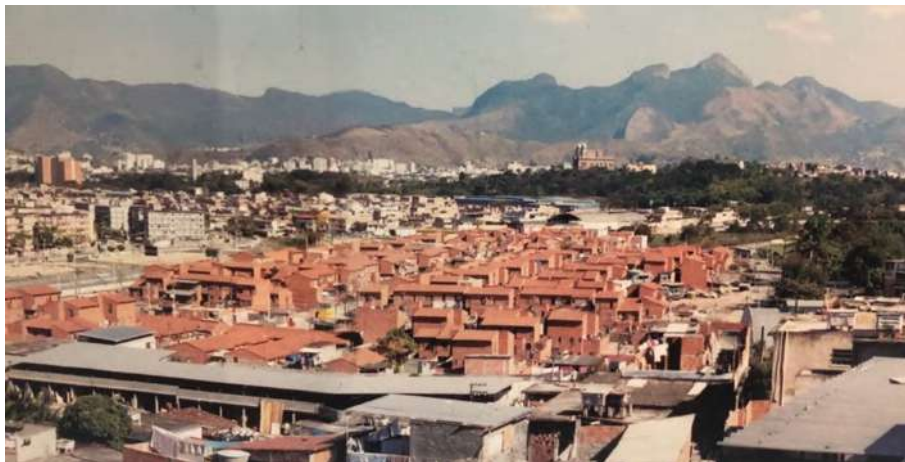


FIG. 164: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS RECÉM IMPLANTADO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ



FIG. 165: CONJUNTO NOVA MARÉ EM PRIMEIRO PLANO E MORRO DO TIMBAU AO FUNDO. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO



FIG. 166: CONJUNTO NOVA MARÉ EM PRIMEIRO PLANO E MORRO DO TIMBAU AO FUNDO. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO



FIG. 167: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS COM PUXADINHO PARA GARAGEM (2000). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 168: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS COM AMPLIAÇÕES (2000). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.



FIG. 169: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS NO ANO 2000, QUANDO JÁ SE OBSERVA UMA SÉRIE DE AMPLIAÇÕES SENDO REALIZADAS. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

Lucas Faulhaber, à época coordenador de políticas urbanas do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ), destaca as qualidades no projeto: “O Nova Maré mostra que **habitação popular não precisa ser feia**. O projeto claramente tem um apelo estético”. No entanto, acredita que: “Faltou uma **maior interlocução** entre os agentes públicos, os arquitetos e a comunidade atendida. Este pra mim é o problema central. **Não adianta o técnico definir os melhores padrões estéticos ou as melhores tipologias sem combinar com quem vai morar ali**” (FAULHABER APUD DAFLON, 2018, GRIFO NOSSO). Desse modo, embora sua proposta projetual tenha fugido à regra dos grandes conjuntos habitacionais construídos na cidade, faltou aos conjuntos Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré a previsão das dinâmicas familiares e econômicas típicas dos assentamentos populares. “Em razão dessa intensa dinâmica, **não podemos pensar que a política habitacional se encerra na entrega das casas**. Entre outras coisas, faz-se necessário um acompanhamento técnico constante que possa orientar as possibilidades de modificação do espaço sem colocar em risco as habitações” (FAULHABER APUD DAFLON, 2018, GRIFO NOSSO).

Por parte da equipe de projeto, Valéria Hazan, uma das autoras do projeto e gerente na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Rio de Janeiro, ressalta que o Conjunto Nova Maré não teve o acompanhamento necessário por parte do poder público e credita a isso a falta de assistência técnica, que levou os moradores a irem **desfigurando o conjunto ao longo do tempo**. Em uma entrevista, Demetre Anastassakis reconheceu que, à época, **não houve participação dos moradores** no projeto. Nas palavras dele: “Não se pôde fazer um trabalho social de pré e pós morar, **não tendo os moradores virado sócios ou cúmplices do projeto**” (ANASTASSAKIS APUD DAFLON, 2018 GRIFO NOSSO).

Em publicação do CAU-BR (2019) que reúne trechos de palestras proferidas por Anastassakis entre 2017 e 2018¹⁷⁰, é possível compreender algumas das premissas do arquiteto e que podem auxiliar a identificar as bases de sua visão sobre a profissão e o ato de projetar. Despertou especial atenção a menção da **arquitetura enquanto medicina**, como se o arquiteto fosse responsável por cuidar de uma cidade enferma:

No meu entendimento, **o ato projetual é igual ato médico. Não é iniciativa do dono da casa**, que vai buscar alguém para ajudá-lo a consertar uma torneira. Não é isso. **O ato médico, o ato projetual, é nosso**. A arquiteta Maria Elisa Baptista diz uma frase que vai ficar na história da Arquitetura: “o cimento é remédio tarja preta”. Como é que **remédio tarja preta é dado sem receita?** (ANASTASSAKIS, 2017 APUD CAU-BR, 2019, P.11, GRIFO NOSSO).

Como vimos afirmando ao longo da pesquisa, essa postura de Demetre nos parece circunscrita num *corpus* de conhecimento e práticas especializadas, restritas àqueles profissionais que detém o *bloco de receituário médico*. Nesse aspecto, precisamos problematizar essa atuação vertical prescritora de receitas e seus procedimentos de projeto e planejamento. Nesse modo de fazer, os arquitetos buscam projetar edificações e paisagens extraordinárias (mesmo que numa alusão à arquitetura vernácula popular), que contrastam com um pano de fundo de espaços não legitimados pela disciplina (KAPP ET AL., 2016[2008], P.22).

Nessa perspectiva, Monique Marques (2010, P.43), indica que uma questão central dessa maneira de projetar nas favelas diz respeito à valorização da solução formal, em detrimento dos modos de produção dos territórios populares, estabelecendo uma relação mais estética do que ética com os processos construtivos:

E por que abortam o interesse pelos processos de construção desses lugares, deixam escapar além de outras singularidades e exemplos essas práticas: que a verticalização é muitas vezes a saída para a expansão dessas arquiteturas e podemos ver nos finais de semana os moradores quebrando (golpe por golpe) coberturas de lajes de concreto das **suas casas projetadas e construídas por desenhos desencarnados de arquitetos urbanistas** na busca por ascenderem suas habitações, verticalizando e construindo ali novos territórios

¹⁷⁰ Palestras proferidas por Demetre Anastassakis na II Conferência Nacional de Arquitetura e Urbanismo (2017) e no Seminário Nacional de Política Urbana (2018).

de uso; terraços, novas casas, locais de lazer, a despeito ou mesmo no embate com os projetos arquitetônicos e urbanísticos (MARQUES, 2010, p.43, GRIFO NOSSO).

Isso posto, e por fim, acreditamos ser necessário pontuar que as críticas aqui expostas não tem intenção de desqualificar a atuação da Co.Opera.Ativa, tampouco ignorar as contribuições de Demetre Anastassakis para o campo da habitação popular. O que parece se revelar é que certos dogmas profundamente enraizados na profissão da arquitetura e urbanismo, vinculados ao domínio do saber hegemônico sobre o projeto como exclusividade do arquiteto permanecem, mesmo em atuações que se pretendam socialmente engajadas.



FIG. 170: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)



FIG. 171: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)



FIG. 172: TRANSFORMAÇÕES REALIZADAS EM CASAS DO CONJUNTO NOVA MARÉ: CAIXA D'ÁGUA QUE VIRA PISCINA E GARAGEM QUE VIRA RESTAURANTE. FONTE: BRUNA MONTUORI (2017)



FIG. 173: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 174: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)

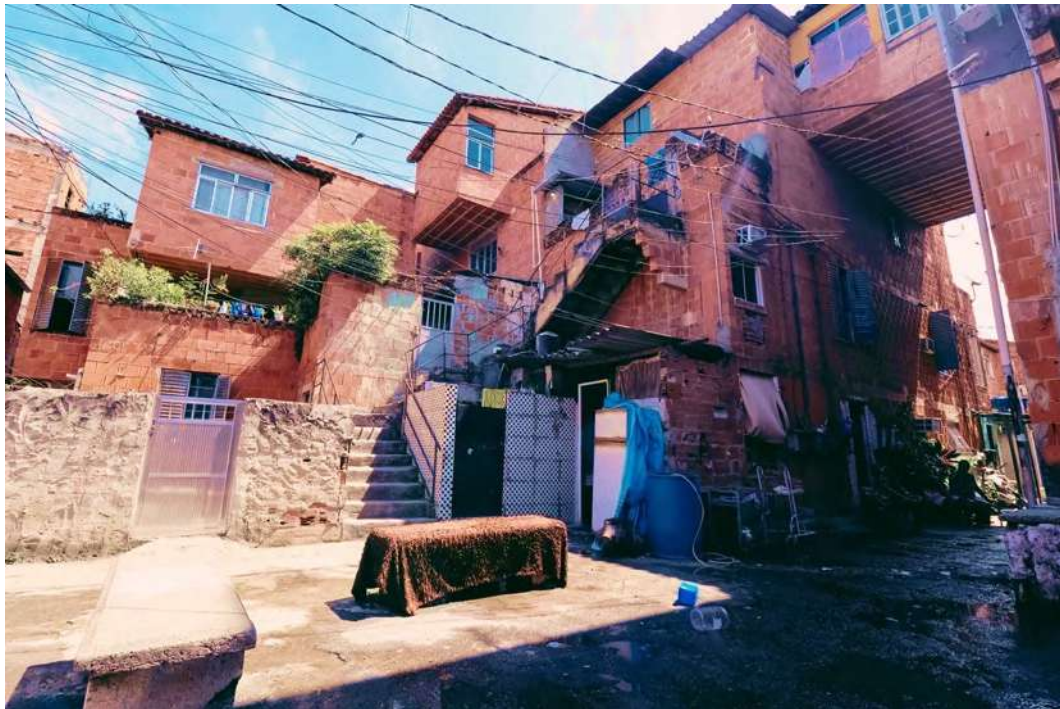


FIG. 175: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)



FIG. 176: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)

7.5. ATRAVESSAMENTOS DAS MARÉS

A partir da trajetória da(s) Maré(s) reconstituída ao longo deste capítulo – desde seu processo de formação inicial até a implantação dos conjuntos mais recentes e suas atualizações e subversões táticas realizadas pelos moradores – promoveremos a seguir algumas sínteses e reflexões que julgamos serem importantes para a delimitação dos dispositivos táticos da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, a serem trabalhados no capítulo subsequente.

Primeiramente, fica claro que não estamos diante de uma Maré única, mas sim de um **emaranhado complexo de áreas heterogêneas com formações históricas, sociais e culturais próprias**. Essa heterogeneidade pode ser confirmada na fala de diversos moradores, que buscam afirmar sua identidade atrelada à comunidade em que vivem. São frequentes as afirmações como: o Morro do Timbau são os *Estados Unidos das favelas*; o Conjunto Esperança é a *“zona sul” da Maré*; o Conjunto Bento Ribeiro Dantas é o *melhor lugar pra se morar*; ou *“eu sou cria de Nova Holanda”*. Tais narrativas demonstram sentidos de pertencimento distintos, o que faz com que muitos moradores inclusive não se reconheçam como “mareenses”. Além disso, notamos a existência de subdivisões internas às próprias comunidades, com características (e estigmas) diferenciados. O relato de uma moradora do Parque União dá a dimensão dessas diferenciações internas às próprias localidades:

O que me marca é mais essa **ideia de Maré**. Eu nasci na rua São Pedro e cresci na rua Tiradentes [no Parque União], onde minha tia morava. Achavam que **quem morava depois do armazém da Dona Nevinha era de classe baixa**, e eu só podia ir lá se fosse acompanhada de alguém. Era **uma cidade dentro de uma cidade**, eu não lembro de ter visto barracos de madeiras no Parque União. O que me marca muito é essa **questão de organização territorial**, e como isso vai sendo apropriado e usado no decorrer do tempo, porque as pessoas do início do PU [Parque União] **não se misturavam muito com as que moravam no final** (SHYRLEI ROSENDO APUD REDES DA MARÉ, 2022)¹⁷¹.

Em termos de histórico de ocupação, também notamos distinções significativas. Enquanto a grande maioria da população que ocupou “espontaneamente” as primeiras comunidades da Maré¹⁷² veio da região nordeste do país (pelo censo populacional da Maré de 2019 um em cada quatro moradores da Maré nasceu no Nordeste), as ocupações subsequentes – a partir da década de 1960 e efetivadas pelos programas habitacionais de erradicação de favelas – foram compostas por moradores removidos de diferentes favelas da cidade, o que gerou rivalidades entre localidades que perduram até os tempos atuais (SOUZA, 2007).

Além disso, há que se destacar para o componente **étnico-racial** da população da Maré. Seguindo a composição típica das favelas cariocas, há o predomínio de pessoas pardas e negras, contudo encontramos diferenças na sua distribuição no território mareense. Enquanto as localidades com maior percentual de pessoas autodeclaradas **brancas** coincidem com as áreas de **ocupação inicial** (Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Parque União), as localidades fruto de **processos de remoção** de favelas (Nova Holanda, Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas) concentram o maior percentual de população autodeclarada **negra ou parda** (REDES DA MARÉ, 2019). Como podemos inferir, a questão racial e de origem das populações promove e reforça estigmas e diferenciações entre localidades.

Somam-se a esses componentes, os domínios de dois grupos de tráfico de drogas, que impõe **barreiras físicas visíveis** (barricadas, muros e postos de vigília armada) e **fronteiras simbólicas invisíveis** (percepção de medo, insegurança e rivalidade) entre comunidades vizinhas. Por essa razão, os serviços públicos existentes no território não podem ser usufruídos por todos, tendo em vista que o domínio de uma facção

¹⁷¹ Disponível em <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/234/andre-galdino-andreza-dionisio-e-shyrlei-rosendo> Acesso em 01 abr. 2024.

¹⁷² São elas: Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque Maré, Parque União e Parque Rubens Vaz.

inibe a circulação e acesso ao território “inimigo”. Nesse aspecto, os grupos criminosos cerceiam a liberdade e direitos dos moradores:

Em outras palavras, implantar uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no “**bairro Maré**” **não garante o livre acesso de todos os moradores** a esse equipamento de saúde. Ou seja, os efeitos das políticas públicas são **limitados pela violência armada**. Além de bloqueios à circulação, tiroteios interrompem aulas, atendimentos e a permanência de profissionais em seus postos (RIBEIRO, SOARES ET AL., 2022, P.2, GRIFO NOSSO).

A influência dos grupos armados modifica, portanto, a rotina e o cotidiano dos moradores, além de impactar na dinâmica imobiliária e de produção do espaço. Seguindo as estratégias milicianas, a construção de imóveis pelo tráfico indica uma ampliação de sua atuação, que já não se limita à venda de drogas e se amplia para outras formas de controle sobre o território e também sobre as mercadorias que circulam na favela (já existe em algumas localidades da Maré o controle sobre a venda de água, gás, serviço de TV à cabo e internet).

Cada favela ou conjunto habitacional possui a sua Associação de Moradores e suas lideranças próprias, sendo que, embora haja demandas em comum, muitas das bandeiras de luta de cada comunidade são específicas e particulares. Em que pese as peculiaridades locais, constatamos um esforço de entidades como o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e a Redes da Maré de tentar unificar as lutas e demandas coletivas, apontando para a construção de um chão comum. Assim, inúmeros programas e projetos desenvolvidos por essas e outras instituições buscam a cooperação e a mobilização de alianças e recursos para alcançar resultados e ações mais abrangentes no território como um todo. Como exemplo de projetos relacionados aos direitos urbanos e socioambientais podemos citar:

- **Maré que Queremos** reúne uma série de ações em prol da garantia dos direitos urbanos dos moradores, a partir de uma metodologia que envolve a incidência política a partir da identificação da inexistência ou precariedade dos serviços públicos, o levantamento dos problemas junto aos moradores, atores e organizações locais e a construção coletiva e integrada de possíveis soluções;
- **Censo Maré**, instrumento simbólico e prático de produção de conhecimento sobre as comunidades da Maré e seus moradores por meio de pesquisas regulares no território, mostrando quais são as vulnerabilidades e os aspectos que precisam ser mais desenvolvidos;
- **Respira Maré e Ecoclima**, que realizam uma série de diagnósticos sobre a qualidade do ar, identificando as ilhas de calor e observando os impactos na saúde dos moradores da Maré;
- **Maré Verde**, que visa contribuir na luta pela justiça ambiental e construir uma agenda que pautas as questões ambientais na Maré como um direito básico da população;
- **Azulejaria** que conjuga processos coletivos de arte e educação com os moradores locais, realizando um conjunto de atividades que dão origem a intervenções urbanas no espaço público da favela;
- **Construindo Pontes**, que busca investigar o impacto de conflitos armados e violência urbana sobre a saúde mental e o bem-estar dos moradores.

Do ponto de vista das unidades territoriais, algumas áreas são claramente identificáveis e delimitadas, como é o caso do Morro do Timbau (tanto por sua situação geográfica no alto do morro quanto por sua tipologia de casas), dos conjuntos habitacionais multifamiliares (Esperança e Pinheiro) e também dos conjuntos que denominamos “de arquiteto” (Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré). Em outras áreas, no entanto, os limites espaciais não são tão definidos, sendo difícil assimilar onde exatamente começa uma favela e termina a outra (ao menos para quem chega de fora, como foi o meu caso), sobretudo pelo processo de “favelização” das casas ter resultado numa certa tipologia comum (casas de alvenaria e laje, coladas umas às outras e verticalizadas).

Se é verdade que todo espaço habitado é um produto socialmente construído, no caso das favelas cariocas esse fato assume uma dimensão radical: são espaços construídos, em grande parte, pelos mesmos homens e mulheres que lá habitam, com suas próprias mãos, lentamente, durante mais de 30 ou 40 anos de trabalho. Por esse fato, são lugares permeados de memórias – desde as palafitas com seus barracos de

madeira, da água que tinha que ser buscada em rola-rolas, dos objetos e gambiarras fabricados pelos próprios moradores (a cama feita de tábuas, a lata que virava fogão...). Esse componente da memória na história das favelas cariocas é sensivelmente ilustrado por Marcos Alvito na passagem abaixo:

É uma memória plena de acontecimentos: o crescimento acelerado da favela, a chegada dos novos vizinhos, as modificações cotidianas da paisagem, do cenário em que se movem; a transformação dos antigos “barracos feitos com tábua de caixote” na sólida casa de alvenaria onde hoje recebem o antropólogo; os aterros sucessivos, que tornaram habitável uma região tão pantanosa que abrigada jacarés; o desaparecimento do antigo campinho de futebol, que deu lugar a mais casas; a laje do vizinho, que eles ajudaram a levantar (ALVITO, 2006, p.197)¹⁷³.

Por essas características singulares, de realizar um pedaço da cidade com as próprias mãos, Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa et al. (2013, p.37) defendem que “não é exagero afirmar que a favela é a **expressão material mais consistente de formas inovadoras, coletivas e solidárias das lutas populares pelo direito à cidade**”.

Uma das **maiores potências das favelas cariocas é a imensa capacidade de inovação e criatividade de seus moradores e de instituições locais**. A necessidade de garantir o suprimento de serviços urbanos centrais, tais como energia, água, coleta de lixo, calçamento, correios, canais fechados de TV, gerou soluções de variadas ordens e com diversas possibilidades de leitura e graus de concordância. A importância de regulação das vendas imobiliárias, a demanda por instâncias de representação diante do Estado, em especial, e de oferta de serviços públicos mais abrangentes geraram, por sua vez, a criação de associações de moradores, organizações da sociedade civil com bandeiras temáticas e de muitos grupos mobilizados pela arte e pela cultura. Logo, a principal característica das favelas é, justamente, essa **capacidade dos seus moradores de inventarem soluções alternativas para problemas de várias ordens do cotidiano** (SOUZA E SILVA E BARBOSA, 2013, p.37, GRIFO NOSSO).

Há que se atentar, contudo, que, se por um enfoque, tais conquistas refletem a potência da mobilização comunitária em prol do aprimoramento do ambiente construído e o desenvolvimento de soluções criativas para contornar problemas de ordens diversas, por outro prisma, **elas repercutem numa acomodação pragmática** que substitui a luta por direitos mais amplos por um certo contentamento com as migalhas distribuídas aqui e acolá pelo Estado. Em relação às melhorias urbanas e de infraestrutura coletivas alcançadas nos processos iniciais de consolidação da Maré, pra citar um exemplo, constatamos haver uma dinâmica complexa na relação entre as associações de moradores, os habitantes e o poder público. Essa relação muitas vezes reforçava o princípio da cordialidade e da dinâmica clientelista, tão característica de nossa cultura política:

As lideranças locais [...] mesmo cientes do alcance limitado dessa dinâmica para a coletividade, entendiam ser possível “**aproveitar as brechas existentes**, através de relações pessoais de lealdade, ou através de contatos informais com um determinado político, **para obter uma pequena melhoria para o grupo, ou mesmo uma ajuda individual**” (DINIZ, 1982, p.157 APUD BURGOS, 2006[1998], p.39, GRIFO NOSSO).

Pelo exposto em relação à trajetória da Maré, fica claro que a sua consolidação não se deu pela ausência do Estado e da lei, mas sobretudo por **processos mediados pelo Estado**. Assim, ao contrário do que prega o senso comum, uma marca recorrente na formação da Maré diz respeito **ao fato do poder público sempre se fazer presente** – seja pela ineficiência (como se observou no processo de formação inicial do território) seja pela ação autoritária e impositiva do Estado (como se observou em ações do Projeto Rio). Portanto, é importante avaliar criticamente que tipo de presença o Estado desenvolveu (e desenvolve) ao longo do tempo nesse e em outros territórios populares. Como magistralmente exposto por Vera Lúcia Telles (2010,

¹⁷³ Essa passagem de Marcos Alvito diz respeito à favela de Acari, mas, dadas as similitudes com o processo de formação da Maré, optamos por referenciá-la aqui.

p.29, GRIFO NOSSO), são espaços nos quais os critérios de ordem e seu inverso são negociados e territórios em que “a presença do Estado circunscreve um campo de práticas e contracondutas, no qual os sujeitos fazem (e elaboram) a experiência da lei, da autoridade, da ordem e seu inverso, em interação com outros modos de regulação, **microrregulações**, poderíamos dizer, **ancoradas nas condições práticas da vida social**”.

São justamente essas microrregulações das práticas espaciais cotidianas, com suas *condutas* e *contracondutas* o principal foco da análise empreendida. Podemos constatar, a partir das localidades da Maré estudadas – diversas entre si em termos de época de implantação, política pública adotada e tipologia de habitação resultante –, que, em maior ou menor grau, todas elas sofreram transformações e subversões realizadas pelos próprios moradores visando a adaptação das unidades e paisagem urbana às necessidades não contempladas nos planos e projetos originais, fenômeno que denominamos na tese de GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.

Para compreender esse fenômeno, encontramos algumas respostas nos dados censitários colhidos no Censo da Maré (2019). Um fator importante para compreender o alto grau de investimento mobilizado para as melhorias residenciais diz respeito ao fato de a maior parte dos domicílios serem ocupados há longo tempo pelas mesmas famílias – tanto nas ocupações originais e autoconstruídas quanto nos conjuntos habitacionais construídos posteriormente pelo poder público –, sendo que 64% dos domicílios são próprios e já estão quitados (REDES DA MARÉ, 2019). Não podemos perder de vista que a casa própria, em nossa cultura, para além da segurança material, tem também um caráter simbólico de ascensão social (ANDRADE E LEITÃO, 2007).

A casa, na maior parte das vezes, é o único patrimônio que dispõe uma família na favela, constituindo uma forma de auferir renda complementar, seja pelo aluguel, pela venda do imóvel ou pela implantação de atividade comercial em parte da edificação. Dessa forma, o mercado de locação de imóveis, impulsionado pela redução de espaços disponíveis para novas construções, vêm se intensificando na Maré, sobretudo pela subdivisão e ampliação das casas para a produção de quitinetes¹⁷⁴. Esse dado corrobora o enorme processo de verticalização ocorrido no território nos últimos vinte anos. Pesquisas acadêmicas conduzidas por Ivan Kawahara (2018; 2023) buscam se aprofundar na produção imobiliária em favelas no Rio de Janeiro e constata um avanço significativo do mercado de aluguéis nesses contextos.

No caso específico da Maré, estudos apontam o acelerado processo de adensamento domiciliar baseado na fragmentação de unidades de moradia, com conseqüente aumento da especulação imobiliária no território, sendo que os investidores locais preferem alugar e garantir uma renda mensal do que vender os imóveis. Uma pesquisa conduzida na Maré por Santana e Silva (2012) demonstra que 90% dos domicílios criados nos últimos anos por meio da subdivisão domiciliar são sublocados. Outro dado importante apontado pela pesquisa é que, embora o fenômeno ocorra em praticamente todo o território, ele se manifesta em proporções diferentes nas localidades formadas pela autoconstrução daquelas implementadas por projetos habitacionais governamentais. Nas localidades fruto do crescimento autoconstruído, as casas já são *projetadas* com a clara intenção de expansão futura, enquanto muitos dos modelos habitacionais projetados pelo Estado buscaram inviabilizar a expansão dos imóveis no intuito de frear o crescimento urbano desordenado. Por essa distinção, os únicos conjuntos que não apresentaram subdivisão domiciliar foram os conjuntos verticais multifamiliares (Pinheiro e Esperança), dada a rigidez do sistema estrutural que dificulta sobremaneira as transformações mais radicais.

Os estudos de Santana e Silva (2012, p.37) também demonstram a existência de dois grupos distintos de promotores imobiliários na Maré, sendo o primeiro grupo formado pelos “pequenos especuladores imobiliários” – moradores que partilham o seu próprio local de moradia para aquisição de renda complementar – e o segundo grupo formado pelos “grandes especuladores imobiliários” –

¹⁷⁴ Quitinete (do inglês kitchenette, pequena cozinha) é, no Brasil, um apartamento de pequenas proporções, formado geralmente por apenas um quarto, um banheiro e uma sala/ cozinha, sendo um espaço bastante reduzido.

empreendedores que realizam as obras para a locação de cômodos e quitinetes e que, muitas vezes, já não residem na Maré.



FIG. 177: EDIFÍCIO VERTICAL NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023)



FIG. 178: EDIFÍCIO VERTICAL NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023)



FIG. 179: EDIFÍCIO VERTICAL NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023)



FIG. 180: EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS SOBRE ATERROS NA MARGEM DE UM VALÃO. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO

De acordo com o Censo de Empreendimentos da Maré (REDES DA MARÉ, 2014), existem no território aproximadamente 3.200 estabelecimentos comerciais, sendo que **76% deles são informais** e, em sua maioria, compostos por micro empreendimentos para atender à demanda cotidiana do público local, com predomínio de salões de beleza, bares, lanchonetes e lojinhas de bugigangas diversas (FIG. 181-183). Um fato que merece destaque é que **88% dos negócios funcionam em estabelecimento específico para a atividade**, demonstrando que o **compartilhamento de casa e espaço de geração de renda já não é tão preponderante** como costumava ser no passado. A análise do Censo atribui a diminuição desse uso simultâneo e improvisado *casa-comércio* ao processo de verticalização das habitações, tornando comum a

utilização do térreo para lojas e serviços e os pavimentos superiores para moradia, sendo que as ruas principais da Maré têm praticamente todos os imóveis do térreo cumprindo funções comerciais.

Há que se atentar, contudo, para a subnotificação do número de unidades que combinam moradia e atividade econômica, tendo em vista que só foram contabilizados no censo as atividades que fossem visíveis da rua e que possuíssem alguma publicidade na fachada que pudesse identificar a atividade ali realizada. Dessa forma, serviços de manicure, de venda de doces e sacolés ou conserto de roupas que não dispusessem de publicidade externa não foram incluídos no dado.



FIG. 181: MICRO EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS NA MARÉ. FONTE: JEAN BARRETO/ IMAGENS DO POVO



FIG. 182: PEQUENO RESTAURANTE DE QUINTINHAS. FONTE: MONARA BARRETO / IMAGENS DO POVO



FIG. 183: PORTA DE UMA CASA COM ANÚNCIO DOS SERVIÇOS DE MANICURE. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Em relação aos conjuntos habitacionais implementados pelo poder público na Maré – seja na esfera *federal*, como no caso da Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança; seja *estadual*, como no caso de Nova Holanda ou *municipal*, como no caso do Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré –, fica patente que a simples intenção disciplinatória imposta pela “nova forma de morar” **não foi suficiente para mudar o *habitus*¹⁷⁵ dos moradores** provenientes de diferentes favelas, qual seja: seus modos de socialização, seus hábitos cotidianos e modos de viver suas práticas espaciais. A esse respeito, Marcelo Burgos, ao analisar o legado dos conjuntos habitacionais implementados pelo BNH atesta que:

Fica evidente que a condição de habitante de uma casa equipada com infraestrutura oficial e cuja propriedade é formalmente reconhecida pelo poder público **não basta para conferir**

¹⁷⁵ O conceito de “habitus” é formulado por Bourdieu como o conjunto de disposições interiorizadas que induz as pessoas a agir e reagir de determinada maneira, numa espécie de filtro pelo qual cada indivíduo ou grupo de indivíduos interpreta o mundo. A noção de habitus se refere ao “processo de socialização incorporado pelo indivíduo na forma de sua linguagem, seus hábitos cotidianos e modos de agir, seu estilo de vida e seu gosto” (KAPP, 2009, p.62).

um *status diferenciado*, ao menos no que se refere à sua cultura política. Até porque, **aos poucos, esse novo espaço**, ocupado por homens e mulheres oriundos de diferentes favelas, **vai sendo simbolicamente reapropriado, dando lugar a novas identidades**, herdando das favelas não apenas a sua **sociabilidade**, mas também a **mesma distância em relação ao Estado e à institucionalidade política** (BURGOS, 2006[1998], p.38, GRIFO NOSSO).

Diante deste fato, nos parece fundamental questionar algumas das ponderações e críticas de arquitetos e dirigentes de órgãos públicos vinculados à condução de políticas e projetos urbanos em favelas, assentadas na alegação do problema da precariedade como uma questão de **desconfiguração do projeto original**. Para esses profissionais o nó central reside na **falta de fiscalização** e na **ausência de um controle urbano mais eficaz** que impeça que tais modificações sejam realizadas pelos moradores. Afinal, *cimento é tarja preta...*

Nossas observações em campo, todavia, contrariam essas expectativas. O que pudemos constatar é que as casas que se encontram mais **“preservadas” do ponto de vista de sua configuração original** são justamente aquelas que se encontram **mais abandonadas e sem uso**, como pode ser percebido nas imagens abaixo para os casos do Conjunto Nova Maré (FIG. 184), Bento Ribeiro Dantas (FIG. 185) e das casas implantadas pelo Cooperativa em Nova Holanda (FIG. 186). Nesses exemplares ainda encontramos grande parte dos componentes oriundos da implantação inicial, como revestimentos externos, caixilharia, esquadrias e proporções espaciais (ou seja, sem puxadinhos), contudo, em condições deploráveis e sem a existência de pessoas habitando as unidades residenciais.



FIG. 184: CASA ORIGINAL NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 185: CASA ORIGINAL NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 186: CASA ORIGINAL NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



Há outros casos em que a situação das casas ou conjunto de casas não se encontra tão precária, ainda sendo possível identificar diversas características originais do projeto. Mas, mesmo nesses casos, quando conversamos com os moradores, notamos que a falta de alteração das casas **não tem relação direta com o desejo ou intenção de “preservação do conjunto”, mas sim com a falta de condições financeiras e materiais dos próprios moradores** de realizarem as almejadas complementações em suas habitações. Algumas pessoas com as quais conversei durante o campo justificaram a falta de melhorias com algum constrangimento, alegando estar passando por dificuldades e, por isso, *ainda* não terem ampliado a sua habitação.

Outra questão levantada por um morador do Conjunto Bento Ribeiro Dantas diz respeito ao fato de, pelas casas não terem limites tão precisos, ser necessário acordar as modificações com o vizinho do pavimento superior, especialmente quanto à divisão dos custos da obra. Afinal, a laje construída no térreo também será utilizada pelo morador de cima para a ampliação da sua casa. A posição das escadas frontais às casas também é uma questão que demanda de alteração e acordo entre vizinhança, pois para ampliar a casa no térreo, praticamente todas as casas precisam demolir a escada original e construir outra escada lateral, “ganhando” assim a frente do terreno (Fig. 187).

Essa correlação entre descaracterização e pauperização da vida é notória em relação aos conjuntos Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas. Ambos, apesar de construídos no mesmo período e com características arquitetônicas muito semelhantes, tiveram trajetórias bem diferente. Percebemos que o Nova Maré foi menos “descaracterizado” do ponto de vista arquitetônico (Fig. 188), justamente por ser uma das localidades mais pobres da Maré, que abriga uma população mais flutuante e que não dispõe de recursos para bancar as modificações em suas moradias. Por outro lado, o conjunto Bento Ribeiro abriga uma comunidade de melhor poder aquisitivo e com maior fixação da população original, o que resulta em alterações e acréscimos mais significativos no conjunto edificado. A análise do Censo Maré corrobora essa nossa percepção:

A **dinâmica da violência na Nova Maré** pode ser uma das causas da possível **saída dos ocupantes originais**, uma vez que ali está a fronteira entre as principais facções rivais do comércio de drogas local. Este fato pode ter configurado a repulsão dos moradores que vieram de fora da Maré e, simultaneamente, **a atração de pessoas que, extremamente pobres e já adaptadas ao cotidiano da Maré, tendem a se resignar** um pouco mais frente aos riscos existentes na localidade (REDES DA MARÉ, 2019, p.33, GRIFO NOSSO).

Portanto, nossa experiência empírica revela que o fato de o Conjunto Nova Maré ter menores alterações significativas das casas pode ser mais **atribuído à pobreza e à falta de atratividade** do ponto de vista imobiliário para o investimento nas unidades do que de um suposto respeito sobre a não intervenção ou ampliação das casas para garantir a manutenção das características urbano-arquitetônicas. Essa leitura é corroborada na tese de Tales Lobosco (2011) que afirma que nas favelas:

A casa **vale mais como possibilidade do que como elemento acabado**. Neste contexto, o fato de não evoluir a casa, não expandir e/ou não melhorar o acabamento ao longo dos anos **é percebido como sinal de grande precariedade econômica**, revelando onde não existem condições para sua execução (LOBOSCO, 2011, p.153, GRIFO NOSSO).



FIG. 187: TRECHOS DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS QUE FORAM POUCO ALTERADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL.
 FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 188: TRECHOS DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS E NOVA MARÉ QUE FORAM POUCO ALTERADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL.
 FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Em relação às casas construídas pela Cooperativa Habitacional de Nova Holanda, na região conhecida como Tijolinho, também pudemos constatar uma diferença significativa entre o que prega a literatura especializada e a atribuição de valor experimentada pelos moradores. Enquanto os artigos e matérias publicadas em periódicos de arquitetura e urbanismo enfatizavam a diferença estética e a qualidade das 46 casas construídas em parceria com o núcleo Arco/USU em relação às demais casas construídas pela Cooperativa, na prática, nenhuma das pessoas com as quais conversei em Nova Holanda sabia me indicar qual era essa tal quadra “especial”. Nem o presidente da Associação de Moradores, nem os coordenadores de políticas urbanas do Observatório de Favelas, nem o Professor Ernani (que participou da Associação de Moradores na época da Chapa Rosa), nem os moradores locais detinham essa informação. Foi apenas durante o campo, num trabalho de detetive, após o estudo minucioso do projeto original, que conseguimos identificar alguns pequenos fragmentos das casas originais (FIG. 189-190). Ou seja, para os moradores atuais do Tijolinho, não há nenhuma diferenciação entre as casas construídas pela Cooperativa, sendo que praticamente todas elas passaram por transformações que já não tornam possível distingui-las.



FIG. 189: FRAGMENTO DA ESQUADRIA DO PROJETO ORIGINAL, NO TIJOLINHO EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 190: TRANSFORMAÇÃO RADICAL OPERADA NAS CASAS, NO TIJOLINHO EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)

Pelo exposto, podemos notar que as modificações empreendidas pelos moradores visam solucionar uma série de questões de **caráter funcional** (aumento de área útil, inserção de comércio, etc.) e mesmo de **caráter simbólico**, como no caso da personalização das casas e demarcação de suas singularidades. Contudo, é perceptível que muitas dessas transformações têm implicações sobre a qualidade do ambiente construído, que comprometem não apenas a moradia em si, mas todo o contexto urbano. Desse modo, não pretendemos **negligenciar os problemas relativos à segurança, à funcionalidade, à salubridade e ao conforto ambiental** implicados em muitas dessas transformações.

Em relação às **edificações**, o adensamento excessivo e a ocupação das áreas livres abertas comprometem a qualidade da habitação, diminuindo o conforto térmico, resultando em ventilação e iluminação insuficientes, além de possíveis patologias construtivas e riscos de acidentes domésticos pelo emprego inadequado de instalações, materiais construtivos e infraestruturas. E, em relação à **paisagem urbana**, temos como principais questões a privatização de espaços públicos e coletivos, com a ocupação de calçadas, praças e largos, o surgimento de becos muito estreitos entre as casas, que criam insegurança e diminuem a iluminação e ventilação das casas. As construções muitas vezes avançam sobre os logradouros e criam uma série de obstáculos para a circulação de pedestres, afetando sobretudo idosos e deficientes físicos. Além disso, do ponto de vista da infraestrutura urbana, temos a saturação das redes de esgoto sanitário, de abastecimento de água e de fornecimento de energia elétrica, provocada pelo aumento significativo do número de habitantes a serem atendidos (FIG. 191-192).



FIG. 191: CONSTRUÇÕES QUASE SE TOCANDO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 192: AVANÇO SOBRE A VIA PÚBLICA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Existe uma série de trabalhos acadêmicos que analisam a correlação entre saúde pública e condições das habitações nos territórios populares. É inegável o impacto que a precariedade de grande parte das casas nas favelas e a diminuta qualidade ambiental resultante têm sobre a saúde e qualidade de vida dessas populações. O que nos parece importante avaliar é a postura dos profissionais de arquitetura e urbanismo diante do enfrentamento dessa problemática. É frequente nesses casos que os argumentos fiquem centrados na vinculação do arquiteto como médico, numa relação hierárquica de dominação do saber técnico sobre o saber popular. Essa visão nos remete ao urbanismo sanitário do século XIX e sua corrente higienista, que atuava na cidade como se esta devesse ser um organismo em boa saúde, onde são evitadas todas as desordens, patologias e doenças. A passagem abaixo, destacada em negrito, evidencia nosso argumento:

Discorrendo sobre o papel da ATHIS, Thiago Holzmann (2020), presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul (CAU|RS), afirma que: “A casa está doente quando não garante a seus moradores as condições mínimas de segurança e Saúde. Uma casa doente deixa seus moradores doentes e pode colocar em risco toda a comunidade”. **O Sistema Único de Saúde, não tem remédio para a casa, são os profissionais de arquitetura que tem os remédios para curar a moradia** (FARIA NETO ET AL., 2020, p.14, GRIFO NOSSO).

Sobretudo com o advento da pandemia de COVID-19, pudemos observar a importância da mobilização das comunidades para o enfrentamento da propagação do vírus. Diversas iniciativas que ocorreram e ainda ocorrem na Maré, não necessariamente contam com a participação de arquitetos e impactam diretamente na saúde das habitações. Dentre essas ações, podemos destacar o “Cocôzap”, iniciativa de um morador do Conjunto Bento Ribeiro Dantas que promove o mapeamento, incidência e participação cidadã sobre saneamento básico em favelas a partir de um número do WhatsApp que funciona como um canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo na Maré.

Podemos constatar que os moradores de favelas possuem **uma maior flexibilidade sobre seus próprios processos construtivos**, e que o fazem de maneira distinta do mercado formal da arquitetura e engenharia, por processos que amalgamam as etapas de concepção, construção e uso, que vão sendo realizadas de maneira simultânea e imbricada ao longo do tempo-espaço. Embora nesses territórios o trabalho

intelectual de concepção e o trabalho manual de execução ainda não foram inteiramente apartados, não podemos afirmar que se trate de uma produção *autônoma*, pelo fato de ser fruto de trabalho extra não remunerado em horas que (deveriam ser) de folga e considerando que os processos autoconstruídos não necessariamente são uma escolha, mas, majoritariamente, uma necessidade.

Partimos do entendimento que a autonomia pressupõe que os indivíduos e as coletividades possam estabelecer seus próprios meios de ação e decisão sobre os processos de produção da paisagem urbana, não se restringindo a escolhas entre opções pré-determinadas pelo poder público (KAPP E BALTAZAR, 2012E, p.355). Assim sendo, percebemos que no caso das favelas brasileiras, e especificamente na Maré, as formas de produção do espaço ainda são fortemente mediadas pelo Estado e controladas por processos heterônomos – seja pela ausência de políticas urbanas mais abrangentes, seja pela imposição de padrões de moradia incompatíveis com as realidades locais.

Soma-se a isso o fato de que os processos contemporâneos e as técnicas empregados na autoconstrução derivam da produção hegemônica, principalmente pelo fato de que são os moradores dos territórios populares a principal fonte de mão-de-obra da indústria da construção civil no país – que, por ainda depender das habilidades manuais dos trabalhadores, deveria ser chamar “manufatura da construção” (KAPP, 2008B, p.233). Resulta disso que a produção do espaço nas favelas muitas vezes **reproduz alguns valores e formas hegemônicas de habitar**. Exemplo disso são os materiais empregados nas construções, geralmente constituídos por versões mais baratas daqueles utilizados da produção formal: construções de concreto armado e alvenaria de tijolos, sem revestimento ou com revestimentos cerâmicos, esquadrias de metal, vidro temperado, etc. (FIG. 193-194).



FIG. 193: ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO SENDO REALIZADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 194: CASA COM REVESTIMENTO CERÂMICO E GUARDA-CORPO DE ALUMÍNIO E VIDRO EM BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023)

Temos assim, que as construções vernaculares típicas dos processos iniciais de formação das favelas, as quais incorporavam práticas de suas comunidades de origem (p.ex. construções de pau a pique ou madeira, paredes de adobe) com pitadas de ingredientes urbanos (p.ex. telhado de zinco e descartes e refugos de materiais de construção civil) já praticamente não existem mais. Como diria Dráuzio Varella: “Quem pensa em ir às favelas ou à periferia das cidades brasileiras atrás daquelas casinhas tradicionais com telhado de duas águas e calhas metálicas para escoar a chuva, fica decepcionado. Até onde a vista alcança, só vai encontrar lajes na cobertura. **A laje é uma instituição nas casas pobres das cidades brasileiras**” (2002, p.70, GRIFO NOSSO) (FIG. 195).



FIG. 195: RUA ARY LEÃO, NO PARQUE UNIÃO, EM DOIS MOMENTOS DISTINTOS. FONTE: ACERVO NUMIM E GABI LINO / MARÉ DE NOTÍCIAS (2023)

Também as técnicas adotadas nas favelas provêm da construção civil tradicional, pelo mencionado fato de muitos moradores trabalharem em canteiros formais e aprenderem neles seus procedimentos. No entanto, dada a estrutura hierárquica da cadeia da construção civil, os trabalhadores costumam estar familiarizadas com *partes* da execução e suas respectivas técnicas, mas **não dominam por completo seus códigos** (desenhos técnicos), sua **base matemática** (planilhas de cálculo) e **os princípios** tecno-científicos que embasam a aplicação desta ou daquela técnica. Nesse aspecto, Kapp e Baltazar entendem que os trabalhadores adquirem uma espécie de **semi-conhecimento**:

Estruturas de concreto armado são o exemplo mais evidente nesse sentido. Os construtores do vernacular metropolitano as imitam, **as reconstroem segundo sua própria intuição, inventam novas soluções por tentativa e erro, mas suas concepções são realizadas apenas por analogia às estruturas formais**. Isso impõe alguns limites estreitos. Os autoprodutores tendem a gastar mais dinheiro do que seria necessário e ficam sempre algo inseguros sobre o que estão fazendo, divididos entre sua intuição e os fragmentos de informações técnicas apanhados aqui e ali (KAPP E BALTAZAR, 2012D, P.267, GRIFO NOSSO).

Obviamente que esse conhecimento parcial das técnicas, adquirido “pelas beiradas”, induz a superdimensionamento das estruturas de concreto, uso excessivo de vergalhões e gasto desnecessário de material. Um fato curioso registrado nas observações do grupo de pesquisa MOM/UFMG é que uma estrutura de concreto na favela precisa, além de **ser** resistente, também **parecer** resistente, pois isso aumenta a credibilidade da construção e reduz o risco da edificação ser considerada frágil e passível de remoção pelo poder público (KAPP E BALTAZAR, 2012D, P.267).

A pesquisa *Processos construtivos em territórios populares* desenvolvida pelo Laboratório de Habitação (LabHab/FAU-UFRJ) no conjunto Tijolinho, em Nova Holanda, investiga as técnicas construtivas e como são tomadas as decisões pelos autoconstrutores, além de entender como a segurança estrutural da edificação é considerada e quais são os aspectos avaliados nesse quesito. Em entrevista à professora Luciana Figueiredo, que coordena a pesquisa, ela me relatou que alguns construtores locais da Maré – quando perguntados sobre como sabiam se podiam construir mais um andar sobre uma determinada edificação – respondiam que, dependendo de **quem** tinha sido o construtor da casa original, eles sabiam se poderiam verticalizar mais ou menos a construção. Ou seja, o critério da **pessoalidade** ainda é fundamental para legitimar os saberes construtivos.

A arquiteta mareense Kelly Regis, formada pela FAU/UFRJ e residente do Morro do Timbau, também contou que seu pai era mestre de obras e muito cioso de suas responsabilidades em relação à segurança estrutural das suas obras. Em oposição, ela indica que existem muitos construtores chamados na Maré de “curiosos” e que executam suas obras sem muita consciência ou cuidado com essas questões.

E assim, entre *curiosos* e *experientes*, entre autoconstrução e projetos habitacionais governamentais, a Maré foi e vem sendo árdua e cotidianamente construída e (re)construída. Pelo exposto ao longo deste Capítulo, é notório que não há que se falar de homogeneidade e unidade entre as diversas áreas que compõe o seu conjunto – tanto em termos tipológicos quanto de diversidade de situações sociais e econômicas – sendo reveladas diversas nuances desse saber-fazer tático e popular que desvelam jogos complexos e emaranhados de lutas, alianças, disputas, conflitos, capturas entre os diversos atores em cena.

7.6. A GAMBIARRA URBANA NOS ESPAÇOS COLETIVOS DA MARÉ

A GAMBIARRA URBANA presente nas ruas, calçadas, praças, largos e parques da Maré é aqui entendida como o conjunto de táticas que os moradores se utilizam para adaptar, improvisar soluções e subverter os espaços cotidianos coletivos ao seu redor, criando novas dinâmicas e maneiras de habitar o território. Portanto, esse conjunto não diz respeito apenas aos seus aspectos físicos e formais das espacialidades criadas a partir de gambiarras, mas também às próprias formas de uso e apropriação que resultam em diferentes modos de estar/criar/viver nos espaços coletivos.

Para compreender essas gambiarras precisamos primeiramente aclarar que a noção de *espaço público* para os grupos populares não costuma seguir a clássica distinção entre esfera pública e esfera privada – tão debatida a partir de autores como Hannah Arendt, Jürgen Habermas ou Richard Sennet. Tampouco compactua com o entendimento corrente de que o espaço público seria o equivalente à “propriedade privada do Estado”. Dada essa divergência conceitual do que seria efetivamente considerado *espaço público* na realidade concreta das favelas, inferimos ser mais coerente a adoção do termo *espaço coletivo*, se referindo ao conjunto de espaços de livre acesso (independentemente da gestão) e que fomentam condições para que a vida comunitária se estabeleça (CARVALHO, 2020). De acordo com a Carta da Maré, Manifesto das Periferias:

Os territórios populares, em especial as favelas, apresentam relações de vizinhança e parentesco marcadas por vínculos de solidariedade e reciprocidade; forte valorização das áreas comuns como lugar de convivência; elevado grau de autorregulação do espaço público, afirmando experiências e exercícios de autonomia; o convívio entre grupos de nacionalidades, etnias e religiosidades distintas; formas alternativas de serviços e equipamentos urbanísticos, como resposta à insuficiência, ausência e/ou inadequação dos investimentos públicos e privados; bem como modelos participativos e coletivos, como movimentos e organizações sociais, de luta pela afirmação e invenção de direitos, ampliando as referências de demandas e de ações públicas de democratização da cidade (INSTITUTO JOÃO E MARIA ALEIXO, 2017).

Conforme abordado na sessão anterior, constatamos que nas intervenções urbanas em favelas realizadas pelo poder público, há uma intenção implícita de introduzir nesses territórios os valores urbanísticos da cidade “formal” e, nesse viés, as práticas de apropriação e transgressão de usos e funções praticadas pelos moradores são tidas como desvios e usurpações a serem combatidas e disciplinadas. Já na vivência dos seus habitantes, considerando o próprio histórico de formação das favelas, os espaços livres são frequentemente lidos como áreas vazias passíveis de serem ocupadas para necessidades particulares.

A exceção ocorre nos espaços que já foram consagrados pelo uso popular, como é o caso de algumas praças e dos campos de futebol de várzea (FIG. 196-197). Nesses casos, e diante da falta de manutenção por parte do poder público, percebemos que os moradores utilizam da ação tática para manter esses equipamentos em condições mínimas de uso, havendo relatos de moradores que se uniram para construir vestiários, remendar alambrados e, com isso, continuar praticando o esporte. Em matéria publicada no Maré de Notícias (2021c, GRIFO NOSSO) intitulada *O campo de futebol é minha casa*, notamos o sentimento de pertencimento dos moradores da Maré em relação aos campos de futebol: “Esse carinho pelos campos de várzea vem, muitas vezes, **da construção e restauração dos espaços, pois são os próprios jogadores que**

tapam buracos, plantam a grama e fazem o que for para manter o espaço”. Encontramos também depoimentos de moradores que se mobilizaram para reformar uma praça no Conjunto Pinheiros:

Ela [a moradora Dandaiana de Freitas] e o marido **botaram a mão na massa** para melhorar as condições do parquinho. Onde **não tinha mais balanço, utilizaram cordas novas e pneu para fazer um novo**. “É um ambiente muito bom para as crianças brincarem porque é espaçoso e fechado. Mas a Prefeitura não manda nem limpar. Na minha opinião, é preciso reconstruir mesmo. Dá para colocar mais brinquedos e fazer uma jardinagem. Tudo bem elaborado”, conta. Dandaiana e outros frequentadores varrem o lugar para diminuir a quantidade de folhas e de lixo (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2021c).



FIG. 196: CAMPO DE FUTEBOL TOCA, LOCALIZADO NA VILA DOS PINHEIROS, ONDE MORADORES SE REÚNEM RELIGIOSAMENTE PARA JOGAR. FONTE: HÉLIO EUCLIDES / MARÉ DE NOTÍCIAS (2021c)



FIG. 197: CAMPO DE FUTEBOL EM RUBENS VAZ, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Na vivência cotidiana das favelas a vida coletiva se dá em toda e qualquer brecha disponível, constituindo **espaços limiares** que entrecruzam, profanam e disputam constantemente as relações entre o domínio público e privado: “Durante o dia, as ruelas se tornam a continuação das casas, **espaços semiprivados**, enquanto a maioria das casas, com suas portas abertas, se transformam em **espaços semipúblicos**” (JACQUES, 2002, p.54, GRIFO NOSSO). A própria configuração espacial das favelas, especialmente pela proximidade e exiguidade das casas, colabora para o que os limites entre a casa/rua, exterior/interior, individual/coletivo sejam ambíguos e cambiantes, como fica patente neste depoimento:

Quando você mora numa favela, num barraco, é tudo muito amontoado, entendeu? Era tudo grudado, você saía de uma porta e já estava entrando na outra casa, as vezes você nem se dava conta de que já era outra casa, pra você era a mesma casa, era o mesmo barraco, e não era. Então acho que isso gera um pouco de conflito, gera um pouco, porque acaba tirando a privacidade das pessoas (SILMARA, MORADORA DA FAVELA GONZAGA EM SÃO CARLOS APUD ROSA, 2008, p.84).

São nesses espaços intermediários entre o privado (a casa) e o público (a rua) que se desenvolve uma rede de relações de vizinhança, numa sociabilidade intensa e mais ampla que aquela fundada apenas nos laços familiares. Essa rede de vizinhança frequentemente é composta por microáreas formadas por um conjunto de casas, nas quais é comum ocorrerem namoros e casamentos entre vizinhos. Quando os filhos se casam, também é habitual que optem por residir nas proximidades ou na própria casa dos pais, reforçando laços de vizinhança e parentesco simultaneamente. Contudo, Marcos Alvito (2006), ao investigar as relações sociais no conjunto de favelas do Acari (também no Rio de Janeiro) observa uma questão de gênero que também pode ser identificada na Maré:

Aqui existe, entretanto, **uma diferença entre os gêneros bastante significativa**. Principalmente no caso das mulheres casadas, a rede de reciprocidade que lhes é permitido construir é bem mais restrita e normalmente assenta-se na própria organização familiar.

[...] **O locus de tais relações femininas de reciprocidade é o espaço doméstico ou a fronteira do mesmo ("as portas")**. A exceção fica por conta de atividades externas justificadas pela dinâmica da "casa" e da família, como fazer compras no supermercado, levar as crianças à escola, ou então ir à igreja [...]. **Os homens, ao contrário, raramente visitam-se: o espaço onde se desenvolvem as relações de companheirismo e amizade é a rua** (ALVITO, 2006, p.194, GRIFO NOSSO).

Assim, é comum encontrar grupos de mulheres conversando nas soleiras das casas e crianças brincando próximas às suas mães e familiares, enquanto os homens desenvolvem suas redes de sociabilidade nos bares e biroskas locais, além das tradicionais peladas de futebol aos finais de semana. Nesses espaços intersticiais que coexistem *entre* a casa e rua são articuladas diferentes formas de socialização e construção de vínculos de solidariedade, mas também são negociados limites e travados embates, sobretudo em relação ao avanço e pressão das áreas privativas sobre os espaços coletivos. A esse respeito, Solange Carvalho observa que:

É comum moradores do entorno de largos e praças se incomodarem com determinados tipos de apropriação da área livre, assim como das áreas livres é comum se perceber a intimidade dos lares. Falta de privacidade, apropriação pela criminalidade, sujeira e barulho advindo da animação são alguns dos constantes conflitos entre moradores e usuários das áreas livres em favelas (CARVALHO, 2020, p.37).

Assim, embora exista uma distinção entre o espaço da casa como lugar da familiaridade e da pessoalidade ("*sinta-se em casa*") e o espaço da rua como lugar da impessoalidade e da individualidade ("*vá para o olho da rua!*"), essa condição nada tem de estática e absoluta:

Ao contrário, **é dinâmica e relativa porque, na gramaticidade dos espaços brasileiros, rua e casa se reproduzem mutuamente**, posto que há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, **tornando-se sua "casa"**, ou seu "ponto". Neste sentido, [...]a rua pode ter locais ocupados permanentemente por **categorias sociais que ali "vivem" como "se estivessem em casa"**, conforme salientamos em linguagem corrente (DAMATTA, 1991[1985], p.39, GRIFO NOSSO).

Essa dinâmica à qual DaMatta se refere ocorre de forma contundente na Maré, como pode ser constatado no depoimento de Renata Souza¹⁷⁶ (2017, p.93), que afirma que a rua atua como uma extensão das casas e é terreno fértil para o enraizamento do reconhecimento e pertencimento do indivíduo à comunidade:

Ao compartilhar esse espaço em comum, a dinâmica comunitária pode transformar esse espaço público em privado e o contrário também pode ocorrer. Tal relação é percebida claramente na rotina da Maré. [...] Piscinas de diferentes cores, tamanhos e profundidades são montadas em frente as casas, ou seja, no meio da rua para que famílias inteiras se refresquem do calor de 40 graus que assola o Rio de Janeiro [...]. Quando não há piscinas, os chuveiros instalados em ligações diretas com a água da rua oferecem o banho refrescante. O lazer das crianças também é garantido com os pula-pulas espalhados a esmo nas principais ruas. As calçadas são tomadas por cadeiras, banquetas e outros suportes que servem para que as pessoas possam sentar-se, bater um papo, beber algumas cervejas ou mesmo fazer suas refeições ao ar livre, seja com o churrasco ou o mocotó.

Para Eliana Sousa Silva (2015), a grande presença das pessoas nas ruas da Maré se justifica, em termos espaciais, pela baixa qualidade ambiental e pela pequena dimensão das habitações, e, em termos socioculturais, pela alta taxa de desemprego e também pela concentração das atividades de lazer e consumo no interior da própria favela. Colabora também a existência de um contingente majoritário de

¹⁷⁶ Renata da Silva Souza, nascida e criada na Maré, é Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutora em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense. Em 2018 foi eleita Deputada Estadual do Rio de Janeiro e atualmente é presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

crianças e jovens no território, os quais vivem intensamente a socialização e o lazer cotidiano nas suas ruas e espaços coletivos (REDES DA MARÉ, 2019).

Ao percorrer suas ruas para a feitura dessa pesquisa esse cotidiano efervescente pode ser percebido de diversas maneiras: pela ocupação das ruas com barraquinhas e feiras com os produtos mais diversos; pela abundância de lojinhas com os itens expostos nas calçadas; bares e restaurantes com suas mesas e lonas sobre as vias; o som de funk, forró e anunciantes; pela abundância de pedestres, bicicletas, carros e, sobretudo, motos; os chuveiros e churrasqueiras instalados nas calçadas; piscinas colocadas nas vias de circulação, varais de roupa por todos os lados, pela presença de diversos tipos de mobiliário instalados pelos moradores nas áreas livres... Por essa diversidade, Jorge Luiz Barbosa (2013) indica que a potência de diversidade de situações e invenções práticas das favelas não consegue ser percebida num olhar panorâmico, e precisa ser experimentada de perto:

Na calçada, as crianças retomam criativamente brincadeiras de seus pais e avós: **inventam o lazer nos mesmos becos estreitos e nas lajes sem parapeitos**. [...] Idosos jogam cartas em **mesas improvisadas de praças ainda em improviso** (desde sua inauguração). *Lan houses* se avizinham às barracas de camelôs e às biroscas, construindo iconografias desafiadoras. Celulares, *iPads*, televisão a cabo sintonizam as favelas com a velocidade global. Jogo de búzios, telegramas do amor, rádios de pilha fazem a roda do mundo se mover no tempo lento. São encruzilhadas par encontros, trajetos e projetos compartilhados, porque habitam um **mesmo território de pertença na complexidade da vida urbana** (BARBOSA, 2013, p.21, GRIFO NOSSO).

Assim vão sendo constituídas espacialidades e dinâmicas particulares de apropriação e uso dos espaços coletivos. Na medida em que sugerem modos de apropriação da cidade que difere da noção institucionalizada do urbanismo com suas regras e regulamentos oficiais, poderíamos entender esses espaços como *espaços públicos insurgentes*, nos termos propostos por Jeffrey Hou (2010):

Essas instâncias de **espaços urbanos autocriados, locais recuperados e apropriados, eventos temporários, bem como locais de reunião informais criados por comunidades predominantemente marginalizadas, forneceram novas expressões das esferas coletivas na cidade contemporânea**. Não mais confinados às categorias arquetípicas de parques de bairro, praças públicas e arquitetura cívica, esses espaços públicos insurgentes desafiam a noção convencional e codificada de público e a construção do espaço (HOU, 2010, p.2, TRADUÇÃO E GRIFO NOSSOS).

Tendo como referencial a noção de *paradigma da potência*, Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa *et al.* (2013) identificam que as favelas são espaços de permanente **invenção de novas formas de significar a vida cotidiana**, marcadas tanto pela incorporação de novas práticas espaciais e culturais quanto pela manutenção de lógicas afirmadas pelas sucessivas gerações de moradores. Nesse sentido, defendem o reconhecimento dos territórios populares e seus sujeitos pelos seus próprios valores e conjuntos de práticas, repertórios estéticos e táticas inovadoras como respostas legítimas às desigualdades urbanas. Ao nosso ver, esse reconhecimento reforça nosso argumento de que é importante atentar e para as formas de agenciamento aqui denominadas de GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA.

As imagens a seguir (FIG. 198-201) dão um pouco da dimensão tática-cotidiana da vida coletiva na Maré. Nelas podemos ver piscinas instaladas no meio da via, fechando completamente o fluxo de veículos; crianças se refrescando com tambor de água e até a encenação de uma peça de teatro que se utiliza de uma laje incompleta como palco improvisado.



FIG. 198: PISCINA INSTALADA NO MEIO DA RUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 199: CRIANÇAS SE REFRESCAM COM TAMBOR DE ÁGUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: VITÓRIA CORRÊA/ IMAGENS DO POVO



FIG. 200: TORCEDORES ASSISTINDO JOGO DA COPA DO MUNDO EM BECO DE NOVA HOLANDA. FONTE: ROSILENE MILIOTTI/IMAGENS DO POVO



FIG. 201: ENCENAÇÃO DE PEÇA DE TEATRO EM PALCO IMPROVISADO SOBRE LAJE EM PARQUE UNIÃO. FONTE: ROSILENE MILIOTTI/IMAGENS DO POVO

Considerar a lógica espacial da favela a partir das suas potências não significa, todavia, ignorar os diversos problemas advindos da falta de regulação e ordenamento do espaço coletivo, mas de compreender os desafios numa perspectiva relacional. Na Maré nenhum espaço livre é garantido: são territorialidades instáveis e sujeitas a desvios ao sabor dos ventos e das marés. Tanto as novas construções quanto os acréscimos e puxadinhos nas edificações existentes ocorrem em praticamente qualquer espaço possível (e às vezes em espaços aparentemente impossíveis), acarretando o estrangulamento de vias de circulação, na ocupação de calçadas, praças e margens de córregos.

Nas ruas principais, as calçadas são ocupadas por comércio para exposição de mercadorias, instalação de cavaletes e armazenamento dos estoques, e também por bares e restaurantes para instalação de mesas e armazenamento de engradados. Parece haver uma percepção bastante generalizada entre comerciantes locais sobre a legitimidade dessa ocupação privativa nos espaços coletivos. Contudo, moradores e transeuntes reclamam dessa apropriação, como é caso da Rua Teixeira Ribeiro, uma das mais movimentadas de Nova Holanda: “Morar na Teixeira é ir do céu ao inferno. Temos um excelente comércio e nossa querida feira. Porém, convivemos com esse movimento diariamente, muito barulho. Também é

necessário desobstruir as calçadas, pois infelizmente o comércio se apropria de todas e o pedestre acaba sendo obrigado a andar pelo meio da rua”, afirma a moradora Adriana Sena (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2021B)¹⁷⁷.

Na Vila do João, a associação de moradores criou um projeto de mobilidade para a Rua Catorze: os Controladores de Trânsito. “No começo, os moradores achavam que era palhaçada, hoje falam que é maravilha. Nessa rua há muitas lojas e um bom número de ambulantes, o que provoca um grande volume de carros estacionados. Era impossível transitar de carro. Agora, há quatro moradores que indicam o campo como local para estacionar e direcionam a descarga de mercadorias. Cuidamos da rua, que agora tem um fluxo correto”, explica Valtemir Messias, conhecido como Índio, presidente da Associação de Moradores da Vila do João (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2021B).

Assim como nas ruas, praticamente todas as praças são ocupadas por trailers e quiosques para a comercialização de diversos produtos alimentícios. Contudo, nem todos os moradores compartilham desse entendimento sobre a privatização do espaço que deveria ser de todos. Diversas pessoas ao longo da pesquisa de campo apontaram que a ocupação das calçadas para atividades comerciais se trata de um processo que vem se intensificando nos últimos dez anos e que obriga os moradores a caminhar pelo leito carroçável, disputando espaços com bicicletas, motos, moto táxis e carros, elevando os índices de acidentes e atropelamentos (FIG. 202-205). No intuito de impedir a ocupação das calçadas, identificamos a criação de algumas ações táticas, sendo a mais recorrente a instalação de vasos de planta na frente de suas casas para evitar uma futura ocupação. O Museu da Maré foi um dos equipamentos que adotou essa tática, tendo em vista que a larga calçada nas suas proximidades já foi toda tomada por lojinhas.



FIG. 202: USO INTENSO DA RUA EM NOVA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 203: USO INTENSO DA RUA NA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO



FIG. 204: USO INTENSO DA RUA NA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO



FIG. 205: OCUPAÇÃO NOTURNA NA RUA PRINCIPAL DA VILA DO JOÃO, MARÉ. FONTE: MARCIA FARIAS / IMAGENS DO POVO

¹⁷⁷ Disponível em <https://mareonline.com.br/eu-am-minha-rua/> Acesso em 05 abr. 2024.

Um problema que vem se intensificando na Maré diz respeito ao domínio do território pelos grupos criminosos. Segundo Ribeiro, Soares *et al.* (2022, p.4), se trata de grupos territorializados¹⁷⁸ que imputam uma série de “formas de controle social diretas e indiretas sobre pessoas, relações de poder e recursos, além da sujeição das populações residentes à violência de conflitos e tiroteios entre facções rivais ou contra a polícia”. Via de regra, a ocupação dos espaços livres “disponíveis” precisa ser autorizada pelo comando do tráfico de drogas, havendo inclusive casos de intermediação desses grupos para a “venda” de espaços públicos para a instalação de trailers e barracas (SOUZA SILVA, 2015).

Assim, e muito embora exista uma intensa vida pulsante nas ruas, a questão da violência e da segurança pública atua como um fator de inibição dessa ocupação, especialmente no período noturno e sobretudo nas áreas limítrofes entre diferentes facções criminosas (áreas conhecidas como “faixa de Gaza” ou fogo cruzado). Segundo pesquisa a respeito da segurança pública na Maré, conduzida por Ribeiro, Soares *et al.* (2022), foi estimado que num período de três meses 30,5% da população adulta da Maré deixou de praticar alguma atividade sociocultural – seja de lazer, artística, esportiva ou religiosa – especificamente por conta do contexto de violência armada.

As limitações à circulação angustiam namorados, amigos e parentes, frequentadores de igrejas e de postos de saúde, profissionais de saúde e assistência social, estudantes, funcionários de escolas e professores, usuários de serviços diversos e quem se dirige a quadras de esporte, shows musicais, bailes e outros ambientes de lazer. Os bloqueios não separam apenas territórios vizinhos, não são absolutos, nem contínuos no tempo. Há lapsos, relaxamento e possibilidade de negociação, sobretudo para quem consegue justificar a motivação para ingressar no terreno inóspito. (...) Gênero e idade, vestuário, linguagem corporal, dias da semana e horários são fatores de agravamento ou neutralização dos mecanismos de controle (RIBEIRO, SOARES ET AL., 2022, p.11).

A fronteira mais demarcada na Maré é conhecida por “faixa de Gaza” e divide comunidades sob domínio do Comando Vermelho e do Terceiro Comando. É possível perceber na vivência dos moradores as limitações impostas por essa situação. O equipamento público da Vila Olímpica da Maré, para citar um exemplo, está localizada em uma área dominada pelo Terceiro Comando, o que dificulta que o equipamento seja utilizado por jovens das favelas dominadas pelo Comando Vermelho, como fica evidente no desabafo de uma mãe:

Nós aqui da Nova Holanda, Parque Maré e Ruben Vaz, onde tem o Comando Vermelho, praticamente não frequentamos a Vila Olímpica. Eu não deixo meus filhos irem lá fazer nenhum esporte, pois eu tenho medo de confundirem e matarem eles, só porque moramos aqui. Lá onde tem a Vila Olímpica quem comanda é uma facção rival (MORADORA DE NOVA HOLANDA APUD SOUSA SILVA, 2015, p.100).

Fruto de uma política violenta em nome de uma suposta “segurança pública”, o conflito armado e a insegurança fazem parte do cotidiano dos moradores da Maré, que se veem impedidos de circular, frequentar a escola ou mesmo ir trabalhar, seja por conta de tiroteios, de operações policiais ou toques de recolher. Não obstante, como aponta Renata Souza (2017), mesmo diante desse estado de militarização da vida, é na rua que os laços comunitários são fortalecidos “porque **a rua é o espaço de disputa real e simbólica**. E nessa disputa, o Estado se impõe com seu braço armado militarmente e **transforma o cotidiano das favelas em um eterno estado de exceção**” (SOUZA, 2017, p.67, GRIFO NOSSO).

¹⁷⁸ Segundo Ribeiro et al. (2022, p.7) existem na Maré três grupos criminosos armados que disputam de forma violenta o controle do território e da vida dos moradores, sendo eles o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando Puro (TCP) e um grupo armado miliciano. O CV e o TCP são associados a facções do tráfico varejista de drogas, no entanto, segundo os autores, ambos estabelecem vínculos com organizações criminosas de outras regiões da cidade e vem copiando as estratégias milicianas.

A imagem abaixo nos fornece uma boa síntese desse cotidiano intenso e contraditório na Maré: vemos simultaneamente crianças se refrescando do calor escaldante em uma piscina-gambiarra improvisada em caixa d'água, máquina de lavar roupa, entulhos e refugos de materiais de construção expostos no meio da rua, enquanto policiais realizam mais uma de suas operações...



FIG. 206: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA IMPROVISADA NA MARÉ, ENQUANTO POLICIAIS CONTROLAM OSTENSIVAMENTE O LOCAL. FONTE: UOL (2014) APUD RENATA SOUZA (2017)

O "Direito à Favela" encarna como pressuposto fundamental uma nova práxis política e social de garantia do "Direito à vida". Para concretizar tal projeto é necessária a interseção entre teoria e prática, entre a casa e rua, alicerçada na, para e pela favela. Enfim, uma práxis coletiva para a nossa felicidade subversiva e revolucionária.

[Renata Souza, 2017, p.237]

CAPÍTULO 8 | **DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA**

A partir de nosso mergulho nas Marés, e as conseqüentes observações sobre as atualizações táticas realizadas continuamente pelos seus moradores, formulamos uma proposta de taxonomia da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, composta por 7 dispositivos táticos derivados das percepções sobre os atributos espaciais que se repetem no território usado da Maré. Eles podem ser agrupados por redes de relações que conformam entre si e que, apesar de sua singularidade, podem apontar para fenômenos e desdobramentos socioespaciais comuns a outros territórios populares.

A partir do caso específico da Maré, podemos ter uma compreensão mais abrangente dos processos inerentes à gambiarra urbana, objetivando investigar quais seriam alguns dos seus dispositivos táticos mais usuais. Esses dispositivos são derivados das percepções, andanças e observações dos atributos espaciais que se repetem no território usado da Maré e que podem ser agrupados por redes de relações que conformam entre si. Mesmo tendo consciência de que o universo das experiências táticas e gambiarras urbanas brasileiras não tenha como ser inteiramente representado a partir da experiência exclusiva da Maré, partimos do entendimento de que a Maré é representativa de várias *outras marés* país afora, e que, apesar de sua singularidade, pode apontar para fenômenos e desdobramentos socioespaciais que podem ser comuns a outros territórios populares (mesmo que com outros arranjos). Sendo assim, entre generalidades e especificidades, defendemos que os dispositivos táticos aqui propostos extrapolam o seu caráter local e situado e encontram convergências com outros contextos populares.

Isso posto, seria possível propor uma taxonomia da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA?

A taxonomia é um ramo de estudo muito utilizado nas ciências biológicas para descrever, identificar e classificar espécies vegetais e animais por suas similaridades, definindo grupos e relações entre estas. Por analogia, encontramos pesquisas e estudos que realizam taxonomias dos fenômenos urbanos, como por exemplo aquelas que classificam as cidades por padrões morfológicos, tipológicos, por densidade, etc. Nós, enquanto acadêmicos e detentores de um saber racional-científico, temos a necessidade de organizar o mundo segundo lógicas e padrões próprios, buscando algum tipo de validação entre nossos pares. No entanto, como nos lembra Raquel Rennó (2014, p.134, GRIFO NOSSO), “se olharmos para além do senso comum do que se considera ciência, poderemos ver que **há muita gambiarra no processo científico**. O ato de coletar, selecionar e reordenar, de se retirar de um conjunto existente o que se considera interessante e estruturá-lo em novas combinações” seria o princípio do método científico, no qual as hipóteses são confirmadas ou refutadas a partir da experimentação aberta ao inesperado e as descobertas pelo caminho.

No campo da arquitetura e urbanismo, um dos trabalhos mais conhecidos de criação de uma espécie de taxonomia é o de Christopher Alexander (1966 e 1977), que descreve as cidades como entidades complexas e propõe uma leitura dessa complexidade a partir de uma **linguagem de padrões**¹⁷⁹. A *Linguagem de Padrões* se constitui em uma compilação de parâmetros projetuais com o intuito principal de auxiliar a interlocução entre profissionais e usuários de edificações e empreendimento urbanísticos, em processos participativos. Segundo Marco Aurélio Peixe e Sergio Fernandes Tavares (2018), ao contrário do que indica a palavra “padrão” em português, o termo *pattern* não tem uma intenção determinista e fechada, mas possui a intenção de aproximar o projetista do usuário, criando um repertório comum de diálogo entre ambos. O autor afirma que: “A filosofia fundamental por trás do uso da linguagem de padrões é que **as edificações devem ser adaptadas de maneira única às necessidades de seus usuários e lugares**; e que o

¹⁷⁹ O livro *A Pattern Language : Towns - Buildings – Construction* (1977) é o resultado das investigações conduzidas por Alexander e sua equipe no Center for Environmental Structure (CES), em Berkeley, Califórnia. A obra é formada pela compilação de 253 parâmetros projetuais, que são agrupados em temáticas específicas, basicamente definidas por suas escalas, as quais ele classifica como partes da linguagem: cidade, arquitetura e construção.

projeto das edificações deve ser um tanto **informal e fluido**, de modo a atender a estas sutilezas” (ALEXANDER ET AL., 2013[1977], p.961, GRIFO NOSSO).

Os padrões (*patterns*) e as redes por eles estabelecidas são derivados de observações dos atributos espaciais que são agrupados de acordo com características que se repetem no ambiente construído e que podem ser combinados de diferentes maneiras. A linguagem, como um instrumento coletivo, permite que as pessoas consigam se comunicar e se fazer compreender. Alexander considera que a linguagem usual do projeto de arquitetura é contraintuitiva e, ainda, que a mistificação da disciplina promove o distanciamento da sua codificação e compreensão pelos “não especialistas”. Para o autor, todos os atos de construção são regidos por linguagens de padrões de algum tipo, criados pelas pessoas que os empregam, contudo, para que padrões individuais se tornem uma “linguagem”, eles necessitam ser compartilhados:

Como uma semente, a linguagem seria o sistema genético que dá **aos milhares de pequenos atos criativos a capacidade de formar um todo**. Dentro desse processo, cada ato individual de construção é também **um processo em que o espaço se torna diferenciado**, desenvolvendo-se passo a passo, um padrão por vez. **Milhões de atos individuais de construção geram, reunidos, uma cidade viva, imprevisível, sem controle**, que seria o lento surgimento da qualidade sem nome (PEIXE E TAVARES, 2018, s/p., GRIFO NOSSO).

Alexander, no artigo “*A city is not a tree*” (“A CIDADE NÃO É UMA ÁRVORE”, 1966), postula uma severa crítica ao modelo de cidade funcionalista apregoado pela arquitetura moderna (em suas palavras são criadas *idades artificiais*, tendo em vista terem sido deliberadamente concebidas por arquitetos e urbanistas) e ressalta a importância das características naturais e espontâneas das cidades vernaculares, essenciais à vida e às necessidades de seus habitantes (as quais ele chama de *idades naturais*, como sendo as cidades não totalmente planejadas e projetadas). Embora tenhamos críticas contundentes quanto à leitura binária da cidade *natural* x cidade *projetada*, nos parece oportuno o entendimento de que as cidades não devem ser concebidas ou investigadas a partir de esquemas de simplicidade estrutural hierárquica (em estruturas do tipo “árvore”), mas devem ser percebidas enquanto estruturas dinâmicas e multifacetadas em inter-relações não lineares ou verticais (FIG. 207). A esse respeito, Paola Jacques aponta que:

A cidade projetada – a **cidade-árvore** [...] – está fortemente enraizada num sistema-raiz, imagem da ordem; a cidade não completamente projetada, a **cidade-arbusto**, funciona como um sistema radícula mais complexo; e a **favela, a cidade sem projeto, a cidade-mato**, segue o sistema-rizoma, que **Alexander teria muita dificuldade para demonstrar** em seus diagramas matemático-geográficos, que finalmente também são racionais, cartesianos, ou seja, arborescentes (JACQUES, 2002, p.111, GRIFO NOSSO).

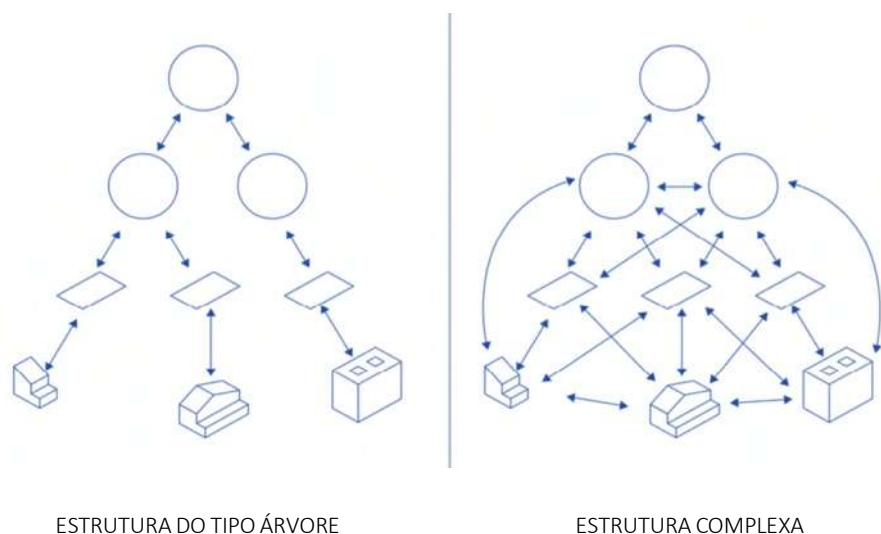


FIG. 207: DIAGRAMA EM ESTRUTURA TIPO “ÁRVORE” E EM ESTRUTURA COMPLEXA. FONTE: PEIXE E TAVARES (2018)

Em nosso entendimento, as proposições de Christopher Alexander apresentam algumas contradições e conflitos, que residem, de um lado, na valorização das características vernaculares e do crescimento espontâneo das cidades e, de outro, na presunção de uma linguagem de padrões que promove a unificação de conceitos em torno de parâmetros de projeto universais. Não obstante, nos parece especialmente interessante a ideia de que **todos os atos construtivos e práticas espaciais** (*consciente* ou *inconscientemente*) são regidos **por algum tipo de linguagem que conforma uma rede de relações entre padrões individuais e coletivos** (sejam eles árvores, arbustos ou o mato que insiste em brotar nas frestas...).

Outro trabalho que nos suscitou leituras taxonômicas foi o livro *Trilogia das Utopias Urbanas*, de Adriana Caúla (2019), o qual explora as imagens utópicas criadas por diferentes campos da arquitetura e urbanismo e das artes (p.ex. literatura, história em quadrinho, cinema) em relação à produção da cidade. A autora demonstra como estas imagens compõe uma forma de discurso que vai muito além da representação, e organiza essas utopias como um jogo de cartas aberto às possibilidades de infinitas combinações. Suas “cartas-tipia” (Fig. 208) são as condutoras de uma cartografia das utopias urbanas e atuam como dispositivos que fazem as ligações entre textos e imagens. Essa estrutura permite explorar possibilidades de relações, associações e aproximações entre as diferentes tipias criadas.



FIG. 208: CARTAS-TIPIA DAS UTOPIAS URBANAS. FONTE: ADRIANA CAULA (2019)

A partir desses aportes, seria possível propor algum tipo de **linguagem de padrões para a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA**? Ou, retomando a afirmação de Carlos Nelson, de que “a desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta” (DOS SANTOS, 1982, p.8), quais seriam **as ordens por trás da aparente desordem urbana reinante nas favelas e territórios populares?**

Supomos que essa aparente *desordem* pode ser consequência de uma *ordem que muda rápido demais*, sendo, portanto, uma ordem inconstante e mutável. Assim, nos territórios populares persiste uma *outra* ordem, uma **ordem em construção e em transformação contínua**. Isso nos remete à discussão realizada anteriormente sobre o *direito achado nas favelas* [SESSÃO 3.3], na qual demonstramos a existência de práticas e pactos territoriais construídos cotidianamente e processualmente nas favelas e que operam como princípios reguladores (portanto, *ordens*) das práticas socioespaciais. Esses princípios e regras são construídos por meio de uma ética factual e provisória, legitimada por costumes vigentes e lógicas singulares de organização social do espaço. Diante dessa **lógica complexa** percebemos que nós, os especialistas, temos uma grande dificuldade em lidar com a transitoriedade e com tudo aquilo que não é conhecido, e, para contornar essa dificuldade, buscamos ordenar a cidade como um quebra-cabeça, onde cada peça deve ser devidamente encaixada no desenho geral.

Na busca por decodificar o sistema espacial da favela e sua lógica auto-organizada temos as pesquisas conduzidas por Vânia Loureiro, Valério Medeiros e Maria Rosália Guerreiro (2019), que realizam um estudo comparativo baseado na análise da sintaxe espacial de diversas favelas no Brasil e no mundo¹⁸⁰. Os autores demonstram que a configuração da favela apresenta uma ordem implícita mais fluida:

como algo **em permanente desenvolvimento**, rompendo com a tradição de perceber na sua espontaneidade um processo **transitório indesejado**, pois tal como a cidade que a abarca, esta não é um estado fixo, mas sim um **espaço em constante adaptação**. Esse processo que se materializa ao longo do tempo permite-lhe se ajustar segundo suas próprias regras e processos emergentes (LOUREIRO ET AL., 2019, P.1-2, GRIFO NOSSO).

Para investigar a taxonomia dos dispositivos da gambiarra urbana popular na Maré, para além de buscar relações entre as **formas espaciais** derivadas, buscamos estabelecer relações entre os **processos táticos que as (trans)formam**. Para a delimitação dos dispositivos, partimos do pressuposto que tipologia arquitetônica e morfologia urbana estão intrinsecamente relacionadas, conformando a paisagem urbana cotidiana da Maré. O termo “dispositivo tático” é entendido como um conjunto de operações e processos impulsionadores de interações entre padrões individuais e coletivos e entre formas edificadas e espaços livres, que repercutem em sucessivas transformações na paisagem urbana popular. Os dispositivos são interpretados como um campo de experimentação das diferentes formas de organização tática da gambiarra urbana, sendo um meio de investigação e não um fim em si mesmo. Importante aclarar também que os dispositivos táticos aqui expostos não se limitam a sua forma urbano-arquitetônica e às suas características tipológicas, mas também correspondem a práticas socioculturais que reverberam nos modos de uso, apropriação e ocupação do território.

Metodologicamente, conforme exposto na SESSÃO 1.5, nos aproximamos dessa taxonomia a partir da experiência das várias Marés que foram se descortinando à medida em que adentramos em seu território, num exercício liminar de *dentro-fora / fora-dentro*. Mais do que investigar a Maré por representações e planificações cartesianas, buscamos percorrê-la ao rés do chão, mapeando ações e relações que não poderiam ser percebidas “do alto”, mas apenas a partir da própria experiência vivida. Nessas andanças nos interessaram, sobretudo, as operações táticas praticadas pelos moradores nos espaços coletivos e nas áreas externas às edificações, que promoveram subversões e novas formas de organização do espaço urbano, implementadas na escala real. Para tanto, o recurso da fotografia nos pareceu o mais apropriado para o registro dessa experiência no espaço, e, nesse aspecto, os ensaios que acompanham cada um dos dispositivos não cumprem apenas uma função ilustrativa, mas são peças narrativas essenciais, e que comunicam tanto ou mais que as narrativas escritas. Cada dispositivo é composto por uma ficha descritiva com suas principais características, um texto guia e um ensaio fotográfico (TABELA 6).

¹⁸⁰ A pesquisa foi amparada pela teoria da Sintaxe Espacial e investigou a configuração de 120 favelas distribuídas em 3 continentes (América Latina, África e Ásia) e teve como um dos seus objetivos buscar compreender se há um padrão espacial próprio para a tipologia favela. Os resultados indicam que a favela é um espaço urbano segregado, com um padrão de ocupação menos conectado e mais intrincado, quando observado em relação a outras estruturas urbanas e que apresenta como atributos comuns: forte centralidade, bom potencial de hierarquia e uma estrutura que permite um fluxo contínuo em suas partes, apesar da profundidade e profusão da sua geometria mais local (LOUREIRO et al., 2019).

TAXONOMIA DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA








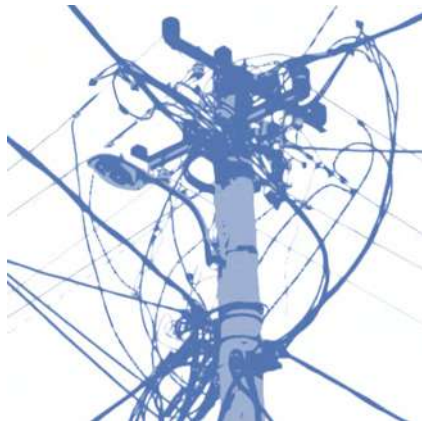
Nº.	ÍCONE	DISPOSITIVO TÁTICO	DESCRIÇÃO
01		HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS	ATO DE ACESSAR CLANDESTINAMENTE COMPONENTES DO SISTEMA DE SERVIÇOS URBANOS PÚBLICOS OU PRIVADOS
02		ALÇAR O ESPAÇO AÉREO	ATO DE ELEVAR DO SOLO E ERIGIR DISPOSITIVOS COM INTENÇÃO DE CAPTURAR O ESPAÇO AÉREO POTENCIAL
03		INFILTRAR NAS BRECHAS	ATO DE INSTALAR OBJETOS OU ATIVIDADES NAS FRESTAS, BRECHAS E INTERSTÍCIOS URBANOS
04		HABITAR A FRONTEIRA	ATO DE OCUPAR AS BARREIRAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS DE FORMA A POVOAR ESSES ESPAÇOS COM NOVOS USOS E FUNÇÕES
05		AVARANDAR A RUA	ATO DE CRIAR SOLUÇÕES PARA PROLONGAR A ÁREA COBERTA SOBRE O ESPAÇO COLETIVO
06		AJARDINAR E REFRESCAR O ÁRIDO	ATO DE CONVERTER EM JARDIM OU FONTE DE ÁGUA QUALQUER ESPAÇO UTILIZANDO SUPORTES MATERIAIS REAPROVEITADOS
07		PERSONALIZAR O MORAR	ATO DE PERSONALIZAR AS HABITAÇÕES E ESPAÇOS COLETIVOS PARA ADEQUÁ-LOS ÀS PREFERÊNCIAS E NECESSIDADES DOS MORADORES

TABELA 6: TAXONOMIA DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2024)

DISPOSITIVO 1_ HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS



DESCRIÇÃO:

ATO DE BURLAR OU ACESSAR CLANDESTINAMENTE COMPONENTES DO SISTEMA DE SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS, TAIS COMO AS REDES DE ESGOTO, ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA OU DO SISTEMA DE SERVIÇOS PRIVADOS, TAIS COMO REDES DE TELEFONIA, TELEVISÃO E INTERNET.

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ESCASSEZ / GAMBIARRA POR LIMITAÇÃO

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FORMA E MANUTENÇÃO DA FINALIDADE

MANEIRAS DE FAZER:

CAPTAÇÃO, INTERCEPTAÇÃO, RELIGAÇÃO

No Brasil, a prática de *hackear* infraestruturas é popularmente conhecida como “*fazer um gato*”. Segundo linguistas¹⁸¹, a origem dessa expressão está relacionada à característica do felino de se locomover furtiva e silenciosamente, de modo astuto, assim como os ladrões. Por esse fato, o adjetivo “gatuno” se refere àquele que furta. Por extensão, a expressão *fazer um gato* passou a se referir aos esquemas de ligação realizados para utilizar os serviços e infraestruturas de forma clandestina e sem pagamento de taxas às concessionárias. Conforme demonstrado no CAPÍTULO 2, uma das origens mais aceitas para a expressão *Gambiarra* deriva justamente do improvisado realizado nas ramificações elétricas: “Extensão ilegal para levar eletricidade a algum ponto ou remediar improvisadamente uma passagem de corrente elétrica; GATO” (AULETE, 2024).

Já o termo “hackear” costuma estar atrelado ao ato de invadir dispositivos eletrônicos, redes e sistemas de informação, buscando acessar ilegalmente um sistema computacional, seja para verificar sua segurança, para aperfeiçoá-lo ou para praticar atos ilícitos. De acordo com a *Enciclopédia de Significados*, o substantivo da língua inglesa “*hack*” equivale, em português, à gambiarra, na acepção de uma solução improvisada e criativa para resolver um problema¹⁸².

Ao relacionar a gambiarra com o *hacking*, Giuliano Obici (2014) identifica que, embora não haja uma relação de equivalência, há uma evidente associação entre as duas práticas enquanto ações inventivas dentro do próprio sistema. Nesse aspecto, o autor identifica quatro características que as aproximam:

¹⁸¹ Fontes: Gabriel de Ávila Othero, linguista da UFRGS e Ieda Maria Alves, professor do Departamento de Letras da USP. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-uma-ligacao-clandestina-de-tv-se-chama-gato> Acesso em: 19 fev. 2024.

¹⁸² Disponível em: <https://www.significados.com.br/hacker/> Acesso em: 19 fev. 2024. O termo “hackear” tem origem na década de 1960, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Naquela época, os estudantes utilizavam a palavra “hack” para descrever ações que envolviam a exploração de sistemas e a busca por soluções não convencionais. Nesse sentido, *hackear* também pode ser visto como uma forma de explorar a criatividade e a curiosidade para solucionar problemas de forma inovadora.

Primeiro, ambas as práticas flertam com **características marginais e fronteiriças entre o legal e o ilegal**. Segundo, a inventividade frente à apropriação dos dispositivos tecnológicos dada por uma tendência por **subverter a funcionalidade** enquadrada dos mesmos. Terceiro, ambas as práticas podem ser consideradas um ato de **desobediência tecnológica**. Quarto, ambas **inventam outras relações** a partir dos dispositivos (OBICI, 2014, p.25, GRIFO NOSSO).

Importa aclarar que o *hackeamento* das redes urbanas não é exclusividade dos moradores de favelas e periferias, mas é também praticado por grandes empresas e residências de luxo. Há, no entanto, que se diferenciar a prática em cada um desses grupos. Enquanto os indivíduos do circuito inferior realizam os desvios nos sistemas por questão de necessidade frente ao não atendimento do Estado de seus direitos básicos, os componentes do circuito superior o fazem por sonegação, com vistas a obter vantagens financeiras. E, mesmo no contexto dos territórios populares, o que começou como uma necessidade, atualmente assume outros contornos, como no caso do mercado ilícito de fornecimento de gás, água e canais de televisão a cabo (conhecidos como *gatonet*) controlado pelas milícias e demais grupos armados.

Temos assim que, enquanto *hackeamento* de infraestruturas, a prática da gambiarra nos territórios populares não deve ser enquadrada numa leitura moral (boa ou má), tendo em vista se situar justamente nas fronteiras instáveis e provisórias entre o legal e o ilegal e entre o dentro e o fora do Estado, evidenciando dinâmicas urbanas complexas e em disputa. Evocando a anedota narrada por Vera Telles (ver CAPÍTULO 6), fica explícito que as gambiarras são peças fundamentais para a manutenção do sistema, garantindo “o lado certo da coisa errada” (TELLES, 2007, p.183).

O dispositivo *Hackear as infraestruturas* atua como ação tática, nos termos propostos por Certeau (1998), na medida em que se organiza em esquemas operacionais que intervêm na manipulação e reapropriação dos sistemas, confrontando o funcionamento de seus dispositivos e subvertendo as regras do jogo. Dentre suas maneiras de fazer temos: a captação, a interceptação e a (re)ligação.

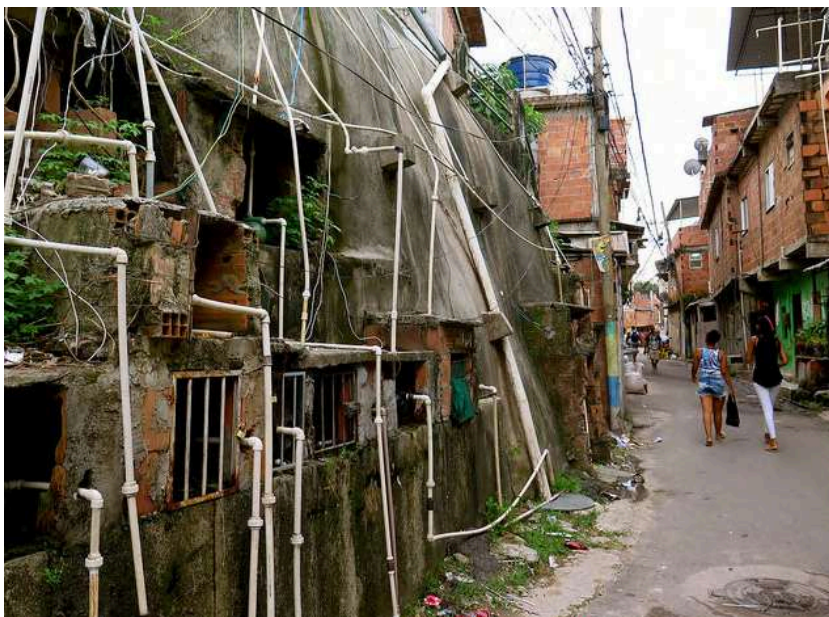


FIG. 209: PUXADINHOS DE TUBULAÇÃO DE ÁGUA EM FAVELA CARIOCA. FONTE: RIOONWATCH.ORG.BR

No processo histórico de formação da(s) Maré(s), apresentado ao longo do CAPÍTULO 7, tivemos várias demonstrações de *hackeamento* de infraestruturas, nas quais os moradores foram compelidos a autoproduzirem, além da própria moradia, os sistemas de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica, além dos pavimentação de vias e aterro das áreas alagadiças. Derivadas da omissão do Estado, essas ações, embora precárias e inconstantes, viabilizaram as condições mínimas de habitabilidade e acesso aos serviços básicos necessários à sobrevivência.

Na medida em que demandaram um esforço coletivo pela sua viabilização, essas táticas exigiram articulações e disputas entre vizinhos, de modo a garantir a sua implantação, operação e manutenção. Para Denise Morado Nascimento (2011, p.8):

ao longo do tempo, as famílias aprendem o corpo de um conhecimento substancial sobre como melhor construir e conectar-se à infraestrutura e aos serviços urbanos bem como se beneficiarem ou se esquivarem das autoridades públicas; é um processo de fazer e aprender através de experiências individuais, repassadas a outros de maneira informal. Assim, o saber-fazer a moradia é transferido pelas práticas sociais.

Atualmente na Maré, os serviços de abastecimento de água, rede de esgoto e fornecimento de energia elétrica já não são muito diferentes da média dos bairros da cidade, e são poucas as áreas que não dispõe desses serviços. Contudo, a existência das redes não garante o correto abastecimento, e são frequentes as quedas de energia elétrica ou a contaminação das águas, além da ligação clandestina entre redes de água e esgoto. Essa realidade é comum a diversas favelas cariocas, como fica patente no trecho da matéria abaixo em relação ao fornecimento de água pela concessionária CEDAE (atual Rio Águas, pós privatização):

Como resultado, quando a CEDAE entra oficialmente em uma comunidade, geralmente o faz simplesmente fornecendo água a um local central a partir do qual os moradores conectam suas próprias conexões. Nos casos em que a CEDAE não fornece nenhuma infraestrutura para uma favela, **os canos que passam pelas áreas vizinhas são acessados diretamente pelos moradores da favela que montam um sistema de gambiarra para atender às suas necessidades básicas de água, puxando a água da rede.** O resultado é água quase universal nas residências. No entanto, como é fornecida informalmente, a **manutenção é abaixo do padrão e as comunidades experimentam períodos regulares de cortes do fornecimento de água pela empresa,** às vezes por dias seguidos (RIO ON WATCH, 2020, GRIFO NOSSO)¹⁸³.



FIG. 210: DESIGUALDADE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA E SANEAMENTO NA MARÉ. FONTE: MARÉ DE NOTÍCIAS (2022 -2023)

Além dos já citados puxadinhos e gatos nas redes de energia elétrica e de água, são muito frequentes na Maré a instalação de chuveiros e torneiras de água nas ruas da Maré, que os moradores utilizam para lavar carros, motos e, principalmente, para se refrescarem do calor escaldante. A este respeito Eblin Farage (2012), em sua tese de doutorado, critica o fato de que, como não se cobra taxa de água na Maré, o recurso

¹⁸³ Matéria "Pandemia de Coronavírus Expõe Problemas de Água e Saneamento do Rio". Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=46671>. Acesso em 19 abr. 2024.

é utilizado com pouca racionalidade pelos moradores, havendo grande desperdício de água sobretudo no verão, quando os chuveiros ficam abertos por longos períodos.

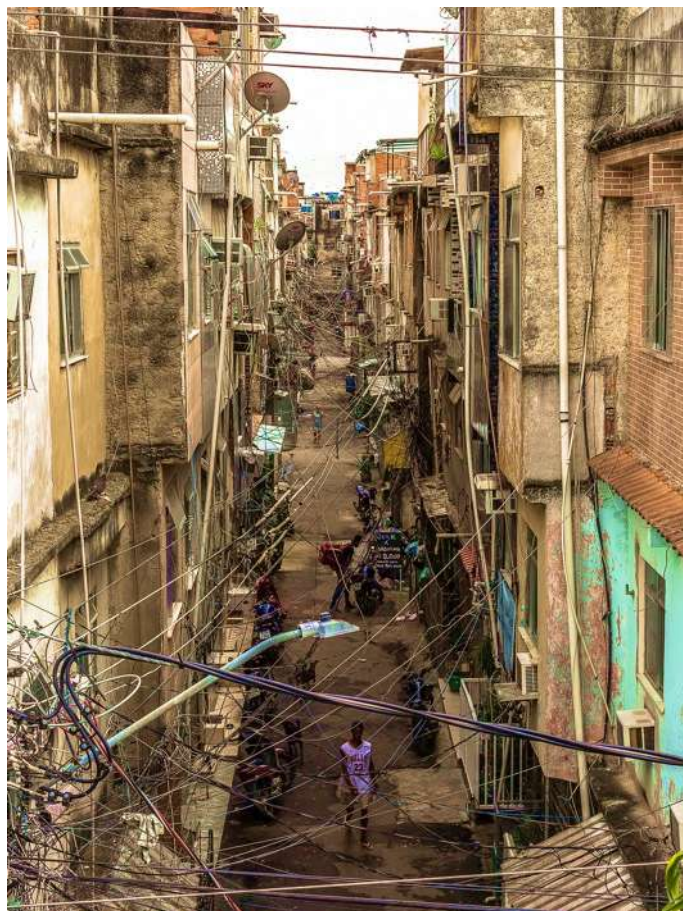


FIG. 211: GATOS NAS REDES DE ENERGIA NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2022)



FIG. 212: FACHADA DE CASA EM NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 213: GATOS E VARAIS EM PRAÇA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

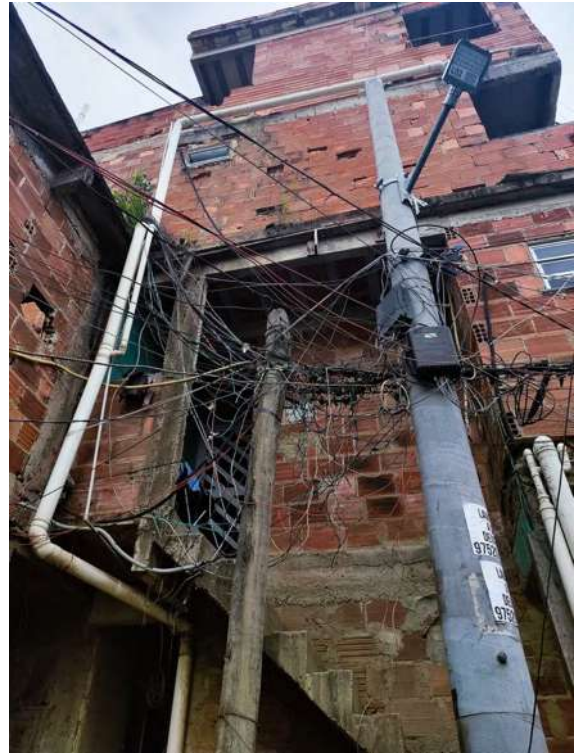


FIG. 214: GATOS EM CASAS RUBENS VAZ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 215: GATOS NAS REDES DE ENERGIA E CAIXAS D'ÁGUA NO MEIO DA RUA NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 216: GATOS NAS REDES NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 217: FIAÇÕES PASSANDO POR COBERTURA IMPROVISADA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 218: GATOS E CAIXA D'ÁGUA SOBRE A RUA, NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 219: CHUVEIRO PÚBLICO INSTALADO EM POSTE NA RUA TEIXEIRA DE FREITAS EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 220: CHUVEIRO PÚBLICO INSTALADO NO CONJUNTO ESPERANÇA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 221: GAMBIARRAS EM CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 222: MAR DE CAIXAS D'ÁGUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2020)



FIG. 223: CAIXA D'ÁGUA E GATOS DE ÁGUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 224: CHUVEIRO IMPROVISADO NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)

DISPOSITIVO 2_ ALÇAR O ESPAÇO AÉREO



DESCRIÇÃO:

ATO DE ELEVAR DO SOLO E ERIGIR DISPOSITIVOS COM INTENÇÃO DE CAPTURAR O ESPAÇO AÉREO POTENCIAL

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ESCASSEZ / GAMBIARRA POR LIMITAÇÃO

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE

ABUNDÂNCIA / GAMBIARRA POR POSSIBILIDADE

MANEIRAS DE FAZER:

ELEVAÇÃO, SUSPENSÃO, CAPTURA

O termo *alçar* está relacionado ao ato de levantar do chão para pôr no alto, elevar, erguer, suspender; erigir uma construção ou um objeto no sentido vertical. *Alçar o espaço aéreo* no contexto dos territórios populares geralmente se refere ao processo conhecido como *verticalização*, fazendo da **laje o elemento mais paradigmático das favelas cariocas**. É notório que as favelas são marcadas por altas densidades populacionais e pouquíssimas áreas livres para ocupação e expansão horizontal das edificações, o que torna a captura do espaço aéreo uma das únicas possibilidades para crescimento das moradias, comércios e para criação de espaços coletivos e de socialização.

As casas são construídas encostadas umas às outras em terrenos de pouca frente e alguns metros de fundo. Sem quintal nem tendo como expandir-se para os lados, fazem-no para o alto, em dois, três e até quatro andares, levantados um a um, à medida que a condição financeira permite ou o aumento da família se impõe (VARELLA, 2002, p.69).

Existe, assim, a prática compartilhada pelos moradores de construir a casa mirando necessidades tanto do presente quanto do futuro, tendo em vista que **“a laje é chão e é teto, porque a laje que cobre os filhos um dia vai virar o piso para os netos”**¹⁸⁴ (LEITE, 2013). A laje, para além de um teto e um piso, abarca uma infinidade de possibilidades e se constitui num dispositivo provisório, em mutação e que abriga uma pluralidade de usos, que vão desde funções técnicas e funcionais (abrigam caixas d’água, varais de roupa, tanques, servem para estocar materiais diversos); até equipamentos de lazer e sociabilidade (fazer churrascos e festas, tomar sol, se refrescar, brincar, empinar pipa, etc.), além de serem o espaço potencial da futura ampliação da casa.

Quando a família tem posses para arcar com as despesas da construção, **a nova laje permite redimensionar o espaço interno. O quarto sobre para o andar de cima e se transforma em dois ou três**; já cabem um armário e uma mesa maior na cozinha, sofá ou duas poltronas na frente da TV (VARELLA, 2002, p. 71-2, GRIFO NOSSO).

¹⁸⁴ Informação oral registrada no vídeo da exposição Design da Periferia, realizada no Pavilhão das Culturas Brasileiras, em São Paulo em 2013. Disponível em: <https://www.adeliaborges.com/exposicao/design-da-periferia/> Acesso em 28 nov. 2023.

Frente às inúmeras possibilidades empíricas e conceituais que a laje permite, Bianca Freire de Medeiros e Leo Name (2019, p.158 E 164) propõe pensá-la como como lição epistemológica e como o “elemento central de um projeto”, continuamente produzido e ancorado na experiência do porvir por iniciativas individuais e coletivas. “A laje é resultado de um trabalho que se deixa visível”: tijolos aparentes e vergalhões expostos, às vezes sinalizados e protegidos por garrafas pet, acenam que novos pavimentos ainda estão por vir” (p.158 E 164, GRIFO NOSSO). Nesse sentido, podemos aproximar a figura conceitual da laje com a gambiarra e seus processos que se deixam continuamente aparentes. Nessas práticas são evidenciadas as formas de construção e como as partes se combinam e se estruturam.

Raquel Rennó (2014, p.132, GRIFO NOSSO) ao afirmar que o foco da gambiarra está mais centrado no processo do que no produto, traz como exemplo as formas de construção nos territórios informais, que se dão por processos “de acoplamentos, de justaposições que vão ocorrendo pouco a pouco. É mais Tetris e Lego que arquitetura. São soluções que, por isso mesmo, tornam-se máquinas inúteis e extremamente críticas”. Desse entendimento, defende que a gambiarra, com seus processos aparentes, é um ato contestatório à imposição de uma única maneira de conceber e usar os objetos e espaços, atuando como “uma **constante desobediência ao planejamento** limpo que oculta seus processos constituintes”.

Esses pequenos atos de desobediência podem ser considerados gestos de transgressão e de resistência, como dispositivos que os grupos populares criam e desenvolvem para inventar cotidianamente a vida e assim poder enfrentar a realidade instaurada pelo projeto hegemônico-colonial. São formas de reivindicar aquilo que é continuamente negado a essas pessoas e suas realidades materiais, e nessa acepção, podem ser considerados um ato político:

Compreender o porquê de determinadas camadas sociais serem impelidas a improvisar para usufruir de funções de determinados bens de consumo (algumas até essenciais para viver), enquanto outras poucas camadas possuem inclusive a opção de escolher qual produto e funções melhor atendem a seus desejos e necessidades, torna-se uma forma de educação política, pois proporciona a percepção de algumas injustiças sociais, sobretudo a material (MARQUES E MAASS, 2020, p. 129).



FIG. 225: COZINHA EM CIMA DA LAJE NO MORRO DO ALEMÃO. FONTE: LEO LIMA/ SPCULTURA



FIG. 226: ESPERAS SOBRE LAJE NA ROCINHA. FONTE: FREIRE-MEDEIROS E NAME (2019)



FIG. 227: MULHERES TOMANDO SOL EM LAJE NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA (2009)



FIG. 228: MULHERES FAZENDO YOGA SOBRE LAJE. FONTE: DANIEL ARROYO / PONTE / TERRA



FIG. 229: MENINO SENTADO NA LAJE DE SUA CASA NA MARÉ. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA (2009)



FIG. 230: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA NA LAJE. FONTE: BRUNO ITAN / AGÊNCIA NACIONAL DAS FAVELAS



FIG. 231: LAJES NA PAISAGEM URBANA DA MARÉ. FONTE: ADAIR AGUIAR / IMAGENS DO POVO



FIG. 232: USOS DIVERSIFICADOS DA LAJE NA FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 233: MENINOS SOLTAM PIPA SOBRE LAJE EM FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 234: PESSOAS FAZEM CHURRASCO NA LAJE EM FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 235: VISTA DAS LAJES NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)

As imagens acima nos dão um panorama da dimensão das inúmeras possibilidades de apropriação do dispositivo *Alçar o espaço aéreo* e nos incitam a refletir sobre suas maneiras de fazer e usar esse espaço criado – seja por *elevação, suspensão e captura* – desvelando potenciais latentes e um enorme campo de possibilidades presentes nessas práticas, mas também inúmeros conflitos relacionados à gestão do espaço aéreo, explicitando a complexa articulação entre público/privado e coletivo/individual nesses territórios.

O ato de construir com vias a capturar o espaço aéreo envolve uma diversidade de situações, como: 1) para usufruto próprio e ampliação da residência para maior conforto da família; 2) cessão para familiares construírem a sua casa em função de casamento ou nascimento de filhos e netos e; 3) para venda ou aluguel para terceiros para geração de renda adicional.

A matéria do jornal Maré de Notícias (2022) intitulada *No território as casas crescem para cima dos mesmo jeito que os filhos* trata justamente dessa característica tão frequente nas favelas cariocas e brasileiras e que na Maré não foge à regra, como pode ser observado pelo depoimento de Alexandre Silva, que é pedreiro, construtor e morador da Maré:

Comecei a construir casas há oito anos. O que percebo é que a maioria das obras é familiar. O pai e a mãe constroem um segundo andar para o filho. Eu sou um deles, fiz um puxadinho para o meu filho. Isso também aconteceu na casa dos meus irmãos. Na Maré, muitas das construções são familiares, com casas de dois ou três andares, com presença de parentes (ALEXANDRE SILVA APUD MARÉ DE NOTÍCIAS, 2022).

Dado esse amplo repertório de soluções que a laje pode abrigar ao longo do ciclo de vida da habitação, é frequente que os moradores já preparem as fundações e alicerces das casas para suportar três ou mais andares, já prevendo a sua ampliação vertical futura. O depoimento abaixo demonstra que o morador já previu uma estrutura mais robusta para a ampliação futura da casa:

É, no caso eu tive que fazer uma **estrutura mais forte para poder construir**. [...] Primeiro eu botei telha, depois eu botei laje, mas já fiz a estrutura de coluna, por exemplo, [...] com as colunas amarradas. Para poder receber realmente uma segunda casinha em cima (VAGNER, MORADOR DA FAVELA CASTRO ALVES APUD KAWAHARA, 2023, p.222).

Há proprietários de terreno que constroem o andar térreo e imediatamente colocam a laje superior à venda, ou até mesmo aqueles que anunciam a venda do direito de construir sobre a laje antes mesmo de iniciar a obra do térreo. Com o dinheiro arrecadado com a venda da futura laje conseguem viabilizar a construção da casa: “Vendem o espaço sideral!” (VARELLA, 2002, p.72).

O que é importante destacar é que a previsão da verticalização indicada pela estrutura da construção-base e a presença de mecanismos padrões de definição do direito sobre a laje, podem indicar uma dinâmica de produção de habitações desse tipo muito mais regular do que se costuma imaginar, ou seja, a ampliação dos estoques imobiliários, ainda que seja fragmentária – considerando que os proprietários podem ser diferentes para cada construções-base – e limitada pelo potencial construtivo – considerando limitações técnicas e normativas –, ainda pode ser bastante considerável (KAWAHARA, 2023, p.225, GRIFO NOSSO).

Nesse aspecto, poderíamos interpretar a venda do potencial de laje como uma versão autorregulada e informal do instrumento urbanístico denominado *Solo Criado* – previsto no Estatuto da Cidade e que incorpora a criação de um potencial construtivo adicional que pode ser comprado ou transferido de um terreno para outro, ou seja, um solo artificialmente criado e que excede o coeficiente de aproveitamento estipulado. A diferença é que, nas normas urbanísticas regulamentadas, há o estabelecimento de uma limitação de potencial construtivo adicional de acordo com cada zoneamento, sendo definido por legislação o quanto é permitido verticalizar de acordo com a densidade habitacional e a sobrecarga na infraestrutura urbana. Já no caso das favelas, não costuma haver um controle urbano que restrinja e limite esse potencial, havendo situações em que as edificações chegam a mais de 6 pavimentos sem que haja a previsão do aumento das redes de infraestrutura que absorvam esse impacto e sem cálculo estrutural que ateste a sua viabilidade.

A esse respeito, Nabil Bonduki, no artigo *A verticalização das favelas fará novas vítimas* (2019), expõe o risco de obras de verticalização que são produzidas “sem responsável técnico, sem projeto arquitetônico, sem cálculo estrutural e sem registro imobiliário” e que se concretizam “sem a fiscalização da prefeitura e dos conselhos de engenharia e arquitetura (Crea e CAU)”. O fenômeno de verticalização excessiva e sem acompanhamento técnico é realmente uma questão grave que merece atenção, além do fato de acirrar os conflitos sobre a ocupação aérea nas favelas. Uma pesquisa conduzida à época do programa Favela Bairro pelo Observatório Imobiliário e de Políticas do Solo (OIPSOLO, coordenado por Pedro Abramo) a respeito do mercado imobiliário em favelas, dá a dimensão crescente do problema, como pode ser observado no relato oral de um dos pesquisadores do grupo a respeito da verticalização na Rocinha:

À medida que vai densificando, esses conflitos internos vão se acirrando e aí você tinha diversos tipos de conflito, mencionei aqui o cara que vai avançando em cima da área de passagem e a associação tem que arbitrar. Você tinha um **conflito muito forte na época em torno do espaço aéreo**. A laje é um projeto de continuidade, de futuro [...], mas em cima da laje do cara passa um monte de cano de água, o pessoal chamava na época de macarronada,

you built the house down there, you pull a water pipe up there to have pressure and your pipe was above everything, there was no pipe below. As the space becomes denser, you densify and verticalize the occupation, **the air space becomes a conflict element, who arbitrates over this conflict?** (LEO APUD KAWAHARA, 2023, p.158).

The sequence of photos to follow explores some of these conflicts identified in the management of the air space in Maré.



FIG. 236: VERTICALIZAÇÃO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 237: VERTICALIZAÇÃO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 238: VERTICALIZAÇÃO NA FAVELA RUBENS VAZ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 239: VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA DO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Há que se registrar, contudo, que **nem só de laje consiste no dispositivo de alçar o espaço aéreo.**

Um outro elemento tático paradigmático de elevação e suspensão nas favelas é a **escada astuciosa**, que não segue norma técnica e se adapta aos mais diferentes espaços e contextos. Considerando o exíguo espaço externo das casas e, ainda, que grande parte dos processos de verticalização incorporam diferentes unidades habitacionais em cada pavimento, é muito usual que as escadas sejam projetadas sobre as calçadas e vias públicas, ultrapassando o alinhamento do lote, de forma a viabilizar o acesso aos andares superiores. Nesse aspecto, as escadas que dão acesso às lajes constituem-se num dos elementos marcantes da zona ambígua e fronteira entre o mundo da casa e o mundo da rua:

Uma regra não escrita, porém bastante respeitada, prevê que não se deve subir por essas escadas e chegar à laje de alguém sem o devido convite ou autorização. Nesse sentido, estamos falando de **um espaço privado, dos limites da “casa”** nos termos de DaMatta. Por outro lado, apesar de esse acesso físico limitado ao nível da rua reforçar seu status privado, **as lajes estão, tanto física quanto visualmente, conectadas com o exterior, com o espaço público** (FREIRE-MEDEIROS E NAME, 2019, p.159, GRIFO NOSSO).

Apresentamos na sequência uma coletânea de escadas astuciosas presentes na Maré.

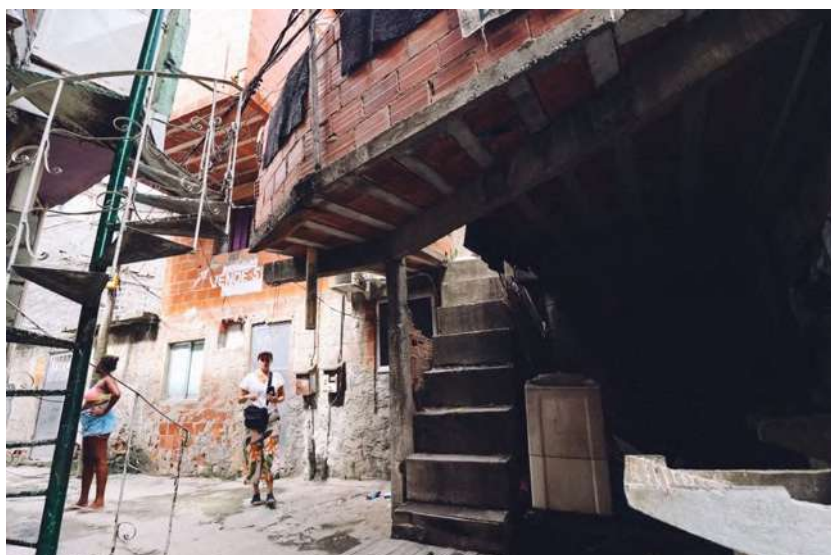


FIG. 240: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 241: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 242: ESCADA CONSTRUÍDA SOBRE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 243: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 244: ESCADA NO MEIO DO BECO PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 245: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 246: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO TERCEIRO PAVIMENTO DA CASA E TRAILER COMERCIAL NA FRENTE DA CASA, NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

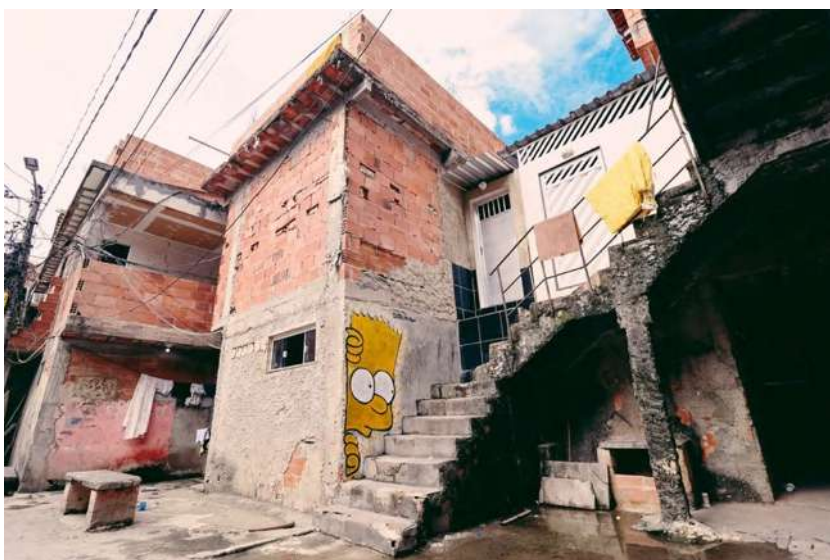


FIG. 247: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

Além das escadas astuciosas, temos também os **varais astuciosos**, dispostos por todo o território da Maré. Diante da escassez de espaços para secagem de roupas nas casas, sobretudo nas casas térreas e que não dispõem de acesso à laje de cobertura, são encontradas as mais diversas soluções para resolver essa questão. Constatamos que, por essa característica, as roupas pessoais de cada família deixam de ser de foro exclusivamente privativo e íntimo, e são expostas sem o menor pudor nos espaços coletivos e até em praças públicas, como será constatado na seleção de imagens abaixo.



FIG. 248: SOMBRINHA DE PRAIA PROTEGENDO VARAL EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 249: VARAL SUSPENSO EM BECO DO MORRO DO TIMBAU. FONTE: GABRIELA LINO (2024)



FIG. 250: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)





FIG. 251: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 252: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)

DISPOSITIVO 3_ INFILTRAR NAS BRECHAS



DESCRIÇÃO:

ATO DE INSTALAR ALGUM OBJETO OU ATIVIDADE DE FORMA GRADUAL E SUB-REPTÍCIA NAS FRESTAS, BRECHAS E INTERSTÍCIOS URBANOS.

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ESCASSEZ / GAMBIARRA POR AUSÊNCIA

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE

MANEIRAS DE FAZER:

INTRODUÇÃO, INFILTRAÇÃO, ENCAIXE

Ao direcionarmos nossa atenção para os espaços livres nas cidades, deparamo-nos com alguns “buracos” ou “sobras” inseridos na malha urbana, os quais configuram espaços residuais e expectantes. No campo da arquitetura e urbanismo o termo *interstício* costuma ser utilizado para designar o espaço não edificado resultante da disposição dos edifícios e infraestruturas urbanas, sendo considerado as partes que sobram, as quais não são atribuídos usos ou funções prévias, como por exemplo becos, taludes remanescentes, retalhos de lotes, baixios de viaduto etc. Normalmente, tais espaços são resultantes dos processos de urbanização, que geram pequenos vazios e espaços subutilizados.

No contexto dos territórios populares esses interstícios são encarados como espaços latentes com inúmeras potencialidades: cada brecha disponível ou ociosa pode ser aproveitada para abrigar atividades cotidianas das mais diversas. Diante da exiguidade das edificações, muitas das funções que na cidade “formal” ocorreriam no interior dos imóveis, nas favelas acabam sendo realizadas no espaço coletivo, e, assim, é comum encontrar varais de roupas expostos nas calçadas; engradados e cadeiras de bares ocupando partes da via pública e pequenos módulos de estabelecimentos comerciais ou de serviços aproveitando frestas da rua. A este respeito, a investigação empírica de Solange Carvalho (2020) em três favelas cariocas demonstra que todos aqueles pequenos largos, espaços entre muros e vazios residuais deixados pelas obras de urbanização conduzidas pelas intervenções públicas nas localidades estudadas sofreram pressão para a ocupação para uso privativo, seja para expansão da moradia ou para criação de espaços para geração de renda.

Diante dessa realidade, na Maré nenhum espaço livre, por menor que seja, é garantido. Ao passo que constituem espaços onde diferentes formas de sociabilidade são instituídas, também são locais onde são travadas disputas, especialmente em relação ao avanço e pressão das áreas privativas sobre os espaços coletivos. Como argumentado no CAPÍTULO 8, a lógica de produção do espaço nas favelas não obedece a fronteiras rígidas e demarcadas entre o que é público e o que é privado, fazendo com que essas instâncias se superponham e se embaralhem, numa mescla de espaços *semiprivados* ou *semipúblicos*. Nesses espaços limiares e intersticiais os moradores “encaixam” usos que atuam como dispositivos de articulação e acomodação entre dentro/fora e individual/coletivo. Embora perfeitamente *encaixados* nas brechas

disponíveis, essas instalações prosaicas costumam provocar uma sensação de *desencaixe* e estranhamento para quem não compartilha dessa realidade – como desvios inesperados nas entrelinhas da paisagem urbana.

São infiltrações e práticas ordinárias na microescala cotidiana, e, que por esse fato, podem passar despercebidas num olhar menos detido. Contudo, essas micropráticas revelam formas de apropriação do espaço que demonstram agenciamentos e disputas em suas especificidades territoriais, as quais não conseguem ser antecipadas pela prática do planejamento urbano tradicional (ROSA, 2011). Nesse sentido, os grupos populares reorganizam o espaço cotidiano ao seu redor por meio de improvisações, gambiarras, desvios e atalhos, induzindo novas articulações astuciosas nas frestas da cidade.

Interessante notar que as ações táticas que se enquadram nessa lógica podem ser encontradas tanto nas áreas de ocupação “espontânea” quanto nos conjuntos habitacionais de casas e apartamentos, no entanto, apresentam características diferentes em cada tipologia. De modo geral, nas áreas autoconstruídas, as brechas e interstícios costumam ocorrer pela própria forma resultante do agrupamento labiríntico e não ortogonal das construções. Já no caso dos conjuntos habitacionais promovidos pelo Estado, a implantação das edificações costuma ocorrer de forma planejada e ortogonal, o que gera poucas frestas e brechas. Contudo, pelo fato desses conjuntos não preverem espaços para comércio e serviços, bem como não incorporarem a concomitância da residência com espaços de geração de renda, os moradores acabam por suplantar essas demandas nos espaços coletivos, criando novos arranjos espaciais sobrepostos à malha urbana original.

Nesse aspecto, recuperamos o paradoxo exposto por Beatriz Rufino (2015), no qual ela aponta que, por um lado, os conjuntos habitacionais avançam na formalização da moradia, mas, contraditoriamente, impulsionam novas formas de ilegalidades e soluções improvisadas no espaço pelo fato de não serem previstos espaços para geração de renda e outras formas de sociabilidade. Nesse sentido, as gambiarras presentes nos espaços coletivos desses conjuntos são uma consequência das escolhas rígidas e pouco dialógicas impostas, perturbando a tão almejada ordem do projeto urbano e arquitetônico.



FIG. 253: PEQUENOS DEPÓSITOS CRIADOS NAS FRESTAS DAS RUAS NA MARÉ. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2022)

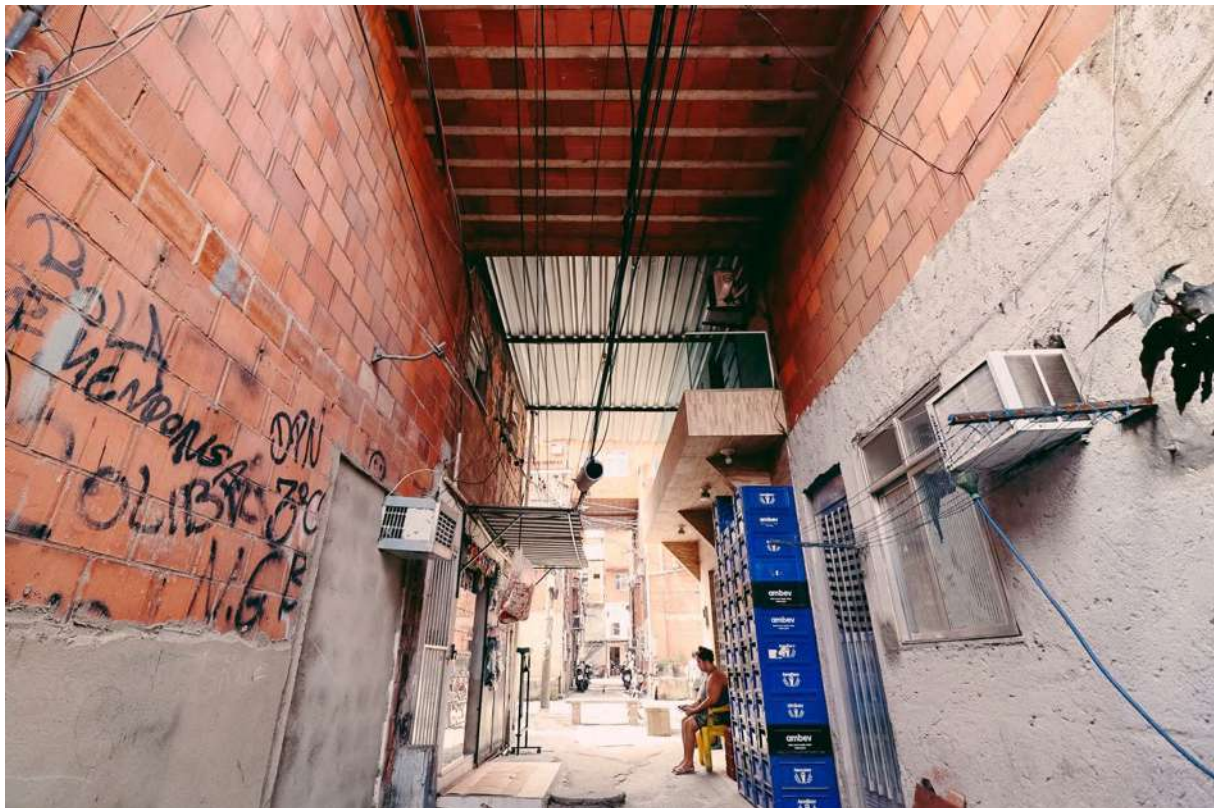


FIG. 254: PEQUENAS BRECHAS EM BECOS E RUAS DA MARÉ APROVEITADAS COMO ESTOQUE DE BEBIDAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 255: FRESTA ENTRE COMÉRCIOS PARA GUARDA DE CADEIRAS DE BAR EM PARQUE UNIÃO. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 256: PEQUENO DEPÓSITO CONSTRUÍDO SOBRE CALÇADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 257: PEQUENO AVANÇO DE CÔMODO SOBRE A CALÇADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 258: MINI JARDIM INSTALADO EM TRECHO DE CALÇADA DA ESCOLA BRIZOLÃO. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 259: BARRACA PARA VENDA DE BEBIDAS E PETISCOS EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 260: OFICINA DE BICICLETAS CONSTRUÍDA SOBRE CALÇADA EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 261: PEQUENO BAR COM CASA EM CIMA, APROVEITANDO UMA FRESTA DA CALÇADA NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 262: ESCADA CONSTRUÍDA APROVEITANDO BRECHA DO POSTE. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 263: BARBEARIA OCUPANDO CALÇADA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 264: LOJA DE DOCES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 265: BRECHÓ DE ROUPAS OCUPANDO CANTO DE UMA PRACINHA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 266: LOJINHA DE DOCES INCRUSTRADA EM TRECHO DE CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 267: CANIL PARA CACHORRO IMPROVISADO EM BECO DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 268: PEQUENA BARBEARIA EM FRESTA DA BAIXA DO SAPATEIRO, MARÉ. FONTE: GABRIELA LINO (2021)

DISPOSITIVO 4_ HABITAR AS FRONTEIRAS



DESCRIÇÃO:

ATO DE OCUPAR OS ELEMENTOS QUE SE CONSTITUEM COMO BARREIRAS FÍSICAS E SIMBÓLICAS (MUROS, GRADES, TAPUMES, ETC.) DE FORMA A POVOAR ESSES ESPAÇOS COM NOVOS USOS E FUNÇÕES APROVEITANDO OS ATRIBUTOS MATERIAIS EXISTENTES.

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ABUNDÂNCIA / GAMBIARRA POR POSSIBILIDADES

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA

MANEIRAS DE FAZER:

OCUPAÇÃO, ACOPLAMENTO, ENCAIXE

Habitar as fronteiras tem aqui o sentido de ocupar um espaço, seja ele físico ou simbólico, de forma a torná-lo habitável e adequado à propósitos distintos daqueles para os quais foram projetados e construídos. Esse dispositivo atua como uma espécie de *parasita do organismo hospedeiro*, ou seja, são organismos que vivem em associação com outros dos quais retiram os meios para a sua sobrevivência, não raro prejudicando o seu hospedeiro.

Podemos identificar que esse processo parasitário se relaciona com as operações táticas definidas por Certeau, nas quais os indivíduos se apropriam do espaço organizado pela técnica e alteram seu funcionamento para fins particulares. As fronteiras nas favelas constituem-se em territorialidades instáveis e mutantes. Ao serem utilizadas para usos distintos dos quais foram concebidas, elas transparecem os conflitos constitutivos da dinâmica urbana e nos remetem ao fato de que a tática não dispõe de um lugar próprio, mas, ao contrário, **tem por lugar o território do outro**.

Uma questão emblemática na história da Maré é que se relaciona aos limiares e fronteiras impostas entre cidade “formal” e “informal” diz respeito à implantação de barreiras físicas na extensão entre a favela e as Linhas Vermelha e Amarela¹⁸⁵. Essa intervenção, iniciada em 2003, é constituída por um tapume de estrutura metálica e fechamento em placas de policarbonato, e possui uma grande carga simbólica tendo em vista ter acentuado o isolamento e a segregação entre a *favela* e o *asfalto* (FIG. 269-270). Uma barreira que dá concretude a uma suposta cidade partida, que promove a ocultação e a camuflagem da desigualdade urbana – *o que eu não vejo não me toca*.

¹⁸⁵ A construção do muro ao longo da Linha Vermelha e da Avenida Bento Ribeiro Dantas isolando as áreas consideradas de risco partiu de dois Projetos de Lei tramitados em 2003 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Sob a suposta alegação de criar barreiras acústicas, essa proposta se deu no bojo dos megaeventos esportivos sediados na cidade. Para maiores informações sobre o processo ver: RIBEIRO (2006) e FARAGE (2012).



FIG. 269: BARREIRA ACÚSTICA SEPARANDO A LINHA VERMELHA DA MARÉ. FONTE: MARCIA FARIAS / IMAGENS DO POVO



FIG. 270: BARREIRA ACÚSTICA SEPARANDO A LINHA VERMELHA DA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO

Passados quase 20 anos da implantação dessas barreiras acústicas ao longo da linha expressa, em 2023, o Governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro apresentou uma proposta ainda mais radical: substituir o artefato existente por um muro de concreto com 30cm de espessura ao longo de aproximadamente 14km para impedir que as balas perdidas atinjam os usuários da via. Interessante notar que, em ambas as situações, o poder público demonstra preocupação com aqueles que transitam na via, não demonstrando qualquer preocupação com aquela população que convive diariamente com a violência e a insegurança *dentro* da favela – violência provocada, em grande medida, pelo próprio Estado. A moradora da Maré Gizele Martins sintetiza de forma bastante elucidativa a situação: "Muro da vergonha, muro do *apartheid* carioca. O racista do governador quer completar o que o tal prefeito fez décadas atrás. Quer construir mais muros pra esconder pobre, negro e favelado..." (BRASIL DE FATO, 2023¹⁸⁶). Cláudio Ribeiro (2006) argumenta sobre a perversidade desse tipo de intervenção física:

Uma situação como esta demonstra a complexidade das questões sócio-espaciais do meio urbano ao remeter uma forma perversa de intervenção física proposta pelo poder público em nome da "sociedade", **homogeneizando-a no discurso e separando-a na prática**, posto

¹⁸⁶ Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2023/08/11/claudio-castro-anuncia-construcao-de-muro-de-seguranca-separando-favelas-da-linha-vermelha-no-rj> . Acesso em 11/10/2023.

que somente as classes possuidoras de veículos que circulam nas vias expressas são consideradas “ameaçadas” por uma área de risco vizinha ao seu trajeto, ao mesmo tempo que a classe popular residente da Maré é criminalizada e culpabilizada pela existência da violência naquela região (RIBEIRO, 2006, p.70, GRIFO NOSSO).

'Muro de segurança' vai separar favelas da Linha Vermelha no Rio de Janeiro (RJ); moradores falam em 'apartheid carioca'

A obra foi anunciada pelo governador Claudio Castro (PL) na última quarta; estrutura terá 30 centímetros de espessura

FIG. 271: MATÉRIA SOBRE A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONCRETO NA DIVISA ENTRE A LINHA VERMELHA E AS FAVELAS. FONTE: BRASIL DE FATO, 11/08/2023.



FIG. 272: APARTHEID CARIOCA: VENDEDORES AMBULANTES SE UTILIZAM DO MURO PARA ARMAZENAR SEUS PRODUTOS NA LINHA VERMELHA, AO LONGO DA MARÉ. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)

Não obstante toda a atrocidade representada por mais essa barreira imposta aos moradores mareenses, o que observamos na prática é que esse muro passou a servir de suporte para uma série de novas apropriações pelos moradores que vivem em sua proximidade. Como pode ser observado na sequência de imagens abaixo, dentre esses usos podem ser encontrados: garagens cobertas, áreas de lazer com churrasqueira, pequenos estabelecimentos comerciais, depósitos, hortas e áreas para secagem de roupas. Grande parte desses usos se utiliza da estrutura metálica dos tapumes para fixação dos apêndices.



FIG. 273: VARAL DE ROUPA NA DIVISA COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 274: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA VARAL DE ROUPA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 275: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA VAGAS DE GARAGEM COBERTAS. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 276: LAVA JATO IMPLANTADO AO LONGO DO MURO COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 277: DEPÓSITOS IMPLANTADOS AO LONGO DO MURO COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 278: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE LAZER COBERTA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 279: PEQUENOS DEPÓSITOS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 280: GARAGENS COBERTAS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 281: PEQUENOS DEPÓSITOS IMPLANTADOS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)

Mais recentemente, para além dessas apropriações de menor escala, o que vêm se constando é um verdadeiro **adensamento construtivo** da faixa lindeira das vias expressas nos trechos onde foram instaladas as barreiras acústicas (sobretudo em Nova Holanda ao longo da Linha Vermelha e nas bordas do Conjunto Bento Ribeiro Dantas ao longo da Av. Bento Ribeiro Dantas). Muitos são os moradores que se aproveitaram dessa proteção para subir suas casas coladas nas vias expressas.



FIG. 282: CONSTRUÇÕES RECENTES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA LINHA VERMELHA. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)



FIG. 283: CONSTRUÇÕES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA AV. BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)



FIG. 284: CONSTRUÇÕES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA AV. BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)

Para além da reapropriação das barreiras acústicas, encontramos também ocupações nas calçadas das antigas fábricas e de equipamentos públicos, tais como escolas e campos de futebol, nos quais os moradores se aproveitam dos altos muros das fábricas e escolas ou dos alambrados dos campos, como divisa para construção de casas e estabelecimentos comerciais. Em alguns casos, até mesmo os postes de iluminação são aproveitados como “pilares” das casas. Na sequência apresentamos alguns exemplos dessas situações.



FIG. 285: CASAS CONSTRUÍDAS APROVEITANDO O MURO DA ANTIGA FÁBRICA E OCUPANDO A CALÇADA ORIGINAL. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 286: CASAS QUE SE APROVEITAM DO POSTE DE ILUMINAÇÃO COMO PILAR. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 287: CASAS QUE SE APROVEITAM DO MURO DA ESCOLA E DO ALAMBRADO DO CAMPO DE FUTEBOL. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

DISPOSITIVO 5_ AVARANDAR A RUA



DESCRIÇÃO:

ATO DE CRIAR SOLUÇÕES PARA PROLONGAR A ÁREA COBERTA SOBRE O ESPAÇO COLETIVO E EXPANDIR AS ATIVIDADES

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ESCASSEZ / GAMBIARRA POR AUSÊNCIA (FALTA DE ESPAÇO ÚTIL)

ABUNDÂNCIA / GAMBIARRA POR DISPONIBILIDADE (REAPROVEITAMENTO DE MATERIAIS DIVERSOS)

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE

MANEIRAS DE FAZER:

PROLONGAMENTO, PUXADINHO, EXPANSÃO

A varanda e a marquise, enquanto tipologias arquitetônicas, estabelecem espaços abertos e cobertos, que atuam como um prolongamento da edificação e criam zonas de transição entre o espaço exterior e interior. Por essa característica transitória entre o dentro e o fora, embora sejam elementos delimitadores de espaços, não costumam impor formas de ocupação rígidas ou específicas. No contexto climático tropical têm frequentemente a intenção de proteger e abrigar as pessoas tanto da chuva quanto do sol.

No caso das favelas, o uso da varanda acoplada à casa costuma a ser um elemento pouco utilizado, tendo em vista a exiguidade dos lotes e o fato de serem menos versáteis se comparados aos terraços sobre laje, como já fartamente ilustrado no *Dispositivo 2_Alçar o espaço aéreo*. Contudo, observamos um fenômeno de criação de espaços avarandados sobre as ruas e espaços públicos. Esses espaços vão além da função tradicional da marquise de proteção das intempéries, e criam áreas cobertas que expandem os domínios das atividades que ocorrem nas edificações em direção à rua, ou possibilitam a instalação de atividades e eventos sob essas coberturas.

As coberturas criadas pela tática *Avarandar a rua* atendem à diversas finalidades, sendo constituídos por materiais ora mais permanentes – como telhas de zinco, alumínio ou amianto – e ora mais efêmeros – como toldos plásticos e lonas coloridas. Dentre os usos mais frequentes encontrados podemos citar: prolongamento das áreas de culto de igrejas e ampliação da área de mesas para bares e restaurantes, extensão de estabelecimentos comerciais ou simplesmente para possibilitar áreas de sombreamento e convívio. Os usos temporários geralmente estão associados à montagem de feiras livres e bailes funk. Também são comuns a extensão de coberturas nas praças, especialmente próximas aos quiosques de comida e bebida. Também encontramos puxadinhos avarandados que possibilitam a instalação de serviços provisórios e que não estão vinculados à edificação, como é o caso de alguns lava jatos e barbearias nas ruas e becos da Maré.

As imagens abaixo ilustram algumas dessas possibilidades.



FIG. 288: COBERTURAS METÁLICAS SOBRE AS RUAS DE NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 289: TOLDOS SOBRE AS RUAS DO PARQUE MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 290: COBERTURAS DE ÁREAS DE QUIOSQUE EM PRAÇAS DA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 291: COBERTURA EM LONA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 292: TRAILER EM PRAÇA DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 293: GARAGEM IMPROVISADA E VARAL DE ROUPA NO ESPAÇO COLETIVO DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 294: BARBEARIA INSTALADA EM BECO DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 295: LAVA JATO COM COBERTURA QUE AVANÇA SOBRE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 296: BANQUINHAS IMPROVISADAS COM TOLDO DE COBERTURA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018)



FIG. 297: COBERTURA DE RESTAURANTE AVANÇANDO SOBRE A RUA. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2023)



FIG. 298: COBERTURA DE LONA EM BAILE FUNK NO PARQUE UNIÃO, MARÉ. FONTE: G1/TV GLOBO (2020)



FIG. 299: FEIRA NA RUA TEIXEIRA RIBEIRO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018)

FIG. 300: LOJINHA NA CALÇADA DE CONJUNTO ESPERANÇA, MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 301: TOLDOS IMPROVISADOS NA RUA TEIXEIRA RIBEIRO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018)

DISPOSITIVO 6_ AJARDINAR E REFRESCAR O ÁRIDO



DESCRIÇÃO:

ATO DE CONVERTER EM JARDIM OU FONTE DE ÁGUA QUALQUER MÍNIMO ESPAÇO DISPONÍVEL UTILIZANDO SUPORTES REAPROVEITADOS, CONFERINDO-LHES UMA NOVA APLICAÇÃO

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ESCASSEZ / GAMBIARRA POR LIMITAÇÃO (ÁREAS VERDES)

ABUNDÂNCIA / GAMBIARRA POR DISPONIBILIDADE (SUPORTES)

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA

MANEIRAS DE FAZER:

REAPROVEITAMENTO, CONVERSÃO, PLANTIO

“Jardinagem de guerrilha” é um movimento que consiste numa prática clandestina de jardinagem, que realiza o plantio e o cultivo de plantas em espaços urbanos públicos ou privados e que se encontram geralmente negligenciados ou subutilizados, sem que haja uma autorização prévia do poder público ou do proprietário do terreno. Os primeiros registros da prática surgem na década de 1970, em Nova York, com o grupo *Green Guerrilla*, que lançava “bombas de sementes” em terrenos baldios ou canteiros abandonados. Na atualidade, o termo costuma estar vinculado às ações de Urbanismo Tático e de ativismo político, sendo realizado majoritariamente por grupos e coletivos engajados na causa ambiental.

Numa perspectiva ampliada, podemos pensar esta ação tática de ocupação individual e coletiva do espaço urbano como uma forma de ampliação do direito ao espaço verde, tanto no sentido de combate à terra improdutiva (o cumprimento da função socioambiental da propriedade) quanto no direito a um ambiente urbano mais saudável. Nesse sentido, a prática da jardinagem no contexto dos territórios populares expõe a ausência de políticas públicas de arborização e de investimento em espaços livres de lazer e fruição da paisagem. Como sabemos, as favelas são marcadas por áreas extremamente adensadas e com forte pressão pela ocupação de seus poucos espaços livres. E são justamente nesses contextos que emergem práticas de jardinagem de guerrilha que combatem essa aridez generalizada.

Na Maré a situação não é diferente. Seu processo de formação e consolidação se deu pela transformação sucessiva do meio predominantemente natural, de praias e manguezais, em uma região completamente aterrada e pavimentada, com a redução sistemática de áreas verdes e corpos d'água e a degradação massiva dos ecossistemas. O censo da Maré (REDES DA MARÉ, 2019) indica a existência de 16 praças no território, sendo que estas raramente possuem arborização. O mapeamento indica que a relação de área verde por habitante é de apenas 3,49m²/hab., bem abaixo das recomendações da Organização Mundial de Saúde para garantir o mínimo de qualidade de vida (12m²/hab.). As únicas áreas que ainda concentram uma massa arbórea expressiva são a Vila Olímpica da Maré (localizada na Nova Maré) e o Parque Municipal

Ecológico Cadu Barcellos¹⁸⁷, mas conhecido popularmente como “Mata do Pinheiro”, por estar localizado na Vila do Pinheiro.

A atual Vila Olímpica foi concebida inicialmente para ser o Parque da Maré, e seu projeto original foi desenvolvido pelo escritório de Roberto Burle Marx em 1991. O projeto foi parcialmente implantado pelo poder público, e, em 1996, foi transformado em um complexo esportivo. Para amenizar o calor foram plantadas diversas árvores entre os equipamentos esportivos e instalados pergolados com trepadeiras. De acordo com o Instituto Burle Marx, apesar de ter sido tombado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade em 2009, o projeto se encontra “descaracterizado pela falta de conservação e manutenção, tomado por outras construções e escondido por painéis antirruído que ocultam também as comunidades do entorno”¹⁸⁸.

O Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos corresponde ao único remanescente de vegetação da antiga Ilha do Pinheiro (FIG. 302-303), e, apesar do seu enorme potencial enquanto área verde e de lazer para uma população tão carente deste tipo de espaço, o local é bastante subutilizado. De fato, quando lá estive em uma tarde de sol em setembro de 2023, avistei pouquíssimas pessoas utilizando o espaço – enquanto as ruas do entorno ferviam de crianças e jovens. A maior população do parque era composta por cavalos, que são deixados em seu interior para pastar. A explicação para a ausência de uso pode ser encontrada na matéria do Maré de Notícias que atesta que:

Na época da criação do Parque Ecológico o espaço tinha um horto escola, ocas, banheiros, iluminação e churrasqueiras. Quem passeia pelo lugar vê muitas folhas secas **e lixo pelo chão, ausência de grades no entorno, brinquedos deteriorados e, à noite, escuridão**. Outro ponto em **estado de abandono é o anfiteatro**, que nem de longe lembra o palco que recebeu diversas peças teatrais. Na Maré, exceto no Parque Ecológico da Vila dos Pinheiros e na Vila Olímpica Municipal Seu Amaro, não é comum ver árvores pelas ruas. No Parque Ecológico as árvores existentes resistem à falta de manutenção: o espaço ainda reúne diversas espécies de plantas, o que pode ser considerado o pulmão da Maré (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2022, GRIFO NOSSO)¹⁸⁹.

Diante desse quadro de abandono, no final de 2021, jovens mareenses de diferentes projetos e movimentos sociais e ambientais se mobilizaram para criar o coletivo *Raízes da Mata*, que promove mutirões de limpeza, de reflorestamento, hortas comunitárias e jogos de educação ambiental no parque, de modo a incluir a agenda ambiental na agenda de desenvolvimento territorial da Maré. Ao que tudo indica, a articulação comunitária surtiu efeito, pois em março de 2024 a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro anunciou o investimento de R\$ 2.5 milhões na requalificação do Parque, inserido do Programa “Cada Favela, uma Floresta”. A atual secretária de meio ambiente da prefeitura, ao anunciar o início das obras do parque indicou ser necessário firmar o que denominou de PPPop – uma Parceria Público Popular (em contraposição ao termo PPP – Parceria Público Privada).

¹⁸⁷ Como uma das ações do Novembro Negro, as vereadoras Tainá de Paula e Mônica Benício protocolaram o Projeto de Lei que modifica o nome da área para Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos (1986-2020). O objetivo da mudança é valorizar a cultura da favela, fortalecendo o lema “cria não morre, vira lenda”. Cadu Barcellos foi um cineasta mareense morto após um assalto no centro do Rio em 10 de novembro de 2020. Cadu nasceu e viveu no na Vila dos Pinheiros, área próxima a do Parque Ecológico. Disponível em <https://mareonline.com.br/parque-ecologico-da-vila-dos-pinheiros-mobiliza-juventude-e-recebe-nome-de-morador/> Acesso em 01 abr. 2024.

¹⁸⁸ Informação obtida na exposição “Lugar de estar: o legado Burle Marx”, realizada no Museu de Arte do Rio (MAM) entre janeiro e maio de 2024.

¹⁸⁹ Disponível em <https://mareonline.com.br/parque-ecologico-da-vila-dos-pinheiros-mobiliza-juventude-e-recebe-nome-de-morador/> Acesso em 01 abr. 2024.



FIG. 302: IMAGEM DA ANTIGA ILHA DO PINHEIRO ANTES DO ATERRAMENTO QUE DEU ORIGEM À VILA DO PINHEIRO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.

FIG. 303: PARQUE ECOLÓGICO DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).

Pesquisas recentes – como a tese de Carolina Galeazzi, intitulada *O mar que virou sertão: um estudo sobre as ilhas de calor urbanas na Maré* (2021) e o Projeto *Respira Maré* – analisaram os dados bioclimáticos locais e a formação de ilhas de calor e registraram temperaturas atmosféricas mais altas na Maré do que no centro da cidade, o que interfere significativamente na qualidade de vida dos mareenses. Tais pesquisas confirmam o que os moradores já “sentem na pele” em suas vivências cotidianas:

O seu Antônio, por exemplo, percebeu a mudança na sensação térmica quando deixou de morar sobre o mar nas palafitas, na Baixa do Sapateiro, para viver em uma casa que **virou prédio e cujo entorno se densificou e se impermeabilizou**. Dona Cleuza, moradora da Nova Holanda, deu-se conta da diminuição da ventilação e do aumento das temperaturas quando as casas de madeira, temporárias, com pátio e árvores frutíferas, foram **totalmente substituídas pelas edificações** existentes hoje. Na comunidade de Pinheiros, seu João também entendeu as mudanças climáticas locais quando trocaram o paralelepípedo pela rua asfaltada (GALEAZZI, 2021, p.165, GRIFO NOSSO).

Além da prática da instalação de jardineiras, uma outra ação táctica bastante difundida entre os moradores para amenizar o calor e mitigar a aridez do solo, é a instalação de piscinas e chuveiros nas ruas e nos espaços coletivos da Maré, que promovem a umidificação do solo e diminuem a temperatura das superfícies aquecidas, melhorando o conforto térmico (FIG. 304-308):

O mar refrescante já acontece com as diversas maneiras, muitas delas **criativas e simples, que a população encontra de enfrentar o calor**. Na Maré, as piscinas espalhadas pelas ruas, sejam elas de plástico ou feitas de caixas d’água, fazem a alegria das crianças, os banhos de chuveiros “públicos” distribuídos nas diferentes esquinas, o piscinão de Ramos e a piscina do Parque Olímpico, que recebem “um mar de gente” quando o “maçarico ligado” gera desconforto e mal-estar (GALEAZZI, 2021, p.159-160, GRIFO NOSSO).

Uma pesquisa conduzida por Bastos, Drach *et al.* (2022), que analisa as condições ambientais e climáticas de Nova Holanda, indica como principais condicionantes para a formação das ilhas de calor e para o baixo conforto ambiental: a alta densidade construtiva; a verticalização das edificações; o fato das construções serem todas coladas umas às outras, impedindo a circulação de ar e a ventilação no interior das casas; a falta de vegetação e arborização; a pequena largura das vias e a alta taxa de impermeabilização do solo.



FIG. 304: POPULAÇÃO MAREENSE SE VIRA COMO PODE PARA AMENIZAR O CALOR. FONTE: GALEAZZI (2018)

FIG. 305: CRIANÇAS SE REFRESCANDO NO CHUVEIRO INSTALADO EM UM POSTE DA MARÉ. FONTE: LAURA TAVARES (2015) APUD CARVALHO (2020)



FIG. 306: MORADOR SE REFRESCANDO PARA AMENIZAR O CALOR NA MARÉ. FONTE: MARCOS SERRA LIMA / G1

FIG. 307: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA MONTADA EM RUA NA MARÉ. FONTE: TÂNIA REGO / AGÊNCIA BRASIL



FIG. 308: CRIANÇAS SE REFRESCANDO PARA AMENIZAR O CALOR NO PARQUE MARÉ. FONTE: AF RODRIGUES

Observamos que, mesmo nos conjuntos habitacionais implantados pelo poder público nas últimas décadas (como Nova Maré, Bento Ribeiro Dantas e Salsa e Merengue), não houve a preocupação com o incremento da arborização urbana. Em face desse cenário, e como forma de mitigar a ausência de vegetação e a aridez do solo, os moradores se viram como podem. Segundo o Censo da Maré (2019), foram identificadas em 26% das casas da Maré a prática do cultivo de plantas, e, curiosamente, justamente nos conjuntos habitacionais mais recentes se observa a maior presença de cultivo vegetal nos domicílios: Nova Maré (40%) e Bento Ribeiro Dantas (54%). As principais razões apontadas para o cultivo de plantas é a decoração do ambiente doméstico, o aumento da privacidade das casas e para impedir a ocupação das calçadas.

Nesses jardins de guerrilha, os moradores usam e abusam da criatividade e das gambiarras, com a utilização dos mais diferentes materiais como vasos e floreiras. A famosa *Lei de Lavoisier* de que “nada se perde, tudo se transforma” é levada ao seu máximo potencial. O suporte vegetal mais paradigmático, encontrado em diversas partes do território mareense, é o tambor de máquina de lavar, mas também registramos a utilização de caixas d’água de amianto, latas de óleo e tinta, baldes e galões plásticos, embalagens de produtos de limpeza, pneus, vasos sanitários, entre outros. Assim, mesmo com a alta densidade construída e com a falta de espaços disponíveis para o plantio de árvores, os moradores encontram soluções táticas para vegetalizar o entorno de suas casas, criando pequenos jardins na frente das casas ou cultivando canteiros sobre as lajes.



FIG. 309: JARDIM DE GUERRILHA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 310: JARDIM DE GUERRILHA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 311: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 312: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 313: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 314: JARDINS DE GUERRILHA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 315: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 316: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 317: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 318: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)

DISPOSITIVO 7_ PERSONALIZAR O MORAR



DESCRIÇÃO:

ATO DE ADAPTAR E PERSONALIZAR AS HABITAÇÕES E ESPAÇOS COLETIVOS DE FORMA A ADEQUÁ-LOS AO GOSTO, PREFERÊNCIA OU NECESSIDADE DOS MORADORES

CATEGORIA DE REAJUSTE UTILITÁRIO:

ABUNDÂNCIA / GAMBIARRA POR DISPONIBILIDADE

TIPO DE OPERAÇÃO:

MODIFICAÇÃO DA FORMA E MANUTENÇÃO DA FINALIDADE

MANEIRAS DE FAZER:

PERSONALIZAÇÃO, INDIVIDUALIZAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO

Personalizar é o ato de modificar, adaptar ou customizar algo de modo a adequar o objeto ao gosto ou a necessidade do usuário, para fazer com que este objeto atenda de forma mais singular aos seus requisitos. No contexto da moradia, a personalização busca diferenciar as casas e ambientes urbanos de acordo com os interesses, gostos e preferências dos moradores, ou seja, é algo que permite particularizar composições e soluções que vão além dos itens básicos e que atendem aquilo que cada indivíduo necessita e deseja.

Como evidenciamos ao longo da tese, os conjuntos habitacionais de interesse social são produtos padronizados, feito para uma família mononuclear “tipo” composta por um casal com dois filhos, com unidades individuais internamente divididas em funções segmentadas, nas quais a vida privada e a intimidade ficam preservadas dentro de quatro paredes. Essa organização burguesa entra em atrito com a organização popular do morar (desde os cortiços até as favelas) fazendo com que a tipologia padronizada das casas se situe como um *ponto de partida*, mas esteja longe de significar um *ponto de chegada*.

Nesse entendimento, o projeto de arquitetura e urbanismo não se esgota na “entrega das chaves”, mas se atualiza na dinâmica do encontro entre *moradia-morador* e suas singulares formas de vivências, expectativas e insuficiências do projeto em atender todas as demandas dos habitantes ao longo do espaço-tempo. Nessa perspectiva, as transformações e gambiarras realizadas nos conjuntos habitacionais atuam como procedimentos de reajuste que não são apenas utilitários e funcionais, mas são também de **individuação do morar**.

A ação de customizar o morar nos territórios populares guarda semelhanças com a bricolagem [exposta no CAPÍTULO 2], na medida em que ambos são procedimentos de criação a partir de materiais finitos e heterogêneos, cujos resultados **nunca são idênticos ou facilmente reproduzíveis**. De acordo com Lévi-Strauss (1966, [1962]), a atividade do *bricoleur* se dá em dois momentos distintos, sendo o primeiro o momento da coleta, no qual ele está aberto ao acaso e aos encontros, constituindo o estoque para suas fabricações, e o segundo o momento da combinação, quando ele retira deste estoque os elementos para a realização de sua obra. A bricolagem seria uma espécie de arquitetura do acaso, uma arquitetura incidental e fragmentária.

Essa prática demonstra que os indivíduos que compõe as camadas mais pobres da cidade não são um todo homogêneo, que se contenta apenas com um teto padronizado, mas, ao contrário, são pessoas singulares com qualidades, vontades e valores próprios. Afinal, como já diziam os Titãs, *desejo, necessidade e vontade* caminham juntos:

A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida, a gente quer bebida, diversão, balé. A gente não quer só comida, a gente quer a vida como a vida quer (TITÃS, 1987)¹⁹⁰.

Nessa perspectiva, um aspecto importante de ser pontuado diz respeito à **estética das favelas**, que se traduz em características peculiares e muito diversas da estética erudita aprendida nas faculdades de arquitetura e urbanismo. O ponto nodal dessa distinção reside justamente no fato de que a ordem estética se traduz numa das principais “divisoras de águas” entre aquilo que é considerado *Arquitetura* (enquanto arte de construir que ultrapassa o espaço puramente utilitário) daquilo que é considerado uma *mera construção* (portanto sem valor estético). Nesse sentido, conceder um status estético às favelas desestabilizaria o monopólio estético como pertencente única e exclusivamente à arquitetura enquanto campo disciplinar.

Observamos, portanto, haver um embate cultural marcado pelo tensionamento entre o saber técnico e artístico do arquiteto e o saber prático e vernacular do morador da favela. Esse choque é categoricamente abordado por Pedro Fiori Arantes (2002) a partir da investigação sobre experiências com mutirões autogeridos na periferia de São Paulo. O autor aponta haver no processo uma série de embates e confrontos entre a conduta do arquiteto e a prática dos mutirantes: **“Enquanto na casa burguesa o arquiteto move-se no mesmo universo do morador, agora ele se aproxima de uma outra classe social, com perspectivas estéticas e maneiras de morar muitas vezes conflitantes com a sua”** (ARANTES, 2002, P.204, GRIFO NOSSO).

Diante desse conflito, Paola Jacques afirma que respeitar a especificidade estética própria das favelas não significa congelar suas tipologias ou características materiais e formais. Em outra direção, ela aponta que nas obras de urbanização de favelas o elemento essencial de ser preservado:

não deveria ser nem sua arquitetura, os barracos, nem seu urbanismo, as vielas, mas **o próprio movimento das favelas**, por intermédio de seus atores, os próprios favelados. Ou seja, o que deveria pretender se preservar é a **participação ativa do habitante/cidadão na construção de seu próprio espaço/cidade**, como ocorre em diferentes níveis nos espaços-movimento (JACQUES, 2011[2001], p.154, GRIFO NOSSO).

¹⁹⁰ Trecho da música Comida, dos Titãs, lançada em 1987. Composição: Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto.



FIG. 319: DETALHES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 320: FACHADAS DE CASA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 321: FACHADA DE CASA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 322: BANCO CONSTRUÍDO NO MEIO DE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 323: DEGRAU PARA ACESSO À CASA EM PARQUE MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 324: BANCO CONSTRUÍDO NO MEIO DE RUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 325: MODIFICAÇÕES EMPREENDIDAS PELOS MORADORES EM CASAS DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)

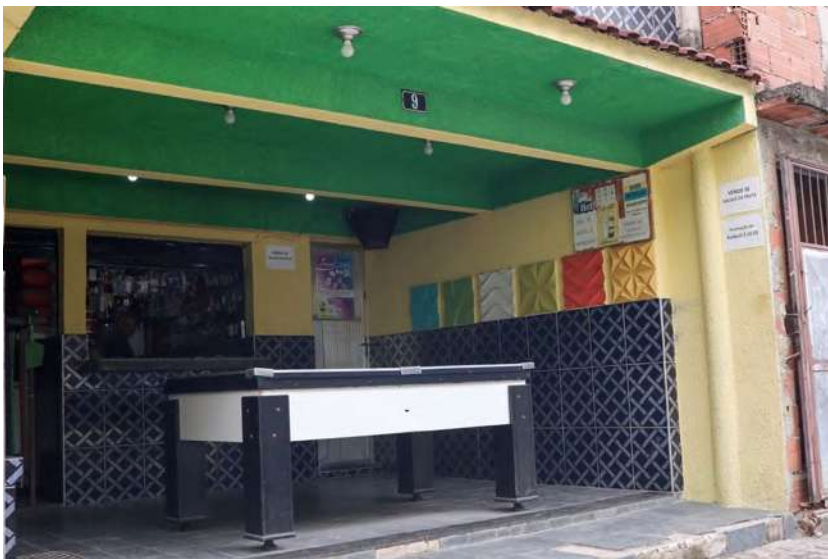


FIG. 326: PAVIMENTO TÉRREO TRANSFORMADO EM BAR NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 327: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 328: ESTRUTURA DE BALANÇA USADA PARA PRENDER GAIOLA DE PÁSSARO EM BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 329: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)



FIG. 330: FACHADA DE PEIXARIA NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 331: MESA IMPROVISADA EM RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 332: BANCO IMPROVISADO EM FRENTE UMA ESCOLA ESTADUAL NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 333: PISO DE CACOS CERÂMICOS EM BECO DE NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)



FIG. 334: AMPLIAÇÕES DE CASA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)

POTENCIALIDADES DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA

Os diferentes dispositivos táticos mapeados, em sua heterogeneidade, demonstram formas de negociação de suas especificidades territoriais e de recodificação do espaço urbano existente. Dada a contínua transformação, imprevisibilidade e mutação no tempo-espaço, selecionamos aquelas que nos pareceram mais evidentes no território da Maré, sem pretender com esta taxonomia esgotar todos os dispositivos táticos da GAMBIARRA URBANA e suas inúmeras combinações, operações e interações possíveis.

Vale destacar também que não é intuito deste trabalho sobrevalorizar os dispositivos táticos como solução para os graves problemas urbanos e ambientais enfrentados nos assentamentos populares, e tampouco celebrar a precariedade, a informalidade e a gambiarra como propulsores de uma criatividade inata do povo brasileiro. Contudo, defendemos que uma leitura menos condicionada e preconceituosa das maneiras de fazer da gambiarra urbana inserida nos processos de autoconstrução e autoprodução do espaço popular conduz a uma ampliação do seu conhecimento enquanto tática engendrada nas brechas e frestas do poder instituído e pode trazer subsídios para a forma de como nós arquitetos e urbanistas atuamos nestes espaços.

Numa observação mais acurada, constatamos a repetição de ações e práticas no território da Maré, e que, em nossa leitura, indicam a existência de uma inteligência tática empreendida pelos moradores. A partir da taxonomia realizada podemos destacar como atributos presentes nos dispositivos táticos analisados, os quais indicam potenciais latentes da gambiarra urbana (TABELA 7):

ATRIBUTOS	POTENCIALIDADES
DISPONIBILIDADE	POTENCIAL DE TRABALHAR COM AQUILO QUE ESTÁ DISPONÍVEL EM TERMOS TÉCNICOS, MATERIAIS E FINANCEIROS
ADAPTABILIDADE	POTENCIAL DE SE AJUSTAR E SE ADAPTAR ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DIANTE DA NECESSIDADE DE ATENDER USOS E FUNÇÕES PREMENTES E MUTANTES NO ESPAÇO-TEMPO
MALEABILIDADE	POTENCIAL DE SER FLEXÍVEL E MALEÁVEL, DE FORMA A SE MOLDAR ÀS CONDIÇÕES FÍSICAS DISPONÍVEIS
TRANSMISSIBILIDADE	POTENCIAL DE TRANSFERÊNCIA DO SABER EMPÍRICO E PRÁTICO POR CONTÁGIO
PROGRESSIVIDADE	POTENCIAL DE DESDOBRAMENTO QUE AVANÇA DE FORMA PROCESSUAL E INCREMENTAL
TRANSITORIEDADE	POTENCIAL DE RESOLUÇÃO MOMENTÂNEA E PROVISÓRIA
SINGULARIDADE	POTENCIAL DE PERSONALIZAR AS SOLUÇÕES, CONFERINDO UM TRATAMENTO DIFERENCIADO E SINGULAR

TABELA 7: ATRIBUTOS E POTENCIALIDADES DOS DISPOSITIVOS TÁTICOS DA GAMBIARRA URBANA. FONTE: AUTORA (2024)

Em que medida os atributos e potenciais da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA são incorporados ou relegados pelo campo da arquitetura e do urbanismo? Quais são as posturas assumidas por esses profissionais diante da atuação tática dos grupos populares? Essas indagações serão objeto de investigação no próximo capítulo, em busca de um saber-fazer liminar.

CAPÍTULO 9 | POR UM SABER-FAZER LIMINAR

Este capítulo busca refletir sobre as diferentes posturas assumidas pelos arquitetos e urbanistas nos contextos populares e problematizar atuações que impliquem no reforço da colonialidade territorial. Na sequência, apresenta a distinção entre a atuação dos especialistas e dos autoconstrutores populares a partir de quatro categorias de análise, a saber: os métodos, os tempos, as escalas e as estéticas, a fim de convocar outras possibilidades de pensar a prática profissional de modo liminar e menos hierarquizado entre saberes e fazeres técnicos e empíricos.

9.1. ARQUITETOS E URBANISTAS COMO ESPECIALISTAS EM FAVELAS

Podemos identificar diferentes formas de atuação assumidas pelos profissionais da arquitetura e urbanismo diante da ação tática de transformação do ambiente urbano e doméstico pelos grupos populares. Essas formas de atuação engendram posturas com maior ou menor grau de abertura e aceitação da autonomia dos moradores decidirem sobre a produção e gestão de seus espaços cotidianos.

Para a delimitação dessas posturas utilizamos como ponto de partida as contribuições dos grupos MOM/UFGM e PRAXIS/EA-UFGM, que discutem em suas pesquisas os distintos modos de ação dos especialistas e técnicos nesses contextos. Ressaltamos que as posturas descritas a seguir não abarcam a macroescala dos planos e projetos urbanos e têm como intenção ilustrar algumas das formas de atuação profissional, sem, contudo, exaurir todas as possibilidades de conduta dos arquitetos e urbanistas nos territórios populares.

1_ POSTURA TECNOCRÁTICA:

Caracteriza-se por uma visão mais tradicional, heterônoma e herdada do modernismo pós-guerra, na qual o arquiteto e urbanista assume o papel de agente da formalidade, geralmente tendo sua atuação vinculada a algum órgão do poder público (seja na esfera federal, estadual ou municipal). Nesse caso, o profissional segue as diretrizes das políticas públicas definidas pelo Estado, e pode atender a essas políticas com “convicção, resignação ou espírito crítico”, mas sem poder influenciar diretamente as ações, tendo em vista que a heteronomia está posta de antemão (KAPP ET AL., 2016[2012c], p.83).

Essa atuação, pautada pela lógica regulatória do Estado, revela uma concepção hierárquica, ficando o arquiteto responsável por resolver o problema e encontrar a solução que concilie os interesses (muitas vezes contraditórios) e amenize os conflitos entre Estado e a comunidade envolvida. Nessa perspectiva, as alterações realizadas pelos moradores nos empreendimentos representam “o comprometimento da qualidade do ambiente construído, devido à subversão dos princípios técnicos que ordenaram a concepção original desse espaço” (ANDRADE E LEITÃO, 2007, p.3).

Quando nos referimos à atuação tecnocrática, isso não significa que não haja processos de participação popular, contudo, esses processos geralmente são realizados apenas para referendar as decisões previamente definidas pelo Estado. Embora os instrumentos e ferramentas de gestão democrática da cidade, regulamentados pelo Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), tenham ampliado a participação cidadã nas etapas de elaboração do planejamento e do projeto urbano, frequentemente esses não resultam em processos participativos de fato e não impedem a elaboração de planos e projetos tecnocráticos, e por vezes, ineficazes, em que a participação popular é subjugada. Via de regra, observamos que, mesmo quando há a participação, essa se dá de cima para baixo, sendo os moradores “convidados” para opinar sobre o projeto cuja estrutura foi definida a priori pelo poder público e pelos profissionais de planejamento.

2_POSTURA ASSISTENCIALISTA:

Caracteriza-se por uma visão assistencialista e, por vezes, filantrópica, que abrange o atendimento técnico diretamente às famílias e grupos de moradores, podendo estar vinculado a entidades de ajuda humanitária, a Organizações Não Governamentais (ONGs), a empresas de arquitetura privada e a programas de residência acadêmica e de extensão universitária. De acordo com levantamento realizado por Juliana Linhares (2018, p.177)¹⁹¹, este campo de atuação é viabilizado por diferentes figuras, de acordo com o promotor da ação, sendo: “o morador, no caso das empresas privadas; os parceiros e apoiadores, no caso das organizações sem fins lucrativos; o poder público, nos casos das iniciativas governamentais; e as universidades, no caso de extensão universitária ou residência profissional”.

Muitas das entidades que prestam assistência técnica em favelas e periferias se intitulam como negócios sociais em favor da democratização da arquitetura e da melhoria das condições de moradia da população de baixa renda. No caso das empresas privadas e ONGs, a autora observa que são reproduzidas lógicas e métodos projetuais que mantêm a figura do “consumidor do produto-arquitetura impositivo e pré-determinado pelas lógicas do capital, que apenas se reproduzem em outro cenário (o da autoconstrução)” (LINHARES, 2018, p.178).

Nesse tipo de atuação, é frequente que, tal qual um missionário, o arquiteto e urbanista decida melhorar a vida alheia de acordo com os seus próprios parâmetros e assuma “a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço” (KAPP ET AL., 2012c, p.85). Diante dessa postura assistencialista – muitas vezes baseada na crença do poder da arquitetura como instrumento de transformação social – são reproduzidas relações hierárquicas (mais sutis do que na postura tecnocrática), nas quais o morador permanece como usuário e receptor de um projeto técnico desenhado segundo a linguagem e padrões concebidos pelos especialistas.

Nesse bojo, foi promulgada em 2008 a Lei Federal de Assistência Técnica (BRASIL, 2008), que busca assistir, por meio de serviço público e gratuito, às famílias de baixa renda com trabalhos técnicos para reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação. Em que pese a lei de assistência técnica seja um importante marco para a melhoria do ambiente construído nos territórios populares – além de não ter sido sistematicamente incorporada como política pública – constatamos que sua aplicação se encontra muito atrelada à necessidade de ordenamento e controle urbano pelo poder público e, ainda, reproduz regras e diretrizes dos projetos tradicionais, bem distantes das práticas construtivas do seu público-alvo (TIBO, 2017; LINHARES, 2018).

3_POSTURA MEDIADORA:

Caracteriza-se pela prática de intermediação entre o conhecimento empírico do autoconstrutor e o conhecimento técnico e acadêmico dos especialistas. Assim como na postura acima, atua diretamente às famílias e grupos de moradores, geralmente vinculada a programas de residência acadêmica, de extensão universitária e escritórios-modelo. Embora possua muitas similaridades com a ideia de Assistência Técnica, a prática de Assessoria Técnica possui algumas diferenças conceituais e metodológicas que precisam ser delineadas. Nos moldes assistencialistas o morador recebe um projeto técnico desenvolvido por especialistas a partir das demandas diagnosticadas, enquanto que na assessoria técnica o morador é considerado parte atuante do processo de projeto. Assim, o conceito de assessorar implica na mediação entre os distintos saberes dos atores envolvidos (técnicos e moradores) e busca promover a qualificação na tomada da decisão projetual e fortalecer as experiências e os processos construtivos já consolidados

¹⁹¹ Linhares (2018) investiga em sua dissertação a atuação de algumas dessas categorias, como por exemplos: escritórios de arquitetura como a Favelar e o Inova Urbis (ambos no Rio de Janeiro), o Ambiente Arquitetura e Vivenda (ambos em São Paulo), Arquitetura na Periferia (Belo Horizonte) e organizações sem fins lucrativos como o Clube da Reforma (atuação nacional através de parcerias) e a TETO (organização internacional com atuação no Brasil).

pela autoconstrução popular, visando dar visibilidade para os possíveis problemas e potencialidades das diversas escolhas projetuais (MORADO NASCIMENTO ET AL., 2015; TIBO, 2017).

Nessa abordagem, há uma expectativa (nem sempre plenamente realizada) de compartilhamento de saberes e técnicas entre os grupos de modo que os atores envolvidos se transformem e sejam transformados por meio de processos colaborativos e horizontalizados. Contudo, permanece nessa forma de atuação o desafio imputado pela marcação da hierarquia de classes e pela sobrevalorização do saber técnico em detrimento do saber empírico. Ademais, a estrutura clientelista presente na sociedade brasileira se faz bastante marcante, e, nesse aspecto, frequentemente os objetivos são frustrados, tendo em vista que os moradores almejam receber um projeto “pronto”, nos moldes assistencialistas, e os arquitetos urbanistas, por sua vez, têm dificuldade de abandonar a palavra final sobre o projeto (MORADO NASCIMENTO ET AL., 2015B).

4_POSTURA AUTONOMISTA:

Caracteriza-se por uma postura que visa a liberdade individual dos moradores, a partir do entendimento de que as soluções desenvolvidas pelos grupos populares “são, invariavelmente, as mais adequadas, traduzindo a melhor equação entre necessidades – materiais e simbólicas – e disponibilidade de recursos” (ANDRADE E LEITÃO, 2007, p.4). Nessa perspectiva, os assentamentos autoconstruídos revelariam a competência dos moradores em suprir as próprias demandas e necessidades de seus ambientes construídos de forma satisfatória, ainda que dispendo de técnicas atrasadas e recursos escassos.

A atuação de arquitetos e urbanistas seria apenas coadjuvante e limitada ao fornecimento de infraestrutura básica para resolução de problemas decorrentes de construções em áreas de risco geológico, de áreas inadequadas para ocupação, ou referentes a patologias construtivas pontuais (p.ex.: riscos estruturais, mofo e umidade, etc.). No entanto, interessante retomar a alegação do arquiteto Ricardo Corrêa (FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO, 1992, p.23), a partir de sua experiência à frente de projetos do Núcleo Arco/USU, de que a pretensa postura de defesa do saber popular e da autossuficiência da população pode representar uma posição discriminatória, como se esses grupos não devessem ter acesso as mesmas benesses que o conjunto da cidade.

Nessa visão incorre-se no risco de romantizar a produção realizada pelos moradores com seus próprios esforços, tendo em vista que a suposta autonomia ocorre muito mais por necessidade de improvisar a própria subsistência, do que por uma escolha deliberada. A autoconstrução popular não se trata de um fenômeno localizado, mas decorre de dinâmicas como consequência direta de sua posição marginal no sistema econômico capitalista. Diante desse panorama geopolítico mais amplo e assentado na lógica neoliberal, o incentivo à autoprodução acaba sendo capturado e equiparado ao *espírito empreendedor dos pobres* (como demonstramos em relação às proposições de John Turner e Hernando de Soto) e abre brechas para a redução de investimento do Estado nesses territórios. Além disso, pressupõe que o acesso aos serviços de arquitetura e urbanismo é privilégios exclusivo das classes sociais que têm condições financeiras para arcar com seus custos.

SÍNTESE DAS POSTURAS

Percebemos que as quatro posturas delineadas acima engendram diferentes formas de atuação do campo da arquitetura e urbanismo nas favelas e territórios populares, provocando efeitos e resultados bastante diversos entre si. Entendemos que todas as posturas, sejam elas marcadas por concepções antagônicas (no caso das posturas *tecnocrática* e *autonomista*) ou por posturas intermediárias (no caso das posturas *assistencialista* e *mediadora*) são representativas de diferentes paradigmas de atuação do campo profissional.

POSTURAS	GRAU DE AUTONOMIA	PATROCINADORES
1_ TECNOCRÁTICA	BAIXO	ÓRGÃOS PÚBLICOS NAS ESCALAS FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL
2_ ASSISTENCIALISTA	BAIXO - INTERMEDIÁRIO	ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, ONG'S, EMPRESAS PRIVADAS E PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA ACADÊMICA E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
3_ MEDIADORA	INTERMEDIÁRIO – ALTO	PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA ACADÊMICA E DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DO TIPO ESCRITÓRIO MODELO
4_ AUTONOMISTA	ALTO	ONG'S, MOVIMENTOS SOCIAIS, PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA ACADÊMICA

TABELA 8: RESUMO DAS POSTURAS ASSUMIDAS PELOS ESPECIALISTAS. FONTE: AUTORA (2024)

Não pretendemos afirmar que a prática de cada profissional se restrinja exclusivamente a uma dessas formas. Estamos nos referindo a posturas que os profissionais assumem a partir das posições que lhes são permitidas de acordo com as exigências e pressões que configuram cada forma de atuação, sendo portanto estruturas instituídas da sociedade e não a atuação de cada arquiteto urbanista individualmente. Sabemos que, dentro da hierarquia social, os técnicos e especialistas, embora estejam em posição privilegiada em relação aos habitantes das favelas, ocupam posições subordinadas na estrutura dominante. Assim, nos parece pertinente perceber como essas posturas ainda carregam e perpetuam certas lógicas e visões de mundo dos agentes externos, das instituições que representam e dos grupos sociais aos quais pertencem, e nem sempre partem dos interesses e expectativas dos habitantes daqueles territórios.

ARQUITETOS E URBANISTAS ESPECIALISTAS EM FAVELAS

Constatamos, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, uma mudança na forma do poder público atuar em favelas, quando as ações do Estado passam a ser pautadas por programas e políticas que tinham como horizonte a urbanização, a regularização fundiária e o zoneamento inclusivo (ZEIS E AEIS) de favelas, diminuindo sobremaneira as práticas remocionistas e de reassentamento forçado existentes desde a década de 1940 (CARDOSO ET AL, 2023). Nesse momento, a política habitacional de interesse social entra efetivamente na agenda pública e a urbanização de favelas assume um caráter de centralidade e esses territórios passam a ser postuladas como um novo desafio para o campo de atuação da arquitetura e urbanismo. Esse fato representa também a possibilidade de estabelecimento de uma nova competência e expertise para esses profissionais, que passam a se tornar *especialistas em favelas*.

Dentre as experiências de urbanização de favelas, destacamos o pioneirismo do Rio de Janeiro, sobretudo pelo programa Favela-Bairro¹⁹² – programa emblemático na trajetória da política urbana da cidade que visa a transformação das favelas por meio de melhorias em sua organização espacial interna e também de sua conexão com o entorno. Nesse programa, especial ênfase foi dada à criação de *uma nova ordem urbanística* que visava a *transformação da favela em bairro*, com a incorporação dos preceitos da cidade formal.

¹⁹² O Favela Bairro foi um programa desenvolvido pela Prefeitura do Rio de Janeiro e que foi aplicado em duas fases, a primeira durante o período 1994-2000 e a segunda entre 2000-2007. O programa teve como objetivo investir na urbanização e melhoramentos da infraestrutura de favelas cariocas (FERREIRA DA SILVA, 2018, p.42). Para a realização do programa foi firmado um convênio com o IAB-RJ para realização de concursos públicos para elaboração da metodologia de intervenção e também para o desenvolvimento de propostas urbanísticas a serem implementadas. A atribuição de autonomia aos escritórios de arquitetura para a elaboração dos projetos constitui uma novidade no desenho institucional de programas deste tipo (BURGOS, 2006[1998]). Em 1997 passou a contar com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) por meio de uma linha de financiamento intitulada Programa de Assentamentos Precários (PROAP).

O programa Favela-Bairro deu destaque ao **projeto como peça central** e como instrumento decisório para as ações de intervenção nas favelas, e com isso, o arquiteto ganhou “papel de protagonista”, “colocado a serviço do cliente – a favela” (CARVALHO, 2020, p.152-3, GRIFO NOSSO). A autora destaca ainda que, na fase inicial do Favela Bairro, era comum que as equipes de projeto instalassem um escritório técnico na favela (geralmente na Associação de Moradores) como uma estratégia de comunicação e participação dos moradores¹⁹³. Contudo, ao longo de suas fases posteriores e nos programas subsequentes – a exemplo do *Programa de Aceleração do Crescimento para Urbanização de Assentamentos Precários* (PAC-UAP) – a distância entre especialistas e a comunidade vai se tornando cada vez maior, quando:

O projeto se transforma em mero documento para captar recursos sob o selo de Projetos Básicos, independentemente de seu processo de elaboração, da qualidade de seu conteúdo ou das relações entre conteúdo e atendimento às demandas locais. Ocorre, portanto, a desqualificação técnica do projeto e, em casos particulares, como no PAC-Favelas do Rio de Janeiro, a subordinação do arquiteto às construtoras e não mais ao poder público. Os arquitetos passaram a ser contratados diretamente nas obras, enfrentando interesses controversos e o projeto virou instrumento do capital e não mais dos objetivos da política pública que gerou seu propósito (CARVALHO, 2020, p.154, GRIFO NOSSO).

Nesse contexto, os espaços de “participação popular” acabam servindo apenas para que os moradores vocalizem suas angústias e desejos sobre os projetos públicos, sem que haja de fato uma abertura real para estabelecer prioridades e mudanças significativas na intervenção proposta. Ou seja, são mecanismos que visam apaziguar os conflitos e referendar as decisões projetuais já tomadas previamente em outras esferas. Esse fato pode ser percebido na fala de um morador do Cantagalo em relação aos projetos e intervenções propostos no contexto do *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC):

O projeto já veio pronto para nós e agora a gente integrar essas comissões e participar disso é bem complicado porque a comunidade vai cair de pau no projeto, mas só que ele já está pronto! **O projeto já chegou até nós pronto e não podemos mudar muita coisa! Então teremos que engolir de repente algo que não achamos bom para a comunidade sem poder mudar e pedir outro projeto.** A realidade dessas comissões é essa! (DIONÍSIO, MORADOR DO CANTAGALO APUD CUNHA, 2014, p.223-4, GRIFO NOSSO).

Nessa lógica, as propostas e ideias trazidas pelos moradores são minimizadas e em grande medida desconsideradas no processo, uma vez que não compõe um saber técnico formal e universalmente aceito pelo campo profissional e demonstra “o vácuo que existe entre as partes, que **não conseguem uma troca de saberes**, limitada por determinações e diálogos truncados, **cujo resultado não é a parceria e confiança mútua, mas uma hierarquia normativa, impositiva e exclusiva**” (CARVALHO, 2020, p.56, GRIFO NOSSO). O relato de um morador do Morro do Alemão – considerado pelos moradores como uma referência nas obras autoconstruídas – demonstra a dificuldade de ser ouvido pela equipe técnica da obra:

Lá em cima tem condições de fazer um campo de futebol, uma quadra esportiva [polivalente]. **Mas se você fala isso com o arquiteto... Ele olha pra sua cara e fala: ‘mas tu é burro, hein?’** A gente não sabe muito, né? Mas tem condições de fazer. Essa rua aqui começou a ser feita, tinha o projeto e tinha um engenheiro encarregado. E perguntei pro cara: ‘Por que você não faz igual a uma pista de corrida? No caso, é meio ondulada, um pouquinho mais alta dos lados e no meio.... pra água não correr só nos cantos? [...] Aí ele me perguntou: ‘Onde você aprendeu isso?’ **‘Sabe o que é, moço? Aqui é morro. Se o senhor soubesse como é que desce água.... O senhor nunca viu uma chuva aqui!** Quando é chuva aqui, ninguém sobe, porque a água toma conta da rua todinha. Então, se fosse como eu falo, a água ia passar pelo meio, ia correr um pouco pras pontas....’ Aí, me vem o cara e me

¹⁹³ Essa prática foi amplamente difundida na Fase 1 do Favela Bairro, contudo, não se tratava de uma exigência contratual. Dessa forma, o escritório de campo era instalado por iniciativa da equipe profissional contratada, que não recebia verba para tal. “Mesmo sendo o escritório de campo um importante lugar de troca entre o técnico e o local, reconhecidamente necessário e defendido em metodologias que prezam privilegiar o diálogo entre os saberes técnico e local, sua realização ainda não conseguiu ser institucionalizada no processo de urbanização de favelas” (CARVALHO, 2020, p.56).

bota o ralo no meio e ao contrário e pra cima. Como que a água vai entrar? (MORADOR DO ALEMÃO APUD CARVALHO, 2020, P. 55-6, GRIFO NOSSO).

Se por um lado as opiniões deste morador não eram dignas de atenção para as soluções de projeto, por outro lado, sua experiência como construtor local foi considerada útil para capacitar a mão de obra – o que fez com ele fosse contratado pela construtora responsável pela obra. Contudo, sua postura profissional não era vista como adequada ao cargo que ocupava e ele era constantemente reprimido pelo engenheiro por estar junto dos funcionários botando a mão na massa:

“Eu estou pagando o senhor pro senhor mandar! Olhe a sua roupa, olhe a sua posição! Pro senhor mandar, não pro senhor botar mão em ferramenta. O senhor acha que eu vou botar mão numa enxada? É para o senhor sentar e falar o que é pra fazer.” Eu ia responder, mas fiquei quieto... (risos) [...] **Se o arquiteto, se o engenheiro pegasse um pouquinho só na ferramenta, ele ia ver que não é assim que se ensina...** (IDEM, P.56, GRIFO NOSSO).

Esse tipo de postura diante do saber popular nos demonstra como os profissionais da arquitetura e urbanismo foram moldando e construindo narrativas sobre essas experiências, as quais produzem representações e saberes que vão sendo cristalizados ao longo do tempo (FERREIRA DA SILVA, 2018) e que acabam por se traduzir em condições de dominação do saber-fazer sobre os territórios populares.

Ao mesmo tempo que diferentes saberes – técnico, acadêmico, científico – informavam/constituíam (e eram formados em tais processos), **dispositivos de demarcação e identificação de pessoas/grupos e espaços iam remodelando o espaço urbano**. Os saberes administrativos e as políticas sociais decorrentes também eram formados e informados por eles (CASTRO, 2002, P.249, GRIFO NOSSO).

Em maior ou menor medida, é estabelecido um movimento de retroalimentação, no qual a legitimação dos saberes técnicos, acadêmicos e científicos dos especialistas dita a ampliação de seu campo de atuação e, conseqüentemente, de poder, relegando o saber-fazer da população leiga ao lugar “do outro”, de um conhecimento subalterno. Nessa lógica, a favela se torna um *objeto de intervenção* nas mãos de arquitetos e urbanistas (muitas vezes bem-intencionados), que produzem ações que tem conseqüências e efeitos práticos no cotidiano das populações que ali residem.

Práticas da construção do “outro” que a literatura sobre o tema vai discutir como **dotadas de determinados traços das experiências coloniais**. Traços menos [expressos] nas tecnologias utilizadas e mais “na perspectiva de **incorporação a um tipo de dominação, técnicas e procedimentos disciplinares**” (CASTRO, 2002, P.232, GRIFO NOSSO).

Esses *traços coloniais* podem ser percebidos em muitos projetos para favelas e conjuntos habitacionais de interesse social. Soares e Espinheira (2006), ao analisarem o processo de transferência dos moradores de palafitas de Novos Alagados (Salvador, BA) para o conjunto habitacional Nova Primavera – projetado pela equipe de Demetre Anastassakis com a mesma metodologia empregada na Maré –, observam a falta de uma efetiva participação popular na elaboração do projeto e indicam que a solução de projeto adotada **não foi resultante de algum padrão cultural dos moradores**.

Os autores demonstram que os moradores não se identificaram com a configuração urbana e arquitetônica das casas, “todas iguais, pasteurizadas, situação que pode explicar a rotatividade/renovação de moradores no conjunto habitacional” (SOARES E ESPINHEIRA, 2006, P.61). Assim, embora haja um consenso de que o embrião das casas¹⁹⁴ possua uma qualidade e estrutura superior à das palafitas, uma moradora aponta que “Os barracos eram construídos por nós e de acordo com nossas necessidades. **O embrião não foi construído por nós. Os embriões são impessoais e mal construídos**” (IDEM, GRIFO NOSSO). Na passagem abaixo, os autores

¹⁹⁴ O termo “embrião” se refere às unidades habitacionais entregues em estado embrionário, ficando o beneficiado responsável pela sua complementação, segundo os projetos de ampliação preestabelecidos. Essas ampliações seguirão rotinas de geminação por justaposição e superposição entre dois imóveis, em até três níveis de pavimentos.

apresentam uma análise contundente sobre a importância dos moradores em serem partes ativas do projeto/processo:

O planejar por si só não possui autonomia de criar realidades próprias para uma população como a de Novos Alagados em situação de risco e de extrema violência ostensiva. Por outro lado, participar, ou **participação, não é ouvir ou dar opinião, mas fazer e fazer-se parte de um projeto**, ou seja, **ser também modificado no projeto e pelo projeto, como um projeto social em si mesmo**. Eis o paradoxo encontrado no caso em estudo. **Há uma projeção urbano-arquitetônica, mas não há uma projeção social do sujeito**. As pessoas são problemas e continuam sendo como tais; não são o objetivo do conjunto habitacional, **mas este é que é o objetivo final desse planejar: a forma, não importando o conteúdo, os moradores**. Neste sentido, o Conjunto Habitacional é feito pelo construir e não pelo morar (SOARES E ESPINHEIRA, 2006, P.62, GRIFO NOSSO).

Diante dessa crítica – *conjuntos feitos pelo construir e não pelo morar* – nos parece necessário superar uma certa noção de que a produção arquitetônica e urbanística se encerra na sua materialidade construtiva (com um fim em si mesmo), e avançar no sentido de compreender que essa produção só se completa na *relação entre* o espaço físico e os indivíduos que o habitam, o subjetivam e o singularizam. Nessa perspectiva, temos que a questão central desses conjuntos habitacionais não diz respeito necessariamente ou exclusivamente à qualidade técnica, estética ou construtiva das habitações (*a projeção urbano-arquitetônica*), mas reside especialmente no fato de não haver uma escuta ativa e uma compreensão dos moradores enquanto sujeitos fundamentais do projeto (*a projeção social do sujeito*).

Pelo exposto, a argumentação de muitos arquitetos de que as intervenções e modificações realizadas a posteriori pelos moradores de favelas devem ser tratadas como um **problema de desconfiguração do projeto original** não nos parece procedente, uma vez que a rigidez e dificuldade de ampliação das casas contraria as dinâmicas familiares, causando um descompasso entre o projeto e a vivência concreta do espaço. Nesse ponto, retomamos o exemplo dos conjuntos habitacionais projetados por Demetre Anastassakis na Maré, que são concebidos como uma representação apenas formal da arquitetura das favelas que não opera e não dialoga com as maneiras de ocupar, se apropriar e de habitar o espaço daqueles grupos populares.

Exemplo contundente dessa situação é que, quando chamados a agir em favelas ao invés de seguirem os movimentos já iniciados pelos moradores e de aproveitarem da participação popular já existente, esses profissionais impõem através de seus projetos **sua própria lógica construtiva, diretamente ligada à cultura e à estética da cidade formal**. Vê-se um pedaço da cidade formal incrustada na cidade informal, uma vez que **as estratégias projetuais utilizadas mostram-se indiferentes aos modos de produção das favelas** (MARQUES, 2010, P.28, GRIFO NOSSO).

Ocorre que essa lógica espacial própria incomoda aos nossos olhos treinados de especialistas. Tudo parece estar fora de lugar: o estado de incompletude, de contínua transformação, puxadinhos horizontais e verticais, alvenarias aparentes, paredes sem emboço, vergalhões a espera de um novo andar, fiações emaranhadas, tubulações aparentes, gambiarras de todo tipo... Diante dessas características, o primeiro impulso tende a ser o mapeamento e a resolução de todos os problemas identificados. O cerne da questão é que a vontade legítima de melhorar a qualidade urbana e arquitetônica dos assentamentos tem como base os nossos próprios valores e *habitus*, fundados numa racionalidade técnica e científica considerada hierarquicamente superior.

Se nossas formas de ver definem nossas maneiras de intervir, iremos na próxima sessão trocar a lente (ou *trocar de cegueira*, como nos convoca Ana Clara Ribeiro) em busca de incorporar maneiras outras de atuar nos territórios populares.

9.2. SABER-OUVIR, SABER-PERGUNTAR E SABER-APRENDER

Como buscamos evidenciar ao longo da tese, diferentes programas governamentais de intervenção urbana em favelas, embora tenham alcançado melhorias urbanísticas e ambientais significativas nos territórios contemplados, **mantiveram o pressuposto conceitual de transformar a favela em bairro**. Para superar esse paradigma, Jailson de Souza e Silva et al. (2020) indicam ser necessário reconhecer que a favela e o bairro são expressões de modos diferenciados de fazer e viver a cidade, com diferenças socioculturais que precisam ser respeitadas na execução de políticas urbanas. Em direção semelhante, Rafael Gonçalves (2023, p.263) aponta que o maior desafio dos projetos de urbanização em favelas reside em “como construir uma forma de atuação do Estado que respeite a tipologia urbana específica das favelas sem que isso signifique a reprodução de formas discriminatórias de atuação nas favelas”. Nesse sentido o autor questiona “como fazer com que os programas de urbanização signifiquem ao mesmo tempo garantia de direitos sem que isso signifique necessariamente **a homogeneização socioespacial da cidade**” (IDEM, p.265, GRIFO NOSSO)?

Para contribuir com essa discussão nos valem da atuação de Carlos Nelson Ferreira dos Santos para a construção de um pensamento teórico-propositivo e metodológico sobre o lugar do projeto no contexto das favelas e territórios populares. Crítico contumaz da política de remoções de favelas na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Nelson – desde o final da década de 1970 – já propunha uma metodologia de projeto de baixo para cima, em constante diálogo com os moradores, de forma **a projetar COM eles e não PARA eles** (GONÇALVES E MACHADO-MARTINS, 2017). Carlos Nelson, que se autodenominava um “*antropoteto*”¹⁹⁵, defendia que a atuação de arquitetos e urbanistas nas favelas e bairros informais fosse pautada por uma abordagem interdisciplinar, baseada **na disponibilidade de saber-ouvir, saber-perguntar e saber-aprender**.

O antropoteto deu grande centralidade à temática das práticas cotidianas, e buscava encontrar nas formas de apropriação e estratégias do dia a dia dos grupos populares as respostas para as soluções arquitetônicas e urbanísticas dos seus territórios. Em suas palavras: “à medida que fui me familiarizando com aquele universo, fui me dando conta que estava **cheio de ordens e códigos**” (FERREIRA DOS SANTOS, 1980A, p.42, GRIFO NOSSO). Os moradores de favelas, nesse pensamento, eram tidos como *sujeitos* e não apenas como *objeto* de pesquisa, dialogando com as práticas concretas e usos existentes.

Num outro enfoque reside o conceito de **Território Inventivo**, formulado no âmbito do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, e que consiste em um processo de tecnologia social e de educação urbanística como disparador da formulação de metodologias e proposições de políticas de desenvolvimento urbano articuladas nos territórios populares¹⁹⁶. Parte do pressuposto conceitual do Paradigma da Potência das favelas, no intuito de superação dos estigmas da ausência e da carência e também das lógicas hegemônicas que frequentemente orientam as políticas públicas nesses territórios (SOUZA E SILVA ET AL., 2020; BRAGA E TEIXEIRA, 2020). Os autores indicam que as políticas urbanas verticalizadas acabam por desqualificar a contribuição dos moradores e a sua criatividade para encontrar soluções para seus espaços de vida. Em contraposição, a metodologia do Território Inventivo prevê a elaboração de processos colaborativos entre os diversos atores que compõe a produção do espaço, com ênfase para o papel dos moradores como protagonistas do processo de transformação urbana.

¹⁹⁵ Carlos Nelson se formou em 1966 pela Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Brasil e se tornou mestre em antropologia social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1979. Para mais informações ver FERREIRA DOS SANTOS (1980b).

¹⁹⁶ O Território Inventivo se organiza a partir de **quatro eixos estruturantes**, sendo eles: 1) **Reconhecimento das Potências**, voltado para a produção de análises, bases cartográficas, mapeamentos e proposições urbanas em favelas; 2) **Mobilização Social**, voltado para engajar diversos grupos e organizações atuantes nos processos de gestão e ocupação territorial; 3) **Formação**, voltado para a organização de cursos e atividades formativas no campo da educação urbanística, especialmente para jovens moradores de favelas; 4) **Visibilização**, voltado para a difusão de agendas propositivas, consolidando os processos realizados nas etapas anteriores, no sentido de incidir sobre as políticas públicas e nas ações coletivas na cidade, assim como influenciar o debate público sobre as favelas (BRAGA E TEIXEIRA, 2020, p.24-25).

Essas *maneiras outras* de pensar a atuação profissional nos territórios populares têm como pressuposto o exercício de uma **alteridade urbana**, que implica em considerar as distintas formas de produção do espaço, respeitando os anseios, opções estéticas e culturas próprias dos moradores, ao invés da busca pela imposição de uma lógica arquitetônico-urbanística hierárquica e desvinculada da vivência e desejos dos que ali habitam ou das expectativas dos que ali irão habitar.

PROPOSIÇÃO DE CATEGORIAS DE ANÁLISE

Para compreender as diferentes lógicas de operar na produção do espaço popular entre **especialistas** (baseados em um *saber teórico* adquirido academicamente e um *saber prático* adquirido no mercado formal) e **autoconstrutores populares** (assentados em um *saber construtivo empírico* desenvolvido na prática cotidiana), propomos uma leitura a partir de **quatro categorias** de análise, descritas na TABELA 9. Em cada uma dessas categorias buscamos estabelecer uma relação com a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA e seus dispositivos táticos.

CATEGORIA DE ANÁLISE	AUTORES DE REFERÊNCIA
1_ OS MÉTODOS	SÉRGIO FERRO, PAULO BICCA, SILKE KAPP, DENISE MORADO, JULIANA CANEDO
2_ OS TEMPOS	MILTON SANTOS, TALES LOBOSCO, SOLANGE CARVALHO, MONIQUE MARQUES
3_ AS ESCALAS	SOLANGE CARVALHO, MARCOS ALVITO, CARLOS NELSON F. SANTOS, LYDON E GARCIA, BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
2_ AS ESTÉTICAS	JACQUES RANCIÈRE, JAILSON SOUZA E SILVA, CARLOS NELSON F. SANTOS, PAULO REYES E GERMANA KONRATH

TABELA 9: CATEGORIAS DE ANÁLISE: ATUAÇÃO DE ESPECIALISTAS E AUTOCONSTRUTORES. FONTE: AUTORA (2024)

1_ OS MÉTODOS

O método de projetar tradicionalmente ensinado nas faculdades de arquitetura e urbanismo é relativamente recente. Como apontado no CAPÍTULO 1, a partir de Sérgio Ferro e Paulo Bicca, a ideia de que toda construção deva ser precedida da elaboração de projetos técnicos se consolida a partir do Renascimento, quando o trabalho intelectual de *prancheta* se separa do trabalho braçal do *canteiro*. Nesse período, contudo, a produção do espaço a partir do projeto prévio se restringia às construções consideradas relevantes, e, apenas com o advento da cidade industrial as construções comuns começam a compor o universo dos especialistas.

No contexto da Revolução Industrial, a moradia popular e seus espaços livres se tornam *objeto de projeto*, que passa a atuar como um instrumento disciplinar para controlar os hábitos de vida dos trabalhadores, incutindo novas formas de compor o espaço doméstico, os graus de privacidade e, sobretudo, as relações com a coletividade (KAPP, 2005). Com o incremento da produção capitalista do espaço, a autoconstrução, embora nunca tenha deixado de existir¹⁹⁷, perde sua legitimidade enquanto saber e passa a ser considerada uma produção menor e marginalizada em termos financeiros, legais e técnicos.

Quando a construção passa a ser concebida como valor de troca, visando a reprodução capitalista, há uma dissociação entre as etapas de concepção, construção e uso, com conseqüente valorização do desenho como elemento aglutinador dos trabalhos do canteiro. O projeto passa a ser expresso graficamente por

¹⁹⁷ Silke Kapp (2005) demonstra que, na produção capitalista do espaço, a crise habitacional se instala juntamente com a indústria. Se torna evidente que a precariedade de moradias é uma condição estrutural do sistema econômico, tendo em vista que a situação de vulnerabilidade pressiona as classes trabalhadoras a vender continuamente a sua força de trabalho.

meio do desenho, que opera na mediação entre a concepção da ideia e a sua realização concreta. Diante disso, constatamos na contemporaneidade haver uma supervalorização do lugar da representação e do desenho em detrimento das disciplinas tectônicas, técnicas e construtivas. Há, portanto, um foco nas **projeções abstratas** e um distanciamento cada vez maior do ambiente construído e das **experiências concretas**. Assim, ter projetos publicados em revistas e *sites* é tão ou mais prestigiado do que ter a obra implantada (KAPP ET AL., 2016[2008A]).

Além disso, na produção arquitetônica e urbanística, o projeto atua como um instrumento anterior e externo ao canteiro de obras, que já chega pronto para ser executado. Nesse instrumento são definidas previamente as tecnologias, os materiais, as ferramentas a serem empregadas em determinada obra, bem como seus quantitativos e etapas de construção. De outro modo, nos processos de autoconstrução popular é frequente que os procedimentos de concepção e construção ocorram de forma simultânea: o ato de construir é também o ato de conceber a ideia, testada na escala real. Em alguns casos até há um desenho ou croqui inicial, com indicações da obra a ser realizada, mas de modo geral, a obra é deflagrada a partir daquilo que se tem a mão – materiais e instrumentos restritos e que não foram necessariamente adquiridos para aquele contexto específico, tais como sobras de materiais e revestimentos ou o aproveitamento de ferramentas e maquinário. Essa característica incita uma inventividade que se manifesta na maneira de lidar com os materiais, suas conexões e técnicas construtivas, sendo que a gambiarra urbana está associada a esse modo de operar:

Assim, essas artesanias surgem na urgência dos acontecimentos, e, com isso, engendram-se no precário e no ordinário do real, inventam-se a partir do imprevisto e da improvisação, **resolvem-se imediatamente, no cotidiano, em ato**. Dessa forma, são ações que **não se deixam disciplinar** porque estão em movimento, e, por isso, não se cristalizam nem no tempo nem no espaço (MORADO NASCIMENTO ET.AL., 2015, P.34, GRIFO NOSSO).

A respeito das diferentes abordagens metodológicas entre esses distintos agentes do espaço, vale trazer sucintamente os resultados de um experimento realizado pelo *Grupo Morar de Outras Maneiras* (MOM/UFMG) na favela Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte¹⁹⁸. Contando com a participação de dois grupos, sendo um composto por estudantes do curso de arquitetura e urbanismo da UFMG e outro composto por jovens moradores da favela, o experimento consistia em montar um espaço em escala real a partir de materiais fornecidos, sem a imposição de regras pré-definidas. Tendo em vista os diferentes modos de produção do espaço de cada grupo foram constatadas duas formas de ação bastante diversas. Enquanto no grupo dos estudantes de arquitetura foi verificada a necessidade de determinar, planejar e prever de antemão os resultados, para só então partir para a execução concreta da intervenção; no grupo dos jovens da favela eles simplesmente “agiram, criando novas formas à medida que surgiam novas circunstâncias e à medida que dominavam, pela prática, as características concretas dos meios disponíveis” (KAPP, 2016[2008B], P.234).

Outro exemplo emblemático diz respeito ao processo de urbanização da favela Brás de Pina (1964-1975), no subúrbio do Rio de Janeiro. Coordenado pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO), o plano contou com a participação do grupo Quadra Arquitetos Associados – contratado pelo Estado para atuar como assessor, consultor e executor dos planos urbanísticos e habitacionais¹⁹⁹. A experiência é considerada pioneira em muitos aspectos:

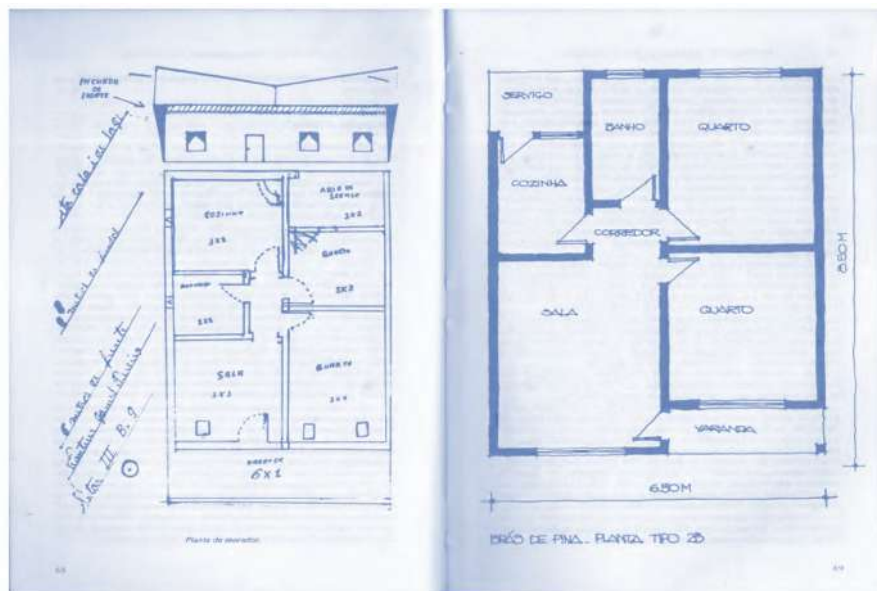
Na verdade, a urbanização se deu na base do empirismo, mas, surpreendentemente, a gestão do processo revelou-se, então, algo **transgressora**: a relação (ou a “parceria”) entre arquiteto e morador se deu à maneira, quase, de uma “antiarquitetura”, em que o que havia

¹⁹⁸ Para informações detalhadas sobre o experimento ver o artigo “Por uma Arquitetura não Planejada: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços” (BALTARZAR e KAPP, 2006).

¹⁹⁹ A urbanização de Brás de Pina, ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970, é tida como experiência paradigmática do processo de urbanização participativo em favelas, em um contexto de Ditadura Militar e de uma política habitacional remocionista. Para mais informações ver: FERREIRA DOS SANTOS (1981) e PULHEZ (2008).

de *precário, flexível, improvisado e inacabado* somou-se ao conhecimento dos técnicos através de um largo (e conflituoso) processo de *participação da população*. Os moradores apresentavam desenhos aos técnicos na tentativa de compor um projeto que contivesse um *saber da casa*, ou do *morar*, que não fosse puramente acadêmico (PULHEZ, 2008, p.111-112, GRIFOS DA AUTORA).

Nesse processo, os moradores foram incentivados a desenhar a planta de suas casas, com base em seus desejos e necessidades, e numa fase inicial foram obtidas mais de 300 plantas, as quais foram agrupadas pela equipe técnica em 13 plantas-tipo, sendo que uma das soluções foi desenvolvida integralmente pelos arquitetos e técnicos. Segundo Carlos Nelson (1981), as plantas-tipo eram apresentadas aos moradores de forma ampliada e chamativa, com a descrição das supostas vantagens e desvantagens de cada tipologia (p.ex. se permitiam ampliação, se permitiam a construção de pavimentos superiores, se possibilitavam incorporação de cômodos para estabelecimentos comerciais etc.). Dos 13 modelos ofertados, 35% dos moradores optaram por seus próprios projetos e 40% dos moradores optaram pelo modelo 2B (FIG. 335). Interessante notar que a planta integralmente desenvolvida pela equipe de arquitetos foi escolhida por apenas duas das aproximadamente novecentas famílias envolvidas no processo.



Croqui de morador (esquerda) e planta adaptada da CODESCO (direita).
Planta(s): SANTOS, C. N. F. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIG. 335: CROQUI ELABORADO POR UM MORADOR E PLANTA ADAPTADA PELA EQUIPE DO GRUPO QUADRA E CODESCO.
FONTE: CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS (1981, p.68-69)

Pelo exposto, podemos perceber que, dependendo da forma como é praticado, o desenho enquanto ferramenta projetiva pode ter alcances muitos distintos. Assim, nos parece fundamental revisitar metodologias e linguagens que ampliem o papel do desenho para além da sua representação técnica, normativa e formal, para que se converta num instrumento de diálogo e interação com os grupos implicados no processo. Ou até mesmo pensar em outras formas de conceber a intervenção que não necessariamente parta do desenho técnico como guia mestra, mas que experimente outras formas de desenvolvimento da ideia – como ilustrado nos exemplos acima.

Importante frisar que não se trata de tarefa fácil escutar e incorporar *de fato* as propostas e soluções trazidas pelos grupos populares para a resolução dos seus problemas cotidianos. Como demonstra Juliana Canedo (2017), a partir da experiência de assessoria técnica prestada pela FAU/UFRJ à favela carioca Indiana, há uma abertura e habilidade dos professores e alunos em assimilar e incorporar a visão dos

moradores no que tange à identificação dos problemas da comunidade (fase do diagnóstico), mas há uma resistência muito grande em acatar as proposições de soluções construtivas e projetuais (fase de concepção do projeto).

O problema é que **muitas dessas soluções vão de encontro a algumas questões que aprendemos na universidade e/ou com importantes pensadores das cidades**. No entanto, não se trata do diálogo entre aqueles que dominam o saber e os que não dominam, mas sim dos **conflitos entre formas de saber diferenciadas, uma mais pautada na experiência e na urgência do que a outra**. O desafio está em como articular essas diferentes visões de mundo, entendendo que, como técnicos, temos algum conhecimento específico, porém como moradores eles têm muito a nos ensinar sobre suas práticas cotidianas. Esta conciliação não é simples. **Por diversas vezes ao longo do trabalho nos questionamos com relação às nossas próprias certezas enquanto arquitetos e urbanistas. Por outro lado, os moradores também tiveram que questionar suas certezas e repensar suas próprias lógicas** (CANEDO, 2017, p.128, GRIFO NOSSO).

Diante desse embate, constatamos que uma mudança de postura profissional passa pela revisão de nossas próprias ferramentas, crenças e pressupostos. Precisamos demover o projeto de sua suposta neutralidade técnica para agenciá-lo como um campo de forças composto por vozes dissonantes, como um processo aberto aos conflitos, à imprevisibilidade, aos acordos e desacordos que, afinal, constituem a cidade como lugar do encontro, mas também da disputa (REYES ET AL., 2020). Nesse outro enfoque, o projeto deixa de ser uma linguagem gráfica fechada e hermética e passar a ser incorporado como uma plataforma relacional e interativa entre os especialistas, a comunidade envolvida e as pessoas implicadas na execução e construção das intervenções (MARQUES, 2010)²⁰⁰. Vale acrescentar que o projeto urbano em favelas possui um potencial importante como articulador de diferentes políticas públicas que muitas vezes estão dispersas e atuando de maneira isolada no território e, ainda, como um instrumento de articulação entre diferentes atores²⁰¹.

Especificamente, em relação às contribuições dos **métodos da gambiarra urbana popular**, vimos que seus procedimentos são alicerçados no *pensar-fazendo* e *fazer-pensando*, resultando em procedimentos mais horizontais de saberes e fazeres que reaproximam *mão e mente, projeto e canteiro, planejamento e improviso*. Nesse aspecto, a prática da gambiarra urbana na escala microlocal e cotidiana nos abre para possibilidades de *projetar-fazer* de forma mais complexa e experimental, por meio de processos menos estanques de conceber e praticar o espaço. Como ilustrado no DISPOSITIVO ALÇAR O ESPAÇO AÉREO, a laje, enquanto elemento central da paisagem popular, aponta para potencialidades de pensar o projeto como um processo inconcluso e provisório, aberto para incorporações e transformações ao longo do tempo [ADAPTABILIDADE].

Operacionalmente, a gambiarra *como processo* demonstra modos inovadores e desobedientes de lidar com as técnicas e materiais, que se utiliza de práticas astuciosas e ágeis de jogar com as regras. Seu procedimento operacional lida com a disponibilidade momentânea de recursos e suas ferramentas, modos de fazer, técnicas e conexões estão expostas e visíveis para todos. Nesse aspecto, aponta para a ideia de um código aberto, de compartilhamento de experiências, se afastando da linguagem hermética que costuma predominar na arquitetura e urbanismo hegemônicos. Como podemos observar no DISPOSITIVO HACKEAR AS INFRAESTRUTURAS, o que começa como uma ação individual de resolução imediata de uma necessidade básica de sobrevivência (p.ex. acesso à água, energia elétrica e saneamento), pode se

²⁰⁰ Um exemplo interessante nesse sentido é o da atuação da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi. A arquiteta desenvolveu ao longo de sua trajetória interessantes estratégias projetuais que reconheciam no desenho uma ferramenta para potencializar os projetos como campo aberto às contribuições e inferências dos envolvidos no trabalho, sejam eles mestres de obra, marceneiros, telhadeiros, serralheiros, bem como a participação da comunidade concernida. Lina frequentemente atuava diretamente no canteiro e mesclava tecnologias novas com o conhecimento e capacidade de elaboração dos próprios pedreiros e mestres de obra (MARQUES, 2010, p.127).

²⁰¹ Sérgio Magalhães em informação verbal para Solange Carvalho (2020).

transformar num **processo coletivo de transferência do aprender-fazer** e que estabelece uma prática social compartilhada entre os moradores [TRANSMISSIBILIDADE].

No DISPOSITIVO HABITAR AS FRONTEIRAS, a partir do exemplo da barreira construída entre a Linha Vermelha e a Maré, verificamos que a estrutura imposta pelo Estado para promover o controle e a ocultação da favela demonstra a dimensão política do projeto como instrumento de poder e de disputa permanente. Nesse aspecto, a tática de apropriação dessas estruturas pelos moradores demonstra sua capacidade de atuar nas brechas e desestabilizar o jogo do *outro*, nos fazendo questionar sobre métodos consolidados e, muitas vezes autoritários, de intervir sobre esses territórios [MALEABILIDADE].

Podemos extrapolar esses exemplos para pensarmos em métodos colaborativos e de cocriação²⁰², nos quais os habitantes deixem de ser consumidores passivos do “produto arquitetura”, com pouca ou nenhuma autonomia decisória, e sejam incorporados efetivamente como criadores ativos nas práticas de apropriação e transformação do seu espaço cotidiano. Essa forma de atuar poderia fomentar uma prática coletiva de autoria compartilhada, na qual as contribuições dos especialistas poderão ser discretas e pouco visíveis, diluindo a força da “assinatura” do arquiteto que transfere a cultura erudita do seu campo específico para um público leigo e “não letrado” arquitetonicamente. Assim, assimilamos que a prática da gambiarra questiona uma única lógica imposta pela racionalidade técnica e pela cultura produtivista, e aponta para outros métodos de conceber e projetar o espaço.



FIG. 336: MORADORA ESTENDE ROUPA NO VARAL ENQUANTO UM PILAR É ERGUIDO PARA ABRIGAR UMA FUTURA EXPANSÃO DA CASA. FONTE: JEAN BARRETO / IMAGENS DO POVO

2_Os TEMPOS

Coexistem no espaço urbano uma série de temporalidades distintas e heterogêneas, que resultam numa acumulação de tempos desiguais. Temos assim que o tempo não é o mesmo para os diversos agentes sociais, que respondem a ele de formas particulares. A essa observação, Milton Santos (2001) identifica haver uma coexistência dialética entre *tempos rápidos* e *tempos lentos*, sendo que o primeiro corresponde ao tempo acelerado da racionalidade técnica e dos fluxos hegemônicos (localizados nos espaços luminosos), e o segundo corresponde ao tempo vagaroso das contra racionalidades dos grupos populares

²⁰² O termo “cocriação” ou “co-design”, para Elizabeth Sanders e Pieter Stappers (2008), se refere à práticas compartilhadas entre especialistas e não especialistas trabalhando juntos em processos de projeto ou desenvolvimento de um produto. Para os autores, os usuários são “especialistas de sua própria experiência” e os profissionais devem atuar como facilitadores, oferecendo suporte e ferramentas para que os primeiros possam desenvolver suas ideias.

(localizados nos espaços opacos). Os atores do tempo rápido são aqueles comandados pela temporalidade globalizada, ordenadores do espaço total e responsáveis por organizar o trabalho dos homens lentos, os quais dependem da sua regulação. Já os atores do tempo lento respondem a relações de proximidade, adaptabilidade e flexibilidade, precisando se reinventar de forma dinâmica a cada movimento dos fluxos dominantes.

Interessante notar, contudo, uma **situação paradoxal** na distribuição dos tempos rápidos e lentos na produção do espaço. A arquitetura e urbanismo nos espaços luminosos trabalha com o tempo rápido dos cronogramas, dos prazos e metas a cumprir para a inauguração da obra “acabada”. Em contrapartida, as metodologias convencionais de projeto são realizadas por processos mais lentos, se comparados à urgência das ações táticas nos espaços opacos. Isso porque a maneira de fazer do projeto padronizado pressupõe reconhecer de antemão o que fazer, como fazer e o conjunto de tarefas e suas etapas encadeadas no tempo (p.ex.: estudo de viabilidade, programa de necessidades, anteprojeto, projeto executivo etc.).

Se nós arquitetos trabalhamos na perspectiva de um **tempo linear, de causa e efeito**, cronológico, projetar para depois construir – o homem comum, construtor/morador – trabalha na superfície, **no improvisado como um repentista**, aproveitando circunstâncias e ocasiões – **constrói com o que se tem no tempo que sobra, ou que dobra** (MARQUES, 2010, p.37-38, GRIFO NOSSO).

Na produção dos espaços opacos coexiste uma sobreposição de tempos, que convivem simultaneamente. De um lado, o **tempo da urgência**, marcado pelo tempo tático acima citado, que precisa jogar com os acontecimentos, se valendo das circunstâncias imediatas (p.ex. para aproveitar uma sobra de concreto; construir rapidamente um barraco para garantir a permanência e evitar uma possível remoção; fazer uma gambiarra ou ligação de água emergencial etc.). De outro, o **tempo processual e contínuo**, marcado pela concomitância das etapas de concepção, construção e uso por longos períodos, sendo o morador aquele que concebe a construção à medida em que a produz e a vivencia. Como bem observa Lobosco (2011, p.153), “a casa ‘acabada’ não existe sequer como um modelo imaginado”, mas como possibilidade latente de ampliação e modificação ao longo do seu ciclo.

Já nas intervenções promovidas pelo Estado, o maior controle do tempo visa garantir o planejamento físico-financeiro da obra e a integridade do resultado “final”, de forma a aumentar a eficiência e otimizar recursos materiais e financeiros. Nessa necessidade de assegurar o controle dos tempos políticos e financeiros, pouco ou nenhum tempo é concedido a ouvir os moradores em suas demandas. Como exemplo dessa situação, temos os conjuntos habitacionais de interesse social: sabemos que esses empreendimentos impulsionam o mercado de capitais (construtoras, incorporadoras, indústria da construção civil, bancos) e, portanto, devem ser implementados de acordo com os tempos rápidos: quanto mais ágil for o processo e mais padronizadas forem as unidades, maiores serão os lucros. Não há disposição em “gastar” tempo com processos participativos de fato, que se traduzam em projetos e obras mais adequados aos anseios e necessidades dos futuros moradores. Desse modo, após a ocupação das unidades, são os próprios habitantes que precisam dispor de seu escasso tempo para, **lenta e processualmente**, adequar as tipologias às suas demandas de vida que não foram contempladas ou sequer ouvidas. Esse processo ficou bastante evidente ao longo do CAPÍTULO 7, para os casos dos conjuntos habitacionais implementados pelo poder público na Maré.

A equalização desses diversos tempos não é simples, e podemos constatar que muitos são os conflitos na gestão dos tempos na produção da moradia popular, dentre os quais podemos citar: o tempo rápido do capital visando o lucro; o tempo da urgência dos moradores visando um teto; o tempo moroso do Estado visando o controle burocrático dos recursos; o tempo acelerado do Estado visando o ganho de capital político; o tempo lento dos técnicos visando o desenvolvimento de projetos de melhor qualidade; e, por fim, a frequente *falta de tempo* para a elaboração e concepção coletiva dos projetos.

Notoriamente, se trata de tarefa complexa, sobretudo se considerarmos que os projetos urbanos promovidos pelo poder público demandam de uma temporalidade delimitada em função de prazos

contratuais, da aplicação de dotações orçamentárias e dos tempos políticos de inauguração das obras. A este respeito Solange Carvalho (2020) percebe um descompasso entre as temporalidades da favela e os processos de urbanização empreendidos pelo Estado, e observa que, entre o início e o final do desenvolvimento dos projetos, ou entre o término do projeto e o início da implementação das obras, o território da favela já se modificou e são necessárias adaptações *in loco* para a nova situação de fato.

Os tempos de duração dos projetos e das obras públicas em favelas são geralmente superiores aos tempos programados. Isto se deve a vários motivos: por se tratar de obra pública e sujeita a maior controle; pelo ambiente já estar construído, habitado e em pleno funcionamento ao longo de todo o processo; pela necessidade de troca e participação dos moradores, e de levantamentos diversos do ambiente da favela para entendimento do território; pela lentidão nas aprovações e sucessivas paralisações, entre outros (CARVALHO, 2020, p.53).

Diante dessa multiplicidade de temporalidades sobrepostas e toda a complexidade derivada das imprevisibilidades das práticas cotidianas, a atuação dos arquitetos e urbanistas nas favelas precisa considerar diferentes horizontes temporais, considerando que os tempos do projeto não são lineares e que as suas etapas não podem atuar como uma camisa de forças totalizadora de todas as demandas no processo de produção do espaço. Assim, embora defendamos que no planejamento macro seja necessário um maior controle sobre as obras visando otimização de recursos e gastos públicos, reconhecemos que no contexto da microescala se faz necessário o desenvolvimento de ferramentas para que o tempo do projeto se adapte ao tempo da obra, dos recursos financeiros e técnicos disponíveis e das necessidades habitacionais da família.

Um exemplo interessante em relação ao agenciamento das distintas temporalidades pode ser encontrado no projeto do conjunto de habitação de interesse social Quinta Monroy, na cidade chilena de Iquique, elaborado pelo grupo Elemental, coordenado pelo arquiteto Alejandro Aravena. A proposta parte da possibilidade de mutação e crescimento das casas e dos espaços coletivos ao longo do tempo como geratriz do pensamento projetual. A solução encontrada para abrigar as 93 famílias – dentro das limitações do tamanho do terreno disponível e da verba existente – foi revisitar a ideia de moradias parcialmente construídas, prevendo a expansão por processos de autoconstrução dentro de uma estrutura formal inicial. A casa entregue era composta pela estrutura principal, circulação vertical e áreas molhadas, deixando um espaço vazio ao lado, para permitir a ampliação futura pelos próprios moradores, como fica demonstrado na passagem abaixo descrita pelos arquitetos do Elemental:

dado que 50% do m² dos conjuntos serão autoconstruídos, este edifício devia ser permeável, o suficiente, para que os crescimentos acontecessem dentro de sua estrutura. Por um lado, queríamos emoldurar (mais do que controlar) a construção espontânea, a fim de evitar a deteriorização do entorno urbano com o tempo, e por outro, buscávamos fazer o processo de ampliação o mais fácil possível (ELEMENTAL, 2012).

Nesse aspecto, trata-se de uma lógica projetiva que incorpora em sua concepção as modificações e as interferências realizadas ao longo do tempo pelos moradores como parte integrante do projeto, e não como “puxadinhos” e adições a serem reprimidas e encaradas como formas de descaracterização da obra original (FIG. 337-340). Vale ressaltar que esse tipo de solução incremental já era defendida por John Turner desde a década de 1950, e no Brasil, houve diversos exemplos de habitação social com essa lógica de construir uma casa “embrião”. No entanto, no caso brasileiro constatamos que as casas possuíam uma qualidade construtiva e de projeto muito inferior a praticada no caso chileno, com uma estrutura muito menos robusta, o que fez com que a maioria fosse demolida para a construção de uma nova casa no lugar.

O programa chileno incentivou a inovação nos projetos habitacionais e o envolvimento ativo dos residentes na coprodução de suas casas por meio de extensões subsequentes, sendo que as alterações possíveis foram acordadas previamente com os moradores (p.ex.: a limitação da verticalização, a utilização de materiais

leves para não sobrecarregar a estrutura e a não ocupação das áreas livres coletivas)²⁰³. Uma pesquisa de pós-ocupação da Quinta Monroy realizada por Carrasco e O'Brien (2021) revela, contudo, que embora parte das recomendações dos projetistas tenha sido respeitada, já são constatados diversos acréscimos para além dos limites estabelecidos (p.ex. ocupação das áreas dos quintais e pátios coletivos e instalação de gazebos nas frentes das casas). As principais justificativas para as ampliações adicionais se referiam à necessidade dos residentes acomodarem mais membros da família, proporcionarem maior privacidade para suas casas ou mesmo para sublocação de parte da casa para geração de renda. Ou seja, pouco se diferem das necessidades identificadas em nossa pesquisa de campo na Maré.

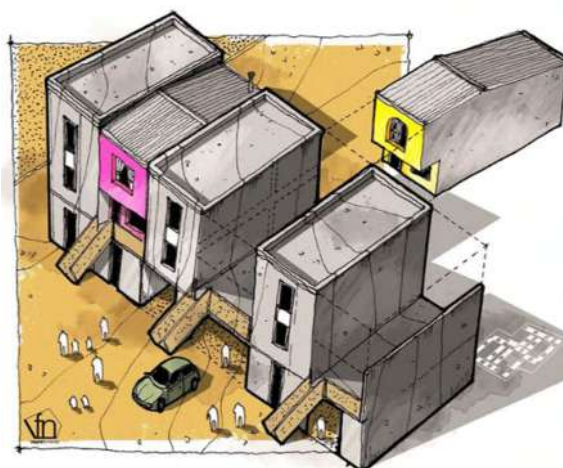


FIG. 337: CROQUI DO PROJETO PARA O CONJUNTO QUINTA MONROY. FONTE: ELEMENTAL



FIG. 338: VISTA INTERNA DA QUADRA DO CONJUNTO QUINTA MONROY EM 2004 (RECÉM CONSTRUÍDO) E EM 2012 (JÁ COM OS ACRÉSCIMOS PROMOVIDOS PELOS MORADORES). FONTE: ARCHDAILY / ESTUDIO PALMA / ELEMENTAL (2012)



FIG. 339: FACE DO CONJUNTO VOLTADA PARA A AVENIDA EM 2009 E EM 2017. FONTE: ESTUDIO PALMA (2009) / CARRASCO E O'BRIEN (2021)

²⁰³ Para mais detalhes sobre o programa e o projeto da Quinta Monroy ver Carrasco e O'Brien (2021) e Reys e Konrath (2022). O escritório Elemental também aplicou soluções de arquitetura incremental semelhantes em outros projetos, como por exemplo em Monterrey, no México (2010) e na Habitação Villa Verde, no Chile (2012-2013).



FIG. 340: VISTA INTERNA DE UMA UNIDADE HABITACIONAL DO CONJUNTO QUINTA MONROY EM 2004 (RECÉM CONSTRUÍDO) E EM 2012 (JÁ COM OS ACRÉSCIMOS PROMOVIDOS PELOS MORADORES). FONTE: ARCHDAILY / ELEMENTAL (2012)

Pelo exposto, nos parece indispensável questionar matrizes estáticas de projetar a habitação popular, e incorporar as demandas dos moradores ao longo do ciclo de vida, entendendo a habitação como um processo progressivo no tempo. Mesmo nas propostas mais rígidas e que buscam controlar e impedir as modificações (como no caso dos prédios de parede estrutural na Maré) pudemos verificar que os moradores acabam encontrando suas próprias formas de contornar os impedimentos. Assim, é coerente que os projetos já sejam concebidos com esse tipo de previsão, pois esse fato pode minimizar os problemas advindos das ampliações, como por exemplo a sobrecarga estrutural e dos sistemas de abastecimento e as questões relacionadas ao conforto ambiental das casas.

Sobre essa outra forma de incorporar a variável do tempo no projeto de casas populares, com suas incorporações e mutações promovidas pelos próprios habitantes, Reyes e Konrath (2022) propõe, ao invés de lamentar a falta de formalidade, valorizar a própria experiência vivida. Numa analogia da arquitetura com os sistemas de computadores, indicam a importância de “desprogramação” do projeto, de rompimento com as lógicas “default” padronizadas em direção ao projeto como código aberto.

Nesse aspecto, podemos inferir que GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA atua nessa desprogramação do projeto original, apontando para outras formas de lidar com as imposições estabelecidas a priori – o projeto como ponto de partida, não como ponto de chegada. Em relação à temporalidade, a gambiarra aglutina procedimentos que foram apartados no saber fazer arquitetônico-urbanístico hegemônico, tendo em vista que une o conceber e o fazer em processos concomitantes. Por outro viés, por seu caráter provisório e precário, a gambiarra dilui as ações em pequenos fragmentos temporais, nem sempre concatenados. Desse modo, a gambiarra atua **simultaneamente na contração e dilatação do tempo-espaço**.

Pelo DISPOSITIVO ALÇAR O ESPAÇO AÉREO, constatamos a existência de um potencial latente que desafia a noção de passado, presente e futuro: a laje que hoje é teto amanhã se tornará um chão; ao se tornar um chão, ela permite redimensionar o que já existia e apontar para novas possibilidades porvir [PROGRESSIVIDADE]. Além disso, no DISPOSITIVO AJARDINAR E REFRESCAR O ÁRIDO, as táticas de reutilização e reaproveitamento dos mais diferentes materiais (tambores de máquinas de lavar, caixas d’água, latas de tinta etc.) como suportes e impulsionadores para novos usos e funções nos levam a considerar a longevidade dos objetos para além do cumprimento de seus requisitos originais [DISPONIBILIDADE]. Esses procedimentos nos levam a indagar o que objetos e espaços podem vir a ser, além daquilo que já são. Nos permitem, assim, vislumbrar a manifestação da provisoriedade e do permanente estado de incompletude das coisas, indicando possibilidades do uso como invenção, em constante atualização no tempo e no espaço [TRANSITORIEDADE].

Nesse segmento, podemos especular que o projeto convencional opera em um tempo linear (tempo do progresso, do desenvolvimento, da modernização), que reduz a experiência do presente (um *ainda-não*) e expande a expectativa sobre o futuro (*o que pode vir a ser* num resultado formalizado e supostamente estático). Já a GAMBIARRA URBANA opera com **tempos sobrepostos e liminares**, em constante estado de transição e ambivalência: entre o *não-mais*, o *ainda-não*, o *que já é*, o *que pode vir a ser* e um *eis-então*. A

gambiarra, portanto, embaralha e desafia as noções estáticas e pré-concebidas do tempo linear: ela é *eternamente temporária*, mesmo se *durar para sempre*.



FIG. 341: PAISAGEM DAS LAJES EM ETERNA CONSTRUÇÃO. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)

3_AS ESCALAS

A escala de atuação da arquitetura e urbanismo nos territórios populares é bastante variável e transita entre ações pontuais de melhoramentos até os grandes planos de reestruturação urbana. De modo geral, os projetos urbanos promovidos pelo Estado nas favelas possuem uma atuação abrangente, que envolve ações mais ou menos coordenadas de atualizações infraestruturais, melhorias no sistema viário, qualificação de espaços públicos e intervenções arquitetônicas. Esses projetos se situam numa escala intermediária, localizada entre a grande escala dos planos urbanísticos e à pequena escala das ações de desenho urbano.

No contexto carioca, o Programa Favela Bairro é apontado por muitos autores como referência, por ter mudado o enfoque de como tratar o “problema favela” e também por sua escala de abrangência e atuação mais ampla do que as praticadas pelos programas anteriores. Em que pese os problemas de ordem conceitual expostos anteriormente (em suma, a indução de um novo *padrão* na favela que busca reproduzir a urbanização da cidade formal), o programa demonstrou a importância de pensar institucionalmente a questão da favela de modo articulado e integrado, indo além de soluções técnicas pontuais (as tradicionais políticas “bica d’água”) (CARVALHO, 2020). Em termos de escala, programas federais posteriores ao Favela Bairro, como o Programa de Aceleração do Crescimento para Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP, 2007-2014), abrangiam desde grandes projetos de “integração urbana” – que incluíam investimentos em infraestrutura, saneamento, transporte, equipamentos urbanos e regularização fundiária, associados aos programas de provisão habitacional nos moldes do PMCMV – até obras pontuais em grandes favelas (CARVALHO, 2020).

A atuação na pequena escala por parte dos arquitetos e urbanistas nas favelas costuma estar vinculada aos trabalhos de assistência ou assessoria técnica prestados diretamente às famílias ou grupos e entidades locais, conforme já mencionado no início deste capítulo. Essas ações têm por objetivo auxiliar os autoconstrutores no desenvolvimento de soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual e, por sua escala reduzida, possuem influência limitada ao contexto local. Um dos desafios nesse caso seria como promover a articulação multiescalar, entre a escala dos grandes projetos urbanos municipais ou metropolitanos e a pequena ou microescala do cotidiano.

A esse respeito, Marcos Alvito (2006) aponta para a coexistência de diferentes níveis de relações: que vão desde o nível *macrolocal* – composto pelas relações entre as favelas e as instituições locais e supralocais²⁰⁴ – até o nível *interlocal* – composto pelas micro áreas de vizinhança existentes no interior de cada favela. Esses níveis interagem o tempo todo e não devem ser tratados de maneira isolada, ou seja, a escala microlocal não deve perder de vista sua inserção no contexto mais amplo no qual se insere. Carlos Nelson Ferreira dos Santos é outro autor que indica a importância de investigar a microescala das favelas para compreender o quadro mais amplo dos fenômenos de favelização e periferização metropolitana. Segundo Magaly Pulhez (2008, p.109), Carlos Nelson invertia a ordem do jogo ao apostar em uma abordagem antropológica da dinâmica urbana baseada “na observação da *experiência cotidiana* como estratégia para o entendimento da formação de complexos arranjos territoriais”. Esse fato pode ser corroborado na passagem abaixo, na qual o antropólogo afirma:

Das favelas e de tudo o que vivi com os favelados ou que aprendi através dos contatos com eles, passei a **questionar cada vez mais os conjuntos urbanos como um todo**. Afinal, se nas pequenas partes havia tantos libelos contra as visões totalizantes [...] e autoritárias dos planejadores urbanos, nada me autorizava a acreditar na sua eficácia para explicar ou resolver problemas como os das enormes áreas metropolitanas e de suas periferias. Fui dirigindo meus enfoques para estas questões e descobrindo cada vez mais “novidades velhas”, isto é, coisas que só eram surpreendentes para mim e que eram mais do que comuns para os que as praticavam. **Fui dando passadas largas que, paradoxalmente, eram cada vez mais curtas, pois visavam atingir o detalhe, o caso, o milimétrico** (FERREIRA DOS SANTOS, 1980B, p.43, GRIFO NOSSO).

Em direção semelhante, em nossa pesquisa na Maré focalizamos na investigação da escala cotidiana – centrada nas relações de vizinhança e nas ações e negociações que se dão numa pequena coletividade territorial, sem a necessidade de grandes aparatos burocráticos para mediar essas relações. Como vimos, na autoconstrução popular são os próprios moradores que edificam e transformam suas casas e espaços coletivos a partir da experimentação das possibilidades em **escala real**. São processos marcados pela tentativa e erro, construção, demolição e reconstrução. É inegável que essa lógica construtiva implica em gastos financeiros e desperdício de materiais, que requerem investimentos constantes para corrigir problemas advindos das patologias construtivas ou de decisões pouco eficazes.

Justamente por essa lógica, baseada no teste e no aprender-fazendo, as experiências com Assessoria Técnica conduzidas pelo grupo PRAXIS/UFMG em uma favela de Belo Horizonte constataram que os moradores se mostravam confusos e inseguros em relação à representação do espaço em outra escala que não a real. Para facilitar esse entendimento, foram elaboradas ferramentas de comunicação para permitir a experimentação de arranjos espaciais o menos abstratos possíveis (maquetes físicas e modelos digitais tridimensionais simplificados, kits de mobiliário) e até representações na escala 1:1, que possam simular a intervenção na escala real. Afinal, como observou um morador da favela Acaba Mundo em Belo Horizonte: “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”²⁰⁵.

Nesse aspecto, algumas das metodologias do **Urbanismo Tático** (UT) podem contribuir, especialmente por permitirem visualizar novas possibilidades concretamente no espaço, se afastando da abstração das representações arquitetônicas e urbanísticas herméticas. A abordagem metodológica do UT prevê uma fase inicial chamada “fase zero”, na qual soluções de baixo custo e fácil execução **são testadas de forma experimental na escala real**, como forma de avaliar a eficácia e balizar investimentos mais permanentes e vultosos. Essas ações permitem visualizar as intervenções em escala e tempo reais, para só então serem

²⁰⁴ Essas instituições, embora possam possuir enraizamentos no território (caso das ONGs, associações de moradores, igrejas ou grupos criminosos), respondem à estruturas mais abrangentes (como a Polícia, o Estado, a Igreja, o tráfico internacional de drogas, etc.), demonstrando a complexidade das tramas que compõe o território.

²⁰⁵ Informal oral de Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo, concedida aos alunos da Disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” no âmbito do grupo PRAXIS-EA-UFMG (LINHARES, 2018, p.147).

concebidas para um longo prazo, evitando despesas e gastos desnecessários e que possam repercutir em formas de aprendizagem social (LYDON E GARCIA, 2015; BARATA, 2018).

Como exemplo de ação de Urbanismo Tático na Maré, temos a intervenção realizada na Praça da Paz, no Conjunto Nova Maré. A ação foi desenvolvida pelo eixo de Direitos Urbanos e Sócio Ambientais da Redes de Desenvolvimento da Maré e buscou promover a ativação do espaço, que estava abandonado, cheio de lixo e estigmatizado por ser um local marcado historicamente por uma série de confrontos entre facções rivais (FIG. 342). A ação, embora de pequena escala, mobilizou a comunidade para a transformação e ressignificação do espaço.



FIG. 342: AÇÃO DE URBANISMO TÁTICO REALIZADA NA PRAÇA DA PAZ, NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)

Em relação a **escala da gambiarra urbana popular** podemos aferir que ela se contrapõe ao que Boaventura de Souza Santos (2013b) denominou de “monocultura da escala dominante”, a qual estabelece um padrão único de desenvolvimento, baseado na homogeneização das práticas e saberes em uma escala global e universal, suprimindo ou marginalizando outras formas de conhecimento e modos ação que não se encaixam nessa lógica dominante. A gambiarra urbana é sempre situada, e depende do local, técnicas e materiais disponíveis em um dado contexto e sua escala costuma ser reduzida, com intervenções pontuais para resolver demandas específicas.

O DISPOSITIVO INFILTRAR NAS BRECHAS nos dá a dimensão de como qualquer pequena fresta urbana pode ser incorporada e apropriada para usos cotidianos diversos e não previsíveis, apontando para operações táticas espaciais na microescala do cotidiano [MALEABILIDADE]. Já o DISPOSITIVO AVARANDAR A RUA revela a possibilidade de expansão de limites e domínios entre as escalas privadas e coletivas, ampliando as funções que a rua pode abarcar [ADAPTABILIDADE].

A escala da gambiarra urbana se afasta dos critérios de produtividade capitalista, e nos remete a processos menores e singulares, de pequena escala e baixa reprodutibilidade. Essa escala não consegue ser captada pela representação dos mapas cartesianos e projeções aéreas do urbanismo, e só pode ser percebida a partir da experiência do corpo na cidade, na construção de cartografias particulares e sempre provisórias.

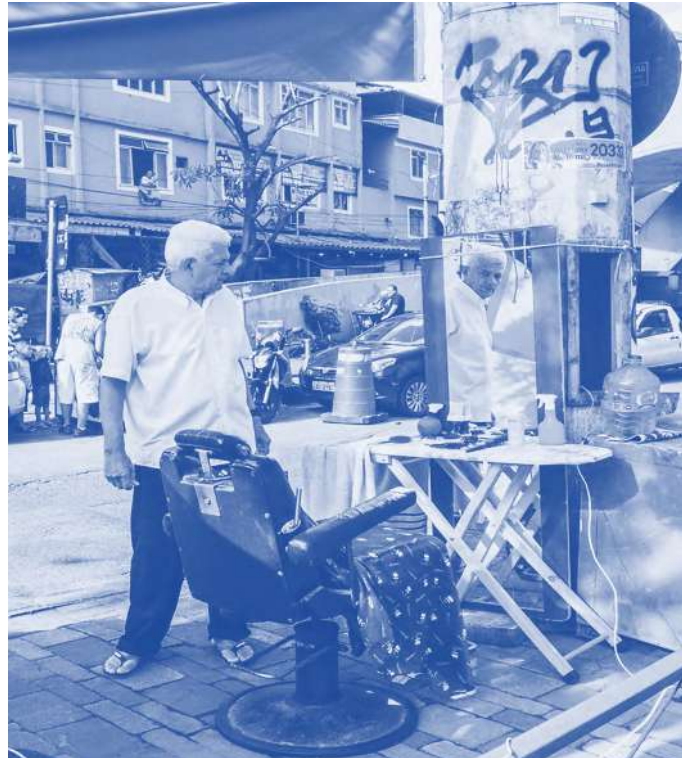


FIG. 343: BARBEARIA INSTALADA EM RUA DA ROCINHA QUE USA TÁBUA DE PASSAR ROUPA COMO SUPORTE.

FONTE: ALLAN ALMEIDA/ IMAGENS DO POVO

4_AS ESTÉTICAS

Para pensarmos sobre a diferenciação entre a estética construída pelo campo disciplinar da arquitetura e aquela existente nos territórios populares, nos valem sucintamente da contribuição do filósofo francês Jacques Rancière (2009) sobre o tema. O autor propõe uma abordagem estética que não inclui apenas a tradicional associação do termo com a arte e a beleza, e busca compreender como a sua percepção é estruturada e compartilhada na sociedade, abrangendo todas as práticas e formas de expressão que moldam nossa compreensão do mundo (que ele denomina de partilha do sensível).

Assim, muito embora, o domínio estético no campo arquitetônico não se restrinja unicamente ao belo e seja vinculado ao contexto cultural, histórico e social em que se insere, é inegável que nossos referenciais ainda são em grande medida colonizados pelos princípios de beleza, proporção, harmonia, legibilidade da forma, ordem e hierarquia. Como exemplo dessa colonização do nosso imaginário coletivo podemos citar a permanência do ideal da urbe na antiguidade clássica ou no renascimento europeu, ou das cidades funcionalistas modernas e, ainda, dos princípios de boa forma da cidade.

Esses ideais perpetuam a ideia de projetar segundo modelos pré-concebidos de “excelência” e que podem facilmente serem convertidos em dispositivos de legitimação do saber-fazer hegemônico e hierarquizado, no qual “o planejado e formal é superior ao informal e espontâneo e onde o saber acadêmico vale mais que as práticas cotidianas” (REYES E KONRATH, 2022). Nesse processo de produção de subjetividades, as práticas espaciais populares, com suas estéticas próprias, são relegadas a uma posição de inferioridade, fazendo com que muitas vezes os moradores de favelas se sintam constrangidos de seus espaços de vida e

busquem assimilar as referências estéticas da cidade formal. Como já fartamente exposto, as intervenções arquitetônicas e urbanísticas em favelas, em maior ou menor grau, sempre tiveram como pano de fundo uma missão disciplinadora, que buscava incutir nesses territórios os hábitos, valores e concepções estéticas hegemônicos.

Paradoxalmente, esses fatos não impedem que haja uma estetização da pobreza e da cultura da favela, tanto no campo da arquitetura quanto das artes de maneira mais abrangente (p.ex. a valorização do samba, do funk, da capoeira, do vernáculo popular etc.). Se por um lado essa valorização demonstra a pluralidade, a relevância e a riqueza estética das favelas, por outro, ela pode contribuir para o reforço às representações dominantes no senso comum, como se a inventividade imanente desses territórios só fosse legitimada a partir do olhar da dita “cultura erudita”. Um ponto crítico dessa estetização é que ela pouco dialoga com a transformação efetiva do real, criando uma espécie de realidade imaterial que é divulgada em exposições de arte, revistas e mídias como uma cultura *exótica a ser consumida*.

É preciso colocar em destaque que a inventividade dos territórios populares não se vincula apenas ao fazer da cultura como um lazer, ou mesmo um simples produto para consumo. **Originadas de concepções, percepções e vivências dos próprios moradores, há nas criações artísticas populares, em seus laços com o território, uma espécie de tradução de outros significados de cidade.** Falamos da produção de saberes, do compartilhamento de experiências e do enfrentamento de desafios que envolvem a vida cotidiana nas favelas (SOUZA E SILVA ET AL., 2020, P.57, GRIFO NOSSO).

Nesse seguimento, os autores defendem que as favelas inventam “sabedorias territoriais” como estratégias de apropriação e uso do espaço urbano, e corroboram este argumento com referência ao legado de Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1982), que alegava que as favelas eram espaços de invenção de arquiteturas vernaculares, com seus modos construtivos e estéticas singulares, e defendia que esses territórios consistiam em um patrimônio vivo e dinâmico que deveria ser compreendido como alternativa viável aos padrões urbanísticos hegemônicos.

Paulo Reyes e Germana Konrath (2022) questionam a adjetivação pejorativa que o próprio campo da arquitetura concede a chamada “estética periférica” e refutam a noção colonizadora de que exista uma única estética, mas sim uma multiplicidade de estéticas periféricas, cada qual com sua respectiva linguagem e matizes. Defendem, ainda, que as construções populares podem ser “encaradas como contribuições e aprendizados – e não pejorativamente como puxadinhos e enjambrações sem sentido, desprovidos de valor estético” (p.6).

Um exemplo bastante emblemático desse conflito de estéticas pode ser percebido em relação ao conjunto habitacional operário *Cité Frugès*, projetado por Le Corbusier em 1924, em Pessac, França. Seguindo as premissas da arquitetura moderna, Corbusier concebeu um conjunto do tipo *máquina de morar*, com uma estética limpa e industrial e que nada lembrava as casas cheias de adornos às quais os trabalhadores estavam habituados. Contudo, esses mesmos trabalhadores, que passavam o dia todo nas fábricas não desejavam chegar em casa após longas jornadas de trabalho e verem reproduzidas as mesmas dinâmicas industriais. No final da década de 1960, o arquiteto e urbanista francês Philippe Boudon (1969) entrevistou e documentou as alterações realizadas pelos próprios moradores ao longo das décadas, segundo ele num processo de “vernacularização estética”.

O autor observa que, com o tempo, foram sendo introduzidas uma série de alterações (FIG. 344), no mais puro estilo *bricoleur*: as fachadas foram repintadas, os terraços foram fechados e as garagens ganharam novos espaços, galpões foram construídos nos jardins. Parte das alterações no conjunto foram realizadas como soluções técnicas para problemas práticos identificados, como por exemplo o acréscimo de telhados inclinados para contornar problemas de vazamento nos telhados planos e a mudança no formato das aberturas pelo fato de não haver modelos substitutos prontos para as janelas e portas originais. Numa direção semelhante, o filósofo Alain de Botton observa que:

Em poucos anos, os operários transformaram os seus cubos corbusianos idênticos em espaços privados, diferenciados, capazes de fazê-los lembrar das coisas que sua vida funcional lhes havia tirado. Sem se preocuparem se estavam estragando os projetos do grande arquiteto, eles acrescentaram às suas casas telhados pontudos, persianas, pequenas janelas de caixilho, papéis de parede floridos e cercas de estaca no estilo vernacular e, feito isso, passaram a instalar uma variedade de fontes ornamentais e duendes nos jardins em frente de casa (BOTTON, 2006, p.164, GRIFO NOSSO).

Curioso notar que, quando o próprio Le Corbusier foi convidado a comentar sobre as alterações autoconstruídas em Pessac, ele afirmou de maneira bastante surpreendente: “Sabe, a vida está sempre certa; é o arquiteto quem está errado” (CORBUSIER APUD BOUDON, 1969).



FIG. 344: PROJETO ORIGINAL EM 1929 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELOS MORADORES EM 1967, EM CITÉ FRUGÈ, PESSAC. FONTE: BOUDON (1969)

No caso da Maré, a concepção de estéticas singulares próprias de território foi revelada no DISPOSITIVO PERSONALIZAR O MORAR, quando percebemos que as adaptações empreendidas pelos moradores têm muitas vezes o intuito de atender à requisitos estéticos vinculados aos gostos e preferências e não apenas às questões funcionais e materiais [SINGULARIDADE].

Esses fatos nos levam a crer que, ao invés de lamentar a falta de formalidade, harmonia e legibilidade, podemos celebrar os potenciais latentes dessas práticas populares. Desse modo, na **GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA**, com sua pulsão inventiva e desobediente aos desígnios dados pelo projeto, o *ordinário* pode se tornar *extraordinário*, e o que nossa cultura convencionou chamar de “usuário” pode se tornar *arquiteto/engenheiro/inventor/cientista/repentista/artista*, mesmo que precária e temporariamente.



FIG. 345: FACHADA DE CASA EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)

GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA: AME-A OU DEIXE-A?

O homem que diz "dou" não dá, porque quem dá mesmo não diz
O homem que diz "vou" não vai, porque quando foi já não quis
O homem que diz "sou" não é, porque quem é mesmo é "não sou"
O homem que diz "tô" não tá, porque ninguém tá quando quer

[trecho da música *Canto de Ossanha* (Baden Powell e Vinicius de Moraes, 1966)]

Os afro-sambas de Baden Powell e Vinicius de Moraes promovem uma mistura entre a influência dos orixás da cultura afro-brasileira, a formação erudita e polifônica do violonista e o lirismo do *poetinha*. Na música *Canto de Ossanha* observamos que toda afirmação é negada, em um constante movimento dialético de tese e antítese. Ossanha, como outros orixás, é ambivalente e transgressor. “Exu não é nem o *eu*, nem o *outro*, ele comporta em si o *eu* e o *outro* e toda a possibilidade de encontro/conflicto/diálogo entre eles” (RUFINO, 2019, p.43).

Como buscamos evidenciar ao longo da tese, a GAMBIARRA se situa nesse campo polissêmico e ambivalente, sujeita a leituras múltiplas, num jogo constante de negação e valorização, que promove distintas narrativas dependendo do contexto. Nesse sentido, percebemos ser improcedente tentar realizar algum tipo de síntese universalizante do fenômeno ou tentar circunscrever a gambiarra em uma classificação binária e dicotômica:

Como se tivéssemos que aderir ou deixar as práticas “do jeitinho brasileiro”, do uso indevido da iluminação, dos “gatos e outras feiturinhas urbanas”. Como se existisse apenas claro e o escuro. **Como se estivéssemos diante do retorno de uma enunciação conhecida historicamente: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Só que agora é “Gambiarra, ame-a ou deixe-a”,** seja ela uma gambiarra estética, jurídica ou política (DUNKER, 2019B, s/p., GRIFO NOSSO).

À medida em que a pesquisa foi se descortinando e que fomos nos aprofundando no tema da GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA em suas múltiplas dimensões, percebemos que – mais do que *amá-la* ou *deixá-la* – nos interessava especialmente explorar limites menos rígidos e mais fluidos **entre** essas possibilidades: *entre* o certo e o errado, *entre* o formal e o informal, *entre* o concreto e o abstrato, *entre* o projeto e o improvisado e, sobretudo, **entre o eu e o outro**. E foi justamente a partir desse exercício de alteridade e de incorporação de limiares conceituais, teóricos, metodológicos, narrativos e práticos que esta tese se abriu na direção de refletir sobre um fenômeno peculiarmente brasileiro.

HABITAR AS INCERTEZAS

Investigar um tema que é fartamente conhecido no jargão popular e, inversamente, muito pouco debatido no campo acadêmico, se apresentou desde o início como uma operação complexa (e quiçá arriscada), e suscitou uma série de desafios durante o percurso. Para seguir adiante foi preciso confrontar e revisar conceitos e preconceitos tanto em relação à produção do espaço urbano popular quanto ao próprio ofício da arquitetura e do urbanismo.

Lefebvre, na apresentação do *Direito à Cidade* (2008[1968]), afirma que o fenômeno urbano é desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e até mesmo para a **imaginação**. Diante desse triplo desafio – teórico, prático e imaginativo –, perseguimos os vestígios que frequentemente escapam aos estudos urbanos tradicionais, para vislumbrar nas táticas espaciais da gambiarra urbana maneiras de saber-fazer que possam alargar o horizonte disciplinar. Para tanto, cruzamos fronteiras disciplinares no

intuito de pensar a produção cotidiana do espaço que opera nas frestas, nas lutas diárias dos territórios populares e que são, frequentemente, relegadas pelas narrativas urbanas oficiais.

Olhando em retrospecto, a composição da tese abarcou uma multiplicidade de campos e transitou entre universos diversos – artes visuais, música, literatura, arquitetura e urbanismo, planejamento urbano, sociologia urbana, geografia, design de produtos e até mesmo os memes da internet – que resultou num exercício de compor por fragmentos o que se tornou a leitura da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA enquanto objeto de pesquisa e categoria analítica.

Nesse sentido, embora possamos reconhecer que essa multiplicidade de vozes e interseccionalidades possa ter levado a algumas inconsistências teóricas e deslizes conceituais pelo caminho, intentamos assimilar o que Lúcio Kowarick (2000) denominou de uma *investigação subversiva*: aquela que revolve, perturba e desestabiliza o estado das coisas e das ideias, em busca de chaves outras que não apenas as já consagradas por dogmas e correntes do pensamento científico. Nessa exploração, questionamos a pretensa neutralidade técnica presente nas narrativas hegemônicas a respeito do planejamento e projeto urbano para compreender seu papel de colonização do imaginário sobre a cidade e a cidadania que afloram nos contextos opacos.

HACKEAR AS NARRATIVAS URBANAS

A tese, embora esteja alicerçada na **dimensão tática da escala cotidiana**, buscou não perder de vista as dinâmicas macroestruturais e a importância do Estado como organizador das **estratégias urbanas** e como garantidor da efetivação de direitos e deveres na gestão das políticas públicas nos territórios populares. Defendemos que o poder público não deve renunciar ao seu papel regulador, no sentido de conduzir os rumos do desenvolvimento urbano. Isso não quer dizer, contudo, a imposição de planos e projetos que excluam do debate os diversos atores envolvidos, em especial, os grupos populares e subalternizados e, tampouco, significa impedir todas as possíveis manifestações de autonomia decisória dos moradores sobre seus espaços na pequena escala cotidiana.

Creditamos o insucesso ou a baixa aceitação de muitos projetos urbanos e habitacionais nos territórios populares justamente à falta de abertura e influência dos moradores para debater sobre a concepção, implementação, gerenciamento e avaliação dos projetos. Postulamos, assim, que o fato do planejamento procurar prever a evolução dos fenômenos urbanos não deve significar a negação de certo grau de indeterminação, abertura, improvisação e flexibilidade na microescala – da qual a gambiarra urbana é uma das manifestações correntes.

Pela nossa experiência de campo na Maré ficou evidente que, a despeito do Poder Público reprimir ou tolerar discretamente as transformações autogeridas realizadas pelos moradores, as ações táticas não cessaram em nenhum momento de sua trajetória – desde os processos de ocupação iniciais até os tempos atuais. Essas práticas de insubordinação apontam para a potência da construção de uma cidadania e de um urbanismo insurgentes nos territórios populares, que se inventam e se reinventam continuamente *sem* o Estado, *apesar* do Estado e até mesmo *contra* o Estado (HOLSTON, 2008; LOPES DE SOUZA, 2010).

Assim, embora possa parecer um contrassenso falar em planejamento ao tratar do tema da gambiarra urbana, as transformações inventadas e empreendidas pelos grupos subalternizados, fora dos domínios profissionais, podem ser entendidas como práticas de planejamentos insurgentes. Essa perspectiva amplia a narrativa em termos de quem são os sujeitos autorizados a planejar e, em última instância, produzir e participar ativamente da cidade.

INFILTRAR NO PENSAMENTO URBANÍSTICO

Observamos, ao longo da revisão bibliográfica, que a prática da gambiarra – por seu caráter popular e marginal – raramente é tratada enquanto objeto ou tema de estudos acadêmicos relacionados à produção do espaço urbano. Como contribuição, procuramos trazer ao centro da análise um fenômeno que costuma aparecer nas bordas e nas entrelinhas dos debates urbanos, conferindo maior relevância à sua compreensão para além do senso comum e da visão pejorativa restrita ao seu aspecto precário e malfeito. Tendo em vista a lacuna sobre o tema da *gambiarra relacionada ao ambiente construído*, optamos por entrecruzar três grupos na literatura, que contribuíram cada qual à sua maneira para a consolidação do objeto de estudo:

- O primeiro grupo vincula-se à literatura específica sobre o fenômeno da gambiarra de maneira abrangente, sobretudo a partir dos campos do design e das artes, que nos forneceram suporte para decifrar suas raízes, seus procedimentos operacionais, suas potencialidades e seus embates;
- O segundo grupo diz respeito à literatura urbanística que gravita em torno do universo da produção do espaço em favelas e assentamentos precários, e que aportou contribuições sobre a relação conflituosa do Estado com os territórios populares e da relação do planejamento urbano com a autoconstrução popular;
- O terceiro grupo está vinculado à literatura que aborda as diferentes formas de atuação dos arquitetos e urbanistas frente a esses territórios, bem como das correntes do urbanismo que incorporam em seus discursos e abordagens a dimensão tática e cotidiana do espaço.

Para possibilitar o entrelace de leituras tão diversas, tanto em termos de campos disciplinares quanto de tradições teóricas e conceituais, o exercício de um **pensamento liminar** foi fundamental, por permitir transitar por diferentes zonas do conhecimento, e cruzar fronteiras sem a pretensão de se fixar em nenhum dos lados, mas justamente se estabelecer nesse *entre-lugares*.

Dentre as concepções que, em um polo, advogam em direção a uma perspectiva autonomista das práticas autoconstruídas e, em outro, as concepções que identificam nessas práticas um processo de exploração da força de trabalho dos grupos populares, buscamos promover infiltrações entre os dois extremos, de forma a não recair numa visão romantizada ou fatalista da prática da gambiarra, na compreensão da existência de um emaranhado de potencialidades, disputas e negociações que permeiam o tema.

Nesse exercício, Milton Santos foi um autor fundamental para navegar na complexidade das relações socioespaciais nos processos de territorialização das favelas e periferias brasileiras, especialmente por sistematizar teoricamente a existência de pares dialéticos em constante interação e sobreposição: *espaços opacos e luminosos, horizontalidades e verticalidades, circuito inferior e superior da economia urbana*.

Além disso, uma atenção acurada à dimensão cotidiana foi fundamental para a leitura da realidade socioespacial dos territórios populares, especialmente a partir das formulações de Michel De Certeau e Henry Lefebvre. Um olhar voltado às micropáticas cotidianas nos permitiu perceber, de um lado, a inconsistência e inadequação de grande parte das políticas urbanas de interesse social sob o marco capitalista e neoliberal, e de outro lado, a potência das pequenas ações e subversões diárias enquanto processos de formação de sujeitos e coletividades, em constante disputa no território.

Para repensar os limites e possibilidades de atuação profissional na produção cotidiana do espaço popular, o contributo de Certeau (1998[1980]) foi fundamental, na medida em que articulou as ações estratégicas empreendidas pelo Estado e pelo mercado e sua contraposição tática empreendida pelos grupos populares. Constatamos, nessa articulação, um forte desequilíbrio de forças, no qual as estratégias ditam as regras do jogo e as táticas a elas resistem, num movimento constante de ação e reação. E, é justamente, nesse movimento que irrompem maneiras adaptativas de se apropriar e reconfigurar o espaço, das quais a gambiarra urbana se faz presente.

O debate brasileiro sobre a importância da convergência entre saberes técnicos e especializados e os fazeres empíricos e práticos na produção dos territórios populares não é novo, e remonta às discussões travadas sobretudo a partir da década de 1960, quando as favelas deixam de ser interpretadas apenas como um problema a ser controlado e passam a ser valorizadas pelas ciências sociais como campo de estudo e berço de um saber-fazer popular (VALLADARES, 2005). Não obstante, participamos deste debate sob um ângulo próprio, ao trazer a especificidade da gambiarra como ação tática de sucessiva e contínua adaptação e transformação do ambiente e da paisagem urbana doméstica.

INCORPORAR A ASTÚCIA DO SABER-FAZER

Consubstanciamos o aporte teórico-metodológico da tese com a experiência empírica no Conjunto de Favelas da Maré, na intenção de investigar na prática concreta as premissas e hipóteses trabalhadas ao longo do percurso. Nesse propósito, o caso referência possibilitou estabelecer um diálogo entre os autores convocados e a observação ativa da gambiarra urbana na sua materialidade e vivência cotidiana, a fim de não se limitar apenas ao olhar teórico do fenômeno.

Ao investigarmos a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA em suas múltiplas manifestações no território da Maré abordamos práticas que variam de acordo com a conjuntura cultural, social, material e histórica. Desde a origem da sua ocupação até o momento atual pudemos verificar amplas transformações tanto na sua configuração espacial, quanto nas relações sociais estabelecidas entre Estado, habitantes, associações de moradores e grupos paraestatais presentes no território. Esses diferentes atores estruturam uma rede complexa de relações e instituições locais e supralocais que organizam a vida coletiva e os processos de uso e ocupação do espaço.

A Maré, como um laboratório de projetos e programas urbanos e habitacionais, se apresentou como um campo fértil para compreender as posturas e políticas estatais adotadas ao longo do tempo diante dos espaços de moradia dos grupos populares, e, em contrapartida, observar como essas políticas repercutiram em diferentes táticas e movimentos de resistência empreendidos pelos moradores em cada uma dessas fases. Por um lado, pudemos identificar que os planos e projetos promovidos pelo poder público foram importantes marcos para melhorar as condições de urbanidade e habitabilidade e também para assegurar a permanência dessa parcela da população no território. Por outro lado, também pudemos constatar que as estratégias de intervenção instituídas pelo Estado ao longo da trajetória mareense não conseguiram absorver ou incorporar as lógicas e os tempos do saber popular e suas formas de apropriação do espaço. Ou seja, a população-alvo das políticas urbanas e habitacionais nunca foi devidamente reconhecida como agente legítimo e fundamental na elaboração e desenvolvimento dos projetos e planos.

Os processos de transformação do ambiente construído empreendidos pelos moradores – seja por ações mais radicais de autoconstrução ou por pequenas adaptações das unidades fornecidas pelo Estado – não dizem respeito apenas ao componente físico resultante, mas incluem a vivência e a significação atribuídas às formas de habitar o território. Em sintonia com autores como Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Solange Carvalho e Tales Lobosco, postulamos que o espaço urbano popular não é caracterizado pela completa ausência de ordem e regras urbanas, mas por uma manifestação singular de práticas, táticas e dispositivos de estruturação e autogestão do território.

Essa condição conduz a existência de uma estrutura urbana ambígua e complexa, na qual a organização do espaço opera por mediações entre legalidades e ilegalidades, ausência e presença do Estado e pela criação de acordos tácitos e regras de convivência próprias entre os moradores e as instituições locais. Na Maré isso pôde ser percebido na atuação das Associações de Moradores, que funcionam como instâncias locais de ordenamento urbanístico, ou na atuação dos grupos de tráfico de drogas, que impõem um poder de polícia local que dita normas e regras próprias de regulação das práticas socioespaciais. Esses acordos internos ao território também fomentaram iniciativas comunitárias criativas, dentre as quais podemos citar

o “Cocôzap”, como um canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo na Maré.

Como já afirmado na introdução da tese, não foi nosso intuito construir uma espécie de apologia da precariedade, da informalidade e da gambiarra como “solução” para os problemas urbanos dos espaços populares. Pudemos constatar uma série de problemas e limitações que não devem ser negligenciados, relativos principalmente ao comprometimento do ambiente construído e da habitabilidade das moradias, à subdivisão interna das unidades, à ocupação das áreas livres e coletivas, à segurança construtiva e estrutural, à funcionalidade, à salubridade e ao conforto ambiental. Ademais, existem sérias questões, que não foram objeto de aprofundamento da pesquisa, mas que impactam gravemente na vivência dos moradores da Maré, dentre as quais podemos destacar a existência voraz de um mercado imobiliário informal de terras e imóveis e os impactos das estratégias do urbanismo miliciano, cada vez mais incorporadas pelos grupos criminosos atuantes no território.

Esse conjunto de problemas, contudo, não se restringe apenas à ordem arquitetônica e urbanística, e precisa ser compreendido em uma conjuntura mais ampla de distinção territorial de direito à cidade, na qual cidadãos de uma mesma cidade têm seus direitos mais ou menos garantidos dependendo da classe social, da raça e do território em que habitam (SOUZA SILVA ET AL., 2020, P.246). Essas formas de distinção, como vimos, estabelecem hierarquias e fronteiras ambíguas entre quem está *dentro ou fora* da ordem urbana, com perversas consequências para a vida dos grupos populares.

Diante desse quadro, não pretendemos adotar uma única perspectiva, na qual as práticas populares informais e autoconstruídas sejam tidas como sempre benéficas para o território, e tampouco, relegar a importância dos planos e projetos arquitetônicos e urbanísticos como elemento de articulação do processo de intervenção pública nos assentamentos populares, mas **imaginar formas de coexistência e contaminação entre essas distintas escalas e formas de atuação.**

Ao constatar a permanência e resistência das práticas espaciais cotidianas populares ao longo da história desses assentamentos, podemos perceber potências ativas e criativas de construir e disputar um lugar na cidade. Assim, por meio da taxonomia dos dispositivos táticos da gambiarra urbana, buscamos encontrar as potencialidades dessa “arte de fazer” que se ancora na reinvenção imediata do presente, desvelando não apenas operações espaciais singulares como também processos de subjetivação de seus territórios, que indicam a existência de outras racionalidades, que não apenas as impostas pelo saber técnico-científico como solução universal.

INTERROGAR AS HIPÓTESES

Iniciamos a pesquisa com algumas indagações investigativas que nos acompanharam durante o percurso de feitura da tese. A seguir retomaremos as duas hipóteses formuladas, sem a pretensão de confirmá-las ou refutá-las integralmente, mas no intuito de estabelecer diálogos e desdobramentos para aprofundamentos futuros.

HIPÓTESE 1: A TÁTICA DA GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA ATUA COMO DISPOSITIVO DE MICRORRESISTÊNCIA À LÓGICA DO PROJETO URBANO HEGEMÔNICO.

Em nossa análise, pudemos observar que a permanência da população pobre em favelas e assentamentos precários tem sido condicionante para o próprio funcionamento do sistema capitalista, que se aproveita das assimetrias territoriais como reserva para a expansão contínua do capital e para a manutenção dos privilégios das classes dominantes. Nesse viés, alguns autores entendem que as táticas populares podem levar à conformidade política e à resignação, tendo em vista que as condições adversas são contornadas – mesmo que precariamente – pelos procedimentos táticos como forma de amenizar as carências estruturais do território.

Diante disso, afirmar que os grupos subalternos podem “revolucionar-se através de ações cotidianas e parciais e, ao fazê-lo, anular ou reverter o poder do próprio Estado” (KOWARICK, 2000, p.127) é uma crença que pode reforçar a diminuição do papel do Estado como agente fundamental de regulação e ordenação do solo urbano. Nessa senda, na era da ideologia neoliberal, constatamos que a GAMBIARRA URBANA POPULAR não é capaz de confrontar ou se opor direta e frontalmente à lógica capitalista de urbanização.

Numa outra perspectiva, vimos que a gambiarra atua na desconstrução do fetiche da mercadoria como uma unidade fechada e magicamente produzida – seja essa mercadoria um artefato industrial, uma edificação ou mesmo uma paisagem urbana. Ao deixar explícitas as conexões, os remendos e os componentes de que é feita, a gambiarra revela o trabalho que costuma ser ocultado por trás dos objetos “prontos”, trazendo à luz as perversidades do modo capitalista e predatório de produção de cidades. Como apresentamos nos dispositivos táticos da gambiarra urbana, mesmo que se trate de uma criação individual, seu processo é horizontal e compartilhado, tal qual um código aberto disponibilizado publicamente para todos aqueles que quiserem aprender como fazer, ou como não repetir os mesmos erros.

A gambiarra, nesse segmento, pode ser compreendida como uma manifestação pulverizada e não coordenada de insubordinação ao sistema capitalista, na medida em que se configura como uma prática de *engenharia marginal*, em constante desobediência às regras estabelecidas verticalmente pela cadeia produtiva e aos desígnios imputados de cima para baixo aos objetos e espaços. São operações desviacionistas dispersas numa série de ações táticas individuais e coletivas e que, embora não produzam uma visão de conjunto, acabam por denunciar as contradições e perversões que o sistema capitalista de produção do espaço engendra, bem como as limitações do Estado em assegurar o direito à cidade e à cidadania a uma grande parcela da população.

Isso posto, defendemos que a GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA, enquanto ação tática difusa, representa uma forma **simultânea e dialética de coexistência e microrresistência ao projeto urbano hegemônico**, na medida em que não promove um enfrentamento direto ao sistema, mas atua nas suas falhas e fissuras, desvelando alternativas práticas e inventivas de habitar e fazer cidade.

HIPÓTESE 2: A GAMBIARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA PODE CONTRIBUIR PARA A PRÁTICA PROFISSIONAL DA ARQUITETURA E URBANISMO AO APONTAR PARA ABORDAGENS MAIS HORIZONTAIS ENTRE OS SABERES E OS FAZERES.

Como buscamos evidenciar ao longo da tese e, especialmente no CAPÍTULO 9, os procedimentos da arquitetura e urbanismo hegemônicos e as práticas autoconstruídas populares atuam sob lógicas muitas vezes divergentes e que repercutem em métodos, tempos, escalas e estéticas bastante distintos entre si. Propusemos o exercício de friccionar esses dois campos em busca de um alargamento de nossos saberes, narrativas e práticas, na intenção de aprender com a experiência e vivência concreta dos sujeitos na apropriação do espaço, com suas singularidades, urgências, disputas e improvisações.

Dentre as possíveis contribuições dos dispositivos táticos da GAMBIARRA URBANA POPULAR para a prática profissional, destacamos dois aspectos centrais:

1. A desmistificação da neutralidade técnica e a aproximação entre o pensar e o fazer:

O projeto fundado na racionalidade técnico-científica procura transmitir a ideia de eficiência e a promessa de cumprir com a função para o qual foi programado, segundo a concepção do projeto como resolução de problemas previamente identificados e da obra como resultado acabado. Para garantir uma suposta neutralidade técnica, a obra enquanto produto “final” nos é ofertada como uma unidade fechada, em que seus processos são camuflados e o saber-fazer dos operários que dela fizeram parte é ocultado.

Numa outra direção, a tática da gambiarra popular atua na reaproximação entre *mão e mente* e *projeto e canteiro* e, com isso, desestabiliza a divisão vertical e hierárquica entre o *saber* e o *fazer*. Na gambiarra a concepção e a formalização da intervenção são produzidas concomitantemente *pele e no*

andamento da ação – trata-se de um pensar em ato. Além disso, a gambiarra, ao explicitar seus processos, conexões e imperfeições, revela seus modos de fazer e o conhecimento empírico de quem a produziu. Por essas características, os dispositivos táticos da GAMBARRA URBANA POPULAR sugerem processos mais transparentes de criar e intervir na microescala cotidiana, em que há uma contaminação pela observação e pelo aprender fazendo.

Na prática profissional da arquitetura e do urbanismo, o potencial da gambiarra pode reverberar em atuações que promovam uma maior aproximação entre os agentes envolvidos – sejam eles técnicos especialistas, autoconstrutores ou operários – na concepção dos projetos, na execução das obras e nos seus desdobramentos ao longo do tempo. A gambiarra, como ato contínuo de transformação, indica a importância de incorporar ao processo de concepção do projeto as dinâmicas próprias desenvolvidas pelos moradores para a adequação de seus espaços de vida, de forma a resultar em soluções arquitetônicas e urbanísticas que concedam suporte e autonomia para novos agenciamentos e arranjos socioespaciais. No ensino e na extensão universitária, o potencial da gambiarra pode reverberar no incentivo aos canteiros de obra e laboratórios experimentais, que unam o pensar-fazendo e o fazer-pensando e também na incorporação de disciplinas que promovam a difusão das técnicas e saberes populares.

2. A vivência do espaço como propulsão e invenção:

A gambiarra urbana, ao atuar na subversão da forma e/ou da finalidade de um artefato, revela potencialidades que não haviam sido vislumbradas pelo projeto original, demonstrando que os usos e funções ultrapassam aqueles para os quais haviam sido predestinados. Desse princípio, uma caixa d'água se converte em uma piscina; um caixote num banco de praça; um tambor de máquina numa floreira; uma cobertura num chão; um muro divisor num suporte para uma área de lazer... Temos assim que o sentido atribuído ao próprio território é constantemente atualizado na ação e interação singular entre sujeitos, objetos e espaços.

Considerando os moradores como agentes ativos do processo de produção do espaço e na premissa do uso como impulsionador de novas formas de se relacionar com os artefatos – seja um item de mobiliário urbano, uma edificação ou um espaço livre – os dispositivos táticos da gambiarra urbana apontam para soluções abertas e que levam em conta aspectos como a adaptabilidade, a progressividade e a maleabilidade. A prática da gambiarra urbana evidencia o fato de que o território é composto por um amálgama complexo de determinação e indeterminação, de acordos e desacordos, de regras e de contingências, de ações estratégicas e reações táticas, não sendo possível à disciplina da arquitetura e do urbanismo prever ou mesmo atender todas as expectativas e demandas presentes ou futuras.

Isso nos convoca a compreender o projeto não como uma resolução definitiva para um dado contexto, mas avançar justamente em direção a uma noção do projeto como processo aberto e em constante disputa, como lugar de encontro com os muitos outros em suas diferenças. As maneiras de fazer da gambiarra urbana nos incitam a pensar a arquitetura e o espaço urbano não como obras acabadas, inflexíveis e congeladas no tempo-espaço, mas como suportes para a reinvenção de outras maneiras de habitar o espaço.

Ao longo da tese, argumentamos que a reprodução acrítica de projetos rígidos e padronizados que desconsideram as diferentes formas habitar têm se mostrado uma estratégia que, além de ineficaz, reforça padrões de colonialidade territorial. Cabe ressaltar, contudo, que há sempre uma equação complexa entre as necessidades individuais dos moradores e a prevalência dos interesses coletivos, o que se apresenta como um desafio para a incorporação das potencialidades da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA – especialmente quando essas avançam sobre as áreas de domínio público e interferem na vivência da coletividade. Nesse aspecto, em paralelo ao reconhecimento da importância da autonomia dos moradores

sobre seus espaços cotidianos, torna-se fundamental estimular a construção de diálogo e consenso entre os envolvidos, para que os anseios coletivos prevaleçam em relação aos acordos e regras gerais de uso e ocupação do solo.

Diante dessa complexidade, a ideia de formação de uma rede de compartilhamento na qual sejam articulados tanto o saber-fazer prático-empírico do morador quanto o saber técnico-especializado do arquiteto urbanista nos parece um caminho tanto promissor quanto desafiador. Na perspectiva de interação entre conhecimentos e, com vistas a pesquisas futuras, apontamos a pertinência de entrecruzar diferentes abordagens metodológicas referentes a processos de co-criação e práticas de mediação entre saberes, no intuito de verificar suas potencialidades e desafios para o contexto específico dos territórios populares.

Como desdobramento da tese abre-se a possibilidade de investigar como se manifestam os dispositivos táticos da GAMBARRA URBANA POPULAR BRASILEIRA em outros contextos, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto em outras localidades do país, a fim de verificar convergências e peculiaridades do fenômeno em diferentes realidades e ensaiar movimentos comparativos e especulações mais amplas sobre o tema.

Por fim – entre *projetos e improvisos, normas e transgressões, estratégias e táticas* – podemos nos arriscar a (re)imaginar nossas práticas no próprio ato de experimentar, e assim, deixar que os princípios e crenças arraigadas sejam **contaminados pelos saberes e fazeres autoconstruídos e pelas gambiarras e desvios no percurso...** Nessa outra forma, podemos nos deixar atravessar por saberes que se constroem fazendo, provisórios, imprecisos, incompletos: *propor sem impor, provocar sem obrigar, argumentar sem afirmar, participar sem mandar...*

O começo, o meio e o começo

Neste momento, assim como foi feito na apresentação, volto a escrever em primeira pessoa, de forma a estabelecer um diálogo mais particular da experiência de ESCRITA_CONSTRUÇÃO_ELABORAÇÃO desta tese.

Chego ao final deste percurso sabendo que, assim como as casas autoconstruídas, ele não se encerra com a conclusão da tese, mas se coloca aberto e expectante para novas descobertas, tentativas e erros pelo caminho... como já dizia Nêgo Bispo²⁰⁶, em trecho de poema que compôs para o povo da Maré:

Nós somos o começo, o meio e o começo.

Durante esta jornada, precisei me deparar com certas disposições e padrões culturais internos, provenientes da minha formação e vivências, e que repercutiram nas minhas maneiras de perceber, pensar e narrar as práticas socioespaciais populares aqui investigadas. Nesse sentido, seria leviano de minha parte afirmar que me despi de toda sorte de preconceitos, símbolos e status que a profissão de arquiteta e urbanista me concedem. No entanto, me vi afetada e modificada pelo processo da pesquisa e passei a questionar muitos dos pressupostos do campo que, até então, eram naturalizados em minha trajetória acadêmica e profissional.

Assim, se as pessoas que fizeram essa travessia comigo terminarem esta leitura com a visão um pouco mais embaralhada, reflexiva e crítica diante da sua própria atuação e com predisposição para ampliar o olhar para essas micropáticas cotidianas, penso que já será uma forma de contribuição. Afinal, como a clara

²⁰⁶ Essa citação faz parte do trecho de um poema de Nêgo Bispo que ele compôs para o povo da Maré, onde, em 2018, recebeu o prêmio Mestre das Periferias, promovido pelo Instituto Maria e João Aleixo, ao lado do líder indígena Ailton Krenak, da escritora Conceição Evaristo e da vereadora Marielle Franco (in memoriam). Essa poesia foi musicada por Lazzo Matumbi.

Paulo Freire (1989), *todo saber é contextual, incompleto, e aponta para a superação de uma ignorância particular. Por isso, aprendemos sempre.*

Enquanto escrevo essas palavras, em julho de 2024, a Maré passa por sua 19ª operação policial só neste ano, o que implica, mais uma vez, no fechamento do comércio, escolas e postos de saúde, e os moradores se veem privados de seu direito à vida cotidiana. Diante dessa conjuntura perversa, por vezes parece ser impossível vislumbrar alternativas viáveis aos paradigmas próprios da produção do espaço capitalista e suas violências concretas e simbólicas.

*Essa situação alarmante, na qual tantas marés Brasil afora estão submetidas, nos demanda um esforço adicional de **imaginação, rebeldia e subversão**. Nos convoca a propor, **estratégica e taticamente**, maneiras outras de pensar, narrar, fazer e aprender com aqueles que sempre construíram, com as ferramentas possíveis, seus espaços de existência e resistência.*

*E, se é verdadeira a afirmação de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo²⁰⁷, no caso dos territórios populares brasileiros talvez seja mais fácil **imaginar o fim do planejamento urbano** do que o fim da gambiarra urbana.*



FIG. 346: PAINEL REALIZADO PELO PROJETO AZULEJARIA NA MARÉ, COM DESENHOS DOS MORADORES. FONTE: AUTORA (2023)

²⁰⁷ Frase atribuída a Fredric Jameson e Slavoj Žižek, e que ganhou repercussão no livro de Mark Fisher “Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do Capitalismo?” (2020). Essa ideia demonstra “a difundida sensação de que não apenas o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, mas também de que agora é impossível até mesmo imaginar uma alternativa coerente a ele” (FISHER, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS SOBRE A GAMBIARRA

ASSUNÇÃO, Helena e MENDONÇA, Ricardo Fabrino. A estética política da gambiarra cotidiana. **Revista Cosmopolítica**, v. 6, n. 1, p.92-114, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cc/article/view/23181/21952> Acesso em: 15 mar. 2021.

BERNASCONI, José Roberto. O Jeitinho não substitui o planejamento. A “gambiarra” tende a provocar curtos-circuitos, além de elevar a conta paga pela sociedade. **Conjuntura da Construção**, set. 2013, p.13-14.

BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. **Arte enquadrada e gambiarra: identidade, circuito e mercado de arte no Brasil (anos 80 e 90)**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2014.

BOUFLEUR, Rodrigo Naumann. **Fundamentos da Gambiarra: A improvisação Utilitária Contemporânea e seu Contexto Socioeconômico**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

_____. **A questão da Gambiarra: Formas alternativas de desenvolver artefatos e suas relações com o Design de Produtos**. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2006.

BRUNO, Fernanda. Objetos técnicos sem pudor: gambiarra e tecnicidade. **Revista ECO PÓS**. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.136-149, 2017.

CANTON, Katia. A poesia da gambiarra: Emmanuel Nassar traduz o imaginário popular brasileiro com cores fortes e elementos pop. **Revista Bravo**, v. 8, n. 86, p. 80, 2004.

DOS ANJOS, Moacir. Contraditório. In: **Panorama da Arte Brasileira 2007**. Curadoria de Moacir dos Anjos. São Paulo: Museu de Arte Moderna de São Paulo, p.30-71, 2007.

DUNKER, Christian. Ensaio sobre o “Tosco Brasileiro” na Filosofia e nas Artes. **Portal Eletrônico ARTE! Brasileiros**. 23 mar., 2019a. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/opiniao/carteiro-do-inconsciente/ensaio-sobre-o-tosco-brasileiro-na-filosofia-e-nas-artes/> Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. A Lógica do Tosco Brasileiro não é sem Gambiarra. **Portal Eletrônico ARTE! Brasileiros**. 26 jun., 2019b. Disponível em: <https://artebrasileiros.com.br/arte/a-logica-do-tosco-brasileiro-nao-e-sem-gambiarra/> Acesso em: 10 mar. 2021.

GESOMINO, Renata. A arte da lata: uma crítica estética da “gambiarra” ou como tecer uma análise crítica sem utilizar os discursos da precariedade e da provisoriedade. **Revista Poiésis**, Universidade Federal Fluminense, v. 16, n. 25, p.215-229, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/22905> Acesso em: 12 mar. 2021.

GUIMARÃES, Cao. **Gambiarra**. Entrevista concedida a Carla Zaccagnini, jan. 2009. Disponível em: http://www.caoguimaraes.com/page2/artigos/ent_10.pdf. Acesso em: 10 mar 2021.

LAGNADO, Lisette. O malabarista e a gambiarra. **Revista Trópico. Ideias de Norte e de Sul**, 2007. Disponível em: <https://caoguimaraes.com/wordpress/wp-content/uploads/2012/> Acesso em 15 jul. 2022.

LOPES, Maria Fernanda. Da antropofagia Tupinambá à gambiarra: processos de incorporação. **Paralaxe**, v. 5, p.209-217, 2018.

MAGALHÃES, Sérgio. Improviso e gambiarra. Falta de projeto pode levar a danos irreversíveis. In: **Minha Cidade, Vitruvius**, São Paulo, ano 12, n. 140.05, mar. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.140/4254> Acesso em 15 mar. 2021.

MARQUES, Pamela Cordeiro. **Desobediência Tecnológica e Gambiarra: o design espontâneo periférico como caminho para outros futuros**. Dissertação (Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Design, 2019.

_____; MAASS, Marisa Cobbe. Design Espontâneo Periférico da América Latina: uma forma de participação alternativa e subversiva, In: **Participatory Design Conference 2020**, Manizales, 2020.

MESSIAS, José e MUSSA, Ivan. **Por uma epistemologia da gambiarra**: invenção, complexidade e paradoxo nos objetos técnicos digitais. **Revista MATRIZES** do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, v. 14, n. 1, p.173-192, jan.-abr. 2020.

OBICI, Giuliano Lamberti. **Gambiarra e Experimentalismo Sonoro**. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Música, 2014.

PORTELA, Thaís de Bhanthumchinda. O caminho da ação entre o padrão e a gambiarra. **Cadernos PPGAU/FAUFBA**. Ano 5, número especial. Salvador, p.79-92, 2007.

RENNÓ, Raquel. Cientistas da gambiarra, poetas do imperfeito. In: PAULINO, Fred (org.). **Gambiólogos 2.0: a gambiarra nos tempos do digital**. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Fogão de Lenha Editora e Oi Futuro, p.131-137, 2016.

ROSAS, Ricardo. Gambiarra: alguns pontos para se pensar uma tecnologia recombinante. **Revista Gambiarra**, n.1, ano I, p. 19-26, 2008.

SEDLMAYER, Sabrina. **Jacuba é gambiarra**. *Jacuba is gambiarra*. Edição bilíngue. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

_____. Ataque especulativo ou a gambiarra versus o tosco brasileiro. **Portal Eletrônico ARTE!Brasileiros**. 24 jun. 2019. Disponível em: https://artebrasileiros.com.br/arte/artigo/ataque-especulativo-ou-a-gambiarra-versus-o-tosco-brasileiro/#_ftn1Acesso em: 10 mar 2021.

URZAIZ, María del Carmen Cebrenos. **Cao Guimarães' gambiarras**: the tactics against obsolescence. 2013. Disponível em: <https://www.academia.edu/6850264/>. Acesso em 27 nov. 2023.

REFERÊNCIAS ESPECÍFICAS SOBRE A MARÉ

BARBOSA, João Gabriel. **Saber Popular e Modernidade Tecnológica**. Blog Habitação e Cidade, 11 dez. 2009. Disponível em: <http://planhabdauufes.blogspot.com/2009/12/saber-popular-e-modernidade-tecnologica.html> Acesso em: 09 ago. 2023.

BARBOSA, Jorge Luiz . Favela: solo cultural da cidade. In. BARBOSA, Jorge Luiz E DIAS, Caio Gonçalves (Orgs.). **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, p.17-28, 2013.

_____. e SOUZA SILVA, Jailson de. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. In. BARBOSA, Jorge Luiz E DIAS, Caio Gonçalves (Orgs.). **Solos Culturais**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, p.29-38, 2013.

BASTOS, Lucivaldo Dias; DRACH, Patrícia Chaves e MIYAMOTO, James. Climate impacts in the Maré Favela complex. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 13, p. 1-21, 2022.

BRAGA, Aruan e TEIXEIRA, Lino (Orgs.). **Território Inventivo**: disseminação e diálogos. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/acervo-of/> Acesso em 25 abr. 2024.

COLIN, Silvio. **A poética da Arquitetura de Interesse Social**. In: Coisas de Arquitetura, 2013. Disponível em: <http://coisasdaarquitetura.wordpress.com/2013/06/02/a-potica-da-arquitetura-de-interesse-social/>. Acesso em 04 Ago. 2023.

CORRÊA, Ricardo de Gouvêa. Núcleo Arco – Arquitetura e Comunidade, da Universidade Santa Úrsula: Cooperativa Habitacional da Favela Nova Holanda, Rio de Janeiro. **Revista PROJETO**, 2022 [1993]. Disponível em: <https://revistaprojeto.com.br/acervo/nucleo-arco-arquitetura-e-comunidade-da-universidade-santa-ursula-cooperativa-habitacional-da-favela-nova-holanda-rio-de-janeiro/> Acesso em 04. Ago. 2023.

DAFLON, Rogério. Abandonado pelo poder público, conjunto inspirado no Lego se deteriora na Maré. **Jornal do Brasil**, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://www.jb.com.br/index.php?id=/acervo/materia.php&cd> Acesso em: 07 ago. 2023.

DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro e Silva; RIBEIRO, Paula (Org.). **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

_____. **Memória e identidade dos moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2013.

ESPERANÇA, Vinícius. **Maré e suas representações**: das primeiras ocupações até as mais recentes intervenções urbanísticas. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-23, maio/ago. 2021

FARAGE, Eblin Joseph. **Estado, território e cotidiano no Complexo de Favelas da Maré**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

FARIA NETO, Alcyr; SANTOS, Mauro César de Oliveira; BURSZTYN, Ivani; FIGUEIREDO, Luciana Bonvino. Assitência técnica: moradia e saúde na Maré, Rio de Janeiro. In: **V Confeso - Congresso Acadêmico-Científico do Unifeso**. Teresópolis, Anais do V CONFESO, p.12-21, 2020.

FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. **Cooperativa Habitacional da Favela Nova Holanda**. Coleção Tijolo com Tijolo, Projeto Terra e Habitação. Rio de Janeiro: material de divulgação interno, 1992.

GALEAZZI, Carolina Hartmann. **O mar que virou sertão: um estudo sobre as ilhas de calor urbanas na Maré**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021.

INSTITUTO MARIA E JOÃO ALEIXO (IMJA). **Carta da Maré: manifesto das periferias**. Rio de Janeiro, 2017 [manuscrito]. Disponível em http://imja.org.br/assets/CARTA-SEMINARIO-FINAL_A4.pdf acesso em 15 abr. 2024.

JACQUES, Paola Berenstein. Cartografias da Maré. In: VARELLA, Dráuzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.13-66.

LABORATÓRIO DE HABITAÇÃO LABHAB. **O Conjunto Bento Ribeiro Dantas**. Disponível em: <http://labhabufrj.weebly.com/bento-ribeiro-dantas.html> Acesso em: 07 ago. 2023.

MARÉ DE NOTÍCIAS. **A gente quer comida, diversão e lazer**. Rio de Janeiro: 05 jul. 2021a. Disponível em: <https://mareonline.com.br/a-gente-quer-comida-diversao-e-lazer/> Acesso em 28 mar. 2024.

_____. **Eu amo a minha rua**. Rio de Janeiro: 08 nov. 2021b. Disponível em: <https://mareonline.com.br/eu-amo-minha-rua/> Acesso em 05 abr. 2024.

_____. **O campo de futebol é minha casa**. Rio de Janeiro: 17 dez. 2021c. Disponível em: <https://mareonline.com.br/o-campo-de-futebol-e-minha-casa/>. Acesso em 28 mar. 2024.

_____. **Nos territórios, as casas crescem para cima do mesmo jeito que os filhos**. Rio de Janeiro: 13 mai. 2022. Disponível em: <https://mareonline.com.br/nos-territorios-as-casas-crescem-para-cima-do-mesmo-jeito-que-os-filhos/> Acesso em 22 mar. 2024.

_____. **Nova Holanda, a favela que nunca dorme**. Rio de Janeiro: 13 out. 2023. Disponível em: <https://mareonline.com.br/nova-holanda-a-favela-que-nunca-dorme/> Acesso em 05 abr. 2024.

O CIDADÃO. **Maré, mostra sua cara!** Rio de Janeiro: jun. 1999.

O GLOBO. **Das palafitas da Maré para 21 apartamentos**. Rio de Janeiro: 09 out. 1974, p.9.

_____. **Niemeyer na Maré diz que vai ajudar favelados**. Rio de Janeiro: 17 set. 1979, p.13.

_____. **O BNH anuncia uma grande mudança**. Rio de Janeiro: 09 set. 1982A, p.5.

_____. **Projeto Rio: da palafita à casa própria**. Rio de Janeiro: 28 mai. 1982B, p.59.

_____. **Mutirão faz 50 casas na Nova Holanda**. Rio de Janeiro: 08 dez. 1991, p.14.

OLIVEIRA, Adolfo Samyn Nobre de. **Cerzindo a Rede Memória: estudo sobre a construção de identidade no bairro Maré**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas, Rio de Janeiro, 2003.

REDES DA MARÉ. **Censo de Empreendimentos da Maré 2014**. Rio de Janeiro: Redes da Maré; Observatório de Favelas, 2014.

_____. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré e Observatório de Favelas, 2019. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare> Acesso em: 20 jul. 2023.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. **O muro da Maré: risco e vizinhança no planejamento urbano**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2006.

RIBEIRO, Eduardo, SOARES, Luiz Eduardo, KRENZINGER, Miriam. Tipos de governança criminal: Estudo comparativo a partir dos casos da Maré. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 4, p. 559-588, 2022.

SANTANA, Vinícius Lucas e SILVA, Augusto César Pinheiro da. Subdivisão domiciliar: a precarização do habitat urbano no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, Brasil. **Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía**, v. 21, n.1, p. 27-39, jan.-jun., 2012.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **Porque uns e não outros**: caminhada de jovens pobres para a universidade. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

SOUZA SILVA, Eliana. **O movimento comunitário de Nova Holanda na busca do encontro entre o político e o pedagógico**. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 1995.

_____. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SOUZA, Renata da Silva. **O comum e a rua**: Resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré. Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, 2017.

VARELLA, Dráuzio. Falas da Maré. In: VARELLA, Dráuzio; BERTAZZO,IVALDO; JACQUES, Paola Berenstein. **Maré, vida na favela**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.67-112.

VAZ, Lilian Fessler. **Histórias dos bairros da Maré**: Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABRAMO, Pedro. **A cidade da informalidade**. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, 2003.

_____. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.2, p.25-54, 2007.

ALBERNAZ, Maria Paula e LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. Volume I. São Paulo: ProEditores, 1997.

ALEXANDER, Christopher et al. **Uma linguagem de padrões**. Porto Alegre: Boolman, 2013[1977].

_____. **A city is not a tree**. Londres: Council of Industrial Design, n. 206, 1966.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDRADE, Luciana e LEITÃO, Gerônimo. **Transformações na paisagem urbana**: "favelização" de conjuntos habitacionais. In: Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém do Pará, 2007.

_____. É possível transformar em cidade a anticidade? Crítica ao urbanismo de empreendimentos do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p.165-194.

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: O Herói sem Nenhum Caráter. São Paulo: Martins, 1978[1928].

ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. **Revista de Antropologia**, mai. 1928.

_____. Um Aspecto Antropofágico da Cultura Brasileira: O Homem Cordial. In: **Obras Completas de Oswald de Andrade**: Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970[1959].

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2002.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha** e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

ARAÚJO, Marcella. **Urbanismo miliciano, remoções públicas e fragmentação política**. Passa Palavra, 2022. Disponível em: <https://passapalavra.info/2022/07/144944/>. Acesso em 10 jul. 2023.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo**. Plano de Desenvolvimento Urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2012.

BANERJEE, Kamalika. **Thinking through the Postcolonial Neighborhood**: Jugaad Politics and the Everyday Production of Space in Mumbai. Tese (doutorado) National University of Singapore, Department of Sociology, 2021.

BARATA, Aline Moreira Fernandes. **Do micro ao macro: Urbanismo Tático para transformação de espaços públicos**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, 2018.

BARBOSA, Lúvia. **O jeito brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier e Editora Campus, 2005[1992].

BARDI, Lina Bo. Cinco anos entre os 'Branços'. In. **Mirante das Artes**, n.6. São Paulo, 1967.

BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves. **Henri Lefebvre: a crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade**. Tese (Doutorado em Psicologia) Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

BARRENTO, João. Walter Benjamin: Limiar, Fronteira e Método. **Olho d'água**, v. 4, n. 2, p. 41-51, 2012.

BASTOS, Tiago Souza. **Autogestão habitacional e a desmercantilização da moradia: análise dos avanços e retrocessões na região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2013.

BELLESA, Mauro. O projeto de Lina Bo Bardi de tornar a cultura popular referência para o desenvolvimento. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, nov. 2017. Disponível em <http://www.iea.usp.br/noticias/mao-do-povo-brasileiro>. Acesso em 14 jun. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BICCA, Paulo. **Arquiteto, a máscara e a face**. São Paulo: Projeto, 1984.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAU/USP, Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam, 1979.

_____. **A verticalização nas favelas fará novas vítimas**. Folha de São Paulo, São Paulo, p.13 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/a-verticalizacao-nas-favelas-fara-novas-vitimas.shtml?loggedpaywall>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BORGES, Leonardo. A invenção que facilita o transporte de água na África. **Autossustentável** (website), 23 mar. 2020. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2020/03/transporte-agua-africa-hippo-roller.html>. Acesso em 01 jul. 2023.

BORJA, Jordi. **La Ciudad Conquistada**. Madri: Alianza Editorial, 2003.

_____. e MUXI, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

BOTELHO, André. Público e Privado no pensamento social brasileiro. In.: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Coleção Agenda Brasileira, 2012, p.48-59.

BOTELHO, Maurílio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro: favelização e empreendedorismo dos pobres, In: Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira (Orgs.). **Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social**. São Paulo: Boitempo, 2013, p.169-214.

BOTTON, Alain de. **A Arquitetura da Felicidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BOUDON, Philippe. **Pessac de Le Corbusier: 1927-1967**. Paris: Étude Socio-Architecturale, Dunod, 1969.

BRANDT, Daniele Batista. **O Direito à Cidade em Henri Lefebvre e David Harvey: da utopia urbana experimental à gestão democrática das cidades**. In. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23485> Acesso em 15 jun. 2022.

BRASIL JÚNIOR, Antonio da Silveira. **Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani**. São Paulo: Hucitec; 2013.

BRENNER, Neil. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista E-Metropolis**, Rio de Janeiro, n.27, ano 7, p.6-18, 2016.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In. ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 [1998], p.25-60.

CANEDO, Juliana. **Intervenções urbanas em favelas: o arquiteto no processo coletivo de construção e transformação das Cidades**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

_____. **Direito a outra cidade:** ocupações e favelas como táticas de resistência e transformação. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade, KRAUSE, Cleandro e LIMA NETO, Vicente Correia (eds). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários:** estudos de caso brasileiros. Brasília: Ipea, 2016.

_____; LUFT, Rosângela; XIMENES, Luciana (Orgs.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos hoje.** Mossoró: EDUERN, 2018. Disponível em https://issuu.com/eduern/docs/os_dois_circuitos_da_economia_urban. Acesso em 07/nov./2021.

CARRASCO, Sandra e O'BRIEN, David. Beyond the freedom to build: Long-term outcomes of Elemental's incremental housing in Quinta Monroy. In. **URBE, Revista Brasileira de Gestão Urbana**, V. 13, n. 1, p.1-20, 2021.

CARVALHO, Eduardo Teixeira de. **Os Alagados da Bahia:** intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2002b.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Solange Araujo de. **Entre a ideia e o resultado:** o papel do projeto no processo de urbanização de uma favela. Tese (doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2020.

CASTRO, João Paulo de Macedo e. Desenvolvimento e tecnologia de controle populacional. In. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. (org.). **Gestar e gerir:** estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política /UFRJ, 2002.

CAÚLA, Adriana. **Trilogia das utopias urbanas.** Salvador: EDUFBA, 2019.

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **Códigos da Cidade:** análise das interferências jurídico-urbanísticas da cidade standard. Rio de Janeiro: PROURB/FAU/UFRJ, 2012.

_____. **A Plasticidade na Teoria Contratual.** Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Direito, 1993.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Tomo I. 3a edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998 [1980].

CHAVES, Renan Paiva. *País Tropical* e seu mimetismo: o discurso ufanista associado a Wilson Simonal e a desinvenção tropicalista. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 44, n. 2, p.293-311, out. 2010.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CHESTER, Rick. **A favela venceu:** de um povo heroico o brado retumbante. São Paulo: Buzz Editora, 2020.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Demetre Anastassakis:** pensamentos sobre Arquitetura e Urbanismo e Habitação Social no Brasil. Brasília: CAU-BR, 2019.

COSTA, Lucio. XIII Trienal de Milão, 1964. "Tempo livre", Pavilhão do Brasil: RIPOSATEVI. In: COSTA, Lucio. **Lucio Costa:** registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 408-410.

CRAWFORD, Margaret; CHASE, John; KALISKI, John *et.al.* **Everyday Urbanism.** Nova York: The Monacelli Press, 1999, p.8-35.

CUNHA, Juliana Blasi. **"Nossa casaca é dupla-face":** dinâmica sócio espacial e política local no processo de implementação do PAC e da UPP em uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2014.

CURY, Laura de Souza. **Imagens e Imaginários:** a criação da visão hegemônica de arquitetura moderna no Brasil. Tese (doutorado). São Paulo: Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais, 2022.

CYMROT, Danilo. **O funk na batida:** baile, rua e parlamento. São Paulo: Edições Sesc, 2022.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997[1979].

_____. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

- _____. Espaço – Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991[1985].
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997[1967].
- DE SOTO, Hernando. **The otherpath: The invisible revolution in the Third World**. Londres: Harper & Row, 1989.
- _____. **The Mystery of Capital: Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else**. Nova York: Basic Books, 2000.
- DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DOUGLAS, Gordon. **Do-It-Yourself Urban Design in the Help-Yourself City**. 2012. Disponível em: <<http://www.spontaneousinterventions.org/statement/a-prologue>>. Acesso em 28 jul. 2022.
- _____. **Do-It-Yourself Urban Design: The Social Practice of Informal “Improvement” Through Unauthorized Alteration**. In: *City & Community*.v.13, p.5-25, 2014.
- DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Petrópolis, 1993.
- ELEMENTAL. Quinta Monroy / ELEMENTAL. In: **ArchDaily Brasil**, 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em 30 jun. 2024.
- EL PAÍS. Os fura-filas da vacinação contra a covid-19 mostram a nefasta versão 2.0 do jeitinho brasileiro. Publicado em 29 jan 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-30/os-fura-filas-da-vacinacao-contra-a-covid-19-a-nefasta-versao-20-do-jeitinho-brasileiro.html>. Acesso em 30 jan. 2021.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2007[1845].
- ESCOBAR, Arturo. **Autonomía y diseño**. La realización de lo comunal. Popayán: Universidad del Cauca/Sello Editorial, 2016.
- ESPINOZA, José Huapaya e GRAPPI, Letícia. **Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F.C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil**. In: *Anais do XVII ENANPUR*, São Paulo, p.1-17, 2017.
- FARIAS, Cristiano Chaves de; DEBS, Martha El; DIAS, Wagner Inácio. **Direito de Laje: do puxadinho à digna moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.
- FARRÉS DELGADO, Yasser e MATARÁN RUIZ, Alberto. Colonialidad territorial: para analizar a Foucault en el marco de la desterritorialización de la metrópoli. **Tabula Rasa**, n. 16, p. 139-159, 2012.
- _____, _____. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis Revista Latinoamericana**. n. 37, 2014.
- _____. Dialogar com Quijano: la colonialidad como categoría para comprender el ambiente construído em el sistema-mundo moderno/colonial. **Revista de Sociología**, v.28, p.49-63, 2019.
- _____, CUNHA, Gabriel Rodrigues e NAME, Leo. Yasser **Farrés Delgado: por um diálogo latino-americano sobre colonialidade, arquitetura e urbanismo** (entrevista). *Redobra*, n. 15, ano 6, p. 87-107, 2020.
- _____ e MATARÁN RUIZ, Alberto. Rumo a uma teoría urbana transmoderna e decolonial: uma introdução. **Revista Territorial**, Cidade de Goiás, v. 10, n. 1, p.94-117, 2021.
- FAVARETTO, Celso. **Tropicália: alegoria alegria**. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? **Revista UFMG**. Belo Horizonte, v. 20, n.1, p.212-233, jan./jun. 2013.
- _____. Estatuto da Cidade, 20 anos depois. **Revista Consultor Jurídico**, 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jul-23/edesio-fernandes-estatuto-cidade-20-anos-depois>. Acesso em 22 ago. 2021.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975 [1972].
- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson. Como projetar de baixo para cima: uma experiência em favela. In: **Revista de Administração Municipal**, n.156. Rio de Janeiro: IBAM, p.6-27, 1980a.

_____. Como e quando pode um arquiteto virar antro- pólogo? In: VELHO, Gilberto. **O desafio da cidade: novas perspectivas de antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980b.

_____. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A Desordem e só é uma Ordem que exige uma leitura mais atenta. **Revista de Administração Municipal**, n.165. Rio de Janeiro: IBAM, 1982, p.6-17.

FERREIRA, Flávio de Oliveira. **Sobre a Forma das Cidades Mineiras Antigas**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2006.

FERREIRA DA SILVA, Paulo Vitor. **Arquitetura como “profissão de Estado”**: IAB-RJ, redes de relações e saberes administrativos. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONTENELE, Beatriz. **A casa como ativo: os usos não regulamentados no PMCMV – Faixa 1 na RMNatal**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, 2019.

_____; LIMA, João Victor; COUTO, Ana Emília da Silva e SILVA, Brunno Costa do Nascimento. Programa Minha Casa Minha Vida: uma avaliação de políticas públicas numa perspectiva de cidadania. **Revista Aval**, v. 6, n. 20, p.64-85, jul.- dez. 2021.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na Laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca e NAME, Leo. Epistemologia da laje. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 31, n. 1, p.153-172, jan./abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

FRIEDMANN, John. **Planning in the Public Domain: Discourse and Praxis**. JPER, v.8, n.2, p.128-130, 2011.

_____. **Insurgencies: essays in planning theory**. Londres: Routledge, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>. Acesso em 04 Ago. 2023.

GADANHO, Pedro. **Uneven Growth: Tactical Urbanism for Expanding Megacities**. Nova Iorque: The Museum of Modern Art, 2014.

GHILARDI, Flávio Henrique. **Cooperativismo de moradia em Montevideu e autogestão habitacional no Rio de Janeiro: as bases sociais, políticas e econômicas da produção social do habitat na América Latina**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

GALDO, Rafael e DAFLON, Rogério. Dom Jaime Câmara, maior conjunto habitacional do Rio, tem 26 mil moradores e anexos irregulares de até sete andares. **Jornal O Globo**, 2011. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/dom-jaime-camara-maior-conjunto-habitacional-do-rio-tem-26-mil-moradores-anexos-irregulares-de-ate-sete-andares-2772231> Acesso em 30 ago. 2023.

GONÇALVES, Rafael Soares. O debate jurídico em torno da urbanização de favelas no Rio de Janeiro. **Revista Internacional Direito e Cidadania**, n. 2, p. 139-148, out. 2008.

_____. **Favelas do Rio de Janeiro**. História e Direito. Rio de Janeiro: Editora Pallas e PUC-Rio, 2013.

_____ e MACHADO-MARTINS, Maíra. A atualidade do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos. **Revista de Administração Municipal**, n. 289. Rio de Janeiro: IBAM, 2017, p.25-34

_____ e VALE, Josiane do. **Remoções e megaeventos no Rio de Janeiro: a luta de resistência dos moradores da Vila Autódromo**. In. Revista de Políticas Públicas, v. 23, n. 1, p. 441-455, 2019.

_____. Da tolerância precária aos primeiros programas de urbanização: alterações e persistências nas formas de atuação do Estado nas favelas cariocas. In. CARDOSO, Adauto, LUFT, Rosângela, XIMENES, Luciana (Orgs.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, p.237-268.

GRINOVER, Marina Mange. **Uma ideia de arquitetura**: escritos de Lina Bo Bardi. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2010.

GROSFÓGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SOUZA SANTOS, Boaventura e MENEZES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013, p.378-412.

GUTIÉRREZ BORRERO, Alfredo. El Sur del diseño y el diseño del Sur. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e CUNHA, Teresa. **Actas Colóquio Internacional Epistemologias do Sul**: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul. Coimbra, Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado, 2015, p.745-759.

_____.; NAME, Leo e CUNHA, Gabriel Rodrigues. Alfredo Gutiérrez Borrero – Desenhos-outros: da hegemonia ao giro decolonial e dos desenhos do sul aos dessocons (entrevista). **Revista Redobra**, n. 15, ano 6, p. 59-86, 2020.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo. Ed. Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, Coleção Geografia e Adjacências, 2005 [2001].

_____. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELM, Joanna. Cinema e Arquitetura: Lagos / Koolhaas. 30 mar. 2012. **ArchDaily Brasil**. Disponível em <<https://www.archdaily.com.br/br/01-40720/cinema-e-arquitetura-lagos-koolhaas>> Acesso em 17 jan. 2022.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

HOLSTON, James. Spaces of Insurgent Citizenship. In: HEALEY, Patsy e HILLIER, Jean (Orgs.) **Contemporary Movements in Planning Theory**. Londres: Routledge, 1995, p.35-52.

_____. **Cidadania insurgente**: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo, Companhia das Letras. Kindle Edition, 2008.

_____. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n.2, p. 191-204, mai-ago, 2016.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space**: guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities. Nova Iorque: Routledge, 2010.

JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: A arquitetura das favelas através da obra de Helio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2001.

_____. Microrresistências urbanas: por um urbanismo incorporado. In: ROSA, Marcos Leite. **Microplanejamento**: práticas urbanas criativas. São Paulo: Ed. de Cultura, 2011, p. 162-175.

_____. Tropicália Brasília: a pureza é um mito. In: SZANIECKI, Barbara; COCCO, Giuseppe; PUCU, Izabela (Org.). **Hélio Oiticica para além dos mitos**: seminário internacional. Rio de Janeiro: R&L Produtores Associados, 2016. p. 146-160.

_____. Notas fugidias sobre nossa herança antropológica. **Revista Redobra**, n. 15, ano 6, p. 111-120, 2020.

KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. **Por uma Arquitetura não Planejada**: o arquiteto como designer de interfaces e o usuário como produtor de espaços. In: Impulso, Piracicaba, v. 17, n. 44, p.93-103, 2006.

_____.; BALTAZAR, Ana Paula e MORADO, Denise. Arquitetura como exercício crítico. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016[2008a], p.21-54.

_____. A outra produção arquitetônica. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016[2008b], p.223-238.

_____. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. **VIRUS**, São Carlos, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=3&item=2&lang=pt>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

_____. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 14, n. 28, p.463-483, jul-dez, 2012a.

_____. Uma tipologia de espaços cotidianos. **RISCO**. Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU-USP, v. 15, n. 1, p.5-20, 2012b.

_____; BALTAZAR, Ana Paula et. al. Arquitetos nas favelas. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016[2012c], p.81-98.

_____; _____. Vernacular Metropolitano. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016[2012d], p.253-270.

_____; _____. O paradoxo da participação. In: GRUPO MOM (org.). **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2016[2012e], p.355-384.

_____. **Canteiros da utopia**. Belo Horizonte: MOM, 2020.

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

KAWAHARA, Ivan Zanatta. **A produção do espaço na favela**: elementos para a análise do mercado imobiliário. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2018.

_____. **Mercado Imobiliário em favelas**: um estudo sobre os promotores imobiliários. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2023.

KING, Kenneth. **Jua Kali Kenya**: Change & Development in an Informal Economy, 1970-95. Eastern African Studies. Londres: Ohio University Press, 1996.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, v.44, 1979.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAGUERRE, Michel. **The informal City**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 1994.

LA VARRA, Giovanni. **Post-it City**: Los otros espacios públicos de la ciudad europea. Barcelona: Ed. ACTAR, 2001, p.426-431.

_____, PERÁN, Martí, POLI, Filippo e ZANFI, Federico. **Post-it City**: Ciudades Ocasionales. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Critique of Everyday Life**. Volume I. Nova York e Londres: Verso, 2011[1947].

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991[1968].

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002[1970].

_____. **A produção do espaço**. Tradução do original: Paris: Éditions Anthropos, 2006 [1974].

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LILLO, Oskar. **Jua Kali: Innovation through limitation**. Dissertação (Mestrado). Suíça: Chalmers University of Technology, Department of Industrial and Material Science Gothenburg, 2020.

LIMA, Carlos Henrique de. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e da vida pública. In: **Arquitetura Revista**. v.10, n.1, p.31-36, jan.-jun. 2014.

_____. A cidade em movimento: práticas insurgentes no ambiente urbano. **Oculum Ensaios**, v.12, n.1, p.39-48, jan.-jun. 2015.

LIMONAD, Ester. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p.80-99.

LINHARES, Juliana de Faria. **Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2018.

LOBOSCO, Tales Bohrer. **Como se faz uma favela**: práticas e cotidiano na produção do espaço urbano "periférico". Tese (doutorado) Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2011.

_____. **Direito Alternativo:** a juridicidade nas favelas. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.16, n.1, p.203-220, mai. 2014.

_____. **A favela como reação à “descontextualização” da modernidade:** práticas cotidianas e adaptação tática. In: Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.8, n.5, p.36074-36087, mai. 2022.

LOPES, João Marcos; SHIMBO, Lúcia Zanin. Projeto e produção da habitação na região central do estado de São Paulo: condições e contradições do PMCMV. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p.229-254.

LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; MEDEIROS, Valério Augusto Soares de e GUERREIRO, Maria Rosália. **Auto-organização na informalidade:** os padrões socioespaciais na favela. In: Anais do XVIII ENANPUR 2019, p.1-25, 2019.

LOUREIRO, Vicente. Demetre Anastassakis (1948-2019). Arquitetura ao alcance de todos. Drops, São Paulo, ano 20, n. 143.01, **Vitruvius**, ago. 2019. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/drops/20.143/7440>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LYDON, Mike e GARCIA, Antony. **Tactical Urbanism vol. 1:** Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2011.

_____. **Tactical Urbanism vol. 2:** Short-term Action for Long-term Change. Washington: Island Press, 2012.

MAGALHÃES, Alex Ferreira. O direito das favelas no contexto da políticas de regularização: a complexa convivência entre legalidade, norma comunitária e arbitrio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.11, n. 1, p. 89-103, mai. 2009.

_____. **O direito da favela no contexto pós-Programa Favela-Bairro:** uma recolocação do debate a respeito do ‘Direito de Pasárgada’. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

_____. A urbanização de favelas e seu ‘day after’: o problema da introdução da legislação de uso do solo em favelas urbanizadas. In: CARDOSO, Adauto, LUFT, Rosângela, XIMENES, Luciana (Orgs.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, p.511-546.

MAGALHÃES, Sérgio. Palestra proferida no Instituto de Arquitetos do Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.iab.org.br/historia>. Acesso em: 14 set. 2023.

MAGNAVITA, Pasqualino. (Re)Aprendendo com Las Vegas: uma metástase urbana do entretenimento. **RUA**, Salvador, n. 6, p. 22-29, 1996. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARICATO, Ermínia. **Autoconstrução, a arquitetura possível**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982 [1978], p.71-94.

_____. Os equipamentos da casa popular. **Módulo**, n. 3, p. 28–30, 1982.

_____. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia e VAINER, Carlos (Org.) **A cidade do pensamento único:** desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2002 [2000], p.121-192.

_____. Informalidade urbana no Brasil: a lógica da cidade fraturada in: WANDERLEY, Luiz Eduardo e RAICHELIS, Raquel (Org.). **A cidade de São Paulo:** relações internacionais e gestão pública. São Paulo: EDUC, 2009.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____; ROLNIK, Raquel, HARVEY, David, *et. al.* **Cidades Rebeldes**. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo e Carta Maior, 2013.

MARQUES, Monique Sanches. **Subjetividades e singularidades urbanas:** na construção de um “devir” outro arquiteto urbanista. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, Classes Sociais e Status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MARX, Karl. **Os despossuídos:** Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. São Paulo: Boitempo, 2016[1842].

MAURÍCIO, Jayme. Tempo Livre. **Módulo**, n. 38, Rio de Janeiro, p.38-44, dez. 1964.

- MAYNE, Alan. **Slums: the history of a global injustice**. Reino Unido: Reaktions Books, 2017.
- MAZIVIERO, Maria, CARVALHO, Liliane e IMBRONITO, Maria Isabel. Resistências Urbanas: A ação tática como insurgência e sua presença no território periférico de São Paulo. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 7, n. 46, p.53-70, ago. 2019.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias Locais / Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v.8 n.1, p.32-50, 2009.
- _____. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v.18, n.3, p.363-377, set.-dez. 2016.
- MORADO NASCIMENTO, Denise. A autoconstrução na produção do espaço urbano. In: MENDONÇA Jupira Gomes de; COSTA, Heloisa Soares de Moura (Org.) **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p.217-230.
- _____; Denise; COSTA, Heloisa Soares; MENDONÇA, Jupira et al. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015a, p.195-228.
- _____. (org.). **Saberes [auto]construídos**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015b.
- NACIF, Cristina L., KAWAHARA, Ivan Z., PERAZZO, Diego, PAIVA, Paula V. Bezerra de. Reflexões sobre as áreas de especial interesse social na cidade do Rio de Janeiro (AEIS): instrumentos de controle de crescimento (ordenação?) das favelas? In. CARDOSO, Adauto, LUFT, Rosângela, XIMENES, Luciana (Orgs.). **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, p. 455-490.
- NDIRANGU, Sheila. **Kenya's hot sun industry**: Jua Kali. Nov. 2016. Disponível em: <https://www.makeheritagefun.com/kenyas-hot-sun-industry-jua-kali/> Acesso em 14 jan.2022.
- NEDOROSCIK, Jeffrey. **The City of the Dead: a history of Cairo's Cemetery Communities**. Greenwood: Westport, 1997.
- NERI, Marcelo Côrtes. **Choque de Progresso na Cidade Partida**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2010. Disponível em: http://cps.fgv.br/sites/cps.fgv.br/files/artigo/choqueprogresso_conj.pdf Acesso em 27 jul. 2023.
- _____. **UPP² e a economia da Rocinha e do Alemão: do choque de ordem ao de progresso**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2011.
- NOGUEIRA, Pedro Caetano Eboli. **Do urbanismo tático à tática urbana: corpo e política na poética do coletivo Opavivar!** Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Design. Rio de Janeiro, 2017.
- _____. e PORTINARI, Denise. Urbanismo tático e a cidade neoliberal. **Arcos Design**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, p.177-188, dez. 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. Prefácio. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982 [1978], p.13-20.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [1972].
- OROZA, Ernesto. **Declaración de Necesidad**. Por una Arquitectura de la Necesidad y la Desobediencia, 2006. Disponível em: <http://architectureofnecessity.com/declaracion-de-necesidad/> Acesso em 15 jan.2022.
- _____. Technological Disobedience. **Makeshift . A Journal of Hidden Creativity**, v. 3, n. 1, p. 50-53, 2012. Disponível em <http://mkshft.org/technological-disobedience/> Acesso em 15 jan.2022.
- _____. e ROGNOLI, Valentina. "Worker, build your own machinery!" A workshop to practice the Technological Disobedience. **PLATE Conference 2015**. Nottingham Trent University, p.1-10, jun. 2015.
- _____. **Desobediencia Tecnologica**. Disponível em: <http://www.ernestooroza.com/desobediencia-tecnologica-caixa-cultural-recife/> <https://marcozero.org/brasil-teimosa-periferia-de-havana/> Acesso em 21 jun.2021.
- PEIXE, Marco Aurélio; TAVARES, Sergio Fernando. **A linguagem de padrões de Christopher Alexander**. Parâmetros projetuais para a humanização do espaço construído. *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 212.04,

Vitruvius, jan. 2018. Disponível em <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6866>>. Acesso em 11 abr. 2024.

PELA, Ida Matilde. 'O céu é o limite...' A autoconstrução como obra aberta. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2020.

PEREIRA, Margareth da Silva, JACQUES, Paola Berenstein. (org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo I: modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.

_____. **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo II: modos de fazer**. Salvador: EDUFBA, 2019.

_____. **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo III: modos de narrar**. Salvador: EDUFBA, 2020.

PERES, Paulo. A cordialidade brasileira: um mito em contradição. In: **Debate**, Belo Horizonte, v.6, n.4, p.18-34, ago. 2014.

PEARLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINTO, Marcelo de Rezende. **Os pobres e o consumo: uma teoria substantiva na experiência de consumo de eletrônicos**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, 2009.

PORTELA, Laércio. Brasília Teimosa, Periferia de Havana. In: **Marco Zero Direitos Humanos** (website), jun. 2015. Disponível em: <http://marcozero.org/brasil-teimosa-periferia-de-havana/>. Acesso: 15 jan. 2022.

PROJETO. Concurso público de anteprojetos para habitação popular. **Revista Projeto**, n. 17, p. 74–90, 1990.

PULHEZ, Magaly Marques. Fronteiras da desordem: saber e ofício nas experiências de Hélio Oiticica no Morro da Mangueira e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina. **Revista do IEB Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 47, p. 94-114, set. 2008.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANDOLPH, Rainer. **Do planejamento colaborativo ao planejamento "subversivo": reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil**. **Scripta Nova. Revista Electrónica de geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona. v. 245, n. 17, p.1-12, 2007.

_____. Subversão e planejamento como "práxis". Uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna (org.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p.40-57.

RAPOPORT, Amos. Spontaneous settlements as vernacular design. In: PATTON, Carl (Ed.). **Spontaneous shelter: international perspectives and prospects**. Philadelphia: Temple University Press, 1988. p. 51-77.

REVISTA AU. Cidade de Deus – RJ. **Revista Arquitetura e Urbanismo**, Dezembro, 1995.

REYES, Paulo e KONRATH, Germana. Desestabilizar, desprogramar, deformar: estéticas periféricas como caminhos projetuais em cidades latino-americanas. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.14, p.1-19, 2022.

_____; CARON, Daniele; CIDADE, Daniela. Narrar por projetos. In: PEREIRA, Margareth da Silva, JACQUES, Paola Berenstein (Org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo III: modos de narrar**. Salvador: EDUFBA, 2020, p. 254-271.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Revista Redobra**, Ano 3 , n. 9, p.58-71, 2012.

RIBEIRO, Luiz Cesar e RIBEIRO, Marcelo Gomes. Segregação residencial: padrões e evolução. In: Ribeiro, Luiz Cesar (Ed.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015, p.163-192.

RIBEIRO, Cláudio Rezende. A construção da memória a partir do espaço público nacional: a produção espaço cordial e suas rupturas. **Libertas** (UFJF. Online), v. 14, p. 1-21, 2014.

_____. **A construção da memória a partir do espaço público nacional: a produção espaço cordial e suas rupturas**. **Libertas** (UFJF. Online) , v.14, p.1-21, 2014.

_____. **Paisagem urbana do capitalismo dependente:** acumulação no processo produtivo do espaço urbano e o fetiche da mobilidade no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/> Acesso em 08 nov. 2021.

_____. Do salto mortal da mercadoria ao giro decolonial: movimentações de um pensamento classista. **Epistemologias do Sul**, v.3, n.2, p.100-116, 2019.

RODRIGUES, Cristiana Gonçalves Pereira. **Concursos Públicos Urbanos 1989-1994:** projetos de fragmentos da cidade. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2007.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, um século de regulação urbanística: para quem, para quê? **Cadernos IPPUR**, ano XI, n. 1 e 2, Rio de Janeiro, p. 131-162, 1997.

_____. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, Maria Adélia; LINS, Sonia; SANTOS, Maria do Pilar; SANTOS, Murilo da Costa (Org.). **Metrópole e Globalização:** Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

_____. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: Instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. **Revista Katálysis**, v.6, n.2, p.223-234, jul./dez. 2003.

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro (1989). In: SANTOS, Renato (org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais.** O Negro na Geografia do Brasil. São Paulo: Ed. Autêntica, 2007.

_____. Dez anos do Estatuto da cidade: das lutas pela reforma urbana às cidades da Copa do Mundo. **Leituras da cidade** [S.l: s.n.], 2012.

_____. **Guerra dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

_____. Territórios de resistência e experimentação. In: MORADO NASCIMENTO, Denise (org.). **Saberes [auto]construídos.** Belo Horizonte: C/Arte, 2015b, p.11.

_____. Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano. **Indisciplinar**, v. 5, n. 1, p.18–43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/>. Acesso em 25 ago. 2023.

ROSA, Marli Aparecida. **Aquarelas de um país tropical.** Brasil, que país é esse? Tese (doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2011a.

ROSA, Marcos Leite. **Microplanejamento:** práticas urbanas criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011b.

ROSA, Thaís Troncon. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano:** a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia. Dissertação (mestrado). Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2008.

_____. Pensar por Margens. In: PEREIRA, Margareth da Silva, JACQUES, Paola Berenstein. (Org.) **Nebulosas do pensamento urbanístico – Tomo I:** modos de pensar. Salvador: EDUFBA, 2018, p.176-205.

ROSSETTI, Eduardo. Tensão Moderno/Popular em Lina Bo Bardi: Nexos de Arquitetura. **Docomomo** n.5, p.1-13, 2003.

_____. Riposatevi, a Tropicália de Lucio Costa: o Brasil na XIII Trienal de Milão. In: *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 068.02, **Vitruvius**, jan. 2006. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.068/388>>. Acesso em 14 jun. 2023.

ROY, Ananya. Urban Informality. Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p.147-158, 2005.

_____. The Agonism of Utopia: Dialectics at a Standstill. **Traditional Dwellings and Settlements Review**, v. 23, n. 1, p.15–24, 2011a.

_____. Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 2, n. 35, p.223-238, 2011b.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. **Collage City.** Cambridge; Londres: The MIT Press, 1978.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. Estado e capital na mercantilização e privatização do espaço nas cidades brasileiras: reflexões a partir das transformações na produção imobiliária e de infraestruturas no século XXI. In: RENA, Natacha ; BRANDÃO, Marcela ; MEDEIROS, Daniel ; SÁ, Isabel (Orgs.). **Urbanismo Biopolítico**. Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2021, p.235-252.

_____. A produção imobiliária como chave de interpretação da produção do espaço: considerações sobre a forma incorporação e o processo de metropolização. In: PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (Org.). **Produção imobiliária e reconfiguração da cidade contemporânea**. São Paulo: FAUUSP, 2017, p.101-118.

_____. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p.51-72.

SANCHES NETO, Miguel. Apresentação. In: ANDRADE, Mário de Andrade. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Coleção Literatura Brasileira: identidades em movimento. Chapecó: Ed. UFFS, 2019.

SANDERCOCK, Leonie. **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. California: University of California Press, 1998.

SANDERS, Elizabeth; STAPPERS, Pieter Jan. Co-creation and the new landscapes of design. **CoDesign**, v. 4, n. 1, p. 5–18, 2008.

SANSÃO-FONTES, Adriana; PINA, João Pedro e PAIVA, Larissa Martins de. **Urbanismo tático: X ações para transformar cidades**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.

SANTOS, Edméa, COLACIQUE, Rachel, CARVALHO, Felipe Ponte de. A autoria visual na internet: o que dizem os memes? **Quaestio, Revista de Estudos em Educação**, v. 18, n. 1, p. 135-157, 2016.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 [1979].

_____. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 [1979].

_____. **O espaço do Cidadão**. O espaço da cidadania e outras reflexões. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2013 [1987].

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Caderno Prudentino de Geografia**, São Paulo, n. 27, p.83-93, 1991.

_____. **Técnica espaço tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996 [1994].

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6a. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4a. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma biografia**. iBooks, 2015.

SILVA, Maria Laís Pereira da. **Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC / FGV**. Américo Freire e Lúcia Lippi Oliveira (Orgs.) Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p.108-109. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6717/1251.pdf.txt?sequence=2>> Acesso em: 28 fev. 2024.

SIMAS, Luiz Antonio. **Almanaque de Brasilidades: um inventário do Brasil popular**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

_____. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

_____; RUFINO, Luiz; HADDOCK-LOBO, Rafael. **Arruaças: uma filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. Kindle Edition, 2020.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho e ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andréa. Conjuntos habitacionais em Salvador-Ba e a transitória inserção social. **RISCO, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, v. 3, n. 2, p. 57-65, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010 [2001].

SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de. Um direito achado na rua: o direito de morar. In: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de (Org.). **O direito achado na rua**. Brasília: UnB, 1990, p. 34-35.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim (Org.). **Sociologia e direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica**. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 109-117.

_____. Public Sphere and Epistemologies of the South. **Africa Development**, v. XXXVII, n. 1, p.43-67, 2012.

_____ e MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013a.

_____. Construindo as Epistemologias do Sul. Para uma pensamento alternativa de alternativas. Volume I. In: SOUZA SANTOS, Boaventura e MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2013b, p.29-66.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Coleção Antologias do Pensamento Social Latino-Americano e Caribenho. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SOUZA SILVA, Jailson de e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela, alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Senac–Rio, 2005.

_____; _____; BITETI, Mariana; FERNANDES, Fernando (Org.). **O que é a favela afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

_____; _____ e SIMÃO, Mário Pires (Org.). **A favela reinventa a cidade**. Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

TALEN, Emily. Do-it-Yourself Urbanism: A History. **Journal of Planning History**, v. 14, n. 2, p. 135-148, 2015.

TEIXEIRA, Carlos M. **Em obras: história do vazio em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Cosac & Naif Edições, Instituto Lina Bo e Pietro M. Bardj, 1998.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____; CABANES, Robert (Org.) **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____; HIRATA, Daniel Veloso. Cidades e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p.173-191, 2007.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm Editora, 2010.

_____. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCAR**, v. 3, n. 2, p.359-373, 2013.

TIBO, Geruza Lustosa de Andrade. **Reflexões da prática da assessoria técnica: uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo**. In: XVII Encontro Nacional da ANPUR, São Paulo, 2017.

TURNER, John F.C. Housing priorities, settlement patterns and urban development in modernizing countries. **Journal of the American Institute of Planners**. Vol. 34, n. 3, p.354-363, 1968.

_____; FICHTER, Robert. **Freedom to build, dweller control of the housing process**. Nova York: Collier Macmillan, 1972.

_____. **Housing by people: towards autonomy in building environments**. Londres: Marion Boyars, 1976.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle; OLIVEIRA, Fabricio; LOBINO, Camila. **O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual**. In: Rio de Janeiro: Encontro Nacional da ANPUR, 2013.

_____. Disseminating 'Best Practice?' The coloniality of urban knowledge and city models. In: PARNELL, Susan e OLDFIELD, Sophie (org.). **The Routledge Handbook on cities of the global south**. Londres e Nova York: Routledge, 2014, p.48-56.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem, a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VERMA, Gitta Dewan. **Slumming India: A Chronicle of Slums and Their Saviours**. Mumbai: Penguin Books, 2002.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉÁK, Csaba e SHIFFER, Sueli (Org.) **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

YIFTACHEL, Oren. Theoretical notes on 'gray space': the coming of urban apartheid?. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 88–101, 2009.

_____. Critical theory and "gray space": Mobilization of the colonized. In: BRENNER, Neil, et.al. (ed.). **Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City**, p.150-170, 2011.

_____. e AVNI, Nufar. The new divided city?' Planning and 'gray space' between global north-west and south-east. In: PARNELL, Susan e OLDFIELD, Sophie (Org.). **The Routledge Handbook on cities of the global south**. Londres e Nova York: Routledge, 2014, p.487-505.

WEBER, Allan; MAXX, Matias. Um artista Concreto: Allan Weber leva a realidade e o imaginário da favela para o *mainstream* das artes plásticas. **Revista Piauí**, n. 19, p.60-65, fev. 2023.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 [1998].

ZYLBERSZTAJN, Breno. **John F.C. Turner: vida, obra e sua contribuição para a revisão da política habitacional nos anos 1970**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

LEGISLAÇÃO E SITES CONSULTADOS

BRASIL. (1988, 5 de outubro). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal.

_____. (2001, 10 de julho). **Estatuto da Cidade**. Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União.

_____. (2008, 24 de dezembro). **ATHIS**. Lei nº. 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

_____. (2017, 11 de julho). **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, entre outras matérias. Brasília: Senado Federal.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. Disponível em: <https://caubr.gov.br/> Acesso em 24 Jul. 2023.

DICIONÁRIO CAUDAS AULETE. **Dicionário Caudas Aulete Digital**. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/dicionario>. Acesso em 14 mar. 2021.

DICIONÁRIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#0 Acesso em 14 mar. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados preliminares do Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 01 Ago. 2023.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/favelas> Acesso em 05 Ago. 2023.

RIO DE JANEIRO (1994, 19 de janeiro). **Lei 2.119, de 19 de janeiro de 1994**: Cria o Bairro da Maré na XXX Região Administrativa e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1994.

RIO DE JANEIRO (2011, 01 de fevereiro). **Plano Diretor do Rio de Janeiro. Lei Complementar Nº. 111** de 01 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre a política urbana e ambiental e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Diário Oficial do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Instruções para implementação do Programa Favela Bairro**. Rio de Janeiro, 1994.

LISTA DE FIGURAS

FIG. 1: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	4
FIG. 2: CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	6
FIG. 3: MATERIALIDADES DA “CIDADE DO FUTURO” NAS PREVISÕES DE MIKE DAVIS. TELHADO DE CASA NO COMPLEXO DO ALEMÃO, RIO DE JANEIRO. FONTE: MONARA BARRETO / IMAGENS DO POVO	15
FIG. 4: MOVIMENTOS DO CAMPO DAS ARTES VISUAIS, DESIGN E TECNOLOGIA QUE SE APROPRIARAM DA NOÇÃO DE GAMBIARRA. FONTES: GAMBARRALAB.ORG / FACTA.ART.BR/ TECMUNDO.COM.BR	19
FIG. 5: TRECHO DA LETRA DA MÚSICA “AGORA A NASA VEM”, DE AUTORIA DE JONAS. FONTE: AMAZON MUSIC	21
FIG. 6: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO	21
FIG. 7: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO	21
FIG. 8: MEMES A RESPEITO DAS GAMBIARRAS DOS POBRES URBANOS. FONTE: BR.IFUNNY.CO/ BLOG DO SIMÃO / UOL (2015)	21
FIG. 9: CONEXÕES EXPOSTAS EM CASA EM FAVELA EM BELO HORIZONTE. FONTE: ALEXANDRE BAXTER (2022).....	30
FIG. 10: VERGALHÕES EXPOSTOS À ESPERA DE UM FUTURO POR VIR NA ROCINHA. FONTE: ALLAN DE ALMEIDA / IMAGENS DO POVO	30
FIG. 11: NEBULOSA DE AUTORES DA TESE. FONTE: AUTORA (2024)	33
FIG. 12: ESTRUTURA DA TESE. FONTE: AUTORA (2024).....	35
FIG. 13: OBRA QUE EXPLORA A AMBIGUIDADE ENTRE VER A VISTA NO SENTIDO DE FRUIR A PAISAGEM E VENDER A VISTA NO SENTIDO CAPITALISTA E EXPLORATÓRIO. FONTE: MARCOS CHAVES (1997)	39
FIG. 14: A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO HEGEMÔNICO. FONTE: INSTITUTO MOREIRA SALES.....	44
FIG. 15: MATÉRIA DE JORNAL SOBRE A VISITA DE OSCAR NIEMEYER À MARÉ. FONTE: O GLOBO (1979)	44
FIG. 16: INTERVENÇÃO ATIVISTA NO MURO CONSTRUÍDO NA FRONTEIRA ENTRE OS EUA E O MÉXICO. FONTE: RONALD RUEL (2009)	50
FIG. 17: INTERVENÇÃO ARTÍSTICA <i>BORRANDO LA FRONTERA</i> , ENTRE MÉXICO E EUA. FONTE: ANA TERESA FERNÁNDEZ (2012)	51
FIG. 18: AS DIFERENTES FASES DE UM ABRIGO TEMPORÁRIO NO CENTRO DE SÃO PAULO, ENTRE OUTUBRO DE 2004 ATÉ SEU DESAPARECIMENTO EM JULHO DE 2005. FONTE: KASPER (2006).....	54
FIG. 19: DEFINIÇÃO DE GAMBIARRA PELO DICIONÁRIO ILUSTRADO DE ARQUITETURA FONTE: ALBERNAZ E LIMA (1997)	68
FIG. 20: MEME RELACIONANDO A GAMBIARRA COM O PERSONAGEM DO SERIADO MACGYVER. FONTE: WWW.MONKEYJOB.COM.BR/ ...	71
FIG. 21: ANÚNCIO DA OFICINA DO MAGAIVER, QUE CONSERTA DESDE COMPUTADORES A HELICÓPTEROS. FONTE: BRASIL.UXDESIGN.CC	71
FIG. 22: TIRINHA SOBRE O USO DE GAMBIARRAS NA TECNOLOGIA DIGITAL. FONTE: VIDA DE PROGRAMADOR.....	71
FIG. 23: MULHERES REALIZANDO ATIVIDADES COTIDIANAS NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: WWW.THEGLOBEANDMAIL.COM	72
FIG. 24: CRIANÇAS JOGAM BOLA ENTRE AS SEPULTURAS DA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: WWW.THEGLOBEANDMAIL.COM.....	72
FIG. 25: VARAIS IMPROVISADOS AMARRADOS ÀS LÁPIDES NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: THEGLOBEANDMAIL.COM	72
FIG. 26: HOMEM FAZ A BARBA NA VARANDA DE SUA CASA-MAUSOLÉU NA CIDADE DOS MORTOS. FONTE: EGIPTO.COM.....	72
FIG. 27: CARTAZES DA EXPOSIÇÃO JUGAAD URBANISM. FONTE: ARCHDAILY.COM.....	74
FIG. 28: LIVROS QUE ASSOCIAM A PRÁTICA DA JUGAAD À INOVAÇÃO E AO EMPREENDEDORISMO POPULAR. FONTE: AMAZON.....	74
FIG. 29: MATÉRIA SOBRE OS IMPACTOS POSITIVOS DO JUA KALI PARA A ECONOMIA NIGERIANA. FONTE: UMAIZI.....	75
FIG. 30: HOTEL JUA KALI. FONTE: STEVE BLOOM	75
FIG. 31: ADAPTAÇÕES EM CADEIRAS DE PLÁSTICO EM UM PARQUE URBANO EM NAIRÓBI. FONTE: OSCAR LILLO, 2020.....	76
FIG. 32: CAPA DO LIVRO DE MARCELO NERI, ILUSTRANDO A ASCENSÃO DA “NOVA CLASSE MÉDIA”. FONTE: NERI, 2010.	77
FIG. 33: LIVRO “A FAVELA VENCEU” FONTE: CHESTER (2020)	77
FIG. 34: CHARGE DO CARTUNISTA CÍCERO SOBRE A NOVA CLASSE MÉDIA NAS FAVELAS. FONTE: WWW.GAZETADOPOVO.COM.BR/.....	77
FIG. 35: CHARGE DO CARTUNISTA JUNIÃO SOBRE A NOVA CLASSE MÉDIA. FONTE: MACACOALFA.BLOGSPOT.COM	77
FIG. 36: SÉRIE DE FOTOGRAFIAS INTITULADAS ARQUITETURA DA NECESSIDADE (OROZA, 1997-ATUAL). FONTE: ERNESTO OROZA	80
FIG. 37: CAPA DO DISCO DE JORGE BEN (1969), ILUSTRADA POR GUIDO ALBERY. FONTE: ARMAZEMDOVINIL.COM	81
FIG. 38: CAPA DA REVISTA FATOS E FOTOS, JAN.1970. FONTE: CHAVES (2010)	81
FIG. 39: SÉRIE DE FOTOGRAFIAS DA COLEÇÃO GAMBIARRAS, DE CAO GUIMARÃES. FONTE: WWW.CAOGUIMARAES.COM.....	86
FIG. 40: FOLDER DA EXPOSIÇÃO DESIGN DA PERIFERIA. FONTE: ADÉLIA BORGES (2013)	87
FIG. 41: OBRA DE EMMANUEL NASSAR, INTITULADA “BRASIL LUZ” (2000). FONTE: CATALOGODASARTES.COM.BR	87

FIG. 42: TRABALHADORES DE VOLTA PARA AS REDES DE DESCANSO: OPERAÇÃO RETORNO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS APÓS A CONCLUSÃO DAS OBRAS DE BRASÍLIA, NA RODOVIÁRIA (1964). FONTE: ARCHDAILY.COM.BR.....	90
FIG. 43: OBRA DE EMMANUEL NASSAR, INTITULADA “ALVORADA” (2017). FONTE: MILLAN.ART/ARTISTAS/EMMANUEL-NASSAR	90
FIG. 44: INSTALAÇÃO ‘NÓS QUE SUSTENTA NA RAÇA’, DA SÉRIE ‘TRAFICANDO ARTE’. AUTOR: ALLAN WEBER, 2021. FONTE: WWW.INSTAGRAM.COM/P/CMAGDPDVNOE	91
FIG. 45: MEME QUE RELACIONA AS CARACTERÍSTICAS DO ORNITORRINCO COM A GAMBIARRA. FONTE: MEDIUM.COM	95
FIG. 46: COMENTÁRIOS EM UMA REDE SOCIAL SOBRE O ORNITORRINCO. FONTE: WWW.FACEBOOK.COM/BIOLOGIAMAPASMENTAIS	95
FIG. 47: A FAVELA, O FUNK E A BRASILIDADE VALORIZADAS A PARTIR DA CONQUISTA DE REBECA ANDRADE NAS OLIMPIADAS DE TÓQUIO EM 2021. FONTE: A) CHARGE DE ZÉ DA SILVA / WWW.NSCTOTAL.COM.BR; B) CHARGE DE EMERSON COE / DOL.COM.BR; C) XICO SÁ PARA BRASIL.ELPAIS.COM	96
FIG. 48: MATÉRIA SOBRE GAMBIARRAS JURÍDICAS VISANDO A CRIMINALIZAÇÃO DE BAILES FUNK NAS PERIFERIAS. FONTE: NEXOJORNAL.COM.BR (2022)	96
FIG. 49: DIAGRAMA DA SEQUÊNCIA DE CONQUISTA DE DIREITOS NA INGLATERRA E NO BRASIL FONTE: AUTORA (2021)	102
FIG. 50: VARIAÇÕES DO LEMA POSITIVISTA “ORDEM E PROGRESSO”. FONTE: MONTAGEM DA AUTORA (2021)	114
FIG. 51: ANÚNCIO DA EMPRESA MRV ENGENHARIA, QUE VENDE A IDEIA DE UM PADRÃO DE VIDA BURGUESES. FONTE: MRV (2016)	118
FIG. 52: MATÉRIA SOBRE PUXADINHOS COMERCIAIS NO PROGRAMA HABITACIONAL MCMV. FONTE: GAZETA DO POVO (2014).....	120
FIG. 53: MATÉRIA SOBRE ACRÉSCIMOS IRREGULARES REALIZADOS NO CONJUNTÃO. FONTE: O GLOBO (2011).....	120
FIG. 54: PUXADINHOS REALIZADOS PELOS MORADORES NO CONJUNTÃO DE BANGU. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023).....	120
FIG. 55: AMPLIAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO DE BANGU. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023).....	121
FIG. 56: CASA COM ESTOQUE DE MATERIAIS NA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023).....	135
FIG. 57: ROUPAS PARA VENDA DISPOSTAS NA CERCA DE UM LOTE, EM MACARTHUR PARK, LA. FONTE: CRAWFORD (2008)	139
FIG. 58: ESPAÇO DE VENDAS INFORMAL NA ÁREA FRONTAL DE LOTE RESIDENCIAL, EM EAST LOS ANGELES. FONTE: CRAWFORD (2008)	139
FIG. 59: UT DE REDESENHO VIÁRIO EM SÃO PAULO, ESTAÇÕES BERRINI. FONTE: SANSÃO-FONTES (2019)	140
FIG. 60: UT NO CHILE, PLAZA DE BOLSILLO PADRE MARIANO EM SANTIAGO DO CHILE. FONTE: SANSÃO-FONTES (2018)	140
FIG. 61: IMAGEM DE ABERTURA DA EXPOSIÇÃO POST-IT CITY. FONTE: CCCB, FOTO: CTRA. MARTORELL CAPA DO LIVRO POST-IT CITY: CIUDADES OCASIONALES	142
FIG. 62: PROPOSTA ESPECULATIVA PARA FAVELA EM MUMBAI (URBZ + ENSAMBLE STUDIO/MIT-POPLAB). FONTE: ARCHITEXUREZ.NET	146
FIG. 63: CAPA DO LIVRO EVERYDAY URBANISM FONTE: CRAWFORD (2008).....	148
FIG. 64: IMAGEM DO LIVRO APRENDENDO COM LAS VEGAS (1972). FONTE: PABLO CASTAGNOLA.....	148
FIG. 65: MATÉRIA SOBRE ENTRADA DE PRODUTOS DE ALTO PADRÃO EM PERIFERIAS BRASILEIRAS. FONTE: REVISTA EXAME (2013)	151
FIG. 66: INTERIOR DE CASA DE UM CÔMODO TODA EQUIPADA COM ELETRODOMÉSTICOS EM FAVELA NA ZONA SUL DE SÃO PAULO. FONTE: EDU GARCIA / R7 (2019)	151
FIG. 67: ICÔNICA LOJA QUE VENDE OVOS DE PATO EM LONG ISLAND, NOVA IORQUE (1972). FONTE: MULTIPLOSSERVICOS.COM.BR	157
FIG. 68: EDIFÍCIO EM FORMATO DE CESTA DA ANTIGA SEDE DA LONGABERGER BASKET OHIO, EUA (1997). FONTE: MULTIPLOSSERVICOS.COM.BR	157
FIG. 69: MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA: GUARDA-CHUVA UTILIZADO PARA PROTEGER AS ROUPAS. FONTE: WWW.ASLE.NET.BR.....	160
FIG. 70: MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE: GUARDA-CHUVA USADO COMO SECADOR DE PEÇAS ÍNTIMAS NO VARAL. FONTE: WWW.ASLE.NET.BR.....	160
FIG. 71: MODIFICAÇÃO DA FORMA E DA FINALIDADE: GUARDA-CHUVA USADO COMO EXPOSITOR DE PRODUTOS POR VENDEDOR AMBULANTE. FONTE: BOUFLEUR (2013).....	160
FIG. 72: MODIFICAÇÃO DA FINALIDADE E MANUTENÇÃO DA FORMA: GUARDA-CHUVAS UTILIZADOS COMO ADEREÇO EM AÇÃO DE URBANISMO TÁTICO. FONTE: SANSÃO-FONTES (2019)	160
FIG. 73: COLETÂNEA DE CADEIRAS IMPROVISADAS. FONTE: ERNESTO OROZA	161
FIG. 74: BANCO DE PRAÇA COM DIVISÓRIA PARA IMPEDIR QUE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA POSSAM DORMIR. FONTE: BLOG.ARCHTRENDS.COM	162
FIG. 75: BANCO DE PRAÇA INTERROMPIDO PARA IMPEDIR O USO POR PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA. FONTE: LAMAIS.COM.BR.....	162
FIG. 76: BANCO NO PARQUE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE COM O DIZER “PROIBIDO DEITAR”. FONTE: CLARISSA PACHECO	162
FIG. 77: CAMA IMPROVISADA SOBRE PEDRAS DE VIADUTO EM SÃO PAULO. FONTE: DOMINGOS-PEIXOTO / DIÁRIO DO RIO.....	162

FIG. 78: BALIZADORES IMPEDINDO A OCUPAÇÃO DA MARQUESE E SOLUÇÃO ENCONTRADA PARA CONTORNAR O PROBLEMA. FONTE: FINE MELT	162
FIG. 79: MODELOS DE CAIXOTES DE FEIRA UTILIZADOS PELA POPULAÇÃO DE RUA EM SÃO PAULO. FONTE: KASPER (2006).....	163
FIG. 80: MALOCA CONSTRUÍDA A PARTIR DOS CAIXOTES DE FEIRA. FONTE: KASPER (2006)	163
FIG. 81: CAIXOTE DE FEIRA UTILIZADO COMO POLTRONA. FONTE: GUSMÃO (2002)	163
FIG. 82: CAIXOTE DE FEIRA UTILIZADO COMO MESA. FONTE: GUSMÃO (2002)	163
FIG. 83: CRIANÇAS SE REFRESCAM EM CAIXA D'ÁGUA . FONTE: GLOBO / G1	164
FIG. 84: CRIANÇAS USAM CAIXA DE ISOPOR PARA SE REFRESCAR DO CALOR EM REGIÃO DO SUBÚRBIO CARIOCA . FONTE: JU NAMASTÊ ..	164
FIG. 85: BOLEIA DE CAMINHÃO E DE CAMINHONETE UTILIZADOS COMO PISCINAS EM FAVELA DE BELO HORIZONTE. FONTE: MARCELO MATOS / UOL COTIDIANO.....	164
FIG. 86: FILA PARA USAR OS TELEFONES PÚBLICOS NO CENTRO DE SÃO PAULA. FONTE: VIAJANTEDOTEMPOREAL.BLOGSPOT.COM	165
FIG. 87: CEMITÉRIO DE CARCAÇAS DE ORELHÕES. DISPONÍVEL EM: WWW.NOTICIASINFOCO.COM.BR.....	165
FIG. 88: ORELHÃO VIRA LIXEIRA EM CIDADE NA BAHIA. SEGUNDO O QUE CRIADOR DO VÍDEO "LIXORELHÃO". FONTE: YOUTUBE.....	165
FIG. 89: ORELHÃO VIRA OFURÔ. FONTE: TWITTER	165
FIG. 90: A LAJE NA CONCEPÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA. PAVILHÃO DE BARCELONA (1929). FONTE: ARCHDAILY.....	166
FIG. 91: A MULTIFUNCIONALIDADE DA LAJE NAS FAVELAS BRASILEIRAS. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA.....	166
FIG. 92: CARRINHO DE SUPERMERCADO EM SEU USO CORRIQUEIRO. FONTE: MOTAADVOGADOS.COM.....	166
FIG. 93: CARRINHO DE SUPERMERCADO USADO POR UM CATADOR DE LIXO COMO FERRAMENTA DE TRABALHO. FONTE: UOL	166
FIG. 94: CARRINHO DE SUPERMERCADO ADAPTADO PARA GALINHEIRO. FONTE: HENRIQUE PLACIDO / PAMELA MARQUES (2019)	167
FIG. 95: CARRINHO DE SUPERMERCADO ADAPTADO PARA UMA CHURRASQUEIRA. FONTE: G1	167
FIG. 96: GAMBIARRA COMO PRODUTO. FONTE: WWW.FOLHACG.COM.BR	168
FIG. 97: GAMBIARRA COMO OPERAÇÃO. FONTE: EXTRA.GLOBO.COM	168
FIG. 98: OBRA DO ARTISTA MARCOS CHAVES. FONTE: WWW.MARCOSCHAVES.NET	172
FIG. 99: AZULEJOS PINTADOS POR UMA CRIANÇA DA MARÉ NO PROJETO AZULEJARIA. FONTE: REDES DA MARÉ (2017).....	172
FIG. 100: LOCALIZAÇÃO ESQUEMÁTICA DA MARÉ. FONTE: AUTORA ADAPTADO DE CEASM (2023)	173
FIG. 101: DIAGRAMA DE EVOLUÇÃO URBANA DA MARÉ AO LONGO DO TEMPO. FONTE: JACQUES (2002).....	176
FIG. 102: VISTA PANORÂMICA DO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2020).....	176
FIG. 103: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS FAVELAS DA MARÉ E SUA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL POR TIPO DE OCUPAÇÃO.	177
FIG. 104: PORTO MARIA ANGU NA PRAIA DE INHAÚMA NA DÉCADA DE 1920. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	178
FIG. 105: PONTE DE MADEIRA CONSTRUÍDA POR PESCADORES DA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	178
FIG. 106: VISTA DO MORRO DO TIMBAU EM 1972. FONTE: CARLOS MESQUIQUITA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	182
FIG. 107: VISTA DO MORRO DO TIMBAU ATUALMENTE. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO.	182
FIG. 108: PONTES DE MADEIRA INTERLIGANDO CASAS DE PALAFITA NO PARQUE MARÉ. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM ...	183
FIG. 109: CASEBRES DE PALAFITA NOS ALAGADOS DA BAIXA DO SAPATEIRO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM.....	183
FIG. 110: ESQUEMA CONSTRUTIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS PALAFITAS. FONTE: EDUARDO TEIXEIRA DE CARVALHO (2002)	184
FIG. 111: RÉPLICA DE ROLA-ROLA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ /CEASM. FOTOGRAFIA: ANTÔNIO CARLOS PINTO VIEIRA.	186
FIG. 112: MULHERES TRANSPORTANDO ÁGUA NOS ROLA-ROLA EM RUAS DA MARÉ. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM	186
FIG. 113: MULHERES E CRIANÇAS AFRICANAS TRANSPORTANDO ÁGUA EM "HIPPO ROLLERS". FONTE: SOMENTECOISASLEGAIS.COM.BR .	186
FIG. 114: FOGAREIRO E QUEROSENE JACARÉ, COMERCIALIZADOS PELA MARCA ESSO NO BRASIL. FONTE: QUEROSENEJACARE.COM.BR...	187
FIG. 115: RÉPLICA DE CASA DE PALAFITA NO MUSEU DA MARÉ, NA QUAL SE OBSERVA A PRESENÇA DE UM FOGÃOZINHO JACARÉ SOBRE A MESA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ/CEASM. FOTO: AMUSEARTE.FILES.	187
FIG. 116: PROCESSO DE AUTOCONSTRUÇÃO NO PARQUE MARÉ EM 1963. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	189
FIG. 117: ABERTURA DE VIAS EM NOVA HOLANDA COM CASAS DUPLEX AO FUNDO (1967). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	190
FIG. 118: MULHERES CARREGANDO LATAS D'ÁGUA NA CABEÇA EM NOVA HOLANDA (1964). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	190
FIG. 119: MORADORES TRABALHANDO NO RECOLHIMENTO DE ENTULHOS E NA ABERTURA DE VIA EM NOVA HOLANDA (1967).....	191
FIG. 120: CHAPA ROSA EM CAMPANHA PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE NOVA HOLANDA. FONTE: REDES DA MARÉ (1984) / DATALABE (2020)	193
FIG. 121: ÉLIANA SOUSA SILVA, A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTE DE UMA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FAVELAS NO RIO DE JANEIRO. FONTE: REDES DA MARÉ (1984) / DATALABE (2020)	193
FIG. 122: PROJETO PARA RECONSTRUÇÃO DE 50 CASAS EM NOVA HOLANDA. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992).....	195

FIG. 123: MATÉRIA NO JORNAL SOBRE AS AÇÕES DA COOPERATIVA HABITACIONAL DE NOVA HOLANDA. FONTE: O GLOBO (1991)....	195
FIG. 124: PLANTAS, CORTE E PERSPECTIVAS ESQUEMÁTICAS DO PROJETO DAS 46 UNIDADES. FONTE: NÚCLEO ARCO/ USU / REVISTA PROJETO	197
FIG. 125: CASAS CONSTRUÍDAS PELA COOPERATIVA EM PARCERIA COM O NÚCLEO ARCO-USU. FONTE: REVISTA PROJETO, FOTO DE BETO FELÍCIO.	197
FIG. 126: CASAS CONSTRUÍDAS PELA COOPERATIVA EM PARCERIA COM O NÚCLEO ARCO-USU. FONTE: REVISTA PROJETO / BETO FELÍCIO.	198
FIG. 127: CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	200
FIG. 128: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	200
FIG. 129: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	200
FIG. 130: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	201
FIG. 131: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	201
FIG. 132: FOTOS DE CASAS NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	202
FIG. 133: CAPA DA CARTILHA SOBRE A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA E QUE TEM A JANELA EM ARCO COMO ELEMENTO SÍMBOLO DO PROJETO. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992).....	202
FIG. 134: REMANESCENTE DA ESQUADRIA ORIGINAL EM FORMATO DE ARCO. FONTE: AUTORA (2023)	202
FIG. 135: REMANESCENTES DA ESQUADRIA ORIGINAL EM FORMATO DE ARCO. FONTE: AUTORA (2023)	203
FIG. 136: IMAGEM DO CONJUNTO DE 46 CASAS RECÉM IMPLANTADAS. FONTE: FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO (1992)	203
FIG. 137: CASA REMANESCENTE QUE PRESERVA GRANDE PARTE DA CONFIGURAÇÃO ORIGINAL. FONTE: AUTORA (2023)	203
FIG. 138: PROPAGANDA DO PROJETO RIO E PROGRAMA PROMORAR FEITA PELO BNH E DIVULGADA NO JORNAL O GLOBO. FONTE: O GLOBO (1982).....	205
FIG. 139: MATÉRIA DO JORNAL O GLOBO SOBRE A “EXTINÇÃO” DAS FAVELAS DA MARÉ. FONTE: O GLOBO (1979).....	205
FIG. 140: FOTOS DA CONSTRUÇÃO DA VILA DO JOÃO NA DÉCADA DE 1980. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	206
FIG. 141: VILA DO JOÃO EM PRIMEIRO PLANO E CONJUNTO ESPERANÇA AO FUNDO NA DÉCADA DE 1980. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	206
FIG. 142: VILA DO JOÃO, OU INFERNO COLORIDO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	207
FIG. 143: DIFERENTES TIPOLOGIAS DE CASAS DA VILA DO JOÃO, SENDO QUE A CASA EM PRIMEIRO PLANO FOI ADAPTADA PARA UM CONSULTÓRIO DE DENTISTA. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	207
FIG. 144: HOMENAGEM DE UM MORADOR AO PRESIDENTE FIGUEIREDO, OU, O QUE RESTOU DE SEU LEGADO. FONTE: AUTORA (2023).....	208
FIG. 145: ESTÁGIOS DE EVOLUÇÃO DA CASA DE PALAFITA PARA A CASA EM ALVENARIA E LAJE DE CONCRETO. FONTE: PAOLA JACQUES (2002).....	209
FIG. 146: ESTÁGIOS DE EVOLUÇÃO ARQUITETÔNICA DAS CASAS, TAMBÉM CONHECIDO COMO “FAVELIZAÇÃO”. FONTE: PAOLA JACQUES (2002).....	209
FIG. 147: VISTA GERAL DA MARÉ, SENDO EM PRIMEIRO PLANO PARTE DA VILA DO JOÃO, NO MEIO O CONJUNTO PINHEIRO E AO FUNDO A VILA DO PINHEIRO. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	210
FIG. 148: VISTA DO CONJUNTO PINHEIRO A PARTIR DO MORRO DO TIMBAU. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	210
FIG. 149: CONJUNTO PINHEIRO EM CONSTRUÇÃO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	211
FIG. 150: ADAPTAÇÕES NAS UNIDADES RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	212
FIG. 151: ACRÉSCIMOS NOS BLOCOS RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	212
FIG. 152: ACRÉSCIMOS NOS BLOCOS RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	212
FIG. 153: ADAPTAÇÕES NOS ESPAÇOS COLETIVOS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	213
FIG. 154: ADAPTAÇÕES NAS UNIDADES RESIDENCIAIS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023) ..	214
FIG. 155: CONJUNTO PINHEIRO RECÉM IMPLANTADO E JÁ COM DIVERSAS OCUPAÇÕES COMERCIAIS INFORMAIS NO SEU ENTORNO. FONTE: ROSÂNGELA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	215
FIG. 156: CONJUNTO PINHEIRO RECÉM IMPLANTADO E JÁ COM DIVERSAS OCUPAÇÕES COMERCIAIS INFORMAIS NO SEU ENTORNO. FONTE: BERG SILVA / ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	215
FIG. 157: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NAS RUAS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)	215
FIG. 158: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NAS RUAS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)	216
FIG. 159: INSTALAÇÕES COMERCIAIS NOS ESPAÇOS COLETIVOS DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023).....	216

FIG. 160: SOLUÇÕES DE IMPLANTAÇÃO E GEMINAÇÃO DAS CASAS PARA O ANTEPROJETO PARA O CONCURSO DE HABITAÇÃO POPULAR PARA O JARDIM SÃO FRANCISCO, SP. FONTE: REVISTA PROJETO (1990)	218
FIG. 161: MAQUETE DO ANTEPROJETO PARA O CONCURSO DE HABITAÇÃO POPULAR PARA O JARDIM SÃO FRANCISCO, SP. FONTE: REVISTA PROJETO (1990).....	218
FIG. 162: CONJUNTO DE CASAS EM NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	220
FIG. 163: DETALHE DAS LAJOTAS CERÂMICAS NÃO REBOCADAS E DA JUSTAPOSIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	220
FIG. 164: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS RECÉM IMPLANTADO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	222
FIG. 165: CONJUNTO NOVA MARÉ EM PRIMEIRO PLANO E MORRO DO TIMBAU AO FUNDO. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO.....	222
FIG. 166: CONJUNTO NOVA MARÉ EM PRIMEIRO PLANO E MORRO DO TIMBAU AO FUNDO. FONTE: FRANCISCO VALDEAN / IMAGENS DO POVO.....	222
FIG. 167: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS COM PUXADINHO PARA GARAGEM (2000). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	223
FIG. 168: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS COM AMPLIAÇÕES (2000). FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	223
FIG. 169: CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS NO ANO 2000, QUANDO JÁ SE OBSERVA UMA SÉRIE DE AMPLIAÇÕES SENDO REALIZADAS. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.....	223
FIG. 170: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023).....	225
FIG. 171: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023).....	226
FIG. 172: TRANSFORMAÇÕES REALIZADAS EM CASAS DO CONJUNTO NOVA MARÉ: CAIXA D'ÁGUA QUE VIRA PISCINA E GARAGEM QUE VIRA RESTAURANTE. FONTE: BRUNA MONTUORI (2017)	226
FIG. 173: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	226
FIG. 174: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)	227
FIG. 175: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)	228
FIG. 176: ADAPTAÇÕES REALIZADAS PELOS MORADORES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) E AUTORA (2023)	229
FIG. 177: EDIFÍCIO VERTICAL NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023).....	234
FIG. 178: EDIFÍCIO VERTICAL NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023).....	234
FIG. 179: EDIFÍCIO VERTICAL NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANNA (2023).....	234
FIG. 180: EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS SOBRE ATERROS NA MARGEM DE UM VALÃO. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO	234
FIG. 181: MICRO EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS NA MARÉ. FONTE: JEAN BARRETO/ IMAGENS DO POVO	235
FIG. 182: PEQUENO RESTAURANTE DE QUINTINHAS. FONTE: MONARA BARRETO / IMAGENS DO POVO	235
FIG. 183: PORTA DE UMA CASA COM ANÚNCIO DOS SERVIÇOS DE MANICURE. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	235
FIG. 184: CASA ORIGINAL NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	236
FIG. 185: CASA ORIGINAL NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023).....	236
FIG. 186: CASA ORIGINAL NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023).....	236
FIG. 187: TRECHOS DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS QUE FORAM POUCO ALTERADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL.	238
FIG. 188: TRECHOS DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS E NOVA MARÉ QUE FORAM POUCO ALTERADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO ORIGINAL.	238
FIG. 189: FRAGMENTO DA ESQUADRIA DO PROJETO ORIGINAL, NO TIJOLINHO EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	239
FIG. 190: TRANSFORMAÇÃO RADICAL OPERADA NAS CASAS, NO TIJOLINHO EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023).....	239
FIG. 191: CONSTRUÇÕES QUASE SE TOCANDO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	240
FIG. 192: AVANÇO SOBRE A VIA PÚBLICA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	240
FIG. 193: ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO SENDO REALIZADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	241
FIG. 194: CASA COM REVESTIMENTO CERÂMICO E GUARDA-CORPO DE ALUMÍNIO E VIDRO EM BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023).....	241

FIG. 195: RUA ARY LEÃO, NO PARQUE UNIÃO, EM DOIS MOMENTOS DISTINTOS. FONTE: ACERVO NUMIM E GABI LINO / MARÉ DE NOTÍCIAS (2023).....	242
FIG. 196: CAMPO DE FUTEBOL TOCA, LOCALIZADO NA VILA DOS PINHEIROS, ONDE MORADORES SE REÚNEM RELIGIOSAMENTE PARA JOGAR. FONTE: HÉLIO EUCLIDES / MARÉ DE NOTÍCIAS (2021C)	244
FIG. 197: CAMPO DE FUTEBOL EM RUBENS VAZ, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	244
FIG. 198: PISCINA INSTALADA NO MEIO DA RUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)	247
FIG. 199: CRIANÇAS SE REFRESCAM COM TAMBOR DE ÁGUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: VITÓRIA CORRÊA/ IMAGENS DO POVO	247
FIG. 200: TORCEDORES ASSISTINDO JOGO DA COPA DO MUNDO EM BECO DE NOVA HOLANDA. FONTE: ROSILENE MILIOTTI /IMAGENS DO POVO	247
FIG. 201: ENCENAÇÃO DE PEÇA DE TEATRO EM PALCO IMPROVISADO SOBRE LAJE EM PARQUE UNIÃO. FONTE: ROSILENE MILIOTTI /IMAGENS DO POVO	247
FIG. 202: USO INTENSO DA RUA EM NOVA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)	248
FIG. 203: USO INTENSO DA RUA NA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO.....	248
FIG. 204: USO INTENSO DA RUA NA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO.....	248
FIG. 205: OCUPAÇÃO NOTURNA NA RUA PRINCIPAL DA VILA DO JOÃO, MARÉ. FONTE: MARCIA FARIAS /IMAGENS DO POVO	248
FIG. 206: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA IMPROVISADA NA MARÉ, ENQUANTO POLICIAIS CONTROLAM OSTENSIVAMENTE O LOCAL. FONTE: UOL (2014) APUD RENATA SOUZA (2017)	250
FIG. 207: DIAGRAMA EM ESTRUTURA TIPO “ÁRVORE” E EM ESTRUTURA COMPLEXA. FONTE: PEIXE E TAVARES (2018).....	252
FIG. 208: CARTAS-TÍPIA DAS UTOPIAS URBANAS. FONTE: ADRIANA CAULA (2019).....	253
FIG. 209: PUXADINHOS DE TUBULAÇÃO DE ÁGUA EM FAVELA CARIOCA. FONTE: RIONWATCH.ORG.BR	257
FIG. 210: DESIGUALDADE NO FORNECIMENTO DE ENERGIA E SANEAMENTO NA MARÉ. FONTE: MARÉ DE NOTÍCIAS (2022 -2023)	258
FIG. 211: GATOS NAS REDES DE ENERGIA NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2022)	259
FIG. 212: FACHADA DE CASA EM NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	259
FIG. 213: GATOS E VARAIS EM PRAÇA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	260
FIG. 214: GATOS EM CASAS RUBENS VAZ. FONTE: AUTORA (2023)	260
FIG. 215: GATOS NAS REDES DE ENERGIA E CAIXAS D´ÁGUA NO MEIO DA RUA NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023).....	260
FIG. 216: GATOS NAS REDES NA FAVELA NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)	260
FIG. 217: FIAÇÕES PASSANDO POR COBERTURA IMPROVISADA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	261
FIG. 218: GATOS E CAIXA D´ÁGUA SOBRE A RUA , NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	261
FIG. 219: CHUVEIRO PÚBLICO INSTALADO EM POSTE NA RUA TEIXEIRA DE FREITAS EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	261
FIG. 220: CHUVEIRO PÚBLICO INSTALADO NO CONJUNTO ESPERANÇA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	261
FIG. 221: GAMBIARRAS EM CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	262
FIG. 222: MAR DE CAIXAS D´ÁGUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2020)	262
FIG. 223: CAIXA D´ÁGUA E GATOS DE ÁGUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023).....	262
FIG. 224: CHUVEIRO IMPROVISADO NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023)	262
FIG. 225: COZINHA EM CIMA DA LAJE NO MORRO DO ALEMÃO. FONTE: LEO LIMA / SPCULTURA	264
FIG. 226: ESPERAS SOBRE LAJE NA ROCINHA. FONTE: FREIRE-MEDEIROS E NAME (2019)	264
FIG. 227: MULHERES TOMANDO SOL EM LAJE NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA (2009).....	265
FIG. 228: MULHERES FAZENDO YOGA SOBRE LAJE. FONTE: DANIEL ARROYO / PONTE / TERRA	265
FIG. 229: MENINO SENTADO NA LAJE DE SUA CASA NA MARÉ. FONTE: AF RODRIGUES / SPCULTURA (2009)	265
FIG. 230: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA NA LAJE. FONTE: BRUNO ITAN / AGÊNCIA NACIONAL DAS FAVELAS	265
FIG. 231: LAJES NA PAISAGEM URBANA DA MARÉ. FONTE: ADAIR AGUIAR / IMAGENS DO POVO	266
FIG. 232: USOS DIVERSIFICADOS DA LAJE NA FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)	266
FIG. 233: MENINOS SOLTAM PIPA SOBRE LAJE EM FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023).....	266
FIG. 234: PESSOAS FAZEM CHURRASCO NA LAJE EM FAVELA CARIOCA. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)	267
FIG. 235: VISTA DAS LAJES NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023).....	267
FIG. 236: VERTICALIZAÇÃO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	269
FIG. 237: VERTICALIZAÇÃO EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	269

FIG. 238: VERTICALIZAÇÃO NA FAVELA RUBENS VAZ. FONTE: AUTORA (2023)	269
FIG. 239: VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA DO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	269
FIG. 240: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	270
FIG. 241: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	271
FIG. 242: ESCADA CONSTRUÍDA SOBRE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	271
FIG. 243: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	271
FIG. 244: ESCADA NO MEIO DO BECO PARA ACESSO AO PAVIMENTO SUPERIOR EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) ..	271
FIG. 245: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	272
FIG. 246: ESCADA EXTERNA PARA ACESSO AO TERCEIRO PAVIMENTO DA CASA E TRAILER COMERCIAL NA FRENTE DA CASA, NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	273
FIG. 247: ESCADAS ASTUCIOSAS ENCONTRADAS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	273
FIG. 248: SOMBRINHA DE PRAIA PROTEGENDO VARAL EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	274
FIG. 249: VARAL SUSPENSO EM BECO DO MORRO DO TIMBAU. FONTE: GABRIELA LINO (2024).....	274
FIG. 250: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	274
FIG. 251: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	275
FIG. 252: SOLUÇÕES ENCONTRADAS PARA OS VARAIS DE ROUPA NA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	276
FIG. 253: PEQUENOS DEPÓSITOS CRIADOS NAS FRESTAS DAS RUAS NA MARÉ. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2022) ..	278
FIG. 254: PEQUENAS BRECHAS EM BECOS E RUAS DA MARÉ APROVEITADAS COMO ESTOQUE DE BEBIDAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	279
FIG. 255: FRESTA ENTRE COMÉRCIOS PARA GUARDA DE CADEIRAS DE BAR EM PARQUE UNIÃO. FONTE: AUTORA (2023).....	280
FIG. 256: PEQUENO DEPÓSITO CONSTRUÍDO SOBRE CALÇADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023).....	280
FIG. 257: PEQUENO AVANÇO DE CÔMODO SOBRE A CALÇADA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	280
FIG. 258: MINI JARDIM INSTALADO EM TRECHO DE CALÇADA DA ESCOLA BRIZOLÃO. FONTE: AUTORA (2023)	280
FIG. 259: BARRACA PARA VENDA DE BEBIDAS E PETISCOS EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	281
FIG. 260: OFICINA DE BICICLETAS CONSTRUÍDA SOBRE CALÇADA EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	281
FIG. 261: PEQUENO BAR COM CASA EM CIMA, APROVEITANDO UMA FRESTA DA CALÇADA NO PARQUE UNIÃO. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	281
FIG. 262: ESCADA CONSTRUÍDA APROVEITANDO BRECHA DO POSTE. FONTE: AUTORA (2023)	281
FIG. 263: BARBEARIA OCUPANDO CALÇADA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	282
FIG. 264: LOJA DE DOCES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	282
FIG. 265: BRECHÓ DE ROUPAS OCUPANDO CANTO DE UMA PRACINHA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)...	282
FIG. 266: LOJINHA DE DOCES INCRUSTRADA EM TRECHO DE CASA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	283
FIG. 267: CANIL PARA CACHORRO IMPROVISADO EM BECO DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	283
FIG. 268: PEQUENA BARBEARIA EM FRESTA DA BAIXA DO SAPATEIRO, MARÉ. FONTE: GABRIELA LINO (2021)	283
FIG. 269: BARREIRA ACÚSTICA SEPARANDO A LINHA VERMELHA DA MARÉ. FONTE: MARCIA FARIAS / IMAGENS DO POVO.....	285
FIG. 270: BARREIRA ACÚSTICA SEPARANDO A LINHA VERMELHA DA MARÉ. FONTE: ROSILENE MILIOTTI / IMAGENS DO POVO	285
FIG. 271: MATÉRIA SOBRE A PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE CONCRETO NA DIVISA ENTRE A LINHA VERMELHA E AS FAVELAS. FONTE: BRASIL DE FATO, 11/08/2023.....	286
FIG. 272: APARTHEID CARIOCA: VENDEDORES AMBULANTES SE UTILIZAM DO MURO PARA ARMAZENAR SEUS PRODUTOS NA LINHA VERMELHA, AO LONGO DA MARÉ. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023).....	286
FIG. 273: VARAL DE ROUPA NA DIVISA COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)	287
FIG. 274: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA VARAL DE ROUPA. FONTE: AUTORA (2023).....	287
FIG. 275: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA VAGAS DE GARAGEM COBERTAS. FONTE: AUTORA (2023)	287
FIG. 276: LAVA JATO IMPLANTADO AO LONGO DO MURO COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023).....	287
FIG. 277: DEPÓSITOS IMPLANTADOS AO LONGO DO MURO COM A LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)	288
FIG. 278: ESTRUTURA DO MURO UTILIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE ÁREA DE LAZER COBERTA. FONTE: AUTORA (2023)	288
FIG. 279: PEQUENOS DEPÓSITOS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)	288
FIG. 280: GARAGENS COBERTAS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)	288
FIG. 281: PEQUENOS DEPÓSITOS IMPLANTADOS AO LONGO DO MURO DA LINHA VERMELHA. FONTE: AUTORA (2023)	288
FIG. 282: CONSTRUÇÕES RECENTES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA LINHA VERMELHA. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023).....	289

FIG. 283: CONSTRUÇÕES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA AV. BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)	289
FIG. 284: CONSTRUÇÕES OCUPANDO A FAIXA LINDEIRA DA AV. BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: GOOGLE STREET VIEW (2023)	289
FIG. 285: CASAS CONSTRUÍDAS APROVEITANDO O MURO DA ANTIGA FÁBRICA E OCUPANDO A CALÇADA ORIGINAL. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	290
FIG. 286: CASAS QUE SE APROVEITAM DO POSTE DE ILUMINAÇÃO COMO PILAR. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	290
FIG. 287: CASAS QUE SE APROVEITAM DO MURO DA ESCOLA E DO ALAMBRADO DO CAMPO DE FUTEBOL. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	290
FIG. 288: COBERTURAS METÁLICAS SOBRE AS RUAS DE NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	292
FIG. 289: TOLDOS SOBRE AS RUAS DO PARQUE MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	292
FIG. 290: COBERTURAS DE ÁREAS DE QUIOSQUE EM PRAÇAS DA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023).....	293
FIG. 291: COBERTURA EM LONA NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	293
FIG. 292: TRAILER EM PRAÇA DO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	293
FIG. 293: GARAGEM IMPROVISADA E VARAL DE ROUPA NO ESPAÇO COLETIVO DO CONJUNTO ESPERANÇA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	293
FIG. 294: BARBEARIA INSTALADA EM BECO DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023).....	294
FIG. 295: LAVA JATO COM COBERTURA QUE AVANÇA SOBRE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	294
FIG. 296: BANQUINHAS IMPROVISADAS COM TOLDO DE COBERTURA EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018).....	294
FIG. 297: COBERTURA DE RESTAURANTE AVANÇANDO SOBRE A RUA. FONTE: PATRICK MARINHO / REDES DA MARÉ (2023)	294
FIG. 298: COBERTURA DE LONA EM BAILE FUNK NO PARQUE UNIÃO, MARÉ. FONTE: G1/ TV GLOBO (2020)	294
FIG. 299: FEIRA NA RUA TEIXEIRA RIBEIRO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018)	295
FIG. 300: LOJINHA NA CALÇADA DE CONJUNTO ESPERANÇA, MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	295
FIG. 301: TOLDOS IMPROVISADOS NA RUA TEIXEIRA RIBEIRO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ELISÂNGELA LEITE / REDES DA MARÉ (2018)	295
FIG. 302: IMAGEM DA ANTIGA ILHA DO PINHEIRO ANTES DO ATERRAMENTO QUE DEU ORIGEM À VILA DO PINHEIRO. FONTE: ACERVO DO MUSEU DA MARÉ.	298
FIG. 303: PARQUE ECOLÓGICO DA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	298
FIG. 304: POPULAÇÃO MARENSE SE VIRA COMO PODE PARA AMENIZAR O CALOR. FONTE: GALEAZZI (2018)	299
FIG. 305: CRIANÇAS SE REFRESCANDO NO CHUVEIRO INSTALADO EM UM POSTE DA MARÉ. FONTE: LAURA TAVARES (2015) APUD CARVALHO (2020)	299
FIG. 306: MORADOR SE REFRESCANDO PARA AMENIZAR O CALOR NA MARÉ. FONTE: MARCOS SERRA LIMA / G1.....	299
FIG. 307: CRIANÇAS BRINCAM EM PISCINA MONTADA EM RUA NA MARÉ. FONTE: TÂNIA REGO / AGÊNCIA BRASIL	299
FIG. 308: CRIANÇAS SE REFRESCANDO PARA AMENIZAR O CALOR NO PARQUE MARÉ. FONTE: AF RODRIGUES	299
FIG. 309: JARDIM DE GUERRILHA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	300
FIG. 310: JARDIM DE GUERRILHA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	300
FIG. 311: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	301
FIG. 312: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	301
FIG. 313: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	301
FIG. 314: JARDINS DE GUERRILHA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023).....	302
FIG. 315: VASOS DE PLANTA IMPROVISADOS NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	302
FIG. 316: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	302
FIG. 317: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	303
FIG. 318: JARDINS DE GUERRILHA PELA MARÉ. FONTE: AUTORA E ARTHUR VIANA (2023)	303
FIG. 319: DETALHES NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	306
FIG. 320: FACHADAS DE CASA NO TIJOLINHO, EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	306
FIG. 321: FACHADA DE CASA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023).....	307
FIG. 322: BANCO CONSTRUÍDO NO MEIO DE RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	307
FIG. 323: DEGRAU PARA ACESSO À CASA EM PARQUE MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	307
FIG. 324: BANCO CONSTRUÍDO NO MEIO DE RUA NO MORRO DO TIMBAU. FONTE: AUTORA (2023).....	307
FIG. 325: MODIFICAÇÕES EMPREENDIDAS PELOS MORADORES EM CASAS DO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: ARTHUR VIANA (2023) 308	

FIG. 326: PAVIMENTO TÉRREO TRANSFORMADO EM BAR NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	308
FIG. 327: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	308
FIG. 328: ESTRUTURA DE BALANÇO USADA PARA PRENDER GAIOLA DE PÁSSARO EM BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: AUTORA (2023)	309
FIG. 329: FACHADA DE CASA NO CONJUNTO BENTO RIBEIRO DANTAS. FONTE: ARTHUR VIANA (2023)	309
FIG. 330: FACHADA DE PEIXARIA NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	309
FIG. 331: MESA IMPROVISADA EM RUA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	310
FIG. 332: BANCO IMPROVISADO EM FRENTE UMA ESCOLA ESTADUAL NA MARÉ. FONTE: AUTORA (2023)	310
FIG. 333: PISO DE CACOS CERÂMICOS EM BECO DE NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	310
FIG. 334: AMPLIAÇÕES DE CASA EM NOVA HOLANDA. FONTE: AUTORA (2023)	310
FIG. 335: CROQUI ELABORADO POR UM MORADOR E PLANTA ADAPTADA PELA EQUIPE DO GRUPO QUADRA E CODESCO. FONTE: CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS (1981, p.68-69).....	322
FIG. 336: MORADORA ESTENDE ROUPA NO VARAL ENQUANTO UM PILAR É ERGUIDO PARA ABRIGAR UMA FUTURA EXPANSÃO DA CASA. FONTE: JEAN BARRETO / IMAGENS DO POVO	324
FIG. 337: CROQUI DO PROJETO PARA O CONJUNTO QUINTA MONROY. FONTE: ELEMENTAL	327
FIG. 338: VISTA INTERNA DA QUADRA DO CONJUNTO QUINTA MONROY EM 2004 (RECÉM CONSTRUÍDO) E EM 2012 (JÁ COM OS ACRÉSCIMOS PROMOVIDOS PELOS MORADORES). FONTE: ARCHDAILY / ESTUDIO PALMA / ELEMENTAL (2012)	327
FIG. 339: FACE DO CONJUNTO VOLTADA PARA A AVENIDA EM 2009 E EM 2017. FONTE: ESTUDIO PALMA (2009) / CARRASCO E O'BRIEN (2021).....	327
FIG. 340: VISTA INTERNA DE UMA UNIDADE HABITACIONAL DO CONJUNTO QUINTA MONROY EM 2004 (RECÉM CONSTRUÍDO) E EM 2012 (JÁ COM OS ACRÉSCIMOS PROMOVIDOS PELOS MORADORES). FONTE: ARCHDAILY / ELEMENTAL (2012).....	328
FIG. 341: PAISAGEM DAS LAJES EM ETERNA CONSTRUÇÃO. FONTE: AF RODRIGUES / REDES DA MARÉ (2023)	329
FIG. 342: AÇÃO DE URBANISMO TÁTICO REALIZADA NA PRAÇA DA PAZ, NO CONJUNTO NOVA MARÉ. FONTE: DOUGLAS LOPES / REDES DA MARÉ (2023)	331
FIG. 343: BARBEARIA INSTALADA EM RUA DA ROCINHA QUE USA TÁBUA DE PASSAR ROUPA COMO SUPORTE.	332
FIG. 344: PROJETO ORIGINAL EM 1967 E ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELOS MORADORES EM 1967, EM CITÉ FRUGÈ, PESSAC. FONTE: BOUDON (1969)	334
FIG. 345: FACHADA DE CASA EM NOVA HOLANDA, MARÉ. FONTE: AUTORA (2023).....	334
FIG. 346: PAINEL REALIZADO PELO PROJETO AZULEJARIA NA MARÉ, COM DESENHOS DOS MORADORES. FONTE: AUTORA (2023)	343

